OS ECONOMISTAS

Mandel

O Capitalismo Tardio

ABRIL CULTURAL

OS ECONOMISTAS

CIP-Brasil. Catalogação-na-Publicação
Câmara Brasileira do Livro, SP

Mandel, Ernest, 1923-
M239c O capitalismo tardio / Ernest Mandel ; introdução de Paulo Singer ; tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. — São Paulo : Abril Cultural, 1982.
(Os economistas)

1. Capitalismo 2. Capitalismo - História I. Singer, Paulo Israel, 1932- II. Título. III. Série.

17.CDD - 330.15
18. - 330.122
17. - 330.1509
82-1095 18. - 330.12209

Índices para catálogo sistemático:
1. Capitalismo : Economia 330.15 (17.) 330.122 (18.)
2. Capitalismo : História 330.1509 (17.) 330.12209 (18.)
3. Economia capitalista 330.15 (17.) 330.122 (18.)

ERNEST MANDEL

O Capitalismo Tardio

Apresentação de **Paulo Singer**

Tradução de **Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade** e **Dinah de Abreu Azevedo**

1982

EDITOR: VICTOR CIVITA

Título original:

Der Spaetkapitalismus:
Versuch einer marxistischen Erklaerung

© Copyright desta edição, Abril S.A. Cultural e Industrial,
São Paulo, 1982.

Texto publicado sob licença de Suhrkamp Verlag,
Frankfurt am Main, 1972.

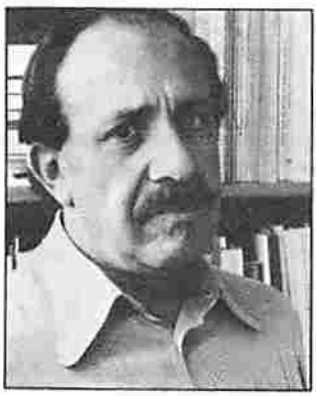
Direitos exclusivos sobre a tradução deste volume,
Abril S.A. Cultural e Industrial, São Paulo.

Direitos exclusivos sobre a Apresentação de autoria de Paulo Singer,
Abril S.A. Cultural e Industrial, São Paulo.

Ernest MANDEL

(1923-)

Apresentação



Paulo Singer
(Áustria, 1932-) é professor de Economia da USP e da PUC. Entre outras obras, escreveu: *Economia Política da Urbanização* (1973), *A Crise do "Milagre"* (1975), *Curso de Introdução à Economia Política* (1976), *Economia Política do Trabalho* (1978), *Dominação e Desigualdade* (1981). Foi assessor das áreas de Economia, Finanças e Demografia da Enciclopédia Abril.

Este livro é um dos poucos dos quais se pode dizer que ganham atualidade à medida que o tempo passa. Concluído em 1972, em sua versão original, sua tese central — de que o capitalismo acabava de entrar numa fase de "tônica estagnante" — estava longe de ser evidente. Antes, pelo contrário, a economia capitalista mundial parecia estar no auge de um longo período de prosperidade que, de modo algum, aparentava estar chegando ao seu fim. O mercado internacional estava, na verdade, dando sinais tão fortes de vigor que chegava a estimular em alguns países taxas de crescimento extraordinariamente altas e duradouras. Era a época dos "milagres econômicos" no Japão, no Brasil e em outros países. Sustentar, nessas condições, que o capitalismo tardio já tinha ultrapassado o zênite de sua fase ascendente e estava, desde o fim dos anos 60, mergulhado numa onda caracterizada por dificuldades econômicas crescentes, requeria considerável presciência, como os fatos demonstraram logo a seguir. Com a chamada "crise do petróleo", em fins de 1973, a economia capitalista realmente entrou na pior recessão do após-guerra, da qual saiu de forma precária para recair em novas recessões, das quais até o momento não mostra ser capaz de se recuperar. Sem dúvida, a história desta década que nos separa do lançamento original de *O Capitalismo Tardio* confirmou de modo cabal que a tendência de longo prazo da economia capitalista mudou nitidamente de direção e no sentido previsto pelo seu autor. Dificilmente se encontrará justificativa melhor para recomendar uma obra à atenção e ao estudo dos que almejam entender a época em que vivemos.

1. Ernest Mandel

O autor deste volume é um veterano do movimento

operário. Nascido na Bélgica em 1923, Mandel, muito jovem ainda, aderiu em 1940 à IV Internacional, a organização que Leon Trotsky fundara dois anos antes para suceder às três internacionais anteriores. Nesse mesmo ano, a Bélgica foi invadida e ocupada pelos nazistas, o que levou Mandel a se integrar na resistência. Foi aprisionado pelos ocupantes mas conseguiu fugir. Recapturado em 1944, Mandel foi internado em um campo de prisioneiros, na Alemanha.

Terminada a guerra, a IV Internacional reuniu o seu 2.° Congresso Mundial, no qual Mandel foi eleito para a direção. O movimento trotsquista ressurge enfraquecido da Guerra Mundial, pela perda de numerosos militantes, principalmente do seu líder supremo, Leon Trotsky, assassinado em agosto de 1940. Sem a presença polarizadora do grande revolucionário, a IV Internacional começa a se fragmentar. Em 1952 dá-se a primeira cisão, ficando a maioria sob a liderança de Michel Pablo e E. Mandel. Desde então, a facção que conservou o título de "IV Internacional" teve em Mandel seu principal teórico e, nos últimos anos, um representante intelectual mundialmente conhecido e respeitado.

Além de sua atividade internacional, Mandel também se engajou no movimento operário em sua terra natal. Foi membro da comissão de estudos econômicos da Central Sindical Belga e dirigiu o semanário *La Gauche*, órgão da ala de esquerda do Partido Socialista Belga, do qual acabou expulso em 1965, juntamente com outros companheiros.

Além de militante e dirigente político, Mandel é também estudioso da Economia Política e como tal é que se tornou famoso. Sua preparação universitária foi realizada na Universidade de Bruxelas e na École des Hautes Études de Paris. A primeira de suas obras que alcançou merecida repercussão, tendo sido traduzida em numerosas línguas, é o *Traité d'Économie Marxiste*, que veio a lume em 1962. Na introdução dessa obra, o autor adverte: "O leitor que procurar numerosas citações de Marx, de Engels ou de seus principais discípulos, fechará, decepcionado, este livro. Contrariamente a todos os autores de manuais econômicos marxistas, nós nos abstivemos rigorosamente — com algumas raras exceções — de citar textos sagrados ou de lhes fazer a exegese. Nós citamos em compensação abundantemente os principais economistas, historiadores econômicos, etnólogos, antropólogos, sociólogos, psicólogos de nossa época, na medida em que formulam julgamentos sobre os fenômenos que caracterizaram a atividade econômica passada, presente ou futura das sociedades humanas. O que procuramos demonstrar é que, partindo dos dados empíricos das ciências contemporâneas, pode-se reconstituir o conjunto do sistema econômico de Karl Marx. Melhor: procuramos demonstrar que somente a doutrina

econômica marxista permite essa síntese do conjunto das ciências humanas..." (v. 1, p. 13).

A realização desse ambicioso propósito resultou em verdadeira *tour de force*. Utilizando prodigiosa quantidade de fontes, marxistas e não marxistas, o autor pinta em quatro volumes um amplo painel da economia contemporânea, que vai desde a análise do trabalho, da mercadoria e do valor até o estudo do capitalismo monopólico, da economia soviética e do que deveria ser uma economia socialista. O *Tratado* já revela os pontos fortes de Mandel: a admirável erudição e amplitude de visão, capaz de englobar numa só construção teórica grande número de aspectos, em geral tematizados separadamente; e os pontos fracos, dos quais o mais importante é certa superficialidade no tratamento dos assuntos e, algumas vezes, na formulação e sobretudo na comprovação de suas teses. No balanço, os aspectos positivos mais do que compensam os negativos, resultando no todo a reconstituição duma realidade indivisível, freqüentemente vitimada pela excessiva especialização das ciências.

Entre as obras mais acadêmicas de Mandel, anteriores a *O Capitalismo Tardio*, deve ainda ser mencionada a *Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx*, publicada em 1967, na qual a biografia intelectual do grande teórico do socialismo científico é reconstruída, passo a passo, de 1843 até a elaboração de *O Capital*.

Mandel é um dos escritores mais prolíficos, publicando incessantemente artigos, ensaios e análises da conjuntura econômica. O estudo em profundidade da recessão mundial de 1974/75 tomou a forma de um livro, publicado em 1977, sob o título *Ende der Krise oder Krise ohne Ende? (Fim da Crise ou Crise Sem Fim?)*. Nesse volume, Mandel prossegue, à luz dos acontecimentos mais recentes, as linhas de análise que elaborou em *O Capitalismo Tardio*. O aprofundamento de outro tema tratado neste último — o das ondas longas ou ciclos de Kondratieff — deverá ser publicado proximamente sob o título de *The Long Waves of Capitalist Development: a Marxist View*.

2. O Grande Painel Histórico

Do mesmo modo que o *Tratado* também *O Capitalismo Tardio* é obra extensa, que aborda temática variada, desde as leis de movimento do capital e a dinâmica das ondas longas até a hipertrofia do terciário e a emergência da "racionalidade tecnológica" como nova ideologia dominante. Apesar disso, a diversidade temática é algo mais limitada que no *Tratado*, tendo como eixo a análise da etapa presente da história do capitalismo. Isso permitiu ao autor aprofundar a análise histórica, a partir de um esquema teórico original e ambicioso. Em compensação, em *O Capita-*

lismo Tardio, Mandel abandonou o propósito de se abster de citações de "textos sagrados ou de lhes fazer a exegese". Numerosas e às vezes extensas transcrições de Marx (e também de Lênin e de Trotsky) permeiam a obra, no que não haveria mal se não tivessem, muitas vezes, valor provante. Lamentavelmente, algumas controvérsias são encerradas mediante citações, como se as proposições de Marx fossem dogmas e não julgamentos da realidade, permanentemente sujeitas (como as de qualquer outro autor) a revisão e crítica.

Para Mandel, o "capitalismo tardio" não tem o sentido de uma nova essência do capitalismo e "não sugere absolutamente que o capitalismo tenha mudado em essência, tornando ultrapassadas as descobertas analíticas de *O Capital*, de Marx, e de *O Imperialismo*, de Lênin. ... só podemos intentar uma análise marxista do capitalismo tardio com base no estudo de Lênin de *O Imperialismo*" (p. 4). Dessa maneira, o autor afirma sua ortodoxia "marxista-leninista", definindo seu objeto de análise como uma subfase da época imperialista. A periodização adotada distingue uma fase de capitalismo concorrencial (dividida em duas subfases) e uma fase de capitalismo monopolista ou imperialismo, dividida na subfase "clássica" e na subfase atual do "capitalismo tardio". Ela distingue também a Revolução Industrial original, em fins do século XVIII, à qual se seguiram três revoluções tecnológicas: a primeira, iniciada em 1848, proporcionou a produção de motores a vapor por meio de máquinas; a segunda, iniciada em 1896, levou ao desenvolvimento e aplicação do motor elétrico e do motor a explosão; e a terceira, iniciada em 1940 nos EUA e em 1945 nos demais países imperialistas, produziu a regulagem de máquinas por aparelhos eletrônicos (automação) e a energia nuclear (p. 83-84).

Não fica inteiramente clara a relação entre a sucessão de fases e de revoluções técnicas. O capitalismo concorrencial surge como resultado da Revolução Industrial (desenvolvimento da máquina a vapor, produzida manualmente), no fim do século XVIII. Sua segunda subfase, entre 1848 e 1873, é conseqüência da primeira revolução tecnológica. A fase imperialista surge no esgotamento da onda longa com tonalidade expansionista, desencadeada por aquela revolução. A segunda revolução tecnológica dá início a uma nova onda longa com tonalidade expansionista, mas não marca — apesar de suas amplas repercussões de toda a ordem — qualquer subfase específica. É somente a partir da terceira revolução tecnológica, em 1940/45, que se inicia a subfase atual do capitalismo tardio.

A análise histórica de Mandel se baseia em numerosos fatores, que condicionam, em cada período, a produtividade do trabalho e a repartição da renda entre capitalistas e trabalhadores. A produtividade do trabalho é afetada, obviamente, pelas revoluções técnicas, mas também pela ex-

pansão do comércio mundial e pelo imperialismo, capazes de proporcionar às economias industrializadas matérias-primas e alimentos abundantes e baratos. A repartição da renda depende tanto do tamanho do exército industrial de reserva como das vicissitudes sociais e políticas da luta de classes.

Para facilitar o entendimento do quadro teórico elaborado por Mandel convém recordar suscintamente alguns elementos da teoria marxista da estrutura do capital:

> o capital se compõe de duas partes: *capital variável*, destinado à compra de força de trabalho, a qual vai reproduzir o seu valor com um acréscimo — a mais-valia; e *capital constante*, destinado à aquisição dos demais elementos produtivos (máquinas, matérias-primas), cujo valor é conservado pelo trabalho e reaparece no produto. A *composição orgânica* do capital é a relação de valor entre capital constante e capital variável;
>
> a economia, em sua parte produtiva, se divide em dois departamentos: Departamento I, que produz os meios de produção, e Departamento II, que produz os bens de consumo;
>
> o capital se divide ainda em elementos que são inteiramente consumidos no ato da produção — força de trabalho, matérias-primas — e que constituem sua parte *circulante;* e elementos que são consumidos apenas paulatinamente no processo produtivo — máquinas, instalações — e que formam sua parte *fixa.* O tempo necessário para que o valor investido em determinado capital retorne como resultado da venda de todas as mercadorias em cuja produção entrou é o *tempo de rotação do capital.* Obviamente esse tempo é muito maior para o capital fixo do que para o circulante;
>
> a relação de valor entre a mais-valia produzida e o capital variável, isto é, os salários e demais vantagens pagas aos trabalhadores, constitui a *taxa de mais-valia.* Como a soma do capital variável e da mais-valia formam o valor adicionado pelo processo produtivo ao capital constante, a taxa de mais-valia representa a repartição desse valor novo entre o capital (que recebe a mais-valia) e os trabalhadores (pagos com o capital variável).

Após criticar diversos autores marxistas, do passado (Hilferding, Luxemburg, Bauer, Bukharin) assim como do presente (Sweezy, Kalecki, Kidron), que elaboraram teorias "monocausais" de interpretação do desenvolvimento capitalista, Mandel apresenta seu próprio esquema teórico, de caráter "pluricausal". Este corresponde à "concepção do modo de produção capitalista como uma totalidade dinâmica, na qual a ação recíproca de *todas* as leis básicas de desenvolvimento se faz necessária para que se produza um resultado específico. Essa idéia implica que *todas* as variáveis básicas desse modo de produção possam, parcial e periodicamente, desempenhar o papel de variáveis autônomas (...): composição orgânica do capital em geral e nos mais importantes setores em particular (o que também inclui, entre outros aspectos, o volume de capital e sua distribuição

entre os setores); a distribuição do capital constante entre o capital fixo e o circulante (novamente em geral e em cada um dos principais setores; a partir de agora omitiremos esse acréscimo auto-evidente à formulação); o desenvolvimento da taxa de mais-valia; o desenvolvimento da taxa de acumulação (a relação entre a mais-valia produtiva e a mais-valia consumida improdutivamente); o desenvolvimento do tempo de rotação do capital; e as relações de troca entre os dois Departamentos (as quais são basicamente, mas não de maneira exclusiva, uma função da composição orgânica de capital dada nesses Departamentos)" (p. 25. Itálicos no original).

A maioria dessas "variáveis fundamentais" caracterizam a estrutura do capital, ou seja, o modo como se estrutura a produção. No capitalismo, o trabalho social se reparte entre produção de meios de produção e produção de bens de consumo conforme o capital se reparte entre o Departamento I e o Departamento II. Como o Departamento I produz os elementos do capital constante e o Departamento II os do capital variável e do consumo improdutivo da mais-valia, a composição orgânica do capital e a taxa de mais-valia determinam aquela estruturação assim como a taxa de acumulação. Do mesmo modo, a repartição do capital constante entre fixo e circulante determina o tempo de rotação do capital. Essas variáveis caracterizam, portanto, a estrutura da produção e resultam em boa medida da tecnologia utilizada e da composição do consumo de capitalistas e de trabalhadores. Dada a tecnologia, os tipos de produtos consumidos por uma e outra classe determinam a composição orgânica do capital no Departamento II, portanto o tamanho e a composição orgânica do capital no Departamento I, a repartição do capital constante entre fixo e circulante e o tempo de rotação do capital.

As duas variáveis restantes são de natureza algo diferente. A taxa de mais-valia exprime a repartição do valor adicionado entre capital e trabalho e reflete circunstâncias não só econômicas mas também sociais e políticas. O mesmo pode ser dito das relações de troca entre os Departamentos I e II, já que, na análise de Mandel, os preços não são de equilíbrio, mas resultam da caça ao superlucro. "A situação normal da reprodução ampliada é portanto o *desnível de lucros, sendo a procura do superlucro o estímulo principal ao crescimento da acumulação.*"[1] Esta é uma das mais importantes teses de Mandel e sobre ela voltaremos adiante. Seja dito, no entanto, desde já, que ela diferencia sua análise da maioria das outras (inclusive das de autores marxistas), que pressupõem preços de equilíbrio, ou seja, determinados de tal modo que proporcionam aos capitais idênticas taxas de lucro. Admitindo-se preços de equilíbrio,

[1] Traduzido do original alemão, p. 71. Itálicos no original. (N. do Ed.)

as relações de troca entre os Departamentos seriam determinadas exclusivamente pela composição orgânica do capital e pelo tempo de rotação do capital, dada a taxa de mais-valia.

As seis variáveis refletem basicamente a tecnologia utilizada e a repartição da renda, tanto entre capitalistas e trabalhadores como entre os próprios capitalistas. A tecnologia é que está por detrás da composição orgânica do capital. É uma das hipóteses de Marx, plenamente aceita por Mandel, que o avanço tecnológico, isto é, a introdução de processos de produção que elevam a produtividade do trabalho, eleva a composição orgânica do capital, portanto aumenta o capital no Departamento I em relação ao aplicado no Departamento II, assim como aumenta o capital fixo em relação ao circulante, tornando maior o tempo de rotação do capital como um todo. Isso não impede, no entanto, que o avanço da tecnologia no *Departamento I* barateie o capital constante, inclusive sua parte fixa, e acelere a rotação do capital, o que Mandel mostra que efetivamente vem acontecendo. Do mesmo modo, a tecnologia em seu avanço vai proporcionando novos produtos, que alteram a composição do consumo, afetando o tamanho e a composição orgânica do capital no Departamento II, a taxa de acumulação e assim por diante. Mas, tanto o consumo como a própria tecnologia são, em boa medida, determinados pela repartição da renda. Para entender isso basta considerar que o consumo dos ricos difere bastante do dos pobres e que muitos avanços tecnológicos são introduzidos em resposta ao aumento dos salários.

Para Mandel, a história do capitalismo só pode ser compreendida através da ação conjunta dessas seis variáveis porque dela resultam as flutuações da taxa de lucro, que são "o sismógrafo dessa história" (p. 26). Como o capitalismo é um modo de produção orientado para o lucro, é óbvio que as variações da taxa de lucro desempenham em sua história papel fundamental. Mandel sustenta, no entanto, que elas não passam de resultados, a serem explicados pela ação conjunta das variáveis fundamentais.

O grande painel histórico do capitalismo, montado por Mandel, contém, além das fases e subfases já mencionadas, períodos marcados por profundas transformações tecnológicas, que foram possibilitadas por "marés montantes de acumulação". Tais marés são sempre condicionadas previamente por súbita elevação da taxa média de lucro, a qual pode ser produzida por diversos fatores, tais como queda da composição orgânica do capital, aumento da taxa de mais-valia, barateamento de elementos do capital constante ou encurtamento do tempo de rotação do capital (p. 79-80). Percebe-se que esses fatores correspondem a algumas das variáveis fundamentais, embora não a todas. Seja como for, uma vez desencadeada a maré montante de acumulação, é possível que ocorra um "revolucionamento

da técnica como um todo" — ou seja, as revoluções tecnológicas acima mencionadas — que possibilitam distinguir os referidos períodos com duração média de 50 anos: o primeiro do fim do século XVIII até a crise de 1847; o segundo daquele ano até o início dos anos 90 do século passado; o terceiro do fim do anterior até a Segunda Guerra Mundial; e o quarto, em que nos encontramos atualmente (p. 83-84).

Cada um desses períodos se divide por sua vez em duas ondas longas: uma primeira com "tonalidade expansionista", graças ao impulso proveniente da revolução tecnológica; e uma segunda, com "tonalidade de estagnação", quando aquele impulso se esgota. Na descrição desse processo, por Mandel, o revolucionamento da técnica desempenha um papel fundamental. Ela se inicia, em geral, por substituição de fontes de energia e pela introdução correspondente de novos tipos de motores e de máquinas, que vão renovando o capital fixo nos diversos ramos de produção. Enquanto isso se dá, há grande quantidade de oportunidades lucrativas de aplicação de capital, o que constitui precisamente a onda longa com tonalidade expansionista. Porém, mais cedo ou mais tarde, o revolucionamento da técnica acaba por alcançar todos os ramos de produção da economia mundial e as oportunidades de investimento começam por escassear. Ao mesmo tempo, como resultado da revolução tecnológica, a composição orgânica do capital se eleva determinando a queda da taxa média de lucro. Isso impede que novo revolucionamento da técnica ocorra em seguida. O investimento cai, ficando parte do capital disponível ocioso. São essas as circunstâncias que dão lugar à onda de tônica estagnante (p. 83).

Os períodos de meio século, divididos em ondas longas, de Mandel, coincidem com os chamados "ciclos de Kondratieff", bem conhecidos na literatura econômica. Mandel reconstrói a história da descoberta dos ciclos longos, que foi consolidada precisamente pelos trabalhos do economista russo N. D. Kondratieff, nos anos 20. Para Kondratieff, os ciclos longos são condicionados por fatores exclusivamente econômicos. Trotsky, que, de forma independente, também chamou a atenção para fases sucessivas de acumulação rápida e lenta, se opôs à teoria de Kondratieff, por considerá-las épocas da história do capitalismo e não ciclos. Mandel se coloca formalmente ao lado de Trotsky e por isso adota a nomenclatura de "períodos" e "ondas", mas sua análise se aproxima mais da de Kondratieff, embora sempre negando seu caráter monocausal. Nessa questão, a ortodoxia trotsquista de Mandel obviamente o atrapalha, prejudicando a clareza do seu pensamento, em que coexistem, sem estarem articulados, *fases e subfases históricas* (na tradição de Lênin e Trotsky) e *períodos* que de fato não são mais do que ciclos de Kondratieff, explicados por critérios próprios. A onda longa com tonalidade expansiva

corresponde à fase de ascensão do ciclo de Kondratieff e a onda longa com tonalidade de estagnação à fase de descenso do mesmo.

A visão da história do capitalismo, que nos oferece Mandel, é sem dúvida sugestiva, sobretudo quando combinada com sua tese de que, no capitalismo monopolista, a caça ao superlucro de certa maneira substitui a procura da maximização do lucro, pressuposto clássico que também se encontra em Marx. A tese da caça ao superlucro impede que a interpretação histórica seja predominantemente tecnológica, o que faria voltar o "monocausalismo", tão exorcizado pelo autor na introdução metodológica, pela porta dos fundos. A caça ao superlucro explica a expansão geográfica do capitalismo e os resultados do imperialismo influem no suceder das ondas com tonalidades de sinais opostos. Assim, em plena onda com tonalidade de estagnação do segundo Kondratieff (1848-1896), a queda da taxa de mais-valia e a demanda insatisfeita por matérias-primas, nos países industrializados, ao lado de outros fatores, induzem os capitais sobrantes a procurarem oportunidades de inversão nos países não desenvolvidos. Esses capitais, graças à sua menor composição orgânica e maior taxa de mais-valia (pois produziam na periferia com menos equipamento mecânico e pagando salários mais baixos), puderam alcançar superlucros, contribuindo para a elevação da taxa de lucro no centro. Obviamente, a exportação de capitais, iniciada nos anos 80 do século passado, foi decisiva para o desencadeamento da segunda revolução tecnológica e a onda longa com tonalidade expansionista que se lhe seguiu.

Face à sua grande ambição teórica, a interpretação histórica de Mandel carece de um tratamento mais sistemático. O papel das variáveis fundamentais, sobretudo na passagem da onda com tonalidade expansionista para a de tonalidade de estagnação, não chega a ser suficientemente explicitado. No segundo Kondratieff (1848-1896) essa passagem, que coincide com o início da "longa depressão", em 1873, é atribuída principalmente à saturação da demanda de motores a vapor produzidos por máquinas. Surge capacidade ociosa no Departamento I, a qual será utilizada para produzir meios de produção a serem exportados à periferia colonial e semicolonial. No terceiro Kondratieff (1894-1939), essa passagem se dá com o início da grande crise de 1929 e é atribuída ao aumento da composição orgânica do capital, resultante da segunda revolução tecnológica. Esse aumento não pôde ser neutralizado por uma correspondente elevação da taxa de mais-valia pois a burguesia teve que fazer concessões ao proletariado para salvar sua hegemonia de classe (p. 132). O mínimo que se pode criticar nessas análises é que elas são muito pobres, face à perspectiva teórica delineada. Nelas, o fator tecnológico desempenha o papel ativo, seja pelo seu presumido efeito so-

bre a composição orgânica do capital, seja pelo esgotamento do campo de aplicação da nova tecnologia. A luta de classes aparece como reator, que permite ou não preservar a taxa de lucro dos efeitos negativos, provenientes da dinâmica tecnológica. O mesmo se dá com a ação do imperialismo no mundo não desenvolvido.

Não obstante, o enfoque de Mandel parece ser fundamentalmente correto, ao procurar combinar na mesma análise a evolução no plano tecnológico, as transformações no plano econômico e os eventos no plano político. Surge assim uma visão muito mais abrangente da dinâmica do capitalismo do que as análises de caráter economicista permitem entrever. Quando Mandel erra, isso se deve geralmente à sua ortodoxia. É o caso do aumento da composição orgânica, que Mandel "deduz" das revoluções tecnológicas. Rowthorn, em artigo citado neste volume, apresenta dados convincentes de que não houve tendência persistente de aumento da composição orgânica do capital, pelo menos na economia americana, entre 1880 e 1948. Ora, sendo esta a economia tecnicamente mais avançada do mundo, é pouco provável que nas demais aquela tendência se tenha manifestado.

Mandel não ignora que o efeito da evolução tecnológica sobre a composição orgânica do capital é dúplice, pois embora tenda a elevar o *volume* de equipamento, matéria-prima e energia por trabalhador, ela também barateia a produção desses elementos do capital constante, de modo que não se pode prever em que direção deve evoluir a relação entre o *gasto* com esses elementos e o *gasto* com a aquisição de força de trabalho. Mandel, ao discutir o assunto, argumenta que a possibilidade de se construir máquinas mais complexas sem que o seu valor aumente exigiria que a produtividade do trabalho no Departamento I crescesse mais rapidamente do que no conjunto da economia e como as novas máquinas são produzidas com a técnica disponível, não seria realista supor que essa condição pudesse ser satisfeita a longo prazo (p. 142). Ora, esse raciocínio de Mandel não tem lógica. Se a máquina mais complexa aumenta a produtividade do trabalho no ramo em que é aplicada, nesse ramo a composição orgânica do capital irá aumentar mesmo que a nova máquina não custe mais do que a antiga, pois ela permitirá obter a mesma produção com menor número de horas de trabalho. Supondo-se que o salário não se altere, o mesmo custo de capital fixo estará relacionado com menor volume de salários. Para que a composição orgânica do capital não se eleve é preciso que a nova máquina tenha valor inferior à antiga *na mesma proporção* em que ela libera mão-de-obra. Isso implica apenas que a produtividade do trabalho cresça no ramo que produz as novas máquinas *no mesmo ritmo* com que estas elevam a produtividade do trabalho no ramo que as utiliza. A título de ilustração, suponhamos que a máquina antiga

era operada por três trabalhadores e a nova por apenas dois. Se essa máquina é usada para produzir bens de consumo, a produtividade no Departamento II terá aumentado de 50%. Se a composição orgânica do capital no Departamento II não se altera, o preço da nova máquina não pode ser mais do que 2/3 do da antiga, o que implica que também no Departamento I a produtividade do trabalho deve ter aumentado de 50%.

Parece de fato improvável que uma máquina mais eficiente seja mais barata do que a que ela vem a substituir. Por isso, no momento da renovação tecnológica o que deve ocorrer, na maioria dos casos, é um aumento da composição orgânica. Mas, com o passar do tempo, a produção da nova máquina é aperfeiçoada e sua escala é enormemente ampliada, o que acarreta seu barateamento. Portanto, é precisamente no longo prazo que a composição orgânica do capital não tem que aumentar. Por esse raciocínio, as revoluções tecnológicas devem ter acarretado aumento da composição orgânica sobretudo no período de sua implantação, isto é, durante a onda longa com tonalidade expansionista, sendo provável que na fase seguinte, durante a onda longa com tonalidade de estagnação, a composição orgânica do capital tenha tendido a declinar. Essa hipótese obviamente nega grande parte da análise de Mandel, sobretudo no que se refere ao mecanismo da passagem das ondas longas com tonalidade expansionista às com tonalidade de estagnação.

Mas, não há por que generalizar. Fazê-lo seria cair no mesmo erro de simplificação dedutiva que criticamos em Mandel. A hipótese de um comportamento "anticíclico" da composição orgânica do capital — deprimindo a taxa de lucro na fase de alta e a elevando na fase de baixa — serve apenas para mostrar que operar no plano puramente dedutivo sujeita a análise a um grau inadmissível de arbitrariedade. O que se faz necessário é enriquecê-la não só com outros aspectos da realidade mas sobretudo com maior fundamentação empírica. Afinal de contas, é bem possível que algumas das revoluções tecnológicas tenham começado por afetar o Departamento I, contribuindo dessa forma para reduzir a composição orgânica do capital antes que sua extensão aos ramos do Departamento II ocasionasse novamente sua elevação. É indispensável levar em consideração, em cada período concreto, a incidência do revolucionamento da técnica em cada um dos Departamentos e a ordem em que ela ocorre.

Outro aspecto que Mandel deixa de considerar é que as revoluções tecnológicas — sobretudo as duas últimas — não consistem somente na mudança dos processos de produção de bens já conhecidos mas também na criação de novos bens e serviços de consumo — os chamados "novos produtos" —, o que dá lugar ao surgimento de novos ramos de produção. Ora, a composição orgânica do capital

nesses novos ramos pode estar abaixo da dos ramos mais antigos, contribuindo para a baixa ou, pelo menos, para um menor aumento da composição orgânica do capital como um todo, a qual é uma média ponderada das que vigoram nos diversos ramos. Esse aspecto tornou-se particularmente relevante no século presente porque muitos dos novos ramos apareceram no setor de serviços, no qual a composição orgânica do capital tende a ser bastante baixa. É o caso particularmente do ensino e dos serviços de saúde, cuja expansão tem sido notável desde o começo do século.

Mandel conclui a parte propriamente histórica do livro com a análise da terceira revolução tecnológica. Argumenta que, com o avanço da automação, é inevitável que a composição orgânica do capital aumente e a taxa de lucro caia, porque nas plantas inteiramente automatizadas, não havendo trabalho vivo, tão pouco há produção de mais-valia. Mandel considera por isso a automação como sendo "o limite interior absoluto do modo de produção capitalista" e que o "capitalismo é incompatível com a produção plenamente automatizada na totalidade da indústria e da agricultura porque nessa situação não mais permite a criação de mais-valia ou a valorização do capital" (p. 145-146). Não há, a esse respeito, como deixar de dar razão ao autor. Só que o raciocínio é excessivamente abstrato para fundamentar um prognóstico como o que Mandel faz, mediante uma série de ilustrações numéricas, de que o progresso da automação ocasiona *"uma crise histórica da valorização do capital"* (p. 148. Itálico no original), que constituiria a marca específica do capitalismo tardio. Esta seria "uma nova fase do imperialismo ou da época do capitalismo monopolista, caracterizada por uma crise estrutural do modo de produção capitalista" (p. 150).

A fundamentação empírica dessa hipótese, oferecida por Mandel, é bastante precária. Ela consiste na queda do número total de horas trabalhadas na indústria de transformação dos Estados Unidos (entre 1966 e 1970) e da Alemanha Ocidental (entre 1960 e 1970, mas neste país esse total aumentou entre 1968 e 1970; do total de 1,5 bilhão de horas perdido entre 1960 e 1968, 1 bilhão foi recuperado nos dois anos seguintes) (p. 148-149). Sem medir concretamente as dimensões alcançadas pela automação nos diferentes ramos e o ritmo do seu avanço, não se pode falar de "crise estrutural do capitalismo". Além do mais, Mandel tende, como muitos outros autores, a tomar a indústria de transformação como representativa da economia capitalista como um todo. Não há dúvida de que a evolução mais recente mostra que a automação progride com certo ímpeto nesse setor da produção, confirmando a hipótese de Mandel. Mas, nos demais setores, sobretudo no Terciário, a realidade é muito diferente. Mesmo que a microeletrônica venha a semi-automarizar certos serviços de controle, sobretudo os que se realizam em escritórios, nada indica que o

mesmo venha a acontecer, pelo menos em futuro previsível, com os serviços pessoais. Mandel possivelmente nem se preocupou com eles pois os considera "improdutivos", assunto sobre o qual ainda voltaremos. Se os tivesse tomado em consideração teria percebido que o capitalismo é capaz de suportar a automação de parte considerável da produção industrial e agrícola porque continua crescendo o volume de trabalho vivo ocupado em serviços, grande parte do qual produz mais-valia. Nessas condições, é muito cedo para proclamar a "crise estrutural do capitalismo", embora Mandel esteja certo ao apontar que as suas sementes bem podem estar sendo plantadas pelo avanço da automação.

Como muitos outros autores com dom profético, Mandel tende a "avançar o sinal", constatando tendências que somente posteriormente tornar-se-ão realidade. Em 1972, quando terminou o livro, o microprocessador, base da microeletrônica, tinha acabado de ser inventado e a automação estava ainda em sua infância. Mesmo hoje, dez anos depois, pode-se dizer que a aplicação maciça da automação está apenas começando. No entanto, Mandel já atribui à automação a reconstituição do exército industrial de reserva, nos EUA, após a Segunda Guerra Mundial, quando a aplicação da eletrônica aos processos de produção estava apenas saindo do estágio experimental (p. 124-125). No entanto, seu dom profético se revela perfeitamente quando escreve: "Nessa intensificação da luta de classes [a partir dos anos 60], o capital não tem chance de assegurar um acréscimo efetivo na taxa de mais-valia (...) enquanto as próprias condições do mercado de trabalho modificarem 'a relação de forças dos combatentes' em favor do proletariado. Em conseqüência, a expansão do exército industrial de reserva se tornou atualmente um instrumento deliberado de política econômica em benefício do capital" (p. 127). Essas palavras tornaram-se agora, após a forte elevação da taxa de desemprego nos países capitalistas industrializados, a partir de 1975, muito mais verdadeiras do que quando foram escritas.

Não obstante os méritos que a antevisão do futuro confere ao texto de Mandel, a qualidade de sua análise histórica — enquanto *histórica* — é prejudicada por esse deslocamento dos fenômenos no tempo. Na realidade, a onda longa com tonalidade expansionista, que se inicia com a Segunda Guerra Mundial nos EUA e após o término da mesma nos demais países industrializados, se deve muito mais aos efeitos da segunda revolução tecnológica do que aos da terceira, cuja essência (segundo Mandel) consiste no desenvolvimento da energia nuclear e da automação. O que dominou a dinâmica do período 1945/67 não foi nem uma nem outra dessas inovações tecnológicas, mas a grande expansão das indústrias produtoras de bens duráveis de consumo (sobretudo do automóvel), de produtos petroquímicos, insumos industriais para a agricultura, de meios de

transporte (navios, aviões) e de armamentos, além do grande crescimento da aviação comercial, da mecanização da construção civil etc. etc. Inegavelmente, esse período foi dominado por notável dinamismo tecnológico, sobretudo pela criação de novos produtos, mas nem a energia nuclear nem a automação podem ser consideradas seus traços dominantes. E, diga-se de passagem, seria um erro evidente imaginar que a segunda revolução tecnológica tivesse esgotado seus efeitos por volta de 1929, quando se inicia a onda longa com tonalidade de estagnação do período 1896-1945. Suas principais conquistas — o motor elétrico e o motor a explosão — somente desenvolveram a maior parte de suas potencialidades após a Segunda Guerra Mundial. A grande vaga de inovações tecnológicas que se desencadeou no após-guerra, com a notória exceção da energia nuclear e da cibernética, se filia aos inventos das décadas que antecederam a Primeira Guerra Mundial: a tecnologia de geração e utilização da energia elétrica, o rádio (como antecessor direto da televisão), o automóvel e o avião. Portanto, as relações postuladas por Mandel entre as revoluções tecnológicas e as ondas longas com tonalidade expansionista nem sempre coincidem com os fatos históricos.

3. O Capitalismo Tardio

Na análise do capitalismo tardio, Mandel enfatiza o aumento da taxa de mais-valia, ocasionado pela vitória do fascismo e do nazismo em vários países da Europa, no período entre as guerras, e pelas circunstâncias da Segunda Guerra Mundial. Tendo conseguido enfraquecer decisivamente o movimento operário, o capital reduziu os salários reais e os manteve baixos mesmo após o fim da grande crise dos anos 30. Mandel sustenta que a produção bélica, por si, jamais poderia ter desencadeado a onda longa com tonalidade expansionista do após-guerra. Para tanto, era necessário que a demanda de bens de consumo se expandisse, sem afetar negativamente a taxa de lucro. Essa condição foi satisfeita, segundo Mandel, graças à terceira revolução tecnológica, que renovou os métodos de produção no Departamento I, elevando a produtividade do trabalho e, por conseguinte, a produção de mais-valia relativa. Dessa maneira, foi possível elevar os salários reais, expandindo o mercado de bens de consumo, sem que a taxa de mais-valia diminuísse.

Mandel deduz as características do capitalismo tardio em grande parte do que chama de terceira revolução tecnológica, a qual analisa longamente. Confunde, no entanto, a automação propriamente dita, isto é, a regulação eletrônica da produção com total eliminação do trabalho humano com características gerais do avanço tecnológico, o qual, sem dúvida, se acelerou consideravelmente após a Segun-

da Guerra Mundial. Assim, por exemplo, o crescimento do valor da maquinaria em relação ao da construção, na composição do capital fixo, a aceleração das inovações tecnológicas com grande aumento dos gastos com pesquisa e desenvolvimento (R&D), encurtamento da vida útil do capital fixo, maior necessidade de planejamento da produção dentro das empresas e de programação macroeconômica, aumento da composição orgânica do capital e agudização das contradições entre crescente socialização do trabalho e apropriação privada, entre produção cada vez maior de valores de uso e a realização do valor de troca, entre processo de trabalho e processo de valorização etc. (p. 136-138) — tudo isso caracteriza o avanço tecnológico em geral, no capitalismo e, nessa medida, constitui uma interpretação adequada do que ocorreu no período de após-guerra. Só que para Mandel, essa dinâmica foi toda dominada pelo avanço da automação, o que é, sem dúvida, um exagero. Ao enumerar os ramos em que houve grande aumento de produtividade nesse período, mistura ramos em que houve alguma automação com outros (como agricultura) em que houve apenas mecanização (p. 134).

Aliás, quanto à pretensa substituição de mão-de-obra por equipamento, como efeito da automação, Mandel parece ser vítima de certa ficção científica, que tende a atribuir à "ciência" capacidade de moldar o real muito além do que tem ocorrido. Como observou Charles E. Silberman:[2] "*a automação não é causa significativa de desemprego, em grande parte porque não há muita automação.* A quantidade de automação instalada e a taxa provável de seu crescimento futuro tem sido ampla e irresponsavelmente exagerada por comentaristas e críticos sociais que confundem o que pode ser com o que é. Esses fabricantes de mitos deixam de distinguir entre o que é cientificamente possível e o que é economicamente viável". E ele especifica mais adiante: "Quinze anos depois que os conceitos de *feedback* e de *closed-loop control* foram difundidos e dez anos depois que computadores tornaram-se de uso comum, *nenhum processo totalmente automatizado existe para qualquer produto importante em qualquer indústria nos Estados Unidos.* Nem há algum em perspectiva no futuro imediato" (p. 2, itálicos no original). A Comissão Nacional de Tecnologia, Automação e Progresso Econômico, apontada em 1965 pelo Presidente dos EUA e da qual participaram, entre outros, Walter P. Reuther, Daniel Bell e Robert M. Solow, concluiu que "o ritmo de mudança tecnológica aumentou em décadas recentes e pode aumentar no futuro, mas nenhuma ruptura nítida na continuidade do progresso técnico ocorreu nem é provável que ocorra na próxi-

[2] SILBERMAN, Charles E. *The Myths of Automation*. Nova York, Harper & Row, 1936, p. IX. (Itálicos no original.)

ma década".[3] A Comissão verificou que o crescimento da produtividade do trabalho nos EUA foi substancial no período de após-guerra, mas que não justifica a suposição de que tenha ocorrido "uma verdadeira revolução tecnológica". E no que se refere ao seu efeito sobre o emprego, ela foi enfática: "A persistência de um nível genericamente alto de desemprego nos anos após a guerra da Coréia não foi o resultado do progresso tecnológico acelerado".[4] E a Organização Internacional do Trabalho adverte que "é essencial distinguir claramente entre mecanização e automação de modo a reduzir as angústias que a confusão dos dois processos pode provocar. Não há razão no presente para supor que o processo de mecanização venha a avançar a um ritmo significativamente mais rápido no futuro do que apresentou no passado (...) Enquanto a automação tem tido aplicação em algumas poucas indústrias de transformação e em transporte e comunicações, seu efeito último sobre o emprego foi provavelmente pequeno. Na indústria sua principal aplicação tem sido em ramos como a produção química e refinação de petróleo, cujas operações já eram em grande medida de fluxo contínuo com baixo uso de mão-de-obra".[5]

É duvidoso, portanto, que a terceira revolução tecnológica de Mandel tenha de fato ocorrido, pelo menos *quando* ele supôs que ela tinha tido lugar, ou seja, no imediato após-guerra. A energia nuclear, como hoje sabemos, não é alternativa energética superior aos combustíveis convencionais e sua aplicação tem sido cada vez mais limitada pelos enormes riscos ecológicos que acarreta. Quanto à automação, como vimos, sua aplicação é muito mais vagarosa do que Mandel dá a entender. Com a invenção do microprocessador, em 1971, novas perspectivas de automação de grande número de processos produtivos se abriram. É possível que, nas décadas restantes deste século, a automação venha de fato a revolucionar a técnica em geral, mas se isso acontecer a terceira revolução tecnológica terá acontecido muito depois do que Mandel imaginou.

Esse deslocamento temporal dos fatos — do futuro para o passado — falseia o entendimento do que vem se passando no capitalismo tardio, particularmente no que se refere à passagem da onda longa com tonalidade expansionista para a onda com tonalidade de estagnação. Para Mandel, essa passagem, a partir da segunda metade dos anos 60, dever-se-ia ao esgotamento da terceira revolução tecnológica. Ele a caracteriza nos seguintes termos: "vimos as ra-

[3] BOWEN e MANGUM (Eds.). *Automation and Economic Progress*. Englewood, Prentice-Hall, 1966. p. 8.
[4] BOWEN e MANGUM. *Op. cit.*, p. 10.
[5] ILO. *Manpower Aspects of Recent Economic Developments in Europe*. Genebra, 1969.

zões para a expansão do mercado na época do capitalismo tardio: a terceira revolução tecnológica e a transição da tecnologia produtiva baseada em motores elétricos simples para a eletrônica, a automação e a energia nuclear. Uma vez que essa revolução tenha ocorrido e se tenha formado um novo setor do Departamento I, para fabricar máquinas automáticas e conjuntos de máquinas a taxa de crescimento do Departamento I começa a cair. O mesmo se passa com a taxa de crescimento do conjunto da economia capitalista, pois deixa de haver uma renovação fundamental da produção no Departamento I, somente uma expansão quantitativa das técnicas de produção já existentes" (p. 181-182). Está claro que essa interpretação nada tem que ver com os fatos. Na realidade, quando Mandel estava escrevendo, a microeletrônica ensaiava seus primeiros passos no sentido de fazer exatamente aquilo que ele supunha estar esgotado — a renovação fundamental da produção no Departamento I. Depois do desenvolvimento do transistor, a partir de 1947, e do circuito integrado, a partir de 1959, foi a invenção de uma ficha de silicone contendo toda a unidade central de processamento de um computador, isto é, o microprocessador, em 1971, que eliminou as dificuldades técnicas e sobretudo os obstáculos econômicos à aplicação da regulagem eletrônica a uma enorme variedade de processos produtivos. Microprocessadores estão sendo instalados em instrumentos de medida que controlam processos de fluxo contínuo em refinarias de petróleo, centrais elétricas, usinas siderúrgicas e fábricas de produtos químicos; em máquinas-ferramentas que se tornam robôs, utilizados em linhas de montagem nas indústrias metalmecânicas, inclusive em operações de fluxo descontínuo, pois são facilmente reprogramáveis; em máquinas de escritório "inteligentes" tais como pequenos computadores, processadores de palavras (que substituem máquinas de escrever), máquinas copiadoras e terminais telefônicos computadorizados. A grande vantagem do microprocessador é que, além de pequeno e flexível, ele é muito barato, tornando, pela primeira vez, a automação economicamente viável em quase todas as esferas da produção material, numa porção de serviços de controle e na produção doméstica (mediante utensílios "inteligentes" tais como fornos e máquinas de lavar computadorizados, atualmente já no comércio).

É bastante óbvio que a chamada "revolução microeletrônica" não pode deixar de expandir o "novo setor do Departamento I para a fabricação de máquinas e complexos de máquinas automáticas". Em 1980, só nos Estados Unidos, a indústria eletrônica ocupava 1,5 milhão de pessoas e uma projeção da consultora americana Arthur D. Little prevê que a manufatura de computadores e outros equipamentos eletrônicos, além de calculadores, relógios, jogos etc. deverá gerar mais um milhão de empregos novos, en-

tre 1977 e 1987, nos EUA e na Europa ocidental.[6] É evidente que isso não impediu que a economia capitalista mundial entrasse, a partir dos anos 70, numa fase de crescimento lento, com recessões longas, profundas e repetidas, que pode perfeitamente ser caracterizada como onda longa com tonalidade de estagnação ou fase de descenso de um ciclo de Kondratieff. Só que a razão dessa mudança de dinâmica econômica não pode ser a apontada por Mandel, isto é, o pretenso esgotamento das inversões provocadas pela automação.

Em relação a muitos outros aspectos do capitalismo tardio, no entanto, Mandel não deixa de ter razão: de fato, o ritmo de aplicação de inovações tecnológicas se acelerou enormemente, graças não só ao aumento das despesas com pesquisa e desenvolvimento, mas também à sua organização como ramo autônomo da divisão do trabalho, possibilitada pela valorização das rendas tecnológicas, que se tornaram a principal fonte de superlucros. Essa aceleração da mudança tecnológica ocasionou a depreciação mais rápida e portanto o encurtamento do tempo de rotação do capital fixo, o que exige, por sua vez, um planejamento empresarial mais abrangente e cuidadoso da produção, dos investimentos em R&D, das inovações técnicas, das vendas etc. O que explica a centralização do capital mediante a criação de conglomerados (firmas com empresas em múltiplos ramos) que são ao mesmo tempo multinacionais.

Essa evolução toda desemboca na exigência do controle externo à empresa, para tornar previsível a evolução da economia como um todo, de modo que o planejamento empresarial possa tomar como base projeções macroeconômicas confiáveis. Mandel explica dessa maneira a voga do planejamento indicativo, cujas limitações não deixa de apontar. O que destrói a efetividade desse planejamento é sobretudo a resistência dos assalariados, que se recusam a se deixar enquadrar em contratos de trabalho de longa duração ou em diretrizes governamentais sobre o que pode ou não ser reivindicado. Mandel deduz das tentativas de enquadramento dos sindicatos na programação macroeconômica "uma lei mais geral: *a coerção inerente ao capitalismo tardio para ampliar o controle sistemático sobre todos os elementos dos processos de produção, circulação e reprodução*" (p. 170. Itálicos no original). Certas tendências totalitárias do capitalismo tardio já foram apontadas por outros autores, mas cabe a Mandel o mérito de ter mostrado que suas raízes se encontram no próprio desenvolvimento das forças produtivas, que requer regulação cada vez mais abrangente e centralizada.

A análise da tendência ao planejamento intra e extra-

[6] NORMAN, C. *Microelectronics at Work: Productivity and Jobs in the World Economy*. Worldwatch Paper (39). Outubro de 1980.

empresarial leva Mandel a intervir na polêmica a respeito da chamada "tecnoburocracia", que tende a substituir a burguesia no exercício das funções do capital. Como seria de se esperar, Mandel é levado pela sua ortodoxia a negar a possibilidade dessa substituição. Seu argumento é que a tecnoburocracia é obrigada a subordinar seu planejamento à valorização do capital da firma como um todo e, se essa não ocorre, o planejamento é derrubado, podendo a firma ser vendida, temporariamente fechada ou mesmo definitivamente dissolvida (p. 172). O que é obviamente verdade. Mandel esquece, no entanto, que a necessidade de valorizar o capital atinge com mais força ainda os seus proprietários, que deixam de sê-lo se a firma é vendida ou fechada. É indiscutível que a tecnoburocracia está submetida — tanto quanto a burguesia — à lógica do capital. O que não demonstra, de modo algum, como Mandel quer, que a tecnoburocracia não exerça de fato o papel de "funcionária do capital" nas grandes empresas monopólicas. O que diferencia a tecnoburocracia da burguesia (acionistas) não é a necessidade de valorizar o capital, ou seja, de obter uma quantidade adequada de lucro, mas a estratégia para alcançar esse objetivo.

Mandel mesmo reconhece que "em condições de competição monopolista a maximização dos lucros a curto prazo é um objetivo completamente sem sentido. A estratégia das empresas visa à *maximização dos lucros a longo prazo*, na qual fatores tais como o domínio do mercado, a repartição do mercado, a familiaridade com a marca, a capacidade futura de atender à demanda, a salvaguarda de oportunidades para inovação — isto é, para crescimento — se tornam mais importantes do que o preço de venda que pode ser imediatamente obtido ou a margem de lucro que isso representa" (p. 163. Itálicos no original). É precisamente esta a estratégia empresarial que corresponde aos interesses da tecnoburocracia, cujas chances de carreira, níveis de ganho e raio de influência dependem do crescimento da empresa muito mais do que de sua lucratividade a curto prazo. Esta interessa, no entanto, sobremaneira ao pequeno e médio acionista, que almeja ganhos especulativos decorrentes da rentabilidade de suas ações. É verdade que os grandes acionistas, que em geral participam diretamente ou por meio de delegados da alta direção da empresa, tendem a aceitar a estratégia da tecnoburocracia mas isso se dá precisamente na medida em que são *insiders*, isto é, membros de fato da tecnoburocracia. Nada impede que acionistas sejam tecnoburocratas e vice-versa — na verdade a confluência dos dois papéis é deliberadamente provocada pelas cúpulas tecnoburocráticas. Nesse ponto, como em outros, a vontade de ser ortodoxo cega Mandel para transformações de grande significado que distinguem o capitalismo tardio de períodos anteriores do capitalismo.

Uma discussão interessante é a que Mandel trava a res-

peito da Economia Permanente de Guerra, uma das características do capitalismo tardio. Dada a crescente industrialização e sofisticação tecnológica do modo de conduzir guerras, tornou-se cada vez maior a soma de recursos, gastos pelos países capitalistas, com o desenvolvimento e a compra de armamentos havendo ou não guerra. Esses fatos levaram certos teóricos marxistas a ver na Economia Permanente de Guerra uma forma de o capitalismo tardio resolver suas dificuldades de realização da mais-valia (expansão da demanda efetiva) ou deter a tendência à queda da taxa de lucro. Mandel analisa ambas as teses e as refuta de modo convincente, demonstrando que não há elementos que comprovem que o armamentismo se tornou economicamente um fim em si. A Economia Permanente de Guerra se explica pelas necessidades políticas, diplomáticas e militares das potências imperialistas.

Outra discussão digna de nota é sobre a internacionalização do capital, que se dá em escala significativa apenas no capitalismo tardio. Mandel demonstra que a internacionalização do capital (formação de firmas multinacionais) decorre basicamente da internacionalização das forças produtivas, ocasionada pela terceira revolução tecnológica. Embora discordemos do conteúdo dessa revolução, não podemos deixar de dar razão ao autor quando ele aponta o crescimento das escalas "ótimas" de produção e do volume de capital como causas principais da internacionalização do capital. Ele mostra ainda que a existência de multinacionais integra economicamente os principais países capitalistas, o que dificulta se não impossibilita a programação independente de cada economia nacional. E também a implementação de políticas anticíclicas limitadas a cada país isoladamente. "Como os instrumentos da política anticíclica consistem em artifícios monetários, creditícios, orçamentários, tributários e alfandegários, essa política deve ter à sua disposição uma moeda internacional uniforme e uma orientação internacional uniforme relativa a crédito, orçamentos e impostos. (...) Mas a longo prazo é impossível ter uma moeda comum, um orçamento comum, um sistema comum de tributação e um programa de obras públicas comuns sem um Governo federal com soberania em questões de tributação e finanças, dispondo de um poder executivo de repressão para impor sua autoridade — em outras palavras, sem um Estado comum" (p. 231).

Mandel conduz a discussão a respeito da crescente contradição entre a forma nacional do Estado e a internacionalização do capital produtivo em termos de três alternativas — superimperialismo, ultra-imperialismo e continuação da concorrência interimperialista — que levam em conta apenas o que ocorre nos países capitalistas centrais, para concluir triunfalmente com uma quarta: os Estados Unidos Socialistas da Europa, a serem estabelecidos pela luta de classe operária européia. Ele esquece que aquela contradi-

ção não atinge apenas os países que sediam matrizes de multinacionais mas também os que "hospedam" suas subsidiárias. Essa contradição já se manifesta há muito tempo nos países periféricos sob a forma de crises crônicas de seus Balanços de Pagamentos e ultimamente, de maneira mais aguda, mediante extremo endividamente externo que está levando muitos à beira da insolvabilidade.

Ao dividir a temática da internacionalização em dois capítulos, o 10 dedicado ao que acontece no centro e o 11 ao que ocorre na periferia, Mandel perde de vista a unidade essencial do processo. As suas análises dão a entender que as contradições no centro decorrem do desenvolvimento das forças produtivas e na periferia da falta desse desenvolvimento, obstaculizado principalmente pelo mecanismo da troca desigual. Ele desconhece que a industrialização em *alguns países* da periferia tem se dado com maior intensidade do que no centro. Só para citar alguns dados a respeito: a produção industrial nos países capitalistas industrializados (18 países) cresceu 6,2% ao ano em 1960/70 e 3,2% ao ano em 1970/79, ao passo que nos países em desenvolvimento de renda média (60 países) ela cresceu 7,4% ao ano em 1960/70 e 6,5% ao ano em 1970/79.[7] Isso significa que a produção industrial cresceu, entre 1960 e 1979, 143% no primeiro grupo de países e 262% no segundo. Parece claro que a problemática da coordenação internacional dos movimentos do capital não poderá ser resolvida apenas no espaço dos países centrais e nem depende unicamente dos resultados da competição entre os Estados Unidos, Europa ocidental e Japão. A ampliação do quadro da análise permitiria a Mandel compreender que a necessidade de um Estado Mundial se impõe hoje ao conjunto dos capitais internacionalizados, do centro e da periferia, e que a arena em que as lutas decorrentes dessa contradição são travadas é constituída pelas entidades econômicas supranacionais (das quais o Fundo Monetário Internacional parece ser a mais importante), nas quais outros blocos de países, além do formado pelos países capitalistas adiantados, têm peso cada vez maior.

Em suma, na análise das especificidades do capitalismo tardio, Mandel acerta no atacado, embora cometendo deslizes no varejo. Sua percepção de que a longa prosperidade do após-guerra constitui uma onda longa com tonalidade expansionista parece ser essencialmente correta, embora esteja errada a apreciação do papel da tecnologia em seu esgotamento. É provável que, nesse particular, Mandel tenha sido vítima de certo viés tecnologicista, em detrimento das variáveis sociais e políticas, que certamente tiveram peso maior do que ele lhes atribui na passagem à onda longa com tonalidade de estagnação. Não obstante, sua análi-

[7] The World Bank. *World Development Report 1981*. Washington, 1981.

se tem o mérito de ressaltar as ligações entre a dinâmica das forças produtivas, impulsionadas por avanços científicos e tecnológicos, e as contradições no plano da regulação econômica e das relações entre classes e entre países.

Passaremos agora a uma rápida revisão dos problemas analisados por Mandel no último terço do seu livro.

4. Terceirização, Inflação, Conjuntura, Estado e Ideologia

Mandel percebe que a terceirização das economias capitalistas decorre fundamentalmente do desenvolvimento das forças produtivas, que, de um lado, autonomiza e multiplica atividades de intermediação e, do outro, diversifica o consumo, expandindo sobretudo o de serviços. A análise desses processos e o seu encadeamento é perfeitamente elucidativa. Ela afunda, no entanto, quando trata de captar o sentido mais geral dessa transformação, devido à pretendida ortodoxia do autor, em relação à distinção que Marx faz entre trabalho improdutivo e produtivo.

Depois de verdadeira exegese dos textos de Marx a respeito do tema, conclui Mandel que "no volume 2 de *O Capital*, Marx define o trabalhador produtivo como aquele que participa da produção de bens *materiais* e, assim, da produção do valor e da mais-valia" (p. 283. Grifo meu. P.S.). Nada do que Mandel cita de Marx suporta esta conclusão. O que Marx sustentou foi que nem todo trabalho que se troca por capital (isto é, trabalho assalariado em empresa capitalista) é necessariamente produtivo. O que de modo algum significa que somente trabalho "material" o seja. Por isso mesmo, Mandel prossegue argumentando que "não há nenhuma razão plausível para que a troca de serviços pessoais por rendimentos, à medida que não leva à produção de mercadorias, deva tornar-se subitamente produtiva apenas porque é organizada como atividade capitalista e executada por trabalho assalariado" (p. 283). Acontece que a troca de serviços pessoais por rendimento não leva à produção de mercadorias unicamente *porque* se trata de uma troca entre dois indivíduos — por exemplo entre o chofer e seu patrão, já que o transporte de pessoas é o caso que Mandel escolhe para ilustrar seu raciocínio. Quando o transporte de passageiros é organizado como transporte público, a cargo de uma firma capitalista, é óbvio que o seu produto é uma mercadoria, tanto quanto o transporte de bens materiais. Nada do que Marx escreveu permite imaginar que uma companhia ferroviária produza mercadorias ao transportar cereais ou gado mas algo que não seja mercadoria ao transportar passageiros. Mandel, ao dizer que, segundo Marx, o transporte de mercadorias é produtivo porque aumenta seu valor de troca (p. 283), omite o essencial. Na realidade, o transporte de mercadorias só é produtivo quando se torna necessário para o consumo das mes-

mas. "Mas, o valor de uso de coisas só se realiza em seu consumo e seu consumo pode tornar necessário seu deslocamento, portanto o processo produtivo suplementar da indústria de transporte. O capital produtivo nela aplicado acrescenta pois valor aos produtos transportados, em parte pela transferência do valor dos meios de transporte, em parte pelo acréscimo de valor do trabalho de transporte."[8]

Está claro que o trabalho de transporte — afinal um serviço e não uma mercadoria material — é produtivo na medida em que torna possível o consumo de outras mercadorias e *por isso* lhes aumenta o valor. Ora, o consumo da mercadoria "capacidade de trabalho" também requer o seu deslocamento entre lugar de moradia (onde é produzida) e lugar de trabalho (onde é consumida). Por isso o transporte de passageiros aumenta o valor da "capacidade de trabalho", ou seja, é um dos elementos do custo de reprodução da capacidade de trabalho, isto é, do salário. E não apenas o custo do transporte do trabalhador como o dos seus filhos quando vão e voltam da escola ou de sua mulher quando faz compras. Quem duvida que o custo do transporte do trabalhador e seus dependentes seja um elemento da cesta de consumo da classe operária, que é levado em consideração na determinação dos salários?

Dessa maneira, não é possível concordar com Mandel quando afirma que "se mesmo o trânsito de pessoas, organizado de forma capitalista, é improdutivo, então é de se supor que as lavanderias, os concertos, os circos e a assistência médica e jurídica, organizados de forma capitalista, sejam mais improdutivos ainda" (p. 283). Na medida em que essas atividades produzem valores de uso, sob a forma de mercadorias capitalistas, o trabalho nelas despendido é "produtivo para o capital" no sentido que Marx dá a esse conceito. O fato de que todos esses serviços pessoais possam entrar na produção e reprodução da mercadoria "capacidade de trabalho" é apenas uma prova adicional. O essencial — e isso Marx não se cansa de repetir nas *Teorias da Mais-Valia* (v. I) — é que um produto do trabalho social não precisa ser material para ser uma mercadoria. Para tanto, basta que tenha valor de uso e valor de troca. Mandel perde de vista essa determinação essencial e decreta que todo trabalho enquadrado no Terciário (com a notória exceção do transporte de mercadorias) é improdutivo, o que leva inevitavelmente a uma série de falsos problemas e falsas conclusões.

Tentando dar sentido concreto à tese de que os serviços, por serem imateriais, não são mercadorias, Mandel distingue entre o trabalho que produz refeições prontas, filmes e programas de TV, que seria produtivo, e o trabalho que distribui os mesmos, o qual, por constituir "serviços so-

[8] MARX, K. *Das Kapital*. Berlim, Dietz Verlag, 1958. v. II, p. 144.

cializados", não produziria valor nem mais-valia (p. 281-282). Assim, numa emissora de televisão, os trabalhadores que atuam nos estúdios seriam produtivos, mas os que cuidam da transmissão seriam improdutivos. Do mesmo modo, os que trabalham em estúdios cinematográficos e os que transportam os rolos de fitas aos cinemas seriam produtores de valor e mais-valia, mas não os que trabalham nos locais de exibição. Parece óbvio que esse tipo de distinção não tem sentido algum, mostrando o absurdo da tese, na verdade smithiana, de que a produção de valor dependeria da forma material assumida pelo produto do trabalho.

Mandel "explica" a tendência de quantidades cada vez maiores de capital serem acumuladas em atividades que para ele são improdutivas como mal menor, já que para os capitalistas individuais é melhor fazer isso do que deixá-los ociosos. E ele coloca como tendência, que seria lógica para o capital como um todo, de substituir serviços por bens materiais (sessões de teatro e cinema por aparelhos de TV, programas de TV por videocassetes). Os dados mostram, no entanto, que em todos os países capitalistas, uma proporção cada vez maior do trabalho social se encaminha a atividades que, para Mandel, não produzem valor nem mais-valia. Assim, a proporção da força de trabalho ocupada no Terciário aumentou de 36,8% em 1910 para 62,1% em 1970, nos Estados Unidos; de 22,2% em 1907 para 41,9% em 1970, na Alemanha Ocidental; de 39,7% em 1911 para 50,3% em 1966, na Grã-Bretanha; de 26% em 1911 para 47,8% em 1970, na França; de 17,9% em 1911 para 38,4% em 1970, na Itália; de 33,5% em 1911 para 61,3% em 1970, no Canadá; e de 16,5% em 1920 para 38% em 1970, no Brasil.[9]

Como Mandel não desconhece essa tendência à "terceirização" das economias capitalistas, ele passa a encará-la como prenúncio do fim do capitalismo, que seria incapaz de sobreviver à saturação dos bens materiais. "É por isso que a expansão dos serviços sociais e culturais no capitalismo tardio (...) está confinada dentro de limites que são tão estreitos quanto aqueles impostos pela expansão da automação" (p. 285). A realidade capitalista não tem mostrado tais limites à terceirização, nem tampouco (em face do desenvolvimento recente da microeletrônica) à automação. E não há, naturalmente, como demonstrar que a crescente ocupação em serviços que prosseguiu aumentando aceleradamente durante a onda longa com tonalidade expansionista do após-guerra crie embaraços econômicos ao capital, o que sem dúvida seria o caso se esses serviços representassem, como quer Mandel, uma dedução da mais-valia.

Na análise da inflação, Mandel põe o dedo na ferida ao mostrar que a produtividade do trabalho cresceu desde

[9] SABOLO, Y. e outros. *Les Tertiaires*. Genebra, BIT., 1974. Tabelas II, III.

o começo do século muito mais na produção agrícola e industrial do que na produção de ouro. Se as moedas dos diferentes países tivessem permanecido lastreadas em ouro, fortes tendências deflacionárias teriam sido inevitáveis, o que perturbaria gravemente o funcionamento do sistema. Para preservar a taxa de lucro do capital produtivo em face das contínuas quedas dos preços, o capital teria que operar com taxas nominais de juros negativas e os salários nominais teriam que ser reduzidos o tempo todo. As taxas de juros negativas estimulariam o entesouramento, destruindo o sistema de crédito, e as tentativas de reduzir salários encontrariam resistências formidáveis por parte dos trabalhadores.

Os perigos da deflação para o capital revelam a funcionalidade da inflação, a qual serve, no capitalismo tardio, para adiar a crise. Como esta se origina de desajustes estruturais, a multiplicação do crédito só pode mascarar seus efeitos, que mais cedo ou mais tarde se tornam causas adicionais de inflação. Quando esta passa de "rastejante" a "galopante", sua funcionalidade para o capital cessa e a crise se torna inevitável e inadiável. A inflação galopante atrai parcelas cada vez maiores do capital para aplicações especulativas, ocasionando queda da acumulação. Além disso, reduz a competitividade externa da economia, ao elevar os custos dentro do país em ritmo mais rápido do que nos outros países.

Mandel conclui que a inflação permanente, característica do capitalismo tardio, não pode impedir o ciclo de conjuntura e, durante a onda longa com tonalidade de estagnação, sua capacidade de estimular a economia torna-se menor. A crise do sistema internacional de pagamentos diminuiu a possibilidade de regular a conjuntura separadamente em cada país. A conjuntura dos vários países se sincroniza, eliminando um fator que antes (durante a onda longa com tonalidade expansionista) servia para moderar as recessões, qual seja a compensação da fase de baixa em alguns países pela fase de alta em outros. Os países em recessão moderavam a queda do nível de atividade exportando mais aos países em fase de expansão. A partir dos anos 70, o conjunto dos países capitalistas industrializados entra em recessão ao mesmo tempo, o que deve levar, escreve Mandel com presciência, a uma recessão generalizada. "Quanto menor a taxa média de crescimento da produção mundial capitalista, tanto menores as fases de *boom* e tanto maiores as fases de recessão e estagnação relativa" (p. 332). Os últimos oito anos confirmam brilhantemente esse prognóstico.

Nos capítulos finais, Mandel politiza a discussão, ocupando-se do Estado e da ideologia no capitalismo tardio. Mostra que, no plano ideológico, a crença no individualismo e na competição sem limites foi substituída pela fé na ciência, a partir de cujos princípios a sociedade e a econo-

mia devem ser organizadas e planejadas. O ídolo do sistema, em lugar do empresário, passa a ser o "especialista". Acentua-se a racionalidade no plano da administração empresarial, enquanto a irracionalidade continua a imperar na condução da economia como um todo.

Tudo isso corresponde ao desenvolvimento de um setor monopólico na economia, o qual, no entanto, continua submetido à lei do valor e portanto à necessidade de manter a taxa de lucro. Nesse sentido, o setor concorrencial não pode ser eliminado, porque é ele que garante a manutenção da taxa de lucro geral.

Esse ponto de vista está sendo confirmado pela prática dos anos mais recentes, em que atividades industriais, nos países capitalistas adiantados, têm sido transferidas dos monopólios a empresas "informais", localizadas em áreas do interior. Com o grande aumento do exército industrial de reserva cresceu a disponibilidade de força de trabalho, permitindo o ressurgimento de formas arcaicas de exploração, tais como empresas familiares e trabalho a domicílio. Essas formas muitas vezes são estimuladas por capitais monopólicos, que demitem operários para subcontratar seus serviços como fornecedores externos. Como resultado, cai o nível de remuneração dos trabalhadores e se recupera a taxa de mais-valia e mais ainda, graças à menor composição orgânica do capital dos "novos setores", a taxa de lucro.

Mandel mostra que a regulação da conjuntura pelo Estado é limitada porque não tem condições para evitar os desajustes estruturais que, mais cedo ou mais tarde, têm que levar à recessão. Apesar das mudanças ideológicas, as prerrogativas da propriedade privada continuam intocadas, o que limita a ação do Estado à concessão de crédito subsidiado e subsídios diretos. Mas, além de insuficiente, a distribuição de subsídios em larga escala feita sem planejamento global da economia não resolve os problemas, e ainda por cima subverte o direito burguês, baseado na igualdade de todos perante a lei e o Estado, pois cria direitos especiais dos que se beneficiam de subsídios e transferências.

Há, portanto, uma série de transformações institucionais no capitalismo tardio, que vão desde a tolerância do monopólio até a utilização política da moeda e do fisco, cuja legitimidade depende de sua eficiência, ou seja, de seus resultados. Na medida em que a onda longa com tonalidade de estagnação se prolonga, nada pode impedir a corrosão da ideologia tecnocrática. O retorno do liberalismo econômico "à antiga", sob a forma de "monetarismo" e do *supply-side economics* (economia do lado de fora), atesta a crise dessa ideologia.

Esses capítulos do livro revelam o melhor de Mandel, ou seja, sua capacidade de integrar múltiplos aspectos da realidade capitalista contemporânea, mostrando sua congruência e seu mútuo condicionamento. Ele demonstra as-

sim a especificidade da atual fase do capitalismo, que ele conceitua como sendo o capitalismo tardio. No entanto, no enunciado de sua crise geral, Mandel se perde pelo entusiasmo. Nenhum modo de produção entra em crise geral sem que já esteja em cena o ator histórico capaz de lhe oferecer uma solução. Como esse ator histórico ainda se encontra nos bastidores, a crise econômica mundial não pode se transformar em crise geral do sistema. Mandel não considerou o fato crucial de que *essa* crise econômica encontra o movimento operário também em crise. Se a ideologia keynesiana e do Estado de Bem-Estar sucumbe à sua incapacidade de evitar recessões prolongadas e profundas e sobretudo o crescimento sistemático e ininterrupto do desemprego, a principal das ideologias do proletariado — o marxismo — também se encontra em crise. Mandel toca no problema de raspão ao considerar que a ilusão de que o proletariado é incapaz de questionar a ordem social estabelecida provém "menos dos 'sucessos' do capitalismo tardio do que da formidável desilusão causada pelas deformações burocráticas das primeiras revoluções socialistas".[10] Acontece que essa desilusão só será superada quando o proletariado encontrar novas estratégias de luta que garantam que sua eventual vitória não estará mais sujeita a tais deformações. Até lá, a crise econômica e suas conseqüências institucionais e ideológicas continuarão a gerar tendências conservadoras e mesmo reacionárias que poderão — como o nazi-fascismo nos anos 30 — preparar, à custa dos trabalhadores e dos povos coloniais, as condições para uma nova onda longa com tonalidade expansionista.

Paulo Singer

[10] Traduzido do original alemão, p. 451. (N. do Ed.)

ERNEST MANDEL

O Capitalismo Tardio*

Tradução de **Carlos Eduardo Silveira Matos,**
Regis de Castro Andrade e **Dinah de Abreu Azevedo**

* Traduzido de *Late Capitalism*. Londres, Verso Edition, 1978 (2.ª impressão, 1980). Essa versão do original *Der Spätkapitalismus (Versuch einer marxistischen Erklärung)* para o inglês por Joris De Bres leva o mérito de ter sido atualizada pelo Autor, conforme ele declara na Introdução a essa edição. A presente tradução foi outrossim confrontada com a 2.ª edição original alemã da Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Maim, 1973.

Introdução

Um dos propósitos centrais deste livro é fornecer uma interpretação marxista das causas da longa onda de crescimento rápido na economia capitalista internacional no pós-guerra, que pegou de surpresa economistas marxistas e não marxistas; e, ao mesmo tempo, verificar os limites inerentes desse período, que asseguravam a sua substituição por outra longa onda de crise econômica e social crescente para o capitalismo mundial, caracterizada por uma taxa bastante mais baixa de crescimento global. Em 1970/72, quando este trabalho foi inicialmente escrito e publicado em alemão, suas teses básicas ainda apareciam, para muitos leitores, como não-comprovadas empiricamente ou duvidosas, e foram recebidas com ceticismo generalizado — apesar dos sinais premonitórios da quebra do sistema monetário internacional a partir de 1967 e da explosão popular na França em maio de 1968. Hoje, são poucos os que duvidam que o momento crítico de refluxo no desenvolvimento econômico do pós-guerra esteja para trás, e não diante de nós, e que a "longa expansão" seja agora uma coisa do passado. A crença na permanência do crescimento rápido e do pleno emprego no seio da "economia mista" provou ser um mito. Este livro tenta explicar por que isso foi necessariamente assim, e quais as conseqüências prováveis da dinâmica real do capitalismo de pós-guerra, dentro do quadro de referência das categorias marxistas clássicas.

Ao reexaminar *O Capitalismo Tardio* para a edição em língua inglesa, procuramos resistir à tentação de acrescentar a ele novos e extensos materiais, para mostrar a confirmação, pelos fatos, de nossos argumentos iniciais. Preferimos, em vez disso, corrigir ou esclarecer exposições subsidiárias e atualizar as estatísticas pertinentes. Todas as reflexões adicionais serão reservadas para a discussão internacional que agora se instaura acerca das contradições gerais e das tendências a longo prazo do capitalismo mundial em sua presente fase, para cuja compreensão *O Capitalismo Tardio* apresenta certo número de hipóteses novas. Se elas se mostrarão suficientes e coerentes, ou não, só a história poderá julgar. Não temos motivo para temer o seu veredicto.

Pois o objetivo fundamental do presente trabalho é justamente o de oferecer uma interpretação da história do modo de produção capitalista no século XX, capaz de mediar as leis do movimento do "capital em geral" com as formas fenomenais concretas dos "muitos capitais". Quaisquer tentativas de restringir a análise unicamente a estas últimas, ou de deduzi-las diretamente a partir do primeiro, care-

cem de justificação metodológica ou esperança de êxito prático. Deveria ser claro, para um marxista, que a luta de classes entre o capital e o trabalho, o papel do Estado burguês e da ideologia do capitalismo tardio, a estrutura concreta e mutável do comércio mundial e as formas predominantes de superlucros — todos esses elementos precisariam ser incorporados a qualquer exposição das sucessivas fases históricas do desenvolvimento do capitalismo, e mesmo da fase contemporânea, de capitalismo tardio. Procurando cumprir esses objetivos, o presente trabalho assumiu uma estrutura não sem relação ao plano que Marx inicialmente projetou para *O Capital* — quer dizer, ocupa-se do capital em geral; concorrência; crédito; capital por ações; propriedade territorial; trabalho assalariado; estado; comércio exterior e mercado mundial (em cuja parte final Marx pretendia incluir as crises econômicas mundiais). Eu não segui, entretanto, cada seção desse plano, do qual, inclusive, a última versão de *O Capital* de Marx, naturalmente, desviou-se de maneira considerável.

Os primeiros quatro capítulos de *O Capitalismo Tardio* demarcam o campo global de referência para o livro. Eles tratam respectivamente do problema preliminar do método (capítulo 1); da relação entre o desenvolvimento do modo de produção capitalista, com suas contradições internas, e a criação de um meio sócio-geográfico adequado a suas necessidades — isto é, o mercado mundial (capítulos 2 e 3); e da conexão entre o desenvolvimento da tecnologia capitalista e a valorização do próprio capital (capítulos 3 e 4). Os leitores menos familiarizados ou menos interessados em teoria podem deixar de lado o primeiro capítulo ou reservá-lo para o final do livro.

Os nove capítulos analíticos seguintes ocupam-se dos traços fundamentais do capitalismo tardio, numa ordem lógico-histórica: seu *ponto de partida* originário — a melhoria radical nas condições para a valorização do capital que resultou das derrotas históricas da classe trabalhadora frente ao fascismo e à guerra (capítulo 5); seu *desenvolvimento subseqüente* através da Terceira Revolução Tecnológica (capítulo 6); seus *traços distintivos* como uma nova fase no desenvolvimento do capital — a redução do ciclo vital do capital fixo, a aceleração das inovações tecnológicas (geradoras de rendas que se tornam a principal forma dos superlucros monopolistas sob o capitalismo tardio) e a absorção do capital excedente pelo rearmamento ininterrupto (capítulos 7, 8 e 9); sua *particular inter-relação ao mercado mundial* — a concentração e centralização internacionais do capital que dá origem à empresa multinacional como a mais importante forma fenomênica do capital, e a troca desigual entre nações produtoras de mercadorias a níveis diferentes de produtividade média do trabalho, que domina o mercado mundial (capítulos 10 e 11); e suas *novas formas e "soluções" para o problema da realização* — a inflação permanente ao ciclo econômico característico do capitalismo tardio, que combina um ciclo industrial clássico a um "contraciclo" de expansão do crédito e contração do crédito sob o signo da inflação (capítulos 12 e 13).

Os últimos cinco capítulos, ao contrário, têm caráter sintetizador. Procuram aproximar os resultados da análise precedente, e mostrar os meios pelos quais as leis fundamentais de movimento e as contradições inerentes do capital não apenas continuam a operar, mas na realidade encontram sua expressão mais extrema no capitalismo tardio (capítulos 14 a 18).

Nesse ponto, são necessárias duas advertências. Em primeiro lugar, o termo "capitalismo tardio" não sugere absolutamente que o capitalismo tenha mudado em essência, tornando ultrapassadas as descobertas analíticas de *O Capital*, de Marx, e de *O Imperialismo*, de Lênin. Assim como Lênin só conseguiu desenvolver sua descrição do imperialismo apoiando-se em *O Capital*, como confirmação das leis gerais, formuladas por Marx, que governam todo o decorrer do modo de

produção capitalista, da mesma maneira, atualmente, só podemos intentar uma análise marxista do capitalismo tardio com base no estudo de Lênin de *O Imperialismo*. A era do capitalismo tardio não é uma nova época do desenvolvimento capitalista; constitui unicamente um desenvolvimento ulterior da época imperialista, de capitalismo monopolista. Por implicação, as características da era do imperialismo enunciadas por Lênin permanecem, assim, plenamente válidas para o capitalismo tardio.

Em segundo lugar, devemos exprimir nosso pesar por não sermos capazes de propor uma denominação mais apta para essa época histórica do que "capitalismo tardio" — um termo insatisfatório porque é de ordem cronológica, e não sintética. No capítulo 16 deste livro explicamos por que motivo ele é mais adequado que o conceito de "capitalismo monopolista de Estado". Sua superioridade sobre o termo "neocapitalismo" é evidente, dada a ambigüidade deste último, que pode ser interpretado como trazendo implícita tanto uma continuidade básica quanto uma descontinuidade em relação ao capitalismo tradicional. Talvez num futuro próximo a discussão nos forneça um melhor termo de síntese. Por enquanto, conservamos o conceito de "capitalismo tardio", considerando-o a mais útil expressão disponível, e, acima de tudo, conscientes de que o realmente importante não é nomear, mas sim explicar o desenvolvimento histórico que tem ocorrido em nosso tempo.

O Capitalismo Tardio tenta esclarecer a história do modo de produção capitalista no pós-guerra de acordo com as leis básicas de movimento do capitalismo, reveladas por Marx em *O Capital*. Em outras palavras, esforça-se por demonstrar que as leis "abstratas" de movimento desse modo de produção permanecem operacionais e verificáveis no desdobramento, e mediante o desdobramento da história "concreta" do capitalismo contemporâneo. Nesse processo, contraria diretamente duas tendências básicas no pensamento sócio-econômico atual. Por um lado, não aceita a suposição daqueles que acreditam — seja em círculos acadêmicos ou marxistas — que as técnicas neokeynesianas, a intervenção do Estado, o poder dos monopólios, o "planejamento" público ou privado ou qualquer combinação desses elementos preferida por um autor ou escola específica sejam capazes de neutralizar ou cancelar as leis de movimento a longo prazo do capital. E nem aceita, por outro lado, a tese oposta (mas, na realidade, convergente), de que essas leis econômicas de movimento seriam tão "abstratas" que absolutamente não poderiam se manifestar na "história real", e que, portanto, a única função de um economista seria mostrar como e por que elas se tornam distorcidas ou são desviadas por fatores acidentais em seu desenvolvimento efetivo — e não a de mostrar como essas leis se manifestam e confirmam em processos concretos e visíveis.

A reanimação recente da economia política marxista (que havíamos predito algum tempo antes) tem sido um fenômeno especialmente gratificante dos últimos anos. Deve-se admitir, entretanto, que a atual reapropriação da história passada da teoria marxista por uma geração mais jovem de estudiosos e trabalhadores socialistas constitui uma tarefa difícil e exigente. Isso é especialmente verdadeiro para os leitores do mundo anglo-saxão, de quem algumas das autoridades clássicas discutidas neste livro — por exemplo, nos capítulos 1 e 4 — ainda podem ser em boa parte desconhecidas. No entanto, a referência a esses debates "mais velhos", da época anterior a 1939, não é feita absolutamente por simples devoção ou erudição. Pois as grandes controvérsias daquele tempo estavam diretamente relacionadas aos *problemas fundamentais* colocados para a teoria marxista pelas contradições básicas e tendências a longo prazo da sociedade burguesa, problemas que ainda hoje se colocam vivamente para nós. Posteriormente, o fascismo e o stalinismo silenciaram praticamente todos os teóricos do apogeu anterior do debate econômico marxista — mas não puderam suprimir o seu legado intelectual. Seria muito

mais difícil dimensionar os problemas centrais do capitalismo da atualidade sem a devida retomada dessa herança.

Na última década, o renascimento da teoria econômica marxista coincidiu com uma ofensiva neo-ricardiana contra o marginalismo "neoclássico", conduzido pela chamada Escola de Cambridge inspirada por Piero Sraffa. Embora deva ser saudada qualquer reabilitação da teoria do valor do trabalho, ainda que numa versão pré-marxista, de nossa parte permanecemos convencidos de que nenhuma síntese real é possível entre o neo-ricardianismo e o marxismo. Os marxistas contemporâneos têm o dever de sustentar todos os progressos decisivos conseguidos por Marx frente a Ricardo, e que os teóricos neo-ricardianos estão agora procurando anular. O presente trabalho não diz respeito ao problema da relação entre os dois sistemas, exceto em um ponto: a controvérsia específica quanto ao papel da produção de armas na formação da taxa média de lucro — em outras palavras, o problema da transformação de valores em preços de produção, que é rapidamente analisado no capítulo 9.

A mais séria dificuldade com que me defrontei ao escrever este livro foi o fato de Roman Rosdolsky, o economista político mais próximo de mim teórica e politicamente em nosso tempo, ter morrido antes que eu pudesse começar a escrevê-lo. As lembranças de nossas discussões em comum e o estudo de sua grande obra póstuma, *Zur Entstehungsgeschichte des Marxschen "Kapital"*, tiveram, portanto, na medida do possível, de servir de substituto para as críticas construtivas desse talentoso teórico.

Os estudantes e professores assistentes socialistas da Faculdade de Ciências Políticas da Universidade Livre de Berlim Ocidental, que me convidaram a ser professor visitante no Semestre de Inverno de 1970/71, forneceram a "pressão externa" — tantas vezes necessária a um autor — que me levou a elaborar minha visão teórica do capitalismo tardio da forma sistemática em que está apresentada aqui. Eles também me proporcionaram o tempo livre para esse propósito.

Portanto, dedico este trabalho a meu falecido amigo e camarada Roman Rosdolsky, que ajudou a fundar o Partido Comunista da Ucrânia Ocidental e foi um integrante de seu Comitê Central, que ajudou a criar o movimento trotskista na Ucrânia Ocidental, que durante toda a sua vida permaneceu fiel à causa da emancipação do proletariado e da revolução socialista internacional e que protegeu, nos anos mais negros de nosso século tempestuoso, a continuidade da tradição teórica do marxismo revolucionário; e aos estudantes e professores assistentes socialistas da Universidade Livre de Berlim Ocidental, cuja inteligência crítica e criativa preservará e ampliará essa tradição.

1

As Leis de Movimento e a História do Capital

A relação entre as leis gerais de movimento do capital — como reveladas por Marx — e a história do modo de produção capitalista constitui um dos mais complexos problemas da teoria marxista. Sua dificuldade pode ser avaliada pelo fato de jamais ter havido, até agora, uma clarificação satisfatória desta relação.

Tornou-se lugar comum repetir que a descoberta, por Marx, das leis de desenvolvimento do capitalismo foi o resultado de uma análise dialética que progredia do abstrato para o concreto:

> "Os economistas do século XVII, por exemplo, começam sempre pelo todo vivo: a população, a nação, o Estado, vários Estados e assim por diante, mas terminam sempre por descobrir, através da análise, certo número de relações gerais abstratas que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor etc. Tão logo esses momentos isolados tenham sido mais ou menos fixados e abstraídos, eles dão origem aos sistemas econômicos que, a partir de relações simples — trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca —, elevam-se até o Estado, a troca entre nações e o mercado mundial. Esse é, manifestamente, o método cientificamente correto. O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, a unidade do diverso. Por isso, aparece no pensamento como um processo de síntese, como um resultado e não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida na realidade e, portanto, também o ponto de partida para a intuição e a representação. Pelo primeiro caminho, a representação plena evaporava-se em determinações abstratas; com o segundo método, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. Por isso é que Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultante do pensamento que sintetiza a si mesmo, explora suas próprias profundezas e se desdobra a partir de si mesmo e por si mesmo, enquanto o método de elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira pela qual o pensamento se apropria do concreto, e o reproduz como concreto pensado".[1]

No entanto, *reduzir* o método de Marx a uma "progressão do abstrato ao concreto" implica ignorar a sua riqueza total. Em primeiro lugar, essa incompreensão desconsidera o fato de que, para Marx, o concreto era tanto o "ponto de partida efetivo" quanto o objetivo final do conhecimento, que ele via como um processo

[1] MARX, Karl. *Grundrisse*. Londres, 1973. p. 100-101.

ativo e prático: a "reprodução do concreto no decorrer do pensamento". Em segundo lugar, ela esquece que uma progressão do abstrato para o concreto é necessariamente precedida, como observou Lênin, por uma progressão do concreto para o abstrato[2] — pois o abstrato já é o resultado de um trabalho prévio de análise, que procurou separar o concreto em suas "relações determinantes". Em terceiro lugar, esse erro destrói a unidade dos dois processos, de análise e de síntese; o resultado abstrato será verdadeiro apenas se tiver êxito em reproduzir a "unidade dos diversos elementos" presentes no concreto. Só a totalidade é verdadeira, diz Hegel, e a totalidade é a unidade do abstrato e do concreto — unidade de opostos, e não a sua identidade. Em quarto lugar, a reprodução bem-sucedida da totalidade concreta só se torna convincente pela aplicação na prática. Isso significa, entre outros aspectos — como Lênin enfatizou expressamente —, que cada estágio da análise deve ser submetido a "controle, seja pelos fatos, seja pela prática".[3]

Por sua vez, entretanto, os "conceitos abstratos mais simples" (as categorias) não são unicamente o resultado da "compreensão pura", mas espelham as origens do desenvolvimento histórico real:

> "Desse ponto de vista pode-se dizer que a categoria mais simples pode exprimir as relações dominantes de um todo menos desenvolvido, ou relações subordinadas de um todo mais desenvolvido, relações que historicamente já existiam antes que o todo se desenvolvesse na direção que se expressa por uma categoria mais concreta. Nessa medida, o curso do pensamento abstrato, elevando-se do simples ao composto, corresponderia ao processo histórico real".[4]

Desse modo, a dialética de Marx, para mais uma vez citar Lênin, implica "uma análise em dois níveis, dedutiva e indutiva, lógica e histórica".[5] Ela representa a unidade desses dois métodos. Uma análise "indutiva" não pode ser, nesse quadro, mais que uma "indução histórica", pois Marx considerava cada relação como determinada pela história e sua dialética requeria, por isso, uma unidade entre a teoria e o fato histórico empírico.[6]

É bem conhecida a afirmação de Marx de que a ciência era necessária exatamente pelo fato de essência e aparência jamais coincidirem diretamente.[7] Ele não via como função da ciência apenas a descoberta da essência de relações obscurecidas por suas aparências superficiais, mas também a explicação dessas aparências — em outras palavras, a descoberta dos elos intermediários, ou mediações, que permitem que a essência e a aparência se reintegrem novamente numa unidade.[8] Quando essa reintegração deixa de ocorrer, a teoria se vê reduzida à construção especulativa de "modelos" abstratos desligados da realidade empírica, e a dialética regride do materialismo ao idealismo: "Uma análise materialista não se harmoniza

[2] LÊNIN. *Collected Works*. v. 38, p. 171.
[3] *Ibid*. v. 38, p. 320.
[4] MARX. *Grundrisse*. p. 102.
[5] LÊNIN. *Collected Works*. v. 38, p. 320.
[6] MORF, Otto. *Geschichte und Dialektik in der politischen Ökonomie*. Frankfurt, 1970. p. 146. Karl Marx: "Esse sistema orgânico, como uma totalidade, tem seus pressupostos, e seu desenvolvimento no sentido dessa totalidade consiste precisamente em subordinar a si mesmo todos os elementos da sociedade, ou em criar, a partir da sociedade, os órgãos de que ainda necessita. *É essa, historicamente, a maneira pela qual ele se torna uma totalidade*. O processo de vir-a-ser essa totalidade constitui um momento de seu processo, de seu desenvolvimento". *Grundrisse*. p. 278. (Os grifos são nossos. E. M.)
[7] "Toda ciência seria supérflua se a aparência exterior e a essência das coisas coincidissem diretamente." MARX. *Capital*. Londres, 1972. v. 3, p. 797.
[8] Marx: "As várias formas do capital, assim desenvolvidas neste livro, aproximam-se, portanto, passo a passo da forma que assumem na superfície da sociedade, na ação recíproca dos diferentes capitais, na concorrência e na percepção habitual dos próprios agentes da produção". *Capital*. v. 3, p. 25.

a uma dialética idealista, mas a uma dialética materialista; ela lida com fatores empiricamente verificáveis".[9] Otto Morf observou com justeza: "O processo pelo qual a mediação entre essência e aparência se apresenta nessa unidade de uma dualidade idêntica e oposta é, necessariamente, um processo dialético".[10]

Mais ainda, não há dúvida de que Marx considerava de que a *assimilação empírica do material* deveria preceder o processo analítico de conhecimento, assim como a verificação empírica deveria concluí-lo provisoriamente — isto é, elevá-lo a um nível superior. Desse modo, em seu Posfácio à 2.ª edição de *O Capital*, Marx escreveu:

> "É claro que o método de exposição deve diferir formalmente do método de investigação. Esta última deve assimilar em detalhe o material, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, descobrir suas conexões internas. *Só depois de terminado esse trabalho* é que o movimento real pode ser adequadamente descrito. E se for descrito com êxito, se a vida da matéria refletir-se idealmente como num espelho, poderá parecer que temos, diante de nós, uma simples construção *a priori*".[11]

Poucos anos antes, Engels afirmara praticamente o mesmo, ao escrever:

> "É evidente que o simples palavreado vazio não pode realizar coisa alguma nesse contexto, e que apenas um grande volume de material histórico criticamente examinado, que tenha sido completamente assimilado, pode tornar possível a resolução desse tipo de problema".[12]

E Marx frisou mais uma vez esse ponto numa carta a Kugelmann:

> "Lange é ingênuo o bastante para dizer que eu me movo com rara liberdade no material empírico. Ele não tem a menor idéia de que esse 'movimento livre na matéria' não é senão uma paráfrase para o *método* de lidar com a matéria — isto é, o *método dialético*".[13]

Portanto, Karel Kosik está certo ao enfatizar que:

> "A progressão do abstrato ao concreto é sempre, de início, um movimento abstrato; sua dialética consiste *na superação dessa abstração*. Portanto, em termos bastante gerais, trata-se de um movimento das partes para o todo e do todo para as partes, da aparência para a essência e da essência para a aparência, da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade, do objeto para o sujeito e do sujeito para o objeto".[14]

Em resumo, podemos sugerir uma articulação em seis níveis do método dialético de Marx, definida aproximadamente nos seguintes termos:

1) Assimilação pormenorizada do material empírico e domínio desse material (aparências superficiais) em todo o seu detalhe historicamente relevante.

[9] RAPHAEL, Max. *Zur Erkenntnistheorie der Konkreten Dialektik*. Frankfurt, 1962. p. 243.
[10] MORF. *Op. cit.*, p. 111.
[11] MARX. *Capital*. Londres, 1970. v. 1, p. 19. (Os grifos são nossos. E. M.)
[12] ENGELS, Friedrich. "Review of Karl Marx, *Contribution*". In: DOBB, Maurice (ed.). *A Contribution to the Critique of Political Economy*. Londres, 1971. p. 221.
[13] "Marx to Kugelmann in Hanover". In: MARX e ENGELS. *Selected Correspondence*. (edição revista) Moscou, 1965. p. 240.
[14] KOSIK, Karel. *Die Dialektik des Konkreten*. Frankfurt, 1967. p. 31. O autor soviético Ilyenkov dedicou um livro interessante à relação entre (e a união de) o abstrato e o concreto em *O Capital* de Marx. Ver ILYENKOV, E. I. *La dialettica dell'astrato e del concreto nel Capitale di Marx*. Milão, 1961.

2) Divisão analítica desse material segundo seus elementos abstratos constituintes (progressão do concreto ao abstrato).[15]

3) Exploração das conexões gerais decisivas entre esses elementos, que explicam as leis abstratas de movimento do material — a sua essência, em outras palavras.

4) Descoberta dos elos intermediários fundamentais, que efetuam a mediação entre a essência e a aparência superficial da matéria (progressão do abstrato ao concreto, ou a reprodução do concreto pensado como uma combinação de múltiplas determinações).

5) Verificação empírica prática da análise (2, 3, 4) no movimento em curso da história concreta.

6) Descoberta de dados novos, empiricamente relevantes, e de novas conexões — muitas vezes até mesmo de novas determinações elementares abstratas —, mediante a aplicação dos resultados do conhecimento, e da prática neles baseada, a infinita complexidade do real.[16]

Não estamos tratando, aqui, de estágios estritamente separados do processo de conhecimento, pois alguns desses momentos são interligados e ocorre o intercâmbio inevitável entre os mesmos. Desse modo, podemos ver que o método de Marx é muito mais rico do que os procedimentos de "concretização sucessiva" ou "aproximação sucessiva", típicos da ciência acadêmica.

> "Na medida em que os traços individuais e particulares são (aqui) eliminados e reintroduzidos apenas superficialmente — sem quaisquer mediações dialéticas, em outras palavras —, pode facilmente surgir a ilusão de que não existe ponte qualitativa entre o abstrato e o concreto. Desse modo, torna-se perfeitamente lógico acreditar que o modelo teórico contenha de fato (ainda que numa forma simplificada) todos os elementos essenciais do objeto concreto sob investigação, como no caso, por exemplo, de uma fotografia tirada a grande altitude, que mostra todos os elementos fundamentais de uma paisagem, embora apenas as cadeias de montanhas, os grandes rios e os bosques sejam visíveis."[17]

Pelo mesmo movimento, torna-se evidente a diferença entre o método reducionista do materialismo vulgar, em que desaparece a especificidade concreta dos objetos individuais, e o método materialista dialético.[18] Jindrich Zelený enfatiza cor-

[15] Na linha do teórico soviético Ilyenkov, Erick Hahn salientou que "a divisão do sujeito concreto real em determinações abstratas não deve, sob quaisquer circunstâncias, ser equiparada ao movimento da matéria empírica para a teoria. O estágio empírico de conhecimento serve apenas como preparação para esse processo de divisão". *Historischer Materialismus und marxistische Soziologie*. Berlim, 1968. p. 199-200.

[16] Hahn (*Op. cit.*, p. 185-187) refere um esquema de conhecimento científico em sete etapas, proposto pelo teórico soviético V. A. Smirnov. De início, Smirnov separa as "observações" da "análise das observações registradas", mas desta forma deixa de levar em conta a mediação crucial entre essência e aparência e reduz o problema a um confronto entre a teoria e o material empírico.

[17] ROSDOLSKY, Roman. *Zur Entstehungsgeschichte des Marxschen "Kapital"*. Frankfurt, 1968. v. 2, p. 535. Ver também Hegel: "Ao se pensar sobre a gradatividade do vir-a-ser de alguma coisa, admite-se habitualmente que o que vem a ser já está sensivelmente ou *realmente em existência*, e só não é ainda perceptível por causa de sua pequenez. Analogamente, com o desaparecimento gradual de alguma coisa, admite-se que o *não-ser* ou o outro que toma o seu lugar já esteja *realmente ali*, mas ainda não observável... Dessa maneira, vir-a-ser e deixar-de-ser perdem todo significado". *Science of Logic*. Londres, 1969, p. 370.

[18] KOSIK, Karel. *Op. cit.*, p. 27.

retamente que a reprodução intelectual da realidade ou, na terminologia de Althusser, "a prática teórica", deve conservar permanente contato com o movimento real da história:

> "Todo *O Capital* de Marx está permeado por uma incessante oscilação entre o desenvolvimento dialético abstrato e a realidade material e concreta da história. Ao mesmo tempo, entretanto, deve-se enfatizar que a análise de Marx inúmeras vezes se *desliga* da trajetória superficial da realidade histórica, para dar expressão *conceitual* às relações internas necessárias dessa realidade. Marx foi capaz de *apoderar-se* da realidade histórica devido ao fato de haver elaborado uma reflexão científica da mesma na forma da organização interna, um tanto idealizada e tipificada, das relações capitalistas reais. Ele não se afastou dessas relações para distanciar-se da realidade histórica, e nem pretendia, com isso, uma evasão idealista em relação a esta última. O objetivo de seu desligamento era assegurar uma íntima e racional assimilação da realidade".[19]

Há um visível contraste com as opiniões de Althusser e sua escola nesse ponto. Os princípios apresentados acima não transformam o marxismo mediante sua "historização", nem põem em dúvida que o objeto específico de *O Capital* seja a estrutura e as leis de desenvolvimento do modo de produção capitalista, preferindo, em vez disso, as "leis gerais da atividade econômica da humanidade". O que esses princípios reafirmam, entretanto, é que a dialética do abstrato e do concreto é também uma dialética entre a história real e a reprodução intelectual desse processo histórico, e que essa dialética não deve se limitar exclusivamente ao nível da "produção teórica". A diferença entre as concepções de Marx e Althusser desponta claramente em *Marginal Notes to Wagner*, onde Marx afirma de modo explícito:

> "O primeiro ponto é que *eu não parto de 'conceitos'*. Por conseguinte, eu não começo a partir do conceito de valor, e assim não tenho absolutamente de 'introduzi-lo'. Meu ponto de partida é a forma social mais simples do produto do trabalho na sociedade atual, e essa forma é a 'mercadoria'. É ela que analiso, e o faço, de início, na forma em que ela aparece".[20]

Althusser, por outro lado, afirma:

> "A isso somos conduzidos ao ignorar a distinção básica que Marx teve cuidado em traçar entre o *'desenvolvimento das formas' do conceito no conhecimento* e o desenvolvimento das categorias reais na história concreta: a uma ideologia empirista do conhecimento e à identificação do *lógico* e do *histórico* no próprio *O Capital*. Praticamente não deveria surpreender-nos que tantos intérpretes tenham andado em círculos na questão que se prende a essa definição, na medida em que todos os problemas concernentes à relação entre o lógico e o histórico em *O Capital* pressupõem uma *relação inexistente*".[21]

Althusser sanciona, dessa maneira, unicamente uma relação entre a teoria econômica e a teoria histórica; a relação entre a teoria econômica e a história concreta é, ao contrário, declarada "um falso problema", "inexistente" e "imaginário". O que ele não parece compreender é que isso não só está em contradição com as explicações de Marx quanto a seu próprio método, mas que a tentativa de escapar

[19] ZELEY, Jindrich. *Die Wissenschaftslogik und das Kapital*. Frankfurt, 1969. p. 59.
[20] MARX. "Marginal Notes to A. Wagner's *Lehrbuch der politischen Oekonomie*". In: *Werke*. v. 19, p. 369. (Os grifos são nossos, E. M.)
[21] ALTHUSSER, Louis. "The Object of Capital". In: ALTHUSSER, Louis e BALIBAR, Etienne. *Reading Capital*. Londres, 1970. p. 115.

ao fantasma do empirismo e à sua teoria do conhecimento — um fantasma de sua própria lavra — pelo estabelecimento de um dualismo básico entre "objetos de conhecimento" e "objetos reais" inevitavelmente se aproxima do idealismo.[22]

A necessidade de uma tal reintegração entre a teoria e a história tem sido por vezes contestada, pela razão de que a especificidade das leis de movimento de qualquer modo de produção, e do modo de produção capitalista em particular, excluiria precisamente qualquer unidade desse teor com simples fatos empíricos. As leis de movimento, costuma-se argumentar, são apenas "tendências" no mais amplo sentido histórico. Admite-se, portanto, que excluam a possibilidade de quaisquer conexões causais com ocorrências temporais a curto e médio prazos, e mesmo a longo prazo supõe-se que as conexões não sejam demonstráveis de maneira empírica, materialmente identificável. Mais ainda, freqüentemente se afirmou que cada uma dessas tendências pode provocar contratendências que neutralizariam seus efeitos por um período considerável.[23] O tratamento dado por Marx à tendência decrescente da taxa de lucro nos capítulos XIII, XIV e XV do volume 3 de *O Capital* tem sido infindavelmente citado como o exemplo clássico de uma tendência e contratendência que, segundo se afirma, não permitem nenhuma previsão quanto ao resultado final.

A partir daí, chega-se à conclusão de que é praticamente impossível encontrar "confirmação" empírica para as leis de desenvolvimento de Marx. De fato, sustenta-se que tentativas de rastrear tais "confirmações empíricas" revelam uma fundamental incompreensão "positivista" quanto ao método e intenções de Marx, visto que os dois níveis diferentes de abstração, aquele do modo de produção "puro" e o do processo histórico "concreto", estão a tal ponto distanciados entre si que não existe virtualmente ponto algum em que possam entrar em contato.

Não seria difícil provar que, pelo menos, o próprio Marx rejeitava categórica e resolutamente esse fosso quase intransponível entre a análise teórica e os dados empíricos, pois o significado real dessa separação é um recuo considerável da dialética materialista para a dialética do idealismo. Do ponto de vista do materialismo histórico, "tendências" que não se manifestam material e empiricamente não são tendências; são produtos da falsa consciência ou, para os que não gostam desses termos, são o resultado de erros científicos. Mais ainda, essas tendências não podem conduzir a nenhuma intervenção materialista e científica no processo histórico. Tão logo as "leis de desenvolvimento" começam a ser consideradas tão abstratas que não lhes é mais possível explicar o processo real da história concreta, a descoberta dessas tendências de desenvolvimento deixa de ser um instrumento para a transformação revolucionária desse processo. Tudo que resta é uma forma degenerada de filosofia sócio-econômica especulativa, na qual as "leis de desenvolvimento" têm a mesma existência indistinta do "espírito mundial" de Hegel — sempre, por assim dizer, como se estivessem além do alcance dos dedos. Nos sistemas assim construídos, as abstrações são verdadeiramente "vazias" — ou mera fraseolo-

[22] O espectro do "empirismo" que Althusser exorcisa nas p. 35-37 de *Reading Capital* é reduzido por ele ao perigo de "cindir" o objeto de conhecimento, desde que a "ilusão" da "apropriação teórica da realidade" é acompanhada por um inevitável processo de abstração que só parcialmente consegue apreender essa realidade. Já indicamos acima como a *reprodução* intelectual ativa da realidade pode ser exatamente caracterizada como um processo em que o abstrato e o concreto, o universal e o particular, são reintegrados em escala crescente — em outras palavras, um processo no qual essa "fratura" é progressivamente superada. Naturalmente, é impossível que o pensamento e o ser atinjam uma identidade *completa*; a dialética materialista pode apenas tentar a reprodução cada vez mais precisa da realidade.

[23] Ver, por exemplo, MATTICK, Paul. "Werttheorie und Kapitalismus". In: *Kapitalismus und Krise, Eine Kontroverse un das Gesetz des tendenziellen Falls der Profitrate*. Frankfurt, 1970; KEMP, Tom. *Theories of Imperialism*. Londres, 1967. p. 27-28 etc. Note-se também a tese de Althusser de que a mais-valia não é mensurável...

gia, na linguagem mais aguçada de Engels. Por esse motivo, a rejeição de uma unidade mediatizada entre teoria e história, ou entre teoria e dados empíricos, foi sempre relacionada, na história do marxismo, a uma revisão dos princípios marxistas — ou no sentido de um determinismo mecânico-fatalista, ou de um puro voluntarismo. A incapacidade em re-unir teoria e história inevitavelmente conduz à incapacidade em re-unir teoria e prática.

Peter Jeffries acusou-nos, por isso, de tentar verificar empiricamente as categorias de Marx; ele sustenta que categorias como capital, tempo de trabalho socialmente necessário, e assim por diante, não aparecem de modo empírico no sistema capitalista. Mas, não existiriam mediações que nos permitissem ligar, através de relações quantitativas, os fenômenos superficiais (lucros, preços de produção, preços médios de mercadorias em determinado período de tempo) com as categorias básicas de Marx? Ele mesmo e Engels, pelo menos, julgavam que sim.[24] A recaída de Jeffries na dialética idealista deve-se ao fato de que *ele reduz o concreto unicamente à aparência*,[25] sem compreender que a essência, juntamente com as mediações até a aparência, forma uma unidade de elementos concretos e abstratos, e que o objeto da dialética representa, para citar Hegel, "não apenas um universal abstrato, mas um universal que compreende, dentro de si mesmo, a riqueza do particular".[26] Assim, ele também deixa de compreender a seguinte observação de Engels:

> "Quando começou a troca de mercadorias, quando os produtos gradualmente se transformaram em mercadorias, eles foram trocados aproximadamente *de acordo com* seu valor. Era a quantidade de trabalho gasto em dois objetos que fornecia o único padrão para sua comparação quantitativa. O valor possuía, portanto, *uma existência direta e real* naquela época. Sabemos que essa percepção direta do valor na troca deixou de existir, que não acontece mais agora; acredito que não será particularmente difícil para você o traçado dos elos intermediários, pelo menos em seu delineamento geral, que conduziram do valor diretamente real ao valor do modo de produção capitalista, tão profundamente escondido que nossos economistas podem negar com tranqüilidade a sua existência. Uma exposição verdadeiramente histórica desses processos, o que

[24] "Marx and Classical Political Economy". II. In: *Workers Press*. 30 de maio de 1972. Daremos aqui apenas um exemplo. No volume 1 de *O Capital* Marx calculou o volume e a taxa de mais-valia para uma fábrica inglesa de fiação, baseando-se em dados exatos (declarações) de um empresário de Manchester, obtidos por Engels. (*Capital*. v. 1, p. 219.) No cap. IV do v. 3 de *O Capital*, Engels, que o editou, cita mais uma vez esse exemplo, e acrescenta: "Diga-se de passagem que temos aqui um exemplo da composição efetiva do capital na grande indústria moderna. O capital total se divide em 12 182 libras esterlinas de capital constante e 318 libras esterlinas de capital variável, perfazendo 12 500 libras esterlinas". (*Ibid*. p. 76.) Para Engels, o problema não era o fato de o capital "nunca aparecer empiricamente" ou "não ser mensurável", mas sim a obstrução, feita pelos capitalistas, ao acesso público a seus livros, escondendo dessa maneira os elementos necessários e suficientes para a mensuração do capital. "Uma vez que são bem poucos os capitalistas aos quais ocorre fazer cálculos desse gênero acerca de seus próprios negócios, as estatísticas silenciam quase completamente sobre a relação entre a parte constante e a parte variável do capital total da sociedade. O censo norte-americano é o único a indicar o que é possível sob modernas condições: o total dos salários pagos e dos lucros obtidos em cada ramo industrial. Embora questionáveis, tendo por única base as declarações não controladas dos capitalistas, esses dados são, apesar disso, bastante valiosos, e os únicos registros de que dispomos a esse respeito." *Capital*. v. 3, p. 76.

[25] "Nesse ponto Marx explica que o processo de movimento do abstrato ao concreto, da essência à aparência, não pode ser um processo imediato." (JEFFRIES, Peter. "Marx and Classical Political Economy". III. In: *Workers Press*. 31 de maio de 1972.) Na passagem de *O Capital* a que se refere a interpretação de Jeffries, Marx manifestamente não fez tal redução do concreto à "aparência" (vendo-o como menos "real" do que a "essência" abstrata). Ao contrário, Marx afirmou nesse trecho: "Em seu movimento *real* os capitais se enfrentam sob essa forma concreta, para a qual tanto a forma do capital no processo direto de produção, quanto sua forma no processo de circulação, aparecem apenas como momentos especiais". (Os grifos são nossos. E. M.) A intenção de Marx era precisamente *explicar esse movimento real*. Para ele, assim como para Hegel, a verdade reside no todo, isto é, na unidade mediatizada entre essência e aparência.

[26] *Science of Logic*. Londres, p. 58. Lucien Goldmann (*Immanuel Kant*. Londres, 1971. p. 134) mostrou corretamente que, subjacente à *Crítica da Razão Pura* de Kant, estava a idéia da contradição inexcedível entre matéria empírica e "essência" (a coisa em si mesma). Jeffries está, portanto, retrocedendo de Hegel (nem se mencione Marx!) para Kant, quando reduz a essência ao abstrato, mostrando a sua incompreensão da *unidade* dialética do abstrato e do concreto.

efetivamente requer uma pesquisa sistemática mas promete em troca resultados amplamente compensadores, constituir-se-ia num suplemento de grande valia a *O Capital*".[27]

O duplo problema a ser resolvido, portanto, pode ser definido mais precisamente nos seguintes termos:

1) De que maneira a história real do modo de produção capitalista nos últimos cem anos pode ser mostrada como a história do desenvolvimento manifesto das contradições internas desse modo de produção, em outras palavras, como determinada, em última análise, por suas leis "abstratas" de desenvolvimento? Que "elos intermediários" efetuam a unidade entre os elementos concretos e abstratos da análise nesse ponto?

2) De que maneira a história real dos últimos cem anos pode ser investigada juntamente com a do modo de produção capitalista? Em outras palavras, como podem as combinações do capital em expansão e das esferas pré-capitalistas (ou semicapitalistas) que ele tenha conquistado serem analisadas em sua aparência e explicadas em sua essência?

O modo de produção capitalista não se desenvolveu em meio a um vácuo, mas no âmbito de uma estrutura sócio-econômica específica, caracterizada por diferenças de grande importância, por exemplo, na Europa ocidental, Europa oriental, Ásia continental, América do Norte, América Latina e Japão.[28] As formações sócio-econômicas específicas — as "sociedades burguesas" e economias capitalistas — que surgiram nessas diferentes áreas no decorrer dos séculos XVIII, XIX e XX, e que em sua unidade complexa (juntamente com as sociedades da África e da Oceania) abrangem o capitalismo "concreto", reproduzem em formas e proporções variáveis uma *combinação* de modos de produção passados e presentes, ou, mais precisamente, de estágios variáveis, passados e sucessivos, do atual modo de produção.[29] A unidade orgânica do sistema mundial capitalista não reduz absolutamente essa combinação, que é específica em cada caso, a um fator de importância apenas secundária em face da primazia dos traços capitalistas comuns ao conjunto do sistema. Ao contrário: o sistema mundial capitalista é, em grau considerável, precisamente uma *função* da validade universal da lei de desenvolvimento desigual e combinado.[30] Uma análise mais sistemática do fenômeno do imperialismo,

[27] "Engels to W. Sombart". In: MARX e ENGELS. *Selected Correspondence*. p. 481.

[28] "Isso não impede a mesma base econômica — a mesma do ponto de vista de suas condições principais — de mostrar, devido a inumeráveis circunstâncias empíricas diferentes, ambiente natural, relações raciais, influências históricas exteriores etc., variações e gradações infinitas na aparência, que só podem ser verificadas através da análise das circunstâncias empiricamente dadas." MARX, Karl. *Capital*. v. 3, p. 791-792.

[29] "Os países coloniais e semicoloniais são países atrasados por sua própria essência. Todavia, os países atrasados são parte de um mundo dominado pelo imperialismo. Seu desenvolvimento, portanto, tem um caráter *combinado*: as formas econômicas mais primitivas se combinam com a última palavra em cultura e técnica capitalista... O peso relativo das reivindicações democráticas individuais e de transição no combate do proletariado, suas ligações mútuas e ordem de apresentação, decorrem das peculiaridades e condições específicas de cada país atrasado e, em considerável medida — do *grau* de seu atraso." TROTSKY, Leon. "The Death Agony of Capitalism and the Tasks of the Fourth International". In: *The Founding Conference of the Fourth International*. Nova York, 1939. p. 40-41.

[30] "O capitalismo encontra as várias porções da humanidade em diferentes estágios de desenvolvimento, cada uma com suas próprias e profundas contradições internas. A extrema diversidade nos níveis atingidos e a extraordinária desigualdade no ritmo de desenvolvimento das diferentes parcelas do gênero humano, ao longo de várias épocas, servem de *ponto de partida* ao capitalismo. Só gradativamente é que este conquista a supremacia em relação à desigualdade herdada, quebrando-a e alterando-a, passando a empregar seus próprios recursos e métodos... Assim o capitalismo efetua o *rapprochement* dessas parcelas e equipara os níveis econômico e cultural entre os países mais adiantados e os mais atrasados... No entanto, ao aproximar economicamente os países entre si e ao nivelar seus graus de desen-

apresentada mais adiante, confirmará esse fato: aqui, estamos apenas antecipando seus resultados.

Sem o papel que as sociedades e economias não capitalistas, ou apenas semi-capitalistas, desempenharam e continuam a desempenhar no mundo, seria praticamente impossível compreender traços específicos de cada estágio sucessivo do modo de produção capitalista — tais como o capitalismo britânico de livre concorrência, de Waterloo a Sedan, o período clássico do imperialismo, antes e no intervalo das duas guerras mundiais, e o capitalismo tardio da atualidade.

Por que motivo a integração de teoria e história, que Marx realizou com tamanha mestria nos *Grundrisse* e em *O Capital*, nunca mais foi repetida com êxito, para explicar esses estágios sucessivos do modo de produção capitalista? Por que não existe ainda uma história satisfatória do capitalismo em função das leis internas do capital — com todas as limitações consideradas acima — e ainda menos uma explicação satisfatória da nova fase na história do capitalismo que, evidentemente, teve início após a Segunda Guerra Mundial?

O atraso manifesto da consciência em relação à realidade deve ser atribuído, pelo menos em parte, à paralisia temporária da teoria que resultou da perversão apologética do marxismo pela burocracia stalinista, e que, por um quarto de século, reduziu a área em que o método marxista podia se desenvolver livremente ao mínimo imaginável. Os efeitos a longo prazo dessa vulgarização do marxismo ainda estão longe de haver desaparecido. No entanto, além das pressões sociais imediatas, que tolheram um desenvolvimento satisfatório da teoria econômica de Marx no século XX, também existe uma lógica interior no desenvolvimento do marxismo que, em nossa opinião, explicaria ao menos parcialmente o fato de tal número de tentativas importantes não ter atingido o seu objetivo. Nesse ponto, dois aspectos da lógica interna do marxismo merecem ênfase particular. O primeiro diz respeito aos instrumentos analíticos da teoria econômica de Marx, e o outro ao método analítico dos mais importantes estudiosos marxistas.

Praticamente todos os esforços até agora feitos para explicar fases específicas do modo de produção capitalista — ou problemas específicos resultantes dessas fases —, a partir das leis de movimento desse modo de produção, tais como foram reveladas em *O Capital*, utilizaram como ponto de partida os esquemas de reprodução utilizados por Marx no volume 2 de *O Capital*. Em nossa opinião, os esquemas de reprodução que Marx desenvolveu são inadequados a esse propósito, e não podem ser utilizados na investigação das leis de movimento do capital ou da história do capitalismo. Em conseqüência, qualquer tentativa no sentido de inferir, com base nesses esquemas, a impossibilidade de uma economia capitalista "pura" ou o colapso fatal do modo de produção capitalista, o desenvolvimento inevitável rumo ao capitalismo monopolista ou a essência do capitalismo tardio, vê-se condenada ao fracasso.

Roman Rosdolsky já forneceu uma base convincente para essa concepção em seu importante livro *Zur Entstehungsgeschichte des Marxschen "Kapital"*. Pode-

---

volvimento, o capitalismo opera por métodos *que lhe são próprios*, isto é, por métodos anárquicos, que permanentemente solapam as bases de seu próprio trabalho, lançam um país contra o outro e um ramo industrial contra o outro, desenvolvendo alguns setores da economia mundial e, simultaneamente, dificultando ou fazendo retroceder o desenvolvimento de outros. Unicamente a correlação dessas duas tendências fundamentais — ambas surgidas da natureza do capitalismo — nos pode explicar a textura viva do processo histórico." TROTSKY. *The Third International after Lenin*. Nova York, 1970. p. 19-20.) Ver também LUXEMBURG, Rosa. *The Accumulation of Capital*. Londres, 1971. p. 438: "O capital europeu absorveu em boa medida a economia camponesa egípcia. Enormes extensões de terra, mão-de-obra e inumeráveis produtos do trabalho, devidos ao Estado como impostos, converteram-se em última análise em capital europeu e foram acumulados. Está claro..., foi justamente a natureza primitiva das condições egípcias que mostrou ser um solo tão fértil para a acumulação do capital".

mos, portanto, limitar-nos a um breve sumário de sua argumentação.[31] Ele explica por que não foram bem-sucedidas quatro das mais brilhantes tentativas empreendidas por discípulos de Karl Marx no sentido de reintegrar teoria e história — as tentativas de Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburg, Henryk Grossmann e Nikolai Bukharin. O mesmo pode-se dizer acerca dos esforços sucessivos de Otto Bauer, que pela maior parte de sua vida ocupou-se do mesmo problema, sem que chegasse a uma resposta satisfatória.

Os esquemas de reprodução de Marx desempenham papel rigorosamente definido e específico em sua análise do capitalismo, tendo em mira a resolução de um único problema, e não mais. Sua função é explicar por que motivo e de que maneira um sistema econômico baseado na "pura" anarquia de mercado, em que a vida econômica parece determinada por milhões de decisões desconexas de compra e venda, não resulta em caos permanente e em constantes interrupções do processo social e econômico de produção, mas, em vez disso, em seu conjunto funciona "normalmente" — isto é, com um grande abalo em forma de crise econômica desencadeando-se (na época de Marx) a cada sete ou dez anos. Colocando o problema de outra maneira: como é possível a um sistema baseado no valor de troca, que só funciona no interesse do lucro e considera irrelevantes os valores de uso específicos das mercadorias que produz, assegurar, apesar disso, os elementos materiais do processo de reprodução, que são determinados precisamente por seu valor de uso específico? Como consegue tal sistema, pelo menos por algum tempo, superar "espontaneamente" a antinomia entre valor de troca e valor de uso? A função dos esquemas de reprodução é, por isso, a de provar *que é possível a simples existência* do modo de produção capitalista.

Para esse fim, Marx utiliza algumas abstrações familiares. Ele agrupa todas as firmas em duas categorias, as que produzem meios de produção (Departamento I) e as que produzem bens de consumo (Departamento II). Todos os produtores à disposição da sociedade, que se vêem obrigados a vender sua força de trabalho, são analogamente repartidos por essas duas esferas. A mesma divisão é aplicada à massa de meios de produção de que dispõe a sociedade, sejam fixos (máquinas, construções) ou circulantes (matérias-primas, fontes de energia, elementos auxiliares).

Com esse instrumental analítico, Marx chega à conclusão de que a produção social se encontra num estado de *equilíbrio,* isto é, que a reprodução econômica e social pode prosseguir sem perturbações enquanto, e na medida em que, a fórmula de equilíbrio por ele descoberta for observada. No sistema da reprodução simples essa fórmula é Iv + Is = IIc. Isso significa que o equilíbrio econômico prende-se à possibilidade de a produção de mercadorias no Departamento I provocar uma demanda monetariamente efetiva por mercadorias no Departamento II, correspondente em valor às mercadorias que o Departamento I deve encaminhar ao Departamento II, e vice-versa. Uma fórmula similar de equilíbrio pode facilmente ser deduzida dos esquemas de Marx de reprodução ampliada; tanto quanto saibamos, Otto Bauer foi o primeiro a fazê-lo.[32]

Para tornar a estrutura de sua demonstração a mais rigorosa possível, Marx deliberadamente deixou fora de seus esquemas o setor não capitalista da economia. Nada é dito, portanto, acerca dos camponeses ou artesãos produtores de mercado-

[31] ROSDOLSKY. *Op. cit.*, p. 534-537, 583-586.
[32] BAUER, Otto. "Marx' Theorie der Wirtschaftskrisen". In: *Die Neue Zeit.* v. 23/1, p. 167. Bukharin enunciou a mesma fórmula em linguagem mais simples e elegante: *Der Imperialismus und die Akkumulation des Kapitals.* Viena, 1926. p. 11. Para uma tradução em inglês deste último, ver LUXEMBURG, Rosa e BUKHARIN, Nikolai. *Imperialism and the Accumulation of Capital.* Londres, 1972. p. 157.

rias simples. Não é difícil, porém, elaborar um esquema em que esses grupos apareçam como um setor separado, e no qual, por exemplo, eles comprem meios fixos de produção ao Departamento I, e ao mesmo tempo vendam a esse Departamento matérias-primas e bens de consumo. Para reconstruir a fórmula de equilíbrio de Marx, seria preciso diminuir, do volume de produção do Departamento II, o valor dos bens de consumo provenientes dos produtores de mercadorias simples.

No entanto, é evidente que o desenvolvimento global do modo de produção capitalista *não pode* se subordinar à noção de "equilíbrio". Esse desenvolvimento corresponde, mais precisamente, a uma unidade dialética de períodos de equilíbrio e períodos de desequilíbrio, cada um desses elementos dando origem à sua própria negação. Cada período de equilíbrio conduz inevitavelmente a um desequilíbrio, que por sua vez, após certo tempo, torna possível um novo e provisório equilíbrio. Mais ainda, uma das características da economia capitalista é que não apenas as crises, mas também o crescimento acelerado da produção — não apenas a reprodução *interrompida*, mas também a reprodução *ampliada* —, são governadas pelas rupturas de equilíbrio. Existem igualmente poucas dúvidas de que as leis de movimento do modo de produção capitalista conduzam a tais desequilíbrios constantes. Um aumento na composição orgânica do capital — para dar apenas um exemplo — determina, entre outras coisas, um crescimento mais rápido no Departamento I do que no Departamento II. Pode-se ir ainda mais longe, e afirmar que as rupturas de equilíbrio, isto é, o desenvolvimento irregular, são características da própria essência do capital, na medida em que este se baseia na concorrência — ou, nas palavras de Marx, na existência de "muitos capitais". Dado o fato da concorrência, "o anseio incessante por enriquecimento", que é um elemento distintivo do capital, consiste na realidade na busca de um superlucro, de um lucro acima do lucro médio. Essa procura conduz a tentativas permanentes no sentido de revolucionar a tecnologia, conseguir menores custos de produção que os dos concorrentes e obter superlucros, o que é acompanhado por uma composição orgânica do capital mais elevada e, ao mesmo tempo, por uma taxa crescente de mais-valia. Todas as características do capitalismo como forma econômica estão presentes nessa descrição, características baseadas em sua tendência inerente a rupturas de equilíbrio. Essa mesma tendência também se encontra na origem de todas as leis de movimento do modo de produção capitalista.

É evidente que esquemas destinados a provar a possibilidade de equilíbrios *periódicos* na economia, apesar da organização anárquica da produção e da segmentação do capital em firmas isoladas em concorrência, serão inadequados para uso como instrumental analítico para provar que o modo de produção capitalista *deve*, por sua própria essência, conduzir a rupturas periódicas de equilíbrio, e que, sob o capitalismo, o crescimento econômico deve *sempre* acarretar um desequilíbrio, assim como ele mesmo é sempre o resultado de um desequilíbrio anterior. Tornam-se necessários, assim, outros esquemas que incorporem, desde o início, essa tendência ao desenvolvimento desigual dos dois Departamentos, e de tudo o que se distribui por eles. Esses esquemas gerais devem ser construídos de tal maneira que os esquemas de reprodução de Marx constituam apenas um caso especial — assim como o equilíbrio econômico é apenas um caso especial da tendência, característica do modo de produção capitalista, ao desenvolvimento desigual dos vários setores, departamentos e elementos do sistema.

Uma taxa desigual de crescimento nos dois Departamentos deve corresponder a uma taxa desigual de lucro nos mesmos. O crescimento desigual nos dois Departamentos deve expressar-se por uma taxa desigual de acumulação e um ritmo irregular no crescimento da composição orgânica de capital, que por sua vez é pe-

riódica e parcialmente interrompida pelo impacto desigual da crise nos dois Departamentos. Poderiam ser esses os fatores a nos permitirem, por assim dizer, "dinamizar" os esquemas de Marx (que continuam a ser instrumentos importantes para o estudo das possibilidades e variáveis do equilíbrio periódico ou do afastamento temporário do desequilíbrio). Os esforços teóricos de Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburg, Henryk Grossmann, Nikolai Bukharin, Otto Bauer e tantos outros estavam destinados ao fracasso porque eles tentaram *investigar os problemas das leis de desenvolvimento do capitalismo, isto é, os problemas decorrentes da ruptura de equilíbrio, com instrumentos projetados para a análise do equilíbrio.*

Em *Finanzkapital*, Rudolf Hilferding afirma que os esquemas de reprodução de Marx demonstram

> "que na produção capitalista, a reprodução em escala simples ou ampliada pode prosseguir sem perturbações enquanto essas proporções forem mantidas. (...) Dessa forma, não se conclui absolutamente que a crise capitalista deva ter suas raízes no subconsumo das massas, como um traço inerente da produção capitalista... Nem se infere, dos esquemas, que haja uma possibilidade de superprodução geral de mercadorias. Ao contrário, o que os esquemas mostram é que é possível qualquer expansão da produção que esteja em harmonia com o potencial das forças disponíveis de produção".[33]

Na realidade Marx não pretendeu, de modo algum, que seus esquemas de reprodução justificassem afirmações quanto à pretensa possibilidade da "produção sem perturbações" sob o capitalismo; ao contrário, ele estava profundamente convencido da inerente suscetibilidade do capitalismo a crises. Ele absolutamente não atribuiu essa suscetibilidade apenas à *anarquia da produção*, mas também à discrepância entre o desenvolvimento das forças de produção e o desenvolvimento do consumo de massa, defasagem que ele acreditava ser parte integrante da própria natureza do capitalismo.

> "As condições de exploração direta e as de realizá-la não são idênticas: diferem não só no espaço e no tempo, mas ainda logicamente. As primeiras são limitadas apenas pela força produtiva da sociedade, e as últimas *pela relação proporcional entre os vários ramos da produção e o poder de consumo da sociedade.* Mas essa relação não é determinada pelos potenciais de produção ou de consumo, tomados em termos absolutos, mas pelo potencial de consumo baseado em condições antagônicas de distribuição, que reduzem o consumo da grande maioria da sociedade a um mínimo que varia dentro de limites mais ou menos estreitos. O potencial é, além disso, restringido pela tendência à acumulação, pela propensão a expandir o capital e produzir mais-valia numa escala ampliada."[34]

Marx afirma, portanto, *exatamente o contrário* daquilo que Hilferding pretendeu ler nos esquemas de reprodução. Isso é ainda mais surpreendente à luz das próprias palavras de Hilferding no início de suas reflexões sobre as crises e os esquemas de reprodução: "Também no modo de produção capitalista se conserva uma ligação geral entre produção e consumo, que é uma condição natural, comum a todas as formações sociais". Ele prossegue ainda mais claramente:

> "Entretanto, a estreita base oferecida pelas relações de consumo na produção capitalista é a raiz geral da crise econômica, pois a impossibilidade de expandir o consumo é uma pré-condição geral para a estagnação das vendas. Se o consumo pudesse ser

[33] HILFERDING, Rudolf. *Das Finanzkapital*. Viena, 1923. p. 310.
[34] MARX. *Capital*. v. 3, p. 244. (Os grifos são nossos. E. M.)

> ampliado sem restrições, não seria possível a superprodução. Em condições capitalistas, entretanto, a ampliação do consumo implica uma redução na taxa de lucro, pois um acréscimo no consumo das amplas massas está ligado a um aumento nos salários".[35]

Apesar destes vislumbres corretos, Hilferding é mais tarde desorientado pelos esquemas de reprodução, voltando-se para uma teoria das crises baseada na desproporcionalidade "pura".

Em *A Acumulação do Capital*, Rosa Luxemburg acusa Marx de projetar seus esquemas de tal maneira que "é absolutamente impossível conseguir uma expansão mais rápida do Departamento I em relação ao Departamento II". Poucas páginas depois, declara que o esquema exclui "a expansão da produção a passos largos".[36] No entanto, ela atribui essas aparentes contradições nos esquemas de reprodução unicamente aos bens de consumo produzidos pelo Departamento II que não podem ser vendidos, isto é, à ausência de um "mercado comprador não-capitalista", que seria indispensável para a realização de toda a mais-valia produzida. Na realidade, suas críticas a esse respeito correspondem à incompreensão delineada anteriormente, quanto ao propósito e funções dos esquemas. Eles não visam absolutamente a expressar a mais rápida taxa de crescimento no Departamento I em relação ao Departamento II, o que é inevitável no capitalismo, ou à "expansão da produção a passos largos", o que, sob o capitalismo, conduz fatalmente a rupturas de equilíbrio. Ao contrário, a intenção dos esquemas é provar que, apesar dessa "expansão a passos largos" e apesar das rupturas periódicas de equilíbrio, também é possível existir equilíbrios periódicos em condições capitalistas.

Isso explica por que razão Marx não se preocupou com a "reprodução a passos largos". É igualmente claro que, se desconsiderarmos a hipótese de equilíbrio, absolutamente não teremos de buscar junto aos "compradores não-capitalistas" a solução para as "contradições internas" dos esquemas de reprodução: essa deve antes ser encontrada na transferência de mais-valia do Departamento II para o Departamento I, no decorrer da igualização da taxa de lucro, tornada necessária pela menor composição orgânica de capital no Departamento II. A própria Rosa Luxemburg de início vê nessa transferência a solução normal, tanto lógica quanto historicamente,[37] mas logo em seguida a rejeita com base na "coerência interna" dos esquemas de reprodução, sustentando que essa solução não obedece às condições estabelecidas por Marx para o funcionamento dos esquemas (por exemplo, a venda de mercadorias por seu valor). Desse modo ela deixa de perceber que todo o processo de crescimento da produção capitalista, e a desigualdade crescente de seu desenvolvimento, nem sequer *pretendem* obedecer a tais condições.

Essas observações aplicam-se ainda mais a Henryk Grossmann, embora, à primeira vista, esse autor pareça compreender melhor do que Rosa Luxemburg a função dos esquemas de reprodução. Em seu livro *Das Akkumulations-und Zusammenbruchsgesetz des kapitalistischen Systems*, ele frisa explicitamente o fato de que os esquemas são calculados com base num hipotético estado de equilíbrio. Logo se percebe, entretanto, que está unicamente se referindo ao equilíbrio entre a oferta e a demanda de mercadorias, que resulta na inexistência de *flutuações de preço* de mercado. Na realidade, tais flutuações em preços de mercado não são apenas excluídas do contexto dos esquemas de reprodução no volume 2 de *O Capital:* ao longo de toda a análise de Marx do capitalismo elas não desempenham

[35] HILFERDING. *Finanzkapital*. p. 229.
[36] LUXEMBURG, Rosa. *Accumulation of Capital*. p. 340-341.
[37] *Ibid*. p. 340.

nenhum papel, sendo tratadas apenas, de passagem, no capítulo X do volume 3 de *O Capital*.

O problema é bastante diferente quando nos referimos às flutuações nos preços de produção ou nas taxas de lucro, que exercem um papel central no sistema de Marx. Nessas flutuações, isto é, na busca de um superlucro, temos a explicação básica para a totalidade dos esforços de investimento e acumulação do capitalista. Isso, por sua vez, nos remete imediatamente para a concorrência. Enquanto Marx compreensivelmente ignora a concorrência em seu projeto de provar que o equilíbrio é possível no modo de produção capitalista, e pressupõe não apenas o equilíbrio entre oferta e demanda mas também o desenvolvimento *regular* de ambos os setores, isto é, de todos os capitais, Grossmann insere os mesmos pressupostos ao longo de sua investigação das tendências à acumulação, crescimento e colapso do capitalismo. Ele não percebe que tais pressupostos se tornam absurdos para a análise dessas tendências, pois, de fato, negam o que ele pretende provar.

Seja dito que a abordagem de Grossmann dos esquemas de reprodução revela, em contraste com a de Rosa Luxemburg, uma incompreensão fundamental do papel decisivo desempenhado pela concorrência no sistema de Marx. Grossmann cita uma passagem de Marx acerca do surgimento da concorrência fora de seu contexto — isto é, de sua relação com os problemas do valor —, e conclui que ela não exerce um papel importante na explicação de Marx da lógica interna do modo de produção capitalista. Ele o faz, em que pese o fato de haver citado a seguinte passagem do volume 3 de *O Capital*,[38] que devia tê-lo ensinado, de uma vez por todas, que capitalismo sem concorrência é capitalismo sem crescimento: "Tão logo a formação de capital caísse em poder de um número reduzido de grandes capitais estabelecidos, para os quais o volume de lucro compensaria a taxa decrescente de lucro, a chama vital da produção seria totalmente extinta. Ela morreria".[39]

Em sua argumentação, Grossmann emprega o esquema de Otto Bauer, elaborado em 1913 como uma resposta a *A Acumulação do Capital*, de Rosa Luxemburg. Os esquemas de Otto Bauer parecem levar em conta as leis de desenvolvimento do capital, pois neles aumenta a composição orgânica do capital — e com ela a taxa de acumulação — enquanto, ao contrário, diminui a taxa de lucro. Mas logo em seguida negam suas próprias pressuposições, pois, juntamente com uma crescente composição orgânica do capital, contemplam taxas idênticas de mais-valia e de acumulação para os dois Departamentos, o que é insustentável lógica e historicamente.[40] Assim, os esquemas proporcionam a Grossmann a sua "prova matemática" de que a acumulação deve estagnar por falta de mais-valia, pois de outra forma não seria bastante a parte encaminhada ao capitalista para consumo. Reconhecidamente, só deverá "estagnar" no 34.º ciclo. Se lembrarmos que o objetivo dos esquemas de reprodução é formular situações de equilíbrio purificadas por crises periódicas a cada 5, 7 ou 10 anos, será evidente que Grossmann, contrariamente a suas próprias intenções, de fato demonstrou o oposto daquilo que pretendia provar. Porque a substância desse argumento é que o capitalismo poderia sobreviver por muitas décadas, se não por vários séculos, antes de sofrer um colapso econômico.

Bukharin também baseou sua crítica a Rosa Luxemburg nos esquemas de Marx. No processo, tentou formular uma "teoria geral do mercado e das crises", que mais uma vez parte das condições de equilíbrio e quando muito chega à desproporcionalidade por meio de "tendências contraditórias no capitalismo" (esfor-

[38] GROSSMANN, Henryk. *Das Akkumulations- und Zusammenbruchsgesetz des kapitalistischen Systems*. Frankfurt, 1967. p. 90-92.
[39] MARX. *Capital*. v. 3, p. 254.
[40] BAUER, Otto. "Die Akkumulation des Kapitals". In: *Die Neue Zeit*. 1913. v. 31/1, p. 83.

ços para aumentar a produção e reduzir os salários) que não são as tendências imanentes do desenvolvimento do capital ou as leis de movimento do próprio modo de produção capitalista. Bukharin parece tornar-se tão fascinado pelas "condições de equilíbrio" reveladas nos esquemas de Marx que sustenta, assim como Hilferding, a tese de que não haveria mais crises de superprodução se a "anarquia da produção" fosse eliminada, como no caso do "capitalismo de estado" com uma economia planejada.[41] Nesse ponto, ele tem o infortúnio de tomar como base de seu argumento um trecho das *Teorias da Mais-Valia* de Marx, que afirma precisamente o contrário. Bukharin transcreve a seguinte passagem:

> "Aqui, portanto, é pressuposta 1) *a produção capitalista*, em que a produção de cada indústria em particular e o seu acréscimo não são *diretamente* regulados e *controlados* pelas necessidades da sociedade, mas pelas forças produtivas à disposição de cada capitalista isolado, independentemente das necessidades da sociedade; 2) admite-se, apesar disso, que a produção seja proporcional (às exigências), como se o capital fosse empregado nas diferentes esferas da produção diretamente pela sociedade, de acordo com suas necessidades. Nessa hipótese, caso a produção capitalista fosse produção inteiramente socialista — uma contradição em termos — de fato não poderia haver superprodução".[42]

Bukharin acrescenta triunfalmente: "Se houvesse uma economia planejada, não haveria crise de superprodução. As idéias de Marx são muito claras neste ponto: o triunfo sobre a anarquia, isto é, o planejamento, não se *opõe* à liquidação da contradição entre produção e consumo como um fator particular; ele é representado como abrangendo essa liquidação".[43] Nesse ponto, Bukharin não observou que entre as condições sob as quais a produção capitalista seria "produção inteiramente socialista", Marx inclui expressamente não só a proporcionalidade entre as esferas isoladas da produção, mas também o emprego de "capital" *diretamente pela sociedade, de acordo com suas necessidades* (isto é, não a produção de mercadorias ou valores de troca, mas a produção de valores de uso). Tanto o parágrafo anterior ao trecho citado por Bukharin quanto os seguintes mostram com bastante clareza que, para Marx, o crescimento proporcional da *criação de valor* nos vários ramos industriais *não* é a resposta ao problema da realização da mais-valia, porque esse problema pode apenas ser resolvido sob condições de "produção inteiramente socialista", *através do ajuste da produção de valores de uso às necessidades da sociedade:*

> "Caso todos os outros capitais se tenham acumulado à mesma taxa, absolutamente não se pode concluir que sua produção tenha aumentado na mesma proporção. Mas, se tiver, não decorre daí que eles queiram 1% a mais de artigos de cutelaria, pois sua demanda de artigos desse tipo não está de maneira alguma relacionada ao acréscimo em sua própria produção ou a seu poder aumentado para comprá-los". E mais adiante:
>
> "A propósito, nos vários ramos da indústria em que ocorre *a mesma acumulação* de capital (e essa é também uma suposição infeliz, de que o capital se acumule a uma *taxa idêntica* nas diferentes esferas), o montante de produtos correspondentes ao capital aumentado pode variar largamente, pois as forças produtivas nas diferentes indústrias ou os valores de uso totais produzidos em relação ao trabalho empregado variam de modo considerável. O mesmo valor é produzido em ambos os casos, mas a quantidade de mercadorias em que está representado é muito diferente. Portanto, não se pode

[41] BUKHARIN. *Imperialism and the Accumulation of Capital*. p. 226.
[42] MARX. *Theories of Surplus Value*. Londres, 1972. v. 3, p. 118.
[43] BUKHARIN. *Op. cit.*, p. 228-229.

compreender que a indústria A, porque aumentou em 1% o valor de sua produção, enquanto o volume de seus produtos cresceu em 20%, deva encontrar um mercado em B, onde o valor aumentou igualmente em 1%, mas a quantidade de sua produção cresceu em 5%. Aqui o autor deixou de tomar em consideração a diferença entre valor de uso e valor de troca".[44]

Em outras palavras, para Marx as crises não são provocadas unicamente por uma desproporcionalidade de valor entre os vários ramos da indústria, mas também por uma desproporcionalidade entre o desenvolvimento do valor de troca e do valor de uso, isto é, pela desproporcionalidade entre a valorização do capital e o consumo. O capitalismo de estado de Bukharin, livre da ocorrência de crises, teria de eliminar igualmente esse segundo tipo de desproporcionalidade — em outras palavras, deixaria totalmente de ser capitalismo, pois deixaria de se basear na pressão para a valorização do capital. Teria superado a antinomia entre valor de uso e valor de troca.

Se agora nos deslocarmos da inadequação dos esquemas de reprodução de Marx enquanto instrumental para a análise das leis de desenvolvimento do capitalismo, e focalizarmos a inadequação dos métodos de análise econômica, empregados depois de Marx, defrontar-nos-emos com um fato primordial. As discussões do problema das tendências de desenvolvimento a longo prazo e do colapso inevitável do modo de produção capitalista têm sido dominadas, por mais de meio século, pelos esforços de cada um dos autores para reduzir esse problema a um *único fator.*[45]

Para Rosa Luxemburg esse fator é, naturalmente, a dificuldade na realização da mais-valia, e a necessidade subseqüente de absorver um número crescente de esferas do mundo não-capitalista na circulação capitalista de mercadorias; esta última é vista como a única maneira possível para comercializar o resíduo inevitável de bens de consumo que, de outra forma, não poderia ser vendido. Esse mecanismo básico é utilizado para explicar tanto o desenvolvimento do capitalismo, da etapa da livre concorrência ao imperialismo, quanto a prevista inevitabilidade do colapso econômico do sistema.[46]

Em *Finanzkapital,* de Hilferding, a concorrência — a anarquia da produção — é o calcanhar de Aquiles do capital. Mas Hilferding deslocou de seu contexto global esse aspecto indubitavelmente decisivo do modo de produção capitalista, e o identificou como a causa exclusiva das crises e desequilíbrios capitalistas. Isso inevitavelmente conduziu-o à sua concepção posterior de "capitalismo organizado", em que um "cartel geral" elimina as crises, e à rejeição da idéia do colapso econômico final do capitalismo.[47]

[44] MARX. *Theories of Surplus Value.* v. 3, p. 118-119.

[45] Até agora, a mais extremada — e mais ingênua — versão de uma explicação "monocausal" do desenvolvimento capitalista é oferecida por Natalie Moszkowska: "O mesmo fator (!) que determina a curva conjuntural determina também a curva global da economia capitalista. Se não considerarmos os fatores e causas secundários, levando unicamente em conta a causa principal, poderemos distinguir duas tendências diametralmente opostas na economia política. Os representantes de uma tendência vêem a causa das rupturas na economia no consumo excessivo e na poupança insuficiente (subacumulação), e os da outra tendência, inversamente, atribuem-nas ao consumo insuficiente e à poupança excessiva (superacumulação)". Ela acrescenta a seguinte nota: "É verdade que muitos economistas rejeitam teorias monocausais das crises, devido à 'complexidade de maneiras pelas quais as crises se manifestam', e falam de uma 'multiplicidade de fontes para esses eventos'. Mas um exame mais atento mostra que, mesmo nas teorias desses pesquisadores, na maioria das vezes predomina uma causa única". MOSZKOWSKA, N. *Zur Dynamik des Spätkapitalismus.* Zurique, 1943. p. 9.

[46] Os primeiros autores a desenvolverem sistematicamente essas idéias foram: CUNOW, Heinrich. "Die Zusammenbruchstheorie". In: *Die Neue Zeit.* 1898, p. 424-430; PARVUS, Alexander. *Die Handelskrisis und die Gewerkschaften.* Munique, 1901; KAUTSKY, Karl. "Krisentheorien". In: *Die Neue Zeit.* 1902. v. 20/2, p. 80; e o marxista norte-americano BOUDIN, Louis B. *The Theoretical System of Karl Marx.* 1907, p. 163-169, 243-244.

[47] Ver GROSSMANN. *Op. cit.,* p. 57-59.

Na obra de Otto Bauer há uma luta permanente para encontrar a "única", a mais importante contradição econômica interna do modo de produção capitalista, luta que o encaminha, sucessivamente, a uma série de posições diferentes. Pouco a pouco, a partir de sua concepção original de que a liberação periódica de capital monetário não-acumulado é o fator mais importante na ruptura do equilíbrio capitalista, ele desenvolve uma versão mais engenhosa da teoria de subconsumo de Rosa Luxemburg.[48] Essa versão está presente em seu último trabalho de análise econômica, *Zwischen zwei Weltkriegen?*, em que ele expõe a tese de que a contradição básica no capitalismo é o fato de que a produção de capital constante (no Departamento I) cresce mais rapidamente que a demanda de capital constante na produção de bens de consumo. Isso é apresentado como uma inevitável conseqüência do aumento de mais-valia.[49] Fritz Sternberg, Leon Sartre e Paul Sweezy adotaram a tese de Bauer com alterações de pouca importância, ou a desenvolveram independentemente;[50] em resultado, todos eles terminam por chegar à mesma conclusão que Rosa Luxemburg: o capitalismo sofre inerentemente, se não de um resíduo de bens de consumo invendáveis, pelo menos de capacidade não utilizada para a produção de bens de consumo (ou, o que vem a ser a mesma coisa, de um volume de meios de produção que não podem ser vendidos porque, embora destinados ao Departamento II, não podem ser adquiridos por este).

Em *Marxist Economic Theory* eu já expus a incompreensão fundamental — uma óbvia *petitio principii* — subjacente a esse tipo de argumento. Todos esses autores trabalham a partir da pressuposição básica de que não haja mudança na proporção do valor de produção ou da capacidade produtiva entre os dois Departamentos, ao passo que a demanda de mercadorias provenientes do Departamento II cresce naturalmente mais devagar do que a demanda de mercadorias do Departamento I, devido ao aumento na taxa de mais-valia e na composição orgânica do capital. Assim, a crise torna-se inevitável. Mas a constância dessa "proporção técnica" (Otto Bauer fala de um "coeficiente técnico") entre o crescimento da produção no Departamento I e a capacidade produtiva do Departamento II (Sweezy) ou os meios de produção necessários à produção de bens adicionais de consumo (Bauer) não foi absolutamente comprovada.

O fato de que o desenvolvimento acelerado no Departamento I, ao aumentar a composição orgânica do capital na economia como um todo, deve também aumentar, em última análise, a capacidade produtiva do Departamento II, não prova de maneira alguma que a capacidade produtiva de ambos os Departamentos deva aumentar *na mesma proporção*. No entanto, se houver uma alteração nas proporções recíprocas das duas capacidades, e dado um grande acréscimo na produção total de mercadorias, uma demanda ampliada em relação às mercadorias do Departamento I poderá certamente ser acompanhada por um aumento absoluto, embora menor em termos relativos, na capacidade produtiva do Departamento II e pela utilização plena dessa capacidade, sem que isso necessariamente acarrete superprodução ou capacidade excedente.

[48] As sucessivas concepções de Otto Bauer a esse respeito devem ser encontradas basicamente em seu artigo "Marx' Theorie der Wirtschaftskrisen". In: *Die Neue Zeit*. 1904; em seu livro *Die Nationalitätenfrage und die Sozialdemokratie*. Viena, 1907. p. 461-474; em seu artigo "Die Akkumulation des Kapitals". In: *Die Neue Zeit*. 1913; e em seu livro *Zwischen zwei Weltkriegen?*, publicado em Bratislava em 1936. Os elementos cruciais que ele coloca em primeiro plano foram, em ordem cronológica, as flutuações na reconstrução do capital fixo (1904), a pressão do capital ocioso com vistas ao investimento no exterior (1907), a discrepância entre a acumulação de capital e o crescimento populacional (1913) e, finalmente, a discrepância entre o crescimento do Departamento I e a demanda de meios de produção no Departamento II (1936).

[49] BAUER, Otto. *Zwischen zwei Weltkriegen?* p. 351-353.

[50] SWEEZY, Paul M. *The Theory of Capitalist Development*. Nova York, 1942. p. 180-184; SARTRE, Leon. *Esquisse d'une Théorie Marxiste des Crises Périodiques*. Paris, 1937. p. 28-40, 62-67; STERNBERG, Fritz. *Der Imperialismus und Seine Kritiker*. Berlim, 1929. p. 163 *et seqs*.

Henryk Grossmann vê a debilidade maior do modo de produção capitalista nos crescentes problemas de valorização do capital, que devem necessariamente levar a uma "superacumulação", isto é, a uma situação em que a totalidade da mais-valia disponível deixa de ser suficiente à valorização lucrativa do capital disponível. Sua argumentação, que se apóia de maneira exorbitante nas cifras algo arbitrárias de que ele parte, hesita entre duas abordagens principais. Ele afirma, por um lado, que as dificuldades de valorização do capital seriam uma barreira absoluta se de fato conduzissem a uma queda na mais-valia improdutivamente consumida pelo capitalista. Por outro lado, pretende que a incapacidade em valorizar "lucrativamente" *todo* o capital acumulado traria a interrupção *da totalidade* do processo de expansão.[51] O primeiro argumento não se sustenta, pois deixa de considerar o fato de que uma parte da mais-valia destinada ao consumo poderia ser dividida entre um número *cada vez menor* de capitalistas (ainda mais nos termos do esquema de Grossmann do que na realidade, pois as dificuldades de valorização que ele pressupõe intensificariam em grande medida a competição intercapitalista). Uma queda no consumo enquanto parcela da mais-valia produzida é perfeitamente compatível com um aumento no consumo de cada família capitalista (não consideraremos aqui até que ponto Grossmann está certo em ver as necessidades de consumo do capitalista como o "objetivo último" da produção capitalista). O segundo argumento contém um erro evidente: se todo o volume disponível de mais-valia deixar de ser suficiente para a valorização de *todo* o capital acumulado, o resultado não será o colapso de toda a economia, mas apenas a desvalorização (*Entwertung*) do capital "supérfluo", através da concorrência e da crise. Tudo que Grossmann consegue provar por esse caminho é que a tendência inerente à superacumulação, que é indubitavelmente um traço distintivo do capitalismo, deve ser neutralizada pela tendência, também inerente ao sistema, à periódica desvalorização do capital, de maneira a evitar uma estagnação mais longa do processo de valorização. Como o próprio Marx enfatizou, essa é precisamente a função das crises de superprodução. Portanto, Grossmann não conseguiu provar que esse processo torne a valorização de capital impossível em termos gerais, a longo prazo.[52]

O economista polonês-americano Michal Kalecki empreendeu a tentativa mais elaborada, até o momento, de combinar os métodos de pesquisa do marxismo com os da moderna econometria — seu trabalho antecipou muitas das descobertas de Keynes. Sua conclusão é uma variante da tese de Grossmann: a taxa de acumulação da mais-valia recém-criada, isto é, a divisão dessa mais-valia entre o consumo improdutivo e a acumulação, constitui a "variável estratégica" no sistema de Marx. Mas o isolamento desse fator em relação ao contexto global do sistema não explica *por que razão* os capitalistas apresentam uma taxa mais baixa de acumulação durante períodos bastante longos, sucedida por uma taxa mais elevada (ou, inversamente, uma taxa mais alta de consumo improdutivo, novamente seguida por uma taxa mais baixa).[53]

Outra variante da mesma posição é proposta pelos teóricos da chamada "economia de guerra permanente", representados principalmente pelo marxista britânico Michael Kidron.[54] A acumulação pode continuar além de seus limites interiores se quantidades crescentes de mais-valia forem deslocadas "para fora do sistema", por intermédio do consumo improdutivo. Discutiremos as contradições básicas dessa teoria no capítulo 9: o adiamento do colapso do capitalismo é explicado pelo

[51] GROSSMANN. *Op. cit.*, p. 118-123, 129-135, 137-141.
[52] Uma crítica aguçada à tese de Grossmann é fornecida por Fritz Sternberg, *Eine Umwälzung der Wissenschaft*, Berlim, 1930.
[53] KALECKI, Michal. *Theory of Economic Dynamics*. Londres, 1954.
[54] KIDRON, Michael. *Western Capitalism Since the War*. Londres, 1962.

uso improdutivo, isto é, pelo desperdício de mais-valia. Permanece incompreensível, entretanto, de que maneira a *produção* de armas, isto é, a produção de mercadorias, a *produção de valor*, pode ser equiparada ao *desperdício de mais-valia*, e de que maneira esse desperdício de mais-valia pode resultar em crescimento econômico acelerado.

Bukharin é o único marxista[55] que, em sua crítica a Rosa Luxemburg, assinalou, ainda que de passagem, que seria preciso levar em conta diversas contradições básicas do sistema, para que se pudesse antever o seu colapso inevitável.[56] Ao mesmo tempo, Grossmann tem razão quando acusa Bukharin de não ter dedicado uma única linha à análise da dinâmica dessas contradições, e de não haver explicado em que medida e por que motivo essas contradições — ou algumas delas — deveriam possuir uma tendência a se intensificar.[57]

Verificamos, assim, que todas essas teorias (à exceção de um comentário de Bukharin, que justamente deixou de desenvolver uma teoria sistemática nessa direção) sofrem da debilidade básica de pretender deduzir toda a dinâmica do modo de produção capitalista a partir de uma única variável do sistema. Todas as outras leis de desenvolvimento que Marx descobriu agiriam, mais ou menos automaticamente, apenas como funções dessa variável única. No entanto, é o próprio Marx quem categoricamente contradiz essa suposição em vários trechos. Por exemplo:

> "As crises econômicas mundiais devem ser vistas como a concentração efetiva e o ajuste compulsório de todas as contradições da economia burguesa. Os fatores isolados que estão condensados nessas crises devem, por esse motivo, apresentar-se e serem descritos em cada esfera da economia burguesa; quanto mais avançarmos em nossa investigação desta última, mais aspectos desse conflito devem ser delineados e, por outro lado, deve-se mostrar que suas mais abstratas formas estão reaparecendo, contidas nas formas mais concretas".[58]

Na realidade, qualquer suposição de um único fator se opõe claramente à concepção do modo de produção capitalista como uma totalidade dinâmica, na qual a ação recíproca de *todas* as leis básicas de desenvolvimento se faz necessária para que se produza um resultado específico. Essa idéia implica, em certa medida, que *todas* as variáveis básicas desse modo de produção possam, parcial e periodicamente, desempenhar o papel de variáveis autônomas — naturalmente, não ao ponto de uma independência completa, mas numa interação constantemente articulada através das leis de desenvolvimento de todo o modo de produção capitalista. Essas variáveis abrangem os seguintes itens centrais: a composição orgânica do capital em geral e nos mais importantes setores em particular (o que também inclui, entre outros aspectos, o volume de capital e sua distribuição entre os setores); a distribuição do capital constante entre o capital fixo e o circulante (novamente em geral e em cada um dos principais setores; a partir de agora omitiremos esse acréscimo auto-evidente à formulação); o desenvolvimento da taxa de mais-valia; o desenvolvimento da taxa de acumulação (a relação entre a mais-valia produtiva e a mais-valia consumida improdutivamente); o desenvolvimento do tempo de ro-

[55] Não estamos considerando Lênin a esse respeito porque ele não oferece uma teoria sistemática das contradições do desenvolvimento capitalista. Mas seu *Imperialismo, o Mais Alto Estágio do Capitalismo* certamente não sofre da doença da "monocausalidade".

[56] BUKHARIN, p. 229-230, 264-268.

[57] GROSSMANN, Henryk. *Op. cit.*, p. 44-48. É verdade que, em uma frase, Bukharin busca deduzir o colapso do capitalismo a partir da destruição das forças de produção e da impossibilidade de reproduzir a força de trabalho, seguindo exatamente o esquema de seu livro *Zur Oekonomie der Transformationsperiode*. No decorrer do presente estudo, teremos oportunidade para empreender um exame crítico mais sistemático de suas opiniões.

[58] MARX. *Theories of Surplus Value*. v. 2, p. 510; *Ibid.* p. 534: "Nas crises econômicas mundiais, todas as contradições da produção burguesa entram em erupção coletivamente".

tação do capital; e as relações de troca entre os dois Departamentos (as quais são basicamente, mas não de maneira exclusiva, uma função da composição orgânica de capital dada nesses Departamentos).

Uma parte importante do presente estudo será dedicada à investigação do desenvolvimento e correlação dessas seis variáveis básicas do modo de produção capitalista. Nossa tese é que a história do capitalismo, e ao mesmo tempo a história de suas regularidades internas e contradições em desdobramento, só pode ser explicada e compreendida como uma função da ação recíproca dessas seis variáveis. As flutuações na taxa de lucro são o sismógrafo dessa história, na medida em que expressam com a maior clareza possível o resultado dessa interação em conformidade com a lógica de um modo de produção baseado no lucro — em outras palavras, na valorização do capital. Mas tais flutuações são apenas *resultados*, que também devem ser explicados pela interação das variáveis.

Aqui, numa antecipação de nossas descobertas posteriores, ofereceremos alguns exemplos que, em nossa opinião, mostram que essa tese é correta. A taxa de mais-valia — isto é, a taxa de exploração da classe operária — é uma função da luta de classes[59] e de seu desfecho provisório em cada período específico, entre outras coisas. Vê-la como uma função mecânica da taxa de acumulação, digamos, na forma simplificada — taxa mais alta de acumulação = menos desemprego = estabilização ou mesmo redução da taxa de mais-valia — significa confundir condições objetivas que *podem* conduzir a um resultado específico, ou atenuá-lo, com o próprio resultado. Se a taxa de mais-valia vai efetivamente aumentar ou não dependerá, entre outros fatores, do grau de resistência revelado pela classe operária aos esforços do capital para ampliá-la. O número de variações possíveis a esse respeito e a diversidade dos seus resultados podem facilmente ser vistos na história da classe operária e do movimento sindical nos últimos 150 anos. Um exemplo ainda mais incorreto de relação mecânica pode ser fornecido pela fórmula de Grossmann: baixa produtividade do trabalho = baixa taxa de mais-valia; elevada produtividade do trabalho = elevada taxa de lucro. Marx repetidas vezes chamou a atenção para a situação nos Estados Unidos, onde os salários foram altos desde o início, não como uma função da alta produtividade do trabalho mas da crônica *escassez de força de trabalho* provocada pela *fronteira;* portanto, a alta produtividade do trabalho nos Estados Unidos não foi a *causa*, mas o *resultado* de altos salários, e conseqüentemente foi acompanhada, durante um período bastante longo, por uma taxa de lucro mais baixa do que na Europa.

O grau de resistência do proletariado, isto é, o desdobramento da luta de classes, não é o único determinante que leva a taxa de mais-valia a se tornar uma variável parcialmente independente da taxa de acumulação: *a situação histórica original* do exército industrial de reserva também desempenha um papel decisivo. Dependendo do tamanho desse exército de reserva, é possível que uma taxa crescente de acumulação seja acompanhada por uma taxa de mais-valia crescente, estacionária ou decrescente. Quando existe um maciço exército de reserva, a taxa crescente de acumulação não exerce influência significativa na relação entre a demanda e a oferta da mercadoria força de trabalho (exceto, possivelmente, em algumas profissões altamente qualificadas). Isso explica, por exemplo, o rápido crescimento na taxa de mais-valia, apesar do igualmente rápido aumento na taxa de acumulação na Inglaterra entre 1750 e 1830, ou na Índia após a Primeira Guerra Mundial.

[59] "O máximo de lucro só se acha limitado pelo mínimo físico dos salários e pelo máximo físico da jornada de trabalho. É evidente que, entre os dois limites extremos da taxa máxima de lucro, cabe uma escala imensa de variantes. A determinação de seu grau efetivo só fica assente pela luta incessante entre o capital e o trabalho." MARX, Karl. *Salários, Preço e Lucro*. In: MARX e ENGELS. *Selected Works*. Londres, 1968. p. 226.

Ao contrário, quando há uma tendência ao decréscimo do exército industrial de reserva, devido — entre outros fatores — à emigração em massa da força de trabalho "supérflua" para o estrangeiro, um rápido aumento na taxa de acumulação pode perfeitamente ser acompanhado por uma taxa de mais-valia estacionária ou decrescente. Tal esquema seria adequado, por exemplo, à Europa ocidental entre 1880 e 1900, ou à Itália no início dos anos 60 do presente século.

De maneira similar, a taxa de crescimento da composição orgânica do capital não pode ser simplesmente considerada como uma função do progresso tecnológico ligado à concorrência. Esse progresso tecnológico reconhecidamente induz à substituição do capital vivo pelo capital morto, de forma a reduzir custos — em outras palavras, ocasiona um aumento mais rápido no dispêndio em *capital fixo* do que em salários. Podemos facilmente encontrar comprovação empírica para isso na história do capitalismo. Mas, como sabemos, o capital constante compreende duas partes: uma parte fixa (máquinas, construções etc.) e uma parte circulante (matérias-primas, fontes de energia, elementos auxiliares etc.). O crescimento rápido do capital fixo e a rápida ampliação na produtividade social do trabalho daí resultante ainda não nos dizem algo de definido acerca das tendências de desenvolvimento da composição orgânica do capital. Porque, no caso de a produtividade do trabalho no setor que produz matérias-primas crescer mais rapidamente do que no setor de produção de bens de consumo, o capital constante circulante tornar-se-á relativamente mais barato do que o capital variável, e isso acarretará, em última análise, uma situação em que, *apesar do progresso tecnológico acelerado e apesar da acumulação acelerada de mais-valia no capital fixo, a composição orgânica do capital crescerá mais devagar, e não mais rápido do que anteriormente.*

Antecipamos aqui esses resultados de nossas investigações para ilustrar o método que será utilizado nas mesmas. Esse método trata simultaneamente todas as proporções básicas do modo de produção capitalista como variáveis parcialmente independentes, de maneira que se torne possível formular leis de desenvolvimento a longo prazo para esse modo de produção. A tarefa-chave consistirá em analisar o efeito que essas variáveis parcialmente independentes exercem nas situações históricas concretas, para que se possa interpretar e explicar as fases sucessivas da história do capitalismo.

Tornar-se-á claro que a ação recíproca dessas diferentes variáveis e leis de desenvolvimento pode ser *resumida numa tendência ao desenvolvimento desigual das várias esferas da produção e das várias partes componentes do valor do capital.* O desenvolvimento desigual do Departamento I e do Departamento II é apenas o início desse processo, que não é absolutamente redutível a esse único movimento. Ao mesmo tempo, teremos de investigar em que medida a lógica interna do modo de produção capitalista não apenas conduz a um desenvolvimento desigual nos dois Departamentos, mas também a um desenvolvimento desigual nas taxas de acumulação e de mais-valia nos dois Departamentos e na economia como um todo, a um desenvolvimento desigual entre o capital fixo e o capital constante circulante, a um desenvolvimento desigual entre a taxa de acumulação e o exército industrial de reserva e a um desenvolvimento desigual entre o desperdício improdutivo de mais-valia e a crescente composição orgânica do capital.

A *combinação* de todas essas tendências desiguais do desenvolvimento das proporções fundamentais do modo de produção capitalista — a combinação dessas variantes parcialmente independentes das principais variáveis do sistema de Marx — vai permitir-nos explicar a história do modo de produção capitalista, e sobretudo da terceira fase desse modo de produção, que denominaremos "capitalismo tardio", mediante as leis de movimento do próprio capital, sem recorrer a fatores exógenos, alheios ao âmago da análise de Marx do capital. Assim, a "vida da

matéria" deveria despontar pela ação recíproca de todas as leis de movimento do capital. Em outras palavras, é a totalidade dessas leis que fornece a mediação entre as aparências superficiais e a essência do capital, e entre os "muitos capitais" e o "capital em geral".

Em sua recente polêmica com Arghiri Emmanuel, Charles Bettelheim questionou a validade da noção de "variáveis independentes" no contexto da análise marxista. Embora, em seu conjunto, concordemos com os rumos dessa polêmica, não podemos admitir esse ponto sem uma ressalva.

Bettelheim escreve:

> "Quando estamos lidando com as fórmulas de Marx, e as empregando com plena consciência de sua função, não temos o direito de alterar as 'magnitudes' presentes nessas fórmulas, a menos que tais alterações sejam justificadas por variações que afetem, de acordo com leis, os diferentes elementos constituintes da estrutura a que essas fórmulas se referem. Apenas tais mudanças teoricamente justificadas poderiam alterar essas magnitudes, não arbitrariamente mas de uma maneira que obedeça precisamente às leis reais de estrutura".[60]

Nesse ponto Bettelheim deixa de considerar duas dificuldades básicas. Em primeiro lugar, o fato de que os esquemas de reprodução não são instrumentos para a análise de problemas de crescimento e rupturas de equilíbrio, e que, assim, é *impossível* que "leis" de qualquer espécie regulem as variações de suas partes componentes. (Um crescimento igual dos dois Departamentos ou uma taxa idêntica de acumulação nesses dois Departamentos não constituem "leis" do modo de produção capitalista, mas apenas abstrações metodológicas para desempenhar o propósito dos esquemas, que é provar a possibilidade de um equilíbrio periódico na economia.) Em segundo lugar, o fato de que, embora as leis de desenvolvimento do capitalismo descobertas por Marx revelem *resultados finais a longo prazo* (a crescente composição orgânica do capital, a crescente taxa de mais-valia, a queda na taxa de lucro), elas não revelam quaisquer proporções exatas e regulares entre essas tendências de desenvolvimento. Portanto, é não apenas legítimo, mas imperativo, considerar as variáveis listadas acima como *parcialmente* independentes e parcialmente interdependentes quanto a sua função. É claro que essa independência não é arbitrária, mas se manifesta dentro da estrutura da lógica interna do modo de produção específico e de suas tendências gerais de desenvolvimento a longo prazo.[61] Mas é precisamente a integração das tendências gerais de desenvolvimento a longo prazo com as flutuações a curto e médio prazos dessas variáveis que possibilita a mediação entre o abstrato "capital em geral" e os "muitos capitais" concretos. Em outras palavras, é isso que torna possível reproduzir o processo histórico real do desenvolvimento do modo de produção capitalista através de seus estágios sucessivos. Assim, a história desse modo de produção torna-se a história do antagonismo em desenvolvimento entre o capital e as relações econômicas semicapitalistas e pré-capitalistas, que o mercado mundial capitalista incorpora permanentemente a si mesmo. Começaremos, portanto, com um balanço das mudanças estruturais que a difusão do modo de produção capitalista talhou no mercado mundial no período que se estende de Waterloo a Sarajevo, e das transformações subseqüentes desse mercado mundial na época de declínio capitalista inaugurada pela Primeira Guerra Mundial.

[60] BETTELHEIM, Charles. In: EMMANUEL, A. *Unequal Exchange*. Londres, 1972. p. 283-284.
[61] O próprio Bettelheim admite a seguir que há uma "indeterminação relativa" nas relações particulares que Marx descobriu. *Unequal Exchange*. p. 288.

2

A Estrutura do Mercado Mundial Capitalista

O movimento efetivo do capital manifestamente começa a partir de relações não capitalistas e prossegue dentro do quadro de referência de uma troca constante, exploradora, metabólica, com esse meio não capitalista. Essa não é, de maneira alguma, apenas uma das teses ou descobertas de Rosa Luxemburg: o próprio Marx o compreendeu e salientou, de modo explícito, em várias ocasiões. Assim, por exemplo:

> "A súbita expansão do mercado mundial, a multiplicação de mercadorias em circulação, o fervor competitivo das nações européias em apoderar-se dos produtos da Ásia e dos tesouros da América, o sistema colonial — todos contribuíram substancialmente para destruir os entraves feudais à produção. *Entretanto, em seu primeiro período — o período manufatureiro —, o moderno modo de produção desenvolveu-se apenas onde as condições para tal haviam se concretizado no decorrer da Idade Média.*[1] Compare-se, por exemplo, a Holanda e Portugal ... Os obstáculos apresentados à influência corrosiva do comércio pela solidez e organização interiores de modos de produção nacionais pré-capitalistas são notavelmente ilustrados nas relações dos ingleses com a Índia e a China ... O comércio inglês exerceu uma influência revolucionária sobre essas comunidades e as rasgou em pedaços unicamente na medida em que os baixos preços de suas mercadorias contribuíram para destruir as oficinas de fiação e tecelagem, que eram um tradicional elemento integrador dessa unidade da produção agrícola e industrial. *Ainda assim, esse trabalho de dissolução avança de modo bastante gradual ... Por outro lado, o comércio russo, ao contrário do inglês, deixa inalterada a base econômica da produção asiática*".[2]

Vinte anos depois de Marx haver escrito essas palavras, Friedrich Engels colocou claramente, numa carta a Conrad Schmidt:

> "Acontece exatamente o mesmo com a lei do valor e a distribuição da mais-valia por meio da taxa de lucro... Ambas atingem sua completa realização aproximada *apenas com o pressuposto de que a produção capitalista tenha sido completamente estabelecida por toda parte,* isto é, que a sociedade tenha sido reduzida às modernas classes dos proprietários rurais, capitalistas (industriais e comerciantes) e operários — ten-

[1] A esse respeito, ver nossas observações em *Marxist Economic Theory*, p. 119-125.
[2] MARX. *Capital*. v. 3, p. 332-334. (Os grifos são nossos. E. M.)

> do sido abolidos todos os graus intermediários. *Essa condição não existe nem mesmo na Inglaterra e jamais existirá — não deixaremos que chegue a tal ponto*".[3] (Os grifos são nossos. E. M.)

Marx, além disso, elaborou o simples axioma teórico de que a *gênese* do capital não deve ser equiparada a seu *autodesenvolvimento:*

> "As condições e pressupostos do *vir-a-ser*, do *despontar* do capital, implicam precisamente que ele não esteja ainda em existência, mas apenas em *devenir;* por isso, desaparecem quando surge o capital real, que coloca por si mesmo, com base na sua própria realidade, as condições para sua realização. Assim, por exemplo, enquanto o processo pelo qual o dinheiro ou um valor em si mesmo se torna originariamente capital, pressupõe, de parte do capitalista, uma acumulação — talvez mediante poupanças armazenadas de produtos e valores criados por seu próprio trabalho, que ele empreendeu como um *não capitalista,* isto é, enquanto os pressupostos sob os quais o dinheiro se torna capital aparecem como pressupostos externos, dados, para o nascer do capital — (não obstante), assim que o capital passa a existir enquanto tal, ele cria seus próprios pressupostos, ou seja, a possessão das condições reais da criação de novos valores *sem intercâmbio* — mediante seu próprio processo de produção".[4] (Grifado por Marx. E. M.)

Estamos tratando, portanto, com um processo duplo, e os dois lados do mesmo devem ser combinados para que possamos compreender a gênese e o subseqüente autodesenvolvimento do capital. Em outras palavras, a acumulação primitiva de capital e a acumulação de capital através da produção de mais-valia não são apenas fases *sucessivas* da história econômica, mas também processos econômicos *convergentes.* Até hoje, ao longo de toda a história do capitalismo, processos de acumulação primitiva de capital têm constantemente coexistido junto à forma predominante de acumulação de capital, através da criação de valor no processo de produção. Camponeses, lojistas, artesãos, por vezes até mesmo empregados, funcionários públicos e operários altamente qualificados tentam tornar-se capitalistas e explorar força de trabalho, ao conseguirem, de uma maneira ou de outra (consumo excepcionalmente baixo; usura; roubo; fraude; herança; prêmios de loteria), apropriar-se de um volume inicial de capital. Embora esse processo de acumulação primitiva já pressuponha a existência do modo de produção capitalista, ao contrário do processo histórico de acumulação primitiva de capital, descrito por Marx, e embora seu papel nos países capitalistas já industrializados seja insignificante, ele é, apesar disso, de importância considerável nos países coloniais e semicoloniais — os chamados países "em desenvolvimento". Em geral, nessas áreas, o processo permanece ainda, quantitativa e qualitativamente, mais decisivo para a estrutura social e o desenvolvimento econômico do que a criação de mais-valia no decorrer do processo de produção.

Esses dois momentos separados devem ser levados a estabelecer entre si uma ligação estrutural. A acumulação primitiva de capital, cujas origens históricas remontam à gênese do modo de produção capitalista, ganhou sua dinâmica particular precisamente de seu *caráter monopolista;* à exceção dos poucos lugares na su-

[3] *Engels to Conrad Schmidt,* carta de 12 de março de 1895. In: MARX e ENGELS. *Selected Correspondence.* Moscou, 1965. p. 483. Ver também Marx: "Nós a tomamos (a Inglaterra) como um exemplo porque o modo de produção capitalista encontra-se ali num estágio desenvolvido e *não opera mais, como é o caso na Europa continental, substancialmente sobre a base de uma economia camponesa que não se ajusta a ele...*" "Resultate des unmittelbaren Produktionsprozesses" (o sexto capítulo original do primeiro volume de *O Capital*), *Arkhiv Marksa i Engelsa.* vol. II (VI), Moscou, 1933. p. 258. (Os grifos são nossos. E. M.)

[4] MARX. *Grundrisse.* p. 459-460.

perfície da Terra onde brotaram as primeiras fábricas modernas, operando com máquinas, não havia no mundo nenhuma indústria capitalista em grande escala (embora houvesse criação de valor em empresas capitalistas manufatureiras). Desque que, todavia, todas elas tinham um nível mais ou menos análogo de produtividade — estivessem na Europa ocidental ou na América Latina, na Rússia, China ou Japão — praticamente não havia nenhum gradiente internacional em seus lucros para estimular um crescimento dinâmico.[5]

A situação que define processos de acumulação primitiva na atualidade é obviamente bastante diversa. Eles se manifestam dentro da estrutura de um modo de produção capitalista e de um mercado mundial capitalista já estabelecidos; estão, portanto, em constante competição, ou permanente troca metabólica, com a produção capitalista já estabelecida. O crescimento e difusão internacional do modo de produção capitalista nos últimos dois séculos constitui, assim, *uma unidade dialética de três momentos:*

a) acumulação de capital em andamento, no âmbito de processos de produção já capitalistas;

b) acumulação primitiva de capital em andamento, fora do âmbito de processos de produção já capitalistas;

c) determinação e limitação do segundo momento pelo primeiro, isto é, luta e competição entre o segundo momento e o primeiro.

Qual é, então, a lógica interna desse terceiro momento — a determinação e limitação da acumulação primitiva de capital em andamento pela acumulação de capital ocorrendo no âmbito de processos de produção já capitalistas?

Em cada país ou em escala internacional, o capital exerce pressão para fora, a partir do centro — em outras palavras, seus lugares históricos de origem — para a periferia. Ele tenta continuamente estender-se a novos domínios, converter setores de reprodução simples de mercadorias em novas esferas da produção capitalista de mercadorias, suplantar, pela produção de mercadorias, os setores que até então só produziam valores de uso.[6] O grau em que esse processo continua a ocorrer ainda hoje, perante nossos olhos, nos países altamente industrializados, é exemplificado pela expansão, nas duas últimas décadas, das indústrias que produzem refeições prontas para servir, máquinas distribuidoras de bebidas e assim por diante.

Mas a penetração do modo de produção capitalista nessas esferas vê-se limitada por dois fatores cruciais. Em primeiro lugar, esse modo de produção deve ser competitivo, isto é, o preço de venda deve ser menor do que o preço de custo dos mesmos bens na esfera da produção simples de mercadorias ou da produção familiar — ou, pelo menos, suficientemente baixo para que os produtores tradicionais

[5] André Gunder Frank cita um ex-presidente chileno, que teria dito que, no século XVIII, a produção manufatureira no Brasil era mais considerável do que nos Estados Unidos. *Capitalism and Underdevelopment in Latin America.* Nova York, 1967. p. 60.

[6] Ver Marx: "Precisamente a produtividade do trabalho, o volume de produção, o volume populacional, o volume de população excedente, que são desenvolvidos por esse modo de produção, criam continuamente, através da liberação de capital e trabalho, novos ramos empresariais onde o capital pode novamente trabalhar numa escala reduzida e, mais uma vez, passar pelos vários desenvolvimentos, até que esses novos ramos sejam também conduzidos numa larga escala social. Esse processo ocorre continuamente. Ao mesmo tempo a produção capitalista tende a conquistar todos os ramos da indústria sobre os quais ainda não tenha supremacia, que tenha subordinado apenas formalmente. Tão logo tenha assegurado o domínio sobre a agricultura, a indústria de mineração, a manufatura dos mais importantes materiais para vestuário, e assim por diante, o capital se apodera de esferas ainda mais distantes, onde seu controle é ainda apenas formal e existem até mesmo artesãos independentes". *Resultate des unmittelbaren Produktionsprozesses.* p. 120-122.

considerem que sua própria produção, mais barata, deixa de ser lucrativa em vista do tempo e trabalho poupados pela compra dos novos produtos.[7] Em segundo lugar, deve estar disponível algum capital excedente, cujo investimento nessas esferas produzirá uma taxa de lucro mais alta do que seu investimento em domínios já existentes (não necessariamente mais alta, em termos absolutos, mas de qualquer maneira mais alta do que a taxa *marginal*, produzida por um investimento adicional de capital nas esferas que já são capitalistas).

Enquanto essas duas condições não forem realizadas, ou o forem apenas em parte, ou forem realizadas sob limitações demasiado onerosas, a acumulação de capital auto-reprodutor ainda deixará espaço para a acumulação primitiva de capital. O pequeno e médio capital penetra por esse espaço disponível, leva a cabo o "trabalho sujo" de destruir as relações nativas e tradicionais de produção[8] — e no processo desaba em ruínas, ou prepara o terreno para a produção "normal" de mais-valia, de que poderá também participar. Neste último caso, converte-se em capital "normal", industrial, agrícola, comercial ou financeiro.

Bukharin definiu corretamente a economia mundial como "um sistema de relações de produção e relações de troca correspondentes, numa escala internacional".[9] No entanto, em seu livro *Imperialism and World Economy*, deixou de enfatizar um aspecto crucial desse sistema: a saber, que a economia mundial capitalista *é um sistema articulado de relações de produção capitalistas, semicapitalistas e pré-capitalistas, ligadas entre si por relações capitalistas de troca e dominadas pelo mercado capitalista mundial.* É unicamente dessa maneira que a formação desse mercado mundial pode ser entendida como o produto do desenvolvimento do modo de produção capitalista — e não ser confundido com o mercado mundial criado pelo capital mercantil, que foi uma condição prévia para esse modo de produção capitalista[10] — e como uma combinação de economias e nações capitalisticamente desenvolvidas e capitalisticamente subdesenvolvidas num sistema multilateralmente autocondicionante. Exploraremos esse problema de maneira mais profunda no decorrer do presente capítulo e ao nos ocuparmos das questões da troca desigual e do neocolonialismo.

O historiador Oliver Cox tem um vislumbre dessa espécie de sistema articulado, mas está influenciado de maneira forte demais por seu trabalho anterior sobre o capital mercantil veneziano para ver essa "hierarquia de economias e nações" como determinada por alguma coisa a mais do que "situações diferenciadas no mercado mundial". Assim, ele desconsidera totalmente a existência de diferentes relações de produção.[11] Esse é um erro que partilha em maior ou menor grau com outros autores, tais como Arrighi Emmanuel, Samir Amin e André Gunder Frank; voltaremos a isso no capítulo 11.

Se examinarmos a história da economia mundial capitalista desde a Revolu-

[7] Não estamos discutindo aqui o caso "mais normal", em que a violenta intervenção do capital (expropriação dos possuidores originais, expulsão dos camponeses de suas terras e lares, bloqueio do acesso a reservas de terra tradicionalmente disponíveis, a meios de subsistência e trabalho) *impede* a produção de valores de uso pelos produtores nativos e os transforma em vendedores da mercadoria força de trabalho e, conseqüentemente, em compradores de bens industrialmente produzidos.

[8] Ver Rosa Luxemburg: "Segundo a teoria marxista, os pequenos capitalistas desempenham, ao longo do desenvolvimento capitalista, o papel de pioneiros da modificação técnica, e o exercem num duplo sentido. Eles iniciam novos métodos de produção em ramos de indústria bem implantados, e servem de instrumento na criação de novos ramos de produção ainda não explorados pelo grande capitalista". *Social Reform or Revolution*. Nova York, 1970. p. 15.

[9] BUKHARIN, N. *Imperialism and World Economy*. Londres, 1972. p. 25-26.

[10] MARX: "O próprio mercado mundial forma a base para esse modo de produção. Por outro lado, a necessidade imanente desse modo de produção, de produzir em escala cada vez mais ampla, tende a expandir continuamente o mercado mundial, de maneira que, nesse caso, não é o comércio que revoluciona o comércio". (*Capital*, v. 3, p. 333.) Ver também a nota inserida por Engels no volume 3 de *O Capital*: "A colossal expansão dos meios de transporte e comunicação — transatlânticos, ferrovias, telegrafia elétrica, o canal de Suez — tornou em realidade um efetivo mercado mundial". *Ibid*. p. 489.

[11] COX, Oliver C. *Capitalism as a System*. Nova York, 1964. p. 1, 6, 10.

ção Industrial, ao longo dos últimos duzentos anos, poderemos distinguir os seguintes estágios nessa articulação específica de relações de produção capitalistas, semicapitalistas e pré-capitalistas. Na era do capitalismo de livre concorrência, a produção direta de mais-valia pela indústria em grande escala limitava-se exclusivamente à Europa ocidental e à América do Norte. Entretanto, o processo de acumulação primitiva de capital estava se realizando simultaneamente em muitas outras partes do mundo, mesmo se o seu ritmo era irregular. Com isso, a produção têxtil por artesãos e camponeses nativos foi gradualmente destruída nesses países, enquanto a nascente indústria doméstica combinou-se com freqüência à real indústria fabril. Naturalmente, o capital estrangeiro afluiu aos países que estavam começando a se industrializar, mas foi incapaz de dominar os processos de acumulação em curso.[12] Devem ser destacados dois dos mais importantes obstáculos à dominação do capital estrangeiro sobre essas economias capitalistas nascentes. Em primeiro lugar, a amplitude da acumulação de capital na Grã-Bretanha, França ou Bélgica não era suficiente para permitir que esse capital se lançasse ao estabelecimento de fábricas em outras partes do mundo. Na Grã-Bretanha, a média anual de investimentos de capital no estrangeiro foi de apenas 29 milhões de libras entre 1860/69; eles aumentaram em 75% entre 1870/79, chegando a 51 milhões de libras anuais, e depois a 60 milhões de libras anuais, entre 1880/89.[13] O segundo obstáculo foi a inadequação dos meios de comunicação — o desenvolvimento desigual da Revolução Industrial na indústria manufatureira e na indústria de transporte.[14] Esse aspecto bloqueou efetivamente a penetração dos artigos baratos, produzidos em escala de massa pela grande indústria da Europa ocidental, não apenas nas mais afastadas aldeias e cidadezinhas da Ásia e América Latina, mas mesmo naquelas da Europa meridional e oriental. De fato, a insuficiência dos sistemas de transporte e comunicação prejudicou a formação de mercados nacionais propriamente ditos mesmo na Europa ocidental. Antes da difusão das ferrovias, o preço de uma tonelada de carvão na França variava, em 1838, de 6,90 francos na região mineira de St. Etienne, ao sul do Loire, até 36-45 francos em Paris, chegando a 50 francos em Bayonne e nas áreas mais remotas da Bretanha.[15]

[12] A.C. Carter calcula que o capital holandês compreendia cerca de 1/4 do total das cotas de capital na Grã-Bretanha por volta de 1760 (ver a discussão desse ponto em WILSON, Charles. "Dutch Investment in 18th Century England". In: *Economic History Review*, abril de 1960). O papel do capital inglês na industrialização da Bélgica é simbolizado pelos fundadores da moderna indústria de construção de máquinas, os irmãos Cockerill. Os capitais inglês e belga desempenharam, além disso, uma importante função no primeiro momento da industrialização francesa. (Ver HENDERSON, W. O. *The Industrial Revolution on the Continent*. Londres, 1961; DHONT, J. "The Cotton Industry at Ghent during the French Regime". In: CROUZET, F., CHALONER, W. H. e STERN, W. M. (Ed.). *Essays in European Economic History 1789-1914*. Londres, 1969.) O mesmo se aplica ao capital holandês em relação à indústria alemã na margem esquerda do Reno. (Ver ADELMANN, Gerhard. "Structural Changes in the Rhenish Linen and Cotton Trades at the Outset of Industrialization". In: *Essays in European Economic History 1789-1914.)* Para o papel do capital francês na primeira onda de industrialização na Itália, ver GILLE, A. B. *Les Investissements Français en Italie 1815-1940*. Turim, 1968; MOLA, Aldo Alessandro (Ed.). *L'Economia Italiana dopo l'Unità*. Turim, 1971. p. 130 *et seqs*. Para o papel central do capital estrangeiro, principalmente britânico, na construção do sistema ferroviário dos Estados Unidos (sobretudo no período 1866/73), ver JENKS, L. H. "Railroads as an Economic Force in American Development". In: *Journal of Economic History*. IV, 1944.

[13] DEANE, Phyllis e COLE, W. A. *British Economic Growth 1688-1959*. Cambridge, 1967. p. 36, 266. Ver também Marx: "Cada vez mais ampla, a produção em massa se derrama sobre o mercado existente e dessa maneira trabalha continuamente para uma expansão ainda maior desse mercado, levando-o a romper com seus limites. O que tolhe essa produção em massa não é o comércio (na medida em que ele expressa a demanda existente), mas a magnitude de capital empregado e o nível de desenvolvimento da produtividade do trabalho". (*Capital*. v. 3, p. 336.) Além dessas obras, consultar JENKS, Leland Hamilton. *The Migration of British Capital to 1875*. Londres, 1927; e ainda a conhecida Circular do Foreign Office datada de 15 de janeiro de 1848 e dirigida às missões diplomáticas no exterior, que expressamente enfatizava a necessidade da precedência dos investimentos internos sobre o controle de companhias no estrangeiro. (Foreign Office Archives, F. O. 16, v. 63.)

[14] "O meio principal de reduzir o tempo de circulação é o aperfeiçoamento das comunicações. Os últimos cinqüenta anos trouxeram consigo uma revolução nesse campo, apenas comparável à Revolução Industrial da segunda metade do século XVIII." MARX. *Capital*. v. 3, p. 71.

[15] Ver LÉVY-LEBOYER, Maurice. *Les Banques Européennes et l'Industrialisation Internationale dans la Première Moitié du 19e Siècle*. Paris, 1964, p. 320.

Não foi, portanto, por acaso que o impacto gradativamente crescente dos investimentos externos de capital da Grã-Bretanha, França, Bélgica e Holanda concentrou-se principalmente na *construção de ferrovias no exterior*, pois a expansão dessa rede internacional de comunicação era uma pré-condição para a extensão gradual de seu domínio sobre os mercados internos dos países desenvolvidos, que haviam sido arrastados para o turbilhão da economia mundial capitalista.[16]

No entanto, foi precisamente essa concentração na construção de ferrovias que deu origem a uma importante *defasagem* — compreendida aproximadamente entre a Revolução de 1848 e o final da década de 1860 — durante a qual as economias que estavam avançando no sentido de um modo de produção capitalista gozaram, em termos gerais, de um raio de ação ilimitado para a acumulação primitiva de capital nacional nativo. Os diferenciais de salários em escala internacional tornaram mais fácil esse processo.[17] O fato de que mesmo essa primeira revolução nos transportes não tenha conseguido uma redução decisiva nos custos de condução de mercadorias baratas e facilmente perecíveis, por longas distâncias, significou que o capital local dos países desenvolvidos continuou a desfrutar de mercados não ameaçados nas indústrias de alimentos, bebidas fermentadas, malharia (à exceção dos artigos de luxo, em cada caso) e assim por diante. A Itália, a Rússia, o Japão e a Espanha constituem os mais notáveis exemplos desse fenômeno. Nesses países, se não considerarmos os investimentos estrangeiros na construção ferroviária e os empréstimos públicos, foi o capital local que dominou a expansão constante do mercado interno e o avanço sem freios da acumulação primitiva.

Na Itália, por exemplo, na década de 1850, o setor têxtil era ainda basicamente composto de artesãos — camponeses ou trabalhadores da indústria domiciliar; cerca de 300 mil camponesas eram mobilizadas por aproximadamente 150 dias de trabalho por ano, na fiação de linho e cânhamo. Da produção de 1,2 milhão de quintais dessas matérias-primas, 300 mil eram exportados e 900 mil consumidos na própria Itália — pouco mais de 1/9 pela indústria já mecanizada e 8/9 pela produção doméstica. Ainda em 1880, a tecelagem doméstica excedia a fabril na produção dos vários tipos de tecidos de linho. Na indústria da seda a arrancada industrial começou por volta de 1870 e só se completou no final do século. Na produção de algodão, a indústria doméstica predominou nas décadas de 1850 e 1860; a indústria em grande escala irrompeu na fiação por volta de 1870, e na tecelagem só dez anos depois.[18] Ao longo de todo esse processo de industrialização o capital estrangeiro não desempenhou nenhum papel.

O mesmo ocorreu na Rússia. Nesse país, ainda que a primeira vaga de industrialização, de 1840 a 1870, fosse levada a cabo com maquinaria importada — a Rússia adquiriu 26% das máquinas exportadas pela Inglaterra em 1848 —, não houve participação do capital estrangeiro digna de nota.[19] Em 1845 o total das importações e da produção interna de maquinaria na Rússia valia pouco mais de 1 milhão de rublos; em 1870, atingia 65 milhões de rublos. O valor total do equipamento industrial utilizado na Rússia chegava a 100 milhões de rublos em 1861, e a 350 milhões de rublos em 1870. O valor anual da produção nas indústrias mais im-

[16] "Por outro lado, o preço barato dos artigos produzidos por máquinas e os meios aperfeiçoados de transporte e comunicação fornecem as armas para a conquista de mercados estrangeiros." (MARX. *Capital*. v. 1, p. 451.) Acerca do significado da construção de ferrovias para os exportadores britânicos de capital e mercadorias na época pré-imperialista, ver, entre outros, DOBB, Maurice. *Studies in the Development of Capitalism*. Londres, 1963. p. 297-298.

[17] Em 1883 uma operária tecendo determinado tipo de fio recebia um salário semanal equivalente a 37 francos por 69 horas de trabalho na Grã-Bretanha, 19 francos por 72-84 horas de trabalho na França e 9-12 francos por um número similar de horas na Suíça. LÉVY-LEBOYER. *Op. cit.*, p. 65.

[18] SERENI, Emilio. *Il Capitalismo nelle Campagne*. 1968. p. 18, 19, 22-23.

[19] STRUMILIN, S. "Industrial Crises in Russia 1847/67". In: CROUZET, F., CHALONER, W. H. e STERN, W. M. (Ed.). *Essays in European Economic History 1789-1914*. Londres, 1969. p. 158.

portantes (sem considerar a Polônia e a Finlândia) cresceu de aproximadamente 100 milhões de rublos em 1847 até cerca de 280 milhões de rublos em 1870. O capital que sustentou esse movimento era quase exclusivamente nacional.[20] Encontramos desenvolvimento análogo no Japão. Seu capital bancário total aumentou de 2,5 milhões de yens em 1875 para 43 milhões em 1880. Nesse ano, a indústria doméstica ainda dominava a tecelagem e fiação de algodão, mas em 1890 a indústria em grande escala já havia consolidado seu domínio sobre esses setores.[21]

Foi dupla a articulação concreta entre esses países, que então eram nações capitalistas "em desenvolvimento", e o mercado mundial capitalista. Por um lado, a importação de artigos baratos, produzidos por máquinas no exterior, com o acompanhamento da "artilharia de preços baixos", foi a grande destruidora da tradicional produção doméstica. Na Itália, no início da década de 1880, metade das importações ainda consistia em produtos da indústria manufatureira ou produtos semiacabados, e no Japão a importação sem restrições de fio barato de algodão (ao preço médio de aproximadamente 29,6 yens por *Kin* em 1874 e 25,5 yens em 1878) exerceu efeito devastador sobre a indústria camponesa doméstica (preço médio de 42,7 yens em 1874 e 45 yens em 1878).[22] Nos dois casos, entretanto, a *indústria mecanizada local* conseguiu preencher o lugar da indústria doméstica local em menos de dez anos, isto é, os produtos estrangeiros simplesmente prepararam o terreno para o desenvolvimento do capitalismo "nacional".

Por outro lado, a rápida especialização desses países no comércio exterior (produtos agrícolas e, mais tarde, também petróleo, no caso da Rússia; seda em rama e em fio, no caso do Japão) conseguiu tornar importantes setores do mercado mundial em escoadouros para essas economias capitalistas em ascensão. Os lucros assim realizados tornaram-se, por sua vez, a fonte mais importante para a acumulação local de capital.

Naturalmente, também é verdade que a integração no mercado mundial e as condições de relativo subdesenvolvimento nessa fase tiveram efeitos bastante negativos sobre a acumulação primitiva de capital nesses países. A troca de mercadorias produzidas em condições de mais alta produtividade do trabalho por mercadorias produzidas em condições de mais baixa produtividade do trabalho era uma troca desigual; era uma troca de menos trabalho por mais trabalho, que inevitavelmente conduziu a um escoamento, a um fluxo para fora de valor e capital desses países, em benefício da Europa ocidental.[23] A existência de grandes reservas de trabalho barato e terra nesses países logicamente resultou numa acumulação de capital com uma composição orgânica de capital mais baixa do que nos primeiros países a se industrializarem.[24] Mas a amplitude desse escoamento e a da mais baixa composição orgânica não foram suficientes para representar uma séria ameaça à acumula-

[20] As companhias formadas na Rússia tinham um capital de 750 mil rublos em 1855 e de 51 milhões de rublos em 1858 (*Ibid.* p. 68). Ver também PORTAL, Roger. "The Industrialization of Russia". In: *Cambridge Economic History of Europe*. v. VI, Parte Segunda. Cambridge, 1966, que apresenta cifras de 350 milhões de rublos em 1860 e 700 milhões de rublos para o capital em ações das companhias de estradas de ferro lançadas entre 1860/70.

[21] LOCKWOOD, W. W. *The Economic Development of Japan*. Princeton, 1954. p. 113. A produção de fio de algodão elevou-se de 13 mil bolas em 1884 a 292 mil em 1894 e 757 mil em 1899: SMITH, Thomas C. *Political Change and Industrial Development in Japan: Government Enterprise 1868-1880*. Stanford, 1965. p. 37, 63.

[22] SERENI. *Op. cit.*, p. 32-33. SMITH. *Op. cit.*, p. 26-27.

[23] Strumilin calcula que entre 1855/60 um valor em ouro de 80 milhões de rublos tenha escoado para fora da Rússia, e que entre 1861/66 o fluxo tenha atingido 143 milhões de rublos-ouro. Reconhecidamente, boa parte da segunda soma pode ser atribuída à atuação dos aristocratas russos que, em resposta à abolição da servidão, venderam seus domínios e passaram a levar uma vida improdutiva no estrangeiro.

[24] "Se os salários e o preço da terra forem baixos em um país e os juros sobre o capital forem altos, porque o modo de produção capitalista não foi desenvolvido em escala generalizada, ao passo que, noutro país, os salários e o preço da terra são supostamente altos, e baixos os juros sobre o capital, o capitalista empregará maior quantidade de mão-de-obra e terra no primeiro país, e no outro relativamente mais capital." MARX. *Capital*. v. 3, p. 852.

ção de capital nativa e independente — pelo menos, não nos países onde as forças sociais e políticas de classe já eram capazes de substituir a destruição de um artesanato pelo desenvolvimento da indústria nacional em grande escala. Em regiões como a Turquia, onde essas condições não existiam, ou existiam apenas de maneira inadequada — porque o Estado não desejava, ou não podia, exercer sua função de parteira do capitalismo moderno (por exemplo, onde ele era dominado pelo capital mercantil externo, como a Companhia das Índias Orientais), ou porque estrangeiros, e não uma burguesia nativa, já controlavam a acumulação primitiva de capital monetário, e assim por diante —, as tentativas de gerar a industrialização doméstica estavam destinadas ao fracasso, embora, de um ponto de vista puramente econômico, as pré-condições existentes para essas regiões não fossem menos propícias do que na Rússia, Espanha ou Japão.[25]

Na era do imperialismo houve uma mudança radical em toda essa estrutura, e o processo de acumulação de capital em economias anteriormente não capitalizadas passou também a subordinar-se à reprodução do grande capital do Ocidente. A partir desse ponto, foi a exportação de capital dos países imperialistas, e não o processo de acumulação primária impulsionado pela classes dominantes locais, que determinou o desenvolvimento econômico do que seria, mais tarde, denominado "Terceiro Mundo". Este último via-se, agora, forçado a complementar as necessidades da produção capitalista nos países metropolitanos. Isso não era apenas uma conseqüência indireta da concorrência de mercadorias mais baratas provenientes desses países metropolitanos; era, acima de tudo, resultado direto do fato de que o próprio investimento de capital vinha desses países metropolitanos, e só estabelecia as empresas que correspondessem aos interesses da burguesia imperialista.

Em conseqüência, o processo da exportação imperialista de capital sufocou o desenvolvimento econômico do chamado "Terceiro Mundo". Isso porque, em primeiro lugar, absorveu os recursos locais disponíveis para a acumulação primitiva de capital, por meio de um "escoamento" qualitativamente acrescido. Do ponto de vista da economia nacional, esse escoamento passou a assumir a forma de expropriação contínua, pelo capital estrangeiro, de produto excedente social local, o que obviamente acarretou uma redução significativa nos recursos disponíveis para a acumulação nacional de capital.[26] Em segundo lugar, concentrou os recursos remanescentes nos setores que se tornariam característicos do "desenvolvimento do subdesenvolvimento" — para citar Gunder Frank — ou do "desenvolvimento da dependência", na terminologia de Theotonio dos Santos:[27] comércio exterior, serviço de influência para as firmas imperialistas, especulação com a terra e a construção imobiliária, usura, empresas de "serviços" da lúmpen-burguesia e pequena burguesia (loterias, corrupção, gangsterismo, jogo, até certo ponto o turismo). Finalmente, o processo restringiu a acumulação primitiva de capital, ao consolidar as

[25] Ver as citações do trabalho de Omer Celal Sarç ("The Tanzimat and our Industry") e I. M. Smilianskaya ("The Disintegration of Feudal Relations in Syria and Lebanon in the Middle of the 19th Century") na antologia editada por ISSAWI, Charles. *The Economic History of the Middle East*. Chicago, 1966. p. 48-51, 241-245. É interessante observar que a ausência de um "efeito de retorno" ("industrialização cumulativa") é de fato determinada pelo complexo que descrevemos, e não pelo *valor de uso* das primeiras mercadorias produzidas por meios capitalistas. No caso da China não havia matérias-primas, mas produtos têxteis (ver KUCZYNSKI, Jürgen. *Die Geschichte der Lage der Arbeiter unter dem Kapitalismus*. Berlim, 1964. p. 16-41, 106-107, acerca da considerável extensão da indústria têxtil chinesa no período 1894-1913, e do renovado e significativo crescimento da mesma durante e após a Primeira Guerra Mundial). Apesar disso, não ocorreu nenhum processo de industrialização cumulativa. Discutiremos mais sistematicamente esse problema no capítulo 11.

[26] Ver BARAN, Paul A. *The Political Economy of Growth*. Nova York, 1957.

[27] FRANK, André Gunder. *Op. cit.*; SANTOS, Theotonio dos. *Dependencia Economica y Cambio Revolucionario en America Latina*. Ed. Nueva Izquierda. Caracas, 1970.

velhas classes dominantes em sua posição nas regiões rurais e ao conservar uma parte significativa da população da aldeia fora da esfera da real produção de mercadorias e da economia monetária.[28]

À primeira vista, o resultado parece paradoxal: a reprodução ampliada de capital que, nas áreas metropolitanas, aprofundou o processo da convergente acumulação primitiva de capital, simultaneamente impediu esse processo nas áreas não industrializadas. Justamente onde era "mais abundante", o capital foi acumulado com maior rapidez; onde era "mais escasso", a mobilização e acumulação do capital foi muito mais lenta e contraditória. Esse quadro, que parece contradizer as regras da economia de mercado e da teoria econômica liberal, torna-se entretanto imediatamente compreensível tão logo consideremos a questão da taxa relativa de lucro. O que determinou o "subdesenvolvimento" unilateral do chamado "Terceiro Mundo" não foi a má-vontade dos imperialistas, nem qualquer incapacidade social — e muito menos "racial" — de suas classes dominantes nativas; foi um complexo de condições sociais e econômicas que, enquanto promovia a acumulação primitiva de capital monetário, tornou a acumulação de capital industrial menos lucrativa — e, de qualquer maneira, menos segura — do que os campos de investimento listados acima, para não mencionar a colaboração com o imperialismo na reprodução ampliada do capital metropolitano.[29]

Portanto, o que mudou na transição do capitalismo de livre concorrência ao imperialismo clássico foi a articulação específica das relações de produção e troca entre os países metropolitanos e as nações subdesenvolvidas. A dominação do capital estrangeiro sobre a acumulação local de capital (na maioria das vezes associada à dominação política) passou a submeter o desenvolvimento econômico local aos interesses da burguesia nos países metropolitanos. Não era mais a "artilharia leve" de mercadorias baratas que agora bombardeava os países subdesenvolvidos, mas a "artilharia pesada" do controle das reservas de capital. Por outro lado, na época pré-imperialista, a concentração na produção e exportação de matérias-primas *sob o controle da burguesia nativa* tinha sido apenas um prelúdio à substituição das relações pré-capitalistas de produção no país, de acordo com os interesses dessa burguesia. Na era clássica do imperialismo, entretanto, passou a existir uma aliança social e política a longo prazo entre o imperialismo e as oligarquias locais, que congelou as relações pré-capitalistas de produção no campo. Esse fato limitou de forma decisiva a extensão do "mercado interno",[30] e assim novamente tolheu a industrialização cumulativa do país, ou dirigiu para canais não industriais os processos de acumulação primitiva que, apesar de tudo, se manifestaram.

No caso do Chile, temos um exemplo quase clássico dessa transformação na estrutura da economia mundial, que ocorreu entre a época do capitalismo de livre concorrência e o imperialismo clássico. A primeira vaga de integração do Chile ao mercado capitalista mundial, no século XIX, se deu no setor da mineração do co-

[28] Ernesto Laclau sugere que, no caso da Argentina, isso decorreu, pelo menos em parte, do fato de que a renda diferencial da terra advinda à classe local de proprietários rurais absorveu boa parcela da mais-valia incorporada aos produtos agrícolas de exportação no século XIX e início do século XX: ver *Modos de Producción, Sistemas Economicos y Población Excedente*, Buenos Aires, 1970.

[29] Ver, entre outras obras, nosso ensaio, "Die Marxsche der ursprünglichen Akkumulation und die Industrialisierung der Dritten Welt". In: *Folgen einer Theorie, Essays über "Das Kapital" von Karl Marx*. Frankfurt, 1967. Note-se, também, o recente livro de KAY, Geoffrey. *Development and Underdevelopment: A Marxist Analysis*. Londres, 1974, que enfatiza o peso específico e o papel do capital mercantil nas colônias e semicolônias, para qualquer explicação do subdesenvolvimento.

[30] Sobre o papel crucial desempenhado pela divisão do trabalho e a introdução da economia monetária no campo, na criação de um "mercado interno" para o sistema capitalista em desenvolvimento, ver MARX. *Capital*. v. 1, p. 747-749; LÊNIN. *The Development of Capitalism in Russia*. Um bom exemplo das alianças sociais contemporâneas que bloqueiam esse processo é oferecido pelas relações entre companhias petrolíferas e proprietários rurais nativos na Venezuela. Ver BRITO, Federico. *Venezuela, Siglo XX*. Havana, 1967. p. 17-60, 181-221.

bre, que, entretanto, estava basicamente em mãos chilenas.[31] A segunda vaga, iniciada com o desenvolvimento da extração do salitre após a vitória do Chile na guerra com o Peru, conduziu à completa dominação do capital britânico sobre a mineração chilena. Em 1880 o volume total de capital britânico investido no país era de aproximadamente 7,5 milhões de libras esterlinas, com mais de 6 milhões sob forma de título públicos. Em 1890 esse montante havia se elevado a 24 milhões de libras; os investimentos de particulares chegavam a 16 milhões, dirigidos principalmente para as escavações e minas de salitre.[32] De modo característico, não houve mudança na natureza do mais importante produto de exportação (primeiro o cobre, e a seguir o salitre). O que mudara foram os processos predominantes de acumulação de capital e as relações predominantes de produção.[33]

A dominação do capital estrangeiro sobre os processos de acumulação de capital nos países subdesenvolvidos resultou num desenvolvimento econômico que, como afirmamos, tornou esses países complementares ao desenvolvimento da economia dos países metropolitanos imperialistas. Como se sabe, isso significou que eles deveriam concentrar-se na produção de matérias-primas vegetais e minerais. A caça de matérias-primas veio de mãos dadas, por assim dizer, com a exportação de capital imperialista, e foi, em grande medida, um determinante causal da mesma. Assim, o crescimento de um relativo excedente de capital nos países metropolitanos e a procura de mais elevadas taxas de lucro e matérias-primas mais baratas formam um complexo integrado.

A busca de matérias-primas, entretanto, não é acidental. Corresponde à lógica interna do modo de produção capitalista, que conduz, mediante o aumento da produtividade do trabalho, a um crescimento regular na massa de mercadorias que podem ser produzidas por uma quantidade determinada de máquinas e trabalho. Isso, por sua vez, resulta numa tendência à queda na participação do capital fixo constante e do variável no valor médio da mercadoria, isto é, a uma tendência ao aumento na participação dos custos de matérias-primas na produção da mercadoria média:

> "O valor da matéria-prima, portanto, forma um componente cada vez maior do valor da mercadoria-produto em proporção ao desenvolvimento da produtividade do trabalho... porque em cada parte alíquota do produto total decrescem continuamente tanto a porção que representa depreciação da maquinaria quanto a porção formada pelo trabalho recém-acrescentado. Como resultado dessa tendência à queda, aumenta proporcionalmente a outra porção do valor que representa a matéria-prima, *a menos que esse aumento seja contrabalançado por um decréscimo proporcional no valor da matéria-prima, em decorrência da crescente produtividade do trabalho empregado em sua própria produção*".[34] (Os grifos são nossos. E. M.)

A produção de matérias-primas por meios primitivos, pré-capitalistas, nos países estrangeiros — simbolizada pela economia escravagista nos Estados sulistas

[31] NECOCHEA, Hernan Ramirez. "Englands wirtschaftliche Vorherrschaft in Chile 1810-1914". In: *Lateinamerika zwischen Emanzipation und Imperialismus*. Berlim, 1961. p. 131, 137. Pelo mesmo autor, *Historia del Imperialismo en Chile*. Havana, 1966. p. 62. A participação do capital britânico nas minas de cobre não era superior a 20-30%. Ver também o tratamento sintético dessa época por André Gunder Frank (*Op. cit.*, p. 57-63), na qual ele cita várias fontes chilenas. É interessante observar que nos primeiros cinqüenta anos de sua independência o Chile construiu uma frota mercante de 276 embarcações, que atingiu o ponto máximo em 1860 e depois decresceu para 75 navios no final na década de 1870.

[32] NECOCHEA, H. R. "Englands wirtschaftliche Vorherrschaft in Chile". p. 147.

[33] A dominação do capital britânico na indústria do salitre no Chile setentrional, em que investiu mais de 9 milhões de libras no espaço de dois anos, foi acompanhada — como sempre, no período de imperialismo clássico — pela dominação da totalidade da vida pública da província em questão (Tarapaca): ferrovias, obras de irrigação e bancos. NECOCHEA. *Op. cit.*, p. 146-147.

[34] MARX. *Capital*. v. 3, p. 108 (p. 108-109).

dos Estados Unidos da América — reforçou essa tendência ao relativo encarecimento das matérias-primas, e, em conseqüência, conduziu a tentativas do capital metropolitano de transformar sua caçada inicial a estas em produção mais barata, isto é, *capitalista*, de matérias-primas.[35]

O aumento no preço do algodão, ocasionado pela Guerra Civil norte-americana, constituiu um dos fatores determinantes nesse desenvolvimento, mas não foi absolutamente o único. O impulso ascendente generalizado dos preços de matérias-primas, não só em termos relativos mas também absolutos, que representou um traço distintivo de meados do século XIX, é mais que suficiente para explicar a universalização dessa tendência.[36] *A intervenção direta do capital ocidental no processo de acumulação primitiva de capital nos países subdesenvolvidos foi portanto determinada, em grau considerável, pela pressão compulsiva sobre esse capital, no sentido de organizar a produção capitalista de matérias-primas em grande escala.*

A produção capitalista de matérias-primas nos países subdesenvolvidos representou, entretanto, produção capitalista sob condições sócio-econômicas de produção bastante específicas. O enorme volume de força de trabalho a baixo preço, em disponibilidade nessas regiões, tornou não lucrativo o emprego de capital fixo em grande escala: a máquina moderna não podia competir com esse trabalho barato. Assim, no setor agrícola, isso resultou basicamente numa economia de plantagem,[37] isto é, *num capitalismo pré-industrial* — o capitalismo do período das manufaturas. As vantagens do novo sistema, em comparação com uma economia de plantagem pré-capitalista, prendem-se, sobretudo, à introdução de uma divisão de trabalho elementar entre os trabalhadores manuais, à maior disciplina e à organização e contabilidade mais racionais.[38] É verdade que, no setor de mineração, o modo de produção capitalista de matérias-primas nos países subdesenvolvidos representou a introdução de maquinaria capitalista e o início do capitalismo industrial. Mas, também nessa esfera, o baixo preço da mercadoria força de trabalho, as proporções gigantescas do exército industrial de reserva e a relativa fragilidade do proletariado nessas condições deslocaram o centro de gravidade do capital da produção de mais-valia *relativa*, já predominante no Ocidente, para a produção de mais-valia *absoluta*.[39]

A imagem que assim se forma é a de um sistema mundial imperialista construí-

[35] GENOVESE, Eugene. *The Political Economy of Slavery*. Nova York, 1965. p. 43-69, fornece um convincente volume de dados concernentes à baixa produtividade do trabalho nas plantações de algodão dos Estados sulistas dos Estados Unidos da América sob o sistema escravista.

[36] Nos anos 60 e 70 do século XIX, os preços de matérias-primas importadas pela Grã-Bretanha alcançaram seu ponto mais alto desde as guerras napoleônicas. O mergulho repentino começou em 1873, e por volta de 1895 reduzira à metade o índice médio de preços de importações! (Ver MITCHELL, B. R. e DEANE, P. *Abstract of British Historical Statistics*. Cambridge, 1962; KINDLEBERGER, C. P. e outros. *The Terms of Trade: A European Case Study*. Cambridge, Estados Unidos, 1956; POTTER e CHRISTIE. *Trends in Natural Resource Commodities*. Baltimore, 1962.) No mesmo período houve também um declínio real no preço de matérias-primas produzidas na própria Inglaterra: entre 1873/86 o preço do aço Bessemer caiu para 1/4 de seu nível anterior por tonelada. (DOBB, Maurice. *Op. cit.*, p. 306).

[37] O termo designa a grande exploração mercantil agrícola ou agroindustrial, fundamentalmente monocultora e baseada no trabalho escravo, que se desenvolveu nas Américas, impulsionada pela expansão colonial européia. (N. do T.)

[38] Existem numerosas descrições da natureza específica do capitalismo pré-industrial de plantagem nos centros implantados pelo capitalismo estrangeiro no "Terceiro Mundo" para a produção de algodão, borracha, café, chá e outros produtos. Ver, por exemplo, a contabilidade das plantações do Ceilão em TAMBIA, S. J. *The Role of Savings and Wealth in South East Asia and the West*. Paris, 1963. p. 75-80, 84 *et seqs.* É interessante notar que mesmo num período posterior houve diversos casos de introdução de produção pré-capitalista (como por exemplo na alta do algodão egípcio, 1860/66) que tornou possível a sustentação dos preços, mas posteriormente resultou na terrível ruína do campesinato e numa subseqüente adaptação a métodos modernos de produção. (OWEN, E. R. J. "Cotton Production and the Development of the Cotton Economy in 19th Century Egipt". In: ISSAWI, Charles (Ed.). *The Economic History of the Middle East 1800-1914*. Chicago, 1966. p. 410.)

[39] Na indústria têxtil chinesa, o dia de trabalho de 12 horas subsistiu até a Segunda Guerra Mundial, até mesmo para crianças. Nas oficinas de tecelagem do algodão em Shangai havia apenas 1,7 dia de repouso por mês em 1930, e um documento do Cônsul Geral inglês na cidade registrava jornadas de trabalho de 14 horas sem interrupções. Ver os documentos em KUCZYNSKI, Jürgen. *Op. cit.*, p. 170-173.

do a partir do desenvolvimento desigual da acumulação de capital, composição orgânica do capital, taxa de mais-valia e produtividade do trabalho, consideradas em escala mundial. O que levou a Revolução Industrial a ter início no Ocidente foi o fato de ali se terem acumulado, nos trezentos anos precedentes, o capital monetário e as reservas de ouro e prata internacionais — em resultado da pilhagem sistemática do resto do mundo através das conquistas e do comércio colonial.[40] Isso resultou na concentração internacional de capital em uns poucos pontos do globo, nas áreas predominantemente industriais da Europa ocidental (e, pouco tempo depois, da América do Norte). No entanto, o capital industrial que surgia nessas áreas não tinha meios de impedir o processo interno de acumulação primitiva de capital pelas classes dominantes dos países mais atrasados; ele podia, na melhor das hipóteses, diminuir o ritmo do processo. Com certas diferenças de tempo e de produtividade, ligadas ao monopólio britânico sobre os níveis mais altos de produtividade industrial, o processo de industrialização pouco a pouco se estendeu, na era do capitalismo de livre concorrência, a um número cada vez maior de países.

Com a exportação em massa de capital para os países subdesenvolvidos, para a organização, nessas áreas, da produção capitalista de matérias-primas, a diferença quantitativa na acumulação de capital e no nível de produtividade entre os países metropolitanos e os economicamente atrasados foi subitamente transformada numa diferença qualitativa. Esses países tornaram-se dependentes, além de atrasados. A dominação do capital estrangeiro sobre a acumulação de capital sufocou o processo de acumulação primitiva de capital, e a defasagem industrial em relação às áreas metropolitanas alargou-se regularmente. Além disso, como a produção de matérias-primas ainda era pré-industrial ou apenas rudimentarmente industrial, visto que os baixos custos da força de trabalho desestimulavam a constante modernização da maquinaria, essa desafagem industrial deu origem a um abismo crescente nos respectivos níveis de produtividade, que tanto expressava quanto perpetuava o real *subdesenvolvimento. Do ponto de vista marxista, isto é, a partir de uma teoria consistente do valor do trabalho, subdesenvolvimento é sempre, em última análise, subemprego, quantitativamente* (desemprego em massa) *e qualitativamente* (baixa produtividade do trabalho).[41]

Em última instância, esse fato básico, que tem constituído um dos aspectos mais decisivos da economia mundial capitalista nos últimos cem anos, só pode ser explicado por um aspecto ainda mais fundamental da expansão internacional do capital. É verdade que as mercadorias capitalistas criaram e conquistaram o *mercado mundial* capitalista, isto é, levaram aos limites extremos do mundo a dominação da circulação capitalista de mercadorias e o predomínio das mercadorias produzidas em grande escala na moderna indústria capitalista. Mas, ao mesmo tempo, a expansão internacional não implantou, por toda parte, o *modo de produção* capitalista. Ao contrário, no chamado Terceiro Mundo, criou e consolidou uma mistura específica de relações de produção pré-capitalistas e capitalistas, que *impede*, nessas áreas, a generalização do modo de produção capitalista, e especialmente da indústria capitalista em grande escala. Aí reside a causa principal da permanente crise pré-revolucionária nos países dependentes por cerca de meio século, a razão básica pela qual esses países provaram ser, até agora, os elos mais fracos no sistema mundial imperialista.

[40] MANDEL, Ernest. *Marxist Economic Theory*, p. 443-447.

[41] Fritz Sternberg (*Imperialismus*, cap. I, p. 456 *et seqs.*) foi o primeiro a empreender uma investigação sistemática sobre a conexão entre o desenvolvimento dos salários e a população excedente (isto é, o exército industrial de reserva). Para uma discussão mais aprofundada desse problema, ver o cap. 5 do presente trabalho.

A penetração em massa do capital na produção de matérias-primas tornou possível a interrupção radical, após 1873, da prolongada tendência ao aumento dos preços desses materiais. O resultado não foi apenas o colapso notório no preço dos artigos agrícolas — e a grande crise da agricultura européia — mas também uma rápida queda no preço relativo dos minérios, em comparação ao preço dos produtos da indústria capitalista de bens acabados.[42] A longo prazo, entretanto, essa tendência estava destinada a inverter-se devido aos baixos custos de reprodução da força de trabalho nos países subdesenvolvidos, em decorrência da escala maciça de subemprego e do baixo grau de produtividade do trabalho, que alargavam constantemente a diferença no nível de produtividade entre esses países e os da metrópole. Com a estagnação da produtividade nos países dependentes e, simultaneamente, um rápido aumento na produtividade do trabalho nos países industrializados, era apenas uma questão de tempo antes que o preço das matérias-primas começasse a subir.

A alta começou a manifestar-se durante a Primeira Guerra Mundial e para certas matérias-primas continuou durante os anos 20, até a crise econômica mundial de 1929/32. As conseqüências dessa crise acarretaram uma súbita interrupção do processo que, entretanto, abriu novamente caminho com o surto armamentista internacional nos anos 40, atingindo seu apogeu em 1950, no início da Guerra da Coréia.[43] A estrutura específica que o final do século XIX havia gravado sobre a economia mundial tornava-se agora um obstáculo adicional à valorização do capital ou, mais precisamente, um fator adicional para o declínio da taxa média de lucro.

Assim, a lógica interna do capital ocasionou uma repetição do processo que já ocorrera nas décadas de 50 e 60 do século anterior. Naquele momento, quando o preço relativo das matérias-primas começou a subir rapidamente, a sua produção com métodos de trabalho e relações de produção pré-capitalistas deixou de ser uma fonte de superlucros, através da exploração de força de trabalho barata, e se tornou, em vez disso, um obstáculo à ulterior expansão do capital. Nos dias atuais, analogamente, a produção de matérias-primas por métodos que datavam do período de capitalismo manufatureiro ou do início da industrialização deixava de ser uma fonte de superlucros coloniais, tornando-se um freio à acumulação de capital em escala mundial. Na fase de transição do capitalismo de livre concorrência à era do imperialismo o capital respondera àquele desafio com uma penetração maciça no campo das matérias-primas; quando o imperialismo "clássico" deu lugar ao capitalismo tardio, o capital respondeu com uma penetração em massa ainda mais profunda.

A partir dos anos 30, e particularmente na década de 40 do presente século, essa penetração maciça na esfera das matérias-primas conduziu (exatamente como se passara no último quarto do século XIX) a uma revolução fundamental na tecnologia, organização do trabalho e relações de produção. No final do século XIX tinha sido uma questão de substituir uma organização primitiva do trabalho, pré-capitalista, por métodos organizacionais adequados ao capitalismo manufatureiro ou

[42] Ver *Prix Relatifs des Exportations et Importations des Pays sous-developpés*, Organização das Nações Unidas, Nova York, 1949. Para a Grã-Bretanha, o típico país imperialista daquele período, os termos de troca tornaram-se notavelmente mais vantajosos, elevando-se do índice 100-99 em 1880/83 a 113-115 em 1905/07 e atingindo 134-136 em 1919/20 (todos anos prósperos em sucessivos ciclos econômicos).

[43] De acordo com a publicação da ONU *Études sur l'Economie mondiale*, v. I, *Les Pays en voie de Développment dans le Commerce Mondial*, Nova York, 1963, o índice geral de preços de exportação de matérias-primas no período 1950/52 aumentou em mais de três vezes em relação à média para 1934/38, situando-se 14% acima do nível médio para 1924/28. Em muitos casos, o acréscimo em relação a este último período foi bastante superior: 31% para algodão, lã, juta e sisal; 29% para café, chá e chocolate; 23% para metais não-ferrosos. No período 1950/52 o índice de preços de exportações de bens elaborados era 10% inferior à média para 1924/28.

à fase inicial da industrialização. Agora, esses métodos deviam ser transformados numa avançada organização industrial do trabalho mediante um crescimento de vulto na produtividade do trabalho. Isso representou o desaparecimento, entretanto, de um dos motivos mais importantes para a tradicional concentração da produção de matérias-primas nas regiões subdesenvolvidas. Nesse momento havia menos risco em utilizar maquinaria dispendiosa nos centros metropolitanos do que no estrangeiro, e a participação decrescente dos custos salariais no valor total das mercadorias de material bruto tornava menos atraente do que antes a utilização da força de trabalho barata das colônias, em lugar de seu equivalente, mais caro, dos países metropolitanos. A produção de matérias-primas foi portanto deslocada em escala maciça para essas regiões (borracha sintética, fibras sintéticas); nos casos em que, por motivos de ordem física, isso não foi imediatamente possível (por exemplo, na indústria petrolífera), verificou-se uma pressão crescente para a preparação desse deslocamento a longo prazo. Naturalmente, tal preparo já está começando a dar frutos (as enormes despesas com a prospecção de petróleo na Europa ocidental e no mar do Norte e a busca de gás natural na Europa), e é acompanhado por um refinamento contínuo das técnicas de produção.

Os resultados desse rearranjo na estrutura da economia mundial, no período de transição do imperialismo "clássico" ao capitalismo tardio, foram numerosos, mas de natureza bastante contraditória. As diferenças quanto à acumulação de capital e renda nacional entre os países metropolitanos e os subdesenvolvidos alargaram-se ainda mais, na medida em que mesmo o mercado clássico para as matérias-primas exportadas pelos países do chamado Terceiro Mundo passava agora a sofrer relativo declínio, e a produção das mesmas, em conseqüência, mostrava-se incapaz de acompanhar o ritmo de crescimento dos países industrializados.[44] Pelo mesmo lance, a crise sócio-econômica interna desses países viu-se ainda mais exacerbada, e sob as condições favoráveis de um posterior enfraquecimento político do imperialismo, durante e após a Segunda Guerra Mundial, conduziu a movimentos endêmicos de rebelião e libertação entre os povos do chamado Terceiro Mundo. Tais revoltas, ampliando-se cada vez mais, aumentaram consideravelmente o risco da perda de capital investido nesses países — ameaça que, juntamente com o despontar de novos ramos da indústria nos países metropolitanos, determinou uma mudança repentina no padrão de exportação do capital a longo prazo. Em contraste com o período 1880-1940, o capital deixou, no fundamental, de se transferir dos países metropolitanos para os subdesenvolvidos. Em vez disso, foi basicamente de alguns países metropolitanos para outros países imperialistas.[45]

O declínio no preço absoluto e relativo de matérias-primas após a Guerra da Coréia, devido à competição dos bens gerados pelo trabalho mais produtivo da

[44] Eis alguns números para o crescimento da produção de materiais sintéticos, em comparação às matérias-primas naturais. A participação da produção de fibras sintéticas na produção mundial de têxteis cresceu de 9,5% em 1938 e 11,5% em 1948 para 27,6% em 1965. A participação da borracha sintética na produção mundial de borracha (natural e sintética) aumentou de 6,4% em 1938 para 25,9% em 1948 e 56% em 1965. (Ver BAIROCH, Paul. *Diagnostic de l'Evolution Economique du Tiers-Monde, 1900-1966*. Paris, 1967. p. 165.) A produção de plásticos no mundo capitalista elevou-se de 2 milhões de toneladas em 1953 a 13 milhões de toneladas em 1965 — mais do que o total da produção mundial de metais não-ferrosos. Bairoch também registra uma economia muito maior no consumo de matérias-primas (menor insumo de matéria-prima para a mesma quantidade de produto acabado) como resultado do progresso técnico. (*Ibid.* p. 162.)

[45] Dos 4 bilhões de libras de investimentos externos do capital inglês no período 1927/29, apenas 13,5% foram investidos em países industrializados, enquanto 86,5% se destinaram a países em desenvolvimento (37,5% para os Domínios de população branca). Em 1959, a participação dos países industrializados no investimento externo global de 6,6 bilhões de libras havia aumentado para 33% (e mais 24% para os Domínios de população branca). (Ver BARRATT-BROWN, Michael. *After Imperialism*. Londres, 1963. p. 110, 282.) Os Estados Unidos são atualmente o maior exportador de capital, e a mudança, em seu caso, mostra-se ainda mais pronunciada: dos 50 bilhões de dólares exportados desde a Segunda Guerra Mundial, 2/3 destinaram-se a países industrializados até 1960, e 3/4 no período posterior. Ver também JALÉE, Pierre. *L'Imperialisme en 1970*. Paris, 1969. p. 77-78.

moderna indústria em grande escala, conduziu à aceleração do empobrecimento relativo e, em alguns casos, absoluto, dos países subdesenvolvidos. Ao mesmo tempo, entretanto, significava que o capital imperialista investido no campo das matérias-primas, que anteriormente havia conseguido apropriar-se não apenas de lucros coloniais, mas também monopolistas, teria cada vez menos interesse em se limitar à produção de matérias-primas nas semicolônias. O capital monopolista internacional passou a interessar-se não somente pela produção de matérias-primas a baixo custo por meio de métodos industriais avançados, em vez de utilizar escravos coloniais para produzi-los, mas também pela produção, nos próprios países subdesenvolvidos, de bens acabados que ali poderiam ser vendidos a preços de monopólio, em lugar das matérias-primas que haviam se tornado excessivamente baratas.[46] *Assim, a reprodução da divisão do trabalho criada no século XIX está entrando em colapso vagarosa mas firmemente, face à súbita expansão da produção de matérias-primas e a uma alteração nas taxas diferenciais de lucro provenientes da produção de matérias-primas e da produção de bens acabados.*

Esse processo foi reforçado, nesse ínterim, por uma alteração na estrutura do capital monopolista nos países imperialistas. No século XIX e no início do século XX, as exportações dos países metropolitanos concentravam-se basicamente em bens de consumo, carvão e aço. Após a depressão mundial de 1929, entretanto, e especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, o padrão das indústrias exportadoras imperialistas deslocou-se cada vez mais para máquinas, veículos e bens de capital. O peso desse grupo de mercadorias no pacote de exportações de um país tornou-se virtualmente um indicador de seu grau de desenvolvimento industrial.[47] No entanto, a exportação cada vez maior de elementos do capital fixo resulta no interesse crescente dos maiores grupos monopolistas por uma industrialização incipiente do Terceiro Mundo: afinal, não é possível vender máquinas aos países semicoloniais, se eles não têm permissão para utilizá-las. Em última análise, é esse fato — e não qualquer consideração de ordem filantrópica ou política — que constitui a raiz básica de toda a "ideologia do desenvolvimento", que tem sido promovida no Terceiro Mundo pelas classes dominantes dos países metropolitanos.

Esse novo curso na estrutura da economia mundial representaria, finalmente, uma tendência no sentido de uma industrialização sistemática do Terceiro Mundo, uma universalização do modo de produção capitalista e a eventual homogeneização da economia mundial? De maneira alguma. Significa, simplesmente, uma mudança nas formas de justaposição do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Mais corretamente, estão emergindo novos níveis diferenciais de acumulação de capital, produtividade e extração de excedente — e estes, embora de natureza diversa, mostram-se ainda mais pronunciados que os da época do imperialismo "clássico".

No que diz respeito a diferenças no nível de acumulação de capital, deve-se salientar, de início, que a maior parte do investimento de capital imperialista no mundo subdesenvolvido não provém da exportação de capitais, mas do reinvestimento de lucros ali realizados, da dominação crescente do mercado local de capital e da absorção cada vez maior da mais-valia e do produto agrícola excedente,

[46] O exemplo mais claro desse fato é fornecido pela América Latina, onde fontes da OCDE *(Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico)* mostram que os investimentos estrangeiros em 1966 chegaram a 5,3 bilhões de dólares na indústria de transformação, para 4,9 bilhões de dólares na indústria petrolífera (inclusive refinarias e sistema de distribuição), 1,7 bilhão de dólares na mineração e 3,8 bilhões de dólares em bancos, companhias de seguros e grandes plantações.

[47] A participação do grupo de mercadorias que engloba "máquinas e meios de transporte" na exportação das potências imperialistas elevou-se de 6,5% em 1890 e 10,6% em 1910, para a Grã-Bretanha, até mais de 40% para a Grã-Bretanha, os Estados Unidos e o Japão em 1968, e 46% para a Alemanha Ocidental em 1969.

gerados nos próprios países subdesenvolvidos. Principalmente no caso da América Latina, dispomos de dados bastante precisos para esse processo.[48] Mais ainda, o "escoamento" ou vazão líquida de valor para os países metropolitanos, à custa dos economicamente dependentes em relação a eles, continua a operar de maneira imperturbável. Pode-se afirmar, sem exagero, que essa transferência líquida de valor é ainda maior hoje em dia do que no passado, não só devido à transferência de dividendos, juros e ordenados pagos aos diretores das *grandes companhias* imperialistas e aos débitos *crescentes* dos países subdesenvolvidos,[49] mas também por causa do agravamento da *troca desigual*.

Isso nos remete ao problema das diferenças nos níveis de produtividade. A troca desigual no mercado mundial, como torna claro Marx no capítulo XXII do volume 1 de *O Capital*,[50] é sempre o resultado de uma diferença na produtividade média do trabalho entre duas nações. Em si mesma, a diferença não se relaciona com a natureza material das mercadorias que essas nações produzem — sejam matérias-primas ou bens acabados, produtos industriais ou agrícolas. De fato, a diferença entre o nível de produtividade corporificado nos bens de consumo gerados pela indústria moderna e o materializado nas máquinas e veículos produzidos mediante processos semi-automatizados é, em certa medida, tão grande quanto a diferença entre os níveis corporificados, por um lado, nas matérias-primas produzidas mediante processos do capitalismo manufatureiro ou do início da industrialização, e, por outro lado, nos bens acabados industriais. Porque as composições orgânicas de capital na primeira comparação mostram-se tão discrepantes quanto aquelas na segunda.

Ao mesmo tempo, ocorre uma crescente acentuação das diferenças na taxa de mais-valia. Nos países imperialistas tornou-se praticamente impossível aumentar a produção de mais-valia absoluta, por causa da tendência duradoura à diminuição do exército industrial de reserva. O capital, agora, limita-se a concentrar seus esforços na criação de mais-valia relativa, e ainda assim só pode fazê-lo na medida em que consegue neutralizar o efeito contraditório da produtividade acrescida sobre a taxa de mais-valia.

Exatamente o contrário se passa nos países subdesenvolvidos. Neles, o início da industrialização e o aumento subseqüente na produtividade social média do trabalho permitem que os custos de reprodução da força de trabalho caiam consideravelmente, embora essa queda em valor nem sempre seja exprimida em seu preço monetário — um resultado, entre outras coisas, da permanente inflação. Ao mesmo tempo, entretanto, esse acréscimo na produtividade social média do trabalho não conduz a um crescimento do custo, moral e histórico, da reprodução da força de trabalho. Em outras palavras, novas necessidades não são incorporadas aos salários, ou o são apenas em grau muito limitado.

Em primeiro lugar, o fenômeno pode ser atribuído ao fato de que a tendência secular, nas semicolônias, é no sentido do crescimento do exército industrial de reserva, porque o vagaroso início da industrialização mostra-se incapaz de seguir o rit-

[48] Theotonio dos Santos (*Op. cit.*, p. 75-78) calcula que para o período 1946/68 houve um escoamento de 15 bilhões de dólares da América Latina para os Estados Unidos, sob forma de dividendos, juros etc., sobre os investimentos de capital estrangeiro. O novo capital efetivamente exportado dos Estados Unidos para a América Latina atingiu apenas o montante líquido de 5,5 bilhões de dólares, muito inferior, portanto, à vazão de mais-valia.

[49] O Relatório Pearson sobre a "Década do Desenvolvimento" (*Partners in Development, Report of the Commission on International Development*, Londres, 1969) oferece uma imagem chocante do enorme acréscimo nos débitos dos países semicoloniais. Entre 1961/68 estes passaram de 21,5 bilhões de dólares a 47,5 bilhões de dólares (p. 371). Os pagamentos anuais correspondentes a juros sobre essas dívidas e a lucros dos investimentos estrangeiros já ultrapassam em 25% a renda das exportações no Brasil, México, Argentina, Colômbia e Chile, e em 20% na Índia e Tunísia (p. 374).

[50] MARX. *Capital*. v. 1, p. 559-560.

mo, cada vez mais acelerado, de afastamento dos camponeses pobres de suas terras. O desvio gradativo do capital estrangeiro para a produção de bens acabados reforça ainda mais essa tendência, pois esta última é capital-intensivo ("poupadora de trabalho"), enquanto a produção de matérias-primas era relativamente trabalho-intensivo ("poupadora de capital"). Assim, a participação da mão-de-obra assalariada na população trabalhadora da América Latina permaneceu constante, em 14%, entre 1925/63, enquanto o percentual da produção industrial no produto nacional bruto dobrava: de 11% para 23%.[51]

Em segundo lugar, uma relação de forças desfavorável no mercado de trabalho, devido a um exército industrial de reserva cada vez maior, pode tornar efetivamente impossível a organização em massa do proletariado industrial e mineiro em sindicatos. Como resultado, a mercadoria força de trabalho não só é vendida ao seu valor decrescente, mas mesmo *abaixo* desse valor. Assim, torna-se possível que o capital, dadas condições políticas razoavelmente favoráveis, compense qualquer tendência no declínio da taxa de lucro ao assegurar um acréscimo ainda maior na taxa de mais-valia, através de uma redução significativa nos salários reais. Isso aconteceu na Argentina em 1956/60, no Brasil em 1964/66 e na Indonésia em 1966/67.[52]

A existência de um preço muito mais baixo para a força de trabalho nos países semicoloniais, dependentes, do que nos países imperialistas indubitavelmente possibilita uma taxa média de lucro mais alta, em termos mundiais — o que explica, em última análise, o fato do capital estrangeiro fluir para esses países. Mas, ao mesmo tempo, age como uma barreira na continuidade da acumulação de capital, porque a expansão do mercado é conservada dentro de limites extremamente estreitos pelo baixo nível dos salários reais e pelas reduzidas necessidades dos operários no Terceiro Mundo. Em conseqüência, a situação familiar, já descrita em nossa curta análise do apogeu do imperialismo, é outra vez reproduzida: torna-se mais lucrativo para o capital local investir fora da indústria do que no setor industrial. Essa tendência vê-se ainda reforçada pelo fato de que, nos países subdesenvolvidos, a grande maioria das indústrias equipadas com tecnologia moderna — mesmo se, muitas vezes, se trata apenas do equipamento "obsoleto" do Ocidente — apresenta grau bastante alto de capacidade não utilizada, bem como uma carência de "economias de escala".[53] Em resultado, é travada a concentração de capital, impedida a expansão da produção, promovido o escoamento de capital para esferas não industriais e improdutivas e ampliado o exército de proletários e semiproletários desempregados e subempregados. Aí reside o real "círculo vicioso do subdesenvolvimento", e não na alegada insuficiência da renda nacional, acarretando uma taxa insuficiente de poupanças.[54]

Em conseqüência, a estrutura da economia mundial na primeira fase do capi-

[51] FRANK, André Gunder. *Lumpenburguesia: Lumpendesarrollo*. Caracas, 1970. p. 110. As fontes são publicações oficiais das Nações Unidas (CEPAL e a Organização Internacional do Trabalho). Analogamente, na Índia, a taxa média anual de crescimento da produção industrial foi de 6,6% de 1950 a 1972, ao passo que a taxa média anual de crescimento do emprego foi de apenas 3,3%, chegando a cair até 1,8% em 1966/73, quando esteve abaixo da taxa anual de crescimento da população. Ver *Basic Statistics Relating to the Indian Economy*, publicadas pelo Commerce Research Bureau, Bombaim, novembro de 1973.

[52] Ruy Mauro Marini calcula em 15,6% a queda nos salários reais dos trabalhadores industriais em São Paulo — o centro mais altamente industrializado no Brasil — nos dois anos seguintes ao golpe militar de 1964. Apóia esse dado no índice oficial de custo de vida, que certamente subestimou a taxa de inflação. *Subdesarrollo y Revolución*. México, 1969. p. 134. A mais longo prazo, o poder de compra do salário mínimo caiu em 62% entre 1958/68. Ver SADER, Emile. "Sur La Politique Economique Brésilienne". In: *Critiques de l'Economie Politique*. N.º 3, abril-junho de 1971.

[53] Ver também MÜLLER-PLANTENBERG, Urs. "Technologie et Dépendance". In: *Critiques de l'Economie Politique*. N.º 3, abril-junho de 1971.

[54] Paul A. Baran em *The Political Economy of Growth* submeteu essa tese da economia acadêmica a uma crítica meticulosa e convincente.

talismo tardio difere em várias características importantes de sua estrutura na era do imperialismo clássico, mas reproduz, e até mesmo reforça, as diferenças nos níveis de produtividade, renda e prosperidade entre os países imperialistas e os subdesenvolvidos. A participação destes últimos no comércio mundial declina — em vez de aumentar ou permanecer constante — e o declínio é rápido. A totalidade das transferências públicas e privadas de capital dos países metropolitanos não consegue acompanhar o ritmo do escoamento de valores na direção oposta, e os países do chamado Terceiro Mundo sofrem, conseqüentemente, um empobrecimento relativo em suas transações com os países imperialistas. É óbvio que esse empobrecimento não pode ser acompanhado por uma participação crescente no comércio mundial, isto é, por uma porção crescente do poder de compra internacional.

A participação em rápido declínio do Terceiro Mundo no comércio mundial — de aproximadamente 32% em 1950 a cerca de 17% em 1970 — naturalmente não implica, de maneira alguma, que esteja havendo um decréscimo absoluto na dependência das nações imperialistas em relação a certas matérias-primas estratégicas (tais como urânio, minério de ferro, petróleo, níquel, bauxita, cromo, manganês e outras), exportadas pelos países coloniais; ao contrário, ocorreu um aumento absoluto nessa dependência.[55] Todavia, dentro da estrutura da economia capitalista mundial, a contradição entre o valor de uso e o valor de troca das mercadorias exprime-se no fato de que a dependência ampliada do imperialismo em relação às matérias-primas exportadas pelos países coloniais é acompanhada por um declínio relativo nos preços pagos por essas matérias-primas e por um declínio relativo em seu valor.

Entretanto, o decréscimo a longo prazo nos termos de comércio, às expensas dos países exportadores de mercadorias primárias, também resulta num declínio *relativo* na taxa de lucro dos monopólios produtores dessas mercadorias, em comparação àqueles que produzem artigos manufaturados.[56] Isso, por sua vez, leva necessariamente a um afluxo muito maior de capital na indústria de transformação do que na produção primária. A longo prazo, a desproporção crescente entre os dois setores terminou sempre numa abrupta alteração de seus preços relativos — daí a grande alta nos preços de mercadorias primárias em 1972/74, em que a especulação desempenhou um papel secundário nada insignificante. Os elementos conjunturais e especulativos nessa alta garantem que os preços caiam outra vez, mas não até os níveis anteriores a 1972. A presente modificação abrupta dos preços relativos de produtos primários e manufaturados inaugura, assim, uma nova fase — a terceira desde o início do século XIX —, em que as matérias-primas se tornaram repentinamente mais caras, em comparação aos artigos manufaturados.[57] Tal desvio em seus preços relativos desencadeará inevitavelmente novas tendências do desenvolvimento desigual da acumulação de capital através do mundo.

Subjacente a todo o desenvolvimento desigual e combinado das relações de produção capitalistas, semicapitalistas e pré-capitalistas, interligadas pelas relações capitalistas de troca, está o problema do efeito concreto da lei do valor no nível in-

[55] Pierre Jalée analisa essa dependência acrescida em grande detalhe (*Op. cit.*, p. 25-26). Bairoch (*Op. cit.*, p. 76) verificou que entre 1928 e 1965 a participação dos países em desenvolvimento na produção mundial de minério de ferro elevou-se de 7% a 37%; na produção de bauxita, de 21% a 69%, e na produção de petróleo, de 25% a 65%.

[56] Os esforços bem-sucedidos das companhias petrolíferas européias no sentido de quebrar o controle do cartel mundial do petróleo sobre os preços do produto, nos anos 60, resultaram numa queda real nesses preços e nos lucros das "majorais do petróleo", o que originou uma escassez de petróleo — até certo ponto deliberadamente planejada — e o restabelecimento temporário do controle de preços pelo cartel. Toda essa história de competição e monopólio, de uma dissolução e restabelecimento de preços dirigidos, juntamente com a operação subjacente da lei do valor no mercado de petróleo, é recontada por ELSENHAUS, H. e JUNNE, G. "Zu den Hintergründen der gegenwärtigen Oelkrise". In: *Blätter für deutsche und internationale Politik*. Colônia, 1973. N.° 12.

[57] Ver HOME, Angus. "The Primary Commodities Boom". In: *New Left Review*. N.° 81, setembro-outubro de 1973.

ternacional — em outras palavras, o problema da formação dos preços do mercado mundial e suas repercussões nas economias nacionais. Não há dúvida de que só existe uma lei do valor;[58] tem a função de regular, através da troca de quantidades equivalentes a médio prazo de trabalho, a distribuição dos recursos econômicos à disposição da sociedade pelas várias esferas da produção, segundo as flutuações da demanda socialmente efetiva — em outras palavras, a estrutura de consumo ou estrutura de renda, determinada pelas relações capitalistas de produção e distribuição. Mas esse fato geral não nos diz ainda, de maneira alguma, *como* a lei do valor opera no mercado mundial.

Embora Marx tenha discutido esse problema em várias ocasiões,[59] ele não o analisou sistematicamente em *O Capital*. No entanto, com base em suas observações, na lógica de sua teoria e numa análise do desenvolvimento do mercado mundial capitalista ao longo dos últimos 150 anos, torna-se possível formular os princípios referidos a seguir.

1) Sob as condições das relações capitalistas de produção, preços uniformes de produção (isto é, uma igualização em larga escala das taxas de lucro) só se apresentam no interior dos mercados nacionais (na produção pré-capitalista de mercadorias, valores diferentes de uma mercadoria podem chegar a existir lado a lado em mercados regionais dentro de um único país, com base na produtividade diferenciada do trabalho nas várias áreas, onde existam impedimentos à circulação nacional de mercadorias).[60] A lei do valor só resultaria em preços uniformes por todo o mundo se ocorresse uma igualização internacional geral da taxa de lucro, em resultado da completa mobilidade internacional do capital e da distribuição de capital por todas as partes do mundo, independentemente da nacionalidade ou origem de seus possuidores. Em outras palavras, somente se existisse, na prática, uma economia mundial capitalista homogeneizada, com um único estado mundial capitalista.[61]

2) A limitação dos preços uniformes de produção aos mercados "nacionais" necessariamente determina uma variação no valor de mercadorias em diferentes nações. Marx enfatizou expressamente, em vários escritos, esse efeito específico da lei do valor a nível internacional. Ele se baseia em níveis nacionalmente diferenciados da produtividade ou intensidade do trabalho (e conseqüentemente dos valores das mercadorias), composições orgânicas de capital e taxas de mais-valia nacionalmente diferenciadas, e assim por diante. No mercado mundial, o trabalho de um país com produtividade de trabalho mais alta é considerado mais intensivo, de maneira que o produto de um dia de trabalho nesse tipo de país é trocado pelo produto de mais de um dia de trabalho num país subdesenvolvido.

[58] Pierre Naville não pisa um solo tão virgem quanto acredita, ao apresentar esse fato como uma grande descoberta em *Le Salaire Socialiste*, Paris, 1970, p. 14-30. Além disso, ele tira daí a conclusão errônea de que uma "única lei do valor" *regula* todas as relações econômicas no mundo inteiro, incluindo a URSS (p. 24-25). A lei do valor já era a "única" lei do mercado mundial em meados do século XIX, mas, por essa época, não regulava absolutamente a distribuição de recursos econômicos por vários ramos da produção na China; para tal, foi necessária uma revolução nas relações de produção na China. E nem regula, inclusive, as relações econômicas atuais na China, ou na URSS: Naville esquece que na era do capitalismo essa regulamentação não é determinada pelo movimento das mercadorias, mas pelo movimento do capital (deixamos para trás a produção simples de mercadorias há muito tempo). Acontece que o livre movimento do capital não é permitido na China ou na URSS, onde os investimentos não são de modo algum determinados pelas leis do mercado (e, portanto, em última análise, tampouco pela lei do valor).

[59] Por exemplo: *Capital*. v. 1, cap. XXII; *Capital*. v. 3, p. 214-215; *Capital*. v. 3, cap. XIV, seção 5; *Capital*. v. 3, final do cap. XX; *Capital*. v. 3, final do cap. XXXIX; *Capital*. v. 3, p. 803-813; *Capital*, v. 3, cap. L, p. 874-875; *Teorias da Mais-Valia*. v. 2, p. 16-20; *Teorias da Mais-Valia*. v. 3, p. 252-257; *Grundrisse*. p. 872; etc.

[60] Ver o exemplo da Índia contemporânea, onde os preços dos gêneros alimentícios básicos nos vários Estados são ainda fundamentalmente diversos, a ponto de poder haver fome num Estado e preços normais de alimentos num Estado vizinho. Completa liberdade na circulação de mercadorias e capital é, obviamente, uma condição prévia para a formação de um valor uniforme para as mercadorias. *Capital*. v. 3, p. 196.

[61] Ver o desenvolvimento dessa análise no cap. 10 deste livro.

3) Pela exportação de mercadorias de um país com mais alta produtividade do trabalho para um outro de menor produtividade, os possuidores dos artigos exportados garantem um superlucro, porque podem vender suas mercadorias a um preço acima do preço de produção em seu próprio mercado interno, mas abaixo do valor "nacional" das mesmas no país importador.

4) Se o volume dessa exportação for grande o suficiente para dominar todo o mercado do país importador, o valor "nacional" da mercadoria neste último ajustar-se-á, com o tempo, ao valor da mercadoria no país exportador, sob a pressão competitiva de artigos importados, isto é, o superlucro desaparecerá. Se a demanda dessa mercadoria continuar a crescer a passos largos, não podendo ser coberta pelas importações, haverá espaço disponível para que uma indústria nacional com mais alto nível de produtividade do trabalho venha substituir a indústria atrasada e em ruínas (como no caso da indústria têxtil na Rússia, Itália, Japão e Espanha depois de 1860/70, e mesmo parcialmente na Índia e na China após 1890-1900), mesmo se a produtividade do trabalho dessa indústria "nacional" estiver um pouco abaixo daquela do país exportador.

5) Se o volume dessa exportação permanecer limitado demais para que possa determinar o montante de trabalho socialmente necessário contido nessa mercadoria específica no país importador, o valor da mercadoria nesse mercado permanecerá acima do valor em seu país de origem, e as mercadorias do país exportador continuarão a fazer um superlucro (esse é, em boa parte, o caso dos produtos farmacêuticos exportados pelos países imperialistas para a Índia, o Sudeste Asiático e a África).

6) Se um país possuir um virtual monopólio mundial da produção de uma mercadoria, as condições de produção da mesma constituirão as pré-condições para o preço do mercado mundial (e isso, naturalmente, acarreta um superlucro monopolista, muito acima do lucro médio corrente do país produtor). A mesma lei é válida, *mutatis mutandis*, quando o país não tem monopólio sobre a produção da mercadoria, mas sobre a sua exportação.

7) Se nenhum país possuir monopólio sobre a produção ou exportação de determinada mercadoria, seu valor no mercado mundial será determinado pelo nível internacional médio dos valores da mercadoria necessários para satisfazer toda a demanda internacional monetariamente efetiva. Esse valor médio pode então superar o do país mais produtivo, assim como pode permanecer muito aquém do valor no país mais atrasado.[62]

8) Se um país, com nível médio de produtividade do trabalho abaixo da média mundial, for levado a produzir certos bens exclusivamente para exportação, o valor desses artigos exportados não será determinado pelas quantidades específicas reais de trabalho gastas em sua produção, mas por uma média hipotética (isto é, pelas quantidades de trabalho que teriam sido despendidas em sua produção,

[62] Esse fato explica as flutuações, por vezes bastante grandes, do preço de gêneros alimentícios no mercado mundial a intervalos relativamente curtos. Tão logo se manifesta uma escassez de alimentos no mercado mundial, ainda que apenas marginal, os produtos das áreas relativamente menos férteis nos países menos produtivos, que normalmente nem seriam exportados, passam imediatamente a determinar o preço no mercado mundial. Como o comércio mundial de cereais, por exemplo, abrange apenas uma percentagem muito pequena da produção mundial de cereais, um aumento marginal na demanda de um grande país pode elevar o preço, de um momento para outro, em 25% ou mesmo 50%.

caso esta tivesse sido realizada com o nível internacional médio de produtividade do trabalho). Nesse caso, o país em questão sofre perda de riqueza através de suas exportações — em outras palavras, em troca das quantidades de trabalho gastas na produção desses bens, ele recebe o equivalente a uma menor quantidade de trabalho. Ainda assim, ele pode conseguir um lucro absoluto em sua transação exportadora, se a produção mobilizar recursos minerais e mão-de-obra que em outras circunstâncias não seria utilizada. De qualquer maneira, o país sofrerá um empobrecimento relativo, em comparação aos que importam esses artigos de exportação.[63]

9) Todos os princípios anteriores pressupõem, em maior ou menor grau, relações capitalistas de produção extensivas nas várias nações que comerciam entre si (ver a citação da carta de Engels a Conrad Schmidt, no início do presente capítulo). Se, entretanto, as relações de produção num país forem apenas marginalmente capitalistas, e se as mercadorias exportadas forem produzidas em condições précapitalistas ou semicapitalistas, a tendência para as mercadorias serem exportadas abaixo de seu valor "nacional" poderá tornar-se consideravelmente mais forte — entre outros fatores, porque os "salários" que entram no valor da mercadoria podem descer muito abaixo do valor da mercadoria força de trabalho, se os produtores forem apenas semiproletários que ainda possuem seus próprios meios para produzir os artigos de que necessitam, ou se forem pequenos camponeses que praticam uma agricultura de subsistência e cujo consumo se limita ao mínimo fisiologicamente necessário à vida.[64]

10) Exatamente por causa dessas *diferenças* no valor das mercadorias e na produtividade do trabalho entre cada país integrado ao mercado mundial capitalista, a lei do valor compele inexoravelmente os países atrasados a se especializarem, no mercado mundial, de modo desvantajoso para si próprios. Se eles desejarem, apesar desse fato, lançar-se à produção de artigos industriais de alto valor (em pequenas séries e com despesas colossais), estarão condenados a vendê-los com prejuízo em seu mercado interno, porque a diferença nos custos de produção, comparados com os das nações industrializadas, é grande demais, excedendo a margem normal de lucro no mercado doméstico. A Rússia e a China escaparam a essa sorte depois de suas revoluções socialistas unicamente devido a um monopólio protetor sobre o comércio exterior.

[63] MARX. *Capital*. v. 3, p. 238.
[64] MARX. *Capital*. v. 3, p. 805-806.

3

As Três Fontes Principais de Superlucro no Desenvolvimento do Capitalismo Moderno

No segundo capítulo afirmamos que o problema do imperialismo deve ser considerado historicamente como uma mudança qualitativa na estrutura da economia capitalista mundial. Portanto, estamos tratando com a reprodução, numa escala global, de um dos problemas básicos da análise de Marx do capital: a relação entre o desenvolvimento desigual e a concorrência, que tende a sufocar o desenvolvimento desigual e ao mesmo tempo é embaraçada por ele. Discutiremos, além disso, o problema do nivelamento da taxa de lucro. Estaremos principalmente interessados no papel que a busca de superlucros desempenha no processo de acumulação de capital e de crescimento capitalista.

Já assinalamos que, por sua natureza, o crescimento do modo de produção capitalista conduz sempre a um desequilíbrio. Devemos ainda ter em mente que o problema da expansão do capital a novas esferas da produção — técnicas ou geográficas — é determinado, em última análise, por uma diferença no nível de lucro, o que significa que deve haver ao mesmo tempo um excesso relativo de capital, uma relativa imobilidade do capital e limites relativos para a igualização das diferentes taxas de lucro estabelecidas pelo monopólio. Segue-se que o processo de crescimento real do modo de produção capitalista não é acompanhado por um *nivelamento efetivo das taxas de lucro.*[1]

Se a acumulação de capital for considerada um meio de estender a produção de mais-valia relativa, ou de reproduzir o exército industrial de reserva numa escala ampliada, de maneira a assegurar uma redução absoluta ou relativa nos salários, tudo isso se reduzirá ao mesmo processo de redistribuição da mais-valia socialmente produzida em benefício daqueles capitais que conseguiram a maior acumulação e possuem a mais alta composição orgânica. Se a acumulação de capital for consi-

[1] Marx: "As taxas industriais de lucro nas diversas esferas produtivas são, por si mesmas, mais ou menos incertas; na medida em que se apresentam, porém, o que se revela não é a sua uniformidade, mas a sua diversidade. A taxa geral de lucro, entretanto, aparece apenas como limite mínimo de lucro e não como forma empírica, diretamente visível, da taxa real de lucro". (*Capital*, v. 3, p. 367.) Ver também p. 369: "Por outro lado, a taxa de lucro pode variar inclusive dentro da mesma esfera, para mercadorias com o mesmo preço comercial, de acordo com as diferentes condições em que os diferentes capitais produzem a mesma mercadoria, porque a taxa de lucro para cada capital não se determina pelo preço comercial de uma mercadoria, mas pela diferença entre o preço de mercado e o preço de custo. Essas diferentes taxas de lucro só podem compensar-se — de início dentro da mesma esfera, e a seguir entre esferas distintas — através de flutuações permanentes".

derada uma resposta ao declínio da taxa média de lucro, torna-se evidente que os capitais mais fortes não se contentarão apenas em aumentar a *massa de lucro*, mas tentarão ampliar igualmente sua *taxa de lucro*. Se a acumulação de capital for considerada dependente da realização de mais-valia, então mais uma vez, no contexto de "muitos capitais" — isto é, da concorrência capitalista —, essa realização deverá, em última análise, constituir um problema da busca de superlucros. Pois os capitais que apenas parcialmente conseguem realizar a sua mais-valia, ou só podem fazê-lo à taxa média de lucro, ou mesmo abaixo desse nível, encontram-se numa desvantagem evidente em relação àqueles capitais que conseguem realizar o valor total de suas mercadorias com uma porção adicional, por assim dizer — isto é, com uma parte da mais-valia produzida em outros setores acrescentada a esse valor ou, em outras palavras, com superlucro.

> "O superlucro que um capital individual realiza numa esfera especial da produção... provém, se afastarmos desvios fortuitos, de uma redução no preço de custo, nos custos de produção. Essa redução resulta, por um lado, da circunstância de se empregar capital em quantidades superiores à média, com o que se reduzem os *faux frais* da produção, enquanto as causas gerais que fazem aumentar a produtividade do trabalho (cooperação, divisão do trabalho) podem se tornar efetivas em grau superior, com maior intensidade, por ter aumentado seu campo de atividade; por outro lado, deve-se ao fato de que, excetuado o montante de capital em funcionamento, são empregados melhores métodos de trabalho, novas invenções, maquinaria aperfeiçoada, segredos químicos de fabricação etc. — em resumo, meios e métodos de produção novos e mais perfeitos, superiores ao nível normal."[2]

No entanto, não seria verdadeira a afirmação de que esse duplo processo, envolvendo a expansão da *massa* de capital e a redução do preço de custo das mercadorias através do uso de maquinaria aperfeiçoada e de uma composição orgânica de capital mais elevada, contém em si todo o significado e propósito da acumulação de capital sob a pressão da concorrência? E não estaríamos justificados, portanto, ao descrever esse processo como dominado pela incansável busca de superlucro?

Assim que se reconhece, entretanto, que o processo de reprodução ampliada é determinado pela procura de superlucros, surge uma nova pergunta: como podem estes ser obtidos numa economia capitalista "normal"? Nesse ponto encontramos confirmação, mais uma vez, para uma tese já sustentada no capítulo 1. É impossível reduzir as condições para se conseguir um superlucro a um único fator; *todas* as leis de movimento do modo de produção capitalista devem ser levadas em consideração. No capitalismo, os superlucros surgem:

1) Quando a composição orgânica de um capital específico é *menor* do que a média social, mas simultaneamente fatores estruturais ou institucionais impedem a mais-valia superior à média, produzida nesses setores, de ingressar no processo de nivelamento da taxa de lucro.[3] Essa é, por exemplo, a fonte do superlucro denominado renda absoluta do solo, gerado por um monopólio da propriedade da terra sob o modo de produção capitalista. De maneira mais geral, é essa a fonte de todos os superlucros dos monopólios.

[2] MARX. *Capital*. v. 3, p. 644.

[3] "Um superlucro pode também surgir se determinadas esferas de produção se encontram em condições de subtrair-se à transformação dos valores de suas mercadorias em preços de produção e, portanto, à redução de seus lucros ao lucro médio." *Capital*. v. 3, p. 199. Ver também *Capital*. v. 3, p. 743.

2) Quando a composição orgânica se encontra acima da média social, isto é, quando determinado capital pode explorar uma vantagem em produtividade num dado setor e, assim, apropriar-se de uma parcela da mais-valia produzida por outras firmas naquele setor. "Nossa análise mostrou como o valor de mercado (e tudo o que foi dito a esse respeito aplica-se, com as modificações cabíveis, ao preço de produção) compreende um superlucro para aqueles que produzem sob as condições mais favoráveis em qualquer esfera de produção."[4]

3) Quando é possível pressionar o preço pago pela força de trabalho até um nível abaixo de seu valor social, isto é, abaixo de seu preço social médio ou, o que vem a ser a mesma coisa, quando é possível comprar força de trabalho em países onde seu valor (preço médio) é menor do que seu valor (preço médio) no país em que as mercadorias são vendidas.[5] Em tais casos, os superlucros devem-se a uma taxa de mais-valia superior à média social.

4) Quando é possível pressionar o preço pago pelas várias partes componentes do capital constante a um nível abaixo da média social (o preço de produção). Na prática, isso só é normalmente possível no caso do capital constante circulante, e não do capital constante fixo — em outras palavras, quando o capital de uma firma, uma indústria ou um país tem acesso a matérias-primas que são mais baratas do que aquelas com que outros capitais se vêem obrigados a operar.

5) Quando é acelerada a reprodução do capital circulante (e conseqüentemente do capital variável), isto é, quando o tempo de rotação de um capital circulante específico é menor do que o da média do capital circulante social, sem que haja uma generalização a médio prazo desse período mais reduzido. O superlucro se manifesta nesse caso apenas quando a taxa de lucro é calculada sobre o estoque total de capital, e não sobre o fluxo anual de capital, na medida em que ele tem origem na produção adicional da mais-valia no âmbito da própria firma. Essa variante é, com efeito, uma situação especial do primeiro caso citado acima; equivale a um monopólio das técnicas para reduzir o tempo de rotação do capital circulante. Um exemplo foi a dificuldade das firmas européias em financiar os altos custos de produção mediante esteira transportadora e linha de montagem na indústria automobilística nos anos 20, o que concedeu às empresas estadunidenses um tempo de rotação bem mais reduzido para o seu capital circulante.

Em todos esses casos, estamos nos referindo a superlucros que *não* participam do processo de nivelamento a curto prazo, e dessa maneira não conduzem simplesmente a um crescimento da taxa de lucro social médio. Na verdade, eles podem ser acompanhados por uma queda na taxa média de lucro, o que efetivamente se verifica na maioria das vezes. O caso clássico de capitalismo monopolista, em que um superlucro aparece em muitos setores sob proteção do monopólio, mostra como os superlucros podem, se o seu volume for considerável, até mesmo intensificar abruptamente a queda do coeficiente médio de lucro, pois, afinal, esses superlucros foram retirados da massa de mais-valia a ser dividida entre os setores não monopolistas.

[4] *Ibid.* p. 198.
[5] "De fato, o interesse direto que um capitalista, ou o capital, ou determinado ramo de produção tem na exploração dos trabalhadores diretamente empregados por ele se limita a conseguir um ganho extraordinário, um lucro superior à média, seja por um trabalho em excesso muito acima do normal, seja pela redução dos salários a um nível inferior ao médio, ou ainda mediante a excepcional produtividade do trabalho empregado." MARX, K. *Capital*. v. 3, p. 197.

Por que motivo não ocorreram vultosos movimentos internacionais de capital (e, conseqüentemente, tampouco uma interrupção significativa dos processos elementares de acumulação primitiva do capital nos países relativamente atrasados) no período de capitalismo de livre concorrência, ao contrário do que sucedeu, em larga escala, na era do imperialismo? Os seguintes fatores impediram o aumento de uma diferença internacional na taxa de lucro, ou o limitaram a um mínimo:

1) A importância estrutural do exército industrial de reserva nos primeiros países a se industrializar. A longo prazo, isso resultou na estagnação ou regressão dos salários reais (com acréscimos apenas ocasionais), de maneira que havia relativamente pouco incentivo para a exploração da força de trabalho barata dos países atrasados.[6]

2) A fraqueza institucional, em seu início, da luta de classe do proletariado e das organizações permanentes da classe operária para essa luta (em primeiro lugar, dos sindicatos), que deve ser atribuída às dimensões desse exército industrial de reserva.[7]

3) A diferença considerável no nível de produtividade entre a agricultura e a jovem e moderna indústria em larga escala foi uma fonte de "troca desigual" e mais-valia para o capital industrial na medida em que a penetração do capital na agricultura e o aparecimento da renda capitalista do solo não passavam ainda de fenômenos marginais.[8]

4) A abundância de áreas de investimento livremente acessíveis na Europa ocidental (e na América do Norte) como resultado, entre outros fatores, da expansão ininterrupta da construção de ferrovias e da industrialização de certo número de esferas de produção, tais como mineração, têxteis, construção de máquinas, calçados, ferro e aço, fabricação de tijolos, cimento etc.

[6] Esse problema tem sido objeto de uma controvérsia considerável entre historiadores marxistas e não marxistas. A questão é complicada pelo fato de que a Revolução Industrial e sua urbanização em larga escala alteraram drasticamente a estrutura de consumo entre a população laboriosa (por exemplo, pela introdução do aluguel para moradias) tornando temerárias as comparações de salários reais entre 1740-1840, por exemplo. Deve-se observar, entretanto, que dois historiadores não marxistas, E. H. Phelps-Brown e S. V. Hopkins, calculam que os salários reais dos operários ingleses da construção caíram de um índice de 77 no ano de 1744 (considerando-se o nível em 1451/75 como 100!) até 1834/35, decrescendo novamente em 1836/42 e 1845/48: foi apenas a partir de 1849 que o nível de 1744 foi definitivamente ultrapassado. (Ver "Seven Centuries of the Prices of Consumables, Compared with Builders' Wages". In: *Economica*, 1956.) Analogamente, o consumo *per capita* de açúcar — um bem de consumo de "alta qualidade" — decresceu na Inglaterra de 16,86 kg em 1811 para 7,9 kg em 1841. Para uma visão de conjunto da controvérsia, ver entre outros: HOBSBAWN, Eric. "The British Standard of Living". In: *Economic History Review*. 1957; ASHTON, T. S. "The Standard of Life of Workers in England 1790-1830". In: *Journal of Economic History*. Suplemento XI, 1949; TAYLOR, A. "Progress and Poverty in Britain 1780-1850". In: *History*. XLV (1960).

[7] Fritz Sternberg, que foi o primeiro a empreender uma investigação em detalhe do significado das flutuações a longo prazo do exército industrial de reserva para o desenvolvimento do capitalismo, estava errado nesse ponto. Ele afirmava que o caso norte-americano prova que os sindicatos não são um determinante fundamental dos salários, pois estes são muito mais elevados nos Estados Unidos do que na Europa ocidental, enquanto as associações sindicais são muito mais fracas: *Der Imperialismus*, p. 579. (O livro de Sternberg foi escrito antes da ascensão da CIO [Congresso das Organizações Industriais] e sua observação, para a época, era bastante correta). No entanto, Sternberg esqueceu-se da ênfase de Marx no elemento histórico e tradicional no valor da mercadoria força de trabalho, que, nos Estados Unidos, assumiu as formas de uma escassez de força de trabalho, e da fronteira. Ambos os casos *ocorreram desde o início do capitalismo nesse país*, e por um período bastante longo tolheram qualquer perspectiva de rápida expansão do capitalismo. Na Europa e em outras áreas, as flutuações prolongadas do exército industrial de reserva certamente determinam as possibilidades a longo prazo de um acréscimo nos salários reais; mas mesmo onde essas possibilidades existem, sua realização encontra-se na dependência da *luta* da classe operária e, conseqüentemente, também da força dos sindicatos. Compare-se o desenvolvimento relativo dos salários reais na Alemanha e na França, por exemplo, antes da Primeira Guerra Mundial, que certamente não pode ser explicado por diferenças nos exércitos industriais de reserva dos dois países.

[8] Na França, Bélgica e Alemanha, por exemplo.

No entanto, os mesmos fatores que resultaram, no primeiro século do modo de produção capitalista, na imobilidade predominante do capital em escala internacional (ou na limitação básica de sua mobilidade à Europa ocidental) começaram a ter efeito oposto a partir dos anos 70 do século XIX:

1) Houve uma rápida e ininterrupta emigração de força de trabalho da Europa ocidental para o estrangeiro, em primeiro lugar e antes de mais nada para a América do Norte, que absorveu 22,5 milhões de imigrantes entre 1851 e 1909. Destes, 9 milhões ingressaram nas três décadas compreendidas entre 1861/90, enquanto, entre 1821/50, chegaram 2 milhões. A Europa ocidental e a Europa central transformaram-se, em escala crescente, numa oficina industrial para o mundo inteiro, de maneira que já não era tanto no Ocidente que os artesãos e camponeses eram arruinados e o exército industrial de reserva se ampliava, quanto na Europa oriental e meridional e, sobretudo, em outros continentes. Em conseqüência, ocorreu um declínio a longo prazo no exército industrial de reserva no Ocidente e um reforço a longo prazo das organizações dos operários, o que conduziu a um aumento vagaroso mas contínuo dos salários reais.[9] Assim desenvolveu-se um novo interesse na exploração da força de trabalho a baixo preço fora da Europa ocidental e da América do Norte.

2) A diferença no nível de produtividade entre a agricultura e a mineração, por um lado, e a indústria de transformação, por outro, levou ao resultado oposto. Uma demanda crescente e insatisfeita manifestou-se para certo número de matérias-primas importantes, demanda reforçada pelas conseqüências catastróficas da Guerra Civil norte-americana para a indústria britânica do algodão. Em muitos casos ocorreu um aumento absoluto no preço de matérias-primas, mas houve pelo menos uma alta relativa em todos os casos (o preço do algodão continuou a subir ininterruptamente de 1849 a 1870).

3) A intensa industrialização dos países da Europa ocidental alcançou um teto inicial especialmente depois da expansão francesa nos anos 60 do século XIX e da fase de fundação do novo Império Alemão: a tecnologia do vapor da primeira Revolução Industrial era agora de uso corrente, e havia abundância de capital excedente em diversos países da Europa ocidental. A concentração crescente do capital e os custos cada vez maiores de novos investimentos em setores que já haviam sido industrializados — e mais tarde o crescimento dos trustes e monopólios — acarretaram inevitavelmente um rápido acréscimo no volume de capital que exigia novos campos de investimento.

4) A longo prazo, tornou-se evidente uma queda na taxa de lucro, causada pelo aumento considerável na composição orgânica do capital.[10]

A intensa exportação de capitais para regiões menos desenvolvidas, que começou numa escala maciça em meados de 1880, representou portanto uma resposta

[9] Sobre a conexão entre a tendência a longo prazo ao declínio do exército industrial de reserva e os demais desenvolvimentos aqui descritos, ver a análise sistemática de Fritz Sternberg em *Der Imperialismus*.

[10] As estimativas de Phyllis Deane e W. A. Cole, que devem ser vistas com grande reserva, também revelam uma queda na participação dos lucros, juros e "renda mista" na renda nacional da Grã-Bretanha, de uma média de 39,4% na década 1865/74 para 38,2% na década 1870/79 e 37,8% para a década 1885/94. (*British Economic Growth*, p. 247.) Para a Itália, Emilio Sereni refere uma queda ainda mais aguda do que esta: o rendimento médio do capital (*rendimento medio del capitale*) teria decrescido de 24,2% na meia década de 1871/75 para 14,1% na meia década de 1886/90. *Capitalismo e Mercato Nazionale in Italia*. Roma, 1968. p. 246-247.

para todos esses problemas. O capital imperialista exportado conseguia, agora, superlucros pelos seguintes meios:

1) O capital era investido em países e esferas de produção onde a composição orgânica média do capital era consideravelmente mais baixa do que nas indústrias manufatureiras do Ocidente, e por isso era possível assegurar uma taxa de lucro muito mais elevada.

2) Essa taxa de lucro cresceu, inclusive, porque a taxa de mais-valia era algumas vezes muito mais alta nos países dependentes do que nas áreas metropolitanas, devido ao fato de que a expansão a longo prazo do exército de reserva contribuiu para que o preço da mercadoria força de trabalho caísse abaixo de seu valor, o qual já era bastante inferior ao da força de trabalho no Ocidente.[11]

3) A concentração das exportações de capital nos setores da agricultura e da mineração — em outras palavras, na produção de matérias-primas — permitiu inicialmente que esse capital obtivesse grandes superlucros, a um preço dado para matérias-primas (competindo com métodos tradicionais de produção e uma produtividade do trabalho mais baixa). Em seguida, resultou num declínio geral nos preços do conjunto das matérias-primas e, conseqüentemente, num acréscimo na taxa de lucro (ou redução na composição orgânica do capital) nos países metropolitanos.

4) Esses investimentos de capital abrangeram exclusivamente o capital que se encontrava ocioso nos países metropolitanos e que já não conseguia obter o *lucro* médio, mas apenas o *juro* médio. Portanto, a exportação maciça desse capital contribuiu, igualmente, para um aumento geral na taxa média de lucro.[12]

Visto desta perspectiva, o início das primeiras duas fases sucessivas na história do capitalismo industrial — a fase da livre concorrência e a fase do imperialismo ou capitalismo monopolista clássico, tal como a descreveu Lênin — aparece como dois períodos de acumulação acelerada. *O movimento de exportação de capitais desencadeado pela busca de superlucros e o barateamento do capital constante circulante resultaram num aumento temporário na taxa média de lucro nos países me-*

[11] Marx assinala expressamente que a taxa de mais-valia pode freqüentemente ser mais baixa nos países subdesenvolvidos do que nos desenvolvidos. Isso continua a ser verdade: na medida em que, naqueles países, a tecnologia capitalista não é usada na produção, a produtividade do trabalho é muito menor e a parte da jornada de trabalho em que o trabalhador simplesmente reproduz seu próprio salário é conseqüentemente muito maior do que nos países metropolitanos. Mas essa não é absolutamente uma lei geral, pois, se a tecnologia capitalista for introduzida nas colônias e semi-colônias sem que haja um acréscimo no consumo dos trabalhadores (entre outras coisas, devido à existência do exército industrial de reserva), poderá ocorrer uma rápida queda no valor da força de trabalho e conseqüentemente um aumento na taxa de mais-valia para um nível acima do vigente nos países metropolitanos, apesar do fato de a produtividade do trabalho ser ainda muito menor do que nestes últimos. *A taxa de mais-valia não é uma função direta da produtividade do trabalho.* Ela simplesmente expressa a relação entre o tempo necessário ao trabalhador para reproduzir o equivalente de seus meios de subsistência e o tempo de trabalho remanescente, deixado sem custo algum para o capitalista. Se o número total de desempregados aumentar nas colônias e simultaneamente diminuir nos países metropolitanos, e se a redução do tempo de trabalho necessário para reproduzir os meios de subsistência do trabalhador nos países metropolitanos for parcialmente neutralizada por um aumento no volume de mercadorias consumidas pelo trabalhador, enquanto esse volume permanece constante (ou mesmo decresce) nas colônias, então um aumento menor na produtividade do trabalho nas colônias certamente poderá ser acompanhado por um aumento na taxa de mais-valia comparativamente maior do que nos países metropolitanos. De qualquer maneira no volume 3 de *O Capital* Marx afirma: "Na maioria das vezes, diferentes taxas nacionais de lucro baseiam-se em diferentes taxas nacionais de mais-valia". *Capital*, v. 3, p. 151.

[12] Ultimamente têm sido levantadas várias objeções à teoria do imperialismo de Lênin, que atribuía importância crucial à exportação de capitais em busca de superlucros. Discutiremos detalhadamente essas objeções no cap. 11.

tropolitanos, o que por sua vez explica o enorme acréscimo na acumulação de capital no período 1893-1914, após o longo período de estagnação entre 1873/93, que foi dominado por uma taxa decrescente de lucro.[13] Esse aumento na taxa média de lucro possibilitou ao capital a experiência de um segundo período de expansão impetuosa, antes da Primeira Guerra Mundial.

Quando a produção capitalista de mercadorias conquistou e unificou o mercado mundial, ela não criou um sistema uniforme de preços de produção, mas um sistema diferenciado de preços de produção nacionais variáveis e preços unificados no mercado mundial. Isso permitiu que o capital dos países capitalistas mais desenvolvidos conseguisse superlucros, pois suas mercadorias podiam ser vendidas acima de seu "próprio" preço nacional de produção e, no entanto, abaixo do "preço nacional de produção" do país comprador. Em última análise, esse sistema internacionalmente hierarquizado e diferenciado de valores diversificados de mercadorias é explicado por um sistema internacionalmente hierarquizado e diferenciado de níveis variáveis de produtividade do trabalho. O imperialismo, longe de nivelar a composição orgânica do capital em escala internacional — ou de conduzir a uma equiparação internacional das taxas de lucro — *congelou e intensificou* as diferenças internacionais na composição orgânica de capital e no nível das taxas de lucro.

Marx considerou a possibilidade desse desenvolvimento quando escreveu:

> "O capital *consegue impor* o nivelamento, em maior ou menor grau, *de acordo com o alcance do desenvolvimento capitalista em uma dada nação*, isto é, na medida em que as condições no país em questão estejam adaptadas ao modo de produção capitalista... O equilíbrio incessante das permanentes divergências se efetua tanto mais rapidamente 1) quanto mais móvel seja o capital, isto é, quanto mais rapidamente possa transferir-se de uma esfera de produção para outra e de um lugar para outro; 2) quanto mais rapidamente possa transferir-se a força de trabalho de uma esfera de produção para outra e de um centro local de produção para outro. A primeira condição pressupõe completa liberdade comercial no interior da sociedade e a remoção de todos os monopólios com exceção dos naturais, isto é, daqueles que surgem naturalmente a partir do modo de produção capitalista. Pressupõe, além disso, o desenvolvimento do sistema de crédito... *Finalmente, implica a subordinação das várias esferas de produção ao controle dos capitalistas*... Mas o próprio equilíbrio *se defronta com obstáculos maiores, toda vez que entre as empresas capitalistas se interpõem*, encadeando-se a elas, *numerosas e vastas esferas de produção operadas numa base não capitalista* (por exemplo, o cultivo do solo por pequenos agricultores)".[14]

Naturalmente, os obstáculos que, pelas razões esboçadas acima, dificultam o nivelamento da taxa de lucro numa escala nacional adquirem peso ainda maior em escala internacional. A maior imobilidade relativa do capital; a imobilidade predominante da força de trabalho e, acima de tudo, a existência em larga escala de esferas não capitalistas de produção — em outras palavras, a combinação generalizada de relações de produção capitalistas, semicapitalistas e pré-capitalistas —, tais são os fatores que tornaram possíveis as diferenças no nível de lucro entre as colônias e os países metropolitanos desde o início da era do imperialismo, e que fizeram do investimento de capital nas colônias e semicolônias uma fonte permanente de superlucros.

[13] A participação dos lucros, dos juros e da "renda mista" na renda nacional da Grã-Bretanha que, de acordo com os cálculos de Phyllis Deane e W. A. Cole — veja-se a nota 10 —, diminuiu de 1865 a 1894, a seguir elevou-se novamente, atingindo 42% na década 1905/14. Naturalmente, esses números não são de forma alguma compatíveis com o conceito marxista da taxa de lucro; no entanto, indicam claramente uma tendência.

[14] MARX. *Capital*. v. 3, p. 196. (Os grifos são nossos. E. M.)

Em última instância, a diferença no nível de desenvolvimento entre os países metropolitanos, de uma parte, e de outra parte as colônias e semicolônias, deve ser atribuída ao fato de que o mercado mundial capitalista universaliza a *circulação* capitalista de mercadorias, mas não a *produção* capitalista de mercadorias. Numa colocação ainda mais abstrata: as manifestações do imperialismo devem ser explicadas, em última análise, pela *falta de homogeneidade* da economia mundial capitalista.

De onde provém essa falta de homogeneidade? Deve-se à própria natureza do capital, ou é o resultado de uma estrutura histórica inicial — a estrutura do colonialismo — que foi certamente um acompanhamento concreto da marcha triunfal do capital através do globo, mas que não representa uma pré-condição essencial para o progresso da acumulação de capital? A resposta a essa questão nos remete de volta ao problema das diferenças no nível de lucro, uma expressão da busca incansável de superlucros, que resulta do movimento desigual da própria acumulação de capital. No caso "puro" de aumentos contínuos na composição orgânica de capital e no desenvolvimento incessante de novas técnicas e tecnologia, que Marx anteviu mas que se apresentou em sua forma plenamente desenvolvida apenas no capitalismo tardio da atualidade, as diferenças no nível de lucro despontam a partir da concorrência entre capitais e da condenação inexorável de todas as firmas, ramos industriais e áreas que se deixam ultrapassar nessa corrida e que, por isso, são forçadas a ceder uma parte de sua "própria" mais-valia aos que a lideram. O que é esse processo, senão a produção permanente de firmas, ramos industriais, áreas e regiões subdesenvolvidos?

Mesmo no "caso ideal" de um início homogêneo, portanto, crescimento econômico capitalista, reprodução ampliada e acumulação de capital são ainda sinônimos de justaposição e constante combinação de desenvolvimento e subdesenvolvimento. *A própria acumulação de capital produz desenvolvimento e subdesenvolvimento como momentos mutuamente determinantes do movimento desigual e combinado do capital.* A falta de homogeneidade na economia capitalista é um desfecho necessário do desdobramento das leis de movimento do próprio capitalismo.

Vimos anteriormente que a inovação tecnológica e os acréscimos na produtividade do trabalho não foram absolutamente os únicos meios para conseguir superlucros; a descoberta da força de trabalho a baixo preço, sua incorporação ao processo de trabalho capitalista e a produção de matérias-primas baratas também serviram a esse objetivo. A força de trabalho barata foi descoberta e reproduzida sob condições das quais ainda estava ausente uma ampla divisão do trabalho, enquanto, ao mesmo tempo, a redução do valor da força de trabalho ao custo físico de sua reprodução impedia qualquer expansão da demanda efetiva e, conseqüentemente, qualquer ampliação do mercado interno. Em tais condições, *foi o capital quem criou um limite insuperável para sua própria expansão.* Em última análise, mesmo as mais baratas mercadorias de Manchester, Solingen ou Detroit nada podiam fazer diante da falta de demanda das comunidades camponesas hindus, ameríndias ou chinesas, que estavam em larga medida aprisionadas no arcabouço de uma economia natural.

As diferenças no nível de produtividade que resultaram dessas diferenças no nível de salários tenderam a enrijecer e a tornar-se permanentes. A acumulação de capital cristalizou-se internacionalmente como o desenvolvimento, por um lado, da indústria em larga escala nos países metropolitanos, caminhando no sentido de uma completa industrialização através de uma avançada divisão do trabalho e da inovação técnica; por outro lado, correspondeu à implantação da produção de matérias-primas nas colônias, definida por uma divisão do trabalho interrompida ou estagnada, por uma tecnologia retardatária e uma economia agrícola pré-capitalis-

ta, bloqueando qualquer avanço sistemático da industrialização e reforçando e perpetuando o subdesenvolvimento.[15]

Esse processo não é uma simples exceção às tendências mais gerais do capital, uma vez que podemos encontrá-lo em funcionamento nos próprios países industrializados, nas chamadas "colônias internas". Não é difícil perceber na estrutura regional dos países industriais do século XIX e do início do século XX os mesmos elementos de troca desigual, diferentes níveis de produtividade, subindustrialização, bloqueio da acumulação de capitais — em outras palavras, *a justaposição de desenvolvimento e subdesenvolvimento*, que constitui a marca registrada da estrutura da economia mundial na era do imperialismo.

Em todos esses países, a emergência e desenvolvimento do capital industrial localizou-se e concentrou-se em um número relativamente pequeno de complexos fabris, envolvidos por um anel de regiões agrícolas que funcionavam como fontes para o suprimento de matérias-primas e produtos alimentícios, como mercados para os bens industriais de consumo e como reservas de força de trabalho a baixo preço.

O caso clássico de um "país subsidiário" agrário no interior da economia industrial em larga escala da Europa ocidental, caso investigado pelo próprio Marx, é o da *Irlanda:*

> "A Irlanda é na atualidade apenas um distrito agrícola da Inglaterra, separada por um largo canal do país ao qual fornece trigo, lã, gado, recrutas militares e industriais".[16]

Obviamente, esse distrito agrícola também experimentou uma acumulação de capital, mas uma porção considerável desse capital foi drenada para os "distritos industriais", isto é, para a Inglaterra.[17] Assim ocorreu uma determinação recíproca de desenvolvimento e subdesenvolvimento, pois o escoamento de capital intensificou a situação de subemprego relativo na Irlanda, que sob condições puramente agrícolas resultou apenas em empobrecimento e parcelização ainda maiores.[18] Por esse motivo Marx afirmou expressamente que, na alvorada do capitalismo, o desenvolvimento da indústria nas cidadelas fabris é acompanhado pela *destruição* da indústria nos "países dependentes".[19]

No entanto, a Irlanda não foi absolutamente uma exceção na história do capitalismo no século XIX: podemos apresentar pelo menos três outros casos, igualmente exemplares, de "países subsidiários" ou "colônias internas" em nações industrializadas. Em primeiro lugar há o caso das Flandres, na Bélgica. Esse país, que se tornara independente em 1830, foi o segundo da Europa a se industrializar, logo após a Grã-Bretanha. A destruição da indústria domiciliar flamenga (linho) pelo aparecimento da moderna fábrica em larga escala resultou em processos de empobrecimento absoluto, desemprego em massa, emigração e desindustrialização que coincidem, em seus aspectos básicos, com aqueles descritos por Marx para a

[15] Chamamos a atenção mais uma vez para os trabalhos de André Gunder Frank, Theotonio dos Santos e Samir Amim, já mencionados acima, que encerram idéias semelhantes. O livro ainda não publicado de André Gunder Frank, *Towards a Theory of Underdevelopment*, é particularmente digno de nota a esse respeito.

[16] MARX. *Capital*. v. 1, p. 702-703.

[17] Ver *Werke*. v. 16, p. 452. O fato de que essa concentração constante de capital no interior dos distritos agrícolas e seu escoamento para os distritos industriais tenha ocorrido não só na Irlanda, mas também na própria Inglaterra, na Escócia e no País de Gales, tem sido enfatizado expressamente pelos historiadores do sistema bancário inglês. Ver, entre outros, KING, W. T. C. *History of the London Discount Market*. Londres, 1936. p. XII-XIII, 6 *et seqs*.

[18] Ver também François Perroux: "Crescimento é *desequilíbrio*. Desenvolvimento é desequilíbrio. A implantação de um pólo de desenvolvimento *conduz a uma sucessão de desequilíbrios econômicos e sociais*". *L'Economie du XXe Siècle*. Paris, 1964. p. 169.

[19] MARX. *Capital*. v. 1, p. 757.

Irlanda. Por mais de meio século, as Flandres foram um reservatório de gêneros alimentícios baratos, matérias-primas agrícolas baratas, força de trabalho barata e recrutas obedientes para o conjunto da indústria belga.[20] O percentual de empregados industriais entre a população ativa das Flandres Ocidental e Oriental aumentou somente de 22,3 para 26,4 entre 1846/90, enquanto nas duas províncias de Liège e Hainaut, da Valônia, crescia, no mesmo período, de 18,3 para 48,4; para a totalidade da Bélgica, o aumento foi de 15,2 para 33,6.[21] Ainda em 1895, o salário médio dos trabalhadores agrícolas nas quatro províncias da Valônia era 50% superior ao vigente nas quatro províncias flamengas; fixado em 20 francos belgas, o mais baixo salário mensal nas Flandres, na região pouco fértil de Kempen, era três vezes inferior ao menor salário da região menos fértil da Valônia, as Ardenas, onde atingia 60 francos.[22]

Em segundo lugar, há o caso dos Estados sulistas norte-americanos, tanto antes quanto após a abolição da escravatura. Essas áreas funcionaram como um reservatório de matérias-primas agrícolas e uma "colônia interna", na medida em que constituíram um mercado regular para a produção industrial do norte, sem desenvolver nenhuma indústria em larga escala em seu próprio território (esse quadro iria se modificar apenas com a Segunda Guerra Mundial).[23]

Em terceiro lugar, há o caso do Mezzogiorno na Itália, onde a unificação italiana foi seguida por um acentuado processo de *desindustrialização*. Esse processo resultou num *escoamento* constante de capital para o norte, enquanto o sul se tornava, a longo prazo, um reservatório de força de trabalho barata, produtos agrícolas baratos e uma clientela dócil.[24] Sylos-Labini observa que o emprego industrial na Itália meridional (mesmo que fosse basicamente na indústria domiciliar e em pequena escala) decresceu de 1,956 milhão de pessoas em 1881 para 1,270 milhão de pessoas em 1911. A diferença no nível de salários entre a Itália setentrional e meridional elevou-se de 12% em 1870 para 25% em 1920 e 27% em 1929. Em 1916, cerca de 13% do capital acionário italiano estava investido no sul; em 1947, o investimento era de apenas 8%. Entre 1928 e 1954 a participação do Mezzogiorno na renda nacional italiana decresceu de 24,3% para 21,1%.[25]

Em sentido mais restrito, pode-se dizer que a mesma sorte coube a vastas regiões do Império Austro-Húngaro entre a Revolução de 1848 e a Primeira Guerra Mundial; a zonas como Bavária, Silésia, Pomerânia-Mecklenburg e Prússia no Império Alemão (isto é, ao leste e ao sul);[26] e na França, antes da Primeira Guerra Mundial, ao oeste agrário e ao centro (e em parte também às regiões rurais do leste). Na Espanha, durante os séculos XIX e XX, o sul desempenhou uma função

[20] Sobre as conseqüências devastadoras dessa destruição e a fome subseqüente, ver JACQEMYNS, A. G. *Histoire de la Crise Economique des Flandres, 1845-1850*. Bruxelas, 1929.

[21] VERHAEGEN, Benoît. *Contribution à l'Histoire Economique des Flandres*. Louvain, 1961. v. II, p. 57, 165.

[22] DECHESNE, Laurent. *Histoire Economique et Sociale de la Belgique*. Paris, 1932. p. 482.

[23] Ver GENOVESE, Eugene D. *Op. cit.* p. 19-26, 280-285. LEIMAN, Melvin M. *Jacob N. Cardozo — Economic Thought in the Antebellum South*. Nova York, 1966. p. 175-203, 238-243.

[24] Existe uma literatura bastante considerável sobre o desenvolvimento econômico da Itália meridional após a unificação italiana. Ver entre outros: SERENI, Emilio. *Il Capitalismo nelle Campagne (1860-1900)*; MOLA, Aldo Alessandro. *L'Economia Italiana dopo L'Unità*. Turim, 1971; PANE, Luigi Dal. *Lo Sviluppo Economico dell'Italia negli Ultimi Cento Anni*. Bolonha, 1962; CARACCIOLO, A. *La Formazione dell'Italia Industriale*. Bari, 1970; ROMEO, Rosario. *Risorgimento e Capitalismo*. Bari, 1963. Antonio Gramsci abordou esse problema em diversos textos que escreveu na prisão: *Quaderni del Carcere*. Turim, 1964. v. II, p. 97-98 e em outros trechos. Ver também o volume editado por VILLARI, Rosario. *Il Sud nella Storia d'Italia*. Bari, 1971.

[25] SYLOS-LABINI, Paolo. *Problemi dello Sviluppo Economico*. Bari, 1970. p. 130, 128.

[26] Assim, por exemplo, os salários mínimos na indústria da construção em 1906 eram duas vezes maiores nas grandes cidades como Berlim, Hamburgo, Düsseldorf, Dortmund e Essen do que nos distritos rurais da Prússia oriental e ocidental (Gumbinnen, Zoppot), Brandemburgo e Silésia e em algumas das regiões mais pobres da Bavária, Saxônia e de Eifel. KUCZYNSKI, R. *Arbeitslohn und Arbeitszeit in Europa und Amerika 1870-1909*. Berlim, 1913. p. 689 *et seqs.*

plenamente comparável, não apenas como uma "colônia interna", no sentido da permanente reprodução do subdesenvolvimento, mas sobretudo como uma área de captação de capital adicional, que, após a Segunda Guerra Mundial, era sugado da agricultura e ia acelerar o processo de industrialização em centros fabris, antigos e novos, em outras partes do país.[27] Um interessante caso particular do mesmo fenômeno foi a chamada "estrutura dual" da indústria japonesa, que se desenvolveu a partir dos anos 20 em dois setores contrastantes, o "moderno" e o "tradicional", este último baseado em sistemas de produção domiciliar antiquada e de trabalho domiciliar com fornecimento de matéria-prima.[28] Essa estrutura dual incontestavelmente proporcionou uma transferência maciça de mais-valia do setor "tradicional" para o "moderno", a tal ponto que o primeiro podia ser virtualmente considerado uma "colônia interna" deste último. Foi só em meados dos anos 60, depois que o exército de reserva de trabalho nas áreas rurais diminuiu abruptamente, em resultado da rápida industrialização e do maciço êxodo rural, que essa estrutura dual começou a declinar, e com ela a característica fonte "semi-regional" de mais-valia no Japão.

O relacionamento entre essas regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas no interior dos Estados capitalistas industrializados guarda mais do que uma semelhança formal com a relação entre os países imperialistas e os subdesenvolvidos, pois sua função econômica é a mesma em ambos os casos. A diferença no nível de produtividade entre a agricultura e a indústria — que se assemelha àquela entre a produção de matérias-primas e bens acabados nas épocas do capitalismo de livre concorrência e do imperialismo clássico — gera intercâmbio desigual, ou uma *transferência constante de valor* das regiões subdesenvolvidas para as industrializadas do mesmo Estado capitalista. A troca de produtos agrícolas por bens industriais é uma troca desigual.[29] A troca de matérias-primas produzidas nas regiões subdesenvolvidas (por exemplo, o algodão nos Estados sulistas dos Estados Unidos) por bens industriais acabados é uma troca desigual. O papel desempenhado pelas regiões agrícolas subdesenvolvidas nos países industrializados como reservas de força de trabalho desempregada ou subempregada representa uma das funções mais importantes dessas regiões, porque garante a secular conservação do exército industrial de reserva (somando-se à periódica reprodução desse mesmo exército industrial de reserva pela substituição da força de trabalho que já se encontra numa relação assalariada por máquinas).[30] As regiões subdesenvolvidas no interior dos países capitalistas, assim como as "colônias externas", funcionam dessa maneira como *fontes de superlucros*. Eis a descrição de Marx dos superlucros que o capital industrial consegue através da troca com a produção dos pequenos camponeses e artesãos em seu primeiro grande período de *Sturm und Drang*:

> "Enquanto, em determinado ramo da indústria, o sistema fabril se expandir às ex-

[27] Ver, entre outros, COMIN, Alfonso C. *España del Sur*. Madri, 1965.

[28] Ver, entre outros, SHINOARA, Miyohei. *Structural Changes in Japan's Economic Development*. Tóquio, 1970. cap. VIII; BROADBRIDGE, Seymour. *Industrial Dualism in Japan*. Chicago, 1966; BIEDA, K. *The Structure and Operation of the Japanese Economy*. Sidney, 1970. p. 186-199. Em 1955 havia ainda 26,5% de auto-empregados no setor não agrícola da economia japonesa, para 11,8% na Austrália, 10% nos Estados Unidos e 6,2% na Grã-Bretanha (em 1951). Os diferenciais de salários segundo as dimensões dos estabelecimentos fabris cobriam uma faixa de 30/100 em 1958; nos Estados Unidos, era de 64/100 e na Grã-Bretanha (em 1954), de 79/100. Os diferenciais japoneses eram muito maiores antes da Primeira Guerra Mundial, quando os salários no setor "tradicional" (basicamente têxteis e indústria leve) estavam "atados à baixa remuneração no campo": ver RANIS, G. "Factor Proportions in Japanese Economic Development". In: *American Economic Review*. Setembro de 1957, p. 595.

[29] Sempre com a ressalva de que estamos falando de produção agrícola por pequenos camponeses, que ainda não é conduzida por métodos capitalistas e não resulta ainda no aumento da renda capitalista do solo. Tão logo a agricultura se torna plenamente capitalista, essa troca desigual desaparece.

[30] Ver material sobre esse problema em Sternberg, *Der Imperialismus*.

> pensas dos antigos ofícios manuais ou da manufatura,[31] o desfecho será tão previsível quanto o desfecho de um combate entre um exército dotado de armas de carregar pela culatra e outro armado com arcos e flechas. Esse primeiro período, durante o qual a maquinaria conquista seu campo de ação, é de importância decisiva devido aos superlucros que ela ajuda a produzir. Tais lucros não só constituem uma fonte de acumulação acelerada, mas também atraem para a favorecida esfera da produção boa parte do capital social adicional que está sendo permanentemente criado e que está sempre à espera de novos investimentos. *As vantagens especiais desse primeiro período de rápida e furiosa atividade são sentidas em cada ramo de produção invadido pelas máquinas*".[32]

Agora, porém, defrontamo-nos com duas dificuldades teóricas que precisam ser solucionadas. Por um lado, a falta de homogeneidade na *produção* numa escala mundial foi explicada por certa imobilidade do capital, em outras palavras, pela ausência de um mercado de capitais unificado em âmbito mundial. Mas um mercado de capitais unificado certamente existe no interior das nações industrializadas; na verdade, sua criação precedeu na maioria dos casos, e até mesmo determinou parcialmente, o advento da moderna indústria em larga escala. Por que é, então, que esse mercado de capitais nacional unificado não conduz a uma estrutura industrial nacional unificada?

Por outro lado, sabemos que as exportações de capital em larga escala tiveram início na década de 80 do século XIX, muito antes de terem desaparecido as regiões agrícolas no interior dos países industrializados. Por que motivo, então, foi o capital exportado dos países imperialistas para as "colônias externas", em vez de ser inicialmente utilizado para industrializar essas "colônias internas"?

A resposta a essas perguntas permitir-nos-á apreender de maneira mais precisa um fenômeno característico da produção capitalista de mercadorias, isto é, a formação dos preços de produção capitalistas e a específica aplicação da lei do valor ao mercado mundial. A criação de um mercado de capitais unificado antes, ou nos primórdios do processo de industrialização,[33] criou uma taxa nacional uniforme de juros e de lucro. Isso permitiu apenas diferenças marginais no nível dos salários, isto é, as diferenças no nível dos salários industriais em diferentes áreas geográficas de um mesmo país dificilmente excederiam certos limites. Assim, quando terminou a primeira onda de industrialização, que alimentou e até mesmo superalimentou o "mercado interno", e quando ocorreu, em conseqüência, a primeira superprodução relativa de capital, não havia mais nenhum interesse premente na industrialização sistemática das regiões agrícolas dentro do país industrial. A produção, nesse âmbito, contribuía para o nivelamento da taxa nacional de lucro: superlucros não podiam ser obtidos aí, *justamente pelo fato de que estava em operação um sistema uniforme de preços de produção*. Poderia haver, quando muito, um ligeiro acréscimo na taxa média de lucro. Mas custos maiores de transporte, uma infra-estrutura pior e a falta de mão-de-obra qualificada teriam neutralizado com bastante rapidez a diferença relativamente pequena que existia no nível dos salários.[34]

[31] Nesse ponto se apresenta um outro paralelo à relação entre nações industriais e países subdesenvolvidos. Isso porque a fonte econômica desse superlucro jaz no fato de que, durante todo o período de desenvolvimento incipiente da indústria em larga escala, o preço comercial das mercadorias produzidas por máquinas, que a grande fábrica ainda não tem condições de fornecer uma quantidade suficiente, certamente permanecerá *abaixo* do valor individual dos produtos de manufatura e do artesanato, mas significativamente *acima* do valor individual do produto feito a máquina. Desse modo, um superlucro considerável pode ser obtido com a venda deste último, e é exatamente o que acontece com a exportação de bens industriais baratos, produzidos em massa, para países que ainda se encontram num estágio pré-industrial.

[32] MARX. *Capital*. v. 1, p. 450.

[33] Ver, entre outros, LIPSON, E. *The Economic History of England*. Londres, 1931. p. 244-246.

[34] François Perroux observa que quando uma região com uma firma dinâmica (*firme motrice*) se articula a uma região sem esse tipo de firma (isto é, uma região subdesenvolvida) dentro do mesmo país, esse fato indubitavelmente conduz a uma diferença cada vez maior em seus níveis de desenvolvimento. *L'Economie du XXe Siècle*. p. 225 *et seqs*.

Ao contrário, as exportações de capital para os países atrasados podiam se beneficiar precisamente do fato de que não havia um mercado de capitais uniforme em escala mundial, nem preços de produção uniformes ou uma taxa uniforme de lucro. A diferença no nível dos salários era tamanha, e, assim, tão considerável a probabilidade de garantir superlucros simplesmente pela introdução de métodos manufatureiros ou do início do capitalismo na agricultura e na mineração, que as taxas de lucro (superlucros) que o capital imperialista podia conseguir nas "colônias externas" eram inicialmente muito superiores àquelas que o mesmo capital poderia esperar obter nas "colônias internas". Estas foram vítimas do fato de que, embora indubitavelmente fossem subdesenvolvidas, estavam ao mesmo tempo atreladas às regiões industrializadas num sistema uniforme de preços de produção, lucros e salários.

Até agora restringimo-nos apenas a casos de diferenças geográficas no nível de produtividade, às colônias "externas" e "internas". A seguir, porém, devemos investigar o caso mais geral de uma diferença no nível de produtividade entre ramos distintos da indústria num mesmo país já industrializado. Esse tipo de diferença manifesta-se principalmente através do progresso técnico, do aperfeiçoamento das técnicas de produção, da elevação da composição orgânica do capital e, sobretudo, através da reprodução ampliada do capital fixo. Nesse ponto, devemos distinguir entre duas variantes. Se, além de um mercado de capitais unificado, de um sistema unificado de juros e de preços unificados de produção, tampouco existirem restrições à mobilidade do capital, depois de certo período a concorrência de capitais conduzirá mais uma vez ao desaparecimento dos superlucros, temporariamente resultantes da introdução de tecnologia moderna. O capital deixará de lado os ramos com menores taxas de lucro e fluirá para os ramos com uma taxa maior. Neles haverá uma superprodução e superacumulação, acarretando a queda nos preços de mercado e a supressão dos superlucros, enquanto os ramos que sofreram um escoamento de capital deixarão de ter condições de suprir a totalidade da demanda socialmente efetiva com a produção corrente. Assim, novamente se elevarão os preços de mercado nesses setores. O resultado será o nivelamento da taxa de lucro.

Na análise desse processo, entretanto, deveria ser lembrado mais uma vez que, mesmo com uma completa mobilidade do capital, não há um nivelamento imediato da taxa de lucro. Um período considerável separa o momento inicial em que uma descoberta tecnológica recebe uma aplicação produtiva (isto é, o momento da *inovação* tecnológica) do momento em que ocorre um nivelamento da taxa de lucro. A mercadoria mais barata, fabricada com tecnologia mais moderna, é inicialmente produzida e vendida ao preço social médio de produção, e dessa maneira assegura ao possuidor um superlucro. É apenas gradualmente — através de relatórios comerciais e assim por diante — que esse fato penetra a consciência da totalidade dos possuidores de capital. A produção nesse ramo então aumenta e a luta concorrencial se intensifica, de maneira que a mercadoria produzida com tecnologia mais moderna começa a baixar seu preço de custo social médio (valor de mercado). Apesar disso, entretanto, ela continua a proporcionar um superlucro, porque seu valor individual ainda permanece abaixo do valor médio de mercado. Os competidores, então, se esforçarão por aplicar a mesma tecnologia mais moderna, ou novos possuidores de capital ingressarão nesse ramo da produção, visando conseguir os mesmos superlucros. Somente quando essa concorrência intensificada tiver mais uma vez baixado o lucro da firma inovadora ao nível da média social, por uma redução no valor de mercado em proporção à poupança de trabalho social (pois é a isto que se reduz, afinal, todo progresso tecnológico genuíno) e pela conseqüente diminuição no valor da mercadoria, será possível dizer que foi atingido o

nivelamento da taxa de lucro. *No decorrer de todo o período intermediário, a inovação técnica permite efetivamente a realização de superlucros.*

Deveria ainda ser apontado que todo o processo de aparecimento e desaparecimento de superlucros desencadeado pela inovação técnica é simultaneamente um processo da acumulação e desvalorização do capital, durante o qual muitos capitais, operando com uma insuficiente produtividade do trabalho, são arruinados *antes* que ocorra o nivelamento das taxas de lucro. A desvalorização do capital — a redução ou destruição de valores — implica, entretanto, um decréscimo na massa total de capital com que deve ser comparado o total de mais-valia produzido, e, portanto, um aumento temporário na taxa social de lucro ou uma paralisação temporária da tendência ao decréscimo da taxa de lucro. Todos esses pontos explicam por que razão é altamente lucrativa para uma firma ou ramo industrial a introdução de inovações tecnológicas, apesar do (subseqüente) nivelamento da taxa de lucro.

Chegamos agora, porém, à segunda variante, em que os superlucros podem ser efetivados pela introdução de inovações técnicas mesmo na ausência de perfeita mobilidade do capital. É esse o caso clássico dos *monopólios* onde existem restrições decisivas à mobilidade do capital devido à combinação de acordos operacionais entre os mais importantes possuidores de capital e aos volumosos custos de instalação *(frais de premier établissement)* — em outras palavras, devido a um nível qualitativamente mais alto de concentração e centralização do capital. Essa combinação resulta não só em superlucros temporários, mas também nos *superlucros duradouros*, que são um traço característico da época do capitalismo monopolista.

Não existem, naturalmente, monopólios absolutos a longo prazo, e o crescimento dos superlucros das empresas monopolistas ou oligopolistas não é desprovido de limites. Até mesmo porque a massa anual de mais-avalia é uma *magnitude dada*, limitada em última instância pelo número de horas trabalhadas pelos assalariados produtivos e que não pode ser aumentada por fenômenos de nenhuma espécie na esfera da circulação. Uma vez que seja dada a massa total de mais-valia, e portanto a massa total de lucro, os superlucros de um número reduzido de empresas ou ramos monopolistas da indústria só podem ser acrescidos pela transferência de mais-valia de outras empresas ou de outros ramos da indústria. Para cada superlucro haverá uma queda correspondente nos lucros de outras firmas. Se houver um acréscimo nos superlucros monopolistas, haverá uma queda na taxa de lucro nas esferas não monopolistas e a concorrência geral será intensificada a tal ponto que, em última análise, também será inevitável uma queda nos preços de produção (e nos superlucros) dos monopólios.[35] Por outro lado, empresas monopolistas ou oligopolistas isoladas tampouco podem se permitir superlucros excessivos, pois, como dissemos, não há monopólios absolutos. A dificuldade de penetrar em esferas monopolizadas é sempre apenas relativa; em outras palavras, envolve um dispêndio de capital que é relativamente difícil de conseguir. Se, entretanto, uma firma se permitir um superlucro "exagerado", haverá esforços crescentes de outros grupos capitalistas monopolistas para obter uma parcela desse superlucro, isto é, para irromper nessa esfera. Uma vez que, na maioria dos casos, o capital necessário certamente se acha disponível em todos os países capitalistas — com umas poucas exceções características a que retornaremos mais tarde — e como os monopólios existentes devem permanentemente considerar essa possibilidade (que envolveria uma luta concorrencial aguda, com depressões nos preços e lucros para to-

[35] O que certamente não quer dizer que através disso deixe de ocorrer a transferência de valor dos setores não monopolistas para os setores monopolistas.

dos os participantes), eles geralmente evitam tais "exageros" no "interesse mútuo" de todos os monopólios. Mais ainda, são *forçados* a fazê-lo porque, num *sistema* em que a maioria dos monopólios está relacionada entre si como fornecedores recíprocos, a quantidade de mercadorias negociáveis de um monopólio depende dos preços (monopolistas) dos demais monopólios.[36] Desse modo se manifesta uma tendência equivalente ao *nivelamento dos superlucros*, isto é, *duas* taxas médias de lucro passam a existir lado a lado, uma no setor monopolizado e a outra no setor não monopolizado dos países imperialistas.[37] Essa justaposição de duas taxas médias de lucro não é mais do que a justaposição de dois níveis médios de produtividade ou, em outras palavras, a mesma discrepância em produtividade que havíamos anteriormente descoberto na raiz da transferência de valor entre as regiões industrializadas e as não industrializadas do mesmo Estado imperialista.[38]

Tal análise tem sido acusada de infringir os princípios fundamentais da teoria do valor de Marx e, na verdade, de qualquer forma da teoria do valor-trabalho. De acordo com essa acusação, a transferência de valor sob as condições de concorrência "normal" (isto é, excetuadas a violência, a fraude, as trapaças e os monopólios) é impossível no arcabouço da teoria do valor de Marx, uma vez que as mercadorias são trocadas a seu valor. É incompreensível que um acréscimo na produtividade do trabalho pudesse levar à obtenção de superlucros, desde que tal acréscimo certamente encontraria expressão numa queda, e não num aumento, no valor das mercadorias. Se a produção de um ramo industrial caísse abaixo da média global, o valor de suas mercadorias deveria aumentar, e não cair, em comparação a um ramo operando com uma produtividade do trabalho acima da média. Finalmente, as empresas que revelassem uma vantagem técnica deveriam certamente obter um superlucro. Este, no entanto, não resultaria de uma transferência de valor, mas simplesmente do fato de que o trabalho despendido por seus operários é calculado como mais intensivo porque o nível de sua produtividade é superior à média — em outras palavras, porque a produção total de valores aumentou, graças a esse trabalho mais produtivo, em mais horas de trabalho do que sugere o "simples" número de horas de trabalho despendidas nessas empresas.[39]

Responderíamos que tais objeções estão fundamentalmente baseadas numa confusão entre produção simples de mercadorias e produção capitalista de merca-

[36] TRIFFEIN, Robert. *Monopolist Competition and General Equilibrium Theory*. Cambridge, Estados Unidos, 1940.

[37] MANDEL, Ernest. *Marxist Economic Theory*. p. 423-426. Os mecanismos práticos para nivelar dessa maneira os superlucros monopolistas incluem não apenas os fatores brevemente esboçados aqui, mas também a limitação do mercado e, portanto, da taxa de mais-valia, pelo preço de venda, e a compulsão para restringir ou impedir a difusão de produtos diversificados ou substitutos. A esse respeito, veja-se a importante bibliografia sobre o tema da "concorrência monopolista" que citamos parcialmente em *Marxist Economic Theory* e que tem início com o livro de CHAMBERLIN, E. M. *The Theory of Monopolistic Competition*. Cambridge, Estados Unidos, 1933.

[38] No ensaio de N. D. Kondratieff, "Die Preisdynamik der industriellen und landwirtschaftlichen Waren", in: *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitk*, v. 60/1, 1928, p. 50-58, existe uma confusão eclética entre a análise do valor do trabalho e a análise da utilidade marginal. Por um lado, Kondratieff admite acertadamente que reduções a longo prazo no preço de mercadorias (expresso em valores monetários constantes) só podem resultar de um acréscimo na produtividade do trabalho, isto é, de uma redução no valor das mercadorias. Por outro lado, entretanto, ele discorre sobre o "poder de compra" dos bens agrícolas e o "poder de compra" dos bens industriais, sem levar em conta o fato de que, nesse ponto, não está comparando valores de trabalho mas preços relativos de mercado. Ainda mais: se em determinado ano a produção de 1 tonelada de trigo requer 50 horas de trabalho, e a de 3 temos exige 20 horas, 50 anos depois a relação pode ter caído para 30 horas de trabalho no primeiro caso e 10 no segundo, e assim o "poder de compra" do trigo terá aumentado em comparação com o dos têxteis. No entanto, a produção de tecido ainda pode ter-se expandido à custa da produção de trigo, e a troca de trigo por tecido ainda pode implicar uma transferência de valor em benefício da produção têxtil. Para descobrir se o desenvolvimento dos preços alterou as proporções entre a produção de trigo e de tecido, devemos não somente considerar a elasticidade da demanda para os dois produtos, mas também, e acima de tudo, as diferentes *taxas de lucro* nos dois setores. Um aumento no "poder de compra" não implica absolutamente um aumento na taxa de lucro — e apenas este último poderia reencaminhar de volta o capital da indústria para a agricultura.

[39] Ver, por exemplo, BUSCH, SCHÖLLER e SEELOW. *Weltmarkt und Weltwährungskrise*. Bremen, 1971. p. 21-24.

dorias.[40] Sob condições de uma estável produtividade do trabalho, onde esta possa ser considerada como dada, as categorias "tempo de trabalho socialmente necessário" e "tempo de trabalho socialmente desperdiçado" são claras e transparentes. Em tais condições, os fenômenos do mercado, "na superfície" da vida econômica, correspondem em seu conjunto à essência mais profunda desses fenômenos, ao menos no que se refere à determinação quantitativa do valor.[41] (No entanto, a origem e essência da forma do valor já havia cessado de ser transparente nessa época da produção simples de mercadorias.) Todavia, sob o modo de produção capitalista, que é caracterizado pela contínua revolução tecnológica, as coisas deixam de ser tão simples e transparentes, mesmo no que diz respeito à determinação quantitativa do valor. *É impossível determinar a priori* o que constitui tempo de trabalho socialmente necessário e o que constitui tempo de trabalho socialmente desperdiçado em cada mercadoria, porque esses aspectos, afinal, só podem ser revelados *a posteriori*, ao se verificar se determinado capital obteve o lucro médio, mais que o lucro médio ou menos que o lucro médio:

> "A demanda e a oferta pressupõem a transformação do valor em valor de mercado, e na medida em que se desenvolvam sobre uma base capitalista, na medida em que as mercadorias sejam produtos do capital, baseiam-se em processos capitalistas de produção, isto é, *em relações muito diferentes da simples compra e venda de bens*. Não se trata, aqui, da transformação formal do valor das mercadorias em preços, isto é, de uma simples mudança de forma; trata-se de determinados desvios quantitativos dos preços de mercado em relação aos valores de mercado e ainda em relação aos preços de produção... Sob a produção capitalista não se trata simplesmente de obter, por um volume de valores lançado à circulação sob forma de uma mercadoria, igual massa de valor em outra forma — sob a forma de dinheiro ou de alguma outra mercadoria — mas sim de realizar sobre o capital invertido na produção *tanta mais-valia, ou tanto lucro*, quanto se conseguiria com outro capital da mesma magnitude, ou em proporção à sua magnitude, qualquer que fosse a linha de produção em que fosse aplicado. Portanto, *pelo menos como um mínimo, trata-se de vender as mercadorias a preços que forneçam o lucro médio, isto é, a preços de produção*".[42]

O processo de nivelamento das taxas de lucro resulta necessariamente numa transferência de valor, uma vez que a soma dos preços de produção é igual à soma dos valores (visto que o nivelamento, isto é, a concorrência, isto é, os movimentos na esfera da circulação, não podem "criar" por si mesmos um único átomo de valor adicional). Portanto, se um ramo se apodera de parte da mais-valia produzida em outros ramos, isso só pode significar que esses outros ramos devem vender as mercadorias que produzem abaixo de seu valor. Marx expressamente enfatizou esse aspecto.[43] Toda a transformação de valores em preços de produção se baseia numa tal transferência de mais-valia, isto é, de valor.[44] Em outras palavras,

[40] É característico que as citações em que esses autores baseiam sua argumentação provenham do primeiro e não do terceiro volume de *O Capital*. No primeiro volume Marx está interessado no "capital em geral", e o problema da concorrência capitalista, e da transformação de valor em preços de produção, subjacente à transferência de valor, não é absolutamente considerado.

[41] Ver ENGELS, Friedrich. "Supplement" a *Capital*. v. 3, p. 897.

[42] MARX. *Capital*. v. 3, p. 194-195. (Os grifos são nossos. E. M.)

[43] Ver por exemplo *Capital*, v. 3, p. 758: "Foi mostrado que o preço de produção de uma mercadoria pode estar acima ou abaixo de seu valor, e que apenas excepcionalmente coincide com seu valor". Ver também *Theories of Surplus Value*. v. 2. Parte Primeira, p. 30: "Portanto, é errado afirmar que a concorrência entre capitais ocasiona uma taxa geral de lucro ao igualar os preços das mercadorias a seus valores. Ao contrário, a concorrência chega a esse resultado pela conversão dos valores das mercadorias em preços médios, nos quais uma parte da mais-valia é transferida de uma mercadoria para outra". O mesmo é dito nos *Grundrisse*, p. 435-436; *Theories of Surplus Value*. v. 2. Parte Primeira, p. 35; *Capital*. v. 3, p. 178-179.

[44] MARX. *Capital*. v. 3, p. 156, 163-164 e muitas outras passagens.

baseia-se no fato de que mercadorias produzidas sob condições capitalistas geralmente *não* são vendidas por seus valores.

Embora haja um problema metodológico subjacente à ampliação da determinação "técnica" do valor — o tempo de trabalho socialmente necessário, determinado pela produtividade média do trabalho em cada ramo industrial —, de maneira a abranger as necessidades sociais para cada valor de uso específico,[45] esse problema não diz respeito à conexão necessária entre valor de troca e valor de uso. Rosdolsky mostrou que devemos ver essa dupla determinação do valor como "dois estágios diferentes da investigação" — para determinar, a partir das relações de oferta e demanda, os *valores comerciais* de firmas que operam com uma produtividade de trabalho média, acima da média ou abaixo da média. A dificuldade real consiste em determinar a *massa total de mais-valia* que se encontra disponível para distribuição entre os capitalistas. Se, por exemplo, o valor comercial de certa mercadoria for determinado pelo preço de produção das firmas com a mais baixa produtividade do trabalho — porque a demanda excede a oferta por um longo período —, a maioria das firmas nesse ramo obterá um superlucro, isto é, um lucro acima da média. De onde provém esse superlucro? No único caso em que Marx empreendeu uma investigação específica desse problema, o caso da renda da terra, ele afirma: o superlucro se origina da mais baixa composição orgânica do capital na agricultura, onde é gerado na esfera da produção e onde a propriedade privada do solo impede que ingresse na redistribuição geral do conjunto da mais-valia social. Mas os vários ramos da indústria — com exceção dos monopólios, que não podemos examinar aqui — não podem impedir que a mais-valia seja redistribuída dessa maneira, e assim a solução de Marx não se aplica. É ainda menos aplicável porque as firmas (ou ramos) com uma produtividade do trabalho acima da média são normalmente aquelas com uma composição orgânica de capital mais alta, e não mais baixa. Se essa mais-valia extra não é diretamente gerada na esfera específica da produção, nesse caso só pode provir de duas fontes: da redistribuição de mais-valia anteriormente produzida em outra parte — sendo resultado de uma transferência de mais-valia, isto é, de valor; ou, então, "começa a existir" na esfera da circulação. Naturalmente, apenas a primeira dessas possibilidades é compatível com a teoria do valor-trabalho e da mais-valia de Marx.

Busch, Schöller e Seelow tentam explicar esse superlucro ao dizerem que empresas operando com uma produtividade do trabalho acima da média apresentam um trabalho mais intensivo do que as empresas de produtividade média do trabalho — e, conseqüentemente, que o trabalho, que em última análise rende menos do que o lucro médio no mercado, era em parte um trabalho não criador de valor. Mas esta não passa de uma pseudo-solução. Tudo o que realmente faz é deslocar a criação de valor da esfera da produção para a esfera da circulação. Pois é precisamente sob as relações de produção capitalistas que o problema de saber se uma empresa vai obter um lucro médio, mais que o lucro médio ou menos que o lucro médio, não pode surgir, de maneira alguma, como uma conclusão antecipada no

[45] Busch, Schöller e Seelow sustentam que eu sou adepto de uma determinação "reificada" do tempo de trabalho socialmente necessário, considerando-o determinado por um modo puramente técnico, isto é, independente das necessidades sociais ou do valor de uso. Isso não é verdade. Já em meu *Traité d'Economie Marxiste* (Paris, 1962) eu incluía exatamente esse aspecto das necessidades sociais (relação da demanda e oferta) na determinação dos preços de produção (v. 1, p. 193-194). Ver também meu *Einfuhrung in die marxistische Wirtschaftstheorie*. Frankfurt, 1967. p. 15: "Pois uma mercadoria que não satisfizesse a necessidade de ninguém, uma vez que não tivesse valor de uso... seria invendável desde o início; ela não teria valor de troca... Esse equilíbrio implica, portanto, que a soma da produção social, a soma das forças produtivas, a soma das horas de trabalho de que dispõe a sociedade tenham sido distribuídas pelos vários ramos da indústria na mesma proporção em que os consumidores distribuem seu poder de compra segundo suas várias necessidades".

momento do término do processo de produção. Somente no processo de circulação é que ocorre a transformação de valores em preços de produção.

"A demanda monetariamente efetiva", como a medida das "necessidades sociais" a serem satisfeitas,[46] por sua própria natureza só pode se manifestar no mercado, e com larga margem de flutuação. De acordo com Busch, Schöller e Seelow, portanto, o volume total de mais-valia seria determinado por essas flutuações. Era precisamente essa contradição de sua teoria da mais-valia que Marx procurou evitar, ao colocar a norma de que a massa total de mais-valia já é dada pelo processo de produção, e de que a soma total dos preços de produção deve corresponder à soma total dessa mais-valia. Isso significa, entretanto, que quaisquer superlucros devem ser acompanhados por lucros abaixo da média, obtidos por outros possuidores de mercadorias.

A teoria marxista do valor parte do axioma de que a massa total de mais-valia é igual à massa total de *trabalho social excedente*, ou, em outras palavras, que a massa total de mais-valia é determinada pela diferença entre o número total de homens-hora de trabalho e o montante total de trabalho necessário (o número de horas de trabalho necessárias para produzir o equivalente da soma total dos salários dos operários produtivos). No conjunto, essa massa total de mais-valia é independente da produtividade específica do trabalho em cada empresa; considerando-se constantes os salários, pode apenas ser modificada pela produtividade do trabalho na indústria de bens de consumo. Considerar a massa total como dada no fim do processo de produção, significa, na realidade, considerar como dados um salário médio, uma intensidade média do trabalho e um coeficiente médio de mais-valia. *É esse o quadro de referência* no qual normalmente aparecem os superlucros;[47] só em casos excepcionais é que um superlucro ocorre a partir de uma taxa de mais-valia acima da média numa firma isolada.[48]

Marx encontrou uma solução positiva para essa dificuldade ao partir da proposição de que a produção de mais-valia é determinada pelo dispêndio físico, na esfera da produção, de *trabalho vivo, abstrato e homogêneo* — esse aspecto, pela suposição do nivelamento da intensidade do trabalho e da taxa de mais-valia. Todos os fenômenos suscitados pela concorrência de capitais e as relações da oferta e da demanda no mercado podem unicamente efetuar uma redistribuição dessa quantidade, sem aumentá-la ou diminuí-la.

Quando Marx afirma que as empresas que operam com uma produtividade abaixo da média obtêm menos do que o lucro médio, e que, em última análise, isso corresponde ao fato de que desperdiçaram trabalho social, tudo o que essa formulação quer dizer é que, no mercado, as firmas que funcionam melhor se apro-

[46] Não se deve esquecer que 1) imediatamente em seguida à passagem no capítulo X do volume 3 de *O Capital*, em que Marx define o caso em que a oferta excede a demanda como um dos casos em que o tempo de trabalho social foi desperdiçado, ele continua e afirma que "a massa de mercadoria (então) vem a *representar* uma quantidade de trabalho no mercado muito menor do que *a que está realmente incorporada nela*". (*Capital*. v. 3, p. 187. Grifado por nós. E. M.); 2) toda uma discussão precede e segue-se a essa passagem, em que o volume da demanda social de um valor de uso específico é relativizado e visto como dependente do volume do valor de mercado.

[47] Marx: "O fato de que capitais empregando quantidades desiguais de trabalho vivo produzem quantidades desiguais de mais-valia pressupõe, pelo menos até certo ponto, que o grau de exploração do trabalho ou a taxa de mais-valia sejam os mesmos, ou que as diferenças neles existentes sejam niveladas mediante causas reais ou imaginárias (convencionais) de compensação. Isso teria como pressuposto a concorrência entre trabalhadores e a nivelação através de sua migração contínua, de uma esfera da produção para outra. *Essa cota geral de mais-valia* — vista como uma tendência, como as demais leis econômicas — foi pressuposta por nós para fins de simplificação. Mas na realidade *constitui uma premissa efetiva do modo de produção capitalista*, ainda que se veja mais ou menos obstruída por atritos práticos". *Capital*. v. 3, p. 175 (Os grifos são nossos. E. M.)

[48] Marx: "Na realidade, o interesse direto que um capitalista ou o capital de determinada esfera de produção tem na exploração dos trabalhadores diretamente empregados por ele se limita a obter um ganho extraordinário, um lucro superior ao médio, seja através de um sobretrabalho *excepcional*, pela redução de seus salários abaixo do nível médio, ou através da produtividade *excepcional* do trabalho envolvido". *Capital*. v. 3, p. 197. (Os grifos são nossos. E. M.)

priam do *valor ou da mais-valia realmente produzida* pelos operários daquelas empresas. Não significa absolutamente que estes tenham criado menos valor ou menos mais-valia do que o indicado pelo número de horas trabalhadas.[49] Essa é a única interpretação de *O Capital*, volume III, capítulo X que pode ser harmonizada com o texto como um todo e com o espírito da teoria do valor de Marx; e tal interpretação manifestamente simplifica o conceito da transferência de valor.

Deveríamos acrescentar que Marx registra de maneira explícita o fenômeno da transferência de valor, não apenas entre ramos industriais — através do nivelamento das taxas de lucro — mas também no interior do mesmo ramo industrial.[50] Ele o faz precisamente da maneira que reconcilia com elegância os meios "técnicos" e aqueles baseados no "valor de uso" para determinar o tempo de trabalho socialmente necessário. Se a demanda social for exatamente satisfeita pela produção e, portanto, a produtividade do trabalho em empresas "médias" determinar o valor das mercadorias, isso significa que a quantidade total de trabalho despendido nesse ramo da indústria representará num duplo sentido o trabalho socialmente necessário. Isso porque, a partir do pressuposto de uma idêntica taxa de mais-valia, a totalidade da massa de mais-valia produzida nesse ramo da indústria será igual à totalidade da massa de lucro. Os superlucros das firmas, operando com uma produtividade do trabalho acima da média, só poderão ser explicados por uma transferência de valor à custa das firmas que operam com uma produtividade do trabalho abaixo da média. Nesse caso — o "caso normal" sob condições de livre concorrência e nivelamento das taxas de lucro —, a transferência de valor é a solução proposta pelo próprio Marx. Nos casos excepcionais, em condições de livre concorrência, em que firmas com a mais baixa produtividade do trabalho determinam os valores de mercado (quando a demanda é muito superior à oferta), ou em que esses valores são determinados pelas firmas de maior produtividade (quando a oferta é muito superior à demanda), o problema da criação de valor e da determinação da quantidade de valor não é tão auto-evidente. Mas, nesses casos, preferimos nossa própria solução àquela de Busch, Schöller e Seelow, pelas razões apontadas acima.

Busch, Schöller e Seelow foram evidentemente desviados para sua pseudo-solução por uma analogia com os problemas do comércio internacional.[51] Assim, deixaram de observar que, justamente no contexto do comércio internacional, as condições prévias colocadas por Marx para a formação de preços de produção e valores uniformes de mercado — a saber, intensidade do trabalho média e globalmente válida, mobilidade em larga escala do capital e da força de trabalho, nivelamento das taxas de lucro — não existem, ou só existem raramente.

Todo o sistema capitalista aparece, assim, como uma estrutura hierárquica de diferentes níveis de produtividade e como a conseqüência do desenvolvimento desigual e combinado de países, regiões, ramos industriais e empresas, desencadeado pela busca de superlucros. O sistema forma uma unidade integrada, mas é uma unidade integrada de partes não homogêneas; e é precisamente a unidade que de-

[49] "Elas podem, por exemplo, ser vendidas total ou aproximadamente por seu valor individual, podendo ocorrer que as mercadorias produzidas nas condições menos favoráveis não realizem sequer o seu preço de custo, enquanto que as produzidas em condições médias realizam *apenas uma parte da mais-valia nelas contida.*" MARX. *Capital*. v. 3, p. 179. (Os grifos são nossos. E. M.)

[50] "Se a demanda normal for satisfeita pela oferta de mercadorias de valor médio, portanto de um valor a meio caminho dos dois extremos, as mercadorias cujo valor individual estiver abaixo do valor comercial realizarão uma extraordinária mais-valia ou um superlucro, enquanto aquelas cujo valor individual exceder o valor de mercado não poderão realizar uma parte da mais-valia nelas contida." MARX. *Capital*. v. 3, p. 178.

[51] BUSCH, SCHÖLLER e SEELOW. *Op. cit.* p. 32-33. Em que medida o "intercâmbio desigual" é um problema da transferência de valor será clarificado no cap. 11. Aqui mencionaremos unicamente o fato de que Marx fala a esse respeito não apenas de quantidades desiguais de trabalho, mas também de tempo de trabalho desigual.

termina, nesse caso, a falta de homogeneidade. Por todo esse sistema o desenvolvimento e o subdesenvolvimento se determinam reciprocamente, pois enquanto a procura de superlucros constitui a força motriz fundamental por detrás dos mecanismos de crescimento, o superlucro só pode ser obtido às expensas dos países, regiões e ramos industriais menos produtivos. Por isso o desenvolvimento tem lugar apenas em justaposição ao subdesenvolvimento, perpetua este último e desenvolve a si mesmo graças a essa perpetuação.

Sem regiões subdesenvolvidas não pode haver transferência de excedente para as regiões industrializadas, nem, conseqüentemente, aceleração da acumulação de capital nestas últimas. Pela duração de toda uma época histórica nenhuma transferência de excedente para os países imperialistas poderia ter ocorrido sem a existência dos países subdesenvolvidos, nem teria havido, naqueles países, aceleração da acumulação de capital. Sem a existência de ramos industriais subdesenvolvidos não teria havido transferência de excedente para os chamados setores dinâmicos, nem a aceleração correspondente da acumulação do capital nos últimos 25 anos.

Pois, embora o sistema mundial capitalista seja um todo integrado e hierarquizado de desenvolvimento e subdesenvolvimento em nível internacional, regional e setorial,[52] a ênfase principal desse ramificado desenvolvimento desigual e combinado toma formas diferentes em épocas diferentes. Na era do capitalismo de livre concorrência, a ênfase predominante jazia na justaposição regional de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Na época do imperialismo clássico, prendia-se à justaposição internacional do desenvolvimento nos Estados imperialistas e subdesenvolvimento nos países coloniais e semicoloniais. Na fase do capitalismo tardio, reside na justaposição industrial global de desenvolvimento em setores dinâmicos e subdesenvolvimento em outros, basicamente nos países imperialistas mas também, de modo secundário, nas semicolônias. Isso não significa, naturalmente, que "rendas tecnológicas" — superlucros decorrentes de avanços na produtividade baseados em aperfeiçoamentos técnicos, descobertas e patentes — não tivessem existido no século XIX, ou fossem excepcionais mesmo então. Significa apenas que, na ausência de um alto nível de centralização do capital, tinham duração relativamente curta e, portanto, um peso menor *nos superlucros totais* do que os superlucros "regionais" e, mais tarde, coloniais. Mas, em si mesma, a inovação tecnológica desempenhou papel-chave no crescimento do capital e na busca de superlucros desde o início da Revolução Industrial.

Se compreendermos dessa forma a natureza do processo de crescimento sob o modo de produção capitalista — isto é, a natureza da acumulação do capital —, poderemos perceber a origem do erro de Rosa Luxemburg quando pensou haver descoberto o "limite inerente" do modo de produção capitalista na completa industrialização do mundo ou na expansão por todo o globo do modo de produção capitalista. O que parece claro quando partimos da abstração do "capital em geral" mostra-se sem sentido quando prosseguimos em direção ao "capitalismo concreto", quer dizer, para os "muitos capitais" — em outras palavras, para a concorrência capitalista. Pois, uma vez que o problema pode ser reduzido à questão do valor ou da transferência de valor, não há limite de nenhuma espécie, em termos puramente econômicos, *para esse processo do crescimento da acumulação de capital à custa de outros capitais, para a expansão do capital através da acumulação e desvalorização conjugadas de capitais, através da unidade e contradição dialéticas entre a*

[52] "A irregularidade do desenvolvimento no que diz respeito a indústrias foi um dos traços distintivos do período" (da Revolução Industrial na Grã-Bretanha). DOBB, Maurice. *Op. cit.* p. 258.

concorrência e a concentração. Nesse sentido, os limites ao processo de crescimento capitalista — do ponto de vista puramente econômico — são sempre apenas temporários, pois enquanto eles se desenvolvem justamente a partir das condições de uma diferença no nível de produtividade, podem inverter essas condições. As zonas industriais florescem às expensas das regiões agrícolas, mas sua expansão se vê limitada exatamente pelo fato de que sua mais importante "colônia interna" está condenada à estagnação relativa; mais cedo ou mais tarde, portanto, as primeiras procurarão superar esse limite recorrendo a uma "colônia externa". Ao mesmo tempo, todavia, a relação "zona industrial-região agrícola" não permanece eternamente congelada sob o capitalismo. Se ela proporcionar um novo estímulo ao processo de crescimento (a possível fonte de tal estímulo já foi descrita no capítulo 2; retornaremos ao problema no decorrer deste livro), não haverá motivo pelo qual uma zona que se industrializou cedo não se transforme numa área relativamente atrasada ou que um antigo distrito agrícola não se torne uma área de concentração industrial. Em sua época Marx já havia percebido esta possibilidade, quando não passava, no máximo, de um fenômeno marginal ou manifesto apenas em seus primeiros passos. Ele chamou a atenção para a reorientação da produção ocasionada pelas mudanças nas comunicações e nos custos de transporte:[53]

> "A melhoria dos meios de comunicação e de transporte reduz em termos absolutos o período de deslocamento das mercadorias, mas não elimina a diferença relativa no tempo de circulação dos diferentes capitais-mercadorias nascida de seus deslocamentos, nem a das diferentes partes do mesmo capital-mercadoria que se encaminham a diferentes mercados. Os barcos a vela e a vapor aperfeiçoados, por exemplo, que abreviam as viagens, fazem-no tanto para portos próximos quanto para portos distantes. A diferença relativa permanece, embora freqüentemente diminuída. No entanto, as diferenças relativas podem ser deslocadas pelo desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação de uma forma que não corresponde às distâncias geográficas. Por exemplo, uma ferrovia que conduza de uma área de produção a um centro populacional do interior pode fazer aumentar a distância, em termos absolutos ou relativos, até um ponto mais próximo mas aonde não cheguem os trilhos, em comparação com o outro, geograficamente mais distante. Da mesma maneira, as mesmas circunstâncias podem alterar a distância relativa entre as áreas de produção e os maiores mercados, o que explica a deterioração de antigos centros de produção e o despontar de novos, devido a mudanças nos meios de comunicação e transporte. (A isso deve-se acrescentar a particularidade de que longos trajetos são relativamente mais baratos do que os trajetos curtos.)"[54]

O efeito das ferrovias e navios a vapor no século XIX foi igualado pelo efeito do transporte aéreo, das rodovias e do sistema de containers após a Segunda Guerra Mundial: convulsões freqüentes nos custos relativos de transporte levaram à ascensão de alguns centros de produção e ao declínio de outros.[55] Exatamente da mesma maneira, os ramos principais da indústria, que através de sua composi-

[53] Em seu artigo "International Trade and the Rate of Economic Growth", in: *Economic History Review*, Segunda Série, v. XII, n.° 3, abril de 1960, p. 352, Kenneth Berryl assinala com justeza que em alguns países subdesenvolvidos a preferência pela exportação de bens para o estrangeiro, em lugar de produzi-los para o mercado interno, *pode* ser explicada pelo fato de que o transporte marítimo é muito mais barato do que o terrestre. Obviamente, essa é apenas uma razão adicional àquelas apontadas acima, para o fato de que a produção de *mercadorias* nesses países se desenvolve, em primeiro lugar e antes de mais nada, para o mercado mundial.

[54] MARX. *Capital*. v. 2, p. 253.

[55] A chamada "indústria marítima do aço" da Europa ocidental, por exemplo, tornou-se lucrativa, isto é, possível, unicamente porque gigantescos petroleiros e cargueiros mostraram-se capazes de transportar petróleo e minério de ferro tão barato por longas distâncias que a Europa ocidental conseguiu fazer frente a qualquer vantagem de custo possuída pelos centros siderúrgicos localizados nas vizinhanças de depósitos nacionais de carvão, assim que o carvão se tornou mais caro que o petróleo.

ção orgânica de capital acima da média obtêm uma transferência de valor à custa de outros ramos, podem gradativamente cair abaixo do nível social médio de produtividade do trabalho se, no decorrer de uma revolução tecnológica nos métodos industriais ou fontes de energia, provarem ser menos capazes de rápida adaptação à nova tecnologia.

Exemplos dessa inversão de papéis de regiões[56] podem ser encontrados no relativo declínio de zonas de antiga industrialização tais como a Nova Inglaterra, nos Estados Unidos; a Escócia, o País de Gales e o norte da Inglaterra, na Grã-Bretanha; Nord/Pas-de-Calais e Haute-Loire, na França; e a Valônia, na Bélgica. A região do Ruhr na Alemanha Ocidental encontra-se parcialmente ameaçada por um desenvolvimento similar. Exemplos das mudanças de papéis de ramos da indústria podem ser descobertos no relativo declínio dos setores da indústria têxtil dedicados ao processamento de fibras naturais, na indústria do carvão e potencialmente na indústria do aço.[57] Não há dúvida de que tal reversão de papéis regionais ocorreu no início da própria Revolução Industrial. Uma investigação das causas desses deslocamentos, que nunca foram simplesmente redutíveis a problemas de recursos naturais, constituiria um tema gratificante para a história econômica marxista. Crouzet e Woronoff publicaram uma interessante análise acerca das origens do declínio de Bordéus, a metrópole do capitalismo mercantil e manufatureiro na França pré-revolucionária. Em acréscimo aos fatores mencionados por Marx — mudanças nos sistemas de transporte e comunicação e alterações de mercados — nesse caso ocorreram, acima de tudo, mudanças nas fontes principais das taxas de superlucro (anteriormente, o comércio de mercadorias coloniais das Índias Ocidentais; a seguir, as indústrias de crescimento tecnológico, sobretudo a indústria têxtil) e a especialização excessiva de uma burguesia regional num mundo empresarial e num ramo há muito estabelecido, o que tornou impossível uma rápida reconversão do mesmo. A posição geográfica pouco favorável do sudoeste e os efeitos do bloqueio britânico e do sistema continental durante as guerras napoleônicas também contribuíram para o declínio da cidade.[58]

Um elemento crucial, entretanto, na totalidade do processo de crescimento baseado no desenvolvimento desigual de países, regiões e ramos da indústria, diz respeito ao mecanismo que o coloca em movimento. Que espécie de estímulo é necessário para perturbar uma forma determinada de justaposição de desenvolvimen-

[56] Walter Izard e John H. Cumberland aplicaram a estimativa insumo-produção de Leontief às relações inter-regionais em 1958 e por esse meio forneceram-nos o instrumental necessário para a exposição formal das desigualdades do desenvolvimento regional. Naturalmente esses instrumentos, em si mesmos, não podem revelar a base causal e estrutural para o subdesenvolvimento de certas regiões, nem calcular plenamente o volume do valor transferido. IZARD, Walter e CUMBERLAND, John H. "Regional Input-Output Analysis". In: *Bulletin de l'Institut International de Statistique*. Estocolmo, 1958.

[57] Tem havido um rápido crescimento na literatura acerca das "diferenças regionais nos níveis de renda e prosperidade" nos vários Estados europeus; limitar-nos-emos, aqui, a uma menção das "Regional Statistics" publicadas pela CEE [Comunidade Econômica Européia] em 1971. Elas mostram que na Itália em 1968, por exemplo, o emprego industrial na Sardenha, no extremo sul e nos Abruzzos foi de menos de 30% da população ativa, enquanto a média para o conjunto da Itália já era de mais de 41% (p. 47). No mesmo ano, na Alemanha Ocidental, a Renânia-Palatinado, com 6% da população, recebia apenas 3,9% dos créditos bancários, enquanto na França o oeste e o leste, com um total de 22,4% da população, recebia 14% dos créditos bancários (p. 202-203). O produto interno bruto *per capita* no "mais próspero" Estado da República Federal Alemã (Hamburgo) era mais de duas vezes maior que o do "mais pobre" Estado (Schleswig-Holstein). O mesmo é verdade, na Bélgica, quanto à diferença entre a província de Luxemburgo e o distrito de Bruxelas, enquanto na Itália a diferença entre o distrito de Molise e a Lombardia era de quase um para três (p. 211-214). No sul dos Países Baixos o número de médicos por 1 000 habitantes mal chegava à metade da proporção encontrada nos distritos de Amsterdam e de Utretch. Na região de Drenthe o consumo particular de energia por família era menos da metade do consumo no distrito de Utretch. No Nord/Pas-de-Calais havia apenas a metade do número de leitos de hospital por 1 000 habitantes que na Provence e na Cote d'Azur. Mesmo na Baviera o consumo particular de eletricidade por habitante era apenas metade que o de Hamburgo (p. 215-218) e assim por diante. Na Espanha, é claro que essas discrepâncias são muito maiores.

[58] Ver WORONOFF, A. D. "Les Bourgeoisies Immobiles du Sud-Ouest". In: *Politique Aujourd'hui*. Janeiro de 1971.

to e subdesenvolvimento, guiá-la numa direção diferente ou revolucioná-la? Que fatores podem causar uma modificação abrupta das diferenças em níveis de produtividade? Que novo impulso repentino leva uma fase de superacumulação relativa e relativo excesso de capital — e, portanto, diminuição do ritmo de acumulação e dificuldades crescentes para a valorização do capital total acumulado — a dar uma guinada para um período de valorização acelerada e, conseqüentemente, de acumulação acelerada e crescimento econômico acelerado?

A exemplo da questão das fontes de superlucro no modo de produção capitalista, esses problemas tampouco podem ser solucionados com uma única fórmula. Também nesse caso devem ser consideradas todas as variáveis básicas desse modo de produção. Sobretudo, é preciso não esquecer que a exploração de regiões agrícolas, a exploração de colônias e semicolônias e a exploração dos ramos de produção tecnologicamente menos desenvolvidos não se limitam a suceder-se temporalmente como fontes principais de superlucros, mas que, além disso, coexistem lado a lado em cada uma das três fases do modo de produção capitalista. Uma clarificação dessas combinações torna-se indispensável para uma compreensão do capitalismo tardio.

4

"Ondas Longas" na História do Capitalismo

O andamento cíclico do modo de produção capitalista ocasionado pela concorrência manifesta-se pela expansão e contração sucessivas da produção de mercadorias, e conseqüentemente da produção de mais-valia. Corresponde a isso um movimento cíclico adicional de expansão e contração na realização de mais-valia e na acumulação de capital. Em termos de ritmo, volume e proporções, a realização de mais-valia e a acumulação de capital não são inteiramente idênticas entre si, e tampouco são iguais à produção de mais-valia; as discrepâncias entre esta última e a realização, e entre a realização da mais-valia e a acumulação de capital, proporcionam a explicação das crises capitalistas de superprodução. O fato de que tais discrepâncias não possam de maneira alguma ser atribuídas ao acaso, mas derivem das leis internas do modo de produção capitalista, é a razão para a inevitabilidade das oscilações conjunturais do capitalismo.[1]

Os movimentos ascendente e descendente da acumulação de capital no decorrer do ciclo econômico podem ser caracterizados da maneira apresentada a seguir. Num período de oscilação ascendente, há um acréscimo tanto na massa quanto na taxa de lucros, e um aumento tanto no volume quanto no ritmo de acumulação. Ao contrário, numa crise e no período subseqüente de depressão, a massa e a taxa de lucros declinarão, e o mesmo acontecerá ao volume e ao ritmo da acumulação de capital. O ciclo econômico consiste, assim, na *aceleração e desaceleração sucessivas da acumulação.*

Por ora, nossa investigação não se preocupará com a medida em que o crescimento e o declínio da *massa de lucros* e da *taxa* de lucros sejam idênticos entre si ou apenas congruentes, durante as fases sucessivas do ciclo. O problema será abordado no contexto de nosso exame do ciclo econômico no capitalismo tardio (ver o capítulo 14).

Durante a fase de oscilação ascendente, a acumulação de capital se acelera. Todavia, quando esse movimento atinge determinado ponto, torna-se difícil assegurar a valorização da massa total de capital acumulado; a queda na taxa de lucros é o indício mais claro dessa linha divisória. A idéia de superacumulação refere uma

[1] No cap. XI de *Marxist Economic Theory* tentamos resumir as diversas teorias acadêmicas e marxistas do ciclo econômico, apresentando as razões pelas quais esse ciclo é inevitável no quadro de referência do modo de produção capitalista.

situação em que uma parcela do capital acumulado só pode ser investida a uma *taxa de lucros* inadequada, e, em proporção crescente, apenas a uma taxa declinante de juros.[2] O conceito de superacumulação não é jamais absoluto, mas sempre relativo: não há nunca capital "em demasia", em termos absolutos; há muito capital em disponibilidade para que se atinja a taxa média social de lucros esperada.[3]

Ao contrário, na fase da crise e da subseqüente depressão, o capital é desvalorizado e parcialmente destruído, em termos de valor. O subinvestimento ocorre nesse período, ou, em outras palavras, investe-se menos capital que o montante apto a se expandir ao nível dado de produção de mais-valia e à taxa média de lucros dada (em ascensão). Como sabemos, esses períodos em que o capital está desvalorizado e subinvestido têm precisamente a função de elevar mais uma vez a taxa média de lucros de toda a massa de capital acumulado, o que por seu turno permite a intensificação da produção e da acumulação de capital. Assim, a totalidade do ciclo econômico capitalista aparece como o encadeamento da acumulação acelerada de capital, da superacumulação, da acumulação desacelerada de capital e do subinvestimento.[4] O aumento, queda e revitalização da taxa de lucros tanto correspondem aos movimentos sucessivos da acumulação de capital, como os comandam.

A questão agora se coloca por si mesma: esse movimento cíclico é simplesmente repetido a cada 10, 7 ou mesmo 5 anos, ou há uma dinâmica interior característica à sucessão de ciclos econômicos ao longo de períodos mais extensos? Antes que respondamos a essa pergunta à luz dos dados empíricos, devemos examiná-la do ponto de vista teórico.

Marx determinou a extensão do ciclo econômico pela duração do tempo de rotação necessário à reconstrução da totalidade do capital fixo.[5] Em cada ciclo de produção ou em cada ano só é renovada uma parcela do valor do componente fixo do capital constante, isto é, principalmente da maquinaria; decorrem vários anos, ou ciclos de produção sucessivos, para se completar essa reconstrução do valor do capital fixo. Na prática, a maquinaria não é renovada em 1/7 ou 1/10 a cada ano, o que implicaria a sua total reconstrução ao fim de 7 ou 10 anos. Em vez disso, o processo real de reprodução do capital fixo toma a forma de simples reparos nessas máquinas durante os 7 ou 10 anos, findos os quais elas são substituídas por novas máquinas em um só lance.[6]

Na teoria de Marx sobre os ciclos e as crises, essa renovação do capital fixo não apenas explica a extensão do ciclo econômico, mas também o momento decisivo subjacente à *reprodução ampliada* como um todo, o momento da oscilação ascendente e da aceleração da acumulação de capital.[7] Porque é a renovação do capital fixo que determina a atividade febril, na fase de alta repentina. Diga-se de passagem que, ao salientar esse ponto crucial, Marx antecipou-se a toda a moderna teoria acadêmica dos ciclos que, como sabemos, vê na atividade de investimento

[2] Henryk Grossmann (*Op. cit.*, p. 118 *et seqs.*) emprega nesse sentido a idéia de "superacumulação", embora não diretamente em relação ao ciclo industrial. Marx a utiliza dessa maneira em *Capital*. v. 3, p. 251.

[3] "No entanto, mesmo sob as condições extremas de que partimos, essa superprodução absoluta de capital não é uma superprodução absoluta de meios de produção. É superprodução de meios de produção somente na medida em que estes *funcionem como capital*, e portanto incluam uma auto-expansão do valor, isto é, devam produzir um valor adicional em proporção à massa acrescida." MARX. *Capital*. v. 3, p. 255.

[4] Cf. BOCCARA, Paul. "La crise du capitalisme monopoliste d'Etat et les luttes des travailleurs". In: *Economie et Politique*. n.º 185, dezembro de 1969. p. 53-57, onde ele se refere a um ciclo de superacumulação e desvalorização do capital.

[5] MARX. *Capital*. v. 2, p. 185.

[6] *Ibid.*, p. 170 *et seqs.*

[7] Marx: "Mas uma crise sempre constitui o ponto de partida para novos e amplos investimentos. Por conseguinte, do ponto de vista da sociedade como um todo, é mais ou menos uma nova base material para o próximo ciclo de rotação". *Capital*. v. 2, p. 186. Ver também *Capital*. v. 1, p. 632-633.

dos empresários o estímulo principal para o movimento ascendente do ciclo.

O elemento característico no modo de produção capitalista, entretanto, é o fato de que cada novo ciclo de reprodução ampliada começa com máquinas diferentes das do ciclo anterior. No capitalismo, sob o látego da concorrência e da busca permanente de superlucros, são feitos esforços contínuos para diminuir os custos de produção e baratear o valor das mercadorias mediante inovações técnicas:

> "A produção a serviço do valor e da mais-valia traz implícita, como se mostrou no decorrer de nossa análise, a tendência constante para reduzir o tempo de trabalho necessário à produção de uma mercadoria, isto é, o seu valor, a um limite inferior à média social vigente em cada momento. A tendência a reduzir o preço de custo a seu mínimo torna-se a alavanca mais poderosa para a intensificação da produtividade social do trabalho, a qual, entretanto, só aparece sob esse regime como uma intensificação constante na produtividade do capital".[8]

A renovação do capital fixo implica, assim, *renovação a um nível mais alto de tecnologia*, e isso num sentido tríplice.

Em primeiro lugar, o valor das máquinas mais novas constituirá uma parte componente maior do capital total investido, isto é, a lei da crescente composição orgânica do capital prevalecerá nesse caso. Em segundo lugar, as máquinas mais novas serão compradas unicamente se o custo de aquisição e os valores que elas deverão transmitir ao processo produtivo em marcha não criarem obstáculos aos esforços do "capitalista para conseguir um lucro, isto é, se a poupança em trabalho vivo *pago* exceder os custos adicionais do capital fixo ou, mais precisamente, do capital constante total".[9] Em terceiro lugar, as máquinas só serão compradas se não apenas pouparem trabalho, mas também pressionarem os custos totais de produção para um nível inferior à média social, isto é, somente se elas representarem uma fonte de superlucros ao longo de todo o período de transição — até que essas novas máquinas determinem a produtividade *média* do trabalho em determinado ramo da produção.

No entanto, o problema do acréscimo na composição orgânica do capital, isto é, o processo de reprodução ampliada a um nível técnico mais elevado, não deve ser reduzido simplesmente ao problema da composição do valor do capital em termos de capital constante e variável. Como Grossmann explica com justeza, em referência a Marx,[10] o conceito de composição orgânica do capital inclui um componente tecnológico e um componente de valor, e mais especificamente uma correlação entre esses dois componentes (a composição do valor é *determinada* pela composição tecnológica).[11] Isso quer dizer que, para ser posta em movimento, certa *massa* de maquinaria requer certa *massa* de matérias-primas e materiais auxiliares, bem como certa *massa* de força de trabalho, *independentemente* dos valores imanentes dessas massas.[12] Tais proporções não dependem do valor da maquinaria, mas de sua natureza técnica. Por outro lado, entretanto, a massa da maquinaria empregada depende da tecnologia de base que é utilizada, e não apenas do volume ampliado de capital fixo. Para os propósitos de uma transição de um processo técnico menos produtivo a um mais produtivo, muitas vezes é suficiente a introdução de pequenos aperfeiçoamentos na maquinaria, melhor organização e um ritmo acelerado de trabalho ou matérias-primas melhores e mais baratas. No entan-

[8] MARX. *Capital*. v. 3, p. 859.
[9] MARX. *Capital*. v. 3, p. 262.
[10] MARX. *Capital*. v. 1, p. 612.
[11] GROSSMANN. *Op. cit.*, p. 326-334.
[12] MARX. *Capital*. v. 3, p. 243.

to, para se *reorganizar completamente* o processo técnico tornam-se necessárias novas máquinas, que devem ter sido projetadas numa fase anterior; muitas vezes são requeridos novos materiais, sem os quais os novos ramos de produção não podem vir a existir; são necessários saltos qualitativos na organização do trabalho e nas formas de energia, no estilo, por exemplo, da introdução da esteira transportadora, ou das máquinas transferidoras automáticas. Em outras palavras, deve-se fazer uma distinção entre duas formas diferentes da reprodução ampliada do capital fixo. Na primeira forma, ocorre certamente uma expansão da escala produtiva, um capital adicional (constante e variável) é despendido e aumenta efetivamente a composição orgânica do capital — mas tudo isso ocorre sem que haja uma *revolução na tecnologia*, que afete a totalidade do aparelho social de produção; na segunda forma, há não somente uma expansão, mas uma *renovação fundamental* da tecnologia produtiva, ou do capital fixo, que acarreta uma alteração qualitativa na produtividade do trabalho.[13]

Sob condições normais da realização da mais-valia e da acumulação do capital, a reprodução ampliada do capital fixo a cada 7 ou 10 anos será caracterizada pelo fato de que o capital liberado no decorrer dos sucessivos ciclos de produção para a compra ou manutenção de novas máquinas aumenta a uma porção de valor $M\beta$. Se a massa total de mais-valia no decorrer do ciclo de 10 anos for indicada como $M = M\alpha + M\beta + M\gamma$, então $M\alpha$ representará a mais-valia consumida improdutivamente pelos capitalistas e seus dependentes, e $M\gamma$, o capital circulante adicional liberado pelos dez ciclos anuais sucessivos de produção — que, por sua vez, se divide em capital adicional variável, para a compra de força de trabalho adicional, e capital constante circulante adicional, para a permanente introdução de matérias-primas adicionais na produção. A terceira parcela componente de M, $M\beta$, será o capital fixo adicional progressivamente liberado, e que pode ser utilizado tanto para a compra de *mais* maquinaria, quanto para a compra de máquinas *mais caras* e mais modernas.

A relação entre $M\beta$ e Cf, entre o capital adicional fixo e o capital fixo existente, constitui a taxa de crescimento do capital fixo, ΔCf, ou a *taxa de aumento no valor do estoque social de maquinaria*. O nível dessa taxa de expansão permite-nos definir períodos de vagarosa ou rápida renovação tecnológica.[14] É claro que essas magnitudes devem sempre ser entendidas em *termos de valor*. Evidentemente, o fundo de amortização do capital fixo já existente Cf também pode ser utilizado para a compra de maquinaria, mas nunca até um valor mais alto que o da maquinaria anteriormente adquirida (pelo menos na medida em que estejamos lidando com um fundo de amortização efetivo, e não com lucros encobertos).

Comecemos do fato de que uma mudança básica na tecnologia produtiva determina um gasto adicional considerável de capital fixo — entre outros aspectos, pela criação de novos locais e novos instrumentos de produção, além dos instrumentos adicionais de produção que os processos de produção existentes podem gerar nos casos de acumulação "normal". Em outras palavras, a mudança tecnológica determina uma taxa muito elevada de $M\beta/Cf$. Cada período de inovação técni-

[13] MARX. *Capital*. v. 1, p. 629. "São reduzidas as pausas intermediárias, nas quais a acumulação trabalha como simples extensão da produção, em determinada base técnica".

[14] Apesar disso, com uma aceleração importante da inovação tecnológica, os aperfeiçoamentos da tecnologia produtiva *em andamento*, através de substituições parciais de maquinaria, podem desempenhar papel cada vez mais destacado, diminuindo a importância de $M\beta$ na elevação da produtividade do trabalho. Nick chega a considerar esse aspecto como um dos marcos de uma "revolução tecnológico-científica". (NICK, Harry. *Technische Revolution und Ökonomie der Produktionsfonds*. Berlim, 1967. p. 17-18.) No cap. 7 voltaremos a examinar esse conjunto de problemas.

ca radical aparece, dessa maneira, como um período de *repentina aceleração da acumulação de capital.*[15]

Nesse quadro, o subinvestimento periódico de capital no curso cíclico do modo de produção capitalista passa a englobar uma função dupla: não apenas expressa o inevitável colapso periódico da taxa média de lucros, mas, ao fazê-lo, começa também a frear o declínio. Mais ainda, cria um histórico *fundo de reserva do capital,* de onde podem ser retirados os meios para a acumulação *adicional,* requeridos além da reprodução ampliada "normal", de maneira a permitir uma renovação fundamental na tecnologia produtiva. Isso pode ser exprimido de forma ainda mais clara: sob condições "normais" de produção capitalista, os valores liberados ao fim de *um* ciclo de 7 ou 10 anos são certamente suficientes para a compra de mais máquinas, e máquinas mais caras, que as em uso no início desse ciclo. No entanto, eles não bastam para a aquisição de uma tecnologia produtiva fundamentalmente renovada, em especial no Departamento I, onde uma renovação de tal gênero vem geralmente ligada à criação de instalações produtivas completamente novas. Só os valores liberados para a aquisição de capital fixo adicional em *vários* ciclos sucessivos permitem que o processo de acumulação dê tal salto qualitativo. A repetição cíclica de períodos de subinvestimento preenche a função objetiva de liberar o capital necessário para essa modalidade de revolução tecnológica — mas isso, em si mesmo, não explica os motivos para a ocorrência de revoluções tecnológicas radicais em alguns períodos, e não em outros. A existência de um longo período de subinvestimento é justamente a expressão do fato de que algum capital adicional estava certamente disponível, mas não era investido ou gasto. O problema real é, por isso, o de explicar por que motivo, em determinado momento, esse capital adicional é despendido em escala maciça, depois de permanecer ocioso por um longo período. A resposta é evidente: apenas um *repentino aumento na taxa de lucros* pode explicar o investimento em massa de capitais excedentes — assim como uma queda prolongada na taxa de lucros (ou o medo de que a mesma decline ainda mais vertiginosamente) pode explicar o ócio desse capital ao longo de muitos anos.[16] Às vésperas de uma nova maré montante da acumulação de capital, poderíamos registrar o aparecimento de uma série de fatores, que tornam possível um aumento repentino na taxa média de lucros *além dos resultados periódicos da desvalorização de capital ocorrendo no curso da crise.*

Os fatores relevantes são os seguintes:

1) Uma queda súbita na composição orgânica média do capital, em resultado, por exemplo, de uma penetração maciça do capital em esferas (ou países) com uma composição orgânica bastante baixa.

2) Um aumento repentino na taxa de mais-valia, em resultado, por exemplo,

[15] "Um fluxo de novo conhecimento conduz a uma mudança permanente na função de produção para cada mercadoria. Isso pode assumir inúmeras formas. Alguns progressos, particularmente aqueles que se originam na ciência de base, afetam toda a natureza da função de produção, na medida em que os processos básicos de uma indústria passam por uma mudança radical. Outros progressos conduzem a aperfeiçoamentos nos métodos básicos existentes." SALTER, W. E. G. *Productivity and Technical Change.* Cambridge, 1960. p. 21.

[16] Kondratieff também anunciou as condições prévias que julgou necessárias para uma repentina expansão da acumulação de capital. Eram: "1) Elevada intensidade da atividade de poupança; 2) suprimento barato e relativamente abundante de capital de empréstimo; 3) sua acumulação nas mãos de empresas poderosas e centros financeiros; 4) baixo nível dos preços de mercadorias, estimulando a atividade de poupança e o investimento de capital a longo prazo". (*Die Preisdynamik,* p. 37). A fraqueza dessa explicação é evidente: todos esses fenômenos ocorrem justamente nas fases de subinvestimento (por exemplo, entre 1933/38 nos Estados Unidos) sem que isso acarrete uma rápida renovação tecnológica. Kondratieff descuidou completamente do papel crucial, em termos estratégicos, desempenhado pela taxa de lucros.

de um aumento na intensidade do trabalho decorrente de uma derrota radical e da atomização da classe operária, o que a impossibilita de utilizar condições vantajosas no mercado de trabalho para elevar o preço da mercadoria força de trabalho, e a obriga a vender essa mercadoria abaixo de seu valor mesmo num período de prosperidade econômica.

3) Uma queda súbita no preço dos componentes do capital constante, especialmente das matérias-primas, o que é comparável, em seus efeitos, a um súbito declínio da composição orgânica do capital, ou uma queda repentina no preço do capital fixo devido a um progresso revolucionário na produtividade do trabalho do Departamento I.

4) Uma diminuição repentina do tempo de rotação do capital circulante, em decorrência do desenvolvimento pleno de novos sistemas de transporte e comunicações, métodos aperfeiçoados de distribuição, rotação acelerada de estoque, e assim por diante.

Nesse ponto, dois processos devem ser separados temporal e conceitualmente. Por um lado, há o processo que permite a elevação da taxa média de lucros, e por assim dizer dá impulso a essa elevação, ocasionando um investimento maciço de capital anteriormente ocioso; por outro lado, há o processo que se desenvolve a partir desse investimento maciço de capital antes ocioso.

Se os fatores desencadeantes forem tais, por sua natureza e volume, que seus efeitos possam ser neutralizados com rapidez pelo aumento na massa de capital acumulado, a taxa média de lucros deverá aumentar apenas por um breve período. Nesse caso, a aceleração do ritmo da acumulação de capital será travada bruscamente e dará lugar, após curta interrupção, a um subinvestimento renovado. Isso ocorreu, por exemplo, em diversos países imperialistas durante e imediatamente após a Primeira Guerra Mundial. Se, ao contrário, por sua natureza e volume, os fatores desencadeantes forem tais que seus efeitos não possam ser neutralizados pelas conseqüências imediatas do acréscimo repentino na acumulação de capital, toda a massa de capital antes não investida será progressivamente arrastada para o sorvedouro da acumulação. Torna-se então possível conseguir uma revolução maciça e universal na produção de tecnologia, e não apenas uma renovação parcial e moderada. Isso sucederá, em particular, se *diversos fatores estiverem simultânea e cumulativamente* contribuindo para um aumento na taxa média de lucros.

Nos capítulos anteriores já salientamos rapidamente as causas que conduziram a esse gênero de expansão duradoura na taxa média de lucros nos anos 90 do século passado: o repentino investimento maciço, nas colônias, do excesso de capital exportado dos países metropolitanos, acarretando simultaneamente uma queda considerável na composição orgânica do capital mundial e um súbito decréscimo no preço do capital constante circulante, que se combinaram para afetar a taxa média de lucros.[17]

Podem ser registrados pelo menos dois outros períodos na história do capitalismo em que tenha ocorrido um momento assim abrupto na taxa de lucros. O primeiro situa-se em meados do século XIX, logo em seguida à irrupção da Revolução de 1848. O fator desencadeante decisivo parece ter sido, nesse caso, uma expansão radical na taxa de mais-valia, devido a um aumento radical na produtividade média do trabalho na indústria de bens de consumo, isto é, devido a uma eleva-

[17] Ver, entre outras coisas, a nota 13 do cap. 3.

ção radical na produção de mais-valia relativa. O segundo ocorreu às vésperas ou no início da Segunda Guerra Mundial; similarmente, foi determinado por um aumento radical na taxa de mais-valia, tornado possível nessa ocasião, entretanto, por uma alteração radical na relação de forças entre as classes. Os efeitos dessa alteração foram prolongados por uma elevação radical na intensidade do trabalho e se combinaram com uma queda no preço, primeiro do capital constante circulante devido à penetração da tecnologia mais avançada nas esferas produtoras de matérias-primas, e depois do capital constante fixo, em decorrência de um aumento repentino na produtividade do trabalho na indústria de construção de maquinaria. No próximo capítulo voltaremos às causas e efeitos concretos desse aumento na taxa de mais-valia imediatamente antes e no decorrer da Segunda Guerra Mundial.

Em que consistem, então, essas "revoluções na tecnologia como um todo" que descrevemos como fases do reingresso do capital ocioso no processo de valorização, determinado por um aumento súbito na taxa média de lucros? No capítulo XV do volume 1 de *O Capital*, Marx distingue três partes essencialmente diversas em toda a maquinaria desenvolvida: maquinaria motriz, maquinaria de transmissão e máquinas-ferramentas ou de trabalho.[18] Naturalmente, a evolução e transformação das duas últimas dependem, até certo ponto, do desenvolvimento das máquinas motrizes, que corporificam o elemento decisivamente dinâmico do conjunto:

> "O aumento no tamanho da máquina, e no número de ferramentas com que opera, exige um mecanismo motor mais potente, e esse mecanismo requer, para vencer sua própria resistência, uma força motriz mais potente que a humana; sem falar no fato de que o homem é um instrumento muito imperfeito para a produção de movimento uniforme e contínuo".[19] E mais adiante: "Todo sistema de maquinaria, seja baseado na simples cooperação de máquinas similares, como ocorre nas fábricas de tecelagem, ou na combinação de máquinas diferentes, como nas fábricas de fiação, constitui em si mesmo um grande autômato, sempre que esteja impulsionado por um motor que não receba força de outra fonte motriz".[20]

A produção de "máquinas motrizes", isto é, de produtores mecânicos de energia, pelas máquinas e não mais por artesãos, é o movimento determinante na formação de um "sistema organizado de máquinas", na colocação de Marx. Essa produção de máquinas, e em primeiro lugar de máquinas motrizes, por intermédio de outras máquinas é a pré-condição histórica para uma mudança radical na tecnologia: "Em determinado estágio de seu desenvolvimento, a indústria moderna se tornou tecnologicamente incompatível com a base que lhe fornecia o artesanato e a manufatura", isto é, com a produção artesanal ou manufatureira das próprias máquinas.

> "A indústria moderna teve portanto de apoderar-se da máquina, seu meio caracterís-

[18] Usher critica essa definição das máquinas, que Marx obteve de Ure e Babbage, sugerindo que tal caracterização omite o critério crucial do progresso na maquinaria, que é a criação de combinações cada vez "mais elegantes" (presumivelmente significando "cada vez mais poupadoras de trabalho") de elementos diferentes num "trem" indiviso e automotriz. (USHER, A. P. *A History of Mechanical Inventions*. Harvard, 1954. p. 116-117.) Nesse caso Usher parece ter esquecido que Marx descreveu inicialmente a gênese histórica e o desenvolvimento da máquina (*Capital*. v. 1, p. 378 *et seqs.*) de tal maneira que pôde, em seguida, colocar com bastante clareza a ênfase na *combinação* mútua de partes de maquinaria ou de máquinas diferentes: "Um sistema orgânico de máquinas, movidas por meio de um mecanismo de transmissão impulsionado por um autômato central, representa a mais desenvolvida forma de produção por meio de maquinaria". (*Ibid.*, p. 381.) O próprio Babbage não estava menos consciente desse aspecto, pois sua mente brilhante dedicava-se, um século antes dos inícios reais da automação, ao projeto de um mecanismo automático de cálculo que deveria conduzir essa noção da combinação articulada de todas as partes componentes a seu mais alto grau de desenvolvimento.

[19] MARX. *Capital*. v. 1, p. 376.

[20] *Ibid.*, p. 381.

tico de produção, e construir máquinas por meio de máquinas. Foi só depois que isso ocorreu que ela criou para si mesma uma base técnica adequada e se ergueu sobre seus próprios pés. Nas primeiras décadas desse século a maquinaria, cada vez mais difundida, foi progressivamente se apropriando da fabricação de máquinas-ferramentas. Mas foi apenas no decorrer da década anterior a 1866 que a construção de estradas de ferro e transatlânticos, numa escala monumental, *provocou a criação das máquinas ciclópicas* atualmente empregadas na construção dos mecanismos motores."[21]

As revoluções fundamentais na tecnologia energética — a tecnologia da produção de máquinas motrizes por máquinas — aparecem assim como o momento determinante nas revoluções da tecnologia como um todo. A produção mecânica de motores a vapor desde 1848; a produção mecânica de motores elétricos e a combustão desde os anos 90 do século XIX; a produção por meio de máquinas de aparelhagem eletrônica e da que utiliza energia atômica desde os anos 40 do século XX — tais foram as três revoluções gerais na tecnologia engendradas pelo modo de produção capitalista desde a Revolução Industrial "original", da segunda metade do século XVIII.

Uma vez que tenha ocorrido uma revolução na tecnologia de máquinas motrizes produtivas por meio da maquinaria, todo o sistema de máquinas é progressivamente transformado. Como explica Marx:

"Uma alteração radical no modo de produção em um ramo da indústria acarreta uma mudança similar em outras esferas. Isso acontece de início naqueles ramos industriais que, embora isolados pela divisão social do trabalho, de tal forma que cada um deles produz uma mercadoria diferente, estão, apesar disso, ligados entre si como fases separadas de um processo. Assim, o surgimento da fiação mecânica fez da tecelagem mecânica uma necessidade, e ambas tornaram imperativa a revolução químico-mecânica no branqueamento, na estampagem e no tingimento. Analogamente, a revolução da fiação do algodão determinou a invenção do descaroçador, para separar da fibra de algodão o caroço; foi unicamente graças a esse invento que a produção algodoeira se tornou possível na enorme escala hoje requerida. Mais particularmente, a revolução nos modos de produção da indústria e da agricultura tornou necessária uma revolução nas condições gerais do processo social de produção, isto é, nos meios de comunicação e de transporte. Numa sociedade cujo eixo, para utilizar uma expressão de Fourier, era a agricultura em pequena escala com suas indústrias domésticas subsidiárias, bem como os ofícios manuais urbanos, os meios de comunicação e transporte eram a tal ponto inadequados às exigências produtivas do período manufatureiro — com sua ampliada divisão social do trabalho, sua concentração dos instrumentos de trabalho e dos trabalhadores e seus mercados coloniais — que tiveram de ser efetivamente revolucionalizados. Da mesma maneira, os meios de comunicação e transporte legados pelo período manufatureiro logo se tornaram travas insuportáveis para a indústria moderna, com sua impetuosidade febril de produção, suas proporções gigantescas, seu deslocamento constante de capital e trabalho de uma esfera de produção para outra e suas ligações recém-criadas com os mercados do mundo todo. Por isso — mesmo descartadas as mudanças radicais introduzidas na construção de embarcações a vela —, os meios de comunicação e transporte foram gradativamente adaptados aos modos de produção da indústria mecânica, mediante a criação de um sistema de vapores fluviais, ferrovias, transatlânticos e telégrafos".[22]

Não é difícil fornecer elementos para mostrar que cada uma das três revoluções fundamentais na produção mecanizada de fontes de energia e máquinas motrizes transformou progressivamente toda a tecnologia produtiva da economia glo-

[21] *Ibid.*, p. 384-385. (Os grifos são nossos. E. M.)
[22] *Ibid.*, p. 383-384.

bal, inclusive a tecnologia dos sistemas de transporte e comunicações.[23] Considerem-se, por exemplo, os vapores transatlânticos e locomotivas diesel, os automóveis e as radiocomunicações na época dos motores elétricos e a combustão; e os aviões de transporte a jato, as redes de comunicação por televisão, telex, radar e satélite e os cargueiros de containers, movidos pela energia atômica, da era eletrônica e nuclear.[24] A transformação tecnológica resultante das revoluções da tecnologia produtiva de base das máquinas motrizes e fontes de energia conduz assim a uma nova valorização do excesso de capitais que vem se acumulando, de ciclo em ciclo, no âmbito do modo de produção capitalista. No entanto, exatamente pelo mesmo mecanismo, a generalização gradativa das novas fontes de energia e novas máquinas motrizes deve conduzir, após uma fase mais ou menos longa de acumulação acelerada, a uma fase igualmente prolongada de acumulação desacelerada — isto é, à renovação do subinvestimento e ao reaparecimento do capital ocioso.

Os locais de produção das novas máquinas motrizes implicam possibilidades a longo prazo para a expansão de capitais acumulados *de maneira nova*. Enquanto os capitais investidos durante períodos sucessivos nas indústrias fabricantes de motores elétricos ou a vapor ou equipamentos eletrônicos continuam a dominar o mercado, somente capitais reduzidos e afoitos, destinados à experimentação — em outras palavras, destinados a não atingir plena valorização —, ousarão se aventurar nos "novos domínios" da energia e da maquinaria motriz. À medida que a aplicação dos novos motores se generaliza, a taxa de crescimento das indústrias que os fabricam declina cada vez mais, e os capitais febrilmente acumulados na primeira fase de crescimento deparam-se com dificuldades cada vez maiores para continuar sua valorização.

Uma transformação geral da tecnologia produtiva também ocasiona um aumento considerável na composição orgânica do capital e, dependendo das condições concretas, esse aspecto conduzirá mais cedo ou mais tarde a uma queda na taxa média de lucros. Esse declínio, por sua vez, torna-se o principal obstáculo à revolução tecnológica seguinte. As dificuldades cada vez maiores de valorização na segunda fase da introdução de toda nova tecnologia de base acarretam um subinvestimento crescente e a criação em escala cada vez mais ampla de capital ocioso. Somente se uma combinação de condições específicas der origem a um aumento repentino da taxa média de lucros é que esse capital ocioso, lentamente reunido no decorrer de várias décadas, será encaminhado em escala maciça para as novas esferas de produção, capazes de desenvolver a nova tecnologia de base.

A história do capitalismo em nível internacional aparece, assim, não apenas como uma sucessão de movimentos cíclicos a cada 7 ou 10 anos, mas também como uma sucessão de períodos mais longos, de aproximadamente 50 anos, dos quais até agora temos experiência de quatro:

— o longo período compreendido entre o fim do século XVIII e a crise de 1847, basicamente caracterizado pela difusão gradativa, da *máquina a vapor de fabricação artesanal ou manufatureira*, por todos os ramos industriais e regiões industriais mais importantes. Essa foi a onda longa da própria Revolução Industrial;

— o longo período delimitado pela crise de 1847 e o início da década de 90 do século XIX, caracterizado pela generalização da *máquina a vapor de fabrico me-*

[23] LANDES, David. *Op. cit.*, p. 153-154, 423 *et seqs.*
[24] Veja-se um ensaio de Wolfgang Pfeifer em *Neue Zurcher Zeitung*, 24-08-1972.

cânico como a principal máquina motriz. Essa foi a onda longa da primeira revolução tecnológica;[25]

— o longo período compreendido entre o início de 1890 e a Segunda Guerra Mundial, caracterizado pela aplicação generalizada dos motores elétricos e a combustão a todos os ramos da indústria. Essa foi a onda longa da segunda revolução tecnológica;[26]

— o longo período iniciado na América do Norte em 1940 e nos outros países imperialistas em 1945/48, caracterizado pelo controle generalizado das máquinas por meio de *aparelhagem eletrônica* (bem como pela gradual introdução da energia nuclear). Essa foi a onda longa da terceira revolução tecnológica.

Cada um desses longos períodos pode ser subdividido em duas partes: uma fase inicial, em que a tecnologia passa efetivamente por uma revolução, e durante a qual devem ser criados os locais de produção e atendidas outras exigências preliminares dos novos meios de produção. Essa fase é caracterizada por uma taxa de lucros ampliada, *acumulação acelerada*, crescimento acelerado, auto-expansão acelerada do capital anteriormente ocioso e desvalorização acelerada do capital antes investido no Departamento I, mas agora tecnicamente obsoleto. Essa fase inicial dá lugar a uma segunda, em que já ocorreu a transformação real na tecnologia produtiva: em sua maior parte, já estão em funcionamento os novos locais de produção requeridos pelos novos meios de produção, só podendo ser ampliados ou aperfeiçoados em termos quantitativos. Trata-se, agora, de tornar os meios de produção desses novos locais de produção universalmente adotados em todos os ramos da indústria e da economia. Assim se dissolve a força que determinou a expansão repentina, em grandes saltos, da acumulação do capital no Departamento I; em conseqüência, essa fase se torna caracterizada por lucros em declínio, *acumulação gradativamente desacelerada*, crescimento econômico desacelerado, dificuldades cada vez maiores para a valorização do capital total acumulado — e em particular do novo capital adicionalmente acumulado — e o aumento gradativo, auto-reprodutor, no capital posto em ociosidade.[27]

De acordo com esse esquema, que cobre as fases sucessivas de crescimento acelerado até 1823, de crescimento desacelerado entre 1824/47, de crescimento

[25] Em nossa opinião Oskar Lange está certo ao contestar o uso do termo "revolução industrial" para as grandes explosões tecnológicas, tais como a automação dos processos produtivos desde a Segunda Guerra Mundial. "Tal emprego obscurece a especificidade histórica da Revolução Industrial, que constitui a base da industrialização. Deve também ser enfatizado que a Revolução Industrial original, que conduziu à expansão da indústria em grande escala, estava intimamente relacionada à gênese do modo de produção capitalista e, conseqüentemente, a uma nova formação social." (LANGE, Oskar. *Entwicklungstendenzen der modernen Wirtschaft und Gesellschaft*. Viena, 1964. p. 160.) Similarmente, utilizamos aqui os termos "primeira, segunda e terceira revolução tecnológica", em lugar da fórmula amplamente utilizada de "segunda e terceira revolução industrial". Ao fazê-lo, estamos corrigindo um erro que havíamos cometido anteriormente.

[26] Friedmann fala a esse respeito da "segunda revolução industrial". FRIEDMANN, George. "Sociologie du Travail et Sciences Sociales". In: FRIEDMANN, G. e NAVILLE, Pierre. *Traité de Sociologie du Travail*. Paris, 1961. p. 68.

[27] Entre 1900/12 dobrou o valor do capital fixo nas empresas não agrícolas do Estados Unidos; o valor cresceu, a preços fixos (dólares de 1947/49), de 16,8 bilhões a 31,4 bilhões. Entre 1912/29 aumentou novamente, embora num ritmo mais lento, de 31,4 bilhões até 53,6 bilhões. Em seguida o valor permaneceu quase constante durante 18 anos; após a Grande Depressão, o montante de 53 bilhões só foi atingido em 1945, ocorrendo uma leve queda em 1946. Em 1947 a cifra ainda era de apenas 54,9 bilhões; só em 1948 é que seria finalmente ultrapassado o ponto culminante de 1929, com 63,3 bilhões de dólares. Todavia, no mesmo período, os ativos bancários aumentaram de 72 bilhões de dólares em 1929 para 162 bilhões em 1945, e os ativos das companhias de seguros de vida subiram de 17,5 bilhões para quase 45 bilhões. Ou seja, com uma desvalorização do dólar de aproximadamente 30%, o aumento ainda foi de 70% no caso dos ativos bancários, e de 100% para as seguradoras. US Departament of Commerce. *Long-Term Economic Growth 1860-1965*. Washington, 1966. p. 186, 200-202, 209.

acelerado entre 1848/73, de crescimento desacelerado entre 1874/93, de crescimento acelerado entre 1894-1913, de crescimento desacelerado entre 1914/39,[28] de crescimento acelerado entre 1940/45 e 1948/66, deveríamos estar agora na segunda fase da "longa onda" iniciada pela Segunda Guerra Mundial, caracterizada por uma acumulação desacelerada de capital. A sucessão mais rápida de recessões nas economias imperialistas mais importantes (França, 1962; Itália, 1963; Japão, 1964; Alemanha Ocidental, 1966/67; Grã-Bretanha, 1970/71; Itália, 1971, e a recessão em escala mundial de 1974/75) parece confirmar essa hipótese.

É evidente que essas "ondas longas" não se manifestam de maneira mecânica, mas operam através da articulação dos "ciclos clássicos".[29] Numa fase de expansão, os períodos cíclicos de prosperidade serão mais longos e mais intensos, e mais curtas e mais superficiais as crises cíclicas de superprodução. Inversamente, nas fases da longa onda, em que prevalece uma tendência à estagnação, os períodos de prosperidade serão menos febris e mais passageiros, enquanto os períodos das crises cíclicas de superprodução serão mais longos e mais profundos. A "onda longa" é concebível unicamente como o resultado dessas flutuações cíclicas, e jamais como uma espécie de superposição metafísica dominando essas flutuações.

O primeiro autor que parece ter percebido essas "ondas longas" na história do capitalismo foi o marxista russo Alexander Helphand (Parvus).[30] Através de um estudo das crises agrícolas ele chegou à conclusão, em meados da última década do século XIX, que a longa depressão iniciada em 1873, e à qual Friedrich Engels tinha atribuído tamanha importância,[31] deveria ser brevemente substituída por uma nova fase ascendente de longa duração. Ele exprimiu essa idéia pela primeira vez num artigo que apareceu no *Sachsische Arbeiterzeitung* em 1896, e depois elaborou-a mais detalhadamente em uma brochura publicada em 1901, *Die Handelskrise und die Gewerkschaften.*[32] Baseando-se num trecho bem conhecido de Marx,[33] Parvus utilizou a idéia de um período de *Sturm und Drang* do capital para fornecer um quadro de referência conceitual para as "ondas longas" de expansão seguidas por ondas longas de "depressão econômica". O determinante desse movimento ondulatório a longo prazo era, para Parvus, a ampliação do mercado mundial a partir de mudanças que estavam "ocorrendo em todas as áreas da economia capitalista — na tecnologia, no mercado financeiro, no comércio, nas colônias" — e estavam elevando "o conjunto da produção mundial até uma base nova e muito mais abrangente".[34] Ele não ofereceu dados estatísticos em apoio de sua tese, e cometeu graves erros em sua periodização.[35] Apesar disso, entretanto, seu delineamento permanece como um brilhante esforço de um pensador marxista dotado de

[28] Em princípio, iniciamos cada longo período no ano após a crise que vem de terminar um "ciclo clássico", e terminamos o longo período num ano de crise. Como esses anos não são completamente idênticos em todos os países capitalistas, escolhemos os anos de crise do país capitalista mais importante, aquele que estabelece a tendência para o mercado mundial, isto é, a Grã-Bretanha até a Primeira Guerra Mundial e em seguida os Estados Unidos.

[29] O marxista russo Bogdanov tentou colocar em discussão a possibilidade dessa articulação; muitos dos opositores das "ondas longas" seguiram-no por esse caminho. Veja-se a nossa réplica, mais adiante.

[30] Isso pode ser incorreto, em sentido estrito. Schumpeter registra que Jevons cita um artigo de Hyde Clark intitulado "Political Economy", o qual mencionaria a existência de "ondas longas" no desenvolvimento econômico cíclico. O artigo apareceu no periódico *Railway Register*, em 1874, mas não exerceu influência na discussão posterior do problema. SCHUMPETER, Joseph. *History of Economic Analysis*. Nova York, 1954.

[31] Ver, entre outras coisas, a nota de Engels em *Capital*. v. 3, p. 489.

[32] PARVUS. *Die Handelskrise und die Gewerkschaften*. Munique, 1901. p. 26-27.

[33] Citada no cap. 3 deste livro. Ver a nota 32 do cap. 3.

[34] PARVUS. *Op. cit.*, p. 26.

[35] Assim ele afirma que o período de *Sturm und Drang* começou a partir de 1860 e terminou no início dos anos 70 do mesmo século, enquanto hoje tem aceitação generalizada a ocorrência de uma "onda longa" de expansão desde a crise de 1847 até 1873.

uma percepção incomumente aguda, embora fosse, também, indisciplinada e inconseqüente.[36]

Passariam mais de dez anos antes que essa fértil idéia de Parvus — que conquistou o louvor imediato de Kautsky[37] — fosse novamente retomada, dessa vez pelo marxista holandês J. Van Gelderen.[38] Em 1913, sob o pseudônimo de J. Fedder, ele publicou uma série de três artigos no periódico da "esquerda" holandesa, *De Nieuwe Tijd*, em que, tomando como ponto de partida as altas de preços verificáveis por toda parte nos países capitalistas, construiu uma hipótese de "ondas longas" para a história do capitalismo desde meados do século XIX. Esses artigos, que receberam demasiado pouca atenção na literatura marxista até o momento, colocaram o problema, em seu conjunto, num nível qualitativamente muito mais elevado do que o das tentativas anteriores, de Parvus ou Kautsky. Van Gelderen não apenas tentou reunir evidência empírica em apoio a sua tese, e seguir minuciosamente o movimento de preços, o comércio exterior, a produção e a capacidade produtiva em diversas esferas, bem como os movimentos da taxa bancária, da acumulação de capital e da fundação de firmas e assim por diante;[39] ele pretendeu também *explicar* o movimento ondulatório a longo prazo do modo de produção capitalista, e ao fazê-lo partiu, ao contrário de Parvus, não da ampliação do mercado, mas da ampliação da produção:

> "A condição prévia para a gênese de uma maré montante na economia capitalista[40] é uma ampliação da produção, seja espontânea ou gradativa. Isso cria uma demanda de outros produtos, indiretamente sempre pelos produtos das indústrias fabricantes de meios de produção, bem como pelas matérias-primas. A natureza da demanda gerada pela extensão da produção... pode apresentar as seguintes formas básicas:
>
> 1) Mediante a recuperação de regiões escassamente povoadas. Nessas áreas a agricultura ou a criação proporcionam aos habitantes produtos exportáveis com os quais podem pagar os utensílios de que precisam. Estes últimos são de duas espécies: bens de consumo de massa, basicamente manufaturas, e materiais para produção — máquinas, componentes para ferrovias e outras modalidades de comunicação, materiais para construção. O aumento nos preços decorrente dessa demanda difunde-se de um ramo de produção para outro.
>
> 2) Através da ascensão bastante repentina de um ramo de produção, que passa a se encontrar numa posição mais forte do que antes para satisfazer determinada necessidade humana (indústria elétrica, indústria automobilística). O efeito disso é o mesmo, numa escala mais reduzida, que o do caso anterior".[41]

A conclusão a que chegou Van Gelderen a partir dessa análise — independen-

[36] Entre outras coisas Parvus foi, juntamente com Trotsky, o criador da teoria da revolução permanente aplicada à Rússia, que, em oposição às opiniões de todos os outros marxistas russos, previu a constituição de um governo de operários como resultado da Revolução Russa que se aproximava. Mas, enquanto Parvus imaginava um governo social-democrata segundo o padrão australiano (isto é, um governo que permaneceria dentro do quadro de referência do modo de produção capitalista), desde 1906 Trotsky era de opinião que a Revolução Russa conduziria à ditadura do proletariado, apoiado pelos camponeses pobres.

[37] KAUTSKY, Karl. "Krisentheorien". In: *Die Neue Zeit*. v. XX. 1901-1902. p. 137.

[38] Simultaneamente a Van Gelderen — e de maneira independente em relação a ele —, Albert Aftalion *(Les Crises Périodiques de Surprodution)*, M. Tugan-Baranovsky (na edição francesa de seu *Studien zur Theorie und Geschichte der Handelkrisen in England)*, J. Lescure *(Des Crises Générales et Périodiques de Surprodution)* e W. Paretto (em 1913) mencionaram brevemente o problema das "ondas longas", mas apenas de forma fragmentária e sem se aproximar sequer do alcance da análise de Van Gelderen. (Ver, a esse respeito, WEINSTOCK, Ulrich. *Das Problem der Kondratieff-Zyklen*. Berlim e Munique, 1964. p. 20-22.) Em conseqüência, não é necessário analisá-los no presente trabalho.

[39] FEDDER, J. "Springvloed-Beschouwingen over industrieele ontwikkeling en prijsbeweging". In: *De Nieuwe Tijd*. N.º 4, 5, 6. Abril, Maio, Junho, v. 18, 1913.

[40] Van Gelderen chama a "onda longa" expansiva de *springvloed* (maré montante), e a "onda longa" recessiva de maré vazante.

[41] FEDDER, J. *Op. cit.*, p. 447-448.

temente de Kautsky, que formulou algo similar na mesma época[42] — foi de que uma "onda longa" em expansão é tipicamente precedida por um aumento considerável na produção de ouro.[43] Reconhecidamente, sua explicação ressentia-se de um acentuado dualismo, pois as "marés montantes" eram atribuídas tanto à expansão do mercado mundial quanto ao desenvolvimento de novos ramos de produção. Mais ainda, ele deixou de compreender que o problema dos investimentos em capital adicional não pode ser reduzido à produção de *material* monetário (isto é, à produção de ouro), mas constitui um problema de produção adicional e acumulação de *mais-valia*. No entanto, não se pode exigir de um pioneiro — e não há dúvidas de que o trabalho de Van Gelderen tinha um caráter pioneiro — que ele forneça ininterruptamente respostas satisfatórias a todos os aspectos de um complexo de problemas recém-descoberto. Das elaborações posteriores da teoria de "ondas longas" nos anos 20 e 30 — de Kondratieff a Schumpeter e Dupriez — praticamente nenhuma foi além das idéias desenvolvidas por Van Gelderen. A insuficiência do material estatístico a seu dispor não diminui o pioneirismo de sua contribuição. Ulrich Weinstock se equivoca ao acusá-lo de chegar ao "estabelecimento de uma peculiar mudança de ritmo em todas as esferas da atividade econômica" a partir de evidência referente a uns meros 60 anos, e ao afirmar que esta deveria ser "imediatamente rejeitada".[44] O que está em jogo não é o problema formal da suficiência ou insuficiência dos dados de Van Gelderen; a questão real é a correção ou incorreção da hipótese de trabalho de Van Gelderen, à luz dos dados atualmente à nossa disposição. Weinstock deixa de aplicar esse teste, e por isso não consegue apreciar a qualidade antecipatória do trabalho de Van Gelderen.

A Primeira Guerra Mundial mal tinha terminado quando, no jovem Estado soviético, pensadores começaram a se envolver profundamente com a questão das "ondas longas". N. D. Kondratieff, ex-vice-ministro da Alimentação no Governo Provisório de Kerensky, estava interessado no problema desde 1919, e em 1920 fundou o Instituto de Moscou para Pesquisa Conjuntural *(Koniunkturny Institut)*, que começou a coligir material para sua própria "teoria das ondas longas".[45] Leon Trotsky, que estava trabalhando no problema do desenvolvimento do capitalismo no pós-guerra comparado ao seu desenvolvimento anterior a 1914, também explorou esse complexo de problemas — embora provavelmente sem conhecimento do trabalho de Van Gelderen,[46] que sofria a desvantagem de ser escrito num idioma acessível a poucos marxistas e economistas. Em seu famoso informe sobre a situação mundial no Terceiro Congresso da Internacional Comunista, Trotsky declarou a propósito da questão das ondas longas:

> "Em janeiro deste ano, o *Times* de Londres publicou uma tabela cobrindo um período de 138 anos — da guerra de independência das treze colônias americanas até nossa própria época. Nesse período manifestaram-se 16 ciclos, isto é, 16 crises e 16 fases de prosperidade... Se analisarmos mais atentamente a curva de desenvolvimento, verificaremos que ela se divide em 5 segmentos, 5 períodos diferentes e distintos. De

[42] KAUTSKY, Karl. "Die Wandlungen der Goldproduktion und der wechselnde Charakter der Teuerung". Suplemento a *Die Neue Zeit*. N.° 16, 1912-1913. Stuttgart, 24 de janeiro de 1913. Na página 20 desse ensaio Kautsky explica as oscilações ascendentes e descendentes de preços a longo prazo, nos períodos 1818/49, 1850/73, 1874/96 e 1897-1910, pelas flutuações a longo prazo da produção de ouro.

[43] FEDDER, J. *Op. cit.*, p. 448-449. Essa é, pelo menos em parte, a explicação para as "ondas longas" fornecida atualmente pelo professor belga Léon Dupriez (ver mais adiante).

[44] WEINSTOCK. *Op. cit.*, p. 28.

[45] Ver o artigo sobre N. D. Kondratieff escrito por George Garvy para o v. VI da *International Encyclopedia of Social Sciences*. Londres, 1968.

[46] Kondratieff, pelo menos, afirma que não tinha conhecimento do trabalho de Van Gelderen quando escreveu seus artigos em russo em 1922/25 e seu famoso ensaio em alemão de 1926, "Die langen Wellen der Konjunktur", in: *Archiv für Sozialwissenschaft und Socialpolitik*, v. 56, n.° 3, dezembro de 1926, p. 599 *et seqs*. Não há motivos para pôr em dúvida a validade dessa afirmação.

1781 a 1851 o desenvolvimento é 'bastante vagaroso', praticamente não há nenhum movimento observável; descobrimos que ao longo de 70 anos o comércio exterior eleva-se apenas de 2 libras para 5 libras *per capita*. Após a Revolução de 1848, que atuou no sentido de ampliar o quadro de referência do mercado europeu, chega-se a um ponto de inflexão. De 1851 a 1873 a curva de desenvolvimento eleva-se abruptamente. Em 22 anos o comércio exterior sobe de 5 libras para 21 libras *per capita*, enquanto a quantidade de ferro aumenta, no mesmo período, de 4,5 kg a 13 kg *per capita*. Então, de 1873 em diante, ocorre um época de depressão. De 1873 até aproximadamente 1894 observamos estagnação no comércio inglês... há uma queda de 21 libras para 17 libras e 4 xelins no decorrer de 22 anos. Vem a seguir outra fase de prosperidade, que se prolonga até 1913 — o comércio exterior cresce de 17 libras até 30 libras. Finalmente, no ano de 1914, começa o quinto período — o período da destruição da economia capitalista. De que maneira as flutuações cíclicas se combinam aos movimentos primários da curva do desenvolvimento capitalista? Muito simplesmente. Em períodos de desenvolvimento capitalista as crises são breves e de caráter superficial, enquanto as fases de prosperidade têm longa duração e alcance profundo. Nos períodos de declínio capitalista, as crises têm um caráter prolongado enquanto as fases prósperas são efêmeras, superficiais e especulativas".[47]

Trotsky abordou a seguir o período de *Sturm und Drang* do capital após 1850 — numa evidente referência a Parvus, seu antigo companheiro[48] — e concluiu com duas predições: em primeiro lugar, que a curto prazo certo movimento ascendente do capitalismo não só era economicamente possível mas inevitável, embora essa ascensão fosse curta e de maneira alguma frustrasse a oportunidade histórica de uma revolução socialista na Europa. Em segundo lugar, que a longo prazo, "depois de 2 ou 3 décadas", se a atividade revolucionária da classe operária da Europa viesse a sofrer um retrocesso duradouro, havia a possibilidade de uma nova expansão do capitalismo.[49] Nos meses seguintes Trotsky retornou de passagem ao mesmo problema por várias ocasiões,[50] mas foi a partir do aparecimento do primeiro trabalho de Kondratieff que ele se envolveu mais uma vez com o assunto, no contexto de uma carta ao corpo editorial de *Viestnik Sotsialisticheskoi Akademii*. Nessa carta ele reafirmou sua convicção de que, além dos ciclos industriais "normais", havia períodos mais extensos na história do capitalismo que eram de grande importância para a compreensão do desenvolvimento a longo prazo do modo de produção capitalista.

"Esse é o esquema, em linhas gerais. Observamos na História que os ciclos homogêneos se agrupam em séries. Existem épocas inteiras do desenvolvimento capitalista em que diversos ciclos são caracterizados por fases de prosperidade nitidamente delineadas e crises fracas e de curta duração. Em resultado, temos um movimento em elevação acentuada na curva básica do desenvolvimento capitalista. Ocorrem períodos de estagnação em que essa curva, embora passando por oscilações cíclicas parciais, permanece aproximadamente no mesmo nível durante décadas. Finalmente, durante certos períodos históricos a curva básica, ainda que experimentando como sempre oscila-

[47] TROTSKY. "Report on the World Economic Crisis and the New Tasks of the Communist International". Segunda Sessão do Terceiro Congresso da Internacional Comunista, 23 de junho de 1921. In: TROTSKY, Leon. *The First Five Years of the Communist International*. Nova York, 1945. v. 1, p. 201.
[48] *Ibid.*, p. 207.
[49] *Ibid.*, p. 211.
[50] TROTSKY. "Flood-Tide — the Economic Conjuncture and the World Labour Movement". In: *Pravda*, 25 de dezembro de 1921. Republicado em TROTSKY. *The First Five Years of the Comintern*. Nova York, 1953, p. 79-84; TROTSKY. "Report on the Fifth Anniversary of the October Revolution and the Fourth World Congress of the Communist International". (20 de outubro de 1922), *ibid.* p. 198-200.

ções cíclicas, em seu conjunto se precipita para baixo, assinalando o declínio das forças produtivas."[51]

Trotsky chegou mesmo a fornecer indicações concretas de como deveria ser conduzido um estudo da "curva a longo prazo do desenvolvimento capitalista", enfatizando que investigações empíricas segundo esses parâmetros seriam de importância excepcional para o enriquecimento da teoria do materialismo histórico.[52] O que é mais surpreendente a esse respeito é a ênfase de Trotsky quanto à necessidade de se ir além das limitações dos dados "puramente" econômicos, e de integrar em qualquer investigação conseqüente toda uma série de desenvolvimentos políticos e sociais. Tal era a substância de sua aguda crítica ao primeiro estudo de Kondratieff,[53] cuja prova da existência de "longos ciclos" estava baseada em material puramente estatístico:

> "Em seguida ao Terceiro Congresso Mundial do Comintern, o Professor Kondratieff abordou esse problema — como de hábito, fugindo diligentemente à formulação do problema adotada pelo próprio Congresso — e tentou justapor ao conceito do 'ciclo menor', cobrindo um período de dez anos, o conceito de um 'ciclo maior', abrangendo aproximadamente cinqüenta anos. De acordo com essa construção simetricamente estilizada, um ciclo econômico maior consiste em cerca de cinco ciclos econômicos menores — e além disso, metade se apresenta como fases de prosperidade e metade como crises, com todos os estágios de transição necessários. As determinações estatísticas dos ciclos maiores compiladas por Kondratieff deveriam ser submetidas a uma verificação cuidadosa e não demasiado crédula, tanto em relação a países isolados quanto no que se refere ao mercado mundial como um todo. É possível refutar de antemão a tentativa do Professor Kondratieff de revestir épocas por ele rotuladas de 'ciclos maiores' com o mesmíssimo 'ritmo rigidamente ordeiro' que é verificável nos ciclos menores; trata-se de uma generalização evidentemente falsa, a partir de uma analogia formal. A reaparição periódica dos ciclos menores é condicionada pela dinâmica interna das forças capitalistas e se manifesta, sempre e por toda parte, desde que o mercado passe a existir. No que se refere aos longos segmentos da curva de desenvolvimento capitalista (cinqüenta anos), que o Professor Kondratieff imprudentemente propõe designar também como ciclos, seu caráter e duração não são determinados pela ação recíproca das forças internas do capitalismo, mas por aquelas condições exteriores que servem de canal ao fluxo do desenvolvimento capitalista. A obtenção pelo capitalismo de novos países e continentes, a descoberta de novos recursos naturais e, na esteira de tudo isso, alguns fatos importantes de ordem 'superestrutural', tais como guerras e revoluções, determinam o caráter e a sucessão de épocas ascendentes, de estagnação ou declinantes do desenvolvimento capitalista".[54]

Segundo George Garvy, esse texto mostra que, embora Trotsky aceitasse a existência de flutuações a longo prazo, ele negava que as mesmas tivessem caráter cíclico.[55] Essa visão não é muito precisa, a menos que reduzamos todo o quadro a uma disputa sem sentido quanto às diferenças semânticas entre ciclos, "ondas longas", "longos períodos" e "grandes segmentos da curva de desenvolvimento capitalista". Trotsky apresentou dois argumentos centrais contra a tese de Kondratieff.

[51] TROTSKY. "The Curve of Capitalist Development", inicialmente publicado como uma carta ao conselho editorial de *Viestnik Sotsialisticheskoi Akademii* datada de 21 de abril de 1923, e publicada no quarto número deste periódico, em abril-junho de 1923. Citamos aqui a tradução inglesa, que apareceu em *Fourth International*, maio de 1941, p. 112.
[52] *Ibid.*, p. 114.
[53] O trabalho em questão é *Die Weltwirtschaft und ihre Bedinguegen und nach dem Krieg*, de N. D. Kondratieff, Moscou, 1922.
[54] TROTSKY. *Op. cit.*, p. 112-114.
[55] GARVY. "Kondratieff's Theory of Long Cycles". In: *The Review of Economics Statistics*. N.º 4, Novembro de 1943. v. XXV, p. 203-220.

Em primeiro lugar, que a *analogia* entre "ondas longas" e "ciclos" clássicos é falsa, isto é, que as ondas longas não são dotadas da mesma "necessidade natural" dos ciclos clássicos. Em segundo lugar, que os ciclos clássicos podem ser explicados exclusivamente em termos da dinâmica interna do modo de produção capitalista, enquanto a explicação das ondas longas requer "um estudo mais concreto da curva capitalista e da inter-relação entre esta última e todos os aspectos da vida social".[56] Em outras palavras, Trotsky contestou uma teoria monocausal das "ondas longas" construída por analogia com a explicação de Marx sobre os ciclos clássicos, baseada na renovação do capital fixo.

Essas duas críticas — que eram partilhadas por muitos economistas soviéticos nos anos 20[57] — podem ser plenamente endossadas. Se tivermos definido as "ondas longas" como ondas longas da acumulação acelerada e desacelerada, determinadas por ondas longas no aumento e declínio da taxa de lucros, torna-se claro que esse aumento e declínio não é determinado por um único fator, mas deve ser explicado por toda uma série de mudanças sociais, nas quais os fatores listados por Trotsky desempenham papel importante. A tabela seguinte ajudará a esclarecer esse ponto. (Ver p. 92-93.)

Uma vez estabelecido que as curvas ascendente e descendente de uma "onda longa" são determinadas pelo entrecruzamento de fatores muito diversos, e que se enfatizou que essas "ondas longas" não possuem a mesma periodicidade embutida dos ciclos clássicos no modo de produção capitalista, não há razões para negar a sua íntima conexão ao mecanismo central, que por sua própria natureza constitui uma expressão sintética de *todas* as mudanças a que está permanentemente sujeito o capital: as flutuações na taxa de lucros.[58]

Na mesma época que Kondratieff, mas sem relação com ele, o marxista holandês Sam De Wolff tentou aprimorar estatisticamente as teses de Van Gelderen, entre outros aspectos ao recorrer a séries numéricas "decicladas". No processo, entretanto, ele repetiu em grau ainda maior o erro de Kondratieff, já apontado por Trotsky, de estabelecer uma analogia formal com os ciclos clássicos, ao pressupor uma "regularidade absoluta" para os "ciclos longos" — 2,5 "ciclos clássicos por ciclo longo". De Wolff atribuiu duração rígida às duas modalidades de ciclo, embora julgasse que a duração do "ciclo clássico" iria gradativamente diminuir de 10 para 9, e depois para 8 e mesmo para 7 anos.[59] Sua análise, elaborada em 1924, foi dominada pelo desenvolvimento dos preços e da produção de ouro, e dessa maneira não ofereceu explicação para as "ondas longas", situando-se portanto aquém da exposição de Van Gelderen. Num trabalho que apareceu em 1929,[60] ele reconhecidamente fornece esse tipo de explanação, em linhas similares à de Kondratieff, baseado na reconstituição do capital fixo de maior duração — construções, fábricas de gás, material rodante, canalizações, cabos condutores e submarinos e assim por diante. Uma rígida analogia com a explicação de Marx acerca dos "ciclos clássi-

[56] TROTSKY. *Op. cit.*, p. 114.
[57] Garvy cita, a esse respeito, as opiniões de Bogdanov, Oparin, Studensky, Novozhilov, Granovsky e Guberman. Ver também HERZENSTEIN. "Gibt es grosse Konjunkturzyklen?". In: *Unter dem Banner des Marxismus*. 1929. N.° 1-2: "Baseando-se na ilusória aparência cíclica das ondas de preços a longo prazo, (Kondratieff explica) a dinâmica desigual das forças materiais de produção por um mecanismo rítmico de mudanças conjunturais" (p. 123).
[58] Ver a esse respeito a importância que Tinbergen e Kalecki atribuem ao lucro e à taxa de lucros — ainda que evidentemente não definidos em termos marxistas — no decorrer do ciclo econômico. TINBERGEN e POLAK. *The Dynamics of Business Cycles*. Londres, 1950. p. 167, 170, *et seqs*. KALECKI, Michael. *Theory of Economic Dynamics*.
[59] DE WOLFF, Sam. "Prosperitats- und Depressionsperioden". In: JENSSEN, Otto (Ed.). *Der Lebendige Marxismus*. Jena, 1924. p. 30, 38-39.
[60] DE WOLFF, Sam. *Het Economisch getij*. Amsterdam, 1929. p. 416-419.

cos" foi mais uma vez reivindicada; sua validade jamais foi verificada empiricamente.[61]

A famosa tentativa de Kondratieff para isolar e definir as "ondas longas"[62] foi mais tarde considerada por Schumpeter como "a" explicação *par excellence* dos longos períodos. Em sua primeira apresentação amadurecida,[63] entretanto, Kondratieff ainda hesitava de um lado para outro entre diferentes espécies de explicação. Ele conservou a idéia de que "períodos de refluxo" das ondas longas eram caracterizados por severas depressões agrícolas, enquanto os aspectos típicos dos "longos períodos de oscilação ascendente" incluíam a aplicação de inúmeras descobertas e invenções que datavam da fase anterior, bem como uma aceleração da extração de ouro e grandes convulsões sociais, inclusive guerras. Em referência direta (mas não admitida) à crítica de Trotsky, Kondratieff polemizou contra a consideração "essencial", mas não "absolutamente estanque", de que as "ondas longas", ao contrário das de média duração, fossem "determinadas por circunstâncias fortuitas e eventos externos", "por exemplo por mudanças tecnológicas, guerras e revoluções, integração de novos países na economia mundial e flutuações na extração do ouro".[64] Tais fatores, enfatizados por ele mesmo, foram declarados *efeitos* e não *causas;* o movimento rítmico desses fatores, cuja influência ele absolutamente não negou, foi considerado como explicável unicamente pelas flutuações a longo prazo do desenvolvimento econômico. Assim, por exemplo, Kondratieff argumentou no sentido de que não é "a incorporação de novas regiões (que dá) ímpeto à ascensão de ondas longas na economia, mas, ao contrário, uma nova oscilação ascendente que, ao acelerar o ritmo da dinâmica econômica dos países capitalistas, torna possível e necessária a exploração de novos países e novos mercados para vendas e matérias-primas".[65]

Isso, por si só, não fornecia ainda uma explicação das "ondas longas"; esta viria dois anos depois, no segundo ensaio em alemão de Kondratieff.[66] Sua explanação era fundamentalmente baseada na longevidade dos "grandes investimentos", nas flutuações da atividade de poupança, na ociosidade do capital monetário (capital de empréstimo) e nas conseqüências da continuidade de um baixo nível de preços durante longo período:

> "Tais bens [grandes investimentos, aperfeiçoamentos, organizações de trabalho qualificado e assim por diante] são aptos para utilização a longo prazo. Sua construção ou produção requer períodos mais ou menos longos, que se estendem além da duração dos ciclos comerciais e industriais ordinários. O processo de ampliação da reserva desses bens de capital não é contínuo nem regular. A existência das ondas econômicas longas está ligada precisamente ao mecanismo de ampliação dessa reserva: o período

[61] Assim, os ciclos de construção ou construção e transporte percebidos por Isard, Riggleman, Alvin Hansen e outros nos Estados Unidos têm uma duração média de apenas 17-18 anos, e não 38 como De Wolff supôs. (Ver ISARD, Walter. "A neglected cycle: the transport-building cycle". In: *Review of Economic Statistics*. 1942, v. 34, republicado em HANSEN e CLEMENCE. *Readings in Business Cycles and National Income*. Londres, 1953. p. 467, 469.) Para o ciclo de construção — freqüentemente denominado "ciclo de Kuznets" — nos Estados Unidos, ver KUZNETS, Simon. *Long Term Changes in National Income of the United States since 1869*. Cambridge, Estados Unidos, 1952. Para a ligação e (em parte) o sentido contrário dos ciclos americano e inglês de construção, ver os ensaios reunidos em ALDCROFT, Derek e FEARON, Peter (Eds.). *British Economic Flutuations 1790-1939*. Londres, 1972.

[62] KONDRATIEFF, N. D. "Die langen Wellen der Konjunktur".

[63] Provavelmente sob a influência das críticas de Trotsky e de outros marxistas russos, Kondratieff substituiu o conceito de "ciclos longos" pelo de "ondas longas" em 1926. Mas, substancialmente, suas "ondas" são idênticas a ciclos.

[64] KONDRATIEFF. *Op. cit.*, p. 593.

[65] *Ibid.*, p. 593.

[66] KONDRATIEFF. *Die Preisdynamik der industriellen und landwirtschaftlichen Waren (Zum Problem der relativen Dynamik und Konjunktur)*, referido anteriormente.

Onda Longa	*Tonalidade Principal*	*Movimento dos Componentes do Valor das Mercadorias Industriais*	*Origens desse Movimento*
1) 1793-1825	expansão, taxa de lucros em alta	Cf: subindo acentuadamente Cc: subindo acentuadamente, caindo a seguir v : caindo s/v: subindo	Máquinas artesanalmente produzidas, a agricultura se atrasa frente à indústria — alta de preços das matérias-primas. Queda nos salários reais, com lenta expansão do proletariado industrial e desemprego maciço. Vigorosa expansão do mercado mundial (América do Sul).
2) 1826/47	enfraquecimento, taxa de lucros em estagnação	Cf: subindo Cc: caindo s/v: estável	Redução dos lucros feitos a partir da concorrência à produção pré-capitalista na Inglaterra e Europa ocidental. O valor crescente de C neutraliza a taxa mais alta de mais-valia. É desacelerada a expansão do mercado mundial.
3) 1848/73	expansão, taxa de lucros em alta	Cf: caindo Cc: estável, e a seguir subindo v : caindo s/v: subindo	A transição para a fabricação mecânica de máquinas reduz o valor de Cf. Cc aumenta, mas sem acompanhar a queda de Cf. Expansão maciça do mercado mundial em seguida à crescente industrialização e à expansão da construção de ferrovias na Europa e América do Norte, em resultado da Revolução de 1848.
4) 1874/93	enfraquecimento, taxa de lucros cai, a seguir permanece estagnada e depois aumenta levemente	Cf: subindo Cc: caindo v : subindo lentamente s/v: de início caindo, e a seguir subindo lentamente	As máquinas de fabricação mecânica se generalizam, e as mercadorias produzidas com elas deixam de gerar superlucro. A crescente composição orgânica do capital conduz a um declínio na taxa média de lucros. Na Europa ocidental aumentam os salários reais. Os resultados da crescente exportação de capital e a queda nos preços de matérias-primas só gradualmente permitem expansão na acumulação de capital. Estagnação relativa do mercado mundial.
5) 1894-1913	expansão, taxa de lucros em alta, e depois estagnada	Cf: caindo Cc: subindo vagarosamente v : subindo vagarosamente, e a seguir estabilizada s/v: subindo abruptamente, e a seguir estabilizada	Os investimentos de capital nas colônias, a arrancada do imperialismo, a generalização dos monopólios, beneficiados ainda mais pelo aumento notavelmente lento no preço de matérias-primas, e estimulados pela segunda revolução tecnológica, com o subseqüente aumento radical na produtividade do trabalho e na mais-valia, permitem um acréscimo geral na taxa de lucros, o que explica o rápido crescimento da acumulação de capital. Expansão vigorosa do mercado mundial (Ásia, África, Oceania).

6) 1914/39	retrocesso, taxa de lucros em queda abrupta	Cf: estável Cc: caindo v : caindo, depois estável e a seguir caindo s/v: caindo, depois estável (na Alemanha, em ascensão desde 1934)	A deflagração da guerra, a ruptura do comércio mundial e o retrocesso na produção material determinam dificuldades crescentes à valorização do capital, reforçadas pela vitória da Revolução Russa e pelo estreitamento do mercado mundial que esse fato acasionou.
7) 1940/45-1966	expansão, taxa de lucros em elevação e a seguir começando a declinar lentamente	Cf: subindo Cc: cai v : antes estável ou caindo, depois subindo lentamente s/v: subindo acentuadamente, depois estável	O enfraquecimento (e atomização parcial) da classe operária determinado pelo fascismo e pela Segunda Guerra Mundial permitem uma alta maciça na taxa de lucros, o que favorece a acumulação do capital. De início, este é lançado na produção de armamentos e a seguir nas inovações da terceira revolução tecnológica, o que barateia consideravelmente o capital constante e assim promove uma elevação a longo prazo na taxa de lucros. O mercado mundial se contrai através da autarquia, da guerra mundial e da ampliação das zonas não capitalistas (Europa oriental, China, Coréia do Norte, Vietnam do Norte, Cuba), mas a seguir é bastante ampliado pela intensificação da divisão internacional do trabalho nos países imperialistas e pelo início da industrialização nas semicolônias.
8) 1967-...	enfraquecimento, taxa de lucros em declínio	Cf: estável e subindo Cc: caindo, e a seguir subindo acentuadamente v : subindo lentamente, e a seguir estável s/v: estabilizado	A lenta absorção do "exército industrial de reserva" nos países imperialistas age como obstáculo a um aumento adicional na taxa de mais-valia, apesar da automação crescente. A intensificação da concorrência internacional e a crise monetária mundial trabalham no mesmo sentido. Diminuição do ritmo de expansão do comércio internacional.

de sua expansão acelerada coincide com a onda ascendente, enquanto o período em que a produção desses bens de capital se enfraquece ou permanece estagnada coincide com a onda descendente do grande ciclo. A produção dessa modalidade de bens de capital necessita de vasto dispêndio de capital, ao longo de um período de tempo relativamente grande. A manifestação de tais períodos de produção ampliada de bens de capital, isto é, períodos de ondas longas ascendentes, depende portanto de uma série de condições prévias. Tais condições são as seguintes: 1) alta intensidade da atividade de poupança; 2) suprimento relativamente abundante e barato de capital de empréstimo; 3) sua acumulação nas mãos de empresas poderosas e centros financeiros; 4) baixo nível nos preços de mercadorias, o que age como estímulo à poupança e aos investimentos de capital a longo prazo. A presença dessas pré-condições cria uma situação que mais cedo ou mais tarde conduzirá a um acréscimo na produção de espécie de bens básicos de capital mencionada acima, e conseqüentemente à irrupção de uma longa onda econômica ascendente".[67]

Depois de aparentemente ter oferecido, dessa maneira, uma explicação completa das "ondas longas", Kondratieff passa a uma investigação dos diferentes ritmos em que se desenvolve a produtividade média do trabalho na agricultura e na indústria, chegando à conclusão de que "o aumento no poder de compra dos bens agrícolas", determinado pelo retardamento da produtividade do trabalho agrícola, em última análise dá impulso às "ondas longas", uma vez que por esse meio é acelerada a demanda de todas as mercadorias.[68]

A própria réplica de Kondratieff a seus críticos aplica-se igualmente bem às cinco relações causais por ele listadas: ele não provou absolutamente que se tratem de causas e não de efeitos. A distância crescente entre a oferta e a demanda de bens agrícolas nas "ondas longas" de expansão até a Primeira Guerra Mundial pode perfeitamente ser considerada mais como um efeito do que como uma causa da expansão geral: o crescente nível de emprego e a produção industrial em ampliação criam de fato uma demanda de tal gênero, pois a produção agrária é menos elástica que a industrial.[69] No entanto, se houvesse um aumento nos preços de matérias-primas agrícolas e gêneros alimentícios, deveriam ser investigados seus efeitos não apenas sobre a demanda, mas também sobre a taxa de lucros. Kondratieff deixou de realizar essa segunda investigação, e, assim, não conseguiu explicar por que o "poder de compra em declínio das mercadorias industriais" não sufoca rapidamente a expansão.

O capital monetário ocioso (capital de empréstimo) é uma característica de todas as crises; por que esse capital permanece ocioso por longos períodos — apesar da reduzida taxa de juros — em lugar de ser investido produtivamente? A mesma pergunta se aplica a um aumento na atividade de poupança e à crescente concentração de capital, que mais poderiam ser descritos como constantes do desenvolvimento capitalista (com breves interrupções no auge de sucessivas fases de prosperidade) do que como variáveis.[70] Mais ainda, no que se refere a "bens de capital de

[67] *Ibid.*, p. 37.

[68] *Ibid.*, p. 58-59. Provavelmente sem ter lido o artigo de Kondratieff, De Wolff formulou uma explicação algo semelhante para os ciclos clássicos, por ele relacionados aos ciclos das manchas solares. Anos com manchas solares mínimas determinam colheitas más, e portanto condições vantajosas de troca para a agricultura, e anos com grandes manchas solares implicariam boas colheitas e, conseqüentemente, boas relações de troca para a indústria, e portanto lucros ampliados e investimentos ampliados de capital fixo. Deve-se dizer, entretanto, que De Wolff expressamente restringiu essa linha de análise, que se apoiava em Jevons, ao início do capitalismo industrial. DE WOLFF, Sam. *Het economisch getij*. p. 286-287.

[69] O próprio Kondratieff enfatizou esse ponto. *Op. cit.*, p. 60.

[70] É verdade que períodos de acumulação acelerada de capital também são caracterizados por uma mobilização ampliada do capital. O período 1849/73 testemunhou a multiplicação das Bolsas de Valores e das companhias de capital por ações; o período 1893-1913 assistiu à multiplicação dos trustes, bancos de investimento e companhias detentoras *(holdings)*; o período 1945/67 foi o da expansão dos fundos de investimentos, obrigações conversíveis, eurocheques e assim por diante.

longa vida",[71] aplica-se a objeção já feita às teses similares de Sam De Wolff: "bens de capital" com uma vida produtiva de 40 a 50 anos desempenham somente uma função marginal no capitalismo. Se os meios de produção em pauta tiverem uma duração de vida mais curta do que esta, um ciclo de 40 ou 50 anos não poderá provocar nenhum "efeito de eco". Os movimentos ascendente e descendente do capital em ociosidade e do capital produtivamente investido deverão nesse caso restringir-se fundamentalmente ao ciclo de dez anos. Ao excluir de sua argumentação duas determinantes cruciais — as flutuações a longo prazo na taxa média de lucros e a influência das revoluções tecnológicas sobre o volume e o valor do capital fixo renovado —, o próprio Kondratieff fechou o caminho para a solução do problema que havia levantado. A base metodológica dos erros cometidos por Kondratieff ao elaborar uma explicação das "ondas longas" pode ser atribuída à sua exagerada *fixação nas flutuações de preços e na análise insuficiente das flutuações na produção industrial e no crescimento da produtividade.* Em última análise, esses aspectos podem remontar à sua rejeição, ou revisão, da teoria de Marx sobre o valor e o dinheiro.

Joseph Schumpeter, responsável pelo mais exaustivo tratamento das "ondas longas na economia",[72] tentou evitar esses enganos. Partindo de sua própria teoria geral do desenvolvimento capitalista, já elaborada[73] quando Kondratieff chamou sua atenção para as "ondas longas", ele desenvolveu um conceito de "ondas longas" baseado na "atividade inovadora dos empresários", isto é, em harmonia com sua teoria global do capitalismo. Procurou também dar maior importância às séries de produção que às séries de preços, embora pareça ter falhado empiricamente a esse respeito.[74] Além disso, o problema de saber por que motivo as inovações são introduzidas em escala maciça ("em enxames") em determinados períodos não pode ser satisfatoriamente resolvido sem um tratamento mais minucioso: 1) do papel da tecnologia produtiva; 2) das flutuações a longo prazo na *taxa de lucros.* Precisamente esses dois fatores são explorados de maneira inadequada na *magnum opus* de Schumpeter. Isso é tanto mais surpreendente visto que Schumpeter reconheceu plenamente a importância central do problema do lucro.[75]

Até agora, as críticas mais sistemáticas das teorias de "ondas longas" de Schumpeter e Kondratieff foram feitas por Herzenstein e Garvy (para Kondratieff), Kuznets (para Schumpeter) e Weinstock.[76] Elas estão longe de serem convincentes. As insuficiências técnicas dos métodos estatísticos de Kondratieff, a seleção arbitrária dos pontos de partida e de chegada para as "ondas longas" e a natureza pouco plausível das séries de Schumpeter, exceto em relação aos níveis de preços — todos esses pontos podem ser admitidos. No entanto, permanece o fato de que os historiadores econômicos são praticamente unânimes em distinguir uma expansão acentuada entre 1848/73, uma pronunciada depressão a longo prazo entre 1873/93, uma expansão tempestuosa na atividade econômica entre 1893-1913, um desenvolvimento fortemente desacelerado — se não estagnado ou em regressão — entre as duas guerras mundiais, e uma renovada expansão de grande vulto

[71] Em suas reflexões a esse respeito, Kondratieff foi manifestamente influenciado por "Krisen", artigo do Professor Spiethoff, publicado em *Handwörterbuch der Staatswissenschaften*, 1923, v. 4. Uma edição revista desse artigo pode ser encontrada em SPIETHOFF, Arthur. *Die wirtschaftlichen Wechsellagen.* Tubingen, 1955.
[72] SCHUMPETER, Joseph. *Business Cycles.* Nova York, 1939. 2 v.
[73] SCHUMPETER, Joseph. *Die Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung.* 1911. *(The Theory of Economic Development.* Nova York, 1961).
[74] WEINSTOCK. *Op. cit.*, p. 87-90.
[75] Por exemplo, SCHUMPETER. *Business Cycles.* p. 15-17, 105-106 *et seqs.*
[76] GARVY. *Op. cit.*; WEINSTOCK. *Op. cit.*; KUZNETS. "Schumpeter's Business Cycles". In: *Economic Change.* Nova York. 1953. p. 105-124. Weinstock se apóia em boa medida na crítica de Garvy a Kondratieff e na crítica de Kuznets a Schumpeter.

no crescimento após a Segunda Guerra Mundial.[77] Só em relação ao "primeiro Kondratieff" — isto é, a pretensa alternação de crescimento mais rápido entre 1793-1823, e mais lento entre 1824/47 — há alguma dúvida, parcialmente justificada.[78] Tal sucessão de pelo menos cinco "ondas longas" não pode ser atribuída ao puro acaso ou a vários fatores exógenos.

A crítica de Herzenstein a Kondratieff expôs a maioria dos erros em sua explanação teórica. No entanto, Herzenstein curvou em demasia o bastão no outro sentido, quando buscou refutar empiricamente a existência mesma das "ondas longas". De maneira imprópria, ele extrapolou tendências do desenvolvimento econômico dos Estados Unidos da América do Norte e por esse meio tentou limitar apenas à Grã-Bretanha o longo movimento ascendente de 1849/73, bem como a depressão acentuada de 1873/93. No entanto, o material estatístico reunido no final deste capítulo mostra, sem sombra de dúvida, que essas duas ondas longas visivelmente envolveram a totalidade da produção *mundial* e do mercado *mundial* do capitalismo do século XIX. Na realidade, Herzenstein chegou ao ponto de rejeitar até mesmo o crescimento ampliado do período 1893-1913, baseando-se em um artigo inconsistente de um único jornal. Seus argumentos teóricos contra Kondratieff foram mais interessantes. Ele combateu a tentativa deste último de "classificar épocas históricas como ciclos periódicos", porque — em suas palavras — a série de Kondratieff "de configurações históricas únicas... conduzindo a mudanças fundamentais nas condições gerais do mercado mundial e as relações mútuas entre os setores territoriais desse mercado" era logicamente incapaz de explicar "flutuações repetidas de regularidade constante".[79] No entanto, ele não percebeu que "configurações históricas únicas" no mercado mundial capitalista efetivamente podem ser classificadas em duas categorias básicas: aquelas que provocam o aumento da taxa média de lucros, e as que provocam o seu declínio a longo prazo. Herzenstein não consegue mostrar que essas configurações exercerão apenas efeitos irrelevantes e aleatórios sobre a taxa de lucros; na ausência de tal prova (uma prova que, em nossa opinião, é teórica e empiricamente impossível de ser fornecida), não há razão pela qual "configurações únicas" não possam ser consideradas aptas a favorecer, sucessivamente e a longo prazo, movimentos ascendentes e descendentes da taxa média de lucros — em outras palavras, movimentos ascendentes e descendentes da acumulação de capital e dos índices de crescimento econômico.

A tentativa de entender as "ondas longas" como simples expressões de ciclos

[77] Seria demasiado apresentar uma listagem de referências bibliográficas para a expansão febril da economia mundial entre 1848/73, para o período entre os anos 90 do século XIX e a Primeira Guerra Mundial e para o período subseqüente à Segunda Guerra Mundial, ou para a grande depressão mundial. Há uma extensa bibliografia sobre a "longa depressão" do período 1873/96 em ROSENBERG, Hans. "Political and Social Consequences of the Great Depression of 1873-1896". In: *The Economic History Review*. 1943, n.º 1-2, p. 58-61.

[78] O motivo para isso já foi apresentado por Marx há um século, numa passagem acrescentada à edição francesa do v. 1 de *O Capital*: "Mas somente quando a indústria mecânica tiver lançado tão profundamente suas raízes, que exerça uma influência avassaladora sobre a totalidade da produção nacional; quando o mercado mundial tiver dominado sucessivamente largas áreas do Novo Mundo, Ásia e Austrália; e quando, afinal, um número suficiente de nações industriais tiver entrado na arena — somente a partir desse momento é que ocorrerão esses ciclos em permanente geração, estendendo-se por anos em suas fases sucessivas e que sempre terminam numa crise geral, constituindo a conclusão de um ciclo e o ponto de partida do próximo". O fato de que, apesar de tudo, muitos historiadores e economistas garantam a ocorrência de uma onda longa entre 1793-1847 deve-se não apenas aos sucessivos movimentos de preços, mas à febril expansão do mercado mundial (especialmente do comércio britânico), do desencadear da Revolução Industrial até o desfecho das Guerras Napoleônicas, a que sucedeu uma estagnação ou mesmo contração do comércio internacional. As exportações inglesas, que haviam atingido um valor médio anual de 43,5 milhões de libras esterlinas em 1815/19, diminuíram para 36,8 milhões em 1820/24, chegando a 36 milhões em 1825/29 e 38-37 milhões de libras em 1830/34. O nível de 1815/19 só foi atingido em números absolutos em 1835/39, e em valores *per capita* no final dos anos 40 do século XIX.

[79] HERZENSTEIN. *Op. cit.*, p. 125.

clássicos "mais fortes" ou "mais fracos" mostra-se igualmente pouco plausível.[80] O fato de que o desenvolvimento econômico a longo prazo seja influenciado mais fortemente por fases de prosperidade econômica em determinado período e por fases de crise e estagnação em outro período, numa alternância rítmica, devia pelo menos representar um problema. Tão logo fosse reconhecido como tal, e não como um fato evidente por si mesmo, seria necessário buscar uma explicação para ele, e assim voltaríamos novamente à problemática das "ondas longas". A partir de Kuznets, tornou-se moda substituir "ondas longas" por "tendências" e "médias decenais" arbitrárias. Mas, também aqui, um problema real desaparece como por encanto, por sua dissolução em períodos bastante extensos. Mesmo a Grande Depressão de 1929/32 desaparece em alguns desses "cálculos tendenciais"[81] — e, no entanto, ninguém pode pôr em dúvida a existência dessa crise em particular.

Weinstock sustenta que a teoria das ondas longas é de inspiração marxista e portanto inutilizável,[82] baseando-se na polêmica de Popper contra o "historicismo"; torna-se claro que é ele, e não algum pensador marxista, que dessa maneira mostra um viés não científico. Em última análise, o problema real consiste em saber se a existência das "ondas longas" foi ou não estabelecida, e em caso afirmativo, como se deve explicá-las. Weinstock vai mais longe em suas objeções, afirmando que "as séries temporais para produção e renda, que seriam necessárias para uma prova das ondas longas, não podem ser reconstruídas com a necessária confiabilidade para um número suficiente de países relativamente avançados, de forma a cobrir o período iniciado pela Revolução Francesa".[83] Em outras palavras, as "ondas longas" não são estatisticamente demonstráveis. Nós, ao contrário, consideramos que o problema principal *não* é o da verificação estatística mas o da explicação teórica,[84] embora seja evidente que, se a teoria das "ondas longas" não pudesse ser confirmada empiricamente, ela constituiria uma hipótese de trabalho infundada e, em última análise, uma mistificação. No entanto, os métodos de verificação empírica devem adequar-se ao problema específico a ser explicado. Os movimentos de preços, que podem ser provocados por um desenvolvimento inflacionário — inclusive, no caso de um padrão-ouro, por uma redução maior no valor mercantil dos metais preciosos do que no valor médio de outras mercadorias — decidi-

[80] Bogdanov parece ter sido o primeiro a fazer tal tentativa. "As ondas longas não são independentes dos ciclos conjunturais, mas simplesmente (!) o resultado da soma de ciclos conjunturais isolados de diferentes durações, que por acaso (!) caem dentro de cada fase dos ciclos longos." Garvy cita essa passagem com aprovação e Weinstock a repete (*Op. cit.*, p. 50).

[81] Dessa maneira Kuznets utiliza "médias" do crescimento decenal do comércio mundial no período 1928/63 ou mesmo 1913/63 que obscurecem completamente o fato específico de uma contração marcante no comércio mundial no período 1929/39. (KUZNETS, Simon. "Quantitative Aspects of the Economic Growth of Nations, M-X Level and Structure of Foreign Trade: Long Term Trends". In: *Economic Development and Cultural Change*. v. XV, Parte Segunda, n.° 2, janeiro de 1967.) Isso faz lembrar aquelas "médias estatísticas" que calculavam em 1 000 dólares a "renda *per capita*" num país atrasado e utilizavam essa cifra para determinar seu "relativo padrão de vida", sem levar em consideração que essa média era o resultado, digamos, de uma situação em que 75% da população recebesse apenas 100 dólares, 24% recebesse 2 000 dólares e 1%, 45 000 dólares.

[82] WEINSTOCK. *Op. cit.*, p. 62-66. Weinstock chega à conclusão de que as ondas longas devem ser consideradas mais como "épocas históricas" do que como "verdadeiros ciclos" (*Ibid.* p. 201), aparentemente sem compreender que a mesma idéia havia sido formulada quarenta anos antes pelo marxista Trotsky (para as fontes pertinentes ver acima, notas 51 e 54).

[83] WEINSTOCK. *Op. cit.*, p. 101.

[84] Num trabalho póstumo, Lange observou: "Mesmo que os fatos históricos acima (as fases alternantes da produção capitalista desde o ano 1815) não estejam sujeitos a nenhuma restrição séria, eles não constituem prova suficiente da existência de ciclos a longo prazo. Para provar essa teoria seria necessário mostrar que existe uma relação causal entre duas fases consecutivas do ciclo, e ninguém teve êxito em mostrá-lo". (LANGE, Oskar. *Theory of Reproduction and Accumulation*. Varsóvia, 1969. p. 76-77.) Embora também rejeitemos o conceito do "longo ciclo" e, portanto, não aceitemos a determinação mecânica do "refluxo" pelo "fluxo" e vice-versa, apesar de tudo pretendemos mostrar que a lógica interior da onda longa é determinada pelas oscilações a longo prazo na taxa de lucros.

damente não constituem um indicador seguro.[85] Da mesma forma, deveriam ser vistos com certa cautela os números de produção de mercadorias isoladas, que podem ser fortemente influenciadas, em certos períodos, pelo papel de "setores em crescimento" desempenhado por determinados ramos produtivos. As curvas de renda, que podem sofrer influência de oscilações inflacionárias de preços, são também índices derivados que só devem ser utilizados após uma análise histórica fundamentada. Em conseqüência, os indicadores mais convincentes parecem ser os da produção industrial como um todo e os do desenvolvimento do volume de comércio mundial (ou do volume *per capita*); os primeiros expressarão a tendência a longo prazo da *produção* capitalista, e os últimos, o ritmo de expansão do *mercado mundial*. Justamente no que diz respeito a esses indicadores, é perfeitamente possível fornecer comprovação empírica para as "ondas longas" após a crise de 1847:

Índice cumulativo anual de crescimento da produção industrial da Grã-Bretanha[1]

Média de 1801/11 até a média de 1831/41: 4,7%[2]	
1827-1847	3,2%
1848-1875	4,55%
1876-1893	1,2%
1894-1913	2,2%
1914-1938	2%
1939-1967	3%

[1] MITCHELL, B. R. e DEANE, Phyllis. *Abstract of British Historical Statistics*; o índice de Hoffmann até 1913; o índice de Lomax para 1914/38 (ambos sem o ramo da construção). Cálculos para o período após a Segunda Guerra Mundial são tomados do Centro de Estatísticas da CEE, e incluem o setor da construção.
[2] DEANE, P. e COLE, W. A. *British Economic Growth 1688-1959*. p. 170 (inclui o setor da construção).

Índice cumulativo anual de crescimento da produção industrial da Alemanha[1] (após 1945, índice da República Federal da Alemanha)

1850-1874	4,5%
1875-1892	2,5%
1893-1913	4,3%
1914-1938	2,2%
1939-1967	3,9%

[1] Para os índices até 1938, HOFFMANN, Walther G. *Das Wachstum der deutschen Wirtschaft seit der Mitte des 19. Jahrhunderts*. Berlim, 1965. Os números após a Segunda Guerra Mundial se originam de *Statistisches Jahrbuch für die Bundesrepublik*.

Índice cumulativo anual de crescimento da produção industrial dos EUA.[1]

1849-1873	5,4%
1874-1893	4,9%[2]
1894-1913	5,9%
1914-1938	2%
1939-1967	5,2%

[1] Para os índices de 1849/73, GALLMANN, Robert E. "Commodity-Output 1839-1889". In: *Trends in the American Economy in the XIX Century*. v. XXV de Studies in Income and Wealth. Princeton, 1960. Os índices posteriores são do Bureau of Census, US Department of Commerce. *Long-Term Economic Growth 1860-1965*.
[2] Esse índice é muito mais elevado do que a média, porque a Guerra Civil acarretou um certo adiamento da "onda longa". Assim, a produção cresceu de maneira muito mais abrupta nos Estados Unidos do que na Europa, na década de 80 do século XIX.

[85] As teses de Gaston Imbert, baseadas exclusivamente em variações de preços, devem portanto ser rejeitadas. (IMBERT, Gaston. *Des Mouvements de Longue Durée Kondratieff*. Aix-en-Provence, 1959.) David Landes rejeita a idéia de "ondas longas" para a evolução dos preços, mas não conseguiu de forma alguma refutar a sua existência. LANDES. *Op. cit.*, p. 233-234.

Taxa cumulativa anual de crescimento da produção física per capita em escala mundial[1]

1865-1882	2,58%
1880-1894	0,89%
1895-1913	1,75%
1913-1938	0,66%

[1] DUPRIEZ, Léon H. *Des Mouvements Economiques Généraux*. Louvain, 1947. v. II, 567.

Taxa cumulativa anual de crescimento no volume do comércio mundial[1]

1820-1840	2,7%
1840-1870	5,5%
1870-1890	2,2%
1891-1913	3,7%
1913-1937	0,4%
1938-1967	4,8%

[1] Calculado por nós a partir de MULHALL. *Dictionary of Statistics*. Londres, 1899; MULHALL e HARPER. *Comparative Statistical Tables and Charts of the World*. Filadélfia, 1899; KUZNETS, Simon. *Quantitative Growth of the Economics Wealth of Nations*; SVENNILSON, Ingvar. *Growth and Stagnation in the European Economy*. Genebra, 1954; *Statistisches Jahrbuch für die Bundesrepublik Deutschland*. 1969.

A passagem, desde 1967, de uma onda longa de expansão a uma onda longa de crescimento muito mais vagaroso é confirmada estatisticamente pelas respectivas tendências da produção industrial mundial para cada período:

Percentagem combinada anual do crescimento da produção industrial[1]

	1947-1966	***1966-1975***
EUA	5,0%[2]	1,9%
Os "Seis" iniciais da CEE	8,9%	4,6%
Japão	9,6%	7,9%
Reino Unido	2,9%	2,0%

[1] Cálculos baseados nas estatísticas da ONU e da OCDE. Assumimos as seguintes taxas de declínio, no decorrer da presente recessão: para 1974: −3% nos EUA, −3% no Japão, −2% na GB. Para 1975: −2% nos EUA, −1% no Japão, −2% para a CEE, −1% na GB. Tais avaliações provavelmente subestimam a escala da recessão geral de 1974/75. Na medida em que a taxa de crescimento durante o restante dos anos 70 certamente será inferior àquela da década de 60, especialmente no Japão, a tendência a longo prazo deverá acentuar, ao invés de diminuir, o contraste entre as taxas de crescimento dos períodos 1947/66 e 1967/8?.
[2] Para os EUA, 1940-1966.

Dupriez, por seu turno, publicou após a Segunda Guerra Mundial a forma final de sua teoria das ondas longas no desenvolvimento econômico.[86] Essa teoria atribuía o papel decisivo para a explicação das ondas de Kondratieff aos desvios entre o índice de valor do dinheiro e o índice de valor de mercadorias:

> "A ligação fundamental entre o grupo de processos econômicos essenciais e os eventuais fatos históricos deve ser buscada junto ao desvio do índice do valor do dinheiro; na falta de uma estabilização da relação entre dinheiro e mercadorias, tais desvios são virtualmente inevitáveis. Essa é a realidade econômica de base que governa

[86] DUPRIEZ. *Op. cit.* e *Konjunkturphilosophie*. Berlim, 1963.

> as ondas de Kondratieff, que determina todos os processos ligados às mudanças de preços. É esse o fato novo que introduzimos na explicação do processo duradouro que se desenvolve por baixo das ondas de Kondratieff, onde mostra ser um determinante muito mais decisivo e coerente do que nos próprios ciclos econômicos."[87]

A base da argumentação de Dupriez prende-se à grande variabilidade na demanda pelo capital (os marxistas diriam: a demanda dos capitalistas industriais pelo capital monetário adicional). Na fase ascendente da onda longa, os preços em alta que resultam de uma queda no valor do coeficiente de dinheiro estimulam essa busca de capital. Ocorre então um momento decisivo, na maioria das vezes depois de guerras ou revoluções, no qual "o desejo de uma reorganização das finanças públicas" se torna predominante, o coeficiente de valor do dinheiro se eleva devido ao menor volume de dinheiro para crédito, e as correspondentes deflação e queda nos preços atuam no sentido de deprimir o crescimento da economia.[88]

O ponto crítico decisivo em todo esse esquema é assim provocado por um fator puramente psicológico, o qual — exatamente da mesma maneira que as notáveis personalidades dos empresários de Schumpeter, predispostos aos aperfeiçoamentos que fazem época — desempenha no mesmo o papel de um *deus ex machina* arbitrário.[89] Independentemente dessa fraqueza, porém, a argumentação de Dupriez representa uma nova e peculiar versão daquele dualismo entre mercadorias e dinheiro, que Marx já havia criticado tão severamente em Ricardo, dualismo que falha na compreensão de que o dinheiro só é capaz de desempenhar seu papel de meio de troca porque ele mesmo é uma mercadoria. Uma vez, entretanto, que seja eliminado da demonstração o valor mercantil (preço de produção) do material do dinheiro, isto é, do metal precioso, como determinado por suas próprias condições de produção, o fator proclamado por Dupriez como o motor crucial por trás das ondas longas se reduz a flutuações em papel-moeda, isto é, à inflação de papel-moeda. Todavia, como o ímpeto inicial das ondas longas foi atribuído à demanda de capital — capital real, capaz de valorização, e não papel-moeda —, o argumento entra em colapso por si mesmo. Não fica claro por que uma falta de papel-moeda em circulação deveria em certos períodos sufocar a *demanda* de capital monetário, e por isso ser acompanhada por uma *declinante* taxa de juros, enquanto em outros períodos, justamente quando há uma expansão do crédito, a demanda de dinheiro aumenta ainda mais acentuadamente e dessa maneira empurra para cima a taxa de juros. Na realidade, o próprio Dupriez publicou uma tabela mostrando flutuações cíclicas na taxa de juros a longo prazo na Grã-Bretanha, que revela o oposto do que ele se propunha a provar. Isso porque, justamente nas fases de "reorganização da moeda" e "escassez do dinheiro", a taxa de juros é mais baixa do que nas fases de "inflação monetária":

Taxa média de juros a longo prazo na Grã-Bretanha[1]

1825-1847	3,99%
1852-1870	4,24%
1874-1896	3,11%
1897-1913	3,25%

[1] DUPRIEZ. *Des Mouvements Economiques Généraux*. v. II, p. 54.

[87] *Ibid.*, p. 201-202.
[88] DUPRIEZ. *Des Mouvements Economiques Généraux*. p. 92, 96.
[89] Schumpeter já havia elaborado essa tese em *Theory of Economic Development*, onde ele expressamente afirmou que o aparecimento de algumas "personalidades inovadoras" acarretaria inevitavelmente toda uma onda de inovações. Em sua obra *Business Cycles* ele se apega ainda mais a essa teoria. Portanto, Kuznets tem razão ao acusá-lo de haver elaborado uma tese do ciclo da *aptidão* empresarial. KUZNETS, Simon. *Schumpeter's Business Cycles*. p. 112.

A exemplo do caso de Kondratieff e Schumpeter, também na teoria de Dupriez está ausente aquele que deveria ser o elo crucial de ligação em todo o argumento — a taxa de lucros. O fluxo e refluxo de ondas longas do desenvolvimento econômico não são o resultado da "escassez" ou "superabundância" de dinheiro, dependendo da presença de uma geração "inflacionária" no leme ou de uma que seja inspirada pelo "desejo de reorganização das finanças públicas". Ao contrário: a demanda de capital monetário e conseqüentemente a taxa de juros passam por um declínio relativo quando a taxa média de lucros, em queda, vem frear a atividade de investimento dos capitalistas. Apenas quando condições específicas permitem uma elevação abrupta na taxa média de lucros e uma expansão considerável do mercado é que a atividade investidora conseguirá se apoderar dos descobrimentos técnicos capazes de revolucionar a totalidade da indústria, e dessa forma ocasionar uma tendência expansionista a longo prazo na acumulação de capital e na demanda de capital monetário (a uma taxa de juros relativamente alta).

A contribuição específica de nossa própria análise para uma solução do problema das "ondas longas" consistiu em relacionar as diversas combinações de fatores que podem influenciar a taxa de lucros (tais como uma queda radical no custo de matérias-primas; uma súbita expansão do mercado mundial ou de novos campos para investimento pelo capital; um rápido aumento ou um rápido declínio na taxa de mais-valia; guerras e revoluções) na lógica interna do processo de acumulação e valorização do capital a longo prazo, baseado em jatos de renovação radical ou reprodução da tecnologia produtiva fundamental. Tais movimentos são explicados pela lógica interna do processo de acumulação e da própria auto-expansão do capital. Mesmo se admitirmos que a atividade de invenção e descoberta é contínua, ainda assim o desenvolvimento da acumulação de capital a longo prazo deverá permanecer descontínuo, pois as condições que favorecem a valorização do capital (e que resultam no aumento ou na estabilização, num alto patamar, da taxa de lucros) devem, com o tempo, transformar-se em condições que determinam uma deterioração nessa valorização (em outras palavras, que determinam uma queda na taxa média de lucros). Os mecanismos concretos dessa conversão devem ser analisados em referência às condições históricas concretas do desenvolvimento do modo de produção capitalista por ocasião desses pontos críticos mais importantes (isto é, o início da década de 20 e da década de 70 do século XIX; às vésperas da Primeira Guerra Mundial; meados da década de 60 do século XX). Foi o que tentamos demonstrar neste capítulo. Mostramos que uma combinação *diferente* de fatores desencadeantes foi responsável pelos aumentos sucessivos e repentinos na taxa média de lucros após 1848, após 1893 e após 1940 (para os Estados Unidos) e 1948 (Europa ocidental e Japão). Depois das Revoluções de 1848, o aumento na taxa de lucros foi parcialmente devido à rápida expansão do mercado mundial — que, inclusive, em boa medida resultara dessas revoluções — e à súbita expansão da produção de ouro na Califórnia e Austrália, o que gerou condições propícias para a primeira revolução tecnológica. Isso, por sua vez, conduziu a um barateamento extremo do capital constante fixo e a uma abrupta oscilação ascendente na taxa de mais-valia — com um incremento maciço na produtividade do trabalho no Departamento II, e dessa maneira um incremento maciço na produção de mais-valia relativa. Todos esses determinantes liberaram uma acentuada deslocação ascendente da taxa média de lucros e, conseqüentemente, da acumulação de capital enquanto tal. No início dos anos 90 do século XIX, os fatores desencadeantes da nova onda longa de expansão foram o enorme vigor das exportações de capitais para as colônias e semicolônias, e o resultante barateamento das matérias-primas e gêneros alimentícios, que similarmente conduziram a uma aguda elevação na taxa de lucros nos países imperialistas. Isso tornou possível a segunda revolução tecnoló-

gica, bem como uma queda nos custos do capital fixo e uma aceleração pronunciada do tempo de rotação do capital industrial em geral — em outras palavras, tornou possível outro aumento fundamental na massa e na taxa de mais-valia e de lucros. O problema central colocado pelo passado mais recente é o de saber por que, após a longa recessão ou estagnação da acumulação de capital após 1913, intensificada pela Grande Depressão de 1929/32, foi possível ocorrer um novo aumento na taxa média de lucros e uma nova aceleração da acumulação de capital imediatamente antes, durante e depois da Segunda Guerra Mundial (dependendo do país imperialista em questão). Isso coloca o problema adicional de saber se uma nova onda longa pode ser prognosticada a partir da segunda metade dos anos 60 do século XX — o refluxo em seguida ao fluxo. Tentaremos responder a essas indagações nos capítulos seguintes.

5

Valorização do Capital, Luta de Classes e a Taxa de Mais-Valia no Capitalismo Tardio

Todos os outros fatores sendo iguais, um aumento na composição orgânica do capital implica uma queda na taxa de lucros. No capítulo XIV do volume 3 de *O Capital*, Marx mostra que dois entre os mais importantes fatores que podem deter a queda da taxa média de lucros são o barateamento dos elementos do capital constante e o aumento da taxa de mais-valia (seja por uma ampliação no grau de exploração do trabalho, seja por uma redução dos salários a um nível inferior ao valor da mercadoria força de trabalho).[1] Nos capítulos anteriores já examinamos o desenvolvimento do valor da porção circulante do capital constante desde os anos 20 deste século; nos capítulos seguintes, consideraremos o desenvolvimento do valor do capital constante fixo. Antes, entretanto, devemos examinar as flutuações na taxa de mais-valia no decorrer do século XX.

Se a duração da jornada de trabalho permanecer a mesma — e, no fundamental, este tem sido o caso desde a adoção generalizada do dia de oito horas em seguida à Primeira Guerra Mundial, com exceção da época do fascismo e da Segunda Guerra Mundial (se desconsiderarmos flutuações em termos de trabalho extraordinário e trabalho em tempo parcial) —, a taxa de mais-valia deverá elevar-se de acordo com as condições apresentadas a seguir. 1) Se a produtividade do trabalho no Departamento II crescer mais rapidamente do que os salários, isto é, se o trabalhador consumir menor porção de uma jornada (constante) de trabalho para produzir o equivalente a seu salário; 2) se um aumento na intensidade do trabalho conduzir ao mesmo resultado, isto é, o trabalhador produzir o equivalente em valor a seu salário em menos horas de trabalho do que antes, de maneira que haja um acréscimo na duração do sobretrabalho; 3) se, inalterada a produtividade ou intensidade do trabalho (e, *a fortiori*, com um crescimento na produtividade e intensidade do trabalho), houver uma queda no salário real, isto é, se o equivalente em valor do salário puder mais uma vez ser produzido numa fração menor da jornada de trabalho.

O aumento na taxa de mais-valia será ainda mais considerável se dois ou todos os três fatores estiverem simultaneamente em operação. Sob condições normais, isto é, enquanto o preço da mercadoria força de trabalho for regulado pelas leis do mercado, essa será uma ocorrência rara. Com um aumento na produtivida-

[1] MARX. *Capital*. v. 3, p. 232 *et seqs*.

de do trabalho, os salários reais só cairão em termos absolutos se a tendência a longo prazo for no sentido de expansão do exército industrial de reserva, e tal não tem sido o caso nos países industrializados ou imperialistas desde o último terço do século XIX. Se, a longo prazo, o exército industrial de reserva permanecer constante ou diminuir, um aumento na produtividade do trabalho terá então um efeito duplo e contraditório no nível dos salários. Por um lado, o valor da mercadoria força de trabalho será reduzido porque as mercadorias tradicionalmente necessárias à reprodução da força de trabalho perdem parte do seu valor. Por outro lado, o valor da mercadoria força de trabalho será elevado através da incorporação de novas mercadorias ao mínimo indispensável para a vida (por exemplo, os chamados bens de consumo duráveis, cujo preço de aquisição pouco a pouco traçou seu caminho para o salário médio). Isso ocorreu nos Estados Unidos nos anos 20, 30 e 40, na Europa ocidental nas décadas de 50 e 60, enquanto no Japão o processo está atualmente em pleno desenvolvimento.[2]

Também podemos notar que, sob condições normais, é difícil aliar tempo inalterado de trabalho, salários reais em queda e intensidade ampliada de trabalho, porque uma queda no salário real torna o trabalhador mais passivo e indiferente, assim como, em termos objetivos, o enfraquece psicológica e fisicamente,[3] pelo menos em parte, e assim cria um limite material que não pode ser rompido pela intensidade do trabalho. Reconhecidamente, o desemprego crescente exerce aqui o efeito oposto, pois o medo de perder o emprego reduz as flutuações e estimula maior "disciplina de trabalho", isto é, maior atenção e esforço, como os empregadores na Alemanha Ocidental verificaram durante a recessão de 1966/67.[4]

No entanto, o fascismo e a Guerra Mundial não são "condições normais". Uma de suas principais funções objetivas foi exatamente a de permitir que todas as fontes de um acréscimo na taxa de mais-valia fluíssem simultaneamente, por assim dizer, para combinar pelo menos em parte um acréscimo na produtividade e intensidade do trabalho com um declínio nos salários reais.

Uma das maiores realizações de Marx consistiu em tornar claro que não existia nada semelhante a um "fundo de salários" claramente definido, nem outra espécie de "lei de ferro dos salários" que determinassem o seu nível com a força de uma necessidade natural. Embora, em última análise, a determinação do valor da mercadoria força de trabalho numa sociedade produtora de mercadorias seja governada por leis objetivas (tal como toda determinação de qualquer espécie de valor de mercadoria), não obstante existe algo de especial sobre esse valor de mercadoria em particular, pois ele é influenciado em larga medida pelos conflitos entre o capital e o trabalho — em outras palavras, pela luta de classes. Em *Salário, Preço e Lucro*, Marx diz:

> "Além desse mero elemento físico, na determinação do valor do trabalho entra o *padrão de vida tradicional* em cada país. Não se trata somente da vida física, mas também da satisfação de certas necessidades que emanam das condições sociais em que vivem e se criam os homens. O padrão de vida inglês poderia baixar ao irlandês; o pa-

[2] A maior debilidade da teoria de salários de Arghiri Emmanuel é a não compreensão de que o que Marx denominou "elemento social ou histórico" no valor da mercadoria força de trabalho não é um elemento estático e tradicional, mas pelo menos potencialmente dinâmico. (Ver EMMANUEL. *Unequal Exchange*. p. 116-120.) Isso o conduz à tese idealista de que "aquilo que a sociedade considera, em certo lugar e em certo momento, como o padrão de salários" é o determinante dos salários. *Ibid.* p. 119.

[3] Ver a esse respeito a pesquisa de Jacquemyns quanto ao desenvolvimento do estado de saúde e da capacidade de trabalho dos operários belgas durante a Segunda Guerra Mundial. JACQUEMYNS, J. *La Société Belge Sous l'Occupation Allemande*. Bruxelas, 1950. v. I, p. 135-138, 463-465; v. II. p. 149-164.

[4] Ver, entre outros, *Zweites Weissbuch zur Unternehmermoral*, publicado pela I. G. Metall (a união de metalúrgicos da Alemanha Ocidental), Frankfurt, 1967; MANDEL, Ernest. *Die deutsche Wirtschaftskrize — Lehrender Rezession 1966/67*. Frankfurt, 1969. p. 25.

drão de vida de um camponês alemão ao de um camponês livônio. A importância do papel que a esse respeito desempenham a tradição histórica e o costume social podereis vê-la no livro do Sr. Thornton sobre a *Superpopulação*... Esse elemento histórico ou social, que entra no valor do trabalho, pode acentuar-se, ou debilitar-se e, até mesmo, extinguir-se de todo, de tal maneira que só fique de pé o limite físico... Se comparais os salários normais ou valores do trabalho em diversos países e em épocas históricas distintas, dentro do mesmo país, vereis que o valor do trabalho não é por si uma grandeza constante, mas variável mesmo supondo que os valores das demais mercadorias permaneçam fixos".[5]

Marx acrescentou ainda mais especificamente:

"Mas, no que se refere ao *lucro*, não existe nenhuma lei que lhe fixe o *mínimo*. Não podemos dizer qual seja o limite extremo de sua baixa. E por que não podemos estabelecer esse limite? Porque, embora possamos fixar o salário *mínimo*, não podemos fixar o salário *máximo*. Só podemos dizer que, dados os limites da jornada de trabalho, o *máximo* de lucro corresponde ao *mínimo físico dos salários* e que, partindo de dados salários, o *máximo de lucro* corresponde ao prolongamento da jornada de trabalho na medida em que seja compatível com as forças físicas do operário. Portanto, o máximo de lucro só se acha limitado pelo mínimo físico dos salários e pelo máximo físico da jornada de trabalho. É evidente que, entre os dois limites extremos da *taxa máxima de lucro*, cabe uma escala imensa de variantes. A determinação de seu grau efetivo só fica assente pela luta incessante entre o capital e o trabalho; o capitalista tentando constantemente reduzir os salários ao seu mínimo físico e a prolongar a jornada de trabalho ao seu máximo físico, enquanto o operário exerce constantemente uma pressão no sentido contrário. *A questão se reduz ao problema da relação de forças dos combatentes*".[6]

Uma vez que a "relação de forças dos combatentes" determina a distribuição do valor recém-criado entre capital e trabalho, ela determina, da mesma forma, a taxa de mais-valia. Isso pode ser entendido num duplo sentido. Em primeiro lugar, quando a relação de forças políticas e sociais é favorável, a classe operária pode ter êxito na incorporação de novas necessidades, determinadas pelas condições sociais e históricas e aptas a serem satisfeitas pelos salários, no valor da força de trabalho.[7] Em outras palavras, pode conseguir aumentar esse valor. No entanto, se as condições econômicas é que se mostrarem vantajosas, isto é, quando houver uma aguda escassez de mão-de-obra devido a um ritmo anormal da acumulação de capital, o preço da mercadoria força de trabalho (o salário) também poderá se elevar periodicamente acima de seu valor. Ao contrário, quando a relação de forças políticas e sociais for desvantajosa para a classe operária, o capital poderá ter êxito na redução do valor da força de trabalho pela destruição de uma série de conquistas históricas e sociais dos operários, isto é, pela eliminação parcial de mercadorias que correspondem a suas necessidades dentro do "padrão de vida" considerado normal. Analogamente, o capital pode forçar a redução do preço da mercadoria

[5] MARX. *Wages, Price and Profit*. In: MARX e ENGELS. *Selected Works*. Londres, 1968. p. 225-226.
[6] *Ibid.*, p. 226. (Os grifos são nossos. E. M.)
[7] "A função básica dos sindicatos é a de criar — pela elevação das necessidades dos trabalhadores, pela elevação de seus padrões costumeiros acima do mínimo físico para a sobrevivência — um mínimo social e cultural de subsistência, isto é, determinado padrão cultural de vida para a classe operária, abaixo do qual os salários não podem cair sem provocar imediatamente a resistência e o combate unitário. O grande significado do econômico da Social Democracia prende-se especificamente ao fato de que, ao despertar intelectual e politicamente as amplas massas dos trabalhadores, ela eleva o nível cultural dos mesmos e com isso as suas necessidades econômicas. Quando, por exemplo, se torna habitual que os trabalhadores assinem um jornal ou comprem folhetos, o padrão econômico de vida do trabalhador se eleva em conformidade e, conseqüentemente, o mesmo acontece com o seu salário." LUXEMBURG, Rosa. *Einführung in die Nationalökonomie*. Berlim, 1925. p. 275.

força de trabalho até um nível abaixo de seu valor, quando a relação de forças econômicas for particularmente desvantajosa para a classe operária.

O mecanismo inerente ao modo de produção capitalista, que normalmente conserva dentro de limites o aumento no valor e no preço dos salários, é a expansão ou reconstrução do exército industrial de reserva ocasionada pela própria acumulação de capital, isto é, pelo aparecimento inevitável, em períodos de alta salarial, de tentativas no sentido de substituir em grande escala a força de trabalho viva por maquinaria.[8] A queda na taxa média de lucros resultante de um aumento na composição orgânica do capital e dos salários em alta tem o mesmo efeito. Se a taxa de lucros cair abaixo do nível necessário para promover uma contínua acumulação do capital, esta última cederá abruptamente; na depressão resultante a demanda de mercadoria força de trabalho cai com rapidez, e o exército industrial de reserva é reconstruído, detendo dessa maneira o aumento de salários ou provocando a sua queda.

Em *Der Imperialismus*, sua principal obra, Sternberg empreendeu a primeira tentativa de investigar, com referência à história do modo de produção capitalista nas primeiras décadas do século XX, o papel do exército industrial de reserva como o mais importante regulador das flutuações nos salários, um papel que havia sido enfatizado expressamente por Marx.[9] Essa contribuição não pode ser negada a Sternberg,[10] mesmo que seu trabalho revele inúmeros erros teóricos e metodológicos, apontados por Grossmann e outros autores.[11]

Em sua crítica, Grossmann contestou acertadamente as formulações ligeiras com as quais Sternberg se julgou obrigado a ressaltar as "negligências" de *O Capital* de Marx.[12] No entanto, suas apreciações não apreenderam a essência da tese de Sternberg, não perceberam o significado das definições de Marx sobre os salários (muito mais complexos do que Grossmann prefere admitir)[13] e assim não conseguiram fornecer uma mediação entre o abstrato e o concreto — em outras palavras, uma mediação entre as leis gerais determinantes do valor da mercadoria for-

[8] "A estagnação da produção deixará desempregada uma parcela da classe operária e, com isso, a parcela empregada se verá colocada numa situação em que não terá outro remédio senão se submeter a uma redução de salários, inclusive abaixo da média. Isso tem para o capital exatamente os mesmos efeitos de um aumento da mais-valia absoluta ou relativa, com a manutenção da média de salários... A queda nos preços e a luta da concorrência teriam impelido cada capitalista a reduzir o valor individual de seu produto total até um nível abaixo de seu valor geral, por meio de novas máquinas, novos e aperfeiçoados métodos de trabalho e novas combinações, isto é, a aumentar a produtividade de determinado montante de trabalho, a diminuir a proporção do capital variável em relação ao capital constante, e dessa maneira a não utilizar alguns trabalhadores; em resumo, a criar uma superpopulação artificial." MARX. *Capital*. v. 3, p. 254-255.

[9] Ver MARX. *Capital*. v. 1, p. 637: "Considerados como um todo, os movimentos dos salários são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, e estas, por sua vez, correspondem às mudanças periódicas do ciclo econômico".

[10] STERNBERG. *Der Imperialismus*. Especialmente os dois primeiros capítulos. É verdade que ocasionalmente, sob a influência das teorias de Franz Oppenheimer — às quais aderiu em sua juventude pré-marxista —, ele troca uma compreensão correta do papel regulador do exército industrial de reserva do trabalho nas *flutuações salariais*, por uma superestimação do mesmo enquanto determinante decisivo da *manifestação* da mais-valia — isto é, do próprio *valor da força de trabalho*.

[11] GROSSMANN, Henryk. "Eine neue Theorie über Imperialismus und soziale Revolution". Originalmente publicado in: GRÜNBERG. *Archiv für die Geschichte des Sozialismus und der Arbeiterbewegung*. Leipzig, 1928. v. XIII. Aqui refiro-me à reedição em GROSSMANN, Henryk. *Aufsätze zur Krisentheorie*. Frankfurt, 1971. p. 111-164.

[12] Entre outras coisas, à afirmação de Sternberg de que Marx subestimou a importância dos estratos médios pequeno-burgueses; de que ele deixou de compreender que um retardamento da revolução socialista poderia desfazer o "sazonamento para a socialização" da economia européia e da norte-americana; que a teoria de Marx quanto aos salários previa o empobrecimento absoluto, e assim por diante.

[13] Assim, Grossmann esquece completamente (*Op. cit.* p. 137 *et seqs.*) a importância do "elemento histórico e social" na determinação do valor da mercadoria força de trabalho, e fala de custos "exatamente fixos" de reprodução desta última, sem levar em consideração o fato de que, por sua vez, esses custos dependem das necessidades específicas a que devem satisfazer. Na página 142 encontramos até mesmo uma expressão que é verdadeiramente surpreendente para um autor tão familiarizado com *O Capital*: "os salários, isto é, o valor da força de trabalho", quando deveria ser "o preço da força de trabalho".

ça de trabalho e o desenvolvimento concreto dos salários na Europa ocidental desde a segunda metade do século XIX.

Deve também ser expressamente solicitado que, tão logo os trabalhadores conseguem eliminar em boa medida a concorrência em suas próprias fileiras, pela criação de uma forte organização sindical — determinada pela redução a longo prazo do exército industrial de reserva —, um novo aumento no desemprego (desde que não atinja proporções catastróficas) não precisa acarretar automaticamente uma queda no preço da mercadoria força de trabalho. Nesse caso, o desemprego só pode exercer tal efeito de maneira indireta, em primeiro lugar pelo fato de que os salários reais das camadas desorganizadas do proletariado começam a cair em razão do desenvolvimento desfavorável da relação entre a demanda e a oferta de mão-de-obra, e, em segundo lugar, quando a combatividade sindical das camadas organizadas do proletariado está enfraquecida. No entanto, essa segunda condição representa uma mediação necessária entre o desemprego crescente e a queda dos salários reais. Se ela não se materializar, ou não o fizer imediata ou suficientemente, a expansão do desemprego poderá ser acompanhada por uma expansão dos salários reais, como é mostrado pelos exemplos dos Estados Unidos em 1936/39 e da Grã-Bretanha em 1968/70. O capital procurará, então, ampliar o volume de desemprego de tal maneira que essa mediação prevaleça apesar de tudo — isto é, tentará minar a solidariedade de classe entre os trabalhadores empregados e desempregados em tal medida que o desemprego maciço virá debilitar, em última análise, a capacidade de luta dos assalariados organizados e ainda empregados.[14] O combate contra a expansão do desemprego torna-se então um problema de vida ou morte para os operários organizados.

Torna-se compreensível, portanto, por que motivo a chamada Curva de Phillips não possui o alcance *automático e mecânico* a ela atribuído por seu autor.[15] Em oposição à tese superficial, liberal-reformista, de que o "pleno emprego" se tornou um elemento duradouro e normal na "economia social de mercado" ou na "economia mista" da "sociedade neocapitalista", Phillips tinha toda a razão ao mostrar que existe uma correlação definida entre o índice de alteração dos salários em moeda, por um lado, e, por outro, o nível de desemprego, ou índice de alteração do desemprego. Isso significa que o capitalismo, hoje tanto quanto ontem, necessita do exército industrial de reserva para evitar um aumento "excessivo" nos salários reais, ou para conservar a taxa de mais-valia e a taxa de lucros num nível

[14] A origem social e a composição do exército industrial de reserva, ou as proporções relativas de seus diversos componentes, são da maior importância a esse respeito. Entre outros autores, Rosa Luxemburg resumiu esses componentes da maneira apresentada a seguir. "No entanto, o exército industrial de reserva dos desempregados impõe o que poderia ser denominado uma restrição espacial no efeito dos sindicatos: somente a camada superior dos trabalhadores mais bem colocados, para os quais o desemprego é apenas periódico e — nos termos de Marx — 'fluido', tem acesso à organização sindical e a seu efeito. As camadas inferiores do proletariado, integradas por trabalhadores não qualificados da construção, que continuamente afluem do campo para a cidade, e por todos aqueles trabalhadores em ofícios semi-rurais irregulares, tais como os de fabricação de tijolos e de obras de terraplenagem, já se mostram bem menos aptas à organização sindical, devido às condições espaciais e temporais inerentes à natureza de sua ocupação e a seu meio social. Finalmente, as camadas mais baixas do exército industrial de reserva, os desempregados que encontram algum trabalho ocasional, os empregados domésticos e, além disso, os pobres que vez por outra arranjam empregos temporários encontram-se completamente fora do alcance da organização. Em termos gerais, quanto maior a miséria e as dificuldades em determinada camada do proletariado, menores serão as possibilidades de um sindicalismo efetivo. Assim, a eficácia dos sindicatos dentro do proletariado mostra-se pouco profunda no plano vertical e, ao contrário, bastante larga no plano horizontal. Em outras palavras, ainda que os sindicatos só incluíssem uma parcela da camada mais alta do proletariado, seu efeito se estenderia à totalidade dessa camada, pois as suas conquistas beneficiariam a toda a massa de operários empregados nos ofícios em questão." (LUXEMBURG, Rosa. *Einführung in die Nationalökonomie*. p. 276-277.) Uma notável confirmação dessa análise em nossa época pode ser encontrada, em relação aos Estados Unidos, na obra de HARRINGTON, Michael. *The Other America*. Harmondsworth, 1963. p. 36-39, 48-52, 88 *et seqs*.

[15] PHILLIPS. "The Relation between Unemployment and the Rate of Change of Money Wages in the United Kingdom". In: *Economica*. Novembro de 1958, v. XXV.

que estimule a acumulação do capital. Mas Phillips equivocou-se ao construir uma relação automática e mecânica entre o nível do desemprego (ou índice de alteração do desemprego) e a taxa de crescimento dos salários nominais, sem levar em consideração a "relação de forças dos combatentes". Esta última, entretanto, inclui não apenas a relação entre demanda e oferta no "mercado de trabalho", mas também o grau de organização, potencial de luta e consciência de classe do proletariado.

A partir de um ensaio de Lewis, que situava a causa básica da acumulação acelerada de capital durante a primeira fase de industrialização na existência de uma oferta abundante de força de trabalho (isto é, na existência real ou potencial de um permanente exército industrial de reserva) — e dessa maneira reabilitando na prática as teses clássicas de Ricardo e Marx, ainda que negando explicitamente sua validade em relação aos "mais maduros" Estados industriais[16] —, Kindleberger pretendeu, até certo ponto de forma menos mecânica do que Phillips, fazer do afluxo grandemente ampliado de força de trabalho[17] o principal fator do crescimento econômico acelerado da Europa ocidental e Japão após a Segunda Guerra Mundial, enquanto ao mesmo tempo procurava levar em consideração o progresso tecnológico.[18] Todavia, na medida em que ele exclui de seu modelo as taxas de lucros e de mais-valia (só o momento negativo de uma prevenção da "inflação de salários" desempenha nele um papel dinâmico), torna-se incompreensível o motivo pelo qual a liberação em massa de camponeses, artesãos e pequenos comerciantes, tão fundamental para a gênese do exército industrial de reserva em regiões como a Itália, Japão, França ou os Países Baixos, não tenha exercido o mesmo efeito numa fase anterior, antes da Segunda Guerra Mundial.

Naturalmente, todo esse conjunto de problemas desempenhou um papel primordial na literatura marxista — e não apenas nas três mais conhecidas polêmicas sobre o assunto: Marx contra Lassalle e Weston; Rosa Luxemburg contra Bernstein; Sternberg contra Grossmann. A tese do "empobrecimento absoluto", falsamente atribuída a Marx tantas e tantas vezes,[19] está em total contradição à sua teoria, explicitada nas passagens citadas acima, de que dois elementos — o fisiológico e o moral ou histórico — determinam o valor da mercadoria força de trabalho. Como o mínimo fisiológico por sua própria natureza dificilmente permite uma compressão, é lógico que, para Marx, o elemento "variável" ou "flexível" no valor da mercadoria força de trabalho fosse precisamente o elemento moral ou histórico. Em conseqüência, a flutuação do exército industrial de reserva e o nível alcançado pela luta de classes em dado momento são os fatores determinantes na ampliação ou redução das necessidades a serem satisfeitas pelos salários. Do ponto de vista da classe capitalista, a luta em torno da taxa de mais-valia é uma luta para restringir os salários às necessidades que sejam compatíveis com uma queda no valor da força de trabalho (dado um aumento importante na produtividade do trabalho, é claro que não há motivo pelo qual essa *diminuição de valor* não se combine a um *aumento na massa* de bens de consumo); ao contrário, a classe operária se esforça para que um número cada vez maior de necessidades seja satisfeito pelos salários.

Em contraposição ao persistente mito de que Marx via o trabalhador como

[16] LEWIS, Arthur. "Development with Unlimited Supplies of Labour". In: *The Manchester School of Economic and Social Studies*. Maio de 1954, v. XXII.

[17] Antes de Kindleberger, e independentemente dele, nós mesmos havíamos assinalado a grande importância da reconstrução do exército industrial de reserva para o crescimento acelerado do capitalismo na Europa ocidental e no Japão após a Segunda Guerra Mundial. Ver "The Economics of Neo-Capitalism". In: *Socialist Register 1964*. Londres, 1964, p. 60.

[18] KINDLEBERGER, Charles P. *Europe's Postwar Growth — The Role of Labour Supply*. Cambridge, EUA, 1967.

[19] Por exemplo, KINDLEBERGER. *Op. cit.*, p. 20; STRACHEY, John. *Contemporary Capitalism*. Londres, 1956. p. 93-95.

condenado a salários em estagnação ou mesmo em queda, podem ser mencionados muitos trechos de suas obras que rejeitam explicitamente essa hipótese.[20] No volume 2 de *O Capital* podemos ler:

> "O contrário ocorre nos períodos de prosperidade, particularmente nas épocas em que floresce a especulação... Não aumenta somente o consumo dos meios de subsistência necessários; a classe operária *(agora ativamente reforçada por todo o seu exército de reserva)* participa também, por um período, no consumo *de artigos de luxo normalmente além de seu alcance*, e daqueles produtos que, em outras épocas, constituem em sua maioria 'necessidades' de consumo unicamente para a classe capitalista".[21]

Diversos trechos nos *Grundrisse* se referem ao mesmo conjunto de problemas, e apenas três necessitam ser citados aqui. Na primeira passagem, Marx observa:

> "Para cada capitalista, a massa total de trabalhadores, com exceção de seus próprios trabalhadores, não aparece como trabalhadores mas como consumidores, possuidores de valores de troca (salários), dinheiro, que eles trocam por sua mercadoria. Existem inúmeros centros de circulação com os quais tem início o ato de troca e mediante os quais é conservado o valor de troca do capital. *Eles representam uma parcela bastante grande, em termos proporcionais* — embora não tão grande quanto geralmente se imagina, se considerarmos o trabalhador industrial propriamente dito —, *da totalidade dos consumidores*. Quanto maior o seu número — o volume da população industrial — e a massa de dinheiro à sua disposição, maior será a esfera de troca para o capital. Vimos que a tendência do capital é de ampliar o mais possível a população industrial".[22]

Em outra passagem, Marx escreveu:

> "Tudo isso, entretanto, pode mesmo agora ser mencionado de passagem, a saber, que a restrição relativa na esfera do consumo dos trabalhadores (que é apenas quantitativa e não qualitativa, ou melhor, apenas qualitativa enquanto baseada no quantitativo) dá a eles como consumidores (no desenvolvimento ulterior do capital a relação entre consumo e produção deve, em termos gerais, ser examinada mais atentamente) uma importância totalmente distinta da que possuíam como agentes de produção na Antiguidade ou na Idade Média, por exemplo, ou possuem atualmente na Ásia".

E Marx prossegue:

> "A participação do trabalhador em prazeres mais elevados, mesmo culturais, a agitação por seus próprios interesses, a subscrição de jornais, o comparecimento a conferências, a educação de seus filhos, o desenvolvimento de seu gosto, e assim por diante — sua única participação na civilização que o distingue do escravo —, só é possível economicamente *pelo alargamento da esfera de seus interesses quando os negócios vão bem*... Apesar de todos os discursos "piedosos", (o capitalista) por esse motivo busca meios de estimulá-lo ao consumo, de atribuir novos encantos às mercadorias que produz, de *sugerir-lhe novas necessidades* pela tagarelice permanente, e assim por diante. É exatamente esse lado da relação entre capital e trabalho que representa um momento civilizador essencial, e no qual reside não apenas a justificativa histórica, mas também o poder contemporâneo do capital".[23]

[20] Roman Rosdolsky foi de enorme valia no combate a essa simplificação. ROSDOLSKY. *Zur Entstehungsgeschichte des Marxschen "Kapital"*. v. I, p. 330 *et seq*.
[21] MARX. *Capital*. v. 2, p. 414. (Os grifos são nossos. E. M.)
[22] MARX. *Grundrisse*. p. 419-420. (Os grifos são nossos. E.M.)
[23] *Ibid*., p. 283-287.

Em seu discutível livro *Die Theorie der Lage der Arbeiter*, que expôs de maneira dogmática a tese stalinista do "empobrecimento absoluto da classe operária" — uma idéia altamente apreciada na época —, Kuczynski levou formalmente em consideração a importância das necessidades crescentes para qualquer avaliação do desenvolvimento dos salários:

> "Ora, se examinarmos a história do capitalismo nos últimos 150 anos, certamente poderemos dizer que o elemento histórico no valor da força de trabalho mostrou uma tendência a aumentar".[24]

No entanto, Kuczynski tentou combinar a aceitação de um aumento nas novas necessidades históricas, a serem satisfeitas pelos salários, com a afirmação de uma queda na satisfação de necessidades fisiológicas abaixo do nível mínimo para sobrevivência, com o auxílio de estatísticas duvidosas baseadas em tendências específicas no desenvolvimento da nutrição. Todavia, não existe fundamento sério para uma combinação a tal ponto estranha, que contradiz a essência mesma do conceito de um "mínimo fisiológico para sobrevivência". Seria muito mais correto observar que 1) um aumento ininterrupto na intensidade do trabalho, simultâneo ao progresso da tecnologia, *deve* resultar numa tendência à elevação desse mínimo para sobrevivência — pois sem um aumento nos salários reais será ameaçada a própria capacidade de trabalho do operário; 2) o capitalismo tende a ampliar as necessidades da classe operária num grau bem superior ao aumento de seus salários reais, de forma que, ainda com o aumento, é possível que os níveis salariais permaneçam abaixo do valor da força de trabalho. O próprio Kuczynski indica esses dois aspectos.[25]

Mais uma vez: se o potencial de luta e o grau de organização da classe operária forem altos, mesmo uma queda nos salários reais, em resultado do desemprego em larga escala, será somente de natureza passageira, compensada por um rápido aumento nos salários na fase subseqüente, de ascensão industrial. É suficiente estudar o desenvolvimento dos salários nos Estados Unidos de 1929/37, ou na França entre os anos 1932/37, para se verificar que a longo prazo mesmo o desemprego crescente ou em larga escala não pode reduzir automaticamente os salários reais, ou aumentar a taxa de mais-valia.

Dessa maneira, a categoria do "valor da mercadoria força de trabalho" assume seu pleno significado, sem absolutamente contradizer a determinação dos salários através da "relação de forças dos combatentes". *A curto prazo* esses salários flutuam em torno do valor da força de trabalho que pode ser considerado como dado, ou correspondente a um padrão médio de vida, aceito tanto pelo capital quanto pelo trabalho. *A longo prazo*, o valor da mercadoria força de trabalho, afastadas flutuações no valor das mercadorias precisas para satisfazer as necessidades básicas "normais" dos trabalhadores, pode aumentar se o proletariado, no processo de aguda luta de classes, conseguir incorporar novas necessidades aos padrões de vida aceitos como normais — ou diminuir, se a burguesia for bem-sucedida na eliminação de necessidades antes consideradas como normais pelos "combatentes".

Por outro lado, entretanto, se o capital conseguir enfraquecer decisivamente ou mesmo esmagar os sindicatos e todas as outras organizações da classe operária

[24] KUCZYNSKI, Jurgen. *Die Theorie der Lage der Arbeiter*. Berlim, 1948. p. 88.

[25] Lênin afirmou inequivocamente que o capitalismo mostra uma tendência a intensificar as necessidades do proletariado, e com isso o elemento histórico-social que participa do valor da mercadoria força de trabalho. *Collected Works*. v. I, p. 106.

— inclusive sua organização política; se tiver êxito em atomizar e intimidar o proletariado em tal medida que qualquer forma de defesa coletiva se torne impossível, e os trabalhadores sejam novamente relegados ao ponto de onde haviam partido —, em outras palavras, se tiver êxito em recriar a situação "ideal", do ponto de vista do capital, da concorrência generalizada de operário contra operário, torna-se perfeitamente possível: 1) utilizar a pressão do desemprego para ocasionar uma redução considerável nos salários reais; 2) impedir o retorno dos salários a seu nível anterior mesmo na fase de oscilação ascendente que sucede a uma crise, isto é, reduzir a longo prazo o valor da mercadoria força de trabalho; 3) forçar o preço da mercadoria força de trabalho até um nível abaixo desse valor já diminuído, por meio de manipulações, deduções e fraudes de todo tipo; 4) conseguir simultaneamente uma expansão considerável na intensidade social média do trabalho e mesmo tentar, em termos tendenciais, o prolongamento da jornada de trabalho. O resultado de todas essas modificações só pode ser um aumento rápido e maciço na taxa de mais-valia.

Isso é exatamente o que ocorreu na Alemanha em seguida à vitória do fascismo hitlerista. A pressão do desemprego em massa havia forçado os operários alemães a suportar consideráveis reduções de salários de 1929/32. Essas reduções foram menos catastróficas em termos *reais* do que em termos *nominais*, pois ocorreu uma queda simultânea no preço dos bens de consumo — mas, apesar de tudo, foram consideráveis. A média do salário bruto por hora de trabalho caiu do índice de 129,5 em 1929 para 94,6 em 1932, isto é, em mais de 35%. O salário médio por hora dos trabalhadores qualificados em 17 ramos da indústria caiu de 95,9 *pfennigs* em 1929 para 70,5 *pfennigs*, isto é, em 27%; no caso dos trabalhadores desqualificados a queda foi menos severa: de 75,2 para 62,3 *pfennigs*, ou apenas 17%. Tais percentagens devem ser multiplicadas pela redução nas horas trabalhadas. No entanto, uma vez que o preço de gêneros alimentícios declinou em cerca de 20% no mesmo período, e o preço de bens industriais decresceu segundo uma percentagem igualmente elevada, o declínio em salários reais não foi tão agudo como poderia parecer, diante do mergulho abrupto dos salários nominais. De qualquer maneira, não foi tão grave quanto se poderia imaginar, com o desemprego perto da marca dos 6 milhões e um colapso catastrófico nos lucros.[26] A taxa de mais-valia caiu — como acontece na maioria das vezes durante crises econômicas severas — em parte devido à desvalorização das mercadorias que materializavam a mais-valia, e em parte porque uma parcela da mais-valia produzida não podia ser realizada. Mas caiu sobretudo porque a própria produção de mais-valia estava em declínio, devido ao trabalho em tempo parcial e ao decréscimo no número de horas trabalhadas, uma vez que não é possível reduzir o número de horas de trabalho necessárias à reprodução da força de trabalho exatamente na mesma proporção que a duração da jornada total de trabalho.[27]

O que ocorreu, então, depois que os nazistas tomaram o poder? A média do salário bruto horário aumentou do índice 94,6 em 1933 para 100 em 1936 e 108,6 em 1939. No entanto, apesar do pleno emprego, esse índice médio em 1939 permanecia bastante abaixo do nível de 1929, quando atingiu 129,5. A massa total de salários e vencimentos pagos em 1938 ainda era inferior à de 1929

[26] BETTELHEIM, Charles. *L'Economie Allemande Sous Le Nazisme*. Paris, 1946. p. 210, 211, 252.

[27] Kuczynski calcula que os salários nominais brutos na indústria metalúrgica se precipitaram de um índice numérico de 184 em 1929 para 150 em 1930, na indústria química, de 247 para 203, e no conjunto da indústria, de 215 para 177. Para comparação, o índice de salários efetivamente pagos teria se reduzido à metade, e o índice dos salários reais brutos teria caído em mais de 1/3, de 100 em 1928 para 64 em 1932. Essa última cifra deveria ser examinada criticamente. KUCZYNSKI, Jurgen. *Die Geschichte der Lage der Arbeiter in Deutschland*. Berlim, 1949, v. I, p. 325-326, 329-330.

(42,7 bilhões de *Reichmarks* para 43 bilhões RM em 1929), enquanto, ao mesmo tempo, o número total de assalariados havia aumentado de 17,6 milhões em 1929 para 20,4 milhões em 1938.[28] Se considerarmos a grande ampliação nas deduções salariais (que aumentaram de menos de 10% para mais de 20% da massa total de salários), pode ser estimado que a renda anual efetivamente à disposição dos assalariados decresceu de 2 215 RM em 1929 para 1 700 RM em 1938, uma queda de aproximadamente 23%. O custo de vida era cerca de 7% mais alto em 1938 do que em 1933, e portanto provavelmente uns 10% inferior ao nível de 1929. Assim, antes da Segunda Guerra Mundial, o salário real do trabalhador alemão sob o Nacional Socialismo já havia caído em mais de 10% em comparação ao período anterior à crise, apesar do considerável acréscimo na produção (em 1938 estava 25% acima do nível de 1929) e do aumento da produtividade média do trabalho (em 1938 estava 10% acima do nível de 1929) conseguidos sob a tutela nazista.[29] Não admira que sob tais condições a massa de lucros tenha subido vertiginosamente: de 15,4 bilhões de RM em 1929 e 8 bilhões de RM em 1932 para 20 bilhões de RM em 1938 (tais cifras referem-se a todas as formas de lucro, inclusive os lucros comerciais e bancários e os lucros não distribuídos das companhias).[30]

O aumento na taxa de mais-valia foi portanto em larga escala. A participação dos salários e vencimentos na renda nacional decresceu de 68,8% em 1929 para 63,1% em 1938; a participação do capital aumentou de 21,0% para 26,6%. O aumento na taxa de mais-valia pode ser calculado com precisão ainda maior em comparação a 1932, o pior ano da crise. De 1932 a 1938 os salários nominais totais à disposição dos trabalhadores aumentaram em 69%, o número de indivíduos empregados em 56%, o nível da produção em 112% e o número de horas trabalhadas em 117%. É pouco surpreendente que sob tais condições a massa de mais-valia diretamente resultante para o capital tenha aumentado em 146%.[31]

Quais eram as fontes econômicas de onde fluía esse grande aumento na taxa de mais-valia? (Ela parece ter dobrado virtualmente, como pode ser inferido das razões 8/26 e 20/35).[32] Em primeiro lugar, resultava de uma considerável prolongação da jornada de trabalho sem a contrapartida de um aumento proporcional nos salários reais. No período 1932/38 o salário nominal por indivíduo empregado aumentou em menos de 10%, enquanto o custo de vida aumentava em 7%. Ao mesmo tempo, entretanto, o número de horas trabalhadas por indivíduo empregado crescia em cerca de 40%. Assim, a massa de mais-valia absoluta aumentou consideravelmente. Nesse aspecto jaz o mais importante segredo da expansão extremamente rápida da massa de mais-valia e da taxa de mais-valia sob o nazismo.

Em segundo lugar, entretanto, o valor da mercadoria força de trabalho revelou uma tendência à queda. Isso porque as necessidades atendidas pelos salários eram menos numerosas do que antes e, por outro lado, devido ao significativo declínio na qualidade das mercadorias disponíveis para a satisfação dessas necessidades. Por exemplo, houve um abrupto declínio na construção civil, isto é, uma deterioração nas condições habitacionais dos trabalhadores (2,8 bilhões de RM gastos em 1928 para 2,5 bilhões de RM dez anos depois, com uma população operária muito maior, mudança equivalente a um decréscimo de 20% na construção habita-

[28] BETTELHEIM. *Op. cit.*, p. 210-222.
[29] *Ibid.*, p. 212.
[30] NEUMANN, Franz. *Behemoth*. Nova York, 1963. p. 435-436.
[31] *Ibid.*, p. 435-436.
[32] Lucros de 8 bilhões de RM para 26 bilhões de RM em salários e ordenados disponíveis em 1932; lucros de 20 bilhões de RM para uma renda de 35 bilhões em 1938 à disposição dos que recebem salários e ordenados. Tais números não correspondem exatamente às categorias de mais-valia e capital variável, utilizadas por Marx, mas servem como indicadores. Mais adiante será apresentada uma clarificação adicional desse problema.

cional por assalariado). Houve também um aumento considerável no preço dos têxteis: em média, esses preços aumentaram em 26% entre 1932/38.[33] Houve um visível aumento na participação dos gastos com alimentos e artigos de primeira necessidade no orçamento médio do trabalhador, o que, na história do capitalismo, tem sido sempre um indício característico de uma queda no valor da mercadoria força de trabalho.[34] A deterioração na qualidade dos bens de consumo expressava-se tanto nos bens industriais de consumo (roupas feitas de materiais sucedâneos) quanto nos gêneros alimentícios.

Em terceiro lugar, depois do desaparecimento do desemprego, os vendedores da mercadoria força de trabalho foram impedidos de se aproveitar das condições mais favoráveis no mercado de trabalho para elevar o preço de venda da mercadoria. Depois que esse preço caiu abaixo de seu valor corrente sob a pressão da Grande Depressão, ele permaneceu nesse nível durante a alta subseqüente. Dessa maneira, os nazistas realizaram com sucesso o primeiro "milagre econômico alemão", mediante a redução a longo prazo do valor da mercadoria força de trabalho, enquanto simultaneamente deprimiam o preço da força de trabalho a um nível abaixo de seu valor, apesar do pleno emprego.

Não é difícil localizar o segredo social e político por detrás desse "sucesso". O esmagamento dos sindicatos e de todas as outras organizações operárias e a resultante atomização, intimidação e desmoralização condenaram toda uma geração de trabalhadores a uma perda de sua capacidade de autodefesa. Na "permanente luta entre o capital e o trabalho", um dos competidores tinha suas mãos atadas e sua cabeça atordoada. A "relação de forças dos combatentes" havia se inclinado decisivamente em favor do capital.

No entanto, mesmo sob condições nas quais a classe operária se encontra totalmente atomizada, não desaparecem as leis do mercado que determinam flutuações a curto prazo no preço da mercadoria força de trabalho. Tão logo se reduziu o exército industrial de reserva no Terceiro Reich, os trabalhadores puderam tentar, mediante rápida mobilidade de emprego — por exemplo, nos setores da indústria pesada e de armamentos, que pagavam salários mais altos e horas extraordinárias —, obter pelo menos uma pequena melhoria em seus salários, mesmo sem uma atuação sindical. Só uma violenta intervenção do Estado nazista para sustentar a taxa de mais-valia e a taxa de lucros, na forma da *proibição* legal das mudanças de emprego e da *vinculação compulsória* dos trabalhadores a suas funções, é que pôde impedir a classe operária de utilizar as condições mais propícias no mercado de trabalho.[35] Essa abolição da liberdade de movimentos do proletariado alemão representou uma das mais impressionantes confirmações da natureza de classe (capitalista) do Estado Nacional Socialista.[36]

Nos outros países imperialistas de importância-chave para o destino da economia mundial capitalista, um processo similar ocorreu nas vésperas e durante a Se-

[33] Entre abril de 1933 e abril de 1941 o aumento no custo do vestuário para o consumidor médio foi de aproximadamente 50%. (NEUMANN. *Op. cit.* p. 506.) Kuczynski afirma que o crescimento habitacional líquido em 1938 — cerca de 285 269 casas — ainda esteve abaixo do nível de 1929 (317 682 casas). KUCZYNSKI. *Die Geschichte der Lage der Arbeiter in Deutschland*. Berlim, 1949. v. II, p. 210-211.

[34] Os preços dos gêneros alimentícios aumentaram menos do que todos os outros componentes do custo de vida, à exceção dos aluguéis, e particularmente menos que os têxteis e os bens industriais de consumo. Às vésperas da Segunda Guerra Mundial a produção *per capita* de bens de consumo encontrava-se exatamente no nível de 1928, antes da crise. BETTELHEIM. *Op. cit.*, p. 207-208.

[35] Sobre a restrição à liberdade de movimentos dos assalariados no Terceiro Reich a partir de 1936 ver, entre outros, KUCZYNSKI. *Op. cit.*, v. II, p. 119-121, 195-198; NEUMANN. *Op. cit.*, p. 341-342, 619.

[36] Ver Neumann, *Op. cit.*, p. 344-348, para os casos em que os assalariados reagiram, com relativo sucesso, a algumas das mais severas medidas coercitivas do Terceiro Reich mediante a redução de seu ritmo de trabalho; por exemplo, por esse meio conseguiram a anulação da decisão que abolia o pagamento especial para o trabalho extraordinário ou dominical.

gunda Guerra Mundial: esse foi especialmente o caso na Itália, França, Japão e Espanha. Na Itália, Sylos-Labini refere que os salários reais da classe operária caíram do índice 56 em 1922 para 46 em 1938.[37] Após a Libertação, os salários foram congelados nos níveis do fascismo, só alcançando o índice de 1922 em 1948. A partir de então eles ultrapassaram muito lentamente esse nível até 1960, quando atingiram o índice 70. Na Espanha, fontes oficiais indicam um declínio da renda real *per capita* de 8 500 pesetas em 1935 para 5 400 pesetas em 1945 — em valores monetários de 1953, que naturalmente implicavam uma queda muito maior nos salários reais.[38] Entre 1945/50, o custo de vida aumentou mais uma vez em 60%, enquanto os salários permaneciam bloqueados. Foi só depois de 1950 que ocorreu uma recuperação gradual dos salários reais, que não obstante só alcançaram seus níveis de 1935 provavelmente no final dos anos 50. Durante todo esse tempo, a produção industrial da Espanha havia dobrado.

O caso do Japão é o mais claro de todos. Há alguma controvérsia sobre o padrão de salários durante a instalação da ditadura militar fascista, antes da Segunda Guerra Mundial. No entanto, o aumento abrupto no percentual de salários gasto em alimento — de 34,4% em 1933/34 para 43,5% em 1940/41 — e o declínio concomitante no percentual gasto em roupas, recreação, saúde e serviços pessoais — de 25,4% em 1933/34 para 21,75% em 1940/41 — constituem prova inegável de uma queda no efetivo padrão de vida das massas. Naturalmente, este sofreu um golpe ainda mais catastrófico durante a Segunda Guerra Mundial. A seguir, os salários foram congelados em níveis muito baixos durante a ocupação americana. Elevaram-se vagarosamente com o início da fase de prosperidade do pós-guerra, mas em termos gerais permaneceram extremamente reduzidos enquanto existiu um maciço exército industrial de reserva nas áreas rurais, que supria a indústria japonesa com um permanente afluxo de mão-de-obra barata. Em 1957/59 o consumo anual *per capita* de açúcar no Japão era de 13 kg, para 50 kg na Grã-Bretanha, 40 kg na Finlândia e 18 kg no Ceilão; o consumo diário de proteínas era de 67 g para 86 g na Grã-Bretanha, 78 g na Síria e 68 g no México. Os salários aumentavam tão lentamente, se comparados à produção e à industrialização, que no decorrer dos anos 50 a participação dos salários e vencimentos no valor bruto da indústria manufatureira (estabelecimentos com quatro empregados ou mais) efetivamente diminuiu, mesmo nas estatísticas oficiais, de 39,6% em 1953 para 33,7% em 1960.[39] Shinohara observa sem rodeios:

> "De maneira geral, uma economia com excesso de força de trabalho tem forte possibilidade de realizar uma taxa mais alta de lucro [isto é, uma taxa mais alta de acumulação de capital por causa da taxa mais alta de lucros - E.M.] do que uma economia carente dessa condição, se as outras circunstâncias forem iguais. Não é apenas porque a força de trabalho deixa de constituir um fator de estrangulamento no primeiro caso, mas porque os salários relativamente baixos, combinados aos altos níveis de tecnologia introduzida do exterior, resultarão em preços mais baixos e na expansão das exportações".[40]

Em tais circunstâncias, não há mistérios acerca do nível excepcionalmente alto de "poupanças" — isto é, mais-valia, acumulação de capital e investimento — atingido durante a notável fase de prosperidade de pós-guerra no Japão.

[37] Ver SYLOS-LABINI, Paulo. *Saggio sulle Classi Sociali*. Bari, 1974. p. 185.
[38] CLAVERA, Juan; ESTEBAN, Joan; MONES, Antonio; MONSERRAT, Antoni; ROMBRAVELLA, Ros. *Capitalismo Español: De La Autarquía a La Estabilización (1939-1959)*. Madri, 1973. v. I, p. 51; v. II, p. 30, 27, 26.
[39] SHINOHARA. *Op. cit.*, p. 273; BIEDA. *Op. cit.*, p. 4-5.
[40] SHINOHARA. *Op. cit.*, p. 64, 13.

Também é esclarecedor considerar mais atentamente o exemplo da economia norte-americana. Um exame desse caso torna-se mais difícil pelo fato de que o desenvolvimento foi muito menos retilíneo nos Estados Unidos do que na Alemanha nazista. Durante a Segunda Guerra Mundial, tanto o dispêndio dos salários operários quanto a acumulação efetiva de capital foram postos sob controle. Assim, acumulou-se um volume de demanda reprimida, que conduziu a um aumento claramente expresso na taxa de mais-valia no período subseqüente à guerra. T. N. Vance calcula esse desenvolvimento[41] da seguinte maneira:

Ano	*Capital Variável (em bilhões de dólares)*	*Mais-Valia*	*Taxa de Mais-Valia*
1939	43,3	39,9	92%
1940	46,7	46,3	99%
1944	98,8	103,0	104%
1945	98,1	104,7	107%
1946	92,6	106,3	115%
1947	98,9	119,6	121%
1948	105,4	136,3	129%

Uma confirmação indireta dessa tendência pode ser encontrada no rápido declínio da participação do consumo privado no produto social líquido norte-americano. Enquanto este último aumentou de um índice de 100 em 1939 para 178 em 1945 e 158 em 1953, o consumo privado aumentou apenas de 100 em 1939 para 118 em 1945 e 135 em 1953. A preços fixos, o consumo privado *per capita* em 1953 era apenas 11,5% superior ao de 1939, apesar de uma expansão maciça na produção — e essa verificação nem sequer leva em conta a estratificação de classe desse consumo privado.[42] O marxista polonês Kalecki chegou a uma conclusão similar: segundo ele, a participação do consumo privado no produto nacional total dos Estados Unidos decresceu de 78,7% em 1937 para 72,5% em 1955, enquanto no mesmo período a participação da acumulação particular de capital aumentou de 16,4% para 21,4%.[43] Baran e Sweezy, por sua vez, calculam que a participação da "renda da propriedade" (mais-valia) na renda nacional total dos Estados Unidos se elevou de 14,7% para 17,7% (26,6 bilhões de dólares em 1945 e 58,5 bilhões em 1955, para uma renda nacional de 181,5 bilhões em 1945 e 331 bilhões em 1955).[44]

Inúmeras indicações similares para o Japão confirmam essa tendência geral. De acordo com estatísticas oficiais, o consumo privado caiu de 60,4% do Produto Nacional Bruto em 1951 para 54,9% em 1960 e 51,1% em 1970. Ao mesmo tempo, o dispêndio com a aquisição particular de capital fixo elevou-se acentuadamente, de 12,1% do PNB em 1951 para 20,3% em 1960. No decorrer dos anos 60 essa percentagem caiu sob a influência da recessão, das amortizações crescentes e do investimento em estoques. No entanto, a formação de capital continuou a aumentar, e em 1966 tinha chegado a mais de 35% do PNB (para 27% em 1951).

[41] VANCE, T. N. *The Permanent War Economy*. Berkeley, 1970. p. 23.
[42] *Ibid.*, p. 15, 16.
[43] KALECKI, Michal. "Economic Situation in the USA as compared with Pre-war". Manuscrito da tradução inglesa de um artigo publicado no periódico polonês *Ekonomica* em 1956, gentilmente posto à nossa disposição pelos editores de *Monthly Review Press*.
[44] BARAN e SWEEZY. *Monopoly Capital*. p. 385-387. A essas cifras eles acrescentam uma parte da mais-valia supostamente "escondida" nas cotas de depreciação. Nós subtraímos novamente essa parcela.

Naturalmente, a aplicação das categorias de Marx a essas séries numéricas deve ser empreendida com extrema cautela: as estimativas oficiais desse material só podem ser reduzidas a tais categorias por meio de cálculos bastante complicados. Do ponto de vista da teoria do valor de Marx elas contêm numerosas quantidades em sobreposição.[45] De acordo com essa teoria, uma parte do total de salários e vencimentos não pertence nem ao capital variável desembolsado a cada ano nem às quantidades anuais de mais-valia; isso se aplica acima de tudo aos salários dos empregados no comércio e em todas as esferas nas quais, é evidente, o capital é investido para colher uma parcela de mais-valia gerada em outro setor, mas que, por si mesmas, não produzem mais-valia. Além disso, parte da soma de salários e vencimentos evidentemente pertence à mais-valia e não ao capital variável — o rendimento de gerentes, dos altos funcionários na indústria e no aparelho de Estado, e assim por diante. E ainda outra parte do total de salários e vencimentos (e do produto social) representa rendimento que foi gasto por 2 ou 3 vezes (incluindo os salários dos empregados no setor de serviços). Todos estes teriam de ser subtraídos, para se calcular a taxa de mais-valia.[46]

Isso posto, uma comparação entre os cálculos oficiais da participação do total de salários e vencimentos e da participação da massa de lucros no produto nacional certamente fornece um *indício* confiável do desenvolvimento a médio prazo da taxa de mais-valia, pois é pouco provável que a correção necessária desses elementos para alinhá-los com as categorias marxistas viesse alterar em qualquer aspecto decisivo as proporções entre eles, nesses períodos de tempo.

Deve-se enfatizar, entretanto, que existe uma diferença fundamental entre o "milagre econômico" dos anos 50 na Alemanha Ocidental, Japão e Itália e dos Estados Unidos nos anos 60, e o desenvolvimento anterior à guerra da Alemanha nazista e do Japão: apesar da ascensão abrupta da taxa de mais-valia no Japão fascista e na Alemanha nazista, *não* ocorreu nesses países nenhum aumento significativo nos investimentos privados no setor civil. Praticamente toda a expansão nos investimentos pode ser atribuída à iniciativa do Estado ou à indústria de armamentos. Por isso, não é possível discernir os elementos de um processo cumulativo de crescimento a longo prazo na economia nazista. O mesmo é verdadeiro, *mutatis mutandis*, para a economia de guerra nos Estados Unidos entre 1941/44. Ao contrário, a ascensão da taxa de mais-valia no período de pós-guerra na Alemanha Ocidental, Japão, Itália, França e nos Estados Unidos, tanto na primeira metade dos anos 50 quanto na primeira metade dos anos 60, ocasionou efetivamente uma poderosa expansão dos investimentos privados no setor civil. Em outras palavras, favoreceu um crescimento cumulativo da economia fora da esfera armamentista.

Em 1938 os investimentos privados na indústria alemã eram apenas cerca de 25% mais altos do que em 1928, e em 1937, mesmo em cifras absolutas, eram ainda inferiores ao nível de antes da crise. É interessante comparar esses números com o índice de produção global da indústria que — se tomarmos o ano de 1928 como igual a 100 — alcançou 117 em 1937 e 125 em 1938.[47] Em outras palavras, foi somente depois de cinco anos de economia orientada pelo nazismo, quando o rearmamento estava em plena marcha e se anunciava o desencadear da Segunda

[45] Tais quantidades superpostas são discutidas mais detalhadamente no cap. 13 do presente trabalho.

[46] Tanto Vance quanto Baran e Sweezy tentam fazer tais correções, mas o fazem de modo bastante inadequado. Vance calcula a renda dos assalariados (inclusive na agricultura) ao descartar os salários mais altos (superiores a 1 000 dólares por ano), mas em seguida subtrai essa renda do produto social líquido visando determinar a mais-valia. Assim, ele conserva tanto as quantidades superpostas quanto a inclusão de uma parte do capital social no cálculo do novo valor criado a cada ano. (*Op. cit.*, p. 23.) Baran e Sweezy avançam de maneira similar, e além disso acrescentam uma parte do *valor retido* anual do capital fixo à mais-valia produzida, isto é, ao *valor novo*.

[47] BETTELHEIM. *Op. cit.*, p. 225.

Guerra Mundial, que os investimentos privados se alçaram até a proporção da produção industrial que haviam atingido antes do início da Grande Depressão.

Nos Estados Unidos os investimentos privados brutos permaneceram abaixo do nível de 1929 durante todo o período 1939/45, com a única exceção de 1941. Em 1946/47 o nível de 1929 foi ultrapassado, mas a média para o período 1940/47 fornece um total anual por investimento privado bruto que é 21% *inferior* ao nível de 1929 (cálculos em preços fixos).[48] Mesmo a média para 1945/47 cai ligeiramente aquém do nível de investimentos brutos em 1929; em contrapartida, a produção da indústria de transformação nesses três anos *superou* o nível de 1929 por uma média de 78%, e o total do produto social bruto privado foi 54% mais alto. A defasagem nos investimentos privados pode ser explicada por três motivos básicos:

1) Antes da introdução da efetiva economia de guerra (na Alemanha) ou logo em seguida à sua interrupção (nos Estados Unidos), a estagnação relativa dos salários reais e do consumo privado representou uma barreira que limitou uma expansão na atividade de investimento no Departamento II. Isso inevitavelmente afetou as expectativas do mercado e, em conseqüência, também os investimentos no Departamento I.[49]

2) Depois que a economia de guerra alcançou pleno desenvolvimento, o volume de meios de destruição produzidos (Departamento III) cresceu tão rapidamente que as condições materiais só foram suficientes para uma expansão bastante modesta da reprodução, ou simplesmente não permitiram nenhuma expansão adicional da reprodução. Uma vez que os bens do Departamento III não participam do processo de reprodução, uma distância cada vez maior manifestou-se entre o acréscimo da produção industrial absoluta e as possibilidades de crescimento contínuo. Se, por exemplo, o índice de produção aumentasse de 100 para 150 no decorrer de 4 anos, mas 35 desses pontos representassem bens do Departamento III, apenas 115 pontos (150-35) estariam disponíveis para reprodução nos Departamentos I e II. Mais ainda, digamos que, desses 115 pontos, 20 no Departamento I e 15 no Departamento II tivessem de ser desviados para a produção do Departamento III; na realidade, em comparação ao ano base (1940, por exemplo), a reprodução nos Departamentos I e II teria diminuído em vez de avançar, pois apenas 80 pontos permaneceriam à disposição dos dois Departamentos produtivos para reprodução — menos que os 100 pontos no início do período de quatro anos.[50] Em outras palavras: *a longo prazo uma economia armamentista é funcional para a acumulação de capital somente se absorver capitais excedentes, sem desviar para a indústria de armamentos os capitais necessários à reprodução ampliada dos Departamentos I e II.* Uma economia armamentista e de guerra impulsionada além desse ponto destrói em proporção crescente as condições materiais para a reprodução ampliada e assim, a longo prazo, dificulta a acumulação de capital ao invés de favorecê-la.

3) Como verificou Kuczynski a partir de dados oficiais,[51] em 1937 a produtivi-

[48] Bureau of the Census, US Department of Commerce. *Long Term Economic Growth*. p. 171. Tais números representam os investimentos brutos de toda a economia, e conseqüentemente também da construção habitacional, e assim por diante.
[49] Para a Alemanha ver Bettelheim, *Op. cit.*, p. 233, 235, 274, onde entre outros aspectos é apresentada uma análise da considerável supercapacidade da indústria leve em 1929.
[50] Uma análise mais detalhada desse ponto consta do cap. 9 desta obra.
[51] KUCZYNSKI. *Die Geschichte der Lage der Arbeiter — Deutschland*. v. 2, p. 143.

dade média do trabalho na indústria alemã de bens de consumo na realidade caiu *abaixo* do nível de 1932. Em termos gerais, portanto, a ditadura nazista mostrou-se incapaz de realizar uma expansão na mais-valia *relativa;* conseguiu a elevação da taxa de mais-valia unicamente pela ampliação da mais-valia *absoluta,* mediante uma redução no valor da mercadoria força de trabalho. As possibilidades dessa prática são naturalmente limitadas. Ao contrário, o método característico de extração de sobretrabalho sob o capitalismo tardio é a ampliação da mais-valia *relativa.*

A importância dessas considerações está em mostrarem que um dispêndio ampliado com armamentos não pode, em si mesmo, dar origem a uma aceleração da acumulação a longo prazo, e que em última análise um aumento contínuo em gastos armamentistas não consegue ultrapassar os limites da valorização do capital. Dois fatores adicionais foram necessários para que a importante expansão na taxa de mais-valia na Alemanha depois de 1933 e novamente depois de 1948, e na maioria dos demais países imperialistas após 1945, conduzisse efetivamente a uma aceleração a longo prazo da acumulação de capital, isto é, a uma "onda longa com uma tonalidade basicamente expansionista". Tais fatores consistiram num *mercado em expansão constante e nas condições pelas quais essa expansão não trouxe consigo uma queda rápida na taxa de mais-valia, nem ocasionou um rápido declínio na taxa de lucros.* Na situação concreta após a Segunda Guerra Mundial, essa combinação não poderia ser criada por uma expansão geográfica do mercado, mas unicamente por uma transformação tecnológica no Departamento I. Só uma revolução tão fundamental quanto esta poderia conduzir ao mesmo tempo a um crescimento cumulativo em todos os ramos da indústria e a um aumento considerável na produtividade do trabalho, a uma importante expansão na produção de mais-valia relativa aliada a uma ampliação do mercado de venda para bens de consumo (e, portanto, também a um aumento na renda real dos assalariados). Uma condição prévia dessa configuração foi a permanência da taxa de mais-valia em um nível acima da média, devido à reconstrução, em andamento, do exército industrial de reserva (e, além disso, ao enfraquecimento relativo do potencial de luta dos trabalhadores, em resultado de fatores subjetivos).

Foi exatamente essa configuração que constituiu a essência do "milagre econômico alemão" após a reforma monetária de 1948 e, com variações secundárias, de todos os "milagres econômicos" nos países imperialistas após a Segunda Guerra Mundial. Por dez anos, de 1949 a 1959, a participação dos que recebem salários e ordenados na renda nacional alemã permaneceu abaixo de seus níveis de 1929 a 1932.[52]

Ano	*Renda Nacional (bilhões de RM e DM)*	*Renda bruta da mão-de-obra empregada*	*II como % de I*
1929	42,9	26,5	61,9%
1932	25,3	15,6	61,8%
1938	47,3	26,0	54,9%
1950	75,2	44,1	59,1%
1959	194,0	116,8	60,2%

[52] Para os anos 1929, 1932, 1938: cifras da Seção de Estatísticas, recalculadas para a área da República Federal (à exclusão de Saarland e Berlim) por DRAKER, H. O. "Internationale Wirtschaftsstatistiken I". In: *WISO — Korrespondenz für Wirtschafts-und Sozialwissenschaften.* N.º 22, 15 de novembro de 1960, p. 1 054. Para os anos 1950 e 1959, *Jahresgutachten des Sachverständigenrates zur Begutachtung der gesamtwirtschaftlichen Entwicklung.* Drucksache VI/100 des Deutschen Bundestages, 6.º período eleitoral, 1 de dezembro de 1969.

Se calcularmos a *participação relativa dos salários* mediante a divisão da renda por assalariado pelo produto social por habitante (isto é, se levarmos em consideração o fato de que desde 1929 ocorreu um aumento considerável, de aproximadamente 62% para mais de 80%, na participação dos assalariados no conjunto da população empregada), verificaremos que, de um índice numérico de 150 em 1929, essa participação caiu para 140 em 1950, 128 em 1952, 121 em 1955 e para apenas 117 em 1959. Nesse momento a participação relativa dos salários estava até mesmo abaixo de seu nível durante o nazismo; em 1938 o índice era 125.[53] Dessa vez, entretanto, o aumento na taxa de mais-valia não foi acompanhado por uma relativa estagnação na produtividade do trabalho, como nos anos 1933/38, mas, ao contrário, por um aumento extremamente rápido na produtividade do trabalho, em resultado da inovação tecnológica acelerada. Mais adiante, a canalização de milhões de refugiados, camponeses, pequenos comerciantes e donas-de-casa para o processo de produção garantiu uma permanente reconstrução do exército industrial de reserva, que conservou abaixo de certos limites a participação dos salários no valor recém-criado. Só com o estabelecimento do pleno emprego em 1960, quando o número de postos vagos excedeu o número de desempregados (apesar da introdução adicional de milhões de trabalhadores, dessa vez do estrangeiro), é que a participação relativa dos salários deixou de cair. Ao mesmo tempo, manifestou-se um declínio na taxa de mais-valia e na taxa média de lucros, que a classe capitalista tentou refrear pela aceleração da automação, e que por sua vez conduziu à recessão de 1966/67.[54]

Nesse contexto, deve-se enfatizar a importância da migração internacional da mão-de-obra, que aumentou espetacularmente a partir do momento em que o exército de reserva interno do trabalho praticamente desapareceu na Alemanha Ocidental. Em julho de 1958 havia apenas 127 mil trabalhadores estrangeiros na República Federal; eram ainda 167 mil em julho de 1959. Seus efetivos então aumentaram para 279 mil em meados de 1960, 507 mil em meados de 1961, 811 mil em meados de 1963, 933 mil em meados de 1964, ultrapassaram a marca de 1 milhão em meados de 1965, chegaram a 1,3 milhão em meados de 1966 e venceram a barreira dos 2 milhões em 1971.[55] Sem esse afluxo de mão-de-obra da Europa meridional, que permitiu a reconstrução do exército interno de reserva, o capitalismo da Alemanha Ocidental teria sido incapaz de assegurar sua formidável expansão de produção nos anos 60 sem um declínio catastrófico na taxa de lucros. O mesmo é verdade, *mutatis mutandis*, para a França, a Suíça e os componentes do Benelux, países que no período entre 1958 e 1971 absorveram conjuntamente 2 milhões de trabalhadores estrangeiros em seu proletariado.

Uma expansão a longo prazo na taxa de mais-valia, por um lado; por outro, uma expansão a longo prazo do mercado, através da inovação tecnológica acelerada — em outras palavras, uma expansão a longo prazo na taxa de mais-valia conjugada a um aumento simultâneo nos salários reais: tal foi a combinação específica que tornou possível o crescimento cumulativo a longo prazo da economia dos Estados imperialistas no período 1945/65, em contraste com o período nazista e a Segunda Guerra Mundial. Mas a ditadura nazista e a Segunda Guerra Mundial criaram as pré-condições decisivas para esse novo estado de coisas tão vantajoso para o capital, na medida em que tornaram possível uma expansão radical na taxa de mais-valia e uma erosão radical no valor da força de trabalho, objetivos que se ha-

[53] Cálculos nossos, baseados nas cifras oficiais para o produto interno bruto, a população e a renda bruta do trabalho dependente pela média de assalariado empregado.
[54] Calculada pelo método utilizado acima, a relação entre a renda bruta por assalariado e o produto interno bruto por habitante aumentou novamente para 137 em 1966.
[55] NIKOLINAKOS, Marios. *Politische Ökonomie der Gastarbeiterfrage*. Hamburgo, 1973. p. 38.

viam revelado impossíveis de assegurar nas condições "pacíficas" e "normais" vigentes após a Primeira Guerra Mundial, devido ao grande aumento da capacidade de luta do proletariado sob a influência da Revolução Russa e da vaga internacional de explosões revolucionárias.

A absorção de cerca de 10 milhões de refugiados e de milhões de trabalhadores estrangeiros na Alemanha Ocidental do pós-guerra teve seu equivalente na Itália, com a incorporação de milhões de camponeses e habitantes das áreas rurais da Itália meridional na indústria da Itália setentrional; no Japão, com a absorção de um número ainda maior de camponeses e trabalhadores ligados aos setores tradicionais da economia pela grande indústria japonesa moderna, com efeitos similares, e nos Estados Unidos, com a absorção na força de trabalho urbana de cerca de 10 milhões de mulheres casadas e mais de 4 milhões de proprietários rurais, parceiros e trabalhadores agrícolas. Também no Japão, quando o exército de reserva do trabalho no campo e no setor "tradicional" da indústria começou a escassear, ocorreu um excepcional afluxo de mulheres na produção assalariada durante a longa fase de prosperidade no pós-guerra: na verdade, o número de mulheres japonesas que recebiam salários ou ordenados cresceu de 3 milhões em 1950 e 6,5 milhões em 1960 para 12 milhões em 1970. Tais deslocamentos representaram a pré-condição necessária e suficiente para a continuidade a longo prazo de uma taxa de mais-valia acima da média — em outras palavras, para uma prevenção a longo prazo da queda da taxa média de lucros e, conseqüentemente, para um crescimento acima da média na acumulação de capital a longo prazo. Assim, entre 1950 e 1965, cerca de 7 milhões de trabalhadores deixaram o setor agrícola no Japão.[56] No mesmo período, o número de assalariados na indústria de transformação dobrou (de 4,5 milhões para 9 milhões). A soma total de salários e ordenados paga pela indústria de transformação (inclusive os salários dos empregados altamente remunerados, que devem ser considerados como uma parcela da mais-valia e não do capital variável) aumentou de 744 bilhões de yens em 1955 para 2 733,5 bilhões de yens em 1963, enquanto no mesmo período o valor acrescentado na indústria de transformação aumentou de aproximadamente 1,99 bilhão de yens para 7,459 bilhões de yens, e os investimentos anuais no novo capital fixo nesse ramo industrial ampliaram-se de 228 bilhões de yens para 1,750 trilhão de yens.[57] É fácil perceber o segredo desse enorme crescimento: entre 1960/65 os salários reais por assalariado na indústria de transformação aumentaram em apenas 20%, enquanto a produtividade física do trabalho por empregado aumentou em 48%.[58] A conseqüência foi um grande acréscimo na produção de mais-valia relativa.

Esse declínio na participação relativa de salários também pode ser verificado nos Países Baixos, uma vez que a participação de salários, ordenados e contribuições sociais na renda nacional permaneceu praticamente inalterada entre 1938/60 (1938: 55,9%; 1956: 55,3%; 1960: 56,6%), enquanto no mesmo período a participação dos assalariados na população trabalhadora cresceu de 70% em 1938 para 78,8% em 1960.

O desenvolvimento a longo prazo da relação entre a renda do trabalho e a renda do capital na indústria e no artesanato, tal como foi mostrado por Hoffmann para a Alemanha, e a relação a longo prazo entre a renda do trabalho e a renda do capital na indústria manufatureira, de acordo com as estatísticas oficiais dos Estados Unidos, são indicadores claros das ondas longas na auto-expansão do capi-

[56] NAMIKI, Masayoshi. *The Farm Population in Japan 1872-1965*. Séries de Desenvolvimento Agrícola. N.º 17, Tóquio (sem data), p. 42-43.
[57] Ministério de Indústria e Comércio Internacional. *Statistics en Japanese Industries 1966*. Tóquio, 1966, p. 26-27, 87.
[58] *Ibid.*, p. 88-89.

tal. Cabe repetir: trata-se apenas de indicadores, e não de séries numéricas em correspondência exata com as categorias de Marx. Hoffmann subtraiu a renda dos empregados mais bem pagos da renda do trabalho, mas não pôde incluir na renda do capital na indústria e no artesanato aquela parcela da mais-valia que, embora seja certamente produzida aí, é objeto de apropriação fora desse setor. Apesar disso, há provas claras tanto de uma ascensão quanto de uma queda a longo prazo na taxa de mais-valia, o que vem desmentir a repetida tese de "uma constante participação do trabalho no produto líquido",[59] que os economistas acadêmicos em geral, e a Escola de Cambridge em particular, virtualmente consideram um axioma. (Ver quadro da p. 122.)

Na medida em que se assistiu, em 1950, uma reprodução da elevação vertical da taxa de mais-valia, ocorrida durante o Terceiro Reich, pode ser constatada de imediato por meio da comparação das cifras para aquele ano com as do período 1927/28: ainda que a renda do trabalho fosse a mesma (naquela época a média era de 38,7 bilhões de RM; em 1950 era de 38,9 bilhões de DM), a mais-valia apropriada pela indústria e pelo artesanato *praticamente triplicou* (aumentou de uma média de 5,6 bilhões de RM para 15,5 bilhões de DM!). Só nos anos 60 é que haveria um novo declínio na taxa de mais-valia.

Os números para a indústria manufatureira nos Estados Unidos mostram divergências importantes em relação às estimativas de Vance, citadas anteriormente, e a razão básica para isso pode residir na massa crescente de mais-valia apropriada *fora* do setor industrial. O cálculo do desenvolvimento a longo prazo da taxa de mais-valia na indústria de transformação nos Estados Unidos vê-se ainda mais complicado pelo fato de que as estatísticas do *Census of Manufactures* oficial incluem as cotas de depreciação na categoria de "valor acrescentado" e, além disso, não fornecem o montante preciso dessas cotas. Calculamos a taxa de mais-valia de acordo com o método utilizado por Gillman.[60] No entanto, um outro problema é o de verificar se unicamente os salários dos trabalhadores produtivos deveriam integrar o capital variável, ou se pelo menos uma parcela dos trabalhadores "de escritório" — aqueles que são indispensáveis para a produção e realização da mais-valia, nos termos de Marx — também não deveria ser incluída entre os recebedores do capital variável; e, se este for o caso, a extensão dessa parcela deve ainda ser determinada.

Apresentamos abaixo quatro séries numéricas, todas baseadas em dados oficiais:

Série I: mais-valia = valor acrescentado, menos salários.

Série II: mais-valia = valor acrescentado, menos cotas de depreciação e salários.

Série III: mais-valia = valor acrescentado, menos salários e 50% dos ordenados.

Série IV: mais-valia = valor acrescentado, menos cotas de depreciação, salários e 50% dos ordenados.

[59] Ver, por exemplo, LEWIS, Arthur. "Unlimited Labour: Further Notes". In: *The Manchester School of Economics and Social Studies*. v. XXVI, n.º 1, janeiro de 1958, p. 12. Strachey repete a mesma tese, com a ressalva de que a classe operária só pode conservar sua "participação estável" por uma luta incessante. STRACHEY, John. *Contemporary Capitalism*. p. 133-149; ROBINSON, Joan. *An Essay on Marxian Economics*. 2.ª ed. Londres, 1966. p. 93; KALDOR, Nicholas. "Capital Accumulation and Economic Growth". In: LUTZ, F. A. e HAGUE, D. C. (Eds.). *The Theory of Capital*. Londres, 1961.

[60] GILLMAN, Joseph. *The Falling Rate of Profit*. Londres, 1967. p. 46-47, 60-61.

Ano	*Renda do capital (I) na indústria e no artesanato alemães*	*Renda do trabalho (II) na indústria e no artesanato alemães*	*I/II em %*
1870	736	3 716	
1871	900	3 930	
1872	1 178	4 461	
1873	1 316	5 099	
1874	1 174	5 310	
1875	1 082	5 405	
1876	998	5 356	
Média de 1870-1876			22,2%
1907	4 995	16 086	
1908	4 554	16 035	
1909	4 536	16 248	
1910	4 890	17 164	
1911	5 198	18 291	
1912	5 910	19 374	
1913	6 242	20 138	
Média de 1907-1913			29,4%
1925	2 616	31 232	
1926	2 295	30 078	
1927	5 900	36 635	
1928	5 333	40 839	
1929	5 489	42 915	
1930	3 044	39 169	
Média de 1925-1930			11,2%
1935	7 088	30 485	
1936	7 565	33 336	
1937	13 488	36 590	
1938	17 049	39 494	
Média de 1935-1938			32,3%
1950	15 462	38 943	39,7%
1953	24 919	56 884	
1954	30 257	62 319	
1955	32 976	70 133	
1956	34 352	79 083	
1957	37 482	85 767	
1958	37 130	92 038	
1959	46 643	98 357	
Média de 1953-1959			44,7%[1]

[1] HOFFMANN, Walter G. *Op. cit.*, p. 508-509.

Analogamente, 50% dos ordenados nas séries III e IV também são considerados capital variável. (Ver quadro da p. 123.)

O espantoso paralelismo entre as quatro séries torna relativamente simples a interpretação desses números, ainda que um ponto permaneça discutível. Do início do século até depois da Primeira Guerra Mundial, a taxa de mais-valia diminuiu vagarosamente, devido ao declínio a longo prazo do desemprego e do desenvolvimento da organização sindical. A seguir, elevou-se abruptamente durante o "próspero período" 1923/29, como resultado do rápido crescimento na produtivi-

Ano	*Taxa de mais-valia = mais-valia/capital variável*			
	I	*II*	*III*	*IV*
1904	146%	134%	117%	97%
1914	149%	127%	108%	94%
1919	146%	125%	108%	94%
1923	142%	127%	106%	84%
1929	180%	163%	135%	113%
1935	153%	135%	124%	97%
1939	182%	154%	...	...[1]
1947	146%	129%	113%	98%
1950	159%	140%	118%	102%
1954	151%	143%	112%	96%
1958	185%	165%	121%	106%
1963	209%	192%	137%	124%
1966	219%	200%	146%	131%[2]

[1] Os números para os ordenados dos trabalhadores de escritório em 1939 não constam do *Statistical Abstracts of the United States* à nossa disposição.
[2] Dados sobre o valor acrescentado e a soma dos salários e ordenados na indústria manufatureira dos Estados Unidos em *Statistical Abstract of the United States*, n.° 60. Washington, 1938. p. 749; n.° 69. Washington, 1948. p. 825; n.° 89. Washington, 1968. p. 717-719.

dade (produção de mais-valia relativa) e da reconstituição do exército industrial de reserva. Durante a Grande Depressão a taxa caiu (mas não tanto quanto geralmente se supõe) devido ao trabalho em tempo parcial (declínio na mais-valia absoluta e um relativo aumento nos custos fixos). A taxa de mais-valia experimentou flutuações irregulares durante e após a Segunda Guerra Mundial (de início suspensão, e depois reprodução do exército industrial de reserva) e a partir de meados da década de 50 registrou uma importante oscilação ascendente (ampliação maciça na produtividade do trabalho e na produção de mais-valia relativa).

As séries numéricas III e IV — que se desviam um tanto das estimativas de Vance antes citadas neste capítulo, mas provavelmente estão mais próximas do desenvolvimento real — permitem-nos explicar de maneira mais precisa tanto a aceleração quanto a função econômica da situação nos Estados Unidos durante os anos 50 (e na Alemanha Ocidental nos anos 60). Os efeitos iniciais da terceira revolução tecnológica fizeram-se sentir numa queda relativa da participação das matérias-primas e, muitas vezes, mesmo das máquinas nos valores médios das mercadorias, e conseqüentemente acarretaram um aumento na participação dos salários nos custos unitários.[61] Para cada capitalista, o esforço para elevar a taxa de mais-valia encontrava expressão empírica na luta para deprimir a participação dos salários. O objetivo da automação era possibilitar essa redução, e simultaneamente reconstruir o exército industrial de reserva.

Numa tese de doutoramento de extremo interesse, e até agora não publicada, Shane Mage chega a conclusões opostas. Ele afirma que o desenvolvimento a longo prazo da taxa de mais-valia, a partir do início deste século até o término da Segunda Guerra Mundial, foi abruptamente descendente nos Estados Unidos. Ainda assim, segundo sua exposição, a taxa de mais-valia teria deixado de cair após 1946, começando — ainda que modestamente — a se elevar outra vez. Mage tentou reduzir as estatísticas oficiais norte-americanas às categorias empregadas por Marx, com precisão bem maior que a de Vance ou Baran e Sweezy. Assim, no "capital variável" ele inclui apenas os salários dos trabalhadores produtivos, enquan-

[61] SALTER, W. E. G. *Productivity and Technical Change*. Cambridge, 1960. p. 25. Ver o cap. 6 do presente trabalho.

to, por outro lado, todos os lucros de negócios são englobados na mais-valia. Essas duas correções estão perfeitamente no espírito da análise de Marx. No entanto, Mage comete duplo erro, que falseia as suas conclusões.[62] Em primeiro lugar, considera como mais-valia unicamente os *lucros líquidos* (e os juros e as anuidades *líquidos)* das firmas capitalistas, ao passo que, para Marx, os impostos representavam uma parcela da mais-valia social.[63] Em segundo lugar, ele soma ao capital variável os salários dos trabalhadores empregados em firmas de prestação de serviços, embora, se a teoria do valor do trabalho for rigorosamente aplicada, os serviços, no sentido real da palavra — isto é, todos eles, com exceção dos que produzem transporte de mercadorias, gás, eletricidade, água — não produzem mercadorias e, conseqüentemente, não criam nenhum valor novo. No entanto, se as tabelas de Mage forem duplamente corrigidas no que se refere a esses pontos, a queda a longo prazo na taxa de mais-valia desaparecerá totalmente. O próprio Mage faz uma correção parcial — ainda que inexata — mas apenas sob a forma de uma hipótese de trabalho em um apêndice à sua tese, na qual ele calcula a mais-valia a partir dos salários brutos e dos lucros brutos (os impostos pagos pelos trabalhadores, enquanto elementos distintos das deduções para a previdência social, usualmente não podem ser incluídos no capital variável, no sentido em que Marx utiliza o termo, uma vez que não têm nenhuma ligação com a reprodução da força de trabalho enquanto mercadoria). Mas mesmo depois de feita essa correção insuficiente, verificamos que houve um acréscimo na taxa de mais-valia de 45,1% no período 1930/40 para 57,1% no período 1940/60.[64] Se for feita a correção completa, será obtido um acréscimo em plena adequação com as séries que acabamos de apresentar.

O exemplo dos Estados Unidos do término da Segunda Guerra Mundial até o fim da década de 50 se torna ainda mais significativo na medida em que contradiz a tese de Lewis, de que não é possível falar de uma reprodução duradoura do exército industrial de reserva após o desaparecimento dos setores pré-capitalistas da economia, e que, em conseqüência, Marx errou ao pressupor que, *no decorrer da acumulação do capital,* o trabalho vivo seria substituído pelo "trabalho morto".[65] Esse período assistiu justamente a tal substituição de trabalhadores por máquinas — em outras palavras, a uma taxa anual de crescimento da produtividade do trabalho que excedia a taxa anual de crescimento da produção.[66] O resultado

[62] MAGE, Shane. *The "Law of the Falling Tendency of the Rate of Profit": Its Place in the Marxian System and Relevance to the US Economy.* Tese de Ph. D., Universidade de Colúmbia, 1963, University Microfilms Inc. Ann Arbor, Michigan. p. 174-175, 164-167, 161, 164, 225 *et seqs.*

[63] Na teoria de Marx todos os rendimentos podem ser referidos aos salários ou à mais-valia. Uma vez que os rendimentos do Estado dificilmente podem ser considerados como capital variável — a menos que sejam usados para comprar força de trabalho produtiva, por exemplo, nas empresas industriais estatais — só podem ser vistos como uma redistribuição da mais-valia social ou um acréscimo da mesma por intermédio de deduções salariais. Sua função se torna ainda mais clara nos casos em que os impostos são diretamente formadores de capital, de maneira que seu caráter como parte da mais-valia social não pode ser refutado sem que se coloque em questão a totalidade da teoria de Marx. Ver por exemplo *Capital.* v. I, p. 756.

[64] MAGE, Shane. *Op. cit.*, p. 272-273. Os cálculos de Phelps-Brown e Browne sugerem um rápido aumento na taxa de mais-valia desde o período compreendido entre 1933 e 1940, e um novo aumento marcante entre 1946 e 1951. *A Century of Pay.* Londres, 1968. p. 450-452.

[65] LEWIS, W. Arthur. "Unlimited Labour—Further Notes". p. 25.

[66] Entre 1945 e 1961 o total do proletariado americano, definido como a massa dos que recebem salários e ordenados — isto é, a massa daqueles forçados a vender sua força de trabalho —, aumentou em 14 milhões ou 35% (no entanto, houve um acréscimo de apenas 1 milhão na indústria de transformação efetiva, e de somente 2,5 milhões na indústria de transformação mais a de construção, mais os setores de transporte, gás, eletricidade e outros serviços públicos, à exceção do aparelho efetivo de Estado). A produção física por assalariado (isto é, a produtividade do trabalho) aumentou em 50% na indústria de transformação de 1947 a 1961, e de 42% nos outros ramos industriais. A soma total de horas trabalhadas aumentou em 15% na indústria, e a produção física em quase 70%. Ao contrário, os salários reais semanais só aumentaram em 29%, e o consumo real *per capita* em apenas 20%. Não surpreende que no mesmo período os investimentos em capital fixo tivessem aumentado em 70% e os investimentos no Departamento I em nada menos de 100%, enquanto o desemprego (excetuados os três anos de prosperidade coreana) flutuava em torno do índice de 4,5% do total empregado — ou mesmo de 5% a 6%, se o desemprego parcial for levado em consideração — embora no período vários milhões de assalariados estivessem servindo no exército. *Economic Report of the President — Transmitted to Congress, January 1962.* Washington, 1962. p. 236, 244-245, 242, 227, 248.

foi o ressurgimento bastante rápido do exército industrial de reserva, que havia desaparecido no curso da Segunda Guerra Mundial, com todas as implicações decorrentes para a taxa de mais-valia.[67]

Tal reprodução do exército industrial de reserva nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, assim como a combinação de taxas crescentes de mais-valia e salários reais em ascensão[68] na Europa ocidental e no Japão depois de 1945 ou 1948, só se tornou possível mediante uma expansão considerável e a longo prazo na produtividade do trabalho — em outras palavras, correspondeu a um "Grande Salto" na produção de mais-valia relativa. É exatamente nesse sentido que a terceira revolução tecnológica deve ser vista como parte essencial de nossa compreensão do capitalismo tardio. Enquanto o exército industrial de reserva permitir o crescimento da taxa de mais-valia — condição criada, por sua vez, por uma expansão considerável da produtividade do trabalho no Departamento II — não ocorrerão problemas específicos nesse campo. Em conseqüência, os anos 1949/60 em países como a Alemanha Ocidental e a Itália, 1950/65 no Japão e 1951/65 nos Estados Unidos representaram períodos de serenidade absoluta para o capitalismo tardio, durante os quais todos os fatores pareciam promover a expansão: taxa elevada de investimentos, crescimento rápido da produtividade do trabalho, taxa em ascensão da mais-valia, facilitada pela presença do exército industrial de reserva, e conseqüentemente crescimento mais vagaroso dos salários reais em comparação à produtividade do trabalho, com arrefecimento simultâneo das tensões sociais.

Podemos agora resumir o mecanismo geral da longa onda de expansão compreendida entre 1940/48 e 1966, juntamente com as diferenças específicas em sua operação nos vários países imperialistas. O rearmamento e a Segunda Guerra Mundial tornaram possível novo impulso na acumulação de capital, após a Grande Depressão, ao reintroduzirem grandes volumes de capital excedente na produção de mais-valia.[69] Essa reinjeção de capital foi acompanhada por um acréscimo significativo na taxa de mais-valia, primeiro na Alemanha, Japão, Itália, França e Espanha — isto é, naqueles países nos quais a classe operária havia sofrido graves derrotas decorrentes do fascismo e da guerra; e a seguir nos Estados Unidos, onde o compromisso antigrevista da burocracia sindical durante a Segunda Guerra Mundial, a imposição da Lei Taft-Harley depois de dois anos de militância industrial no pós-guerra e a capitulação do aparato da AFL-CIO frente à "Guerra Fria" e ao Macartismo conduziram a uma erosão mais gradual na combatividade operária.

As taxas crescentes de mais-valia e de lucros facilitaram nesse momento o início da terceira revolução tecnológica. Após uma fase de "industrialização intensiva", o investimento de capital passou a assumir a forma de semi-automação e de automação, especialmente nos Estados Unidos, na Alemanha Ocidental e no Japão. Ocorreu uma expansão maciça na produtividade do trabalho no Departamento II, e por esse meio uma expansão correspondente na produção de mais-valia relativa (e, portanto, na taxa de mais-valia). Um movimento contrário só se tornou evidente quando a própria dinâmica dessa onda longa expansionista começou a atingir os limites do exército de reserva do trabalho e, conseqüentemente, as condições do "mercado de trabalho" passaram a favorecer a classe operária, enquanto

[67] Também na Alemanha Ocidental grande número de trabalhadores foram dispensados em muitos ramos industriais em 1958/60, mas puderam encontrar novos empregos nos ramos de maior expansão. O Instituto de Pesquisa Econômica IFO calculou que 4,33% da mão-de-obra empregada tornava-se supérflua a cada ano no período 1950/61, devido à intensificação de capital ao progresso técnico. Em 1958/65 ocorreu diminuição considerável no volume de pessoal empregado na indústria têxtil, na indústria do couro, de cerâmicas finas, de processamento da madeira e em outros ramos. KRUSE, KUNZ e UHLMANN. *Wirtschaftliche Auswirkungen der Automatisierung*. p. 79, 65.

[68] Marx levou expressamente em consideração a possibilidade de tal desenvolvimento. Ver *Grundrisse*. p. 757.

[69] No cap. 11 estudaremos os problemas teóricos colocados pela retomada da acumulação de capital após a Grande Depressão mediante os gastos com o rearmamento e a produção de armas.

um pronunciado aumento nos salários reais começava a fazer retroceder a taxa de mais-valia.

A Grã-Bretanha representa a exceção que confirma a regra. Ali a classe operária sofreu uma derrota memorável mais cedo do que nos outros países imperialistas importantes (à exceção da Itália), com o colapso da greve geral em 1926 e a desintegração do governo trabalhista em 1931. A seguir, durante os anos 30, o desemprego permaneceu num nível elevado na Inglaterra. O resultado de tudo isso foi uma expansão lenta mas constante na taxa de mais-valia.[70] No fim da década, entretanto, a situação da classe operária britânica havia melhorado em termos objetivos, com um declínio no exército industrial de reserva. Posteriormente, do ponto de vista subjetivo, foi esse o único proletariado importante do mundo que não sofreu derrotas sérias entre 1936 e 1966 — experiência que modificou profundamente a relação de forças de classe na Inglaterra. A Grã-Bretanha tornou-se assim a única potência imperialista que se revelou incapaz de ampliar a taxa de exploração de sua classe operária de maneira considerável durante ou após a Segunda Guerra Mundial; a taxa no Reino Unido estabilizou-se no novo período nos níveis mais baixos do pré-guerra.[71] De uma perspectiva capitalista, o resultado era evidente: erosão da taxa de lucros, e taxa muito mais lenta de crescimento econômico e de acumulação do que em outros países imperialistas (sem falar que a influência estimulante da expansão internacional sobre a economia britânica foi responsável por parte considerável desse crescimento limitado).

No entanto, assim que a expansão conduziu à desmobilização e desaparecimento do exército industrial de reserva, e simultaneamente a entrada em cena de novas gerações começou a diminuir o ceticismo subjetivo e a resignação nas fileiras operárias, os anos dourados do capitalismo tardio chegaram ao fim numa escala internacional. Deixou de haver qualquer possibilidade de aumento automático na taxa de lucros ou de sua permanência num nível elevado. *Mais uma vez se avivou a luta em torno da taxa de mais-valia.* Mais ainda, nessa luta era precisamente o alto nível de emprego que contribuía para uma considerável expansão da força dos assalariados, sobre os quais recaíram pressões extra-econômicas, destinadas a impedi-los de diminuir a taxa de mais-valia. Sem dúvida, foi esse o objetivo comum da larga variedade de intervenções estatais que proclamavam "a programação social", "a atuação em comum", uma "política de rendimentos" — ou, na outra face da moeda, uma "política estatal de salários" ou o "congelamento de salários". Uma vez que a genuína autonomia de negociação por parte dos sindicatos, a liberdade sindical efetiva e o irrestrito direito de greve constituem obstáculos para se atingir esse objetivo, foram propostas ou aprovadas várias modalidades de legislação de "Estado forte", visando a sua eliminação.

A transição de uma "onda longa com tonalidade basicamente expansionista" a uma "onda longa com tonalidade basicamente de estagnação", por volta dos anos 1966/67, esteve assim intimamente relacionada a essa luta em torno da taxa de mais-valia. O capitalismo tardio não pode evitar um período de expansão econômica relativamente desacelerada, caso não consiga quebrar a resistência dos assalariados e, por esse meio, garantir um novo aumento em largas proporções na taxa de mais-valia. No entanto, isso é inimaginável sem uma estagnação, e mesmo sem uma queda temporária nos salários reais. Assim, em meados da década de 60, uma nova fase de aguçada luta de classes se manifestou em todos os países imperialistas. A partir da Grã-Bretanha, Itália e França, essa onda gradativamente se

[70] PHELPS-BROWN e BROWNE. *Op. cit.*, 248-250, 446-447.
[71] *Ibid.*, p. 458

espraiou pela Alemanha Ocidental e o restante da Europa capitalista, atingindo mais tarde o Japão e os Estados Unidos. A intensificação simultânea das rivalidades inter-imperialistas veio diminuir as possibilidades de deslocar essa luta mediante a exportação das tensões sociais, e em particular mediante a exportação do desemprego.

Nessa intensificação da luta de classes, o capital não tem chance de assegurar um acréscimo efetivo na taxa de mais-valia, comparável ao conseguido sob a ditadura nazista ou na Segunda Guerra Mundial, enquanto as próprias condições do mercado de trabalho modificarem "a relação de forças dos combatentes" em favor do proletariado. Em conseqüência, a expansão do exército industrial de reserva se tornou atualmente um instrumento deliberado de política econômica em benefício do capital.[72] A esse respeito, torna-se necessário recordar o trecho de Rosa Luxemburg citado anteriormente (ver a nota 14), e analisar os vários componentes do exército industrial de reserva. Devem ser levadas em conta, entre outros aspectos, as consideráveis flutuações no emprego feminino e de jovens de menos de 21 anos que, juntamente com os trabalhadores estrangeiros, atuam como amortecedores na reconstituição desse exército de reserva. Por exemplo, nos Estados Unidos, o número de mulheres adultas empregadas aumentou em 71% entre 1950 e 1970, e o de adolescentes empregáveis em 65%, enquanto o aumento no emprego de homens adultos foi apenas de 16% nessas mesmas décadas. Por esse motivo, em fevereiro de 1972 a taxa de desemprego para adolescentes era de 18,8% e para mulheres adultas de 10,5%, enquanto para os homens casados era de apenas 2,7%. No entanto, esses pára-choques significam que os números oficiais de desemprego não correspondem de maneira alguma ao montante real de pessoas excluídas do processo de trabalho, pois um número considerável de mulheres e jovens não oferece sua força de trabalho se as chances de vendê-la não forem muito altas. No caso do mercado de trabalho italiano, Luca Meldolesi chegou a cifras assustadoramente altas para o *desempregado disfarçado*, que deve ser incluído no exército industrial de reserva.[73] É importante enfatizar o *duplo papel* do fundo adicional de força de trabalho representado pelas mulheres casadas e pelos jovens, assim como pelos trabalhadores imigrantes (inclusive pelas minorias nacionais e raciais nos Estados Unidos: pretos, chicanos e porto-riquenhos) na preservação ou re-

[72] O uso deliberado dos trabalhadores estrangeiros como um amortecedor em relação a excessivas "flutuações internas do emprego" tornou-se claro durante a recessão de 1966/67 na Alemanha Ocidental, quando mais de 400 mil operários estrangeiros perderam seus empregos entre junho de 1966 e junho de 1968. (NIKOLINAKOS. *Op. cit.*, p. 38, 66-70.) O mesmo fenômeno pode ser observado nos Estados Unidos, com sua força de trabalho proveniente de Porto Rico, do México e (mais recentemente) da América Central. Não cabe analisar aqui os efeitos complexos das flutuações nesse *exército internacionalizado de reserva do trabalho* sobre o desenvolvimento econômico dos países mais pobres, vizinhos subservientes dos prósperos Estados imperialistas. Todavia, é notório que grande proporção dos trabalhadores imigrantes é de mão-de-obra não qualificada, confinada aos trabalhos mais sujos, mais duros e mais mal pagos nas economias metropolitanas. Assim, é deliberadamente criada pelo capital uma nova estratificação nas fileiras do proletariado, entre trabalhadores "nativos" e "estrangeiros". Isso fornece simultaneamente aos empregadores os meios de conservar baixos os salários do trabalho não qualificado, de travar o desenvolvimento da consciência de classe do proletariado pelo estímulo dos particularismos étnicos e regionais e de explorar esses antagonismos artificiais para propagar a xenofobia e o racismo na classe operária. A campanha de Schwarzenbach na Suíça, o Powellismo na Grã-Bretanha e os *pogroms* anti-árabes na França constituem exemplos desse último aspecto. Em conseqüência, a causa da solidariedade proletária internacional torna-se um dever elementar mesmo do ponto de vista da consciência "sindicalista", para não falar da consciência política de classe propriamente dita. Quanto às discriminações a que estão sujeitos os trabalhadores estrangeiros na Europa ocidental, ver a documentação em CASTLES, S. e KOSSACK, G. *Immigrant Workers and the Class Structure in Western Europe*. Oxford, 1973.

[73] *Wall Street Journal*. 25 de outubro de 1971; *Survey of Current Business*. fevereiro de 1972; MELDOLESI, Luca. *Disoccupazione ed Esercito Industriale di Riserva in Italia*. Bari, 1972. Enquanto em 1940 apenas 27,4% das mulheres americanas de mais de 16 anos de idade trabalhavam mediante remuneração, esse percentual havia se elevado a 42,6 em 1970. Entre as mulheres casadas, o aumento era ainda maior — de 16,7% para 41,4%. Nesse mesmo ano, a percentagem de mulheres na faixa dos 15 aos 64 anos que recebiam remuneração era de 59,4 na Suécia, 55,5 no Japão, 52,1 na Grã-Bretanha e 48,6 na Alemanha Ocidental, mas de apenas 29,1 na Itália, onde um efetivo exército industrial de reserva do trabalho pode ainda ser encontrado nas regiões subdesenvolvidas do centro e do sul.

construção de um exército industrial de reserva do trabalho. De um lado, as flutuações em seu nível de emprego são muito maiores do que no caso dos trabalhadores "estáveis", "chefes de família". De outro, recebem muito menos por sua força de trabalho, uma vez que a burguesia cinicamente pressupõe que sua renda seja apenas um "complemento" ao "orçamento familiar". Muitas vezes seus salários se mostram inadequados até mesmo para a reconstrução física de sua força de trabalho, de maneira que, para garantir a custo a sobrevivência, são obrigados a recorrer à beneficência, ao seguro social, à busca "ilegal" de recursos, e assim por diante. Dessa forma, parte dos custos de reprodução de sua força de trabalho é "socializada".[74]

O capital dispõe atualmente de dois meios para a reconstrução do exército industrial. Ele pode, de uma parte, intensificar as exportações de capital e sufocar sistematicamente os investimentos internos, isto é, enviar capital para onde ainda exista excesso de força de trabalho, ao invés de trazer força de trabalho para onde haja excesso de capital; de outra parte, pode intensificar a automação, ou, em outras palavras, concentrar investimentos para liberar tanto trabalho vivo quanto possível (industrialização "em profundidade", mais do que "em extensão").

A longo prazo, ambas as táticas podem conseguir apenas êxito limitado, e reproduzirão mais ainda as agudas contradições sociais. Por um lado, a asfixia dos investimentos internos diminui a taxa de crescimento e assim intensifica os antagonismos sociais. Por outro, depois de certo tempo — e o tempo é aqui uma questão de importância crucial — as diferenças no nível de salários entre o país exportador de capital e o país importador também começarão a diminuir. Naturalmente, a velocidade desse processo será determinada em larga medida pela estrutura social e econômica interna do país importador de capital: se o mesmo já for industrializado, esse processo não será adiável; se for uma semicolônia subdesenvolvida, o processo permanecerá sob controle por um período mais longo. Ao mesmo tempo, como é mostrado no capítulo seguinte, a automação poupadora de trabalho deve, a longo prazo, contribuir para o limite da massa de mais-valia produzida, e dessa maneira tornar necessariamente mais difícil um crescimento prolongado na taxa de mais-valia. No entanto, mais importante que essas contradições a longo prazo na resposta tática do capital à queda na taxa média de lucros é o efeito imediato dessa resposta na luta de classes. O capitalismo tardio é uma ótima escola para o proletariado, ensinando-o a não se preocupar unicamente com a partida imediata do valor recém-criado entre salários e lucros, mas com todas as questões do desenvolvimento e da política econômica, e particularmente com todas as questões que envolvem a organização do trabalho, o processo de produção e o exercício do poder político.

[74] O'CONNOR, James. *Op. cit.*, p. 14-15, 33-34. Em 1968, 10 milhões de assalariados nos Estados Unidos ganhavam menos de 1,6 dólar por hora e 3,5 milhões ganhavam menos de 1 dólar por hora, enquanto o salário médio na indústria de transformação era de 3 dólares por hora e na construção chegava a 4,4 dólares. Existe hoje uma vasta literatura referente à superexploração do "subproletariado" dos países imperialistas.

6

A Natureza Específica da Terceira Revolução Tecnológica

Tentaremos agora combinar as duas análises desenvolvidas nos capítulos precedentes: a análise da sucessão de formas dominantes das diferenças em níveis de produtividade, juntamente com os sentidos principais da busca de superlucros a elas correspondentes; e a análise dos tipos sucessivamente dominantes de máquinas motrizes e fontes de energia, que determinam a estrutura global da produção no Departamento I.

Na era do capitalismo de livre concorrência a fonte principal de reprodução ampliada parece ter sido o desenvolvimento desigual e combinado de regiões diferentes no interior dos mais importantes países capitalistas. A liberação resultante de capital-dinheiro através da penetração progressiva da circulação mercantil capitalista na agricultura, e da separação dos produtores com relação à terra, conduziu a um fluxo contínuo de capital-dinheiro para os mais importantes distritos industriais, onde ex-camponeses marginalizados formaram um exército industrial de reserva.

Nesse ponto podem ser distinguidas duas fases intermediárias. A primeira viu o início da produção, principalmente numa base artesanal ou manufatureira, de máquinas motrizes e das máquinas que por sua vez produziam essas máquinas motrizes. Uma considerável parcela da produção no Departamento I não era trocada pelas mercadorias do Departamento II e não servia à produção mecanizada de bens de consumo, mas permanecia no âmbito do Departamento I. Também a produção de matérias-primas na agricultura ainda era substancialmente realizada pela indústria rural. Por essa época, apenas a indústria do ferro e do carvão era caracterizada por uma significativa mecanização de certos processos de produção. Mas mesmo na indústria do carvão havia ainda tal predomínio do trabalho manual que os custos salariais puros respondiam por mais de 66%, e por vezes chegavam a mais de 75% do preço de custo do produto. Isso evidentemente correspondia a uma composição orgânica de capital bastante baixa, a qual, na produção agrícola de matérias-primas industriais, era provavelmente ainda mais baixa.

Durante a segunda fase do período de capitalismo de livre concorrência, a produção mecânica também ingressou na esfera das máquinas motrizes, dos motores a vapor. Chegou-se ao ponto em que as máquinas produziam máquinas para construir outras máquinas. Todavia, também nessa fase, continuou a predominar a produção artesanal de matérias-primas. É característico, por exemplo, que antes da aplicação das patentes Bessemer e Siemens-Martin, a indústria do aço fosse com-

posta unicamente por empresas em escala média e não apresentasse nenhuma forma de produção em massa.[1]

Assim, durante essas primeiras duas fases constitutivas do capitalismo de livre concorrência, a grande indústria operada por máquinas predominou apenas na indústria de bens de consumo, e sobretudo na indústria têxtil. Mesmo os grandes produtores industriais de meios de transporte — especialmente ferrovias — só fizeram sua aparição na segunda fase desse período, e estiveram entre os fatores determinantes da manifestação de uma "onda longa com tonalidade expansionista" de 1847 a 1873.

Surpreendentemente, verificamos dessa maneira que, em termos gerais, a composição orgânica do capital no Departamento II era maior do que no Departamento I, no primeiro século após a Revolução Industrial. A gênese do capitalismo industrial, tal como retratada por Karl Marx no capítulo XV do volume 1 de *O Capital*, deve efetivamente ser descrita como a *produção mecânico-industrial de bens de consumo por meio de máquinas feitas artesanalmente.*

Uma vez compreendido esse estado de coisas, torna-se possível explicar por que demorou tanto tempo para se introduzir a produção mecânica no Departamento I. O nivelamento da taxa de lucros entre o Departamento I, onde a produtividade do trabalho era mais baixa, e o Departamento II, de mais alta produtividade, conduziu a uma transferência permanente de mais-valia do Departamento I para o Departamento II. O processo de troca desigual, consumidor de superlucros, era nesse período uma troca entre bens agrícolas e produtos do Departamento II; a introdução em massa de máquinas e fertilizantes artificiais na agricultura não havia ocorrido em lugar algum. Na Europa ocidental (e nos Estados Unidos) toda a dinâmica do modo de produção capitalista nessa época concentrava-se na *acumulação acelerada no Departamento II à custa da acumulação no Departamento I.*

Essa mesma configuração também explica:

a) por que nessa fase o mais importante sentido internacional da penetração da produção mercantil capitalista em regiões não industrializadas assumiu a forma da exportação de mercadorias, isto é, *da exportação de bens de consumo;* pois ao longo desse período foi esse setor que dominou a economia capitalista dos países metropolitanos, e toda vez que ocorreu uma superprodução cíclica ela tomou acima de tudo a forma da superprodução de bens industriais de consumo;

b) por que motivo o capitalismo dessa época foi efetivamente de livre concorrência: o volume modesto do mínimo de capital necessário para ingressar no setor de bens de consumo impedia o aparecimento de monopólios e oligopólios.

O ponto crítico que ocorreu no início da época imperialista foi o resultado de duas mudanças simultâneas e combinadas no funcionamento do modo de produção capitalista. Por um lado, o Departamento I trocou a produção mecânica de motores a vapor pela produção mecânica de motores elétricos. A transformação resultante de todo o processo de produção no Departamento I causou grande aumento na composição orgânica do capital do subdepartamento do Departamento I, produtor de capital constante *fixo*. Mas uma transformação também ocorreu na tecnolo-

[1] LANDES, David S. *The Unbound Prometheus*. Cambridge, 1970. p. 254-259. O invento de Bessemer estava intimamente ligado às necessidades militares no início da Guerra da Crimeia. (Ver ARMYTAGE W. H. *A Social History of Engineering*. Londres, 1969. p. 153-155.) "As repercussões sobre a organização industrial, especialmente na indústria de construção naval, foram decisivas. A era do metal e da maquinaria inevitavelmente propiciou o crescimento das unidades industriais em grande escala. Os acionistas na Great Eastern... passaram pelo tipo de experiência traumática que seus predecessores haviam sofrido na obsessão ferroviária de uma década antes." p. 155.

gia do subdepartamento do Departamento I, produtor de capital constante *circulante* — a produção de matérias-primas. Havíamos caracterizado essa transformação como "a transição da produção artesanal de matérias-primas para sua produção por métodos manufatureiros ou do início da indústria". Em conjunto, os dois processos determinaram dessa forma — e em grau variável — um aumento significativo na composição orgânica do capital no Departamento I. É evidente que o aumento na composição orgânica do capital no Departamento II não podia se dar numa escala comparável ao do Departamento I. De maneira geral, o revolucionamento da tecnologia produtiva no Departamento II limitou-se à substituição do motor a vapor pelo motor elétrico, o que não poderia acarretar uma mudança decisiva na composição orgânica do capital.[2]

Por outro lado, a progressiva introdução de máquinas a vapor produzidas por máquinas no período 1847/73, aliando-se à generalização crescente da construção de ferrovias nesse período, absorveu quantidades colossais de capital.[3] Essa grande transferência de capital começou a consolidar o predomínio do Departamento I sobre o Departamento II. A composição orgânica do capital no Departamento I aproximou-se gradativamente daquela verificada no Departamento II, e a seguir ultrapassou-a com rapidez. A partir de então, cessou a decisiva transferência de mais-valia do Departamento I para o Departamento II, que acompanhava o nivelamento da taxa de lucros; ao contrário, a transferência passou a ocorrer do Departamento II para o Departamento I.

No entanto, a natureza específica do capital fixo produzido no Departamento I implicava a sua produção sob encomenda, e não para venda num mercado anônimo. Em conseqüência, os locais de produção ajustaram-se a um máximo de encomendas. Tão logo os mais importantes ramos industriais nos países capitalistas se viram equipados com motores a vapor de produção mecânica — situação provavelmente atingida desde o início da década de 70 do século XIX — a capacidade de produção do Departamento I não pôde mais ser utilizada a pleno volume. Essa foi uma das causas principais da onda longa com tonalidade de estagnação, entre 1873/93. No entanto, isso implicava que uma parcela importante da mais-valia realizada pelo Departamento I e uma parcela nada insignificante da mais-valia produzida no Departamento II, mas apropriada pelo Departamento I mediante o nivelamento da taxa de lucros, não mais podiam ser valorizadas. Nos cinqüenta anos precedentes, os limites ao desenvolvimento contínuo do modo de produção capitalista assumiram a forma da superprodução no Departamento II; no último quarto do século XIX, tomaram a forma da *supercapitalização no Departamento I*. O resultado lógico foi uma alteração no impulso principal da tendência capitalista à expansão: a exportação de bens de consumo para regiões pré-capitalistas deu lugar à exportação de capitais (e de artigos comprados com esses capitais, especialmente vias férreas, locomotivas e instalações portuárias, isto é, aparelhamento infra-estrutural para simplificar e baratear a exportação de matérias-primas produzidas com o capital metropolitano). Juntamente com a concentração cada vez maior do capital, essa foi a razão decisiva para o aparecimento da nova estrutura da economia capitalista mundial — a estrutura imperialista.

Essa mudança na operação do modo de produção capitalista, ou nas proporções entre as principais variáveis independentes desse modo de produção, também explica a transição do capitalismo de livre concorrência ao capitalismo mono-

[2] Landes fala da "exaustão das possibilidades tecnológicas da Revolução Industrial" e, com exceção da transformação da indústria do aço, da diminuição dos "ganhos implícitos no grupo original de inovações que constituíram a Revolução Industrial". *Ibid.*, p. 234-235, 237.
[3] *Ibid.*, p. 153-155, 541.

polista. A penetração maciça do capital no Departamento I criou locais de produção que, nos termos de Marx, deviam operar com instrumentos ciclópicos de produção e, conseqüentemente, volumes ciclópicos de capital. Houve um crescimento enorme no mínimo de capital requerido para se poder competir nesse campo. Cada vez mais, a concorrência conduziu à concentração; só um número reduzido de empresas independentes e companhias de capital aberto conseguiu sobreviver. O fato de que a fase de estagnação a longo prazo, compreendida entre 1873/93, tenha coincidido com o aparecimento da segunda revolução tecnológica — sobretudo na tecnologia dos motores elétricos — representou uma razão imperiosa para a formação de trustes e monopólios; Lênin já enfatizou o papel decisivo desempenhado por esses dois fatores na formação do capitalismo monopolista.[4] Não é surpreendente que essa monopolização ocorresse mais rapidamente nos "novos" ramos industriais (aço,[5] máquinas elétricas, petróleo) e nas "novas" nações industriais (Estados Unidos, Alemanha) do que nos "velhos" ramos da indústria (têxteis, carvão) e nos "velhos" países industriais (Inglaterra, França).

De que maneira o desenvolvimento dos últimos cinqüenta anos aparece à luz desse esquema? A acumulação acelerada do capital gerada pela segunda revolução tecnológica (1893-1914) foi sucedida por um longo período de acumulação bloqueada e relativa estagnação econômica, do término da Primeira Guerra Mundial ao início da Segunda Guerra Mundial. Nos capítulos 4 e 5 explicamos a causa básica dessa estagnação: o aumento considerável na composição orgânica do capital em resultado da eletrificação generalizada produziu uma tendência à queda da taxa média de lucros, a qual só poderia ser neutralizada por um aumento correspondente na taxa de mais-valia. No entanto, na grande vaga pós-revolucionária desencadeada após a Primeira Guerra Mundial, a classe capitalista teve de fazer concessões ao proletariado para garantir sua dominação política, o que contribuiu para estabilizar, e mesmo para reduzir, a taxa de mais-valia, e não para ampliá-la. Depois de breve ascensão econômica entre 1924/29, a queda na taxa de lucros conduziu à Grande Depressão de 1929/32 e à estagnação nas atividades promotoras da valorização e da acumulação. Só a vitória do fascismo hitlerista — e, em outros países, a Segunda Guerra Mundial — é que capacitou ao capital conseguir um aumento na taxa de mais-valia suficientemente amplo para permitir a ascensão temporária da taxa de lucros, apesar da mais alta composição orgânica de capital.

Entrementes, ocorreram outras mudanças importantes nas condições globais de existência do capital. Em primeiro lugar, a Rússia Soviética separou-se do mercado mundial capitalista; pela primeira vez, desde a gênese do modo de produção capitalista, o mercado mundial capitalista sofria uma contração, em vez de se expandir. Por algum tempo pareceu que os recentes aumentos no preço de matérias-primas e a colonização intensificada do "Terceiro Império" da Inglaterra na África[6] poderiam elevar novamente a exportação de capital. No entanto, logo após o irromper da Grande Depressão, tornou-se claro que havia uma tendência para o declínio a longo prazo da exportação de capital para as colônias e semicolônias, basicamente em resultado do caráter monopolista das empresas imperialistas que dominavam a produção colonial de matérias-primas. Assim, a subacumulação nos países metropolitanos e o declínio das exportações de capital para as colônias simplesmente reforçaram o aparecimento do capital excedente e a queda da taxa de lucros. Como sabemos, o capital excedente só obtém o juro médio, e não o lucro médio. No entanto, uma vez que o capital excedente não participa na valorização

[4] Ver LÊNIN. *Imperialism, the Highest Stage of Capitalism*. In: *Selected Works*. Londres, 1969. p. 177.
[5] Essa preponderância é tão auto-evidente que Landes denomina "A Era do Aço" à fase de desenvolvimento da economia européia iniciada na década de 70 do século XIX. LANDES. *Op. cit.*, p. 249 *et seqs.*
[6] Ver PADMORE, George. *Africa, Britain's Third Empire*. Londres, 1948.

imediata do capital, e que esse juro deve conseqüentemente ser pago da mais-valia social total, a taxa média de lucros é forçada a decair ainda mais.

Em segundo lugar, esse capital excedente passou a ingressar no Departamento II. Foi criado um novo setor de bens de consumo, para a produção dos chamados *bens de consumo duráveis*, que representavam a aplicação da segunda revolução tecnológica ao setor de bens de consumo: a produção automobilística e o início da produção de aparelhos elétricos (aspiradores de pó, rádios, máquinas de costura elétricas etc.). Embora essa transformação se limitasse basicamente aos Estados Unidos, em termos de produção em massa, apesar disso ela resultou num aumento considerável na composição orgânica do capital, o que, especialmente nos Estados Unidos, começou a diminuir a vantagem do Departamento I na redistribuição da mais-valia entre os dois Departamentos. Como isso coincidiu com um período em que, de qualquer forma, a taxa média de lucros estava caindo rapidamente, e a seguir com a grande crise que abalou a totalidade do Departamento I, a pressão para elevar a taxa de lucros nesse Departamento tornou-se verdadeiramente explosiva. Essa pressão assumiu quatro formas:

1) no sentido de um aumento imediato na taxa de mais-valia (fascismo, economia de guerra);

2) no sentido de uma valorização imediata do capital excedente através do rearmamento;

3) no sentido de uma nova tentativa em diminuir o custo do capital constante, isto é, de renovada penetração em escala maciça do capital na produção de matérias-primas (minerais e agrícolas), mas dessa vez com tecnologia industrial avançada e conseqüentemente apta a diminuir o custo do capital constante fixo. A pressão para diminuir o tempo de rotação do capital estava ligada a esse projeto;

4) no sentido de uma redução radical na participação dos custos salariais no preço de custo das mercadorias, conjugada a experimentos nos campos da semi-automação e da automação. A razão dessa inclinação temporária foi a tendência ao aumento da participação relativa dos custos salariais, simultânea à diminuição pronunciada no preço das matérias-primas e na participação do valor representado pelo capital fixo.

Tão logo foi atingido esse primeiro e crucial objetivo, isto é, assim que a taxa de lucros começou a se elevar outra vez, a expansão de capital estava apta a subir vertiginosamente através da utilização do capital acumulado mas não valorizado, no período 1929/39, e da exploração simultânea das outras três tendências mencionadas acima. O resultado foi a passagem para a terceira "onda longa com tonalidade expansionista", de 1940 (1945) a 1965.

Entre outros aspectos, esse novo período caracterizou-se pelo fato de que, paralelamente aos bens de consumo industriais feitos por máquinas (surgidos no início do século XIX) e das máquinas de fabricação mecânica (surgidas em meados do século XIX), deparamo-nos agora com matérias-primas e gêneros alimentícios produzidos por máquinas. *Longe de corresponder a uma "sociedade pós-industrial",*[7] *o capitalismo tardio aparece assim como o período em que, pela primeira vez, todos os ramos da economia se encontram plenamente industrializados;* ao

[7] Esse conceito — discutido e criticado no capítulo 12 — é utilizado, entre outros autores, por: BELL, Daniel. *The Reforming of General Education*. Nova York, 1966; KHAN, Hermann. *The Year 2000*. Nova York, 1967; SERVAN-SCHREIBER, Jean Jacques. *The American Challenge*. Londres, 1970.

que ainda seria possível acrescentar a mecanização crescente da esfera da circulação (excetuados os serviços de simples conserto) e a mecanização crescente da superestrutura.

No entanto, essa evolução determinou, ao mesmo tempo, um nivelamento geral da produtividade média do trabalho nas mais importantes esferas da produção. De fato, em alguns ramos produtores de bens agrícolas ou matérias-primas (por exemplo, nas refinarias de petróleo e na indústria de fibras sintéticas) e em alguns ramos onde se fabricam bens de consumo (por exemplo, nas indústrias alimentícias plenamente automatizadas), nos últimos 25 anos a produtividade do trabalho registrou um aumento médio maior do que nos ramos produtores de capital fixo. Nos Estados Unidos, a produção agrícola por homem-hora trabalhada aumentou de 100 para 377 entre 1929 e 1964, enquanto, no mesmo período, atingiu somente 299 na indústria de transformação.[8] Na Alemanha Ocidental, de 1958 a 1965, houve um aumento anual de 7,7% na produtividade dos empregados na indústria têxtil, de 7% no processamento da madeira, de 6,9% na indústria do vidro e de 5,1% na indústria alimentícia, para 4,2% na indústria metalúrgica, 4,6% na indústria eletrotécnica, 4% na siderurgia, 3,8% na produção de veículos, 3,2% na construção em ferro e aço e 2,8% na produção de máquinas. Em conjunto, a taxa média anual de crescimento da produtividade do trabalho nesse período foi de 6,1% na indústria de bens de consumo, para 4,2% na indústria de bens de investimento.[9]

Esse nivelamento da produtividade média dos dois grandes Departamentos, isto é, da composição orgânica média do capital, é parte da essência mesma na automação. Isso porque, uma vez possível aplicar o princípio dos processos totalmente automatizados à produção em massa, eles podem ser aplicados com igual êxito tanto à produção em massa de matérias-primas e bens "leves" de consumo, quanto à produção de aparelhos transistorizados ou de fibras sintéticas.

Dessa maneira, a época do capitalismo tardio mais uma vez confronta o capital a uma situação aproximada àquela de meados do século XIX: ocorre uma crescente igualização da produtividade média do trabalho. A partir daí podem ser tiradas duas conclusões:

1) Em primeiro lugar, as diferenças regionais ou internacionais em níveis de produtividade deixam de representar a fonte principal para a realização de superlucros. Esse papel passa a ser desempenhado pelas diferenças entre setores e empresas,[10] como pode ser logicamente deduzido a partir da situação descrita acima. Não devemos esquecer que o período histórico anterior ao século XIX era caracterizado pela diminuição das diferenças na produtividade do trabalho entre os dois Departamentos, mas o capital possuía maiores oportunidades de evadir-se às conseqüências dessa diminuição ao se deslocar para a agricultura e especialmente para as colônias e semicolônias. Pelos motivos já referidos, tais oportunidades ou não existem mais, ou são muito limitadas atualmente.

2) Desenvolve-se assim uma pressão permanente para acelerar a inovação tec-

[8] US Department of Commerce. *Long-Term Economic Growth 1860-1965*. Washington, 1966.

[9] KRUSE, KUNZ e UHLMANN. *Wirtschaftliche Auswirkungen der Automation*. p. 68-69. A indústria de fibras sintéticas registrou uma taxa de crescimento anual de 9% para produtividade do trabalho no período 1950/65.

[10] Exemplos dessas diferenças são oferecidos, entre outros, pelo líder sindical americano Charles Levinson em seu recente livro *Capital, Inflation and the Multinationals*. Londres, 1971. p. 28 *et seqs*. A Comissão Econômica Européia das Nações Unidas refere a taxa de crescimento anual da produtividade do trabalho segundo o ramo na Europa ocidental como flutuando entre 1,3% na indústria do couro e 9% na indústria do petróleo. Essa é uma variação de 1 para 7. *Economic Survey of Europe in 1970*. Genebra, 1971.

nológica, pois a redução de outras fontes de mais-valia resulta inevitavelmente numa busca contínua de "rendas tecnológicas" que só podem ser obtidas através da incessante renovação tecnológica.[11] As rendas tecnológicas são superlucros derivados da monopolização do progresso técnico — isto é, de descobertas e invenções que baixam o preço de custo de mercadorias mas não podem (pelo menos a médio prazo) ser generalizadas a determinado ramo da produção e aplicadas por todos os concorrentes devido à própria estrutura do capital monopolista: dificuldades de entrada, dimensões do investimento mínimo, controle de patentes, medidas cartelizadoras, e assim por diante. Nesse sentido, a superprodução latente de bens de consumo na época do capitalismo de livre concorrência e o capital excedente em estado latente da era do imperialismo dão lugar, na fase do capitalismo tardio, à *superprodução latente de meios de produção* enquanto forma *predominante* das contradições econômicas da economia capitalista, embora evidentemente combinada com essas duas outras formas.[12]

Portanto, os traços básicos do capitalismo tardio já podem ser derivados das leis de movimento do capital. No decorrer desta análise integraremos vários outros fatores, essencialmente baseados naqueles que acabamos de elaborar. A origem imediata da terceira revolução tecnológica pode ser referida aos quatro objetivos principais do capital nos anos 30 e 40 do presente século, listados anteriormente. A possibilidade técnica da automação provém da economia armamentista, ou das necessidades técnicas correspondentes ao grau particular de desenvolvimento alcançado pela economia armamentista. Isso se aplica ao princípio genérico de processos de produção contínuos e automáticos, completamente livres do contato direto por mãos humanas (o que se torna uma exigência fisiológica com o uso da energia nuclear). Também se aplica à coerção para construir calculadoras automáticas, produzidas por derivação direta dos princípios cibernéticos, capazes de reunir dados com velocidade vertiginosa e tirar conclusões a partir deles para a determinação de decisões — por exemplo, a orientação precisa de mísseis automáticos de defesa aérea para abater aviões bombardeiros.[13]

A aplicação produtiva dessa nova tecnologia começou nos setores da indústria química para os quais a força impulsionadora decisiva é o barateamento do capital constante circulante. Do início dos anos 50, ela se difundiu gradativamente por um número crescente de esferas, onde o objetivo principal era a redução radical dos custos salariais diretos — isto é, a eliminação do trabalho vivo do processo de produção. Nos Estados Unidos, esse objetivo indubitavelmente correspondeu à necessidade de contrabalançar os (algumas vezes) substanciais aumentos de salários que ocorreram no período imediato do pós-guerra.[14] A compulsão sentida pelos "muitos capitais" para reduzir os custos salariais tinha sua contrapartida, para o "capital em geral", na tendência à reconstrução do exército industrial de reserva, através da liberação de força de trabalho desempregada.

Rezler distingue quatro tipos de automação ou, mais precisamente, de processos de produção semi-automatizados e automatizados, que delimitam o campo da terceira revolução tecnológica:

— Transferência de partes entre processos de produção sucessivos, baseada

[11] Um tratamento mais ampliado desse problema é apresentado nos dois capítulos seguintes deste livro.
[12] Essa superprodução latente de instrumentos de produção toma sobretudo a forma de uma capacidade permanente nos ramos do Departamento I.
[13] POLLOCK, Frederich. *Automation*. Frankfurt, 1964. p. 46-47.
[14] Ver a quarta coluna do quadro na p. 123 deste trabalho.

em dispositivos automatizados — por exemplo, na indústria automobilística de Detroit.

— Processos em fluxo contínuo, baseados no controle automático do fluxo e de sua qualidade — por exemplo, na indústria química, nas refinarias de petróleo e nos equipamentos de gás e eletricidade.

— Processos controlados por computação em qualquer unidade fabril.

— Diferentes combinações dos sistemas acima mencionados — por exemplo, a superposição de computadores à semi-automação, no estilo de Detroit, criou complexos de máquinas-ferramentas numericamente controlados; a combinação de computadores e processos de fluxo contínuo praticamente concretizou o objetivo de unidades de produção completamente automáticas no refino do petróleo e nas empresas de serviços de utilidade pública.[15]

A extensão da terceira revolução tecnológica pode ser avaliada a partir do fato de que

> "um levantamento empreendido pela companhia McGraw-Hill em meados da década de 60 ... informou que algum grau de dispositivos de controle e de mensuração automatizados e sistemas de processamento de dados eram utilizados por 21 mil dos 32 mil estabelecimentos industriais norte-americanos que empregavam mais de 100 pessoas. Praticamente 9 em cada 10 empresas de petróleo, de implementos e de equipamentos de computação e controle informaram que usavam tais dispositivos. 2/3 das empresas de maquinaria e de metalurgia também estavam utilizando sistemas de controle ... Em 1963, esse levantamento indicou que cerca de 7 bilhões de dólares, ou 18% do investimento bruto na indústria de transformação (e cerca de 1/3 do investimento em maquinaria) estavam sendo gastos em equipamentos que os informantes consideravam automatizados ou avançados".[16]

Em 1954, o início do uso de máquinas eletrônicas de processamento de dados no setor privado da economia norte-americana franqueou afinal, para diversos senão para todos os ramos da produção, o campo da inovação tecnológica acelerada e a caça de superlucros tecnológicos que caracteriza o capitalismo tardio. Incidentalmente, podemos datar a partir daquele ano o término do período de reconstrução após a Segunda Guerra Mundial e o início do surto de crescimento rápido desencadeado pela terceira revolução tecnológica. A distinção entre esses dois subperíodos da "onda longa com tonalidade expansionista" entre 1945 e 1965 é de importância tanto em termos históricos e econômicos quanto em termos sócio-políticos.

Economicamente, podem ser destacadas as dez características principais da terceira revolução tecnológica:

1) Aceleração qualitativa do aumento na composição orgânica do capital, isto é, o deslocamento do trabalho vivo pelo trabalho morto. Nas empresas plenamente automatizadas esse deslocamento é quase total.[17]

2) Transferência de força de trabalho viva, ainda ligada ao processo de produ-

[15] REZLER, Julius. *Automation and Industrial Labor*. Nova York, 1969. p. 7-8.
[16] FROOMKIN, Joseph. "Automation". In: *International Encyclopaedia of Social Sciences*. Nova York, 1968. v. I, p. 180.
[17] Levinson (*Op. cit.*, p. 228-229) cita o exemplo de estabelecimentos petroquímicos na Grã-Bretanha, nos quais a proporção dos custos de produção correspondentes a salários e ordenados diminuiu para 0,02%, 0,03% e 0,01%.

ção, do tratamento efetivo das matérias-primas para funções relativas a preparação e supervisão. Deve-se enfatizar que, apesar de tudo, tais funções constituem atividades criadoras de valor, nos termos da definição de Marx, isto é, atividades fundamentais para a determinação da forma dos valores de uso específicos produzidos. Os cientistas, pesquisadores em laboratório, planejadores e projetistas que trabalham na antecâmara do processo efetivo de produção também realizam trabalho produtivo, criador de valor e de mais-valia. Na verdade, o período da terceira revolução tecnológica, sob o capitalismo tardio, é justamente caracterizado, em termos gerais, por aquele *processo de integração da capacidade social de trabalho*, tão cuidadosamente analisado por Marx no esboço original do capítulo VI do volume 1 de *O Capital:*

> "Uma vez que, com o desenvolvimento *da subordinação real do trabalho ao capital*, ou do *modo específico de produção capitalista*, o *funcionário* efetivo da totalidade do processo de trabalho deixa de ser o trabalhador isolado para se tornar, cada vez mais, uma *capacidade de trabalho socialmente unificada*, e uma vez que as várias capacidades de trabalho, competindo sob a forma de máquinas produtivas totais, participam de maneiras bastante diversas do processo imediato de formação de mercadorias ou, o que é mellhor neste contexto, de formação de produtos — um trabalhando mais com suas mãos, o outro com sua mente, um como gerente, engenheiro, técnico, outro como supervisor e um terceiro diretamente como trabalhador manual ou mesmo como mero trabalhador temporário — as *funções da capacidade de trabalho* se alinham diretamente abaixo do conceito de *trabalho produtivo*, e os seus agentes, abaixo do conceito de *trabalhadores produtivos*, diretamente explorados pelo capital e *subordinados* à sua valorização e ao processo de produção como um todo. Se considerarmos o *trabalhador total* que integra essa oficina, a sua atividade combinada será diretamente realizada, em termos materiais, num *produto total* que é ao mesmo tempo *uma massa total de mercadorias*, e se torna completamente indiferente o fato de a função do trabalhador individual, que representa apenas uma parte do trabalhador total, estar mais ou menos distante do trabalho imediato feito manualmente".[18]

3) Mudança radical na proporção entre as duas funções da mercadoria força de trabalho nas empresas automatizadas. Como é sabido, a força de trabalho tanto cria quanto preserva o valor. Na história do modo de produção capitalista, até agora a criação de valor tem sido evidentemente a função mais importante. Ao contrário, nas empresas plenamente automatizadas, é a preservação do valor que se torna crucial.[19] Isto se dá não apenas no sentido corrente, da transferência automática de uma parcela do valor da maquinaria acionada e das matérias-primas transformadas para o valor da mercadoria acabada, mas também no sentido muito mais específico das economias de meios de trabalho, ou poupanças de valor, correspondentes ao colossal crescimento em valor e à difusão da aplicabilidade dos conjuntos de máquinas automáticas controladas ciberneticamente.[20]

4) Mudança radical na proporção entre a criação de mais-valia na própria empresa e a apropriação de mais-valia gerada em outras empresas, no âmbito das empresas ou ramos plenamente automatizados. Esse é um resultado do necessário das três características anteriores da automação.

5) Mudança na proporção entre os custos de produção e o gasto com a compra de novas máquinas na estrutura do capital fixo, e conseqüentemente também

[18] MARX. *Resultate des unmittelbaren Produktionsprozesses*. p. 128-130.
[19] NICK. *Technische Revolution und Ökonomie der Produktionsfonds*. p. 13: "Uma situação qualitativamente nova surge se as principais economias em trabalho ocorrerem no campo do trabalho objetivado".
[20] POLLOCK. *Op. cit.*, p. 256, 284-285. Pollock fala do "dano maciço" que pode resultar do manejo incorreto dos controles.

nos investimentos industriais. Nos Estados Unidos, a proporção do capital de base alterou-se da seguinte maneira:[21]

	1929	*1960*
Participação da construção	59%	32%
Participação do equipamento	32%	52%
Participação dos meios de circulação	9%	16%

6) Diminuição do período de produção conseguida por meio da produção contínua e da aceleração radical do trabalho de preparação e instalação (assim como da transição para a reparação corrente).[22] Pressão para abreviar o período de circulação — e conseqüentemente um período de rotação menor para o capital — através do planejamento de estoques, pesquisa de mercado, e assim por diante.[23]

7) Propensão para acelerar a inovação tecnológica e acentuado aumento nos custos de "pesquisa e desenvolvimento". Esse é o resultado lógico das três forças anteriores.

8) Vida útil mais curta do capital fixo, especialmente da maquinaria. Propensão crescente a introduzir uma planificação exata da produção dentro de cada empresa e o planejamento na economia como um todo.

9) Uma composição orgânica mais alta do capital conduz a um aumento na participação do capital constante no valor médio da mercadoria. Dependendo de cada caso, esse aumento pode se limitar à participação do capital constante circulante (o custo de matérias-primas, energia, substâncias auxiliares), pode se estender ao capital constante fixo (amortização da maquinaria) ou pode afetar ambos. No exemplo da indústria petroquímica, já citado acima, Levinson refere as seguintes proporções para matérias-primas e custos de energia: etilbenzeno, 87%; cloreto de vinila, 78%; acetileno-ateleno, 59,6%. A participação dos custos do capital fixo chega nesses casos a respectivamente 12%, 21% e 40%.[24] Nick e Pollock salientam com justeza que, para a automação ser efetivamente competitiva no capitalismo, o aumento na participação *relativa* do capital constante no valor médio da mercadoria deverá ser inevitavelmente acompanhado por um decréscimo no dispêndio *absoluto* de capital constante por mercadoria.[25]

10) O resultado conjunto dessas principais características econômicas da terceira revolução tecnológica é uma tendência à intensificação de todas as contradições do modo de produção capitalista: a contradição entre a socialização crescente do

[21] NICK. *Op. cit.*, p. 21. Isso está relacionado à diminuição no tamanho das máquinas automatizadas. Cf. LUDWIG, Helmut. *Die Grössendegression der technischen Produktionsmittel*. Colônia, 1962. Em 1973, na indústria metalúrgica belga, foram investidos 3,8 bilhões de francos em construções e 13,5 bilhões em equipamento. *Bulletin Fabrimetal*, 03-12-1973.

[22] REUSS. *Op. cit.*, p. 27-28; KRUSE, KUNZ e UHLMANN. *Op. cit.*, p. 28-29. Ver também *Ibid.*, p. 49, a redução de percentagem de peças rejeitadas e as economias em custos materiais: "A introdução de um computador analógico num trem de laminação a frio para a regulamentação da espessura conduziu a uma queda de 35% no material desperdiçado. Em uma usina geradora, a introdução de pressão e suprimento automaticamente regulados reduziu o consumo de energia primária em 42%, em kWh".

[23] A magnitude dos projetos de investimento isolados aumentou tanto que mesmo em termos puramente de custos representa uma pressão imperiosa para a utilização ótima.

[24] LEVINSON. *Op. cit.*, p. 228-229.

[25] NICK. *Op. cit.*, p. 46-54; POLLOCK. *Op. cit.*, p. 166. A longo prazo, com a difusão da produção automatizada de matérias-primas, a participação constante e fixa do valor deveria tornar-se a parte mais importante, em termos relativos. Cf. KRUSE, KUNZ e UHLMANN. *Op. cit.*, p. 113.

trabalho e a apropriação privada; a contradição entre a produção de valores de uso (que chega a níveis incalculáveis) e a realização de valores de troca (que permanece atrelada ao poder de compra da população); a contradição entre o processo do trabalho e o processo de valorização; a contradição entre a acumulação de capital e sua valorização, e tudo o mais que se segue.

A proporção entre a automação parcial e a automação total constitui um problema decisivo da terceira revolução tecnológica, na era do capitalismo tardio, e deve ser investigada à luz dessa tendência geral à intensificação de todas as contradições do modo de produção capitalista. Se processos semi-automáticos de produção forem introduzidos em determinados ramos da produção em escala maciça, isso simplesmente reproduzirá em nível mais alto a tendência inerente ao capital de aumentar a sua composição orgânica, e não levantará nenhuma questão teórica de importância. No entanto, na medida em que a semi-automação, particularmente nos setores fabricantes de bens industriais leves, conduz a uma redução substancial no valor dos bens de consumo necessários para realizar os salários reais, ela pode facilmente acarretar um aumento não menos substancial na produção de mais-valia relativa. De acordo com os números citados por Otto Brenner, as indústrias produtoras de alimentos e bebidas e a indústria têxtil na Alemanha Ocidental registraram entre 1950 e 1964 um declínio no número de horas de trabalho necessárias para produzir mercadorias no valor de 1 000 DM de respectivamente 77 para 37 e 210 para 89 horas.[26] Esse considerável acréscimo na mais-valia relativa foi acompanhado somente em pequena extensão por um aumento nos salários reais, isto é, pela inclusão de mercadorias adicionais na determinação do valor da mercadoria força de trabalho.

No entanto, se processos de produção plenamente automatizados forem introduzidos em escala maciça em certas esferas de produção, todo o quadro se altera. Nessas esferas, a produção de mais-valia absoluta ou relativa deixa de aumentar e toda a tendência subjacente do capitalismo se transforma em sua própria negação: *nessas esferas a mais-valia praticamente deixa de ser produzida.* O lucro total de que se apropriam as empresas presentes nessas esferas é tomado dos ramos não automatizados ou semi-automatizados remanescentes. Portanto, nestes últimos ocorre forte pressão para a adoção de medidas substanciais de racionalização e intensificação da produção, destinadas a cobrir, ao menos parcialmente, as diferenças cada vez maiores em níveis de produtividade que os separam dos ramos automatizados, visto que, de outra maneira, eles perderiam para seus concorrentes mais produtivos uma porção crescente da massa de mais-valia produzida por "seus" trabalhadores. Daí os fenômenos, tão característicos dos últimos dez anos, da aceleração das linhas de montagem e da extração do último segundo de sobretrabalho do trabalhador (em M-T-M ou Movimento-Tempo-Mensuração, com boa razão denominado "processo de tempo mínimo" na Alemanha Ocidental, a unidade básica é determinada em 1/16 de segundo). No entanto, tudo o que está disponível para distribuição teve antes de ser produzido. Enquanto as empresas e ramos plenamente automatizados de produção forem apenas uma pequena minoria,[27] enquanto as empresas e ramos semi-automatizados não mostrarem nenhuma redução substan-

[26] Em *Automation, Risiko und Chance*. Frankfurt, 1966. v. I, p. 23.

[27] Embora Pollock (*Op. cit.*, p. 109) observe que processos plenamente automatizados de produção, estendendo-se das matérias-primas ao produto acabado, já sejam usados na fabricação de tubos de aço, destilação e refinação do petróleo, artigos de vidro e papel, biscoitos e sorvetes, cigarros e obuses e na moagem da farinha, ele afirma que, em geral, unidades fabris plenamente automatizadas constituem somente uma pequena minoria. Ele indica os obstáculos técnicos prejudicando a automação generalizada: a necessidade de tornar a produção homogênea e contínua, de dividir o processo de produção em ações individuais estandardizadas, e assim por diante. Somam-se a essas dificuldades técnicas as evidentes dificuldades econômicas que destacamos brevemente acima.

cial no número de homens-horas trabalhados e, conseqüentemente, enquanto a quantidade total de trabalho despendido na indústria continuar a aumentar, o capitalismo tardio será necessariamente definido pela concorrência intensificada entre grandes empresas e entre estas e os setores não monopolistas da indústria. Mas é claro que, em seu conjunto, esse processo não é qualitativamente distinto daquele do capitalismo monopolista "clássico".

Ainda a esse respeito, examinemos rapidamente as objeções levantadas por muitos críticos da teoria econômica de Marx, relativas à ausência de prova empírica ou evidência teórica para o conceito da crescente composição orgânica do capital. Tais críticos sustentam que uma redução no custo das máquinas e matérias-primas, e as economias em seu uso, poderiam conduzir a um progresso técnico "neutro", graças ao qual o valor do capital constante participando da produção corrente de mercadorias aumentaria unicamente à mesma taxa do valor do capital variável, apesar do crescimento na produtividade do trabalho.[28] Empiricamente, é fácil demonstrar que houve crescimento mais rápido nos ramos de produção fabricantes de capital fixo do que nos ramos da indústria produtores de bens de consumo: uma vez que o aumento na produção de matérias-primas e bens intermediários não é certamente mais baixo do que o aumento no Departamento II, e como o aumento na produção de energia é claramente ainda maior do que este último, não deveria haver dificuldade para o fornecimento de evidência empírica de crescimento a longo prazo na composição orgânica do capital. Tal demonstração já existe para períodos mais curtos — por exemplo, para os anos 1939/61 no caso dos Estados Unidos. Usando como instrumental os cálculos de insumo-produção de Leontief, Anne Carter investigou as mudanças estruturais na economia norte-americana nesse período. Suas conclusões são bastante claras:

> "A maioria dos coeficientes de trabalho caiu mais do que os correspondentes coeficientes do capital, e dessa maneira a relação capital/trabalho aumentou na maioria dos setores".

E continua ainda mais inequivocamente:

> "De todas as mudanças estruturais até agora examinadas, os declínios nos coeficientes diretos de trabalho são os mais pronunciados... A economia se porta como se a poupança de trabalho fosse o objetivo do progresso técnico e a maioria das mudanças na estrutura intermediária e do capital pode ser justificada pelas reduzidas exigências diretas e, em menor grau, indiretas de trabalho".

Não há dúvida de que o aparecimento da produção automatizada deve confirmar empiricamente essa tendência econômica geral. Em ramos isolados da indústria a mesma tendência é igualmente clara. Já citamos o fato de que na produção de aço a transição do processo Thomas para o processo ácido diminuiu de 25% para 17% a participação dos custos de trabalho nos custos totais de produção, enquanto a participação dos custos do capital fixo aumentava de 16% para 25%. Nas refinarias de petróleo a proporção dos custos de capital fixo aumentou de 0,21 para 10, graças a quatro métodos sucessivos de destilação sob pressão introduzidos entre 1913/55, enquanto o número de horas de trabalho vivo necessárias para produzir 10 mil toneladas de gasolina decrescia de 56 em 1913 para 0,4 em 1955. Numa fábrica britânica, a transição das máquinas-ferramentas tradicionais para equi-

[28] Ver entre outros ROBINSON, Joan. *The Accumulation of Capital*. Londres, 1956; HICKS, J. R. *The Theory of Wages*. 2.ª ed., Londres, 1966, cap. VI; GÜSTEN, Rolf. *Die langfristige Tendenz der Profitate bei Karl Marx und Joan Robinson*. Tese de Doutoramento. Munique, 1960.

pamentos controlados numericamente reduziu à metade os custos de produção e modificou de 15/91 para 21/35 a relação entre os custos anuais de depreciação e a conta de ordenados e salários. Analogamente, a substituição de máquinas de produção adaptáveis a diversos usos e formatos por máquinas transferidoras plenamente automatizadas nas fábricas de automóveis da Renault francesa alterou de 640/131 para 53/200 a relação entre custos de mão-de-obra e custos de equipamento por veículo. Na indústria de plásticos da Alemanha Ocidental, o investimento bruto fixo por assalariado aumentou de 2 110 DM em 1960 para 3 905 DM em 1966, ou 85%, enquanto, no mesmo período, os salários e ordenados por empregado aumentaram apenas 68,5% (em 65,8% se considerarmos apenas os salários). Na indústria de fiação do algodão da República Federal, o valor do equipamento por empregado aumentou de 30 mil DM em 1950 para 324 mil DM em 1971 para uma fábrica-modelo incorporando a maquinaria mais avançada, enquanto o número de empregados trabalhando em três turnos declinava, no mesmo período, de 274 para 62, e a conta total de salários e ordenados (baseada na média para a indústria têxtil) aumentava somente de 601 200 DM para 785 mil DM por ano. Tais exemplos podiam ser multiplicados indefinidamente.[29] Virtualmente não existe mercadoria para a qual os custos do trabalho vivo representem uma parcela crescente dos custos totais de produção, no sentido estrito do termo.[30]

A impressão de uma "estabilidade da participação dos fatores" a longo prazo, ou mesmo de um acréscimo na "participação do trabalho", transmitida pelas estatísticas oficiais, não contradiz essa tendência básica no sentido de um aumento a longo prazo na composição orgânica do capital. Os "custos de fatores" incluem não apenas o capital constante fixo e o capital variável, mas a mais-valia, e simultaneamente excluem o valor do capital constante circulante. Assim, não são comparáveis a *c/v*. Em conseqüência, nesse gênero de material estatístico, um declínio na taxa de mais-valia ocultaria qualquer aumento na composição orgânica do capital. Mais ainda, "a participação do trabalho" inclui os mais altos custos com ordenados, que correspondem, pelo menos em parte, à mais-valia e não ao capital variável. Calculados em base macroeconômica, os "custos de fatores" desviam-se ainda mais do conceito marxista da composição orgânica do capital, pois incluem compensação pelo trabalho produtivo no conceito de "participação do trabalho", o que a rigor não pode ser incluído na categoria de "capital variável".[31]

[29] Ver CARTER, Anne P. *Structural Changes in the American Economy*. Harvard, 1970. p. 143, 152; LEVINSON. *Op. cit.*, p. 129; ENOS, Johan L. "Invention and Innovation in the Petroleum Industry". In: NELSON, Richard (Ed.). *The Rate and Direction of Inventive Activity*. Princeton, 1962. p. 318; SMITH, Gerald W. *Engineering Economy: Analysis of Capital Expediture*. Iowa, 1968. p. 427; POLLOCK. *Op. cit.*, p. 101; HAMMER, Marius. *Vergleichende Morphologie der europäische Automobilindustrie*. Basle, 1959. p. 69-70; *Wirtschaftskonjunktur*. Dezembro de 1967. p. 27; AMMANN, EINHOFF, HELMSTADER e ISSELHORST. "Entwicklunsstrategie und Faktorintensität". In: *Zeitschrift für allgemeine und Textile Marktwirtschaft*. 1972. 2.º caderno; *Statistisches Jahrbuch für die BRD 1952, 1972*.

[30] Nos exemplos acima não estão incluídos os custos de material. Teoricamente, seria possível imaginar uma situação em que uma redução radical no preço das matérias-primas compensasse o aumento nos custos de capital fixo por unidade de produção, e assim conservasse estável a relação entre o capital constante e o variável. Todavia, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, esta esteve longe de ser uma hipótese viável. Ocorreram economias permanentes no consumo físico de matérias-primas, porém não houve um declínio absoluto, a longo prazo, nos custos de produtos primários utilizados nos principais ramos da indústria, e simultaneamente os custos de capital fixo elevaram-se em relação aos custos salariais. Evidentemente, isso implica um aumento na composição orgânica do capital.

[31] Para períodos mais curtos, retardamentos ou avanços específicos no progresso técnico, que barateiam a maquinaria em relação aos bens de consumo, podem naturalmente conduzir a uma estagnação ou mesmo a um retrocesso na composição orgânica do capital. Bela Gold cita o exemplo da indústria do aço norte-americana, onde os custos salariais nos altos-fornos decresceram como parcela dos "custos totais" (inclusive lucros) de 8,9% em 1899 para 5,1% em 1939, enquanto aumentavam de 17,1% para 21,4% durante o mesmo período nas oficinas de laminação. (*Explorations in Managerial Economics — Productivity, Costs, Technology and Growth*. Londres, 1971. p. 102.) Pondo de lado o fato de que as flutuações nas margens de lucro podem ter influenciado esses resultados, deve-se assinalar que as mais importantes revoluções tecnológicas ocorreram nas oficinas de laminação nos anos 50 e 60, com a introdução da automação em larga escala. Em 1939, os custos de investimento fixo por hora de trabalho estavam apenas 17% acima do nível de 1899; em 1958, haviam aumentado em 25% em relação ao nível de 1939.

Curiosamente, até mesmo Paul Sweezy juntou-se às fileiras dos autores que negam qualquer tendência a longo prazo para o aumento da composição orgânica do capital no século XX, ou chegam a sustentar que a mesma tendeu ao declínio.[32] Podemos apenas acrescentar aos argumentos e fatos alinhados acima a bem-conhecida diferença na proporção entre custos de trabalho e valor acrescentado para o mesmo ramo industrial em países de maior ou menor avanço técnico, o que reflete esse aumento na composição orgânica do capital (embora deva ser reenfatizado que o conceito de "valor acrescentado" inclui os lucros e exclui os custos de matérias-primas, e assim não é de maneira alguma idêntico a *c/v*):

Custos do Trabalho como Percentagem do Valor Acrescentado[1]

	Fiações de malha	*Produtos químicos de base e fertilizantes*
Estados Unidos (1954)	23,06%	8,14%
Canadá (1955)	27,79%	9,73%
Austrália (1955/56)	38,37%	23,41%
Nova Zelândia (1955/56)	39,85%	16,03%
Dinamarca (1954)	50,04%	24,77%
Noruega (1954)	50,46%	20,28%
Colômbia (1953)	53,02%	30,50%
México (1951)	79,68%	35,09%

[1] MINAS, Bagicha Singh. *An International Comparison of Factor Costs and Factor Use*. Amsterdam. p. 102-103.

Mage, em sua polêmica com Güsten, procurou provar teoricamente que *tem de haver* um aumento na composição orgânica do capital em resultado das leis de desenvolvimento do capital.[33] No fundamental, a sua evidência é convincente, mas sua demonstração teria sido mais simples se ele não tivesse excluído o papel *funcional* do acréscimo na composição orgânica de capital na análise de Marx. De acordo com Marx, o progresso técnico é provocado sob a coação da concorrência, pela constante pressão no sentido de economizar nos custos de produção, cujo desfecho macroeconômico não pode ser diferente dos resultados microeconômicos. Economias de custo sem um acréscimo na composição orgânica do capital teriam como pressuposto: o fato de trabalho vivo poder substituir lucrativamente máquinas cada vez mais complexas, ou a produção, no Departamento I, de maquinaria moderna, que poupasse trabalho e valor sem um aumento no valor intrínseco de tais complexos de máquinas, ou uma diminuição no valor de novos materiais maior do que a diminuição no valor dos bens-salários. Isso, entretanto, exigiria um crescimento mais rápido na produtividade do trabalho no Departamento I do que na economia como um todo. Uma vez que o novo equipamento deve ser construído com a maquinaria preexistente e técnicas preestabelecidas, e dessa maneira *seu próprio valor* é determinado pela produtividade do trabalho então existente, e não pela produtividade futura que ele auxilia a aumentar; e uma vez que esse equipamento não pode ser produzido em massa nos estágios iniciais, esse pressuposto se mostra irreal a longo prazo. Em conseqüência, as economias de custos por unidade de produto tenderão a longo prazo para as economias nos custos da mão-de-obra, como Anne Carter aponta com justeza. Portanto, a economia de custos será sempre acompanhada, a longo prazo, por um decréscimo relativo na participação

[32] SWEEZY, Paul. "Some Problems in the Theory of Capital Accumulation". In: *Monthly Review*. Maio de 1974. Especialmente p. 46-47.
[33] MAGE. *Op. cit.*, p. 151-159.

dos custos salariais no valor da mercadoria e, conseqüentemente, também pelo declínio relativo do componente variável do capital total.

Embora a crítica convencional à tese de Marx da crescente composição orgânica do capital seja inadequada quando considerada como um todo, ela contém uma parcela de verdade, na medida em que esse aumento ocorre de forma menos automática e radical do que tem sido considerado em inúmeras vulgarizações.[34] Ao longo de períodos limitados, é perfeitamente possível assegurar a reprodução ampliada sem uma alteração substancial na composição orgânica do capital. Na verdade, podem ocorrer periodicamente aumentos repentinos na produtividade do trabalho no Departamento I, que são bem maiores do que a média social e permitem, por isso, substanciais economias de custo na indústria de transformação, sem que haja um aumento no valor constante incorporado a suas mercadorias. Todavia, a longo prazo essas tendências não podem ser mantidas numa escala social global. O confronto entre a produção parcialmente automatizada e a plenamente automatizada oferece justamente um vislumbre da natureza do desenvolvimento geral contemporâneo. Porque, se as empresas e ramos plenamente automatizados, e os conglomerados parcialmente automatizados, se tornarem numerosos a ponto de passarem a ser decisivos para a estrutura da totalidade da indústria, reduzindo as empresas industriais "clássicas" a uma parcela relativamente pequena da produção total, as contradições do capitalismo tardio assumirão um caráter explosivo: *a massa total de mais-valia* — em outras palavras, o número total de horas de sobretrabalho — *estará então tendencialmente condenada a diminuir.*

Num estudo excelente sob outros aspectos, Roth e Kanzow deixaram de perceber a ligação entre automação parcial e automação total, entre o caso em que o aumento extraordinariamente rápido da produtividade do trabalho (decréscimo nos custos de produção) de algumas empresas é uma *exceção*, e o caso em que são generalizados tais saltos para diante na produtividade do trabalho. Também não levaram em conta as resultantes diferenças qualitativas nas dificuldades de realização (ou nas dificuldades em valorizar o capital total). Eles escrevem:

> "Seu avanço tecnologicamente determinado em novos ramos da indústria permite que os capitais combinados ampliem constantemente, por meio de contramedidas, as suas possibilidades de compensar a tendência ao declínio de suas taxas de lucros".

No entanto, é evidente que isso só é verdadeiro para uma *minoria* de capitais. Pois de que forma, com a difusão da automação — em outras palavras, com uma redução acentuada na massa de mais-valia e um aumento abrupto na composição orgânica do capital — poderiam todos os capitais aumentar a sua taxa de lucros? No exemplo numérico dado pelos autores,[35] eles consideram quatro estágios sucessivos — da produção com esteira transportadora à automação em larga escala, ou do uso de 31 unidades de força de trabalho para 9 unidades[36] — e chegam à con-

[34] Marx: "A razão é simplesmente que, com a crescente produtividade do trabalho, não só aumenta a massa de meios de produção consumidos por ela, mas o valor dos mesmos diminui em comparação com a sua massa. Portanto, o seu valor aumenta em termos absolutos, mas não em proporção à sua massa. O aumento da diferença entre o capital constante e o variável é, dessa maneira, muito menor do que o aumento da diferença entre a massa de meios de produção em que é convertido o capital constante e a massa de força de trabalho em que é convertido o capital variável. A primeira diferença acompanha o aumento da segunda, mas em menor grau". *Capital*, v. 1, p. 623.

[35] ROTH, Karl-Heinz e KANZOW, Eckhard. *Unwissen als Ohnmacht — Zum Wechselverhältnis von Kapital und Wissenschaft*. Berlim, 1970. p. 17.

[36] O caso seguinte mostra que esse exemplo numérico, longe de ser uma superestimação, está, ao contrário, aquém das potencialidades: "Uma correia de transmissão, introduzida juntamente com uma aparelhagem de endurecimento indutivo numa fábrica de automóveis, realizou 24 operações técnicas básicas ou parciais que anteriormente eram executadas por 18 conjuntos separados de 15 operários; a nova fábrica era atendida por um operário". KRUSE, KUNZ e UHLMANN. *Op. cit.*, p. 21.

clusão de que a produção dobra, o produto bruto aumenta seis vezes e a taxa de lucros aumenta de 12% para 55,6%. Mas Roth e Kanzow ignoram as implicações econômicas globais das três condições que precedem esse processo, e o que aconteceria com o mesmo no caso de automação parcial generalizada (para não falar na automação total): preço de venda constante; volume em dobro do produto físico; queda pela metade dos custos em salários e ordenados. É evidente que a combinação dessas três condições se torna insustentável com a extensão da semi-automação. Quem compraria um volume dobrado de bens de consumo duráveis se, com um preço de venda constante, a renda nominal da população fosse reduzida pela metade? No *caso especial* tratado por Roth e Kanzow, as seguintes premissas devem ser aceitas:

1) que o declínio em salários nominais na empresa em pauta é acompanhado por um aumento na renda global do consumidor;

2) que certos bens de consumo duráveis automaticamente produzidos foram substituídos por outros produzidos mediante processos não automáticos. Basta formular essas condições implícitas para perceber que as mesmas estão destinadas a reduzir-se ou desaparecer com a expansão crescente da semi-automação. Deverá colocar-se então um problema maciço de comercialização ou realização.

Um engano similar, embora de espécie oposta (pessimista, em vez de otimista), foi cometido por Pollock num estudo da relação entre emprego e automação. Ele escreve:

> "Um dos motivos básicos por detrás da introdução da automação é reconhecidamente a produtividade mais alta, mas isso implica uma poupança *líquida* em salários e ordenados. Se os operários dessa maneira liberados tiverem de encontrar novos empregos na operação dos próprios aparelhos de controle ou na sua produção, não seria possível nenhuma poupança líquida dos custos salariais (dada uma quantidade constante de produtos). Tais operários teriam sido meramente transferidos para diferentes atividades que, não obstante, constituem precisamente um elemento dos custos, de tal maneira que, embora seja certamente possível falar de uma mudança dos métodos de produção, não há incremento da produtividade".[37]

A armadilha desse argumento reside nas palavras entre parênteses: "dada uma quantidade constante de produtos". Todavia, como acabamos de ver, a automação jamais implicará uma quantidade constante de produtos. Em conseqüência, a argumentação de Pollock só será correta se houver uma automação homogênea em todas as esferas de produção (com uma estrutura inalterada de consumo). Se, entretanto, a automação tiver alcançado diferentes estágios em diferentes esferas da produção, é perfeitamente possível que um aumento na produtividade e na produção comercializada dos ramos automatizados seja acompanhado por uma absorção, pelos setores que produzem aparelhos de controle, dos trabalhadores liberados. Todo o processo desenvolve-se, então, à custa dos ramos não automatizados (ou menos automatizados). Na verdade, foi exatamente isso o que ocorreu na história do capitalismo tardio no decorrer dos últimos anos.

Uma vez que a esfera de produção do capitalismo tardio seja visualizada como uma unidade contraditória de empresas não automatizadas, semi-automatizadas e plenamente automatizadas (na indústria e na agricultura, e por isso em todas

[37] POLLOCK. *Op. cit.*, p. 202.

as esferas da produção de mercadorias juntas), torna-se evidente que, a partir de certo ponto e por sua própria natureza, o capital *deve* apresentar uma resistência crescente à automação.[38] As formas dessa resistência incluem o uso de trabalho barato nos ramos semi-automatizados da indústria (tais como o trabalho de mulheres e de menores nas indústrias têxtil, de alimentos e de bebidas), o que desloca o limiar da lucratividade para a introdução de complexos plenamente automatizados; as mudanças constantes e a concorrência mútua na produção de conjuntos de máquinas automatizadas, o que impede o barateamento de tais conjuntos e, conseqüentemente, a sua mais rápida introdução em outros ramos da indústria; a busca incessante de novos valores de uso, inicialmente produzidos em empresas não automatizadas ou semi-automatizadas etc. O aspecto mais importante é que, assim como na primeira fase da grande indústria de operação mecânica, as grandes máquinas não eram produzidas mecanicamente mas de maneira artesanal, na primeira fase da automação atualmente em processo os conjuntos de máquinas automáticas não são produzidos automaticamente mas na linha de montagem. Na verdade, a indústria que produz meios eletrônicos de produção tem uma composição orgânica de capital *notavelmente baixa*. Em meados da década de 60, a participação dos custos em salários e ordenados no movimento total anual bruto desse ramo da indústria nos Estados Unidos e na Europa ocidental flutuou entre 45% e 50%.[39] Isso explica por que o montante maciço de capital que se encaminhou para ela desde o início dos anos 50 tenha diminuído e não aumentado a composição social média do capital e, correspondentemente, tenha aumentado e não diminuído a taxa média de lucros. Em conseqüência, *a produção automática de máquinas automáticas representaria um novo ponto de inflexão, em termos qualitativos*, igual em significado ao aparecimento da produção mecânica de máquinas em meados do século XIX,[40] enfatizada por Marx:

> "Um desenvolvimento das forças produtivas que diminuísse o número absoluto de trabalhadores, isto é, que possibilitasse à totalidade da nação o cumprimento de sua produção total em menor período de tempo, provocaria uma revolução, porque marginalizaria a maior parte da população. Essa é outra manifestação do limite específico à produção capitalista, que mostra ainda que a produção capitalista não é de maneira alguma uma forma absoluta para o desenvolvimento das forças produtivas e para a criação de riqueza, mas, ao contrário, que em determinado momento entra em conflito com seu desenvolvimento".[41]

Aqui chegamos ao limite interior absoluto do modo de produção capitalista. Tal limite não reside na penetração capitalista completa do mercado mundial (isto é, na eliminação das esferas não capitalistas de produção) — como acreditava Rosa Luxemburg — nem na impossibilidade definitiva de valorizar o capital total acumulado, mesmo com um volume crescente de mais-valia, como julgava Henryk Grossmann. Prende-se ao fato de que *a própria massa de mais-valia diminui necessariamente em resultado da eliminação do trabalho vivo do processo de produção, no*

[38] Kruse, Kunz e Uhlmann estabelecem empiricamente que "para máquinas rotativas (existe) um valor limiar de cerca de 75%, a partir do qual a automação crescente determina uma produção desproporcionalmente mais elevada do que o dispêndio de capital. Para além desse valor limite torna-se antieconômico aumentar o grau de automação". *Op. cit.*, p. 113.

[39] FREEMAN, C. *"Research and Development in Eletronic Capital Goods"*. In: *National Institute Economic Review*. N.º 34, novembro de 1965. p. 51.

[40] Nick (*Op. cit.*, p. 52) chega à mesma conclusão. Nesse ponto ele segue Pollock (*Op. cit.*, p. 95), o qual entretanto percebe que os aparelhos para montagem automatizada (AUTOFAB) contêm em si mesmos a possibilidade de um paradoxo, na medida em que "a própria indústria que produz aparelhagem para automação encontra-se fundamentalmente na dependência do trabalho manual".

[41] MARX. *Capital*. v. 3, p. 258.

decorrer do estágio final de mecanização-automação. O capitalismo é incompatível com a produção plenamente automatizada na totalidade da indústria e da agricultura, porque essa situação não mais permite a criação de mais-valia ou a valorização do capital. Conseqüentemente, é impossível que a automação conquiste a totalidade das esferas de produção, na época do capitalismo tardio:[42]

> "Tão logo o trabalho na forma direta deixa de ser a fonte básica da riqueza, o tempo de trabalho deixa e deve deixar de ser a sua medida, e conseqüentemente o valor de troca [deve deixar de ser a medida] do valor de uso. *A mais-valia da massa* não é mais a condição para o desenvolvimento da riqueza geral, assim como o *não-trabalho de uns poucos*, para o desenvolvimento dos poderes gerais da mente humana. Com isso, *sucumbe a produção baseada em valores de troca*, e o processo direto, material de produção, é arrancado das formas da penúria e da antítese".[43]

Pode-se argumentar que a automação elimina o trabalho vivo somente na planta produtiva: ela o amplia em todas as esferas que precedem a produção direta (laboratórios, departamentos experimentais e de pesquisa) onde é empregado trabalho que indubitavelmente constitui uma parte integral do "trabalhador produtivo coletivo", no sentido marxista do termo. Descartando-se o fato de que uma transformação da totalidade dos trabalhadores produtivos em produtores cientificamente treinados criaria dificuldades explosivas para a valorização do capital, e sem mesmo considerarmos até que ponto ela seria compatível com a produção mercantil como tal, fica claro que uma transformação desse gênero implicaria uma supressão radical da divisão social entre trabalho manual e trabalho intelectual. Tal mudança básica no conjunto da formação social e na cultura do proletariado solaparia toda a estrutura hierárquica da produção fabril e da economia, sem a qual seria impossível a extorsão de mais-valia do trabalho produtivo. Em outras palavras, as relações de produção capitalistas entrariam em colapso. Os primeiros *indícios* de tal *tendência* já constituem subprodutos visíveis do capitalismo tardio, como será demonstrado nos últimos capítulos deste livro. Mas, sob o capitalismo, estão inevitavelmente destinados a permanecer em estado embrionário. Por motivos de sua autopreservação, o capital jamais poderia transformar todos os trabalhadores em cientistas, assim como jamais poderia automatizar completamente a totalidade da produção material.

Os exemplos numéricos seguintes mostram a seriedade das conseqüências dessa tendência à diminuição da quantidade de trabalho criador de valor, em resultado da automação. Como será visto, essa tendência afeta profundamente a capacidade do capitalismo tardio de parar a queda na taxa de lucros mediante aumento da taxa de mais-valia, bem como a sua capacidade de impedir, com o aumento dos salários reais, a intensificação das tensões sociais. Denominemos A, B, C e D a quatro anos de apogeu em ciclos sucessivos; seja de aproximadamente dez anos a distância entre eles. No ano inicial de nossa comparação, seja de 10 bilhões o número total de homens-horas despendido pelos trabalhadores produtivos em ambos os Departamentos (aproximadamente 5 milhões de trabalhadores produtivos, cada um com 2 mil horas anuais, ou 6 milhões trabalhando 1 666 horas anualmente). Seja de 100% a taxa de mais-valia, isto é, sejam mobilizadas 5 bilhões de horas para a produção de mais-valia. Em resultado da ampliação do emprego, apesar da

[42] Está claro que isso só é verdadeiro numa escala internacional. Teoricamente, é concebível que uma indústria plenamente automatizada nos Estados Unidos ou na Alemanha Ocidental pudesse açambarcar a mais-valia necessária para a valorização de seu capital através da troca por mercadorias de outros países, não produzidas automaticamente. Na prática, as conseqüências políticas e sociais de tal situação seriam explosivas além de qualquer medida.
[43] MARX. *Grundrisse*. p. 705-706.

automação crescente, no ano B são gastas 12 bilhões de horas de trabalho produtivo, em vez de 10 bilhões. Admitamos que a taxa de mais-valia agora se eleve de 100% para 150% (em vez de utilizar metade do seu tempo de trabalho para a produção do equivalente a seus salários reais, os trabalhadores produtivos passam a utilizar apenas 2/5 para essa finalidade). A massa de mais-valia aumenta de 5 bilhões para um total de 7,2 bilhões de horas de trabalho, isto é, aumenta em 44%. Uma vez que, a partir de agora, os trabalhadores produtivos geram o equivalente a seus salários em 4,8 bilhões de horas de trabalho, e não mais em 5 bilhões, um aumento total de 30% nos salários reais de todos os trabalhadores (uma pequena taxa de crescimento anual de 2,6%) exigiria um acréscimo de 35% na produtividade do trabalho no Departamento II. Isso permanece dentro do campo de referência do possível; na verdade, conforma-se ao desenvolvimento dos últimos 25 anos.

No ano C de nossa comparação, a automação já deteve o aumento na massa de emprego ou de homens-horas trabalhados, que permanece constante em 12 bilhões. Por exemplo, para compensar o acréscimo na composição orgânica do capital (que aumentou em 50% entre A e B e entre B e C), a taxa de mais-valia teria de se elevar mais uma vez, de 150% para 233,33%. Isto é, em lugar de dispor de 4 horas de trabalho em 10, para produzir o equivalente a seu salário real, o trabalhador produtivo tem à sua disposição apenas 3 horas em 10 para essa finalidade. A massa total de mais-valia aumentou para 8,4 bilhões de horas, isto é, aumentou em 16,6%. No entanto, para que os trabalhadores possam conseguir um aumento adicional de 30% no consumo efetivo (na massa de produtos ou valores de uso) nos 3,6 bilhões de horas de trabalho ainda disponíveis para a produção do equivalente a seus bens de consumo, em contraste aos 4,8 bilhões de horas de trabalho dos dez anos anteriores, a produtividade do trabalho no Departamento II teria de ser aumentada em 70%, isto é, apresentar uma taxa anual de crescimento de 5,4%. Isso ainda permanece no limite do possível.

Consideremos agora o quarto ano, D. Para neutralizar o aumento na composição orgânica do capital (de aproximadamente 70% desde o ano C), a taxa de mais-valia teria de aumentar de 233,33% para 400%, isto é, o trabalhador produtivo seria deixado com apenas 1 hora de trabalho em cada 5 para produzir o equivalente a seu salário. Digamos, entretanto, que a automação tenha reduzido o número total de homens-horas de trabalho de 12 bilhões para 10 bilhões. *A massa absoluta de mais-valia* torna-se equivalente a 8 bilhões de horas de trabalho. Em outras palavras, *apesar de um aumento maciço na taxa de mais-valia*, de 233,33% para 400%, *a massa decresceu.*[44] Para que a massa de mais-valia permanecesse pelo menos constante, a taxa de mais-valia teria de ser de 525% em vez de 400%, de modo que apenas 1,6 bilhão de horas de trabalho estaria disponível para a produção do equivalente aos salários reais. Mas, mesmo se a taxa de mais-valia aumentasse "apenas" para 400%, um acréscimo adicional de 30% nos salários reais ao longo de dez anos exigiria que a massa de produtos fabricada em 2 bilhões de horas de trabalho no ano D aumentasse em 30% sobre a massa de produtos gerada em 3,6 bilhões de horas de trabalho no ano C, isto é, exigiria um aumento de 140% na produtividade do trabalho no Departamento II. Tudo indica que a obtenção de uma taxa média de crescimento de 9,1%, necessária para se atingir esse objetivo, seria impossível; e ainda seria muito menos do que a média anual necessá-

[44] Marx, nos *Grundrisse*, p. 335 *et seqs.*, já demonstrou que a mais-valia não pode aumentar na mesma proporção da produtividade do trabalho, e que o aumento do sobretrabalho é proporcional à diminuição do trabalho necessário e não ao acréscimo da produtividade do trabalho. Tal diminuição do trabalho necessário tem limites, mesmo considerada a hipótese, utilizada por Marx em seu raciocínio, de um consumo proletário em estagnação. Naturalmente, se houver um pequeno acréscimo no consumo da classe operária, o limite será ainda mais estreito.

ria para garantir um crescimento de 30% nos salários reais pelo ano D, com apenas 1,6 bilhão de homens-horas disponíveis, se a massa de mais-valia permanecesse constante. Nesse caso, a produtividade do trabalho teria de aumentar, no decorrer da década, em 192,5% — uma taxa de crescimento absolutamente inatingível de 11,4%.

A conclusão é evidente: com a automação cada vez mais difundida, o aumento da composição orgânica do capital e o início de uma queda no total de homens-horas despendidos pelos trabalhadores produtivos, é impossível a longo prazo continuar seriamente a aumentar os salários reais e ao mesmo tempo conservar um volume constante de mais-valia. Uma das duas quantidades deverá diminuir. Uma vez que sob condições normais, isto é, sem o fascismo ou a guerra, pode-se excluir um declínio considerável nos salários reais, manifesta-se *uma crise histórica da valorização do capital* e um declínio inevitável, primeiro na massa de mais-valia e a seguir também na taxa de mais-valia, e em conseqüência ocorre uma queda abrupta na taxa média de lucros. Em nosso exemplo numérico, mesmo se os salários reais estagnassem no ano D, enquanto a massa de mais-valia caísse de 8,4 bilhões para 8 bilhões de horas de trabalho, isso ainda implicaria que a produtividade do trabalho tivesse aumentado em 80% (uma taxa de crescimento anual de 6%). Se a massa de mais-valia permanecesse constante, assim como os salários reais, a produtividade do trabalho teria aumentado em 125% — uma inatingível taxa de crescimento anual de 8,4%.[45]

Dessa maneira, ainda mais claramente do que no capítulo 5, podemos ver neste ponto os motivos pelos quais é da própria essência da automação intensificar a luta em torno da taxa de mais-valia no capitalismo tardio e tornar cada vez mais difícil a superação dos obstáculos à valorização do capital, assim que a massa de homem-horas despendida na criação de valor começa a declinar. A tabela seguinte mostra que essa hipótese não é de forma alguma irreal:

Número de homens-horas trabalhados na indústria de transformação dos Estados Unidos[1]

1947	24,3 bilhões
1950	23,7 bilhões
1954	24,3 bilhões
1958	22,7 bilhões
1963	24,5 bilhões
1966	28,2 bilhões
1970	27,6 bilhões

[1] *Statistical Abstract of the United States*, 1968, p. 717-719, para os anos até 1966 (inclusive). Para 1970, calculado por nós com base nas cifras norte-americanas publicadas em *Monthly Labour Review* dos Estados Unidos, publicação oficial do Departamento do Trabalho (número de maio de 1971).

O índice de horas totais executadas pelos trabalhadores de produção na indústria de transformação declinou de 100 em 1967 para 97,5 em 1972. Na Alemanha

[45] Seria possível objetar que com um número em diminuição de horas de trabalho, isto é, uma taxa declinante de emprego, os salários reais *per capita* dos produtores empregados não necessitariam de uma taxa tão elevada na produtividade do trabalho para permanecerem constantes ou registrarem um crescimento modesto. A resposta para isso é que: 1) a redução nas horas de trabalho é maior do que o declínio no número de indivíduos empregados, ou mesmo compatível com um número constante ou em leve ascensão de empregados, porque a longo prazo um aumento adicional na intensidade do trabalho ocasionado pela automação torna inevitável um decréscimo no dia normal de trabalho; 2) o consumo real dos trabalhadores produtivos deve ser concebido como correspondente à totalidade da classe — em outras palavras, também inclui pensões por idade para produtores aposentados mais cedo do que o normal, auxílio-desemprego, pagamento de jovens não empregados após o término de seus estudos ou aprendizado — e, conseqüentemente, com um número em declínio de horas de trabalho nas quais criar o seu equivalente, isso pressupõe efetivamente as elevadas taxas de produtividade para sua realização, apresentadas acima.

Ocidental a mesma tendência é ainda mais evidente. Desde 1961 tem ocorrido uma diminuição absoluta no número de homens-horas trabalhados na indústria:

Número de homens-horas trabalhados na indústria de transformação na Alemanha Ocidental[1]

1950	8,10 bilhões
1956	11,70 bilhões
1958	11,20 bilhões
1960	12,37 bilhões
1961	12,44 bilhões
1962	12,11 bilhões
1964	11,81 bilhões
1966	11,57 bilhões
1968	10,83 bilhões
1969	11,48 bilhões
1970	11,80 bilhões
1971	11,30 bilhões
1972	10,80 bilhões
1973	10,80 bilhões

[1] "Sachverständigenrat". In: *Jahresgutachten 1974*. Bonn, 1974.

Como era previsível, o aumento na composição orgânica de capital combinado à estagnação na taxa de mais-valia desde os anos 60 conduziu a um declínio na taxa média de lucros. Mostramos a seguir as cifras para a Grã-Bretanha, calculadas por dois economistas socialistas com base em estatísticas capitalistas oficiais e não em categorias estritamente marxistas — mas que indicam tendência similar à da taxa de lucros, no sentido marxista da expressão:[46]

Taxa de Lucros (depois de deduzir a valorização) nos Ativos Líquidos das Companhias Industriais e Comerciais

	Antes do Imposto	*Depois do Imposto*
1950/54	16,5%	6,7%
1955/59	14,7%	7,0%
1960/64	13,0%	7,0%
1965/69	11,7%	5,3%
1968	11,6%	5,2%
1969	11,1%	4,7%
1970	9,7%	4,1%

Nos Estados Unidos, duas pesquisas sem relação entre si chegaram a resultados similares. Nell estimou uma queda na taxa de mais-valia de 22,9% em 1965 para 17,5% em 1970 (isto é, a participação dos lucros e juros no valor líquido acrescentado de companhias não financeiras de capital aberto).[47] Nordhaus estabeleceu a seguinte tabela, após cuidadosas correções para lucros fictícios de "inventário", devidos à inflação.[48]

[46] GLYN, Andrew e SUTCLIFFE, Bob. *British Capitalism, Workers and the Profit Squeeze*. Londres, 1972, p. 66. Esses cálculos foram submetidos a várias críticas, mas a seguir foram confirmados em larga medida pela análise independente de BURGESS, G. e WEBB, A. "The Profits of British Industry". In: *Lloyd's Bank Review*. Abril de 1974.
[47] NELL, Edward. "Profit Erosion in the United States". Introdução à edição estadunidense do livro de Glyn e Sutcliffe intitulado *Capitalism in Crisis*. Nova York, 1972.
[48] NORDHAUS, William. "The Falling Share of Profits". In: OKUN, A. e PERRY, L. (Eds.). *Brookings Papers on Economic Activity*. N.º 1, 1974, p. 180.

Taxas Efetivas de Retorno Sobre o Capital Aberto não Financeiro

	Antes do Imposto	*Depois do Imposto*
1948/50	16,2%	8,6%
1951/55	14,3%	6,4%
1956/60	12,2%	6,2%
1961/65	14,1%	8,3%
1966/70	12,9%	7,7%
1970	9,1%	5,3%
1971	9,6%	5,7%
1972	9,9%	5,6%
1973	10,5%	5,4%

Na França, o jornal *Entreprise* registra um declínio gradual da taxa de lucros entre 1950/63, certa estabilização no período 1964/67, queda considerável em 1967/68, acentuada oscilação ascendente em 1969/70 e novo declínio a partir de então. Na indústria francesa de transformação, admitiu-se que a taxa líquida de lucros a partir de 1970 sobre os ativos de propriedade da empresa era 1/3 inferior àquela do início dos anos 60. Corrigida das reavaliações inflacionárias de estoque, a relação de autofinanciamento nas empresas francesas parece ter caído de 79,5% no período 1961/64 e de 83% no período 1965/68 para 75,1% em 1971, 76,6% em 1972, 73% em 1973 e 65% em 1974 (números provisórios). Templé calcula que a taxa líquida de lucros tenha caído de 5,3% no período 1954/64 para 4,3% no período 1964/67 e 3,8% no período 1969/73.[49] Na Alemanha Ocidental, os consultores econômicos oficiais da República Federal calculam um declínio acentuado na renda bruta das companhias (menos ordenados empresariais fictícios e dividido pelos ativos líquidos das mesmas firmas) de cerca de 20% entre 1960 e 1968 (um ano em que os lucros registraram um aumento marcante, após o declínio dos anos de recessão de 1966 e 1967), e em seguida de 25% entre 1968 e 1973.[50]

O conceito de capitalismo tardio como uma nova fase do imperialismo ou da época do capitalismo monopolista, caracterizada por uma crise estrutural do modo de produção capitalista, pode dessa maneira ser definido com maior precisão. Essa crise estrutural *não* se exprime pela interrupção *absoluta* do crescimento das forças de produção. Nas conclusões de suas análises do imperialismo, Lênin advertiu claramente contra quaisquer interpretações desse gênero, chegando a escrever que, em escala global, o imperialismo era caracterizado por uma aceleração do crescimento:

> "Seria um erro acreditar que essa tendência ao declínio impossibilita o rápido crescimento do capitalismo. Ela não o faz. Na época do imperialismo, determinados ramos da indústria, determinadas camadas da burguesia e determinados países apresentam, em maior ou menor grau, uma ou outra dessas tendências. Como um todo, *o capitalismo está crescendo muito mais rapidamente do que antes;* mas seu crescimento não apenas se torna cada vez mais desigual, em termos gerais: sua desigualdade também se manifesta, em particular, no declínio dos países mais ricos em capital (a Grã-Bretanha)".[51]

[49] *Entreprise*, 13-10-1972; TEMPLÉ, Philippe. "Repartition des Gains de Productivité et Hausses des Prix de 1959 à 1973". In: *Economie et Statistique*. N.º 59, 1974.
[50] "Sachverständigenrat", *Jahresgutachten 1974*. p. 71.
[51] LÊNIN, V. I. *Imperialism, the Highest State of Capitalism*. In: *Selected Works*. Londres, 1969. p. 260. (Os grifos são nossos. E.M.)

Em conseqüência, a marca distintiva do imperialismo e de sua segunda fase, o capitalismo tardio, não é um declínio nas forças de produção mas um acréscimo no parasitismo e no desperdício paralelos ou subjacentes a esse crescimento. A incapacidade inerente ao capitalismo tardio, de generalizar as vastas potencialidades da terceira revolução tecnológica ou da automação, constitui uma expressão tão forte dessa tendência quanto a sua dilapidação de forças produtivas, transformadas em forças de destruição:[52] desenvolvimento armamentista permanente, alastramento da fome nas semicolônias (cuja produtividade média do trabalho se viu restrita a um nível inteiramente sem relação ao que é hoje possível, em termos técnicos e científicos), contaminação da atmosfera e das águas, ruptura do equilíbrio ecológico, e assim por diante — os aspectos do imperialismo ou do capitalismo tardio tradicionalmente mais denunciados pelos socialistas.

Em termos absolutos, na era do capitalismo tardio vem ocorrendo uma expansão mais rápida nas forças produtivas do que em qualquer outra época. Tal crescimento pode ser mensurado ao longo dos últimos 25 anos pelas cifras relativas à produção física ou capacidade produtiva e pelo volume do proletariado industrial.[53] Os dois conjuntos numéricos aumentaram substancialmente para o conjunto da economia mundial capitalista. No entanto o resultado é lastimável, em comparação às possibilidades da terceira revolução tecnológica, ao potencial da automação e à sua capacidade em reduzir radicalmente o sobretrabalho fornecido pela massa de produtores nos países industrializados. Nesse sentido — mas apenas com base nessa definição — continua plenamente justificada a definição de Lênin do imperialismo como uma fase da "decadência crescente do modo de produção capitalista".

O desperdício de forças reais e potenciais de produção pelo capital aplica-se não só às forças materiais, mas também às forças produtivas humanas. A era da terceira revolução tecnológica é necessariamente uma época de fusão da ciência, tecnologia e produção, numa escala jamais vista. A ciência podia se tornar efetivamente uma força produtiva direta. Na produção cada vez mais automatizada, deixa de haver lugar para operários não qualificados e empregados de escritórios. Uma transformação maciça e generalizada do trabalho manual em intelectual não só é possibilitada pela automação, mas se torna econômica e socialmente essencial. A visão profética esboçada por Marx e Engels de uma sociedade na qual "o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos",[54] e na qual a riqueza efetiva se origina na "produtividade desenvolvida de todos os indivíduos", poderia agora se tornar realidade praticamente palavra por palavra:

> "O livre desenvolvimento de individualidades [é agora o fim] e, daí, não a redução do tempo de trabalho necessário de maneira a pôr sobretrabalho mas, em vez disso, a

[52] Cf. Marx: "No desenvolvimento das forças produtivas chega um período no qual surgem as forças produtivas e os meios de comércio e que, sob as relações existentes, só acarretam danos; não são mais forças produtivas, e sim destrutivas (maquinaria e dinheiro)". MARX e ENGELS. *The German Ideology*. Nova York, 1960. p. 68.

[53] Para Marx, o conceito de forças produtivas era, em última análise, redutível às forças materiais de produção e à produtividade física do trabalho. (Ver *Grundrisse*, p. 694: "A força produtiva da sociedade é medida em *capital fixo*, existe nele em sua forma objetiva...") (Ver também *Capital*. v. I, p. 329, 621.) Para dar algum fundamento à afirmação de que as forças produtivas cessaram de crescer, é necessário desligar o conceito de "forças produtivas" de sua base material e atribuir-lhe um conteúdo idealista. Tal é, por exemplo, o procedimento dos editores do periódico francês *La Vérité* (N.º 551, p. 2-3), que identificam o conceito ao "desenvolvimento do indivíduo social", sem perceber que essa definição não apenas é incompatível com as opiniões de Marx, mas que embeleza retrospectivamente o capitalismo do século XIX — o qual, segundo eles, desenvolveu as forças produtivas e, conseqüentemente, também o "indivíduo social". (Ver as posições de Marx, contrárias a isso, em *Grundrisse*, p. 750 e em muitas outras passagens). A tese torna-se ainda mais grotesca se "o desenvolvimento do indivíduo social" for substituído pela fórmula marxista correta, "possibilidades materiais para o desenvolvimento do indivíduo social". Pois, como é possível alguém negar seriamente que a automação alarga essas possibilidades numa escala muito mais vasta do que a das máquinas do século XIX?

[54] MARX e ENGELS. *The Communist Manifesto*. In: *Selected Works*. Londres, 1960. p. 53. MARX. *Grundrisse*. p. 708.

> redução geral do trabalho necessário da sociedade a um mínimo, que então corresponde ao desenvolvimento artístico ou científico dos indivíduos no tempo livre, e com os meios criados para todos eles".[55]

A pior forma de desperdício, inerente ao capitalismo tardio, jaz no mau uso das forças de produção humanas e materiais existentes; em vez de serem usadas para o desenvolvimento de homens e mulheres livres, são cada vez mais empregadas na produção de coisas inúteis e perniciosas. Todas as contradições históricas do capitalismo estão concentradas no caráter duplo da automação. Por um lado, ela representa o desenvolvimento aperfeiçoado das forças materiais de produção, que poderiam, em si mesmas, libertar a humanidade da obrigação de realizar um trabalho mecânico, repetitivo, enfadonho e alienante. Por outro, representa uma nova ameaça para o emprego e o rendimento, uma nova intensificação da ansiedade, a insegurança, o retorno crônico do desemprego em massa, as perdas periódicas no consumo e na renda, o empobrecimento moral e intelectual. A automação capitalista, desenvolvimento maciço *tanto das forças produtivas do trabalho quanto das forças alienantes e destrutivas da mercadoria e do capital*, torna-se dessa maneira a quintessência objetivada das antinomias inerentes ao modo de produção capitalista.

A idéia de que a época da crise estrutural do capitalismo — isto é, a era que, de um ponto de vista histórico, se mostra madura para a revolução socialista mundial — deveria de alguma forma ser caracterizada por um declínio absoluto ou pelo menos por uma estagnação absoluta das forças produtivas remonta à falsa e mecânica interpretação de um trecho do famoso prefácio de Marx à *Contribuição à Crítica da Economia Política*, no qual ele forneceu o esboço mais sumário da teoria do materialismo histórico. Marx caracterizou uma época de revolução social da seguinte maneira:

> "Em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformaram em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social... Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade".[56]

Parece bastante evidente que a frase "todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida" na realidade não é mais do que uma repetição da sentença inicial; em outras palavras, baseia-se na afirmação de que chega um momento em que o desenvolvimento das forças produtivas entra em contradição com as relações de produção existentes. Desse ponto em diante, a sociedade capitalista já desenvolveu todas as forças produtivas "para as quais ela é suficientemente desenvolvida". Todavia, isso não implica absolutamente que, a partir de então, qualquer desenvolvimento adicional se torne impossível sem a derrubada desse modo de produção; significa apenas que, desde essa época, as forças de produção ulteriormente desenvolvidas entrarão em contradição cada vez mais intensa com o modo de produção existente e favorecerão a sua derrubada.[57]

[55] MARX. *Grundrisse*. p. 706.
[56] MARX. *A Contribution to the Critique of Political Economy*. Londres, 1971. p. 21.
[57] Isso é ainda mais evidente na medida em que Marx não está se referindo nesse ponto à derrubada específica do capi-

As interpretações mecânicas desse famoso parágrafo viram-se indubitavelmente reforçadas pela experiência da Revolução de Outubro na Rússia, e em especial pela generalização teórica dessa experiência feita por Bukharin em *Ökonomik der Transformationsperiode*.[58] Nesse trabalho, Bukharin efetivamente enunciou, como regra, que a revolução socialista seria precedida ou acompanhada por um declínio das forças produtivas. A configuração especificamente russa dos anos 1917/20 — revolução após uma guerra mundial, combinada a uma guerra civil bastante prolongada, que despedaçou completamente a totalidade da economia do país e ocasionou um mergulho profundo nas forças produtivas[59] — representa uma variante extremamente improvável para os Estados capitalistas altamente industrializados. Não há razão para que seja elevada à categoria de norma.[60]

Os teóricos da Internacional Comunista registraram acertadamente um declínio nas forças produtivas nos primeiros anos após a Revolução Russa. Mediram essa queda do ponto de vista material em termos de produção, emprego etc., e concluíram que o capitalismo encontraria bastante dificuldade para suplantar a crise econômica e social em que estava envolvido, ainda que temporariamente.[61] A Grande Depressão que se manifestou com força total em 1929, após breve período de prosperidade, confirmou a justeza desse prognóstico. Mas tanto Lênin quanto Trotsky permaneceram bem mais cautelosos em suas apreciações sobre o desenvolvimento a longo prazo. Assim, no Terceiro Congresso da Internacional Comunista, Trotsky declarou:

> "Se admitirmos — e vamos fazê-lo por um momento — que a classe operária deixe de se levantar numa luta revolucionária, e permita que a burguesia dirija os destinos do mundo durante numerosos anos, digamos, por 2 ou 3 décadas, então certamente alguma espécie de novo equilíbrio será estabelecida. A Europa será violentamente lan-

---

talismo, mas de todas as sociedades de classes em geral. Certamente jamais teria ocorrido a ele caracterizar o período anterior à história das revoluções burguesas (por exemplo, a vitória da Revolução Holandesa no século XVI, da Revolução Inglesa no século XVII e da Revolução Americana e da grande Revolução Francesa no século XVIII) como uma fase de estagnação ou mesmo retrocesso das forças produtivas.

[58] BUKHARIN, N. *Ökonomik der Transformationsperiode*. Hamburgo, 1922. p. 67. Num livro posterior (*Theorie des Historischen Materialismus*. Hamburgo, 1922), Bukharin oscilou entre três posições a esse respeito. Na página 289 escreveu: "Portanto, a revolução ocorre quando há um conflito manifesto entre as forças produtivas *crescentes*, que não podem mais ser contidas dentro do invólucro das relações de produção". (Os grifos são nossos. E. M.) Na página 290 ele continuou: "Essas relações de produção tolhem o desenvolvimento das forças produtivas a tal ponto que devem ser incondicionalmente postas de lado para que a sociedade possa continuar a se desenvolver. Em caso contrário, essas relações embaraçarão e sufocarão o desenvolvimento das forças produtivas, e toda a sociedade estagnará ou regredirá". Mas na página 298 ele citou seu livro anterior (*Ökonomik der Transformationsperiode*), no qual declarava: "Sua força destruidora (da Primeira Guerra Mundial) constitui um indicador bastante acurado do grau de desenvolvimento capitalista e uma trágica expressão da *completa incompatibilidade de um crescimento ulterior das forças produtivas* dentro do invólucro das relações capitalistas de produção". (Os grifos são nossos. E. M.) Se não existe contradição essencial entre o primeiro e o segundo trecho (o segundo, sem sombra de dúvida, refere-se a toda uma época histórica que, *em medida crescente*, tolhe o desenvolvimento das forças produtivas, o que não significa que elas deixarão *imediatamente* de crescer, mas apenas *em última análise*), é patente a contradição entre a primeira e a terceira passagem. Lênin adotou uma posição correspondente a uma combinação do primeiro e segundo trechos, mas não ao terceiro desses trechos de Bukharin.

[59] Para uma análise realista do colapso das forças produtivas na Rússia ao tempo da guerra civil e do comunismo de guerra, ver entre outros KRITZMAN, Leo N. *Die heroische Periode der grossen russischen Revolution*. Frankfurt, 1971. cap. IX-XII.

[60] A tipologia futura das revoluções socialistas nos países altamente industrializados provavelmente seguirá mais de perto o padrão das crises revolucionárias já experimentadas na Espanha (1931/37), França (1936), Itália (1948), Bélgica (1960/61), França (maio de 1968), Itália (outono de 1969/70), que o das crises de "colapso", após a Primeira Guerra Mundial.

[61] Ver, por exemplo, a descrição de Trotsky sobre o declínio das forças produtivas na Inglaterra em seu Informe ao Terceiro Congresso da Internacional Comunista: "A Inglaterra está mais pobre. Caiu a produtividade do trabalho. Em comparação ao último ano do pré-guerra, seu comércio mundial em 1920 declinou pelo menos 1/3, e ainda mais em alguns dos ramos mais importantes... Em 1913 a indústria do carvão da Inglaterra forneceu 287 milhões de toneladas de carvão: em 1920, 233 milhões de toneladas, isto é, 20% a menos. Em 1913, a produção de ferro chegou a 10,4 milhões de toneladas; em 1920, a pouco menos de 8 milhões de toneladas, isto é, mais uma vez 20% a menos". *Report on the World Economic Crisis and the New Tasks of the Communist International*. In: TROTSKY, Leon. *The First Five Years of the Communist International*. p. 191.

> çada num retrocesso. Milhões de operários europeus morrerão de desemprego e desnutrição. Os Estados Unidos serão compelidos a se reorientar no mercado mundial, a reconverter sua indústria e a sofrer restrições durante considerável período. Em seguida, depois que uma nova divisão mundial do trabalho for dessa maneira penosamente estabelecida no curso de 15, 20 ou 25 anos, poderá talvez surgir uma época de surto capitalista. Mas toda essa concepção é excessivamente abstrata e unilateral. Os fatos são descritos aqui como se o proletariado tivesse deixado de lutar. Entrementes, sequer é possível especular a esse respeito pela simples razão de que as contradições de classe sofreram extremo agravamento precisamente durante os anos recentes".[62]

A primeira parte dessa citação tem força profética, como tão freqüentemente ocorre com Trotsky. Foi escrita em 1921; exatamente 25 anos depois, em 1946, milhões de trabalhadores europeus haviam morrido por causa do desemprego, da desnutrição, da guerra e do fascismo. Os Estados Unidos haviam sido obrigados a reconverter a sua indústria e a limitar a produção e o emprego por um período considerável (1929/39). O país reorientou-se no mercado mundial — naturalmente tanto no de mercadorias quanto no mercado de capitais — contribuindo em última análise para uma nova divisão internacional do trabalho e uma nova fase da expansão capitalista da produção material.

Por outro lado, a segunda parte da mesma citação está claramente limitada pelas condições da época.[63] Trotsky estava absolutamente certo ao assegurar, em 1921, que era abstrato e formal prever um novo surto das forças produtivas, pois naquele momento histórico o potencial de luta do proletariado europeu estava ainda em ascensão. Sob tais condições um aumento substancial na taxa de mais-valia — e conseqüentemente na taxa de lucros — era inimaginável. O que estava na ordem do dia não era a especulação acerca da possibilidade de um novo período de crescimento capitalista, mas a preparação da classe operária para transformar a crise estrutural do capitalismo numa vitória da revolução proletária nos países mais importantes do continente. As teorias de um novo surto do capitalismo, apresentadas pelos líderes da Social Democracia, tinham por objetivo justificar a sua recusa em liderar essa luta revolucionária.[64] O que colheram não foi um longo período de surto mas, após o curto intervalo de 1924/29, a Grande Depressão, o desemprego em massa, o fascismo e os horrores da Segunda Guerra Mundial. A análise e os prognósticos de Trotsky mostraram estar bastante certos.

O que Trotsky não poderia querer dizer em 1921, entretanto, era isso: que, num longo prazo, fosse suficiente para a classe operária *lutar* com o objetivo de impedir um novo período de surto prolongado das forças produtivas do capitalismo. Para tanto, era necessário que a classe operária *alcançasse a vitória*. O fatalismo histórico é não menos míope em questão de perspectivas econômicas do que em questão das grandes lutas políticas de classe. Trotsky foi inteiramente claro nessa questão quando, sete anos depois, criticou o Programa de Bukharin e Stalin para o Comintern:

> "Terá a burguesia condições de assegurar para si mesma uma nova época de crescimento e poder capitalistas? Negar simplesmente tal possibilidade, com base na 'posição desesperada' em que se encontra o capitalismo não passaria de verborragia revolu-

[62] TROTSKY. *The First Five Years of the Communist International*. v. I, p. 211.

[63] O mesmo se aplica à frase do *Transitional Programe of the Fourth International*, que Trotsky escreveu em 1938: "As forças produtivas da humanidade deixaram de crescer". Trotsky imediatamente acrescentou: "As novas descobertas já não elevam o nível da riqueza material". Jamais teria ocorrido a ele negar o crescimento das forças produtivas quando como nos últimos vinte anos — "novas descobertas e aperfeiçoamentos" efetiva e manifestamente aumentaram o nível global da riqueza material.

[64] Ver, por exemplo, os ensaios de Rudolf Hilferding e Karl Kautsky no periódico social-democrata *Die Gesellschaft*. Abril de 1924. v. I, n.º 1.

cionária. 'Não há situações absolutamente desesperadas' (Lênin). O atual equilíbrio instável de classes nos países europeus não pode se prolongar indefinidamente justamente devido a essa instabilidade... Uma situação instável a ponto de o proletariado não conseguir tomar o poder, enquanto a burguesia não se vê com firmeza suficiente como dona de sua própria casa, deve mais cedo ou mais tarde ser abruptamente resolvida de uma maneira ou de outra, ou em favor da ditadura proletária ou em favor de uma séria e prolongada estabilização capitalista, assentada sobre as costas das massas populares, sobre os ossos dos povos coloniais e... talvez sobre nossos próprios ossos. 'Não há situações absolutamente desesperadas!' A burguesia européia pode encontrar uma saída duradoura para suas graves contradições unicamente através das derrotas do proletariado e dos erros de sua liderança revolucionária. Mas o contrário é igualmente verdadeiro. Não haverá nova fase de ascensão duradoura do capitalismo mundial (naturalmente, com a perspectiva de uma nova época de grandes movimentações), apenas no caso de o proletariado conseguir encontrar, ao longo da estrada revolucionária, uma saída para o atual equilíbrio instável".[65]

Essa visão profética foi confirmada em cada ponto. A fase de equilíbrio instável, iniciada com a vitória da Revolução Russa e a derrota da revolução alemã, chegou a seu término em 1929. Devido à incapacidade de sua liderança, a classe operária européia não se encontrava em posição para resolver em seu próprio benefício a aguda crise social. O fascismo e a Segunda Guerra Mundial criaram as condições prévias para que a crise fosse temporariamente resolvida em favor do capital. Mais uma vez, no fim da Segunda Guerra Mundial, as coisas poderiam ter mudado na França, Itália e Grã-Bretanha; mais uma vez, os partidos tradicionais da classe operária não só se revelaram totalmente incapazes de realizar sua tarefa histórica, mas demonstraram ser os cúmplices acabados do grande capital europeu na estabilização da economia do capitalismo tardio e do Estado do capitalismo tardio.[66]

Foi essa a base histórica para a terceira revolução tecnológica, para a terceira "onde longa com tonalidade expansionista" e para o capitalismo tardio. Não foi de maneira alguma "simplesmente" o produto de desenvolvimentos econômicos, prova da alegada vitalidade do modo de produção capitalista ou uma justificação para a sua existência. Tudo que provou foi que nos países imperialistas, dadas a tecnologia e as forças produtivas existentes, não há "situações absolutamente desesperadas" para o capital num sentido puramente econômico, e que um fracasso a longo prazo em realizar uma revolução socialista em última análise pode conceder ao modo de produção capitalista um novo prazo de vida, que este último utilizará, então, de acordo com sua lógica inerente: tão logo se eleve novamente a taxa de lucros, ele intensificará a acumulação de capital, renovará a tecnologia, retomará a busca incessante de mais-valia, lucros médios e superlucros e desenvolverá novas forças produtivas.

Tal é, com efeito, o significado da terceira revolução tecnológica. É isso também que determina os seus limites históricos. Fruto do modo de produção capitalista, ela reproduz todas as contradições internas dessa forma econômica e social. Gerada no seio do modo de produção capitalista na época do imperialismo e do capitalismo monopolista, a época da crise estrutural e gradativa desintegração desse modo de produção, esse surto renovado das forças produtivas deve acrescentar às contradições clássicas do capitalismo toda uma série de novas contradições, que serão examinadas nos capítulos seguintes, e criam a possibilidade de crises revolucionárias ainda mais amplas e mais profundas que as do período 1917/37.

[65] TROTSKY. *The Third International after Lenin*. Nova York, 1970. p. 64-65.
[66] A esse respeito, basta citar os comentários do General de Gaulle sobre o papel desempenhado por Maurice Thorez e a liderança do Partido Comunista Francês após setembro de 1944. Ver *Mémoires de Guerre*. Paris, 1959. v. III, p. 118-119.

Seria preciso lembrar que, segundo Marx, a missão histórica do modo de produção capitalista não residia num desenvolvimento quantitativamente ilimitado das forças produtivas, mas em determinados resultados qualitativos desse desenvolvimento:

> "A grande qualidade histórica do capital é *criar* esse *sobretrabalho*, trabalho supérfluo do ponto de vista do mero valor de uso, da mera subsistência; e o seu destino histórico se cumpre tão logo tenha ocorrido, por um lado, um desenvolvimento tal das necessidades que o sobretrabalho, acima e além da carência, se torne uma necessidade geral, que brota das próprias necessidades individuais; e, por outro lado, onde a rigorosa disciplina do capital, atuando sobre sucessivas gerações, tenha desenvolvido uma operosidade geral como propriedade geral da nova espécie; e, finalmente, quando o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, que o capital incessantemente impulsiona com a sua ilimitada obsessão pela riqueza, e o desenvolvimento das condições específicas em que essa obsessão pode ser realizada tenham alcançado o grau de florescimento em que a posse e a preservação da riqueza geral requerem um tempo de trabalho menor da sociedade como um todo e a sociedade trabalhadora se relaciona de maneira científica com o processo de sua progressiva reprodução; em conclusão, onde tenha cessado o trabalho em que um ser humano faz o que uma coisa poderia fazer".[67]

Uma vez atingidos esses resultados qualitativos, pode-se dizer que o capitalismo cumpriu seu papel histórico, e as relações sociais estão prontas para o socialismo. Começa, então, a época do declínio da sociedade burguesa. Embora as forças produtivas possam se desenvolver ainda mais, isso não altera o fato de que a missão histórica do capital foi completada. Na verdade, em determinadas circunstâncias, tal desenvolvimento quantitativo poderia efetivamente pôr em risco suas conquistas qualitativas. A tese de Lênin de que não há situações absolutamente desesperadas para a burguesia imperialista não implica que, enquanto não ocorrer uma revolução socialista, o modo de produção capitalista possa sobreviver indefinidamente, ao preço de períodos crescentes de estagnação econômica e crise social. Pois a automação generalizada, que pressagia um decréscimo mais rápido na massa de mais-valia, não se limita a colocar uma barreira absoluta para a valorização do capital, que não pode ser superado por nenhum aumento na taxa de mais-valia; a dinâmica do desperdício e destruição do desenvolvimento potencial que a partir de agora acompanha o desenvolvimento efetivo das forças produtivas é tão grande, que a única alternativa para a autodestruição do sistema, ou mesmo de toda a civilização, reside numa forma superior de sociedade. Dessa maneira, apesar de todo o crescimento internacional das forças produtivas no mundo capitalista no decorrer dos últimos vinte anos, a opção entre "socialismo ou barbárie" adquire atualmente seu pleno significado.

[67] MARX. *Grundrisse*. p. 325.

7

A Redução do Tempo de Rotação do Capital Fixo e a Pressão no Sentido do Planejamento da Empresa e da Programação Econômica

A redução do tempo de rotação do capital fixo constitui uma das características fundamentais do capitalismo tardio. A origem imediata da redução prende-se à aceleração da inovação tecnológica,[1] o que por sua vez é um resultado da realocação do capital industrial, investido não apenas na atividade direta de produção mas também, em escala crescente, nas esferas pré-produtivas (Pesquisa e Desenvolvimento).[2] A propensão a se envolver numa corrida armamentista com Estados não capitalistas, cujo desenvolvimento tecnológico não é restrito pelas condições de valorização em sua atividade produtiva, bem como a lógica interna do desenvolvimento científico são fatores que contribuem para esse processo.

No entanto, no contexto da história do capitalismo, a força decisiva por detrás da redução do tempo de rotação do capital fixo é incontestavelmente o fato de que a fonte principal de superlucros reside agora nas "rendas tecnológicas" ou no diferencial de produtividade entre firmas e ramos da indústria. *A busca sistemática e contínua de inovações tecnológicas e dos superlucros correspondentes* torna-se o padrão característico das empresas do capitalismo tardio, e especialmente das grandes empresas de capital aberto do capitalismo tardio.[3] Essa caça aos superlucros empreendida pelos "diferentes capitais" toma a forma, para "o capital em geral", da pressão para reduzir o custo do capital constante e para aumentar a taxa de mais-valia através da produção adicional de mais-valia relativa.

A terceira revolução tecnológica, origem e resultado da inovação tecnológica acelerada e da redução do tempo de rotação do capital fixo, tem repercussões físicas e técnicas negativas sobre a extensão da vida do capital fixo, porque aumenta

[1] Esse assunto é tratado no capítulo seguinte.

[2] O montante de gastos do capital industrial em Pesquisas e Desenvolvimento aumentou nos Estados Unidos de menos de 100 milhões de dólares antes da Segunda Guerra Mundial para 2,24 bilhões de dólares em 1953 e 5,57 bilhões de dólares em 1963. Isso não inclui os dispêndios do Estado. (Ver MANSFIELD, Edwin. *The Economics of Technological Change*. Londres, 1969. p. 55.) Levinson observa que o dispêndio total privado em Pesquisa e Desenvolvimento (conseqüentemente, não apenas da indústria) foi de 17 bilhões de dólares em 1968 e 20,7 bilhões de dólares em 1970.

[3] O vice-presidente da Companhia Budd é bastante claro a esse respeito. "Qualquer inovação que valha a pena ser feita deveria ter, associada a ela, margens de lucro dramaticamente maiores do que as margens de lucro normais." GELLMAN, Aaron J. "Market Analysis and Marketing". In: GOLDSMITH, Maurice (Ed.). *Technological Innovation and the Economy*. Londres, 1970, p. 131.

a velocidade em que são usadas as máquinas e, simultaneamente, acelera a sua obsolescência.[4]

A redução do tempo de rotação do capital fixo apresenta caráter dúplice. Por um lado, constitui a soma da substituição acelerada de antigas plantas por outras completamente novas, isto é, um processo da obsolescência acelerada do capital fixo. Ao mesmo tempo, representa a transição da prática clássica de manutenção periódica da planta existente, que só é fundamentalmente renovada a cada dez anos, para a prática moderna de manutenções gerais, que implicam a introdução de inovações tecnológicas *em emergência*, algumas vezes importantes.[5] Em termos de valor, isso pode ser expresso da seguinte maneira: enquanto antes o processo de reprodução simples do capital fixo e o processo da acumulação do capital fixo adicional permaneciam estritamente separados e conduziam à reprodução ampliada ao início de cada novo ciclo de dez anos — com alterações apenas secundárias na tecnologia produtiva —, hoje em dia esses dois processos estão cada vez mais combinados. A reprodução simples, acompanhada pela permanente renovação tecnológica, avança continuamente e assim se integra à reprodução ampliada, a qual conduz, em períodos mais curtos do que antes — pode-se admitir atualmente um ciclo de cinco anos —, a uma renovação completa da tecnologia de produção.

A aceleração do tempo de rotação do capital fixo também tem repercussões sobre o tempo de rotação do capital circulante. Por um lado, ela amplia a demanda de atividade corrente de investimento. Isso conduz a uma reconversão contínua do capital circulante em capital fixo e aumenta a tendência, que de qualquer maneira é inerente ao capitalismo monopolista, das empresas a converterem seu capital total em capital fixo e obterem de créditos bancários a maior parte, senão a totalidade, do seu capital circulante. Isso tem repercussões no autofinanciamento das empresas, o qual é uma das características mais importantes que distinguem o capitalismo tardio do imperialismo clássico dominado pelo capital financeiro, descrito por Lênin. Tem também efeitos sobre o conjunto da atividade dos bancos na criação de crédito e dinheiro, o que será analisado mais tarde.[6] Por outro lado, aumenta o interesse do capital numa aceleração ainda maior do tempo de rotação do capital circulante enquanto fonte de produção adicional de mais-valia, que se torna ainda mais importante na medida em que a aceleração do tempo de rotação do capital fixo aumenta a composição orgânica do capital e, assim, cria uma pressão adicional no sentido de um acréscimo compensador na massa e na taxa de mais-valia. O resultado é uma tendência no sentido de uma "aceleração" de todos os processos capitalistas, a qual se expressa, entre outras maneiras, nos fenômenos paralelos de uma intensificação mais aguda do processo de trabalho e de uma "aceleração" mais rápida (diferenciação quantitativa e deterioração qualitativa) do consumo dos operários — isto é, na própria reprodução da força de trabalho.[7]

A redução do tempo de rotação do capital fixo tem sido muito discutida pelos capitalistas e economistas e pode ser confirmada por boa dose de evidência empírica. Assim, por exemplo, Alan C. Mattison, Diretor-Presidente da Mattison Machine

[4] Para a velocidade ampliada das máquinas desde o fim da Segunda Guerra Mundial ver, por exemplo, REUKER, Hansjörg. "Einfluss der Automatisierung auf Werkstück und Werkzeugmaschine". In: *Fortschrittberichte des Vereins Deutscher Ingenieure*. Série I, n.º 8, outubro de 1966, p. 29-30; SALTER. *Op. cit.*, p. 44; KRUSE, KUNZ e UHLMANN. *Op. cit.*, p. 59-60, e outros. Essa velocidade ampliada é uma das principais forças por detrás da tendência à automação, a qual conduz, por sua vez, a um aumento maciço na velocidade do processo de produção, tornando-o independente do ritmo da operação *mais vagarosa*, que até então havia regulado o trabalho na linha de montagem. (Ver NAVILLE, Pierre. "Division du Travail et Repartition des Taches". In: FRIEDMANN, Georges e NAVILLE, Pierre (Eds.). *Traité de Sociologie du Travail*. Paris, 1961. v. I, p. 380-381.) Marx examinou a questão do trabalho mecânico, por exemplo, em *Capital*. v. 1, p. 412 *et seqs.*; v. 3, p. 233.

[5] NICK. *Op. cit.*, p. 17.

[6] Ver o cap. 13 deste volume.

[7] Ver o cap. 12 deste volume.

Works, declarou perante o Comitê do Congresso dos Estados Unidos Sobre Automação: "O ciclo de obsolescência de máquinas-ferramentas está em vias de diminuir rápidamente de 8 ou 10 anos para 5 anos".[8] Na indústria automobilística norte-americana, tornou-se habitual deduzir como depreciação, *no prazo de um ano*, os custos das ferramentas e matrizes específicas, manufaturadas para a produção de cada novo modelo de automóvel, toda vez que uma empresa fabrique e venda pelo menos 400 mil unidades daquele modelo. (Na maioria dos casos, os custos de tais ferramentas e matrizes chegam a cerca de 1/3 do capital fixo total de uma grande planta automobilística norte-americana).[9] Freeman informa que na indústria de bens de capital eletrônicos a "vida dos produtos" varia entre 3 a 10 anos, isto é, 6 1/2 anos em média; compare-se com os 13 anos em que Engels estimou, numa carta a Marx, a vida média das máquinas em sua época.[10] A vida média dos computadores não é superior a 5 anos, e a do radar náutico, a 7 anos.[11] Em 1971, as tecelagens da Alemanha Ocidental estavam utilizando modelos Sulzer de dupla largura com liçaróis, totalmente diversos do equipamento mais moderno empregado em 1965 (máquinas automáticas convencionais com liçaróis, sem unifil).[12] As autoridades fiscais norte-americanas calculam que tenha ocorrido uma redução geral de aproximadamente 33% na vida física das máquinas desde os anos 30.[13] Essa cifra tem sido acerbamente criticada, tanto pelos que consideram muito elevada a margem correspondente de amortização (isto é, vêem-na como um meio pelo qual as empresas disfarçam seus lucros), quanto pelos que a consideram demasiado baixa. Utilizando exemplos práticos, Terborgh calculou que a vida dos tornos mecânicos foi reduzida de 39 para 18 anos, a dos "moldadores de engrenagem" de 35/42 para 20 anos e a dos geradores a vapor de 30 para 20 anos.[14] Ele utiliza exemplos de empresas específicas, e não médias, para determinada indústria ou para toda a indústria de transformação. Nas mais modernas unidades petroquímicas produtoras de etileno, o capital fixo é amortizado em 4 para 8 anos, dependendo de suas dimensões.[15] Os comentários gerais sobre a duração reduzida de vida do capital fixo são numerosos demais para serem listados. A tabela seguinte, de normas de depreciação no início dos anos 20 e nos anos 60 — isto é, com um intervalo de cerca de 45 anos — fornece evidência da aceleração do tempo de rotação do capital fixo. (Ver quadro da p. 160.)

Essa redução do tempo de rotação do capital fixo provoca dupla contradição. Por outro lado, acarreta um aumento no período de preparação e experimentação para processos específicos de produção, e no tempo necessário para a construção de plantas.[16] Essa contradição é tão grande que algumas vezes determinado processo de produção ou determinada planta já podem ser considerados tecnologicamen-

[8] Citado em *L'Automation — Méthodologie de la Recherche*. ILO, Genebra, 1964. p. 27.
[9] WHITE, Lawrence. *The Automobile Industry since 1945*. Harvard, 1971. p. 39, 57-58.
[10] *Werke*. v. 31. Berlim, 1965. p. 329 *et seqs*. A carta tem a data de 27 de agosto de 1867.
[11] FREEMAN, C. "Research and Development in Electronic Capital Goods". In: *National Institute Economic Review*. n.º 34, novembro de 1965. p. 68.
[12] ANMANN-EINHOFF-HELMSTÄTDER-ISSELHORST. *Op. cit.*, p. 30.
[13] Calculou-se que a "vida do equipamento de serviço" na indústria de transformação era 34% mais curta em 1961 do que em 1942. (YOUNG, Allan H. "Alternative Estimates of Corporate Depreciation of Profits", Parte Primeira. In: *Survey of Current Business*. v. 48, n.º 4, abril de 1968. p. 20. Ver também a segunda parte do mesmo artigo, *Survey of Current Business*. v. 48, n.º 5, maio de 1968. p. 18-19, 22.) George Jaszi calcula que a média real de idade do capital fixo (inclusive construções) na indústria de transformação dos Estados Unidos tenha declinado de 12 anos em 1945 para 10,3 em 1950, 9,4 em 1953 e 8,5 anos em 1961. *Survey of Current Business*. Novembro de 1962.
[14] TERBORGH, George. *Business Investment Policy*. Washington, 1962. p. 158, 179.
[15] *National Institute Economic Review*. n.º 45, agosto de 1968. p. 39. Nick (*Op. cit.*, p. 59) afirma que o capital fixo na indústria química é renovado a cada 5 ou 6 anos.
[16] Muitos autores estimam que haja um período de 10 a 15 anos entre uma descoberta real e sua produção lucrativa. Edwin Mansfield (*op. cit.*, p. 102) cita estatísticas compiladas por Frank Lynn, que sugerem que no período 1945/65 a distância entre a descoberta e a comercialização podia ser estimada em 14 anos, em comparação com 24 anos no período 1920/44.

Estimativas da Perspectiva de Vida Produtiva do Equipamento Fixo[1]

	A	B	C	D
	± 1922	± 1942	± 1957	± 1965
tubos de aço	30/60 anos		15 anos	
caldeiras a vapor	15/20		15	
hidrômetros	20		15	
turbinas	50		22	
máquinas de cervejaria	25	15/20 anos		16 anos
edifícios de fábricas	50/100	40/50		35
serras mecânicas	14	10		
máquinas-ferramentas	20			16
máquinas de impressão	40			16
máquinas de carpintaria e marcenaria	33			20

[1] Série A: WOJTIECHOW, P. *Amortisationsnormen und Eigentumsbewertung*. Citado em HERZENSTEIN, A. "Gibt es grosse Konjunkturzyklen?". In: *Unter dem Banner des Marxismus*. 1929. 2.° caderno, p. 307. Série B: Boletim F do US Bureau of Internal Revenue (1942), base dos gastos fiscais de depreciação. Série C: decisão do Ministério da Fazenda da Alemanha Ocidental, de 15 de agosto de 1957, estabelecendo normas de depreciação. Série D: MAIRESSE, Jacques. *L'Evaluation du Capital Fixe Productif*. Coleções do INSEE. Novembro de 1972, Série C, n.° 18-19.

---

te ultrapassados antes mesmo de serem aplicados à produção em massa.[17] Por outro lado, as plantas produtivas surgidas com a terceira revolução tecnológica exigem investimentos de capital muito superiores àqueles requeridos pela primeira e segunda revoluções tecnológicas. A destinação desses colossais montantes de capital, combinada com a obsolescência acelerada das plantas e linhas de produtos, torna assim o conjunto da produção capitalista muito mais aleatório sob o capitalismo tardio do que na era do capitalismo de livre concorrência ou do capitalismo monopolista "clássico".

Esses riscos ampliados se vêem ainda multiplicados pela rigidez técnica específica da produção automatizada, que não mais permite flutuações no emprego ou na produção corrente, sob pena de pôr em risco o conjunto da lucratividade mínima da empresa.[18] Mais ainda, o volume dos recursos destinados à pesquisa e desenvolvimento torna necessário e urgente calcular e planejar previamente esse dispêndio da maneira mais exata possível — inclusive as despesas indiretas, que podem surgir da criação e venda de novos produtos.[19] Dessa forma se manifesta no âmbito da empresa do capitalismo tardio uma pressão em quatro níveis, voltada para um planejamento cada vez mais exato;

— pressão resultante da própria natureza da automação, no sentido da planificação exata do processo de produção a nível de empresa;

— pressão no sentido de planificar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, combinada com a pressão no sentido da inovação tecnológica planificada;[20]

[17] NICK. *Op. cit.*, p. 20.

[18] "O dispêndio crescente de capital envolvido na automação crescente implica um aumento nos custos dependentes de tempo e um decréscimo na elasticidade das empresas. Com uma duração de vida constante, isto é, uma taxa anual constante de depreciação, quanto mais capital for investido em meios de produção, mais capital estará imobilizado se estes últimos permanecerem ociosos e a capacidade de produção for prematuramente restrita. O aumento na demanda pelo capital em resultado da automação impõe, assim, uma utilização total dos meios de produção. O aumento nos custos de capital dependentes de tempo envolvidos na automação só pode ser coberto pela mais extrema intensidade de utilização." KRUSE, KUNZ e UHLMANN. *Op. cit.*, p. 46.

[19] BINNING, K. G. H. "The Uncertainties of Planning Major Research and Development". In: DENNING, B. W. (Ed.). *Corporate Long-Range Planning*. Londres, 1969. p. 172-173.

[20] Uma pesquisa pelo IFO em Munique mostrou que em meados dos anos 60, 75% das grandes firmas ouvidas na Alemanha Ocidental formulavam um plano de investimento para cada 2 ou 3 anos, e 33% das grandes firmas faziam-no

— pressão no sentido de planejar os investimentos gerais, derivada da tendência anterior;

— pressão no sentido de planificar os custos para todos os elementos de produção.

Os instrumentos de automação — o computador eletrônico, acima de tudo — tornam possível o planejamento exato e em detalhe em todas essas esferas, mediante o rápido processamento de colossais quantidades e complexos de dados. Em outras palavras, tornam possível calcular variantes ótimas dos diversos modos possíveis de operação. Assim difundiram-se as técnicas de PERT e C. P. M. — as quais, a exemplo dos próprios processadores eletrônicos, constituem subprodutos da pesquisa militar.[21]

Naturalmente, a planificação exata de investimentos, financiamentos e custos perde o seu sentido tão logo deixa de haver garantia de vendas. Em conseqüência, a lógica da terceira revolução tecnológica leva as empresas do capitalismo tardio a planificar as suas vendas, com o resultado familiar dos dispêndios colossais em pesquisa e análise de mercado,[22] publicidade e manipulação dos consumidores, obsolescência planejada de mercadorias (o que muito freqüentemente traz consigo uma queda na qualidade das mercadorias),[23] e assim por diante. Todo esse processo culmina numa pressão concentrada sobre o Estado no sentido de limitar oscilações na economia, ao preço da inflação permanente. O processo gera uma tendência crescente no sentido da *garantia estatal dos lucros*, em primeiro lugar através do número cada vez maior de contratos governamentais, especialmente na esfera militar, e em seguida através da subscrição de ações de empresas tecnologicamente avançadas. Essa tendência à garantia por parte do Estado, dos lucros das grandes empresas, que se difundiu da esfera de produção e pesquisa para a de exportação de mercadorias e capital, constitui outro padrão distintivo crucial do capitalismo tardio.[24]

Além da tendência de o Estado garantir os lucros de grandes empresas, o capitalismo tardio revela uma segunda resposta característica aos riscos ampliados, ligados aos colossais projetos de investimento em condições de inovação tecnológica acelerada e de tempo de rotação reduzido do capital fixo: os esforços para criar uma *diferenciação* permanente de produtos, projeto e mercado,[25] que se expressa tanto na formação de gigantescos conglomerados quanto no estabelecimento de empresas multinacionais.[26] A medida em que esses processos estão relacionados à

para 4 ou mais anos. A rubrica "investimentos" vem em primeiro lugar em todos os planos de largo alcance. BEMERL, R., BONHOEFFER, F. O. e STRIGEL, W. "Wie plant die Industrie?" In: *Wirtschaftskonjunktur*. v. 19, n.º 1, abril de 1966. p. 31. A propósito, escreve Knoppers: "Por todas essas razões, nós, na Merck, consideramos necessário planejar nosso crescimento e operações com uma perspectiva de 5 anos". KNOPPERS, Antonie T. "A Management View of Innovation". In: DENNING, B. W (Ed.). *Corporate Long-Range Planning*. p. 172.

[21] O rastreamento feito por espaçonaves pela NASA resultou em progressos similares nas técnicas de computação para o transporte e a indústria civil. Por exemplo, o uso de 41 800 computadores IBM para a análise de solventes nos estabelecimentos químicos ou de testes de "auditoria de qualidade" dos carros saídos da linha de montagem na indústria automobilística. Ver *The Times*. 28 de junho de 1968.

[22] "A pesquisa de mercado aborda um mercado que já existe; a análise de mercado determina se existe ou não um mercado." GELLMAN, Aaron J. *Op. cit.*, p. 137.

[23] Ver por exemplo a discussão sobre a obsolescência planejada em PACKARD, Vance. *The Waste Makers*. Londres, 1963, cap. 6.

[24] Ver MANDEL, Ernest. *Marxist Economic Theory*. p. 501-507.

[25] Sobre a estratégia de diversificação da grande empresa, ver entre outros HECKMANN. *Op. cit.*, p. 71-76; ANSOFF, H. I., ANDERSON, T. A., NORTON, F. e WESTON, J. F. "Planning for Diversification Through Merger". In: ANSOFF, H. Igor (Ed.). *Business Strategy*. Londres, 1969. p. 290 *et seqs*.

[26] Para esse conjunto de problemas ver o cap. 10 deste livro.

redução no tempo de rotação do capital fixo é mostrada pelo volume de amortizações e por seu peso na massa total de investimentos brutos. A redução do tempo de rotação do capital fixo cria, para cada empresa, um risco geometricamente proporcional de ser deixada para trás na luta concorrencial, pois o ritmo da concorrência aumenta com o ritmo de reprodução do capital fixo. Simultaneamente, a função dessa concorrência — a realocação da mais-valia total criada no processo de produção — torna-se muito mais vital do que antes, em resultado da pressão das tendências emergentes no sentido da plena automação. A reunificação crescente da reprodução simples com a acumulação do capital fixo, juntamente com a redução do tempo de rotação do capital fixo, cria uma *propensão no sentido de uma amortização regular e regulada*, isto é, uma tendência à *amortização planificada*. Isso é simbolizado pelo fato de que os analistas financeiros atualmente utilizam-se cada vez mais do conceito de movimento *de caixa* para julgar a solidez de uma empresa — um conceito que se refere à soma dos lucros e encargos de depreciação.

No caso em que o capital fixo é renovado a cada 10 anos, há somente um encargo anual de amortização de 10% do valor da maquinaria sobre o produto anual da empresa ou companhia. Se, como resultado de uma situação comercial ruim e de uma queda na renda bruta da empresa, esses 10% do valor da maquinaria não puderem ser mantidos, isso não colocará em risco a totalidade da reprodução de seu capital fixo. Esses 10% do valor da maquinaria devem então ser distribuídos ao longo dos 9 anos restantes do ciclo, ou seja, o ônus anual de amortização deve ser elevado de 10% para 11,1%, isto é, em apenas 1,1% do valor da maquinaria. É totalmente diverso quando o tempo de rotação do capital fixo é de 5 ou mesmo de apenas 4 anos. Nesse caso, o insucesso em assegurar a cota de amortização para a renovação da maquinaria até mesmo num único ano já prejudica substancialmente todo o cálculo de investimento, se não implicar a total impossibilidade de renovar o capital fixo no ciclo previsto. Assim, o encargo anual de amortização aumentou de 10 para 20 ou 25% do valor da maquinaria, e a impossibilidade de manter a cota de amortização mesmo num único ano significa a necessidade de realocar esses 20% num ciclo de 5 ou 4 anos — em outras palavras, a necessidade de elevar a cota anual de amortização de 20% para 25% do valor da maquinaria, ou de aumentá-la em 25% (para apenas 10% num ciclo de 10 anos). Quando o tempo de rotação do capital fixo for de apenas 4 anos, a perda da cota de amortização por um único ano significa, na verdade, a obrigação de realocar 25% do valor da maquinaria sobre os outros 3 anos de ciclo, isto é, elevar a cota anual de amortização para 33,3% do valor das máquinas, com uma sobrecarga de 33,3% (em vez de 10% num ciclo de 10 anos e 25% num ciclo de 5 anos). Isso é virtualmente impossível numa conjuntura normal, sem a ocorrência de excepcionais condições de prosperidade. Na indústria automobilística dos Estados Unidos, a taxa de lucros (calculada numa base "oficial", não marxista) cairia de 15,4% para 11,4% ou 8,7%, se a depreciação dos "custos instrumentais" fosse realizada em 2 ou 3 anos, e não em 1 ano.[27]

Daí a pressão inerente ao capitalismo tardio no sentido da amortização planejada, a longo prazo, ou da planificação do investimento a longo prazo. Mas a planificação do investimento a longo prazo significa a planificação a longo prazo da renda bruta e, conseqüentemente, também dos custos. No entanto, a planificação a longo prazo dos custos não pode, em si mesma, atingir o objetivo visado: para realizar efetivamente a renda bruta prevista por uma firma, não é suficiente planejar custos e preços de venda; as vendas também devem ser garantidas. *A tendência*

[27] WHITE, Lawrence. *Op. cit.*, p. 39.

crescente no sentido da programação econômica nos mais importantes Estados capitalistas corresponde assim, na era do capitalismo tardio, à *pressão sobre as empresas no sentido de planificar os investimentos a longo prazo.* Essa tendência é simplesmente uma tentativa de transpor, pelo menos parcialmente, a contradição entre a anarquia da produção capitalista, inerente à propriedade privada dos meios de produção, e essa pressão crescente e objetiva, no sentido de planejar a amortização e os investimentos. O planejamento no interior das empresas capitalistas é tão velho quanto a subordinação formal do trabalho ao capital — em outras palavras, a divisão elementar do trabalho sob o comando do capital no modo de produção capitalista, iniciada com o período das manufaturas. Quanto mais complicado se torna o processo efetivo de produção, e quanto mais integre dúzias de processos simultâneos — inclusive processos nas esferas de circulação e reprodução — tanto mais complexo e exato inevitavelmente se torna tal planejamento. O primeiro livro sério sobre o planejamento interno nas empresas foi escrito pouco tempo após a Primeira Guerra Mundial.[28] Uma vez aperfeiçoado o necessário conjunto de instrumentos (conceituais e mecânicos), com o desencadeamento da terceira revolução tecnológica, esse planejamento no interior da empresa pôde mover-se para um plano qualitativamente mais alto.

Certa vez Clausewitz fez uma comparação entre a guerra e o comércio e viu na batalha vitoriosa uma analogia à transação bem-sucedida. No capitalismo tardio, ou pelo menos em seu vocabulário e ideologia, a relação entre ciência militar e prática econômica se inverte: fala-se agora das grandes companhias planejando a sua estratégia.[29] É incontestável que na era do capitalismo monopolista não se coloca mais a venda, com o máximo de lucros e na velocidade mais rápida possível, da quantidade disponível de mercadorias produzidas. Em condições de competição monopolista a maximização dos lucros a curto prazo é um objetivo completamente sem sentido.[30] A estratégia das empresas visa à *maximização dos lucros a longo prazo,* na qual fatores tais como o domínio do mercado, a repartição do mercado, a familiaridade com a marca, a capacidade futura de atender à demanda, a salvaguarda de oportunidades para inovação — isto é, para crescimento — se tornam mais importantes do que o preço de venda que pode ser imediatamente obtido ou a margem de lucro que isso representa.[31] Nesse caso, o fator decisivo não é absolutamente o controle sobre toda a informação relevante. Ao contrário: a necessidade de tomar decisões estratégicas — em última análise, a *compulsão* para o planejamento interno na empresa — expressa precisamente a *incerteza* inerente a toda decisão econômica numa economia de mercado de produção de mercadorias. Assim, o que torna o planejamento possível não é o fato de que atualmente é mais fácil do que jamais foi antes a reunião de um máximo de dados sobre assuntos exteriores à empresa. O que torna o planejamento possível é o controle efetivo que o capitalista tem sobre os meios de produção e os trabalhadores em sua empresa, e sobre o capital que pode ser acumulado fora da empresa.[32]

[28] LOHMANN, M. *Der Wirtschaftsplan des Betriebes und der Unternehmung.* Berlim, 1928.
[29] HECKMANN. *Op. cit.*, p. 42. BEMERL, BONHOEFFER e STRIGEL. *Op. cit.*, p. 30. Ver também obras como as de ANSOFF, H. Igor. (Ed.) *Business Strategy;* CHANDLER, Alfred D. *Strategy and Structure;* e outros títulos do gênero.
[30] Um dos erros básicos de Galbraith em *The New Industrial State* (Londres, 1969) é que ele ignora a distinção entre maximização de lucros a curto e a longo prazos. Voltaremos ao tema no cap. 17 deste livro.
[31] YEWDALL, Gordon (Ed.). *Management Decision Making.* Londres, 1969. p. 91 *et seqs.* BEMERL, BONHOEFFER e STRIGEL. *Op. cit.*, p. 34: "Expectativas de mercado e considerações de lucratividade (exercem) a maior influência sobre o planejamento a longo prazo das empresas".
[32] "Parte da informação necessária refere-se a processos e condições dentro da empresa. O grau em que tais processos e condições estão disponíveis e em que a empresa, por isso, se torna transparente é em boa parte determinado pela própria administração da empresa." (BEMERL, BONHOEFFER e STRIGEL. *(Op. cit.*, p. 32.) Naturalmente, a disponibilidade dos dados depende do controle sobre os meios de produção, e não ao contrário.

Dentro da empresa ou companhia não há troca de mercadorias. Considerações quanto à lucratividade não determinam absolutamente se um número maior ou menor de carroçarias, em relação a máquinas ou chassis, será produzido no âmbito de uma empresa automobilística.[33] No interior da empresa o trabalho é diretamente socializado, no sentido de que o plano global da empresa — a produção de x carros por semana, por mês ou por ano — determina diretamente a produção das várias fábricas, oficinas e linhas de montagem. A atividade de investimento nessas várias fábricas ou oficinas da mesma empresa depende de uma decisão central, e não da decisão de diretores das unidades isoladas. Portanto, no interior da empresa, o planejamento é efetivo.

Naturalmente, tal planejamento pode deixar de atingir seus objetivos estratégicos: apesar disso, constitui planejamento real. Há uma diferença entre uma situação na qual 5% de uma produção de 1 milhão de carros não podem ser vendidos devido a um súbito colapso na demanda, e uma situação na qual com uma produção de 1 milhão de motores e carroçarias de automóveis, 50 mil carros não podem ser montados porque a produção dos chassis foi inadequada. No primeiro caso, circunstâncias exteriores à empresa — se eram ou não previsíveis é outro problema — exercem efeito desfavorável sobre um objetivo planejado. O segundo caso corresponde a mau planejamento. A coordenação precisa de todos os fatores sob o controle efetivo de uma empresa específica é objetivamente possível, e constitui apenas um problema de bom planejamento. Ao contrário, é impossível a coordenação precisa de todos os fatores dentro e fora da empresa, de que depende, em última análise, a maximização de lucros a longo prazo, porque a empresa não pode — ou não pode plenamente — controlar os fatores fora da empresa. Assim, há uma nítida distinção entre *planejamento* a nível de empresa (ou companhia) e *programação* da economia como um todo.

Na economia global de um país capitalista — ou ainda mais, na totalidade da economia mundial capitalista — *não existem centros planificadores ou autoridades que possuam qualquer espécie de controle* sobre os meios disponíveis de produção, sobre o capital acumulado e sobre os recursos econômicos existentes, com as possíveis exceções das indústrias nacionalizadas. As várias empresas ou ramos da indústria não podem de maneira alguma estender seus recursos independentemente de estimativas ou expectativas de lucratividade. Em última análise, a lei do valor em sua forma capitalista — os esforços do capital para obter pelo menos o lucro médio, e a busca de superlucros para além dessa média — determina nesse caso o afluxo e a vazão de capital, e em conseqüência o afluxo e a vazão dos recursos econômicos e meios de produção, de um ramo para outro ou de uma empresa para outra. Não existe, assim, um plano global a estipular que, dada a produção de um número x de carroçarias de automóveis, coeficientes técnico-econômicos exigem a produção de um número x de chassis. Sob o capitalismo, a concorrência do capital, a expectativa de lucro e a efetiva realização da mais-valia criam uma situação na qual a demanda industrial e residencial de equivalentes-carvão pode ser de z milhões de toneladas, mas o que é efetivamente produzido são x milhões de toneladas de carvão, y milhões de toneladas de equivalente-carvão em petróleo e w milhões de toneladas de equivalente-carvão em gás natural, onde $(x + y + w)$ podem afinal se revelar consideravelmente mais ou consideravelmente menos do que a demanda z. Pois, enquanto a produção de carroçarias, chassis e motores é deter-

[33] Pode ocorrer que sejam feitos "cálculos de lucratividade" para departamentos específicos dentro da empresa ou dentro da fábrica. Esses cálculos são usados, em seguida, para medir a eficiência relativa da administração desses departamentos. (Ver, por exemplo, MERRETT, A. J. "Incomes, Taxation, Managerial Effectiveness and Planning". In: DENNING, B. W. (Ed.). *Corporate Long-Range Planning*. p. 90-91.) Trata-se, no entanto, de lucratividade fictícia ou simulada, uma vez que esses departamentos não possuem capital independente e o investimento neles não depende de "lucratividade", mas do plano estratégico global da empresa.

minada, no âmbito de uma empresa, a partir de *um* centro e por *um só* poder, a produção de carvão, petróleo e gás natural é determinada por diversos proprietários com base em estimativas de seus interesses privados ou específicos. Em contraste com a empresa industrial, nesse caso não há controle central sobre os meios de produção.

Portanto, a programação econômica no capitalismo tardio, ao contrário do atual planejamento econômico no âmbito das empresas industriais (ou, no futuro, no âmbito da sociedade, após a derrubada do modo de produção capitalista), não pode fazer mais do que simplesmente coordenar as perspectivas de produção autônoma das companhias,[34] baseadas em última análise no caráter mercantil da produção — isto é, na propriedade privada dos meios de produção e no caráter privado do trabalho despendido nas diferentes empresas. Portanto, tal programação é irremediavelmente bloqueada por dois elementos cruciais de incerteza.

Em primeiro lugar, ela se baseia em planos e expectativas de investimentos que, na maioria dos casos, são apenas projeções, corrigidas com determinadas variáveis, de tendências *anteriores* de desenvolvimento. Se houver uma repentina alteração na situação de mercado ou uma mudança inesperada na relação entre demanda e oferta; se um novo produto chegar inesperadamente ao mercado e ameaçar a demanda "planejada", isto é, prevista para um produto fabricado pela empresa; se houver uma súbita recessão ou se o ciclo mover-se inesperadamente para uma "situação de tensão máxima", as empresas poderão ser forçadas a fazer alterações abruptas em seus planos de investimento, seja pela sua redução radical (isto é, adiando-os), seja pelo seu aumento repentino, isto é, acelerando-os. Mais ainda, essas empresas podem se equivocar fazendo falsas estimativas da situação do mercado, das tendências de vendas ou do ciclo econômico; nesse caso, serão obrigadas a readaptar seus planos à realidade econômica, ainda mais drasticamente na medida em que serão obrigadas a fazê-lo com atraso.

Em segundo lugar, diferentes unidades de capital são nominalmente coordenadas na programação econômica, as quais nesse contexto possuem *interesses diferentes*, e não em comum. Naturalmente, todas as empresas têm um interesse comum em conhecer os planos de investimentos das empresas que constituem seus mais importantes fornecedores e consumidores. Em última instância, essa é a base objetiva para um intercâmbio de informações em que se baseia a programação econômica do capitalismo tardio. Mas não desejam essas informações para que possam *adaptar-se* a elas; ao contrário, desejam-nas para que possam calcular tão efetivamente quanto possível sua própria maximização de lucros, e assim, em última análise, para *combater* os planos de seus concorrentes o mais efetivamente possível. Portanto, a concorrência e a propriedade privada significam que exatamente *porque* tem ocorrido uma troca de informações, é pouco provável que funcione a coordenação entre diferentes projetos de investimento, justamente devido à tentação de utilizar os planos de uma firma concorrente para superá-la amplamente e obrigá-la a retirar-se. Em conseqüência, a coordenação dos planos das empresas particulares implica inevitavelmente tanto a coordenação efetiva quanto a negação de qualquer coordenação.

A incerteza básica da programação econômica do capitalismo tardio — na rea-

[34] O princípio diretor do planejamento (na França) consiste em integrar a soma desses efeitos interdependentes (por extensão, o comportamento típico do produtor de ferro e aço, no que se refere a seus suprimentos e mercados compradores) ao conjunto da economia. O instrumento para pesquisa de mercado numa escala nacional é o *Tableau Économique* projetado por François Quesnay, revisto por Leontief e adaptado para a França por Gruson. O procedimento é o da deliberação conjunta, dentro de comissões sobre modernização... Uma coordenação de tal gênero pode operar indiretamente, por meio da influência dos grupos industriais dominantes... É de sua vantagem mútua que o confronto das previsões e decisões do setor privado ocorra num contexto público. MASSÉ, Pierre. *Le Plan ou l'Anti-Hasard*. Paris, 1965. p. 173.

lidade, a projeção dos desenvolvimentos econômicos futuros globais mediante uma coordenação dos planos de investimento fornecidos pelas empresas isoladas[35] — constitui a base de seu caráter *estimativo*, em oposição ao caráter *definidor de objetivos* de uma economia socialista planificada. Aqueles que elaboram essas previsões não possuem o poder econômico, isto é, o controle sobre os meios de produção, para garantir que esses prognósticos sejam realizados. É característico a esse respeito que o único meio à disposição dos programadores econômicos no capitalismo tardio para a correção do desenvolvimento real, quando este se desvia das previsões, é a intervenção do Estado na economia — uma mudança na política governamental relativa à moeda, ao crédito, aos impostos, ao comércio exterior ou à atividade pública de investimento. Os limites de tal política governamental serão examinados num contexto posterior.

Uma das grandes debilidades da interpretação de Shonfield do capitalismo tardio reside em sua confusão quanto à diferença fundamental entre programação econômica capitalista e programação econômica pós-capitalista. Shonfield cita o caso excepcional da agricultura norte-americana, em que os órgãos governamentais estabelecem as áreas a serem cultivadas e até mesmo as quantidades a serem produzidas — com que eficácia, é outro problema. Ele parece não ver a diferença entre tais práticas e um "consenso" frouxo entre empresas, onde o controle privado domina sobre os meios de produção. Tal consenso é sempre limitado pelos esforços para competir, em outras palavras, pela pressão no sentido de sua própria maximização de lucros por parte de cada concorrente. É no mínimo surpreendente que Shonfield, que considera o crescimento acima da média do comércio internacional como uma das principais causas da prolongada prosperidade do pós-guerra, possa excluir a concorrência internacional de sua análise da tendência à programação econômica, que é específica do capitalismo tardio, e esquecer o fato de que a integração na economia mundial e a concorrência internacional criam ainda mais obstáculos para a efetiva programação econômica nacional.[36]

Há indubitavelmente certo efeito recíproco, ao mesmo tempo de caráter técnico e econômico, entre o planejamento de produção e a acumulação no âmbito de empresas isoladas e a programação da economia como um todo. A necessidade de planejar e calcular com exatidão dentro da empresa, determinada pela redução no tempo de rotação do capital fixo, cria os instrumentos técnicos e o interesse para um registro muito mais preciso dos dados econômicos, que também pode ser aplicado à economia global. Esse progresso aumenta enormemente o potencial técnico do efetivo planejamento socialista, em comparação com as técnicas à disposição do homem, digamos, em 1918 ou 1929.

Por outro lado, entretanto, a incerteza econômica básica inerente à programação no capitalismo tardio também deve ter profundos efeitos sobre a aplicação de técnicas exatas de planejamento a nível de empresas. Anos de cálculos e experi-

[35] "Firmas individuais, tendo feito estudos separados de mercado, podem considerar que a situação do mercado no que diz respeito à oferta de insumos e à demanda de produtos não garante nenhuma expansão para a firma. Essa avaliação pode ser plenamente correta no âmbito daquele campo de referência, mas se um corpo de planificação respeitado estabelecer uma meta de, digamos, 10% de expansão, esta pode ser atingida com facilidade tanto individual quanto coletivamente, com exceção, é claro, do setor externo... O plano japonês "antecipa" como o setor privado e o setor público se comportariam se cada firma e cada departamento governamental realizasse extensos estudos de mercado a níveis microeconômico e macroeconômico, considerando todas as potencialidades e fatores econômicos importantes em termos nacionais e internacionais, e em seguida atuasse no sentido de otimizar seu comportamento. Assim, os planos são previsões de qual deveria ser o comportamento ótimo da economia japonesa, como um todo e setorialmente... Em resumo, no Japão a execução ou implementação do plano repousa apenas no 'efeito de proclamação' do plano, e a Agência de Planejamento Econômico atua como um consultor, e não como um órgão diretor ." BIEDA, K. *Op. cit.*, p. 57, 59-60.

[36] SHONFIELD, Andrew. *Modern Capitalism*. Oxford, 1969. p. 231-232, 255-257, 299-300.

mentos, gastos colossais em pesquisa e desenvolvimento poderão ser descartados num só lance devido a vicissitudes no mercado ou decisões de firmas rivais, sobre as quais uma empresa não tem controle e acerca das quais nada pode fazer. Erros importantes em termos de previsão pertencem à mesma categoria. Até o momento, os centros de programação estatais repetidamente cometeram esses erros, algumas vezes com efeitos consideráveis de bumerangue tais como a intensificação do desequilíbrio cíclico em vez do esperado efeito anticíclico.[37] Analogamente, grandes flutuações anuais no volume dos investimentos privados enquadram-se nessa categoria. A programação econômica e a intervenção ampliada do Estado na economia não acarretaram de maneira alguma o desaparecimento dessas flutuações; elas continuam a ser um aspecto decisivo do modo de produção capitalista e de seu desenvolvimento cíclico. Precisamente na França, país que apresenta uma "economia planificada exemplar", tais flutuações foram particularmente notáveis:

Taxa Anual de Acréscimo da Formação do Capital Bruto na França[1]

1954	12,4%	***1959***	5,7%	***1964***	9,6%
1955	9,3%	***1960***	16,2%	***1965***	4,3%
1956	21,0%	***1961***	2,3%	***1966***	9,3%
1957	5,5%	***1962***	11,6%	***1967***	5,6%
1958	7,3%	***1963***	3,2%	***1968***	7,4%
				1969	10,3%

[1] Dados até 1963: *Rapport sur les Comptes de la Nation de 1963*; de 1964 em diante, apenas para os ramos produtivos, MAIRESSE. *Op., cit.*, p. 52.

Enquanto o efeito da programação econômica é sempre incerto e por vezes positivamente "impulsivo", os cálculos da chamada "programação social" revestem-se da maior importância para o capitalismo tardio. O tempo de rotação reduzido do capital fixo obriga as empresas a planejar e calcular custos com precisão. Mas o planejamento exato dos custos também implica o planejamento exato dos custos salariais. Por sua vez, o planejamento exato dos custos salariais pressupõe a libertação do preço da mercadoria força de trabalho das flutuações da procura e da oferta no chamado mercado de trabalho. Implica uma tendência no sentido do planejamento antecipado a longo prazo desses custos salariais.

O método mais simples de assegurar esse aspecto é um sistema de acordos coletivos vinculantes a longo prazo que eliminam toda a incerteza em relação aos custos salariais nos anos subseqüentes. Mas numa democracia parlamentar normal do capitalismo tardio, na qual há um mínimo de liberdade para o desenvolvimento do movimento operário e da luta de classes, essa solução não pode ser implementada a longo prazo e na prática revelou-se um fracasso.[38] Até porque, durante a "onda longa com tonalidade expansionista", após a Segunda Guerra Mundial, a tendência geral no mercado de trabalho era de uma escassez crescente de força de trabalho em um número cada vez maior de indústrias, de forma que acordos desse gênero entraram em conflito com as leis do mercado. Eles representavam uma tentativa de ludibriar os operários quanto às perspectivas de aumentos de salários tornados possíveis por uma situação de mercado relativamente vantajosa. Isso inevitavel-

[37] "Havia-se previsto que, em 1962, a economia cresceria em 4%, mas o que aconteceu? A economia não cresceu em 4% e isso resultou em bens de capital em demasia na indústria de energia elétrica, fabricação do aço e várias outras." (DENNING (Ed.). *Op. cit.*, p. 197.) Para as previsões equivocadas dos programas econômicos suecos, ver HEIDE, Holger. *Langfristige Wirtschaftsplanung in Schweden*. Tübingen, 1965.

[38] A tendência aos acordos salariais a longo prazo foi invertida nos Estados Unidos, Alemanha Ocidental, Bélgica e outros países.

mente tornou-se claro através da experiência, para um número cada vez maior de trabalhadores (possibilidades de mudar de emprego, pagamentos acima do estabelecido pelos empregadores e algumas vezes campanhas de sedução para outros empregos). A longo prazo, mesmo um movimento sindical que fosse apenas parcialmente sensível à pressão das bases não poderia escapar às repercussões dessas descobertas empíricas feitas por seus associados. A impossibilidade de um planejamento exato de salários de uma natureza "voluntária" entre empregadores e sindicatos tornou-se, assim, cada vez mais clara, e deu lugar a uma tendência no sentido da mediação do Estado. "A política governamental de rendas" ou a "ação em comum", isto é, a proclamação das taxas de crescimento salarial como normativas para "os dois lados da indústria", tem substituído, cada vez mais, os acordos a longo prazo puramente contratuais.

No entanto, as mesmas leis e forças que condenaram ao fracasso os acordos coletivos a longo prazo, analogamente condenam "as políticas governamentais de rendimentos". Os assalariados não tardaram a descobrir que um Estado burguês é plenamente capaz de planificar e controlar os salários ou os aumentos salariais, mas é incapaz de conservar o mesmo tipo de freio sobre os aumentos no preço das mercadorias ou na renda de outras classes sociais, e em especial na dos capitalistas e empresas capitalistas. "As políticas governamentais de rendimentos" mostraram, assim, ser apenas "policiamentos de salários" — em outras palavras, um esforço para restringir artificialmente os aumentos salariais, e mais nada.[39] Em conseqüência, os assalariados defenderam-se desse método específico destinado a ludibriá-los, assim como haviam feito em relação à autolimitação dos sindicatos; na maioria dos casos procuraram, mediante pressão sobre os sindicatos e mediante "greves selvagens", ou por uma combinação de ambos os métodos, pelo menos ajustar a venda de mercadoria força de trabalho às condições do mercado de trabalho quando estas eram relativamente vantajosas aos vendedores, e não apenas quando eram desvantajosas para eles.

Assim, o planejamento a médio e longo prazo dos custos salariais exigido pelas grandes empresas na era do capitalismo tardio requer medidas do Estado burguês que vão muito além da autolimitação voluntária dos sindicatos ou de uma "política governamental de rendimento" apoiada na cooperação da burocracia sindical. Para um grau mínimo de eficácia deve haver, além disso, uma restrição legal sobre o nível de salários e sobre a liberdade de barganha dos sindicatos, bem como uma limitação legal do direito de greve. Se puder ser evitada uma escassez de força de trabalho, isto é, uma situação de pleno emprego efetivo que não é favorável ao grande capital, e ao mesmo tempo for reconstruído o exército industrial de reserva, então as medidas mencionadas acima exercerão de fato certo efeito temporário, como foi efetivamente o caso nos Estados Unidos a partir da aprovação da lei Taft-Hartley até meados dos anos 60.

Haveria então uma intensificação da integração, já incipiente na época do imperialismo clássico, do aparelho sindical ao Estado.[40] Nesse caso, o número cada vez maior de assalariados perderia todo interesse em pagar suas cotas a um apare-

[39] Bauchet admite que os líderes sindicais franceses restringiram os aumentos de salários, enquanto ao mesmo tempo o índice de preços oficiais era falsificado; o governo não se encontrava em posição de controlar o aumento nos preços e tampouco havia menção de controlar os lucros não distribuídos das companhias, de modo que não havia absolutamente um "sacrifício igual para todos". (BAUCHET, Pierre. *La Planification Française*. Paris, 1966. p. 320-321.) De nossa parte acrescentaríamos: o resultado foi maio de 1968.

[40] Já em 1940, Trotsky analisou a tendência crescente, no capitalismo, dos sindicatos se integrarem ao Estado burguês. Ver "Trade Unions in the Epoch of Imperialist Decay". In: *Leon Trotsky on the Trade Unions*. Nova York, 1969.

lho que acarreta prejuízos permanentes a seus interesses do dia-a-dia; a base de massas dos sindicatos declina. No entanto, uma vez que a burguesia não deseja punir o aparato sindical por esse tipo de integração, mas sim recompensá-lo, a perda das cotas dos associados deve ser neutralizada ou compensada. Assim, o resultado lógico de todo o processo é, em última análise, a captação compulsória das cotas pelo empregador na fonte, isto é, a participação compulsória dos trabalhadores nos sindicatos. Assistiríamos, nesse caso, à transformação ostensiva dos sindicatos livres em sindicatos estatais, a conversão das contribuições de sindicalizados em taxas e a transformação do aparelho sindical num departamento específico da burocracia governamental, cuja tarefa particular seria "administrar" a mercadoria força de trabalho, assim como outros departamentos da máquina estatal se incumbem das construções, aviões e ferrovias.[41] Uma vez, entretanto, que os assalariados de maneira alguma aceitariam simplesmente tal processo, e colocariam novos mediadores particulares ou "ilegais" junto aos vendedores e compradores da mercadoria força de trabalho a fim de obter o mais alto preço possível para os vendedores, tal sistema de sindicatos estatais seria inimaginável sem um aumento significativo na repressão, ativa e passiva — em outras palavras, sem uma limitação substancial não apenas do direito de greve, mas também da liberdade de associação, reunião, manifestação e imprensa.[42] Eis por que a tendência no sentido da eliminação da luta entre o comprador e o vendedor da mercadoria força de trabalho na determinação do preço dessa mercadoria deve culminar, em última análise, numa limitação decisiva ou mesmo na abolição de liberdades democráticas fundamentais, isto é, no sistema coercitivo de um "Estado forte".

Se, entretanto, pressionados por associados que agem cada vez mais por sua própria iniciativa e recriam a democracia operária, os sindicatos tiverem êxito em escapar a uma integração ainda maior no aparelho de Estado burguês e retornarem à defesa resoluta dos interesses diretos dos assalariados, poderão fazer em pedaços não apenas o planejamento exato de custos e custos salariais no interior das grandes empresas, mas também qualquer possibilidade de planificação econômica indicativa empreendida pelos governos burgueses. Os sindicatos deverão então entrar cada vez mais em conflito não apenas com empresas e companhias isoladas, não apenas com as federações de empregadores, mas também com os governos e os aparelhos do Estado burguês. Pois a extensão crescente em que os interesses das grandes empresas se entrelaçam com as políticas governamentais relativas à moeda, à finança e ao comércio é uma das características do capitalismo tardio. O conflito se tornará então, inexoravelmente, um teste de força entre os operários, por um lado, e, por outro, a classe burguesa e o Estado burguês, pois o capital deve tentar novamente restringir ou suprimir na medida do possível a atividade das organizações de trabalhadores — e dessa vez também dos sindicatos oficiais — que ameaçam seus interesses básicos. Portanto, também nesse cenário, todo o processo conduziria a uma limitação crescente do direito de greve e das liberdades de associação, reunião, manifestação e imprensa — *se* o capital conseguisse triunfar.

Os empregadores tentam, por sua vez, utilizar em benefício próprio as conseqüências da desaparição temporária do exército industrial de reserva, a qual é de tamanha importância na modificação da relação de forças entre o vendedor e o

[41] Os chamados "sindicatos verticais" na Espanha constituem um exemplo clássico de tal função do "aparelho sindical".

[42] Imposto pelo governo conservador de 1970/74 por meio do Parlamento Britânico, o "Industrial Relations Act" tornou ilegais os apelos à greve partidos de "pessoas não autorizadas", o que inclui os jornais.

comprador da mercadoria força de trabalho. Técnicas como avaliação de tarefas, Trabalho em Tempo Controlado, Método-Tempo-Mensuração, e outras semelhantes[43] destinam-se a trocar a venda *coletiva* da mercadoria força de trabalho (que é a justificativa para a existência dos sindicatos) pela individualização dos salários; em outras palavras, atomizando ainda mais os assalariados e reintroduzindo a concorrência em suas fileiras. O sucesso ou fracasso de tais esforços, entretanto, é por sua vez basicamente dependente da relação de forças entre o capital e o trabalho.[44]

A combinação da tendência à redução do tempo de rotação do capital fixo com a tendência à limitação da liberdade de barganha dos sindicatos esclarece uma lei mais geral: *a coerção inerente ao capitalismo tardio para ampliar o controle sistemático sobre todos os elementos dos processos de produção, circulação e reprodução*, um controle sistemático que é impossível sem uma arregimentação crescente da vida econômica e social como um todo. Essa lei tem uma de suas principais fontes na enorme concentração de poder econômico nas mãos de umas poucas dúzias de grandes empresas e grupos financeiros em cada país, e de umas poucas centenas de grandes empresas e grupos financeiros na totalidade dos Estados capitalistas. A pressão dessa gigantesca concentração de poder econômico para garantir uma concentração similar de poder político e social foi descrita por Rudolf Hilferding ainda antes da Primeira Guerra Mundial como um traço característico de toda a época do imperialismo e do capitalismo monopolista. Na conclusão de seu livro *Das Finanzkapital* ele escreveu:

> "Poder econômico significa simultaneamente poder político. O domínio sobre a economia assegura ao mesmo tempo o controle sobre os meios da coerção estatal. Quanto maior a concentração na esfera econômica, tanto mais ilimitada será a dominação do grande capital sobre o Estado. A estreita integração subseqüente de todos os instrumentos de ação do Estado aparece como o auge do desenvolvimento de seu poder, o Estado como instrumento invencível para a permanência da dominação econômica. Simultaneamente, porém, a conquista do poder político aparece assim como a pré-condição da libertação econômica".[45]

Na fase do capitalismo tardio, entretanto, um número ainda maior de forças condutoras está associado a essa tendência geral. A orientação no sentido do planejamento exato de custos e da programação econômica indicativa, que examinamos acima, necessita em larga medida de um controle estreito não apenas sobre o nível de salários ou custos salariais, mas sobre todos os elementos da reprodução do capital: inovação e pesquisa "programadas"; procura organizada de matérias-primas; projeção planificada de novas máquinas; reprodução planejada e controlada a distância de força de trabalho qualificada; consumo operário manipulado; participação predeterminada do consumo privado na renda nacional ou no Produto Nacional Bruto, e assim por diante. No entanto, uma vez que todo esse desenvolvimento representa, em si mesmo, uma educação objetiva para o proletariado, ensinando-o a levar a luta de classes além da empresa, para o nível econômico global e conseqüentemente para o nível político, deve-se tomar cuidado para que a vasta

[43] Ver, por exemplo, *Leisturgslohn-systeme*. Zurique, 1970; MEIER, Bernard. *Salaires, Systématique de Rendement*. Lucerna, 1968, e as contribuições de MAYR, Hans; WEINBERG, Nat e PORNSCHLEGEL, Hans. In: *Automation — Risiko und Chance*. v. II, Frankfurt, 1965.

[44] Ver, entre outros, CLIFF, Tony. *The Employers' Offensive*. Londres, 1970. Antonio Lettieri analisa as condições que levaram à abolição da avaliação de tarefas no mais recente acordo trabalhista (concluído em 1971) na Italsider, a companhia estatal do aço na Itália. LETTIERI, Antonio. In: *Problemi del Socialismo*. n.º 49.

[45] HILFERDING, Rudolf. *Das Finanzkapital*, p. 476.

série de fatos, reunidos pela pesquisa empírica para os propósitos específicos da burguesia e do Estado no capitalismo tardio, simplesmente não alcancem os trabalhadores ou só o façam sob uma forma fragmentária, ideológica e mistificada, mascarando as condições reais de dominação e exploração de classe. Por esse motivo, as funções de organização geral, arregimentação e padronização exercidas pelo Estado no capitalismo tardio devem ser estendidas ao conjunto da superestrutura, e especificamente à esfera da ideologia, com o objetivo permanente de diluir a consciência de classe do proletariado.

Serão investigados mais tarde, neste livro, o alcance real em que essas tendências prevalecem, a medida em que o seu êxito é limitado pela incapacidade básica do sistema para cancelar ou esconder suas contradições objetivas, e o grau em que a relação de forças objetiva entre as classes em confronto — que em parte depende, é claro, da tendência objetiva do capitalismo tardio a aguçar crises — eventualmente molda também as relações subjetivas de classes.[46]

A tendência de uma organização e planejamento aprofundados dentro das companhias ou empresas do capitalismo tardio necessariamente repercute na estrutura da classe burguesa e sobre a natureza da própria administração econômica. A pressão para se adotar um cálculo e um planejamento exatos dentro das empresas e companhias e para fazer o máximo de economias em capital constante conduz à introdução, pelos monopólios do capitalismo tardio, de *métodos de organização* mais refinados e mais científicos.[47] Uma divisão do trabalho muito mais tecnificada substituiu agora a velha hierarquia fabril. Isso dá origem à ilusão de que a burocratização da *administração* de uma empresa é equivalente a uma burocratização efetiva da *função do capital* — em outras palavras, a uma delegação cada vez maior do controle sobre os meios de produção para um exército crescente de gerentes, diretores, engenheiros e "chefes", grandes e pequenos.[48]

A realidade absolutamente não corresponde a essa aparência. A profunda tecnicidade e racionalização da administração de empresas e companhias representa uma unidade dialética de dois processos opostos — por um lado a *delegação* crescente do poder de decisão sobre questões de minúcia, e por outro lado a *concentração* crescente do poder de decisão sobre questões cruciais para a expansão do capital. Técnica e organizacionalmente, isso se exprime pela corporação "multidivisional"[49] e pela compulsão a subordinar, ainda mais rigorosamente do que antes, a delegação de autoridade às considerações sobre a lucratividade global da empresa.[50] A tendência para a direção do "processo imediato de produção" ser tecnicamente separada do processo de acumulação de capital, uma tendência que se manisfestou pela primeira vez com o aparecimento das sociedades por ações e foi brevemente descrita por Marx e revista em maior detalhe por Engels, alcança larga difusão na época do capitalismo tardio.[51] A tecnologia efetiva de produção ou a pes-

[46] Ver o cap. final deste livro.

[47] POLLOCK. *Op. cit.*, p. 282 *et seqs.* REUSS. *Op. cit.*, p. 48-51; WHYTE, William H. *The Organization Man.* Londres, 1960; e assim por diante.

[48] Essa teoria da "burocratização" do capital, que permaneceu em moda no decorrer dos últimos 40 anos, do trabalho padrão de Berle e Means (*The Modern Corporation and Private Property.* Nova York, 1933), passando por *The Managerial Revolution*, de Burnham, até *The New Industrial State*, de Galbraith, é examinada com mais detalhes no cap. 17 deste livro.

[49] Ver, entre outros, CHANDLER, Alfred D. *Strategy and Structure.* Nova York, 1961.

[50] "O problema fundamental da administração moderna é o controle (na realidade, o planejamento) da lucratividade nas grandes companhias, uma vez que essas companhias estão sujeitas, sob condições modernas, a forças extremamente poderosas cujo efeito primordial é no sentido da desintegração do controle central sobre a lucratividade da empresa, com o resultado de que a companhia se torna (ou permanece) uma confederação ineficiente e em larga medida descontrolada de interesses funcionais e blocos de poder conflitantes." MERRETT. *Op. cit.*, p. 89.

[51] MARX. *Capital.* v. 3, p. 380, 514-526; ENGELS, Friedrich. *Socialism, Utopian and Scientific.* In: MARX e ENGELS. *Selected Works.* p. 427-428.

quisa científica no laboratório, a pesquisa de mercado, a propaganda e a distribuição podem alcançar um amplo grau de autonomia. No entanto, o determinante básico das decisões em qualquer empresa é a lucratividade — em outras palavras, a valorização da massa total de capital acumulado. Se essa valorização for insuficiente, a totalidade do programa de produção, pesquisa, propaganda e distribuição poderá ser jogada fora, sem que os principais acionistas que dominam o conselho de administração jamais se submetam ao "conhecimento especializado" dos engenheiros, trabalhadores de laboratório ou pesquisadores de mercado. Na verdade, a empresa pode até ser vendida, fechar temporariamente ou ser afinal dissolvida sem que nenhum desses "gerentes", especialistas técnicos ou controladores de pormenores possam fazer alguma coisa acerca disso. A unidade entre a delegação de poder para decidir minúcias e a concentração de poder para decidir questões concernentes à valorização do capital forma assim uma unidade de opostos, na qual a relação definidora do capital, isto é, a possibilidade de dispor dos maiores montantes de capital, constitui o árbitro final. O erro dos que sustentam a tese da "burocratização" das grandes empresas ou o predomínio da "tecnoestrutura" prende-se ao fato de confundirem a articulação técnica do exercício do poder com seu fundamento econômico — a fonte efetiva desse poder.

O caráter questionável de todo o conceito de "gerente" torna-se manifesto quando o problema da relativa independência financeira das grandes empresas num período de crescimento acelerado, com uma taxa elevada de autofinanciamento, é confundido com o problema do suposto conflito de interesses entre os grandes burgueses acionistas e os administradores de empresa. O aumento na taxa de autofinanciamento das empresas desde a Segunda Guerra Mundial é incontestável — assim como é incontestável a sua limitação cíclica. Isso não tem nada a ver com um conflito de interesses entre gerentes e grandes acionistas — que, afinal, estão muito mais interessados em aumentar o valor de suas cotas do que em aumentar os dividendos. Hoje em dia, dificilmente pode ser negado que esses grandes acionistas continuam a dominar a economia norte-americana[52] — ainda que, normalmente, não precisem interferir na condução do dia-a-dia das empresas. Por outro lado, é necessário recordar que numa ordem social capitalista, na qual apenas a propriedade — a posse de capital — garante a longo prazo a renda e o poder, os próprios gerentes se mostram extremamente interessados em adquirir propriedade acionária. Na verdade, esse é precisamente o meio pelo qual os principais gerentes galgam a escada social rumo à classe dirigente dos possuidores de capital. A técnica de adquirir cotas opcionais, por exemplo, representa um importante veículo para essa finalidade. Quando esse expediente foi contestado por tecnicismos fiscais nos Estados Unidos, sua função teve de ser desempenhada por outros meios.[53]

As conseqüências reais do tempo de rotação reduzido do capital fixo, da obsolescência acelerada da maquinaria e do aumento correspondente na importância do trabalho intelectual no modo de produção capitalista são um deslocamento na tônica da atividade dos principais possuidores de capital. *Na era do capitalismo de livre concorrência, essa ênfase jazia fundamentalmente na esfera imediata da pro-*

[52] Domhoff confirma que 1% dos adultos norte-americanos possuíam mais de 75% de todas as cotas de companhias em 1960 — uma proporção mais alta do que em 1922 ou 1929 (quando era de 61,5%). Uma comissão do Senado chegou a reconhecer que 0,2% de todas as famílias controlam 2/3 de todas essas cotas. (DOMHOFF, William. *Who Rules America?* Nova York, 1967. p. 45.) Em 1960, o corpo de diretores de 141 grandes companhias, num total de 232, possuía ações suficientes para controlar suas empresas (p. 49). Ver também Ferdinand Lundberg *(The Rich and the Super-Rich.* Nova York, 1968) que do mesmo modo ataca violentamente a idéia de uma supremacia gerencial.

[53] Sobre esse ponto, ver PATTON, Arch. "Are Stock Options Dead?". In: *Harvard Business Review.* Setembro/outubro de 1970; PETERSON, Shorey. *The Quarterly Journal of Economics.* Fevereiro de 1965. p. 18.

dução, e na era do imperialismo clássico na esfera da acumulação (a hegemonia do capital financeiro); hoje em dia, na era do capitalismo tardio, prende-se à esfera da reprodução.[54]

Tanto a esfera da produção quanto a da acumulação tornaram-se altamente técnicas e auto-reguladas. Regras científicas objetivas permitem a esses processos correr mais ou menos "maciamente". Durante a "onda longa com tonalidade expansionista" de 1940/65 era costumeiro que os grandes monopólios financiassem os investimentos através dos preços, sem a ajuda dos créditos bancários. É por esse motivo geral que poderes de decisão a nível de detalhe podem ser delegados a especialistas, pois eles necessitam somente assegurar o funcionamento, sem problemas, de processos já predeterminados.[55] A área decisiva para o futuro e a fortuna das empresas oligopolistas e monopolistas jaz na *seleção*, e não na condução desses processos — em outras palavras, *na decisão quanto ao que será produzido, onde e como*, ou, ainda mais precisamente , *onde e como se realizará a reprodução ampliada*. Exatamente porque a inovação tecnológica acelerada, a obsolescência acelerada dos meios materiais de produção e o tempo de rotação reduzido do capital fixo criam *uma incerteza maior* na esfera da reprodução do que ocorria antes na era do imperialismo clássico ou do capitalismo monopolista clássico, as opções feitas nessa esfera constituem as decisões *efetivamente estratégicas* que determinam a vida ou a morte de empresas e ainda, em larga medida, as tendências globais da economia. Os donos reais do capital, os grandes acionistas de empresas, magnatas industriais e grupos financeiros, reservam tais decisões para si mesmos, sem absolutamente nenhuma espécie de delegação.[56]

Em última análise, a impossibilidade de uma coordenação genuína entre os planos econômicos das diferentes empresas privadas não é devida — como sustentam os economistas burgueses[57] — à incerteza e descontinuidade do progresso técnico, mas ao fato de que um comportamento que é racional para empresas individuais *pode* conduzir e, periodicamente, *deve* conduzir a resultados irracionais para a economia como um todo. A maximização do rendimento da economia como um todo não pode consistir simplesmente na soma da maximização dos lucros das empresas industriais. Não é a descontinuidade do progresso técnico enquanto tal, mas a descontinuidade do progresso técnico no âmbito das empresas privadas, governadas pela maximização particular de lucros — isto é, a propriedade privada e a produção mercantil — que é responsável pela instabilidade e descontinuidade insuperáveis do desenvolvimento econômico no modo de produção capitalista.

Nesse sentido, a contradição característica do capitalismo tardio, entre a pressão para planejar a nível de empresa e a impossibilidade de avançar além da programação econômica "indicativa" no contexto global da economia, é apenas uma expressão mais aguda da contradição geral, que Marx e Engels mostraram ser inerente ao capitalismo, entre a organização planejada de *partes* do processo econômi-

[54] "Um informe recente apresentou as observações de cerca de 40 gerentes industriais profissionais dos Estados Unidos quanto à administração em 9 países europeus intensamente industrializados. Eles visitaram centenas de empresas industriais... Encontraram um número excessivo de casos em que os principais executivos... deixavam de compreender que sua função prioritária é a de planejar para o futuro." OEEC. *Problems of Business Management*. Paris, 1954. Citado em GOODMAN. *Op. cit.*, p. 188-189.

[55] HECKMANN. *Op. cit.*, p. 85-88. Ver também MERRETT. "Incomes, Taxation, Management Effectiveness and Planning". In: DENNING, B. W. (Ed.). *Corporate Long-Range Planning*. p. 89-90.

[56] Heckmann (*op. cit.*, p. 63) distingue as primeiras duas fases do planejamento empresarial a longo prazo (estabelecimento dos objetivos da empresa e da "estratégia concorrencial ótima") das terceira e quarta fases (formulação de um programa de ação e teste e revisão dos planos). As duas primeiras estão no âmbito da competência do "topo administrativo". A terceira e a quarta não podem mais ser controladas unicamente pelo topo administrativo da companhia, ainda que esses executivos tomem todas as decisões finais.

[57] Ver nossa discussão dessa tese em *Marxist Economic Theory*. p. 373-376.

co (produção a nível de fábrica, decisão no âmbito da empresa, e assim por diante) e a anarquia da economia como um todo, dominada pela lei do valor:

> "A contradição entre produção socializada e a apropriação capitalista apresenta-se agora como um *antagonismo entre a organização da produção na oficina individual e a anarquia da produção na sociedade como um conjunto*".[58]

Essa contradição entre a racionalização das partes e a irracionalidade do conjunto, que alcança seu apogeu na época do capitalismo tardio, é a chave para uma compreensão da ideologia do capitalismo tardio, como veremos no curso de nossa análise.[59]

[58] ENGELS, Friedrich. *Socialism, Utopian and Scientific.* In: MARX e ENGELS. *Selected Works.* p. 423.
[59] Ver o cap. 16 deste livro.

8

A Aceleração da Inovação Tecnológica

A redução do tempo de rotação do capital fixo está intimamente relacionada à aceleração da inovação tecnológica, da qual inúmeras vezes é somente a expressão de valor. A aceleração da inovação tecnológica determina a aceleração da obsolescência da maquinaria, o que por sua vez torna obrigatória a substituição em ritmo mais acelerado do capital fixo em uso, e conseqüentemente reduz o tempo de rotação do capital fixo.[1]

A aceleração da inovação tecnológica é um corolário da aplicação sistemática da ciência à produção. Embora tal aplicação tenha raízes na lógica do modo de produção capitalista, não esteve de maneira alguma contínua e uniformemente entrelaçada à mesma, ao longo da história desse modo de produção. Ao contrário, em *Grundrisse*, Marx salientou expressamente que de início essa aplicação difunde-se de maneira bastante gradual naquele modo de produção, e *não* constitui a base do desenvolvimento histórico da maquinaria:

> "Mesmo sobre esse plano, a apropriação do trabalho vivo pelo capital alcança, na maquinaria, uma realidade imediata. Em primeiro lugar, é a análise e aplicação das leis químicas e mecânicas, diretamente derivadas da ciência, que permite à máquina realizar o mesmo trabalho anteriormente realizado pelo operário. No entanto, a maquinaria só se desenvolve nesse sentido quando a grande indústria já alcançou um nível superior e todas as ciências foram forçadas a se colocar a serviço do capital; e quando, em segundo lugar, a própria maquinaria disponível já proporcionar recursos consideráveis. *A invenção torna-se, nesse caso, um ramo dos negócios, enquanto a aplicação da ciência à produção direta determina as invenções e simultaneamente as solicita.* Mas não foi esse o caminho pelo qual se desenvolveu a maquinaria, em linhas gerais, e muito menos aquele pelo qual ela progride a nível de detalhe. O caminho efetivo é um processo de análise através da divisão do trabalho, que gradativamente transforma as ações do trabalhador em operações cada vez mais mecânicas, de maneira que, em determinado ponto, um mecanismo pode substituí-las. Assim, o modo específico do trabalho é aqui transferido do operário para o capital sob a forma de máquina, e sua própria capacidade de trabalho é desvalorizada por essa transformação. Daí a luta dos trabalhadores contra a máquina. O que era a atividade do trabalhador vivo torna-se atividade da máquina".[2]

[1] Ver, nessas mesmas linhas, a descrição que Pollock faz da automação. POLLOCK. *Op. cit.*, p. 16.
[2] *Grundrisse*. p. 703-704. Segundo C. F. Carter e B. R. Williams, foi só a partir do final do século XIX, com o desenvolvimento das indústrias química e elétrica, que a inovação se tornou diretamente interligada ao conhecimento científico, e que um treinamento científico passou a ser indispensável aos inventores. *Investment in Innovation*. Londres, p. 12.

Essa análise de Marx representa uma brilhante antecipação de condições que só se desenvolveram muito mais tarde, com a aceleração das invenções e descobertas científicas e técnicas desde o início da segunda revolução tecnológica, mas sobretudo desde os anos 40 do século XX, com a terceira revolução tecnológica. *A situação na qual "todas as ciências foram forçadas a se colocar a serviço do capital" e na qual "a invenção torna-se um ramo dos negócios, enquanto a aplicação da ciência à produção direta determina as invenções e simultaneamente as solicita" só encontra sua aplicação específica na fase do capitalismo tardio.* Naturalmente, isso não quer dizer que não tenham ocorrido invenções cientificamente induzidas durante o século XIX ou no início do século XX, e muito menos pretende insinuar que, naquele período, a atividade de invenção ocorresse "independentemente" do capital. *No entanto, a organização sistemática da pesquisa e desenvolvimento como um negócio específico, organizado numa base capitalista* — em outras palavras, o investimento autônomo (em capital fixo e salário dos trabalhadores) em pesquisa e desenvolvimento —, só se manifestou plenamente sob o capitalismo tardio.

Neste ponto devem ser assinalados dois problemas que exigem uma análise diferenciada: as tendências de desenvolvimento inerentes ao trabalho intelectual, capazes de conduzir a uma aceleração da atividade de invenção, e as condições específicas de valorização do capital, capazes de efetuar uma aplicação mais rápida dessas invenções e descobertas aceleradas. A "descoberta e invenção científica e técnica" e a "inovação tecnológica" não são duas categorias idênticas.[3] A aceleração crescente da atividade científica e técnica de invenção foi determinada por grande número de fatores em interação na história da ciência, do trabalho e da sociedade.[4] É mais que evidente o significado histórico da segunda revolução científica, que teve início nas primeiras décadas do século XX e se desenvolveu com a física quântica, a teoria da relatividade de Einstein, a pesquisa atômica e as conquistas básicas da matemática moderna. Não são menos óbvias a função do computador na aceleração da atividade científica, a taxa do crescimento exponencial dessa atividade e sua socialização e organização capitalista crescentes.[5] A segunda revolução científica criou uma subestrutura científica que gradualmente transformou todas as ciências, assim como a revolução científica desencadeada por Galileu, Copérnico e Newton deu início ao conjunto da mecânica clássica e da química dos séculos XVIII e XIX. A física clássica forneceu a base para uma série ininterrupta de aplicações tecnológicas, da máquina a vapor ao motor elétrico; do mesmo modo, a segunda revolução científica estabeleceu os fundamentos para uma cadeia contínua de aplicações tecnológicas a partir dos anos 20 e 30 deste século, que culminaram na liberação da energia nuclear, na cibernética e na automação. É evidente por si mesmo que existe uma relação causal direta a ligar a teoria da relatividade de Einstein e a pesquisa atômica à aplicação técnica da energia nuclear e à automação.

As condições objetivas para o aceleramento da atividade de invenção estiveram intimamente relacionadas à Segunda Guerra Mundial e ao subseqüente rear-

[3] Evidentemente não podem ser consideradas como fatores exógenos, mas como funções do desenvolvimento econômico em sua totalidade (sobretudo da acumulação de capital, da taxa de lucros e da taxa de mais-valia). A esse respeito ver PHILLIPS, Joseph D. "Labour's Share and Wage Parity". In: *Review of Economics and Statistics*. Maio de 1960. p. 188.

[4] O volume *Die Wissenschaft von der Wissenschaft*, Berlim, 1968, produzido por um grupo autorizado da Universidade Karl Marx, de Leipzig, contém uma análise interessante dos fundamentos sociais da ciência e de sua função "estratégica" no desenvolvimento social (p. 70 *et seq.*). Quanto à lógica interna da história da ciência, ver KUHN, Thomas S. *The Structure of Scientific Revolutions*. Nova York, 1964. Ele, entretanto, negligencia indevidamente a sua interação com o desenvolvimento do trabalho e da sociedade. Para as determinações sociais da história da ciência ver BERNAL, J. D. *The Social Function of Science*. Londres, 1939; *Science in History*. Londres, 1969; LILLEY, S. "Social Aspects of the History of Science". In: *Archives Internationales d'Histoire des Sciences*. n.º 2, p. 376 *et seq.*

[5] DIEBOLD, John. *Man and the Computer*. Nova York, 1970; KUHN, Thomas S. *Op. cit.*, p. 72-74, 106-108 etc.; *Die Wissenschaft von der Wissenschaft*, p. 9-10 etc.

mamento do pós-guerra. Uma vez que o período 1914/39 foi de crescimento econômico desacelerado — uma "onda longa com tonalidade de estagnação" — a fase de entreguerra caracterizou-se por uma redução do ritmo de inovação tecnológica, simultaneamente com uma aceleração incipiente da atividade de descoberta e invenção, como resultado da segunda revolução científica.[6] O resultado foi a criação de uma reserva de descobertas técnicas não aplicadas ou de invenções tecnológicas potenciais. O desenvolvimento armamentista começou então a absorver uma parte considerável dessas invenções, chegando a criar as pré-condições das mesmas. A bomba atômica é, naturalmente, o primeiro exemplo a ser lembrado, mas não foi de maneira alguma o único caso significativo desse gênero.[7] O radar, a miniaturização de equipamentos eletrônicos, o desenvolvimento de novos componentes eletrônicos, na verdade mesmo as primeiras aplicações da matemática a problemas de organização econômica — "a pesquisa operacional" — todos tiveram suas origens nos anos de guerra ou na economia armamentista. Analogamente, o chamado modelo sinergético de planejamento empresarial — no qual o resultado global dos vários programas excede a soma dos resultados parciais previstos em cada programa isolado — é derivado dos programas militares ou paralelo a estes.[8] O caminho para a *organização* sistemática e intencional da pesquisa científica, com o objetivo de acelerar a inovação tecnológica, também foi desbravado no contexto da guerra ou da economia armamentista.[9] No início da Primeira Guerra Mundial, o número de laboratórios de pesquisa industrial nos Estados Unidos era inferior a 100, mas, por volta de 1920, havia aumentado para 220 e a seguir permaneceu nesse nível: "A confiança na pesquisa organizada foi ampliada pelos êxitos no tempo de guerra".[10] Durante e após a Segunda Guerra Mundial aumentou enormemente o número desses laboratórios controlados por empresas; em 1960 eram 5 400. O número total de cientistas dedicados à pesquisa quadruplicou, passando de 87 mil em 1941 para 387 mil em 1961.[11]

No âmbito da produção capitalista de mercadorias, o crescimento regular no volume de pesquisa resultou inevitavelmente em especialização e "autonomização". De início, a pesquisa e o desenvolvimento tornaram-se um ramo à parte, dentro da divisão do trabalho das grandes companhias. Mais tarde, teve condições de assumir a forma de uma empresa independente; surgiram então os laboratórios de pesquisa operados por particulares, que vendiam suas descobertas e inventos ao preço mais alto.[12] A previsão de Marx era assim consubstanciada: a invenção havia se tornado um negócio capitalista sistematicamente organizado.

Como qualquer outro negócio, também a "pesquisa" tem um único objetivo no capitalismo: maximizar os lucros para a empresa. A enorme expansão da pesquisa e do desenvolvimento desde a Segunda Guerra Mundial já é em si mesma

[6] "Desde a invenção da célula fotoelétrica, no início dos anos 30, tornou-se possível uma forma imperfeita de automação. Antes de 1940 foi alcançada uma ampla medida de controle automático nas estações de energia, nas refinarias de petróleo e em alguns processos químicos; é provável que a automação nas indústrias de fabricação de metais fosse tecnicamente possível, embora, é claro, isso teria sido uma deformidade econômica. Durante a guerra e nos primeiros anos do pós-guerra, os rápidos progressos na eletrônica ampliaram enormemente os conhecimentos de relevância para a automação; se isso, em si mesmo, teria sido suficiente para acarretar a sua utilização na indústria é um problema de especulação. De qualquer modo... o trabalho tornou-se consideravelmente mais caro em relação aos equipamentos do capital, e isso encorajou o uso e desenvolvimento da automação." SALTER. *Op. cit.*, p. 25.

[7] A primeira fábrica plenamente automatizada na indústria de transformação foi a Rockford Ordnance Plant, que estava pronta para a produção no fim da Segunda Guerra Mundial. GOODMAN. *Op. cit.*, p. 104-105.

[8] GILMORE, Frank G. e BRANDENBURG, Richard C. "Anatomy of Corporate Planning". In: *Harvard Business Review*. Novembro-dezembro de 1962.

[9] Quanto ao papel desempenhado a esse respeito pela Primeira Guerra Mundial, ver, por exemplo, MANSFIELD, Edwin. *The Economics of Technological Change*. Londres, 1969. p. 45.

[10] SILK, Leonard S. *The Research Revolution*. Nova York, 1960. p. 54; MANSFIELD. *Op. cit.*, p. 45.

[11] *Ibid.*, p. 54.

[12] Silk (*Op. cit.*, p. 54-55) estabelece distinção entre "investigadores organizados" e "cientistas organizados".

prova dessa "lucratividade" estritamente capitalista.[13] Na verdade, Leontief observa que:

> "No que se refere às condições gerais de produção, a pesquisa organizada não é diferente de qualquer outra indústria. É construído um laboratório, o equipamento necessário é instalado, contrata-se pessoal qualificado e espera-se pelos resultados. Como qualquer outro produto, estes podem ser usados diretamente pela firma que os obteve ou podem ser vendidos a terceiros — por um bom preço; ou, como ocorre freqüentemente, podem ter as duas destinações".[14]

Silk refere que um volume cada vez maior de capital está atualmente fluindo para pesquisa e desenvolvimento porque nesse campo "obtém uma taxa média de retorno fabulosamente alta em relação aos dólares gastos".[15] Esse aspecto encontra-se plenamente de acordo com a lógica do capitalismo tardio, segundo a qual as rendas tecnológicas se tornaram a principal fonte de superlucros.

Ainda mais significativa que a "pesquisa pura" é a inovação industrial efetiva, o desenvolvimento de novos produtos ou processos de produção. Quanto maior a aceleração da renovação tecnológica e a redução do tempo de rotação do capital fixo, tanto maior será a instalação de novos processos de produção; na verdade, a construção de unidades de produção inteiramente novas torna-se um empreendimento separado na divisão do trabalho. O fornecimento de fábricas inteiramente equipadas, juntamente com processos de fabricação, *know-how* técnico, patentes e licenças, e também de especialistas mais importantes, torna-se, assim, uma nova forma de investimento de capital ou de exportação de capital. Na indústria química esta já constitui a forma predominante de renovação do capital fixo. Organizacionalmente, a reprodução é completamente separada da produção; sua realização técnica é entregue a firmas especiais.[16] Seria preciso enfatizar que a extensão de tempo requerida pelo planejamento e desenvolvimento dos projetos de investimento mais importantes e o volume de pessoal qualificado por eles exigido resulta numa utilização descontínua dos técnicos, se empregados por uma única empresa.

> "A duplicação do tamanho da usina de aço Usinor, de Dunquerque, aumentando sua capacidade de 4 para 8 milhões de toneladas por ano, exigiu que um grupo de estudos de 1 500 pessoas trabalhasse por três anos, além dos serviços equivalentes das firmas construtoras. A usina de aço Solmer, construída em Fos, em terreno aberto, enfrentou problemas ainda maiores, e as equipes de pesquisa e planejamento eram ainda mais numerosas, para uma capacidade similar de produção. O simples padrão e a irregularidade de tais equipes torna impossível o seu emprego numa base contínua pelas firmas produtoras.... Esse é o primeiro fundamento lógico para a utilização de firmas especiais de engenharia, prioritariamente voltadas para o planejamento e a programação, para esses investimentos."[17]

O capital diretamente investido na esfera de produção conduz a uma produção contínua de mercadorias ou a uma ininterrupta valorização. O capital investido na esfera de pesquisa e desenvolvimento, que segue ou precede a produção efetiva,[18] só consegue valorização na medida em que o trabalho ali realizado seja pro-

[13] Estamos falando aqui de gastos *privados* em pesquisa e desenvolvimento, e não do dispêndio estatal que, em certa medida, está livre da coerção da lucratividade.
[14] LEONTIEF. *Introduction to Silk. Op. cit.*, p. xii-xiv.
[15] SILK. *Op. cit.*, p. 3.
[16] FREEMAN, C. "Chemical Process Plant: Innovation and World Market". In: *National Institute Economic Review*. n.º 45, agosto de 1968. p. 29-30.
[17] *Revue Economique de la Banque Nationale de Paris*. Abril de 1974.
[18] As esferas de pesquisa e desenvolvimento aqui referidas são sempre aquelas indispensáveis à manufatura e ao consumo de *produtos*, e não as pertencentes aos chamados custos de venda (por exemplo, pesquisa em publicidade) e que correspondem às condições sociais específicas da economia capitalista.

dutivo, isto é, conduza à produção de novas mercadorias. Do ponto de vista da empresa capitalista, quaisquer descobertas ou invenções que não encontrem aplicação constituem *faux frais* de produção, despesas gerais que deveriam ser reduzidas ao mínimo. No entanto, uma vez que numa economia de mercado nunca se tem certeza, desde o início, de que será possível aplicar as novas descobertas e invenções, o risco com relação ao lucro do capital investido na esfera da pesquisa é mais alto do que a média. Esta é uma das principais razões para a preponderância das grandes companhias nessa esfera.[19] O volume e o crescimento do dispêndio em pesquisa e desenvolvimento pode ser visto a partir dos seguintes exemplos: os custos do desenvolvimento do náilon e do orlon foram de respectivamente 1 milhão e de 5 milhões de dólares. O desenvolvimento da penicilina exigiu vários milhões de dólares e o dos "destiladores de petróleo" catalíticos, 11 milhões de dólares. A Pilkington Glass Company, da Grã-Bretanha, investiu 20 milhões de dólares na invenção e desenvolvimento da patente do *Float Glass*. Especialistas norte-americanos referem-se à televisão como um "risco de 50 milhões de dólares" devido ao dinheiro gasto em pesquisa e desenvolvimento antes da comercialização. Na indústria aeronáutica os custos com pesquisa e desenvolvimento elevaram-se até alturas astronômicas: até 1965 o projeto XB-70 havia custado 1,5 bilhão de dólares, e o Concorde, 2 bilhões de dólares.[20] Na indústria farmacêutica, os gastos em pesquisa geralmente atingem cerca de 8-10% do giro total dos negócios, embora apenas uma parcela dessa soma seja gasta em pesquisa de base. Hoechst afirma que chegou a gastar 25 milhões de dólares na pesquisa e desenvolvimento de um novo medicamento; em 1973, Hoffmann-La Roche gastou quantias equivalentes a 11-16% de seu giro total em pesquisa e desenvolvimento. O incentivo básico para esses enormes dispêndios de capital continuam sendo os superlucros mais altos do que a média, proporcionalmente, a serem obtidos pelas empresas que conseguem "atravessar".[21]

Como qualquer outro capital produtivo, o capital investido na esfera da pesquisa é constituído de componentes fixos e variáveis. O capital fixo corresponde à construção e ao equipamento dos laboratórios; o capital variável, aos salários e ordenados do pessoal neles empregado. O fato de que o trabalho de muitos desses empregados só muito mais tarde — ou nunca — seja incorporado ao valor de mercadorias específicas não altera a natureza do *trabalho total* dos participantes do setor de pesquisa e desenvolvimento, trabalho produtivo na medida em que é indispensável para a produção de novos valores de uso e, conseqüentemente, também de novos valores de troca. O mesmo se aplica aos operários que devem dedicar uma parte de seu tempo anual de trabalho para ligar as máquinas, examinar e limpar os seus componentes e efetuar os reparos necessários.[22] Isso não altera absolutamente a natureza de seu tempo de trabalho, pois seria tão impossível manter a produção em andamento sem tais práticas quanto seria na ausência de modelos,

[19] SYLOS-LABINI, Paolo. *Oligopolio e Progresso Tecnico*. Turim, 1967. p. 226 *et seq.*; JEWKES, SAWERS e STILLERMAN. *The Sources of Invention*. Londres, 1969. p. 128-152. Em 1961, nos Estados Unidos, 11 mil firmas registravam investimentos em pesquisa e desenvolvimento. No entanto, 86% desses dispêndios eram realizados por apenas 391 dessas firmas; somente 4 companhias gigantes respondiam por mais de 22% dos gastos totais em pesquisa e desenvolvimento. NELSON, Richard R., PECK, Merton J. e KALACHEK, Edward D., *Technology, Economic Growth and Public Policy*. Brookings Institution, 1967.

[20] JEWKES, SAWERS e STILLERMAN. *Op. cit.*, p. 155; BRIGHT, James R. (Ed.) *Technological Planning on the Corporate Level*. Boston, 1962. p. 61.

[21] Para a indústria farmacêutica ver *Neue Zürcher Zeitung*. 25 de abril e 30 de junho de 1974; LEVINSON, Charles. *The Multinational Pharmaceutical Industry*. Genebra, 1973. p. 25-26: "É unicamente a pesquisa básica que produz as conquistas médicas pelas quais a indústria engrandece e justifica sua política econômica. O plano médio da pesquisa aplicada gera produtos específicos ou versões aperfeiçoadas. A área de desenvolvimento, entretanto, corresponde a pouco mais do que um trabalho de manipulação com dosagens, fórmulas e processos de produção para contornar patentes e chegar a um *nova* proposta comercializável".

[22] MARX. *Capital*. v. 2, p. 174 *et seqs.*

fórmulas, desenhos, estudos etc., provenientes dos laboratórios e dos escritórios. Marx, que muitas vezes enfatizou que a natureza do capital industrial era definida, entre outros aspectos, por sua capacidade de se apropriar gratuitamente dos benefícios da divisão do trabalho ou da aplicação produtiva da ciência,[23] afirmou inequivocamente que o trabalho do pesquisador e do engenheiro era de caráter produtivo. No trecho de *Resultat des unmittelbaren Produktionsprozesses* citado no capítulo anterior, ele explicitamente incluiu os técnicos entre os trabalhadores produtivos, e, em *Theories of Surplus Value*, escreveu:

> "Naturalmente, estão incluídos entre esses trabalhadores produtivos todos aqueles que de uma maneira ou de outra contribuem para a produção de uma mercadoria, do trabalhador efetivo ao gerente ou engenheiro (em contraposição ao capitalista)".[24]

A incerteza quanto à futura valorização do capital investido em pesquisa representa — particularmente numa época de inovação tecnológica acelerada — um incentivo cada vez mais poderoso para se planificar a pesquisa. A exemplo de qualquer outro setor voltado para a venda de mercadorias, tal planejamento é assediado — neste caso, mesmo *dentro* da esfera de ação da empresa — pelos golpes do acaso, da arbitrariedade e das extrapolações não científicas de tendências gerais.[85] No entanto, precisamente nesse setor, as pressões do planejamento são inequívocas.

Jewkes, Sawers e Stillerman tentaram refutar a tese de que a aceleração da inovação tecnológica é devida, entre outras coisas, à organização sistemática da pesquisa e do desenvolvimento. Tudo que demonstraram, porém, é que mesmo no século XIX as invenções estavam relacionadas ao conhecimento científico e a seus avanços mais intimamente do que em geral se imagina, e que mesmo nos dias de hoje os inventores individuais são responsáveis por grande número de descobertas freqüentemente revolucionárias.[26] Mas os elementos que fornecem não contradizem de modo algum o fato de que uma proporção cada vez maior de invenções tem origem nos laboratórios de empresas industriais,[27] como pode ser verificado, entre outras coisas, pelas patentes, ou o fato de que a rápida expansão do número de pessoal cientificamente treinado deve resultar numa aceleração do crescimento do conhecimento científico e da inovação tecnológica, ainda que a correlação não seja diretamente proporcional.[28] Tais autores, que atribuem exagerada importância ao "indivíduo de gênio inventivo", pisam terreno mais firme quando chamam a atenção para as desvantagens causadas à atividade de invenção pela pesquisa de natureza pragmática, dirigida para certos objetivos e controlada pelos monopólios, e pela subordinação dessa pesquisa à caça empresarial de lucros. É mais que evidente que o conhecimento e a originalidade não podem ser produzidos da

[23] *Grundrisse*. p. 694.
[24] MARX. *Theories of Surplus Value*. v. I, p. 156-157.
[25] Análises e exemplos fascinantes desse aspecto podem ser encontrados em WILLS, Gordon, ASHTON, David e TAYLOR, Bernard (Eds.). *Technological Forecasting and Corporate Strategy*. Bradford, 1969. Um exemplo recente é fornecido pela firma britânica Rio Tinto Zinc, supostamente famosa por sua eficiência excepcional, cuja nova e gigantesca usina de fundição de chumbo e estanho em Gloucestershire, anunciada como a mais moderna do mundo, revelou-se um exemplo espetacular de planejamento falho. Devido ao inesperado envenenamento de toda a região pelas emanações de chumbo, a usina teve de ser fechada por vários meses e reconstruída. Muitos casos de poluição ambiental podem ser atribuídos a essa espécie de planejamentos técnicos falhos.
[26] JEWKES, SAWERS e STILLERMAN. *Op. cit.*, p. 40-60 *et pas.*, p. 73.
[27] 80% de todas as patentes garantidas nos Estados Unidos no ano de 1900 foram detidas por indivíduos; essa percentagem havia caído para 40% das patentes garantidas em 1957 e para 36,5% para o período 1956/60. SCHULZ-HANSSEN, Klaus. *Die Stellung der Elektro-Industrie in Industrialisierungsprozess*. Berlim, 1970. p. 81.
[28] Charpie menciona uma taxa de crescimento cumulativo anual de 7% para a atividade científica. Também enfatiza a extraordinária multiplicação das publicações científicas, que possuem uma taxa de crescimento muito superior à da população mundial ou da industrialização. CHARPIE, Robert A. "Technological Innovation and the International Economy". In: GOLDSMITH, Maurice (Ed.). *Technological Innovation and the Economy*. p. I. Ver também DIEBOLD. *Op. cit.*, p. 33-34.

mesma maneira e com a mesma regularidade automática dos bens de consumo. Isso não é um argumento contra o trabalho de equipe na pesquisa — mas certamente é um argumento de peso contra o trabalho de equipe subordinado à busca de lucros.

Outra contradição típica do capitalismo tardio reside no fato de que grandes monopólios (oligopólios) não estão jamais totalmente protegidos da concorrência e por isso têm sempre interesse em aperfeiçoar e lançar um novo produto ao mercado, antes e mais maciçamente que os seus concorrentes. Nesse sentido, estão sem dúvida interessados em expandir a pesquisa e o desenvolvimento sob seu controle. Ao mesmo tempo, entretanto, ao considerar cada projeto dispendioso de pesquisa, devem levar em conta não apenas o risco inerente de que ele não conduza a nenhum produto comercializável, mas também a possibilidade de uma inovação *simultânea* de um concorrente vir a tornar impossível a realização dos superlucros previstos, de modo que, em última análise, pode decorrer um longo tempo antes que o capital investido nos custos de pesquisa e desenvolvimento seja valorizado por meio do lucro "normal"; um produto diferente, que tivesse assegurado um monopólio temporário, teria rendido mais. Tal é a explicação da complexa estratégia inovadora das grandes empresas que as obriga a diversificar sua pesquisa e, ao mesmo tempo, unicamente por motivos de valorização de capital, a estreitar o seu desenvolvimento. Nesse sentido, Jewkes, Sawers e Stillerman sem dúvida têm razão quando dizem que, em última análise, os monopólios tolhem o progresso técnico, ainda que isso deva ser entendido de modo relativo e não absoluto.[29]

No capitalismo tardio ocorreu um enorme acréscimo global nos gastos com pesquisa e desenvolvimento: nos Estados Unidos esses gastos aumentaram de menos de 100 milhões de dólares em 1928 para 5 bilhões em 1953/54, 12 bilhões em 1959, 14 bilhões em 1965 e 20,7 bilhões de dólares em 1970.[30] Tais aumentos tornam inevitável uma expansão no volume de inovações, ainda que seja bastante provável que o retorno desses gastos, bastante alto nos anos 50 e no início dos anos 60, diminua gradativamente. As empresas farmacêuticas norte-americanas registraram uma redução de 17 para 10 anos no período em que se beneficiam de "rendas tecnológicas", bem como um declínio subseqüente na taxa de superlucros.[31] Isso significa que, dado um permanente desenvolvimento armamentista, a aceleração da inovação tecnológica na indústria civil — e especialmente no Departamento I — assumirá do mesmo modo um caráter contínuo? De modo algum. As condições de valorização do capital permanecem como determinante decisivo da dinâmica do capitalismo tardio, e não podem ser ultrapassadas pelos desenvolvimentos na esfera da ciência e tecnologia. Em última análise, a inovação tecnológica acelerada implica o crescimento acelerado da produtividade média do trabalho. No entanto, só em condições de importante expansão do mercado é que o crescimento acelerado da produtividade do trabalho pode ser combinado a uma taxa de crescimento relativamente alta do produto social, ou a um nível relativamente alto do emprego. Nos capítulos anteriores vimos as razões para a expansão do

[29] Nelson, Peck e Kalacheck observam que o sentido dos gastos em pesquisa e desenvolvimento, determinados pelos objetivos de lucros das grandes empresas, é irresistivelmente orientado para projetos que ofereçam um rápido retorno, e não para a pesquisa de base (que só responde por cerca de 4% do dispêndio privado total em pesquisa e desenvolvimento), desse modo distorcendo e impedindo o progresso tecnológico. *Op. cit.*, p. 85, 87.

[30] SILK. *Op. cit.*, p. 158; JEWKES, SAWERS e STILLERMAN. *Op. cit.*, p. 197. LEVINSON. *Op. cit.*, p. 44. O fato de que esses custos foram atendidos unicamente por fontes privadas antes da Segunda Guerra Mundial, enquanto atualmente cerca de 60% dos mesmos são cobertos pelo Estado, não faz diferença frente ao vasto acréscimo em sua quantidade. Os motivos para a crescente socialização dos custos de pesquisa são discutidos na contribuição de Altvater ao livro *Materialien zur politischen Ökonomie des Ausbildungssektors*. ALTVATER, E. e HUISKEN, F. (eds.), Erlangen, 1971. p. 356-357.

[31] *Business Week*. 23 de novembro de 1974.

mercado na época do capitalismo tardio: a terceira revolução tecnológica e a transição da tecnologia produtiva baseada em motores elétricos simples para a eletrônica, a automação e a energia nuclear.

Uma vez que essa revolução tenha ocorrido e se tenha formado um novo setor do Departamento I, para fabricar máquinas automáticas e conjuntos de máquinas, a taxa de crescimento do Departamento I começa a cair. O mesmo se passa com a taxa de crescimento do conjunto da economia capitalista, pois deixa de haver uma renovação fundamental da produção no Departamento I, somente uma expansão quantitativa das técnicas de produção já existentes. Ingressamos, então, numa "onda longa com tonalidade de estagnação". Por outro lado, as condições muito especiais que permitiram à taxa de mais-valia elevar-se repentinamente após a Segunda Guerra Mundial também possibilitaram o afluxo renovado do capital em excesso na produção. No entanto, com o término da "onda longa com tonalidade de expansão", a crescente composição orgânica do capital provoca deterioração nas condições de valorização do capital. Se esse processo continua, deve conduzir inexoravelmente a uma queda na atividade de investimento. Assim, os processos simultâneos do ponto de vista da valorização e da realização tendem a frear o crescimento da atividade inovadora. Em conseqüência, a lacuna entre a invenção e a inovação mais uma vez aumentará na segunda fase do capitalismo tardio. Por essa razão é insustentável a tese de Bernal, reiterada por um "conjunto de escritores" da Universidade de Leipzig e muitos outros da Alemanha Oriental, de que a ciência em nossa época se tornou uma "força imediata de produção".[32] A atividade científica só é uma força produtiva se for imediatamente incorporada à produção material. No modo de produção capitalista isso significa: se fluir para a atividade de produção de mercadorias. Se isso não ocorrer — em resultado, entre outras coisas, de restrições ou dificuldades que afetam a valorização do capital — então ela permanecerá apenas como força *potencial*, e não força *real* de produção.[33]

O rápido crescimento da pesquisa e do desenvolvimento criou um vasto acréscimo na demanda de força de trabalho intelectual altamente qualificada. Daí a "explosão da universidade", que, por sua vez, é acompanhada por uma vasta oferta de candidatos (aprendizes) à força de trabalho intelectualmente treinada, o que pode ser explicado pelo padrão mais alto de vida e pela promoção social individual a ele associada. Já no fim dos anos 50, 32,2% do grupo etário de 20 a 24 anos tinha acesso à educação superior nos Estados Unidos, 16,2% na Nova Zelândia, 13,1% na Austrália e nos Países Baixos e 1% na Argentina; desde então, tais percentagens aumentaram rapidamente. No início dos anos 60, cerca de 75% dos jovens de 15 a 19 anos haviam completado sua educação secundária nos Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia, Japão, Grã-Bretanha, Holanda e Bélgica.[34]

[32] BERNAL, J. D., *Science in History*, p. 1 248; *Die Wissenschaft von der Wissenschaft*, p. 102-105, 262-263. Esse é também o erro básico do importante estudo publicado pela Academia Tchecoslovaca de Ciências, o chamado Relatório Richta. Richta vê a ciência como um "fator residual" do progresso econômico; ele a considera como uma força de produção que não está corporificada em máquinas e ferramentas. O conhecimento e a experiência da força de trabalho humana — não apenas sua qualificação técnica, mas também sua qualificação científica, no sentido geral da palavra — são indubitavelmente um componente integral dessas forças de produção. Mas eles só exercem um "efeito" produtivo se *produzirem* valores de uso (numa sociedade pós-capitalista) ou valores de uso e valores de troca (numa sociedade capitalista). Fora de tal produção eles permanecem, simplesmente uma força produtiva potencial, e não uma força produtiva real.

[33] A fórmula de Marx sobre o conhecimento que se tornou uma força produtiva imediata encontra-se numa seção de *Grundrisse* que aborda o tema *A Contradição entre o Fundamento da Produção Burguesa (Valor como Medida) e seu Desenvolvimento*. (*Grundrisse*, p. 704.) A passagem não permite ambigüidades: "O desenvolvimento do capital fixo indica em que medida o conhecimento social geral se tornou uma forma direta de produção, e conseqüentemente em que medida as condições do processo da própria vida social se colocaram sob o controle do entendimento geral e foram transformadas de acordo com o mesmo". (*Grundrisse*, p. 706).

[34] HARBISON, F. H. e MYERS, C. A. *Education, Manpower and Economic Growth*, citado em BLAUG, M. (Ed.). *Economics of Education*, v. 2, Harmondsworth, 1969, p. 41.

O mais notável resultado da transformação social ocasionada por essa "explosão da universidade" é que pelo menos nos Estados Unidos, e provavelmente em vários outros países capitalistas, o número de trabalhadores na educação universitária, senão também o de estudantes, excede atualmente o de agricultores ou camponeses.

Crescimento na Educação Superior[1]

		1950	*1965*	*1980 (projeção)*
EUA	(a) em milhares (b) em % do grupo etário	2 297 20%	5 570 41%	58%
Japão	(a) (b)	400 5%	1 085 12%	23%
Grã-Bretanha	(a) (b)	180 5%	432 12%	20%
França	(a) (b)	187 6%	524 17%	31%
Alemanha Ocidental	(a) (b)	135 4%	368 9%	24%
Itália	(a) (b)	241 6%	405 11%	24%

[1] *OECD Report* (não publicado).

O padrão distintivo desse crescimento do trabalho intelectual científico — obtido a partir do crescimento cumulativo do conhecimento científico, da pesquisa e do desenvolvimento e determinado em última análise pela inovação tecnológica acelerada — é a reunificação em larga medida das atividades intelectual e produtiva e o ingresso do trabalho intelectual na esfera da produção. Uma vez que essa reintrodução do trabalho intelectual no processo de produção corresponde às necessidades imediatas da tecnologia do capitalismo tardio, a educação dos trabalhadores intelectuais deve, analogamente, subordinar-se de maneira estrita a essas necessidades. O resultado é a crise da universidade humanista clássica, tornada anacrônica não apenas devido a razões *formais* (número excessivo de estudantes, subdesenvolvimento da infra-estrutura material, alterações na formação social dos estudantes, exigindo um gasto social acima da média no setor universitário etc.) ou mesmo a razões *sociais globais* (tentativas de evitar o aparecimento de uma intelectualidade desempregada; esforços para limitar a revolta estudantil e intensificar a ideologização da ciência com vistas à manipulação das massas), mas também, e acima de tudo, devido a razões *diretamente econômicas*, específicas à natureza do trabalho intelectual no capitalismo tardio; a pressão no sentido de adaptar a estrutura da universidade, a seleção de estudantes e a escolha de programas escolares para a inovação tecnológica acelerada sob condições capitalistas.[35] A tarefa primordial da universidade não é mais a produção de homens "educados", de discernimento e de qualificações — ideal que correspondia às necessidades do capitalismo de livre concorrência — mas a produção de assalariados intelectualmente qualificados para produção e circulação de mercadorias.

[35] Altvater, em ALTVATER e HUISKEN, *Op. cit.*, p. 59-62, 358-363. Ver também Nelson, Peck e Kalachek, que estudaram as interconexões entre educação, treinamento e atividade econômica. (*Op. cit.*, p. 10.) Janossy discute esses problemas em detalhes em seu livro.

O novo fenômeno social do aumento maciço no trabalho intelectual gera, por sua vez, uma nova contradição social. Por um lado, num sistema de relações mercantis interiorizadas, que deixa o indivíduo com a ilusão da livre escolha, o ingresso maciço de trabalhadores intelectuais no setor de "pesquisa e desenvolvimento" não pode ser conseguido unicamente por pressão direta. Portanto, a ideologia dominante do capitalismo tardio busca orientar a juventude para as áreas que lhe são convenientes na ciência e na tecnologia (a esse respeito, uma importante função é desempenhada pelos meios de comunicação de massa, desde as revistas em quadrinhos, os livros infantis e a televisão até a ficção científica). Tal desenvolvimento certamente também corresponde às *necessidades* sociais globais objetivas, e não apenas à orientação a curto prazo das grandes empresas para a concorrência e a lucratividade. O desenvolvimento cumulativo da ciência e da tecnologia, que gerou um enorme potencial para a liberação da humanidade da milenar maldição do trabalho manual fatigante e mecânico, que tolhe ou mutila o desenvolvimento do indivíduo, tem seu próprio apelo natural para a juventude de hoje, que instintivamente percebe essa função emancipadora.

Por outro lado, entretanto, essa necessidade generalizada de qualificações mais altas, educação universitária e trabalho intelectual entra inevitavelmente em conflito com os esforços da burguesia e do Estado burguês para subordinar a produção da capacidade intelectual às necessidades da valorização do capital por meio das reformas tecnocráticas da educação superior. O que o capital necessita não é de um grande número de trabalhadores intelectuais altamente qualificados; necessita, em vez disso, de uma quantidade crescente mas limitada de produtores intelectuais munidos de qualificações específicas e encarregados de desempenhar tarefas específicas no processo de produção ou circulação.[36] Quanto maior o crescimento cumulativo da ciência e mais rápida a aceleração da pesquisa e do desenvolvimento, mais os processos especificamente capitalistas da crescente divisão do trabalho, da racionalização e da especialização no interesse do lucro privado — em outras palavras, um processo de contínua fragmentação do trabalho — penetrarão as esferas do trabalho intelectual e da educação científica. Começa a se desenvolver um novo ramo da economia, cujo campo é a análise dos "rendimentos materiais" dos gastos em educação.[37] Seus adeptos falam livremente de "investimentos produtivos" no sistema educacional e dedicam-se cada vez mais aos cálculos de sua "lucratividade".[38] Não é preciso dizer que a "lucratividade" em questão não tem relação com a satisfação de necessidades sociais gerais, isto é, a produção de valores de uso, não mais do que qualquer outro ramo da economia política baseado na produção de mercadorias e valores de troca; refere-se unicamente à lucratividade dentro da estrutura da sociedade existente no capitalismo tardio, baseada na maximização dos lucros das grandes empresas industriais.[39] É igualmente claro que esses cálculos não servem simplesmente à busca platônica do "conhecimento puro", mas ajudam a estabelecer o fundamento político-financeiro para as reformas tecnocráticas da educação superior, destinadas a ampliar a lucratividade da escola superior do capitalismo tardio.

[36] *Ibid.*, p. 367-368.

[37] Esse procedimento implica basicamente projeções das rendas mais altas produzidas pelas ocupações intelectuais qualificadas; determinado limite de renda é simplesmente submetido a uma extrapolação a longo prazo. Toda a análise ideológica do "capital humano" de Dennison é detalhadamente criticada em ALTVATER e HUISKEN. *Op. cit.*, p. 298-300.

[38] Ver, por exemplo, o título característico de um artigo de BLAUG: "The Rate of Return on Investment in Education". In: BLAUG, M. (Ed.). *Economics of Education*. Londres, 1968. v. 1, p. 215 *et seq.*

[39] O cálculo real do rendimento do capital é naturalmente o produto do valor adicional de que os empresários podem se apoderar devido à disponibilidade da força de trabalho altamente qualificada, enquanto eles, em si mesmos, não têm de fazer frente aos custos de produzir a qualificação implicada, ou só o fazem parcial e indiretamente, mediante seus impostos.

Ciência aplicada, especializada e submetida à divisão capitalista do trabalho — ciência fragmentada, subordinada à maximização dos lucros pelos monopólios: tal é o grito de guerra do capitalismo tardio para a educação superior. As palavras de Marx citadas no início deste capítulo tornaram-se uma realidade: quando a aplicação da ciência à produção imediata tanto determina quanto solicita essa produção, a invenção torna-se um ramo de negócios e as várias ciências tornam-se prisioneiras do capital. No entanto, de um ponto de vista social global — o ponto de vista dos interesses dos assalariados e da grande maioria da população — é o potencial libertador da ciência e da tecnologia que proporciona um sentido progressista a cada "Grande Salto" nesse setor. Assim se desenvolve uma nova e aguda contradição social entre, de um lado, o crescimento cumulativo da ciência, a necessidade social de dominá-la e disseminá-la ao máximo e a crescente necessidade individual de capacitação na ciência e na tecnologia contemporâneas;[40] e, de outro lado, a tendência inerente ao capitalismo tardio de tornar a ciência uma prisioneira de suas transações de lucro e de suas estimativas de lucro.

Esse conflito é essencialmente uma forma nova e específica da contradição geral característica do modo de produção capitalista: a contradição entre a riqueza social em expansão e o trabalho cada vez mais alienado e empobrecido, enquanto essa riqueza social estiver aprisionada pela apropriação privada. No capitalismo tardio, essa contradição adquire nova dimensão. Quanto mais a educação superior se tornar uma qualificação para processos específicos de trabalho, quanto mais o trabalho intelectual se tornar proletarizado — em outras palavras, transformado numa mercadoria — tanto mais a mercadoria da força de trabalho intelectual será vendida num específico "mercado de trabalho de qualificações intelectuais e científicas",[41] e tanto mais seu preço tende a ser rebaixado a suas condições de reprodução, oscilando em torno de seu valor de acordo com a oferta e a procura de um momento determinado. Quanto mais avançar esse processo de proletarização, mais profundamente entrincheirada estará a divisão do trabalho no âmbito das ciências na companhia inevitável do excesso crescente de especialização e da "idiotia dos peritos" e tanto mais os estudantes se tornarão prisioneiros de uma educação fechada, estritamente subordinada às condições de valorização do capital. Quanto mais fragmentado se tornar o trabalho e a qualificação intelectual, tanto maior será a absorção da educação universitária alienante pelo trabalho intelectual alienado, subordinado ao capital, no âmbito do processo total de produção do capitalismo tardio. *Essa é a base sócio-econômica subjacente à difusão da revolta estudantil no capitalismo tardio*, e a prova de sua tendência objetivamente anticapitalista.

Na época do capitalismo tardio, os monopólios dominantes procuram estabelecer seu controle sobre todas as fases de produção e da reprodução, por intermédio do Estado ou da "iniciativa privada". Assim, presumivelmente, o Estado e os principais monopólios estão hoje tentando controlar com uma "pinça" organizacional o processo de subordinação do trabalho intelectual ao capital, pela "programação" do número de universidades, do alcance de seus cursos e a distribuição dos estudantes pelas várias disciplinas. Alguns planejadores já prepararam esquemas para um futuro "retreinamento compulsório", isto é, a desqualificação periódica dos trabalhadores intelectualmente qualificados: um exemplo são os projetos para a chamada "universidade abrangente pré-fabricada". Todos esses programas pres-

[40] A esse respeito, ver JANOSSY. *Op. cit.*, p. 219-221.

[41] Considerar a atividade dos chamados "caçadores de talentos", que recrutam estudantes nos cursos de graduação, prometendo-lhes salários seguros em empresas particulares. Já existem estudos de especialistas nesse "mercado de trabalho", por exemplo, CAIN, Glen; FREEMAN, Richard e HANSEN, Lee. *Labour Marketing Analysis of Engineers and Technical Workers*. Baltimore, 1973.

supõem um *numerus clausus* permanente, para assegurar a seleção e a distribuição de estudantes necessárias à valorização do capital. É claro que esses programas não "seguram" os desenvolvimentos culturais efetivos, assim como a programação econômica capitalista não permite prognósticos corretos quanto aos desenvolvimentos econômicos efetivos. Por outro lado, um "planejamento" dessa espécie intensifica naturalmente a alienação da vida estudantil e do trabalho intelectual. No capitalismo tardio, a demanda ampliada do trabalho intelectualmente qualificado não está de forma alguma limitada às necessidades do processo de produção. Atualmente o desenvolvimento do trabalho intelectual tem caráter duplo, correspondente às duas tendências fundamentais de desenvolvimento do capitalismo tardio como um todo — por um lado, o tempo de rotação mais curto do capital fixo devido à aceleração da inovação tecnológica, e, por outro lado, a pressão resultante no sentido de se ganhar um controle sistemático sobre todos os aspectos do processo social de produção e reprodução. A integração crescente do trabalho intelectual ao processo de produção corresponde à primeira característica do capitalismo tardio; a integração crescente do trabalho intelectual nas instituições superestruturais e na administração da força de produção (inclusive a administração industrial e a "administração" da força de trabalho) corresponde à segunda característica.[42]

Existem diferenças consideráveis entre a posição social ocupada pela mão-de-obra intelectualmente qualificada incorporada ao processo de produção e pela mão-de-obra intelectualmente qualificada integrada às instituições superestruturais e administrativas. Tais diferenças não podem ser reduzidas à distinção entre os indivíduos ou grupos cuja existência material se baseia na criação de mais-valia e aqueles que recebem rendas provenientes da mais-valia, ainda que essa linha divisória sem dúvida alguma desempenhe um papel na determinação do interesse social de cada setor específico da força de trabalho intelectualmente qualificada. No entanto, a distinção decisiva se prende mais ao efeito estrutural que a posição específica de cada grupo determinado na esfera da produção, administração ou superestrutura exerce sobre a formação da consciência de cada um desses grupos.

A posição social de todos os grupos que participam ocupacionalmente da supervisão da extração de mais-valia da mercadoria força de trabalho ou da preservação do capital constante pela força de trabalho induz tipicamente uma identificação geral da função desses grupos com os interesses de classe da burguesia empresarial. Seria possível até mesmo dizer que uma identificação de tal gênero é uma precondição para o desempenho de sua função específica na fábrica ou na sociedade. Os peritos em tempo e movimentos que concordam e se solidarizam sistematicamente com os trabalhadores não são adequados para sua função dentro do modo de produção capitalista; não estão qualificados para controlar tempo ou movimentos e logo estarão sem emprego — em outras palavras, devem mudar de atitude ou de ocupação. Os magistrados que ajudam prisioneiros políticos a escapar têm poucas chances de fazer carreira e, também, perderão os seus empregos. O mesmo se aplica, a longo prazo, aos médicos de empresa, sociólogos e psicólogos da indústria, ao pessoal administrativo dos meios de comunicação, aos chefes da polícia burguesa e a todos os altos funcionários do aparelho de Estado. Ao contrário, os trabalhadores intelectualmente qualificados envolvidos com o processo direto de produção ou reprodução, ou aqueles cuja função social não entra necessariamente em conflito com os interesses de classe dos assalariados — por exemplo, os médicos de firmas de seguro contra doenças ou os assistentes sociais empregados por uma autoridade local — tendem muito menos a se identificar subjetivamente

[42] Em 1973, de todos os "gerentes principais" das empresas capitalistas da Europa continental, 77% tinha formação universitária. *Neue Zürcher Zeitung*. 4 de outubro de 1973.

com os interesses de classe do capital, e muito mais a se alinhar com os interesses de classe do proletariado. A tecnização, a especialização e a racionalização crescentes nas esferas da acumulação de capital e da superestrutura, inclusive a divisão do trabalho na própria esfera da administração, podem conduzir a um crescimento de ambos os grupos de trabalhadores intelectualmente qualificados. Os tecnocratas reformadores da universidade, é claro, esperam utilizar a divisão material entre esses dois grupos para desunir e reintegrar grupos rebeldes de estudantes, e sem dúvida mostram-se capazes de concretizar parcialmente seus objetivos. Por outro lado, um dos sinais característicos da rebelião estudantil tem sido precisamente sua rejeição do excesso de especialização e da educação falha e anticientífica imposta por esse excesso. Os esforços para ultrapassar a "idiotia dos peritos" implicam o empenho no sentido da compreensão da sociedade como um todo. Se tal compreensão for adquirida na universidade, então os médicos, sociólogos e psicólogos industriais especializados, o pessoal administrativo dos meios de comunicação e até mesmo os juízes poderão comprometer, perturbar e ameaçar o sistema. Por exemplo, os médicos podem se recusar a restringir os atestados de doença ao número conveniente para o empresário em termos de lucratividade, e em vez disso preocupar-se exclusivamente com a proteção da saúde dos assalariados, tomados individualmente — em outras palavras, agir como médicos honestos e não como agentes do capital.

Enquanto tal "prática profissional revolucionária" estiver limitada a uns poucos médicos industriais, a longo prazo eles perderão seus empregos. Por outro lado, se um número crescente de médicos tentar se libertar das garras do capital, a relação de forças nesse mercado de trabalho específico poderia mudar a tal ponto que as demissões sumárias poderiam ser evitadas. A pré-condição subjetiva para tal desenvolvimento seria a defesa das convicções sociais revolucionárias adquiridas na universidade, e a recusa a qualquer integração gradual na sociedade burguesa; a pré-condição objetiva indispensável para uma militância profissional desse gênero é a participação em uma organização revolucionária, que une a teoria revolucionária à prática revolucionária. Pois a *prática profissional* revolucionária é, necessariamente, uma prática *parcial*. Só pode permanecer politicamente revolucionária se estiver envolta por uma prática revolucionária *social global*.

É interessante estender essa análise a um segmento específico dos trabalhadores intelectualmente qualificados, a saber, àqueles dedicados à educação. De maneira geral, esse estrato não pode ser considerado como parte da força de trabalho produtiva, ainda que aumente o potencial da capacidade de trabalho social e individual — em outras palavras, mesmo que dê uma contribuição produtiva à formação de uma mercadoria específica, a da força de trabalho qualificada. Mas isso não altera o fato de que, objetivamente, os professores constituem uma parcela da classe dos assalariados[43] e são capazes de sentir que pertencem a essa classe e de agir de acordo com isso. Se a crescente sindicalização e a participação cada vez maior nas lutas da totalidade da classe operária conduzirem a tal adesão subjetiva à causa do proletariado, também nesse caso a "prática profissional revolucionária" poderá contribuir consideravelmente para o enfraquecimento da exploração e da opressão capitalistas. A educação a serviço do Estado burguês pode ser substituída pela educação crítica em relação à sociedade capitalista. Em lugar de serem treinados para serem súditos obedientes e assalariados disciplinados, dominados pela

[43] Compare-se a Marx: "Cada trabalhador produtivo é um assalariado, mas isso não significa que cada assalariado seja um trabalhador produtivo... O mesmo trabalho... pode ser feito pelo mesmo trabalhador a serviço de um capitalista industrial ou de um consumidor direto. Em ambos os casos ele é um assalariado ou um trabalhador ocasional mas no primeiro ele é um trabalhador produtivo e no outro um trabalhador improdutivo, porque no primeiro caso ele produz capital e no segundo caso não". *Resultate des unmittelbaren Produktionsprozesses*. p. 130, 138-340.

ideologia da realização individual, os jovens podem ser encorajados a pensar independentemente e a agir em termos de solidariedade coletiva. É evidente que uma prática dessa espécie pode conduzir a sérios conflitos com a classe dominante e não pode, a longo prazo, se reconciliar com o funcionamento normal da sociedade do capitalismo tardio.

A contradição entre a mão-de-obra cientificamente qualificada e sua subordinação aos interesses do capital é, desse modo, de natureza potencialmente muito mais abrangente do que de início aparenta. No capitalismo tardio, a ciência é uma força potencial de produção num duplo sentido. Ela amplia a possibilidade material da libertação do homem da escravidão da exploração de classe, da produção mercantil e da divisão social do trabalho, e potencialmente também facilita a emancipação dos trabalhadores em relação à manipulação por parte das superestruturas e em relação à alienação ideológica. Torna-se cada vez mais difícil distinguir entre ciência enquanto fonte de riqueza material e ciência enquanto fonte de consciência revolucionária, na medida em que todas as ciências se tornam cada vez mais prisioneiras do capital na era do capitalismo tardio e cada vez maior número de cientistas se rebela contra esse cativeiro.[44] Essa rebelião pode ser de natureza tecnocrática limitada, expressa nas tentativas paralelas de um Galbraith, no Oeste, ou de um Löbl no Leste, no sentido de retratar o cientista como o criador efetivo da riqueza material e, conseqüentemente, o administrador natural (isto é, o administrador objetivo) da economia e do Estado.[45] No entanto, a mesma rebelião pode adquirir caráter radical e irreconciliável, desde que se funda ao movimento dos trabalhadores, à luta revolucionária para emancipar o trabalho como um todo.

A era do capitalismo tardio, com sua inovação tecnológica acelerada e a extensão maciça e concomitante do trabalho intelectualmente qualificado, conduz a contradição básica do modo de produção capitalista a seu mais alto grau. A socialização do trabalho é levada a sua mais extrema dimensão na medida em que o resultado total acumulado do desenvolvimento científico e técnico do conjunto da sociedade e da humanidade se torna cada vez mais a pré-condição imediata para cada processo particular de produção em cada esfera particular de produção. Com a realização da automação plena isso poderia se realizar em sentido literal. A posse privada dessa produção socializada conduz à contradição gritante, que esse enorme "capital" técnico e científico à disposição da humanidade esteja subordinado às condições de valorização do capital efetivo, e conseqüentemente seja negado a milhões de pessoas ou apenas acessível a elas de forma defeituosa ou fragmentária. Somente quando as forças de produção rejeitarem finalmente a carapaça da propriedade privada que as envolve é que as forças revolucionárias, que ainda estão em sua maioria adormecidas na ciência contemporânea, poderão ser plenamente utilizadas para servir à libertação do trabalho e à libertação do homem.

Será que a introdução crescente da mão-de-obra intelectualmente qualificada no processo efetivo de produção traz consigo uma desqualificação crescente do trabalho manual, de modo que a tendência que tem o trabalho intelectual assalariado de se integrar ao proletariado paradoxalmente se defronta com a barreira de um antagonismo cada vez maior entre o trabalho intelectual e o trabalho manual? É muito difícil responder empiricamente a essa pergunta, porque vários processos contraditórios trabalham lado a lado dentro da economia capitalista, devido ao desenvolvimento desigual de seus diferentes ramos, e a estatística ocupacional só for-

[44] No capítulo final deste livro discutiremos outro aspecto dessa contradição: a saber, o conflito entre a tendência inerente tanto à automação quanto ao trabalho intelectualmente qualificado, no sentido do aumento da responsabilidade individual no processo de trabalho, e a pressão inerente ao capitalismo tardio para a subordinação ainda maior do trabalho intelectual ao capital, no processo de valorização.

[45] LÖBL, Eugen. *Geistige Arbeit, die wahre Quelle des Reichtums*. Viena, 1968.

nece a soma desses processos divergentes. Uma análise dos resultados globais mostra que a industrialização crescente acarreta um crescimento absoluto no número de assalariados, enquanto a automação crescente conduz à sua diminuição; e que a mecanização e a semi-automatização crescentes aumentam o número de trabalhadores semiqualificados em detrimento dos trabalhadores qualificados e não qualificados,[46] enquanto a automação plena reduz o número de trabalhadores semiqualificados e dá origem a uma força nova e altamente qualificada de trabalho polivalente.[47] Em particular, os ramos de produção mais afetados pelo progresso da automação, tais como a indústria química, já manifestam, na força de trabalho total, um aumento no número de trabalhadores especializados, em oposição à tendência média. A distinção entre trabalhadores e empregados de escritório perde em boa medida o seu significado nas fábricas plenamente automatizadas, e chega a corresponder mais às condições formais de contratos e *status* do que às posições operacionais efetivas no processo de produção.[48]

Até agora, a mais séria projeção a longo prazo nesse campo foi realizada por Bright, que estudou dezessete estágios sucessivos de mecanização e no estágio final (automação plena, exercendo os assalariados apenas funções de controle) deparou-se com uma tendência à diminuição do conhecimento e da responsabilidade, embora esses elementos permanecessem num nível mais alto do que na indústria semi-automatizada ou não automatizada.[49] Essa análise, baseada exclusivamente em dados empíricos, confirma o pressuposto teórico de que a automação no capitalismo tardio, prisioneira da valorização do capital, gera a longo prazo uma desqualificação relativa do trabalho, e não uma desqualificação absoluta. Em outras palavras, as qualificações requeridas pela indústria tenderão cada vez mais a se situar *abaixo* do que é técnica e cientificamente *possível*, ainda que em média permaneçam *acima* dos níveis anteriores exigidos pelo capitalismo. É necessário salientar, de qualquer modo, que a transformação radical do trabalho e do processo de produção implícita na terceira revolução tecnológica, com a aceleração da semi-automação e da automação, implica não apenas uma mudança na maquinaria utilizada pelo capitalismo, mas também uma alteração nas habilidades e nas aptidões do trabalho vivo — ambas relacionadas às modificações no equipamento e às dificuldades crescentes na valorização do capital. Pelo menos nas fábricas plenamente automatizadas, o declínio das habilidades tradicionais é acompanhado pela maior mobilidade e plasticidade da força de trabalho dentro das instalações de produção. Em princípio, isso torna possível uma percepção e um controle inteligentes do processo global de produção por parte dos produtores, que haviam desaparecido em larga medida nas fábricas baseadas na linha de montagem e no trabalho fragmentado. No entanto, sob o capitalismo, o nível médio ampliado de habilitação do "trabalhador coletivo" assume a forma de um leve acréscimo na habilitação média de cada trabalhador, combinado com um aumento substancial na habilitação de uma

[46] Há grande quantidade de evidência empírica para essa tendência. No conjunto da indústria da Alemanha Ocidental, a percentagem de trabalhadores semiqualificados aumentou de 28 em 1951 para 36,4 em 1960 e para 37 em 1969, enquanto o percentual de trabalhadores qualificados caía de 47,6 em 1951 para 40,6 em 1960 e para 42,8 em 1969. O percentual de trabalhadores não qualificados caiu de 24,4 em 1951 para 23 em 1960 e para 20,2 em 1969. (Ver HUND, Wulf. *Geistige Arbeit und Geselleschaftsformation*. Frankfurt, 1973. p. 103.) Siebrecht registra um aumento no percentual de trabalhadores semiqualificados no período 1951/57 de 29 para 32,4, um declínio para os trabalhadores qualificados de 47,6 para 44,8 e de 24,4 para 22,8 para os não qualificados. *Automationrisiko und Chance*. v. I, p. 383.

[47] NAVILLE, Pierre. In: NAVILLE-FRIEDMANN. *Op. cit.*, p. 381 *et seq.*

[48] Isso leva, entre outras coisas, às exigências crescentes dos operários para obter *status* de "empregado" — inclusive aviso prévio de um mês e pagamento mensal dos salários — e ao vitorioso encaminhamento dessa reivindicação pela atuação sindical.

[49] BRIGHT, James R. "Lohnfindung an modernen Arbeitsplätzen in den U.S.A." In: *Automation und technischer Fortschritt in Deutschland und den U.S.A.* Frankfurt, 1963. p. 159-168.

pequena minoria de produtores altamente qualificados (trabalhadores encarregados de consertos e técnicos polivalentes).

A análise conceitual da produção e reprodução da força de trabalho qualificada é um dos pontos mais difíceis e controversos da teoria marxista.[50] Podemos partilhar a opinião de Roth e Kanzow, que consideram os *custos* em educação como deduções da renda social e não como dispêndio do capital social.[51] Enquanto a renda despendida em educação indubitavelmente amplia a capacidade social de trabalho, e na verdade forma certas condições necessárias de trabalho,[52] em termos imediatos ela não cria valor. Assim, não é surpreendente que o capital só seja investido na educação em setores selecionados e em caráter excepcional. No entanto, não há lei teórica nesse caso: Marx acentuou expressamente que é possível que o capital seja investido nessas "condições sociais gerais de produção".[53] Ao contrário, a afirmativa de que os custos da educação não entram "diretamente" na determinação do valor da mercadoria "força de trabalho qualificada" encontra-se em contradição completa com as idéias de Marx quanto ao assunto. A crítica de Altvater a essa tese é correta quanto a esse ponto, embora, por sua vez, ele não faça adequadamente a distinção entre o valor da mercadoria "força de trabalho qualificada" e o "aumento dos custos de produção dessa qualificação". O temor de Roth de cair na contradição de Adam Smith (determinação do valor da mercadoria pelos salários e dos salários pelo valor da mercadoria) torna-se infundado se não lermos na formulação de Marx — "em cujos custos de produção e reprodução entram esses serviços" — mais do que nela está efetivamente escrito.[54] É evidente que Marx não diz que o valor da mercadoria "força de trabalho qualificada" é simplesmente *determinado* pelos custos de sua qualificação. Seu valor é determinado pelos custos de sua reprodução como um todo, os quais incluem elementos fisiológicos e histórico-morais, assim como os custos de reprodução de sua qualificação.[55]

Precisamente pelo fato de serem os custos educacionais atendidos pelo Estado — mediante redistribuição de renda por ele regulada — e porque o sistema educacional não constitui para o capital um campo de investimento produtor de mais-valia, manifesta-se uma contradição entre a demanda objetiva de um aumento quantitativo nesse setor, decorrente da necessidade de inovação tecnológica acelerada, e a relutância dos "muitos capitais" em arcar com os custos necessários des-

[50] ROSDOLSKY, Roman. *Op. cit.*, v. II, p. 597-614, apresenta um sumário das discussões anteriores sobre a relação entre o trabalho qualificado e o não qualificado, e sobre o modo pelo qual o primeiro pode ser reduzido ao segundo. Ver também ROWTHORN, Robert. "Komplizierte Arbeit in Marxschen System." In: NUTZINGER, H. e WULSTETTER, E. (Eds.). *Die Marxsche Theorie und ihre Kritik*. Frankfurt, 1974. p. 129 *et seqs.*

[51] ROTH e KANZOW. *Op. cit.*, p. 71-76.

[52] Cf. MARX. *Grundrisse*. p. 533: "Todas as condições *gerais, comuns* de produção ... são, assim, pagas por uma parte da renda do país — a partir dos cofres do governo — e os operários não aparecem como trabalhadores produtivos, ainda que aumentem a força produtiva do capital".

[53] MARX. *Grundrisse*. p. 532: "O mais alto desenvolvimento do capital é atingido quando as condições gerais do processo de produção social não são pagas a partir das *deduções da renda social*, dos impostos do Estado... mas a partir do *capital enquanto capital*". Ver também *Theories of Surplus Value*. v. I, p. 410-411, onde Marx considera os professores de escolas particulares como trabalhadores produtivos, na medida em que eles enriquecem os capitalistas que possuem essas escolas. Mas, no mesmo volume, nas páginas 167-168, pode-se ler: "Quanto à compra de serviços do gênero daqueles que treinam, conservam ou modificam a força de trabalho, em uma palavra, dão-lhe uma forma especializada ou mesmo se limitam a conservá-la — assim, por exemplo, o serviço do mestre-escola, na medida em que seja 'industrialmente' útil ou necessário ... estes são serviços que fornecem em retorno uma 'mercadoria rentável', a saber, a própria força de trabalho, em cujos custos de produção ou reprodução entram esses serviços... O trabalho do médico ou do mestre-escola não cria diretamente as reservas a partir das quais eles são pagos, embora o trabalho deles participe dos custos de produção do fundo que gera todas as espécies de valor — isto é, os custos de produção da força de trabalho".

[54] ALTVATER e HUISKEN. *Op. cit.*, p. 256 *et seq.*, 294-295.

[55] ROSDOLSKY. *Op. cit.*, p. 612-614. Ver também MARX. *Capital*. v. 1, p. 519: "Além disso, existem dois outros fatores que participam da determinação do valor da força de trabalho. O primeiro é o dispêndio para desenvolver essa força, e que varia conforme o modo de produção; o outro é a sua diversidade natural, a diferença entre a força de trabalho de homens e mulheres, crianças e adultos".

sa expansão, mediante o aumento da parte não acumulada de mais-valia (os impostos). Desse modo, a socialização dos custos em educação representa a tentativa do capital para repassar tanto quanto possível essas despesas para os assalariados, financiando-as por meio de deduções fiscais da renda dos trabalhadores e empregados. Essa contradição é reproduzida no âmbito da classe capitalista, onde os setores da burguesia, baseados na exploração da força de trabalho barata (oficinas artesanais e pequenas empresas, ramos atrasados da indústria), naturalmente resistem aos grandes acréscimos nos gastos em educação, enquanto as grandes empresas e indústrias avançadas estão preparadas para cobrir uma parte dos custos educacionais por meio do chamado treinamento em serviço dentro da empresa.[56]

A conclusão a que chega o marxista húngaro Janossy, de que o desenvolvimento inadequado da força de trabalho altamente qualificada pelo capitalismo constitui a longo prazo um freio decisivo para as taxas de crescimento econômico acima da média, revela-se, assim, duplamente errônea.[57] Em primeiro lugar não existe motivo pelo qual o *inegável atraso* do capitalismo tardio em adaptar a estrutura ocupacional às necessidades tecnológicas de sua economia implique a *impossibilidade* de tal adaptação. No final as exigências da valorização do capital monopolista também prevalecerão no sistema educacional; a única força capaz de impedir essa supremacia a longo prazo é a classe operária, e não as camadas médias ou os setores capitalistas mais débeis.[58] Em segundo lugar é que precisamente no capitalismo tardio as tendências a longo prazo da taxa de lucros dependem cada vez menos das necessidades específicas de distribuição ocupacional e da qualificação do trabalho dos "muitos capitais", e cada vez mais da relação geral de oferta e procura da mercadoria força de trabalho em seu conjunto — em outras palavras, da *taxa média social de mais-valia*,[59] co-determinada parcialmente pelas flutuações no exército industrial de reserva. A reprodução do exército industrial de reserva é muito mais importante do que a reprodução de formas especiais de qualificação para as tendências de crescimento a longo prazo do capitalismo tardio. Na verdade, seria possível até mesmo dizer que a grande empresa típica do capitalismo tardio se mostra cada vez mais indiferente às formas *específicas* de qualificações do trabalho, pois, com a inovação tecnológica acelerada essas formas terão inevitavelmente de mudar por várias vezes, durante o período de atividade de um trabalhador; a empresa está fundamentalmente interessada numa escolaridade abrangente, que desenvolva a adaptabilidade e o "talento" politécnico. A experiência das escolas alemãs de engenharia e da educação tecnológica superior no Japão mostram que o capitalismo tardio é perfeitamente capaz de atender a suas necessidades de força

[56] Para a atitude da indústria capitalista para com os cursos técnicos de nível secundário e o sistema de aprendizes, ver, entre outros, ALTVATER e HUISKEN. *Op. cit.*, p. 162-165, 173 *et seq.*

[57] JANOSSY, Franz. *Das Ende der Wirtschaftswunder*. Frankfurt, 1969. p. 234-235, 250, 252-254 etc.

[58] A *tendência principal* durante a "onda longa com tonalidade expansionista" no período 1945/65 era de que os aumentos salariais em determinados ramos da economia onde ocorria uma escassez de mão-de-obra se estendessem ao conjunto da força de trabalho em condições de um exército industrial de reserva decrescente.

[59] Não podemos desenvolver aqui uma crítica do tão valioso e estimulante livro de Janossy. Limitar-nos-emos a observar que nas páginas 246-247 — assim como em toda a conclusão de seu livro — ele confunde cálculos de valor e cálculos de preços, e, assim, cai em contradições inextricáveis. Se o número de trabalhadores empregados num ramo de indústria *A* decair de 8 mil para 1 000, permanecendo constante o tempo de trabalho, o valor recém-criado (mais-valia mais capital variável) cairá para 12,5% de seu nível anterior. Ao contrário, se no ramo *B* de uma empresa o número de trabalhadores aumentar de 2 mil para 9 mil, isto é, em 450%, a massa de valor recém-criado também aumentará em 450%. Nesse exemplo, entretanto, a massa *total* de valor novo (renda) permanecerá constante, a saber, de 10 mil x em ambos os casos (sendo x = número de homem-horas por trabalhador), uma vez que a produtividade ampliada do trabalho se expressa por uma queda no valor das mercadorias. As flutuações de mercado podem *redistribuir* essa massa de valor, mas não podem ampliá-la. Esse aspecto é dissimulado pelo cálculo inflacionário de preços de Janossy, que em última análise resulta num aumento de doze vezes na "renda nacional". Os preços das mercadorias nesse caso parecem ser determinados pelos salários e não pelos valores, enquanto os salários em um ramo dobram unicamente com base no mercado — em outras palavras, libertam-se completamente do valor da mercadoria força de trabalho.

de trabalho intelectualmente qualificada, num espaço de tempo bastante reduzido. As contradições mais notáveis do capitalismo tardio não se prendem ao subdesenvolvimento estrutural de seu sistema educacional, mas à crise renovada de valorização e à revolta crescente dos assalariados contra as relações capitalistas de produção, uma revolta que também pode se estender a um número cada vez maior de produtores intelectuais, não por causa do subdesenvolvimento da educação, mas devido a sua subordinação às necessidades do capital, num embate crescente e frontal com as necessidades da atividade de livre criação.

9

A Economia Armamentista Permanente e o Capitalismo Tardio

A produção de armamentos representa, desde o final da década de 30, um papel importante na economia imperialista, a qual já conta com mais de três décadas de armamentismo ininterrupto, e não há nenhum indício de que essa tendência venha a diminuir num futuro previsível. Estamos, portanto, tratando de uma das características do capitalismo tardio, que deve ser explicada pelo desenvolvimento social e econômico desse modo de produção. Devemos investigar particularmente em que medida certos traços econômicos específicos do capitalismo tardio, que o distinguem das fases anteriores da sociedade burguesa, estão ligados ao fenômeno das despesas permanentes com armas e se esses traços também continuarão a condicionar todo o período histórico do capitalismo tardio, caso persista esse fenômeno.

É evidente que não há nada de peculiarmente novo na produção de armamentos e nas despesas militares enquanto fenômenos econômicos da história do modo de produção capitalista. A produção de armas para as guerras dinásticas, do século XV ao século XVIII, foi uma das principais fontes da acumulação primitiva e uma das mais importantes parteiras do capitalismo.[1] Enquanto estímulo para acelerar a industrialização ou para ampliar o mercado capitalista, as despesas com armamentos e guerras tiveram uma importância considerável durante toda a história moderna (ver, por exemplo, a ascensão da indústria inglesa depois de 1793; a produção de guerra na França durante as conquistas napoleônicas; a guerra da Criméia, entre Grã-Bretanha, França e Rússia; os armamentos como principal alavanca da industrialização durante o período Meiji, no Japão etc.).[2] Depois do início da era imperialista propriamente dita, as despesas militares também contribuíram substancialmente para acelerar a expansão da produção nos 20 anos que precederam a Primeira Guerra Mundial.[3] Entretanto, em nenhuma dessas fases iniciais do modo de produção capitalista, a produção de armamentos apresentou uma tão prolongada e ininterrupta tendência a subir ou a absorver uma parcela tão significativa do produto anual total (como fração da renda nacional ou do produto nacional bruto

[1] Ver, por exemplo, MARX. *Capital*. v. 1, p. 751; KULISCHER, Josef. *Allgemeine Wirtschaftsgeschichte*. v. 2, p. 361; *Histoire Economique et Sociale de la France*. v. 2, p. 269-276, 310-321.
[2] HALLGARTEN, George W. F. *Imperialismus vor 1914*. p. 53; MARX, K., ENGELS, F. *Werke*. XIV, p. 375; SMITH, Thomas C. *Political Change and Industrial Development in Japan*. p. 4 *et seqs*; LOCKWOOD. *Op. cit.*, p. 18-19.
[3] KAEMMEL, Ernst. *Finanzgeschichte*. Berlim, 1966, p. 330-331, 335.

ou, em outras palavras, do novo valor anualmente criado ou do valor anual da produção de mercadorias). Segundo os cálculos de Vilmar, a despesa mundial com armamentos por ano, expressa em bilhões de dólares-ouro, passou de 4 bilhões no período 1901/14 para 13 bilhões no período 1945/55.[4] Portanto, há boas razões para falar de uma transformação de quantidade em qualidade; o maior volume das despesas com armamentos criou, sem dúvida alguma, uma nova qualidade em termos econômicos. Para demonstrá-la só precisamos mencionar uma cifra: em 1961, a produção de armamentos correspondia a aproximadamente metade dos investimentos brutos em todo o mundo (formação de capital bruto ou investimentos líquidos mais amortização progressiva do capital fixo).[5]

A proporção de produção de armamento e gastos militares sobre o produto nacional bruto dos Estados Unidos da América passou pelo seguinte desenvolvimento (considerando apenas os gastos militares diretos, e não os indiretos):[6]

1939	1,5%	*1950*	5,7%	*1961*	9,3%
1940	2,7%	*1951*	13,4%	*1962*	9,4%
1941	11,1%	*1952*	13,5%	*1963*	8,8%
1942	31,5%	*1953*	13,6%	*1964*	8,1%
1943	42,8%	*1954*	11,5%	*1965*	7,6%
1944	42,5%	*1955*	9,9%	*1966*	7,9%
1945	36,6%	*1956*	9,8%	*1967*	9,1%
1946	11,4%	*1957*	10,2%	*1968*	9,7%
1947	6,2%	*1958*	10,4%	*1969*	9,0%
1948	4,3%	*1959*	9,7%	*1970*	8,3%
1949	5,0%	*1960*	9,1%	*1971*	7,5%

Os gastos militares de outros Estados imperialistas no período posterior à Segunda Guerra Mundial podem ser estimados da seguinte forma:

Gastos Atuais com a Defesa em % do Produto Interno Bruto a Preços Correntes[1]

	1950	*1955*	*1960*	*1965*	*1970*
Reino Unido	6,3%	7,7%	6,3%	5,9%	4,9%
França	5,8%	4,9%	5,4%	4,0%	3,3%
Alemanha Ocidental	4,5%	3,3%	3,2%	3,9%	3,2%
Itália	3,2%[2]	2,8%	2,5%	2,5%	3,6%

[1] OECD National Accounts, calculados a partir de dados nacionais do PIB e dos gastos com a defesa; *World Armaments and Disarmaments. SIPRI Yearbook*, 1972. Tabelas 4.4 e 4.9.
[2] 1951.

Gastos Militares a Preços Constantes 1950/70. Mudança percentual média (anual)

Estados Unidos da América	+ 6,2%
Japão	+ 3,9%[1]
Reino Unido	+ 1,3%
França	+ 4,2%
Alemanha Ocidental	+ 5,8%
Itália	+ 4,1%[1]

[1] 1951/70.

[4] VILMAR, Fritz. *Rüstung und Abrüstung im Spätkapitalismus*. p. 28.
[5] Nações Unidas. *The Economic and Social Consequences of Disarmament*. Nova York, 1962. p. 3.
[6] Os gastos militares diretos excluem as pensões dos veteranos, assim como as despesas da NASA. As cifras correspondentes aos anos 1952/65 foram tiradas de *The National Income and Products of the USA 1929-1965*, publicado pelo US Department of Commerce. As cifras correspondentes aos anos posteriores a 1965 foram tiradas do anuário *Statistical Abstracts of the USA*. As cifras correspondentes aos anos anteriores a 1952 foram tiradas de VANCE, T. N. *The Permanent War Economy*. p. 8. As séries de Vance não são exatamente iguais às estimativas oficiais e a partir de 1941

Precisamos investigar agora os efeitos desses enormes gastos militares sobre o desenvolvimento da economia capitalista tardia como um todo. Talvez o método mais seguro seja analisar a dinâmica das mais importantes contradições internas, ou dificuldades de desenvolvimento do modo de produção capitalista, à luz de um orçamento militar permanente e vultoso. Para isso é necessário transformar o esquema de reprodução de Marx, que opera com dois setores — Departamento I: meios de produção; Departamento II: bens de consumo — num esquema com três setores, acrescentando a esses dois Departamentos um terceiro, que produz os meios de destruição.[7] Fazemos essa distinção porque o Departamento III, ao contrário dos Departamentos I e II, produz mercadorias que não entram no processo de *reprodução* dos elementos materiais da produção (substituindo e ampliando os meios de produção e a força de trabalho consumidos) e também porque não são intercambiáveis com esses elementos, como acontece, por exemplo, com as mercadorias de consumo absorvidas improdutivamente pela classe capitalista e por aqueles que a servem.

I. A produção de armamentos e as dificuldades de realização

A crescente composição orgânica do capital nos Departamentos I e II leva a dificuldades de realização, pois com o progresso técnico, o poder de compra (a soma dos salários) de bens de consumo, criado pela produção dos meios de produção, eleva-se com uma velocidade menor que a demanda pelos meios de produção gerada pela produção de bens de consumo. O poder de compra de bens de consumo criado pelo Departamento I não é suficiente para realizar o valor total em mercadorias das mercadorias produzidas pelo Departamento II e que circulam fora dele. A menos que esses bens de consumo sejam vendidos pelo seu valor — em outras palavras, a menos que a mais-valia seja redistribuída para o Departamento I, às expensas do Departamento II[8] — haverá um resíduo invendável de bens de consumo, como mostram os conhecidos esquemas de Tugan-Baranovsky e Otto Bauer:

> "Um dos corolários de uma composição orgânica crescente do capital é que se contrata menos trabalhadores e por isso o consumo social não pode se ampliar a ponto de absorver toda a produção mercantil do Departamento II. Desequilíbrios semelhantes ocorrerão necessariamente se houver um crescimento da taxa de mais-valia ou se a parcela acumulada da mais-valia recém-criada for maior que nos períodos anteriores de produção. Também nesses casos o progresso regular da reprodução ampliada prevista pelos esquemas torna-se impossível, pois as desproporções nas relações de troca entre os dois Departamentos, geradas pelo progresso técnico, destroem sua proporcionalidade anterior".[9]

---

situam-se cerca de 1,5% ao ano acima daquelas posteriormente registradas pelo Departamento de Comércio dos Estados Unidos. Deveriam ser incluídos depois de 1960 os gastos da NASA que, de 1963 em diante, acrescentam uma percentuagem anual de 0,5 a 0,7 ao PNB das cifras mencionadas.

[7] Michael Tugan-Baranovsky foi o primeiro a usar o Departamento III em seu livro *Studien zur Theorie und Geschichte der Handelskrisen in England*, publicado em 1901. Porém, restringiu sua aplicação à produção de bens de luxo (o consumo improdutivo dos capitalistas) e ao caso da reprodução simples. Em nosso livro *Marxist Economic Theory*, usamos o Departamento III como setor de armamentos para mostrar a possibilidade da reprodução regressiva. Em nome da clareza conceitual, devemos enfatizar que esse terceiro Departamento limita-se estritamente aos armamentos (armas e munições) e não inclui todo o gasto militar no sentido contábil. Se o exército compra cobertores e barracas para seus soldados, obviamente está comprando mercadorias fabricadas pelos Departamentos I e II, e não mercadorias do Departamento III. Se, ao contrário, compra máquinas para a produção de armas, e os trabalhadores empregados na indústria de armamentos compram bens de consumo com seus salários, nesse caso o capital constante e o capital variável do Departamento III estão sendo trocados por mercadorias dos Departamentos I e II. Nossa análise ocupa-se dos efeitos dessa troca sobre a circulação social global, e não dos efeitos do orçamento militar em si e por si mesmos.

[8] Marx excluiu explicitamente essas hipóteses quando tratou da reprodução. Ver *Capital*, v. 2, p. 368.

[9] ROSDOLSKY, *Zur Entstehungsgeschichte*, p. 358.

Será que a emergência do Departamento III pode, nesse caso, superar essas dificuldades de realização ou restabelecer a proporcionalidade entre os Departamentos I e II, a despeito da composição orgânica crescente do capital?

O Departamento III só poderia conseguir isso se

$$IIc + IIs\beta + IIIc + IIIs\beta = Iv + Is\alpha + Is\gamma + IIIv + IIIs\alpha + IIIs\gamma,$$

(onde a mais-valia se distribui numa parcela α que é consumida improdutivamente, numa parcela β que é acumulada em capital constante e numa parcela γ que é acumulada em capital variável). No entanto, sabemos que com uma composição orgânica crescente de capital, $IIc + IIs\beta$ será maior que $Iv + Is\alpha + Is\gamma$ (essa é a razão mesma da existência de um resíduo invendável de quaisquer bens de consumo). Para que se dê a equalização $IIIv + IIIs\beta + IIIs\gamma$, teria de ser maior do que $IIIc + IIIs\alpha$; em outras palavras, *o setor militar teria de se caracterizar, a longo prazo, por uma composição orgânica decrescente do capital.* É óbvio que isso é normalmente impossível (com exceção, talvez, da fase final de uma guerra destrutiva). Isso prova que uma indústria de armamentos não pode solucionar as dificuldades de realização geradas pelo crescimento da composição orgânica do capital.

Consideremos o exemplo numérico dos esquemas de Bauer. Para o primeiro ciclo de produção temos o seguinte valor em mercadorias para os dois Departamentos:

I:	120 000*c*	+	50 000*v*	+	50 000 *s*	=	220 000 I
II:	80 000*c*	+	50 000*v*	+	50 000s	=	160 000 II

Bauer supõe que 75% da mais-valia de cada um dos dois Departamentos (37 500 unidades de valor) é consumida improdutivamente pelos capitalistas, que 10 000 unidades são acumuladas em capital constante adicional e 2 500 em capital variável adicional.[10] O sistema está equilibrado, pois o Departamento II compra $80\,000c + 10\,000s\beta = 90\,000$ do Departamento I, ao qual simultaneamente vende $50\,000v + 37\,500s\alpha + 2\,500s\gamma = 90\,000$. Se a taxa de mais-valia e o consumo improdutivo dos capitalistas permanecerem constantes, o valor em mercadorias do segundo ciclo de produção terá então as seguintes proporções:

I:	130 000*c*	+	52 500*v*	+	52 500s	=	235 000 I
II:	90 000*c*	+	52 500*v*	+	52 500s	=	195 000 II

Portanto, o sistema agora perdeu o equilíbrio, pois embora o Departamento II tivesse de comprar $90\,000c$ + mais que $12\,000s\beta$ (isto é, mais de 102 000 unidades de valor, ao todo) do Departamento I para assegurar um crescimento posterior na composição orgânica do capital, só poderia vender $52\,000v + 37\,500s\alpha$ + menos que $3\,000s\gamma$, isto é, menos que 93 000 unidades de valor, ao todo. Desse modo forma-se um resíduo invendável de aproximadamente 10 000 unidades de valor em bens de consumo. Esse resíduo desaparece no esquema de Bauer porque uma parte da mais-valia realizada no Departamento II no primeiro ciclo acumula-se no Departamento I no segundo ciclo (em outras palavras, o valor em mercadoria produzido no Departamento II só é inteiramente realizado porque se mantém

[10] BAUER, Otto. "Die Akkumulation des Kapitals". In: *Die Neue Zeit*. 1913. v. 31/1, p. 836.

consideravelmente abaixo do nível em que deveria estar em caso de um processo normal de acumulação nesse Departamento).[11]

Se procurarmos uma solução para as dificuldades de realização no progresso de um Departamento III (produção de meios de destruição), ao invés de procurá-la nos esquemas de Bauer, que contradizem a lógica dos esquemas de reprodução de Marx, só a encontraremos se o valor de produção dos três Departamentos se desenvolver aproximadamente da seguinte maneira, no segundo ciclo de produção:

I:	126 000c	+	51 500v	+	51 500s	=	229 000 I
II:	86 000c	+	51 500v	+	51 500s	=	189 000 II
III:	4 000c	+	1 000v	+	7 000s	=	12 000 III

Nessa hipótese são mantidos os pressupostos de uma taxa constante de mais-valia e de um consumo improdutivo constante por parte dos capitalistas para os Departamentos I e II. O Departamento II agora vende bens de consumo no valor de 51 000v + 37 500$s\alpha$ + 4 000$s\gamma$ ao Departamento I. Simultaneamente vende bens de consumo no valor de 4 000v + 3 375$s\alpha$ + 125$s\gamma$ ao Departamento III. O valor total em mercadorias, realizado fora do Departamento II, atinge assim 100 500 unidades de valor. Dessas unidades de valor, o Departamento II compra de volta as 86 000 unidades de valor que precisa para repor c, e as 10 000 que precisa para acumular meios de produção adicionais. 4 500 unidades da mais-valia realizadas no Departamento II são deduzidas pelo Estado sob a forma de impostos e servem para comprar 4 500 unidades de meios de destruição do Departamento III. O Departamento I vende 86 000 + 10 000 unidades de valor em meios de produção ao Departamento II e 4 000 + 500 unidades de valor em meios de produção para o Departamento III. Das 100 500 unidades de valor realizadas através dessa venda, o Departamento I compra 51 000 em bens de consumo do Departamento II para reproduzir a força de trabalho despendida na produção de meios de produção, 37 500 em bens de consumo para o consumo improdutivo dos capitalistas e 4 000 em bens de consumo para a acumulação de capital variável adicional. O Estado deduz 7 500 unidades de mais-valia realizadas no Departamento I como impostos para comprar 7 500 meios de destruição. O valor total dos meios de destruição produzidos no Departamento III é assim realizado por meio dessa dupla dedução de impostos de 4 500 + 7 500.

Esse exemplo numérico revela que o surgimento de um "setor permanente de armamento" só pode resolver o problema da realização do valor das mercadorias (mais-valia) produzidas no Departamento II se atender a mais um pré-requisito: *de que o poder de compra total necessário para a compra de armas e de meios de destruição seja tirado da mais-valia total, ao mesmo tempo que deixa intactos os salários reais da classe operária.*

Nenhum desses dois pré-requisitos faz sentido do ponto de vista da lógica do modo de produção capitalista. Em circunstâncias normais é impensável que uma composição orgânica de capital menor do que a dos Departamentos I e II possa existir permanentemente no setor de armamentos (como é impensável, conforme

[11] "Essa hipertrofia da produção dos meios de produção, sem um aumento correspondente do consumo social, é o resultado inexorável do esquema de Bauer, mas com certeza não é compatível com o espírito da teoria de Marx. Marx afinal enfatizava que 'a produção de capital constante nunca se dá por si mesma, mas apenas porque há necessidade de mais capital constante nos setores da produção cujos produtos entram no consumo individual'." ROSDOLSKY. *Zur Entstehungsgeschichte*. p. 592.

se pode ver na fórmula algébrica acima, uma composição orgânica que caia na mesma proporção em que aumenta a do Departamento II). Seria mais impensável ainda que os capitalistas organizassem a produção de armamentos com a finalidade de aumentar a soma social dos salários, ao invés de tentar reduzi-la.

Entretanto, esse aumento está logicamente implícito na idéia de uma "solução" do problema da realização por meio da indústria de armamentos. Pois se compararmos o segundo ciclo de produção sem o setor de armamentos com o mesmo ciclo de produção com aquele setor, verificaremos que a soma total de salários passou de 105 000 para 107 000, embora o valor dos produtos permaneça constante a 430 000. Para produzir o mesmo valor, os capitalistas pagaram salários maiores, mesmo que isso contrarie toda a lógica do modo de produção capitalista, o que não nos deveria surpreender, pois, afinal, a dificuldade de realização só pode ser realmente resolvida por meio de um aumento da demanda monetariamente efetiva de *bens de consumo*. O fato de um desenvolvimento desse tipo não corresponder à realidade histórica mais do que corresponde à lógica analítica não precisa ser demonstrado aqui. Já mostramos detalhadamente no capítulo 5 que o fascismo, a economia de guerra e a economia do pós-guerra foram seguidos por uma grande redução na parcela do produto nacional bruto destinada ao consumo dos trabalhadores produtivos, isto é, por um aumento considerável da taxa de mais-valia. Em decorrência disso, uma indústria permanente de armamentos é incapaz de solucionar o problema de realização inerente ao modo de produção capitalista quando o progresso técnico está aumentando. Os repetidos debates para saber se os gastos com armamentos correspondem a uma "drenagem de salários" ou a uma "drenagem da mais-valia" originaram-se de uma maneira metodologicamente incorreta de formular o problema: tentam compreender um movimento, uma mudança, com categorias estáticas. Do ponto de vista formal, qualquer "dedução" *duradoura* dos salários constitui um aumento da mais-valia. Por isso, tanto as deduções dos salários quanto a alienação direta da mais-valia para cobrir as despesas com armamentos significam igualmente que os armamentos são financiados pela mais-valia. Por isso, tal formulação não nos diz nada sobre a *dinâmica* do processo, pois nos deixa sem saber se os impostos que financiam o orçamento militar alteraram ou não a relação total entre a mais-valia e os salários totais e, em caso afirmativo, em que sentido. A pergunta correta deve referir-se, portanto, à *mudança na relação* entre salários e mais-valia, em outras palavras, ao *crescimento da taxa de mais-valia* que decorre dos gastos militares. Se essas despesas levam a uma queda da parcela destinada aos salários líquidos (o consumo dos trabalhadores) em relação à renda nacional, então os gastos militares são, sem dúvida alguma, financiados "às expensas da classe operária", isto é, por uma baixa relativa dos salários. Se os maiores impostos militares sobre os salários levam a uma redução *duradoura* dos salários líquidos enquanto proporção dos salários brutos, podemos até mesmo falar de uma redução no valor da mercadoria força de trabalho, uma vez que esse valor é afinal representado apenas pelo pacote de mercadorias comprado pelos salários para a reprodução da força de trabalho, e não pela categoria de "salários brutos", que é irrelevante para o consumo dos trabalhadores.

Nesse sentido Tsuru, Baran e Sweezy e Kidron estão errados ao considerar os gastos militares simplesmente como um "imposto sobre a mais-valia" ou como "despesa do sobreproduto social".[12] Rosa Luxemburg, ao contrário, estava certa em sua análise dos gastos militares quando afirmou:

[12] TSURU, Shigeto. *Adonde va el capitalismo?* Barcelona, 1967. p. 31; BARAN, Paul A. e SWEEZY, Paul M. *Monopoly Capital*. p. 178 *et seqs.*; KIDRON, Michael. *Western Capitalism since the War*. Londres, 1968. p. 39.

"Parte do dinheiro que circula como capital variável liberta-se desse ciclo e representa uma nova demanda no tesouro do Estado. Quanto à técnica de tributação, é claro que a ordem dos eventos é bem diferente, uma vez que o volume dos impostos indiretos é efetivamente pago ao Estado pelo capital e é simplesmente reembolsado pelos capitalistas na venda de suas mercadorias, como parte de seu preço. Mas economicamente falando, isso não faz nenhuma diferença. O ponto decisivo é que a quantidade de dinheiro com função de capital variável deve mediar, em primeiro lugar, a troca entre capital e força de trabalho. Depois, quando há uma troca entre trabalhadores e capitalistas, enquanto compradores e vendedores de mercadorias, respectivamente, esse dinheiro muda de mãos e passa para o Estado sob a forma de imposto. Esse dinheiro, cujo capital foi posto em circulação, primeiro desempenha sua principal função na troca com a força de trabalho, mas depois, pela mediação do Estado, inicia uma carreira inteiramente nova. Como um novo poder de compra, que não pertence nem ao trabalho nem ao capital, passa a se interessar por novos produtos, num setor especial da produção que não supre nem os capitalistas nem a classe operária, e dessa maneira oferece ao capital novas oportunidades para criar e realizar mais-valia. Quando antes consideramos ponto pacífico que os impostos indiretos extorquidos dos trabalhadores são usados para pagar os funcionários públicos e abastecer o Exército, verificamos que a "poupança" no consumo da classe operária significa que os trabalhadores, e não os capitalistas, são obrigados a pagar o consumo pessoal dos parasitas da classe capitalista e os instrumentos de sua dominação de classe. Essa transferência de mais-valia para o capital variável e o volume correspondente de mais-valia tornaram-se disponíveis para propósitos de capitalização. Vemos agora como os impostos extorquidos dos trabalhadores proporcionam ao capital uma nova oportunidade de acumulação quando são usados na fabricação de armamentos. Com base na tributação indireta, o militarismo, na prática, atua de ambas as formas. Ao baixar o padrão de vida normal da classe operária, assegura, ao mesmo tempo, que o capital possa manter um exército regular, órgão da dominação capitalista, e que possa obter um campo extraordinário para acumulações posteriores".[13]

Se isso é verdade, e se aceitamos simultaneamente a concepção de Rosdolsky, baseada nos esquemas de Tugan-Baranovsky e Bauer (e na lógica interna do modo de produção capitalista), de que o problema da realização sempre está, em última instância, na dificuldade de realizar a mais-valia congelada nas mercadorias do Departamento II, então é claro que uma indústria permanente de armamentos não pode solucionar *essa* dificuldade.

II. A produção de armas e a tendência ao declínio da taxa de lucros

A dificuldade de acumulação inerente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista é, em última instância, a tendência ao declínio da taxa média de lucros devido ao crescimento da composição orgânica do capital. Será que a indústria permanente de armas pode solucionar essa dificuldade? Obviamente apenas se forem satisfeitas as duas condições que se seguem.

Em primeiro lugar, se o Departamento III tiver uma composição orgânica de

[13] LUXEMBURG, Rosa. *The Accumulation of Capital*. p. 463-464. A hipótese de que a renda fiscal do Estado provém *exclusivamente* de deduções sobre os salários deve ser, na verdade, descartada como irreal. Os impostos atingem tanto os salários quanto a mais-valia, e somente *o modo* concreto pelo qual diminuem essas rendas brutas — em outras palavras, o modo pelo qual modificam a relação entre mais-valia e salários — pode dizer-nos se os gastos com armamentos reduziram ou não os salários relativos. Marx afirma expressamente que as despesas estatais financiadas pelos impostos são sustentadas pela soma de salários e mais-valia. (Cf. *Theories of Surplus Value*. v. 1, p. 406; *Capital*. v. 1, p. 756.) Heininger comenta que "o Estado apropria-se de várias fontes de renda (quais sejam, lucros, salários e sobreproduto dos produtores de mercadorias simples)" e as usa "para uma forma específica de consumo estatal parasitário ... no interesse de classe exclusivo da oligarquia financeira". HEININGER, Horst. *Zur Theorie des staatsmonopolistischen Kapitalismus*. p. 119 *et seq*.

capital menor que os Departamentos I e II, e se por essa razão a indústria permanente de armas reduzir a composição orgânica social média do capital. Em condições capitalistas normais, essa hipótese é totalmente absurda; a composição orgânica do capital no Departamento III, ao contrário, é normalmente maior que a média social. É equivalente à composição dos setores de indústria pesada do Departamento I que funcionam com as máquinas mais caras. Também não se pode dizer que os gastos permanentes com armas reduziriam o preço do capital constante.

A segunda condição é se o surgimento do Departamento III leva a um aumento permanente na taxa de mais-valia, comparativamente a seu nível normal antes desse Departamento nascer. Aqui também precisamos distinguir dois casos:

a) *A taxa de mais-valia do Departamento III eleva-se tão acima da média social que contribui para um aumento dessa média.* Isso aconteceria, por exemplo, se o segundo ciclo de produção dos esquemas de valor usados acima se apresentasse da seguinte forma:

I:	126 000*c*	+	51 500*v*	+	51 500*s*	=	229 000 I
II:	86 000*c*	+	51 500*v*	+	51 500*s*	=	189 000 II
III:	4 000*c*	+	1 000*v*	+	7 000*s*	=	12 000 III

Em outras palavras, se houvesse uma alteração na forma original do Departamento III: 4 000*c* + 4 000*v* + 4 000s = 12 000. A taxa social de lucro teria então subido de 33,3% para 34,4%, isto é, a queda da taxa de lucros do primeiro para o segundo ciclo, sem a indústria de armamentos (de 33,3% para 32,3%), ter-se-ia transformado numa alta da taxa de lucros graças ao Departamento III, de 33,3% para 34,4%. A dimensão relativamente pequena desse aumento deve-se unicamente ao fato de que o setor de armamentos ainda representa apenas uma parcela muito pequena do produto social (menos de 3% em nosso exemplo). Se a magnitude do "orçamento permanente para armamentos" aumenta significativamente (digamos, 10% ou 15% do produto nacional bruto), a alta da taxa de lucro social derivada do aumento na taxa de mais-valia do Departamento III seria muito mais acentuada.

É óbvio que um aumento tão extraordinário da taxa de mais-valia no Departamento III não poderia ser o resultado de uma alta da mais-valia relativa. Essa última se origina de um aumento da produtividade do trabalho no Departamento II ou, em outras palavras, de uma redução no *valor* da mercadoria força de trabalho (que não deve ser confundido com os salários reais), porque determinado pacote de bens de consumo pode agora ser produzido com uma fração menor do dia de trabalho, aumentando assim a duração do sobretrabalho. Dessa maneira, um aumento da mais-valia relativa nunca poderia ser um traço específico do Departamento III, mas determinaria o valor da mercadoria força de trabalho em toda a indústria.

Em nosso exemplo numérico tratamos do aumento da taxa de mais-valia no Departamento III porque a força de trabalho empregada nesse Departamento tem sido paga ou "comprada" *muito abaixo de seu valor*. Repetimos que sob condições capitalistas "normais" uma discrepância dessas é impossível. Isso só acontece num caso excepcional, qual seja, quando a produção do Departamento III é executada *não* por trabalhadores "livres", mas por trabalho escravo (prisioneiros em geral), como na fase final da economia de guerra de Hitler. A conseqüência de "comprar" força de trabalho muito abaixo de seu valor só pode ser uma que-

da rápida na intensidade e na produtividade do trabalho.[14] O resultado é uma lógica completamente estranha à acumulação normal de capital e à ampliação da reprodução — uma lógica de *reprodução decrescente*, onde a depredação da mercadoria força de trabalho, e portanto a depredação do capital fixo social, devida a uma hipertrofia do Departamento III, leva à *destruição* dos elementos materiais da ampliação da reprodução.

b) O próprio surgimento do Departamento III ou da produção permanente de armas eleva a taxa média social global da mais-valia (e por isso não eleva a taxa da mais-valia do Departamento III em particular). Como o estabelecimento do Departamento III não pode por si mesmo aumentar a produção da mais-valia relativa, essa condição só pode ser satisfeita se a produção permanente de armas for financiada por uma redução relativa do valor da mercadoria força de trabalho (se, portanto, os salários reais e o consumo físico dos trabalhadores forem menores do que seriam sem os impostos pagos pelos trabalhadores para financiar a indústria de armamentos). Essa é a situação normal dos gastos capitalistas com armamentos, quando são financiados num grau considerável pelos impostos sobre os salários e pela tributação indireta (um aumento no preço dos bens de consumo).

Mas há uma armadilha aqui. A economia armamentista, como já enfatizamos, tem por natureza uma composição orgânica de capital maior que a média social nos Departamentos I e II. Em conseqüência disso, o orçamento permanente para armamentos tem normalmente um *efeito contraditório* sobre a taxa social média de lucros. Ao aumentar a composição orgânica média do capital, *acelera* a tendência à queda por parte da taxa de lucros. Mas ao determinar um aumento na taxa da mais-valia por intermédio de uma tributação crescente sobre os salários e de um aumento dos preços dos bens de consumo, ele *freia* essa mesma tendência à queda da taxa de lucros. Os dois efeitos podem neutralizar-se, de forma que no final — mais uma vez sob condições capitalistas "normais" — o desenvolvimento de uma indústria permanente de armas tenderá a ter efeitos neutros sobre as flutuações na taxa média de lucros. Apenas sob as condições "anormais" de uma economia de guerra e/ou de um fascismo, ou de uma atomização da classe operária, o desenvolvimento do Departamento III pode originar uma alta tão pronunciada na taxa de mais-valia (*pressionados os salários para baixo* de modo relativo ou absoluto, a despeito do alto nível de emprego) que compense o aumento da composição orgânica social do capital que sua própria existência criou.[15]

Se, ao invés do segundo ciclo de produção:

$$\left.\begin{array}{rrrrrrrrr} \text{I:} & 130\,000c & + & 52\,500v & + & 52\,500s & = & 235\,000\ \text{I} \\ \text{II:} & 90\,000c & + & 52\,500v & + & 52\,500s & = & 195\,000\ \text{II} \end{array}\right\} 430\,000$$

supusermos o segundo ciclo de produção incluindo o Departamento III:

$$\left.\begin{array}{rrrrrrrrr} \text{I:} & 126\,000c & + & 50\,000v & + & 52\,000s & = & 228\,000\ \text{I} \\ \text{II:} & 84\,000c & + & 50\,000v & + & 52\,000s & = & 186\,000\ \text{II} \\ \text{III:} & 10\,000c & + & 2\,500v & + & 3\,500s & = & 16\,000\ \text{III} \end{array}\right\} 430\,000$$

[14] Rosa Luxemburg entendeu e previu isso. Ver sua nota de rodapé, p. 464 de *The Accumulation of Capital*.

[15] Sabe-se que isso pode ser conseguido *indiretamente* por meio da aceleração da inovação tecnológica em geral, que também resulta num aumento acelerado da produtividade do trabalho no Departamento II. Ver cap. 5, 7 e 8.

este sucede o primeiro ciclo de produção com o seguinte valor do produto:

$$\left.\begin{array}{lrcrcrcl} \text{I:} & 126\,000c & + & 50\,000v & + & 50\,000s & = & 220\,000\ \text{I} \\ \text{II:} & 80\,000c & + & 50\,000v & + & 50\,000s & = & 180\,000\ \text{II} \end{array}\right\} 400\,000$$

então, embora a composição orgânica social do capital tenha subido de 2 para 2,14, a taxa média de lucros permaneceu simultaneamente constante a 33,3%.

$$\frac{100\,000s}{200\,000c + 100\,000v}$$ no primeiro ciclo de produção.

$$\frac{107\,500s}{220\,000c + 102\,500v}$$ no segundo.

Isso resulta do fato de que a taxa de mais-valia elevou-se de 100% para 104%, porque os salários nominais sofreram uma redução equivalente a 5 000 unidades de valor por causa da tributação destinada a financiar a compra de armamentos pelo Estado, ao invés de financiar a compra de bens de consumo pelos trabalhadores. Quanto maior o montante do Departamento III e quanto mais rápido o crescimento da composição orgânica social média do capital, tanto maior deve ser esse aumento na taxa da mais-valia sem uma alta da mais-valia relativa, a fim de contrabalançar a queda, de outro modo inevitável, da taxa média de lucros. Isso levaria muito rapidamente a uma queda *absoluta* na soma dos salários, que pode ser considerada improvável, se não impossível, com um *aumento* de empregos sob condições "normais". Se todo o capital social constante aumentar, por exemplo, de 15%, entre o segundo e o terceiro ciclo de produção, ou de 22 000 unidades de valor para 253 000, enquanto o valor do produto social total aumenta em 7,5%, de 430 000 para 462 250, o capital variável total terá de *cair* de 102 500 para 93 755 se a taxa média de lucros se mantiver constante a 33,3%. O valor em mercadorias produzido teria de se assemelhar de algum modo à seguinte fórmula:

$$\left.\begin{array}{lrcrcrcl} \text{I:} & 138\,000c & + & 44\,387{,}5v & + & 54\,737{,}5s & = & 237\,125\ \text{I} \\ \text{II:} & 90\,000c & + & 44\,387{,}5v & + & 54\,737{,}5s & = & 189\,125\ \text{II} \\ \text{III:} & 25\,000c & + & 5\,000\ v & + & 6\,000s & = & 36\,000\ \text{III} \end{array}\right\} 462\,250$$

Aqui não teria ocorrido uma redução absoluta na soma total dos salários em termos de valor, mas a parcela dos salários nominais tirada dos trabalhadores por meio de impostos e aumentos de preço teria subido de 21 700 unidades de valor, isto é, de aproximadamente 20% da soma dos salários obtida sem essa extorsão. É óbvio que dificilmente se chega a uma situação dessas, a não ser com um fascismo declarado e uma atomização completa da classe operária.

O que, então, devemos fazer com a afirmação do economista inglês Kidron de que as despesas com armamentos realmente facilitam, a longo prazo, o processo de acumulação, ao deter a tendência à queda da taxa média de lucros? Eis o argumento de Kidron:

> "O modelo (de Marx) é um sistema fechado, no qual todo produto volta como insumo sob a forma de bens de investimento ou bens-salário. Não há vazamentos. Entretanto, um vazamento poderia, em princípio, isolar a compulsão ao crescimento de

suas conseqüências mais importantes... Se os bens de 'capital intensivo' fossem retirados, o crescimento seria mais lento e — dependendo da magnitude e da composição do vazamento — poderia mesmo interromper ou inverter-se. Nesse caso não haveria redução na taxa de lucros nem motivos para esperar quedas cada vez mais graves etc. Na prática, o capitalismo nunca tomou a forma de um sistema fechado. As guerras e as quedas de preço destruíram enormes quantidades de produto. As exportações de capital desviaram e congelaram outras tantas quantidades durante longos períodos. Desde a Segunda Guerra Mundial, grande parte foi usada na produção de armamentos. Cada um desses vazamentos serviu para reduzir a velocidade do crescimento da composição orgânica total e da queda da taxa de lucros".[16]

A vaga categoria de "vazamento" reúne muitos fenômenos diferentes. As quedas bruscas de preço destroem o capital por meio da *desvalorização* e um capital desvalorizado obviamente implica (com uma taxa constante de mais-valia) taxas de lucro maiores. Falando genericamente, as guerras de modo algum desvalorizam o capital (a não ser quando se perca a guerra, e mesmo assim apenas em conseqüência dos efeitos da derrota). As guerras só podem ser consideradas "vazamentos" que reduzem a tendência da taxa de lucros a cair quando destroem o capital (isto é, *destroem-no fisicamente*). A exportação de capital só freia a queda da taxa média de lucros quando o capital é investido em países com uma composição orgânica média de capital menor. Em outras palavras, não há nenhum "vazamento" misterioso em nenhum desses casos, mas apenas o clássico crescimento da taxa de lucros decorrente de uma redução da composição orgânica do capital, incluindo a destruição de capital (a destruição do valor, com ou sem destruição física).

Quando Kidron aplica a noção de "vazamento" aos armamentos, está evidentemente confundindo o *processo de produção* (enquanto processo combinado de trabalho e valorização) com o *processo de reprodução* (que *não* constitui uma unidade do processo de realização da mais-valia, da acumulação do capital e do retorno de todas as mercadorias produzidas ao processo de produção). Na medida em que o capital investido nos vários setores de produção é valorizado e as mercadorias à sua disposição são vendidas por seu preço de produção, a mais-valia desse capital é realizada, *não importando* se as mercadorias vendidas entram ou não no processo de reprodução. Nesse caso, não se trata de "desvalorização". O sobretrabalho (a massa de mais-valia) gerado pelo proletariado na produção de "bens de luxo" ou armas entra na distribuição da mais-valia social total exatamente na mesma medida que o sobretrabalho despendido na produção dos meios de produção ou dos bens de consumo para a reconstituição da força de trabalho.

Para que a comparação da produção de armamentos com crises ou guerras, ou com exportação de capital para países supercivilizados, tivesse alguma validade, seria necessário provar que essa produção representa um investimento de capital com uma composição orgânica menor que a dos Departamentos I e II.[17] É eviden-

[16] KIDRON, Michael. "Maginot Marxism". In: *International Socialism*. n.º 36, p. 33.

[17] Esse seria o sentido da observação de Kidron de que "à medida que o capital é tributado para sustentar as despesas com armamentos, é privado de recursos que de outro modo poderiam dirigir-se a outros investimentos... Como um dos resultados óbvios dessas despesas é o alto nível de emprego e, como uma conseqüência direta disso, as taxas de crescimento são cada vez maiores, o efeito amortecedor (?) dessa tributação não é prontamente visível. Mas não está ausente. Se se permitisse ao capital investir todo o lucro de que dispõe antes da tributação, com o Estado criando demanda (?) como e quando fosse necessário, as taxas de crescimento seriam muito maiores (!)" (p. 39). Podemos deixar a Kidron a descoberta realmente surpreendente de que a produção de armamentos é um fator que *reduz* a velocidade do crescimento do capitalismo tardio. Nessa discussão geral, ele se esquece do elemento de *relação*. Somente quando a taxa de lucros da indústria de armamentos é superior à dos Departamentos I e II é que a transferência de recursos econômicos para o Departamento III pode frear a queda da taxa média de lucros. Somente se a acumulação de capital no Departamento III se dá *com ritmo mais lento* que a dos Departamentos I e II é que essa transferência significa uma redução de velocidade da taxa média de acumulação ou crescimento. A produção de artigos militares é uma produção capitalista de mercadoria realizada em função do lucro e de forma alguma um meio de destruição de valores ou de capital.

te que Kidron não pode provar essa proposição. Por isso, sua afirmação de que a produção permanente de armamentos reduz o crescimento da composição orgânica do capital, e assim a queda da taxa de lucros, não tem consistência.[18] Em seu livro *Western Capitalism Since the War*, Kidron recorre a fontes autorizadas a título de prova: Ladislaus von Bortkiewicz demonstrou que a composição orgânica do capital no Departamento III ("bens de luxo", segundo Von Bortkiewicz) não influencia a taxa média de lucros.[19] Von Bortkiewicz realmente afirma isso.[20] Mas sua afirmação se baseia num erro de interpretação da natureza dos preços de produção, que Von Bortkiewicz confunde com "preços em ouro". Na realidade, os preços de produção para Marx não são de modo algum "preços" no sentido comum da palavra (expressões do valor das mercadorias em quantidades de ouro, e flutuando em torno desse valor sob a influência da lei da oferta e da procura, isto é, preços de mercados); são, melhor dizendo, apenas resultado da redistribuição da mais-valia social entre os vários setores da produção. Na verdade, Von Bortkiewicz teve de se descartar da tese de Marx de que a soma dos preços de produção é igual à soma dos valores; em outras palavras, seu esquema faz o valor (quantidades socialmente necessárias de trabalho despendido) "desaparecer" ou "aparecer" arbitrária e misteriosamente no processo de circulação de mercadorias e nivelamento da taxa de lucros. Na verdade, ele retoma uma incongruência que Marx corrigiu na teoria do valor do trabalho de Ricardo. Essa incongruência relacionava-se à inexatidão da análise de Ricardo quanto ao valor das mercadorias e a sua incapacidade de compreender a natureza do trabalho abstrato criador de valor. Por isso Ricardo chegou à falsa conclusão de que apenas o barateamento dos *meios de subsistência dos trabalhadores* poderia levar ao aumento da taxa de lucros.[21] Sraffa, a segunda autoridade a quem Kidron recorre, caiu no mesmo erro de Ricardo.

Nas *Theories of Surplus-Value*, Marx criticou explicitamente a passagem de Ricardo citada por Von Bortkiewicz em defesa de sua hipótese. Primeiro Marx menciona o seguinte parágrafo do capítulo VII dos *Principles* de Ricardo:

> "Através de toda esta obra tentei mostrar que a taxa de lucros só pode aumentar por meio de uma queda dos salários, e que a queda permanente dos salários só pode existir em conseqüência de uma queda dos bens necessários nos quais os salários são gastos. Portanto, se mediante a ampliação do comércio exterior ou os aperfeiçoamentos técnicos da maquinaria, a alimentação e os bens necessários ao trabalhador pude-

[18] Harman afirma que a drenagem de capital para o Departamento III retira capital dos Departamentos I e II, pois a composição orgânica do capital aumentaria se este fosse aplicado nesses dois últimos Departamentos. (Paul Sweezy faz uma afirmação semelhante em *Theory of Capitalist Development*. p. 233). Ele tem razão. Mas se esquece de que o investimento desse capital no Departamento III também eleva ali a composição orgânica. Como então isso pode impedir a queda da taxa média de lucros continua um mistério. (HARMAN, Chris. "The Inconsistencies of Ernest Mandel". In: *International Socialism*. n.º 41, p. 39). Seu seguidor, Cliff, afirma que uma economia de guerra remove os obstáculos à produção capitalista e previne as crises de superprodução por meio de sua desvalorização ou destruição de capital, e desaceleração da acumulação. (CLIFF, T. *Russia — A Marxist Analysis*. p. 174.) Outros representantes da mesma tendência argumentam que a mais-valia usada para comprar armas não é mais-valia acumulada. Isso, na verdade, é certo. Porém, a mais-valia usada para construir fábricas de armamentos e para produzir armas é, sem dúvida, mais-valia acumulada. A *compra* de armas, antes de tudo, deve ter sido precedida pela *produção* de armas como *mercadoria*. Esse fato elementar tem escapado aos partidários da noção de uma "economia permanente de armamentos" enquanto mecanismo de supressão das contradições internas do modo de produção capitalista.

[19] KIDRON, M. *Western Capitalism since the War*. p. 46-47.

[20] BORTKIEWICZ, L. von. "Zur Berichtigung der Grundlagen der theoretischen Konstruktion von Marx im Dritten Band des 'Kapital' ". In: *Jahrbücher fur Nationalökonomie und Statistik*. Julho de 1907, p. 327.

[21] Ricardo não compreendeu o duplo caráter da força de trabalho como *preservadora de valor e criadora de valor*. É por isso que ele, como Adam Smith, não conseguiu entender o problema da distinção entre a taxa de mais-valia e a taxa de lucros. Isso o leva — como mais tarde a Sraffa — à conclusão coerente de que apenas um aumento do valor da força de trabalho (mas não um aumento na composição orgânica do capital) poderia reduzir a taxa de lucros (que para ele era o mesmo que taxa de mais-valia). É claro que a taxa de mais-valia só se eleva e cai em função do desenvolvimento do Departamento II (que produz bens de consumo para o trabalhador, os quais servem para a reprodução da mercadoria força de trabalho) se o dia de trabalho e o valor da mercadoria força de trabalho permanecem constantes. A taxa de lucro, ao contrário, também depende do desenvolvimento da composição orgânica do capital.

rem chegar ao mercado a um preço menor, os lucros subirão. Se ao invés de cultivarmos o nosso trigo ou de fabricar roupas e outros bens necessários ao trabalhador, descobrirmos um novo mercado que nos possa fornecer esses artigos a um preço mais baixo, os salários cairão e os lucros se elevarão; *mas se as mercadorias obtidas a um preço mais baixo, quer pela ampliação do comércio exterior, quer pelo aperfeiçoamento técnico da maquinaria, forem mercadorias consumidas exclusivamente pelos ricos não haverá nenhuma alteração na taxa de lucros. A taxa dos salários não seria afetada, embora os vinhos, os veludos, as sedas e outras mercadorias caras caíssem em 50% e, em decorrência, os lucros continuariam inalterados*".[22]

Marx então comenta:

"É evidente que essa passagem é bastante vaga. Mas, deixando de lado esse aspecto formal, as afirmações só são verdadeiras se traduzirmos taxa de lucros por "taxa de mais-valia", e isso se aplica a toda essa investigação da mais-valia relativa. Mesmo no caso dos artigos de luxo, os aperfeiçoamentos técnicos podem elevar a taxa geral de lucros *desde que a taxa de lucros nesses setores da produção, assim como em todos os outros, participe do nivelamento de todas as taxas de lucro específicas à taxa média de lucros*. Se nesses casos, como resultado das influências mencionadas acima, o valor do capital constante cair proporcionalmente ao variável, ou se o período de rotação é reduzido (isto é, se ocorrem mudanças no processo de circulação), então a taxa de lucros sobe. Além disso, a influência do comércio exterior é apresentada de uma forma absolutamente unilateral. A transformação do produto em mercadoria é fundamental para a produção capitalista e está intrinsecamente ligada à ampliação do mercado, à criação do mercado mundial, e, por isso, ao comércio exterior".[23]

Em seguida Marx chega à raiz dos erros de Ricardo, que são posteriormente repetidos por Von Bortkiewicz e depois copiados por Kidron:

"Se o dia de trabalho está dado... então a taxa geral de mais-valia, isto é, de sobretrabalho, está dada, desde que os salários também permaneçam médios. Ricardo preocupa-se com essa idéia e confunde a taxa geral de mais-valia com a taxa geral de lucros. (Von Bortkiewicz nem chegou a entender a taxa geral de mais-valia, e alterou a taxa de mais-valia, transformando o valor em preço no processo de circulação. E. M.) Mostrei que com a mesma taxa geral de mais-valia, as taxas de lucros nos diferentes setores da produção serão muito diferentes se as mercadorias forem vendidas por seus respectivos valores. A taxa geral de lucros se forma por meio da mais-valia total produzida, sendo calculada sobre o capital total da sociedade (da classe capitalista). Cada capital, portanto, em cada setor particular, representa uma parcela de um capital total de mesma composição orgânica, tanto em relação ao capital variável e ao constante, quanto em relação ao capital fixo e circulante... É evidente que o surgimento, realização e criação da taxa geral de lucros necessita da transformação dos valores em preços de custo, que são diferentes daquele valor. Ricardo, ao contrário, supõe que valor e preço de custo são idênticos, porque confunde a taxa de lucros com a taxa de mais-valia. Por essa razão não faz a menor idéia da mudança geral que ocorre nos preços das mercadorias durante o período de fixação da taxa geral de lucros. Ricardo aceita essa taxa de lucros como algo preexistente que, por isso, chega a desempenhar um papel na determinação do valor".[24]

Marx continua:

"Devido à sua concepção completamente errada da taxa de lucros, Ricardo enga-

[22] MARX, Karl. *Theories of Surplus Value*. v. 2, p. 422. (Os grifos são nossos. E. M.)
[23] *Ibid.*, p. 423. (Os grifos são nossos. E. M.)
[24] *Ibid.*, p. 433-434.

na-se redondamente quanto à influência do comércio exterior, à medida que este não reduz diretamente o preço da alimentação dos trabalhadores. Ele não vê, por exemplo, a enorme importância que tem para a Inglaterra assegurar matérias-primas mais baratas para sua indústria e que nesse caso, como já mostrei antes, a taxa de lucros sobe, embora os preços caiam, enquanto no caso inverso, com preços crescentes, a taxa de lucros pode cair, mesmo se os salários permanecerem inalterados em ambos os casos... A taxa de lucros não depende do preço de uma mercadoria específica, mas da quantidade de sobretrabalho que pode ser realizado com determinado capital. Em outra parte Ricardo também deixa de reconhecer a importância do mercado, porque não compreende a natureza do dinheiro".[25]

Para Marx é o trabalho abstrato que cria o valor. Esse trabalho é parte da capacidade de trabalho social total e produz uma mercadoria que, independente de seu valor de uso, encontra seu equivalente no mercado porque satisfaz uma necessidade social. Do ponto de vista da formação do valor, é totalmente indiferente se essa necessidade provém dos trabalhadores ou dos capitalistas, de produtores estatais ou não capitalistas. Em conseqüência disso, o volume total do valor produzido, independente do valor de uso específico de mercadorias individuais (e por isso independente também de sua posição específica dentro do processo de reprodução), é determinado pelo volume total de mercadorias produzidas. A taxa social de lucros depende assim da massa total de trabalho não pago — sobretrabalho — acionada pelo capital social para a produção mercantil, *independente do setor onde isso ocorre*. Se o crescimento da composição orgânica do capital em um setor (da produção de armamentos, por exemplo) leva a um aumento da soma total de capital comparativamente a uma massa constante de sobretrabalho, o resultado será uma queda na taxa média de lucros, independente da relação entre o consumo produtivo e improdutivo ou entre consumo e acumulação. Se uma redução do capital constante ou um aumento da massa de mais-valia faz com que as proporções do valor do capital social agregado caiam comparativamente à massa total de sobretrabalho que acionam, a taxa social de lucros subirá a despeito das mudanças que podem ocorrer eventualmente nas proporções das várias categorias de valor de uso produzidas. Nesse sentido, a expansão do Departamento III sob a forma de produção de armamentos só pode aumentar a (ou reduzir a velocidade da queda da) taxa de lucros, seja com uma composição orgânica de capital menor que em outros setores de produção mercantil (que, obviamente, não é o caso), seja provocando direta ou indiretamente um aumento maior da taxa de mais-valia do que o que haveria sem esse Departamento (o que só é possível em raríssimas circunstâncias, como mostramos nas páginas anteriores).[26]

III. A produção de armamentos e as dificuldades de valorização do capital

A terceira contradição fundamental do modo de produção capitalista, que surge quando esse atingiu certo nível de maturidade, é a dificuldade cada vez maior de valorização do capital, expressa pelo fenômeno do *capital excedente* que não pode mais ser investido produtivamente. Esse fenômeno é evidente nos países capitalistas mais desenvolvidos, desde o começo da era imperialista (capitalismo monopolista) e tornou-se particularmente notório nos anos 1913/40 (1945). Ao con-

[25] *Ibid.*, p. 437.
[26] Uma boa crítica da "solução" neo-ricardiana do chamado problema de transformação (transformação de valores em preços), sugerida por Von Bortkiewicz e Sraffa, pode ser encontrada no trabalho de YAFFE, David. "Value and Price in Marx's Capital". In: *Revolutionary Communist*, n.° 1, janeiro de 1975.

trário das teorias que consideram os gastos permanentes com armamentos essencialmente como um artifício para resolver dificuldades de realização ou para reduzir a velocidade da queda da taxa média de lucros, é nesse contexto que examinaremos a função específica da indústria de armamentos.

Suponhamos que o produto social total em determinado período é representado por 400 000 unidades de valor, havendo simultaneamente 60 000 unidades de valor de capital ocioso. A produção tem a seguinte estrutura de valor:

$$\left.\begin{array}{lrcrcrcl} \text{I:} & 120\,000c & + & 50\,000v & + & 50\,000s & = & 220\,000\ \text{I} \\ \text{II:} & 80\,000c & + & 50\,000v & + & 50\,000s & = & 180\,000\ \text{II} \end{array}\right\} 400\,000$$

Suponhamos também que das 75 000*s* (37 500 em cada Departamento) consumidas improdutivamente pelos capitalistas, 3 000 representam os juros recebidos por um capital ocioso de 60 000 como parte da mais-valia total.[27] Pois bem, se essas 60 000 unidades de valor são gradualmente investidas no Departamento III, de modo que por elas se receba o lucro médio de 33% (isto é, que acionem tantos trabalhadores que a massa de mais-valia aumente em 20 000 unidades), há uma *expansão econômica* óbvia no que diz respeito à classe capitalista. O capital total investido aumentou; o volume de produção mercantil e o volume de seu valor aumentaram; a massa de mais-valia produzida cresceu; o nível de emprego subiu e a renda nacional é maior do que antes.

Enquanto houver reservas disponíveis na economia — e esse é o ponto de partida da "indústria permanente de armamentos" — o valor de uso específico das 80 000 unidades de valor não cria nenhum problema particular (em outras palavras, não surgem problemas decorrentes do fato de os bens produzidos no Departamento III não entrarem na reconstrução e expansão do capital constante nem servirem para reconstituir e expandir a força de trabalho ativa). Não há, portanto, nada de inevitável a respeito da equação $Ic + Iv + Is = Ic + IIc + IIIc + \Delta c$ (I + II + III), pois o capital adicional usado no Departamento III não precisa necessariamente empregar meios de produção *recentemente criados*. Pode simplesmente absorver a capacidade de produção já existente que não foi plenamente utilizada (ou reivindicar meios de produção recentemente criados, enquanto permite que a produção contínua de meios de produção do Departamento II se realize por meio de uma utilização mais plena da capacidade de produção existente, ou por meio da absorção dos estoques existentes de matéria-prima). Assim um segundo ciclo de produção:

$$\begin{array}{lrcrcrcl} \text{I:} & 120\,000c & + & 50\,000v & + & 50\,000s & = & 220\,000\ \text{I} \\ \text{II:} & 80\,000c & + & 50\,000v & + & 50\,000s & = & 180\,000\ \text{II} \\ \text{III:} & 45\,000c & + & 15\,000v & + & 15\,000s & = & 75\,000\ \text{III} \end{array}$$

é inteiramente possível e inclusive pode chegar a um terceiro ciclo de produção:

$$\text{I:}\quad 126\,000c + 51\,500v + 51\,500s = 229\,000\ \text{I}$$

[27] Não podemos examinar aqui a questão por que os donos de capital produtivo podem ser forçados a renunciar à parte da mais-valia que possuem em favor dos donos de capital ocioso. Isso está ligado à natureza complexa da divisão de trabalho no interior da classe capitalista e às vantagens estruturais de longo prazo derivadas dela pelo capital produtivo. Vamos supor, para maior clareza, que os capitalistas produtivos pagam juros ao capital ocioso porque o tratam como um fundo de reserva social, ao qual podem e devem recorrer em caso de necessidade.

$$\text{II:} \quad 84\,000c + 51\,500v + 51\,500s = 187\,000 \text{ II}$$

$$\text{III:} \quad 50\,000c + 18\,000v + 18\,000s = 86\,000 \text{ III}$$

sem nenhuma necessidade de restituir o valor total do capital constante despendido (245 000 unidades de valor no segundo ciclo, e 260 000 no terceiro), mais os valores necessários para a acumulação de capital constante exclusivamente a partir da produção corrente de capital constante (220 000 no segundo ciclo e 229 000 no terceiro).

A acumulação de capital também não precisa ser totalmente garantida pela produção e realização de mais-valia correntes, pois todo o processo de expansão acelerada se deve à valorização do capital monetário já disponível, mas não valorizado previamente. Se todo o capital excedente é desviado para a produção do Departamento III, gradualmente, ao invés de subitamente, é possível ocorrer uma aceleração na acumulação de capital que vá além da produção e realização da mais-valia correntes, até que todo o capital excedente tenha entrado no processo de valorização. Isso significa que o valor total do capital constante atualmente consumido pode ser compensado, em parte, pelos capitais excedentes que entraram na circulação e na produção uma vez mais, assim como parte das máquinas e das matérias-primas usadas adicionalmente não se originam da produção corrente, mas de estoques não usados legados por um planejamento anterior. Entretanto, o valor total das mercadorias certamente se realiza, e nenhum possuidor de mercadorias vende seus bens abaixo de seu valor. Assim que se abandona a ficção de que existe apenas uma única empresa capitalista em cada um dos três Departamentos e assim que se supõe, por exemplo, o reinício da produção em fábricas que já existiam e que ficaram temporariamente ociosas, essa reentrada em cena dos capitais excedentes não cria problemas teóricos para a lógica do esquema de reprodução.

O capital excedente só será investido produtivamente mais uma vez se tiver uma venda "lucrativa" garantida. A demanda adicional é inicialmente gerada pelo Estado, parte por meio de impostos e parte por meio de empréstimos. Kozlik tem razão nesse ponto.[28] A inflação, na medida em que leva à ampliação da produção mercantil e da renda gerada por ela, pode, na verdade, estimular um verdadeiro crescimento econômico capitalista (desde que haja suficientes reservas disponíveis de maquinaria, matérias-primas e força de trabalho). Kozlik está evidentemente errado quando fala da "destruição" ou "pulverização" do capital pela economia armamentista, pois o capital que antes estava ocioso e agora é usado para criar mais-valia, longe de ser "destruído", tem sido valorizado dessa forma.

Do mesmo modo, não tem fundamento a afirmação de Heininger de que

> "não apenas os marxistas, mas recentemente também um número crescente de economistas e políticos burgueses demonstraram que a corrida armamentista não promove o crescimento econômico, mas, em última análise, ela o debilita consideravelmente".[29]

Essa concepção não chega sequer a tocar no problema *central* do capital excedente.[30]

Entretanto, quando as reservas disponíveis de maquinaria, matéria-prima e for-

[28] KOZLIK, Adolf. *Der Vergeudungskapitalismus*. p. 339-340.
[29] HEININGER. *Zur Theorie des staatsmonopolistischen Kapitalismus*. p. 107.
[30] É claro que essa mudança de posição por parte dos ideólogos oficiais do Partido Comunista, depois do final da "Guerra Fria", foi *ideológica*, não teórica. Seu objetivo agora é provar que o desarmamento é possível no capitalismo monopolista, uma vez que esse desarmamento é desejado pela diplomacia soviética.

ça de trabalho foram totalmente absorvidas no processo de produção, a dificuldade fundamental de valorização do capital vem novamente à tona. Pois as fórmulas de proporcionalidade recuperam agora sua validade, que parte da suposição de que cada Departamento só pode comprar mercadorias dos outros pelo valor pelo qual ele próprio as vendeu. Portanto, o valor das mercadorias produzidas no Departamento III tem de ser agora totalmente financiado pelas deduções da mais-valia social total e do salário social total. Se supusermos, para maior clareza, que o Estado fixa a mesma taxa x de imposto (cerca de 25%) tanto sobre os salários quanto sobre a mais-valia, obteremos a seguinte fórmula:

$IIIc + IIIv + IIIs = Ivx + Isx + IIvx + IIsx + IIIvx + IIIsx$. Também podemos escrever por extenso o valor de III:

$IIIc + IIIv + IIIs = Ivx + Isx + IIvx + IIsx + IIIvx + IIIsx$, que nos dá:

$IIIc + IIIv\,(1 - x) + IIIs\,(1 - x) = Ivx + Isx + IIvx + IIsx$, ou, se $x = 25\%$,

$IIIc$ + 75% de $IIIv$ + 75% de $IIIs$ = 25% de Iv + 25% de Is + 25% de IIv + 25% de IIs.

Em outras palavras: para que o sistema esteja em equilíbrio, o volume da produção permanente de armas tem de ser tal que a soma do valor do capital constante despendido no setor de armamentos, mais os salários líquidos dos trabalhadores empregados nesse Departamento, mais o lucro líquido dos fabricantes de armamentos não seja superior nem inferior aos impostos fixados sobre a renda dos trabalhadores e dos capitalistas dos outros dois Departamentos. A equação clássica de proporcionalidade entre esses dois Departamentos apenas varia da seguinte maneira:

$Ic + Iv + Is = Ic + IIc + IIIc + Is\,(1 - x)\,\beta + IIs\,(1 - x)\,\beta + IIIs\,(1 - x)\,\beta$, que nos dá:

$Iv + Isx + Is\,(1 - x)\,\alpha,\gamma = IIc + IIIc + IIs\,(1 - x)\,\beta + IIIs\,(1 - x)\,\beta$. Isso significa que os salários brutos dos trabalhadores empregados no Departamento I, somados à mais-valia total — não investida em um novo capital constante — criada nesse Departamento (incluindo impostos, e por isso a mais-valia bruta), tem de ser igual à demanda dos novos meios de produção gerados nos outros dois Departamentos. Como essa demanda deriva tanto do Departamento II como do Departamento III, essa equação, na verdade, não se aplica aos salários brutos e à mais-valia bruta, em oposição aos salários líquidos e à mais-valia líquida (com exceção da mais-valia acumulada em c) que devem ser trocados exclusivamente pelas mercadorias do Departamento II e não pelas do Departamento III.

O fato de que um progresso técnico cada vez maior, uma composição orgânica crescente de capital e uma taxa crescente de mais-valia destroem essas condições de equilíbrio, da mesma forma que as destroem num sistema de dois Departamentos, é ditado pela lógica interna do sistema, como já mostramos na primeira parte deste capítulo. Os impostos fixados sobre os salários e sobre a mais-valia são, afinal, epifenômenos que pressupõem que a mais-valia é plenamente realizada e que os salários são inteiramente pagos — em outras palavras, produção proporcional nos Departamentos I e II, sem resíduos invendáveis de mercadorias. Agora existe também a dificuldade adicional de manter a proporcionalidade exata entre o De-

partamento III, de um lado, e os Departamentos I e II do outro. Isso naturalmente não significa que a produção permanente de armamentos afetará o ciclo econômico somente quando houver excesso de capital, instrumentos de trabalho ociosos e força de trabalho desempregada. Mesmo depois de ser conseguido o pleno emprego, ele pode exercer influência considerável na chamada economia de guerra, quando a alteração das proporções entre os três Departamentos não consegue assegurar elementos materiais adequados de reprodução ampliada e pode haver um ciclo de reprodução regressiva e, em circunstâncias "normais" de paz, quando um orçamento permanente para armamentos altera a relação entre o salário social total e a mais-valia social total — ao levar a uma alta da taxa social de mais-valia. É claro que isso pode ocorrer com um nível de emprego e uma soma de salários crescentes (não só a soma bruta de salários, mas também a soma líquida), como podemos verificar nos exemplos numéricos que se seguem:

Primeiro Ciclo (renda bruta das classes sociais):

$$\text{I: } 120\,000c + 48\,500v + 48\,500s$$

$$\text{II: } 80\,000c + 48\,500v + 48\,500s$$

$$\text{III: } 10\,000c + \underset{100\,000}{3\,000v} + \underset{100\,000}{3\,000s}$$

A compra da produção de armamentos pelo valor total de 16 000 unidades de valor é financiada pelos impostos, que tomam 10% da renda do trabalhador e 6% da mais-valia (a renda dos capitalistas). O quadro final do primeiro ciclo de produção é o seguinte:

Primeiro Ciclo (renda líquida das classes sociais):

$$\begin{aligned}
\text{I: } & 120\,000c + 43\,650v \text{ líquidos} + 45\,590s \text{ líquidos} + 7\,760 \text{ de impostos para a compra de III} \\
\text{II: } & 80\,000c + 43\,650v \text{ líquidos} + 45\,590s \text{ líquidos} + 7\,760 \text{ de impostos para a compra de III} \\
\text{III: } & 10\,000c + \underset{90\,000}{2\,700v} \text{ líquidos} + \underset{94\,000}{2\,820s} \text{ líquidos} + \underset{16\,000}{480} \text{ de impostos para a compra de III}
\end{aligned}$$

Segundo Ciclo (renda bruta das classes sociais):

$$\text{I: } 123\,000c + 50\,000v + 50\,000s$$

$$\text{II: } 82\,000c + 50\,000v + 50\,000s$$

$$\text{III: } 12\,000c + \underset{104\,000}{4\,000v} + \underset{104\,000}{4\,000s}$$

A compra da produção de armamentos pelo valor total de 20 000 unidades de valor é financiada pelos impostos, que tomam 12% da renda dos trabalhadores e apenas 7% da renda dos capitalistas. Desse modo o quadro final da distribuição do valor e da renda no segundo ciclo é o seguinte:

I: 123 000c + 44 000v líquidos + 46 400s líquidos + 9 600 de impostos para a compra de III

II: 82 000c + 44 000v líquidos + 46 400s líquidos + 9 600 de impostos para a compra de III

III: 12 000c + 3 500v líquidos + 3 700s líquidos + 800 de impostos para a compra de III

91 500 96 500 20 000

A soma bruta de salários subiu de 4 000 unidades de valor de um ciclo para o seguinte. A soma líquida de salários subiu de 2 500 unidades de valor. Entretanto, a taxa social de mais-valia aumentou de 104,4% para 105,5%.

Os gastos militares permanentes também significam uma redistribuição de lucros para as companhias de armamentos cuja grande maioria — senão todas — pertencem ao Departamento I, e essa redistribuição se dá às expensas das empresas do Departamento II. Se supusermos que todas as companhias ocupadas com a produção do Departamento III podem ser reduzidas às do Departamento I, a mais-valia líquida obtida por esse último Departamento no primeiro ciclo (48 410 unidades de valor) é quase igual à mais-valia bruta do Departamento I no primeiro e no segundo ciclos.[31] Portanto, do segundo ciclo em diante, os custos *capitalistas* dos armamentos são financiados exclusivamente pelos capitalistas do Departamento II, enquanto os custos dos armamentos pagos pela classe operária correspondem a um aumento da mais-valia. Por essa razão os capitalistas do Departamento I recebem um lucro duplo pelos armamentos — às expensas da classe operária e às expensas dos capitalistas do Departamento II.

Assim vemos como Rosa Luxemburg tinha razão ao escrever a seguinte passagem:

> "Aquilo que normalmente teria sido acumulado pelos camponeses e pelas classes médias mais baixas até que tivesse aumentado o bastante para ser investido em bancos e caixas econômicas, agora está liberado para constituir uma demanda efetiva e uma oportunidade de investimento. Além disso, o grande número de demandas individuais insignificantes de toda uma gama de mercadorias, que se efetivará em diferentes momentos, muitas vezes pode ser substituído por uma demanda abrangente e homogênea do Estado. A satisfação dessa demanda pressupõe uma grande indústria de primeira linha. Requer as condições mais favoráveis para a produção de mais-valia e para a acumulação. Sob a forma de contratos governamentais para fornecimento de armas, o poder de compra disperso dos consumidores é concentrado em grandes quantidades e, livre dos caprichos e das flutuações subjetivas do consumo individual, alcança um ritmo de crescimento e uma regularidade quase automáticos. O próprio capital finalmente controla o movimento rítmico e automático da produção bélica por meio da legislação e de uma imprensa cuja função é moldar a chamada "opinião pública". É por isso que esse setor específico da acumulação capitalista parece, à primeira vista, capaz de uma expansão infinita. Todas as outras tentativas de expansão de mercados e de estabelecimento de bases operacionais para o capital dependem em grande parte de fatores históricos, sociais e políticos que escapam ao controle do capital, enquanto

[31] Pode-se deduzir o quanto essa hipótese é realista pelo fato de que, segundo fontes oficiais norte-americanas, verbas totais do Departamento de Defesa, dentro do orçamento anual de 1958/59, que se elevavam a 22,7 bilhões de dólares, consistiam em apenas 2 bilhões de dólares de bens da indústria leve (incluindo produtos agrícolas) e 1,8 bilhão do setor de serviços, e todo o resto proveio de empresas do Departamento I (Congresso dos Estados Unidos, *Background Material on Economic Aspects of Military Procurement and Supply*). Segundo o estudo da OCDE, *Government and Technical Innovation* (p. 27), o "mercado estatal" dos Estados Unidos era, no final da década de 50, o único comprador de 9/10 da "demanda final" da indústria de aviação, de 3/5 da indústria de metais não-ferrosos, de mais de 50% da indústria química e eletrônica e de mais de 35% da indústria de telecomunicações e de instrumentos científicos.

a produção de armamentos representa um setor cuja expansão regular e progressiva parece determinada principalmente pelo próprio capital".[32]

IV. A economia armamentista e as possibilidades de crescimento a longo prazo no capitalismo tardio

A análise que acabamos de fazer explica parcialmente as razões pelas quais, durante todo o período pós-guerra, desde 1945, a produção permanente de armas não se tornou apenas uma das soluções mais importantes do problema do capital excedente, mas também, e principalmente, constituiu-se num poderoso estímulo para a aceleração da inovação tecnológica.[33] A corrida armamentista de um conjunto de Estados não capitalistas desempenhou um papel importante nesse estímulo. Mas a questão que surge agora é saber se *a longo prazo* a indústria permanente de armamentos pode neutralizar as tendências do modo de produção capitalista às crises e ao colapso e se ela pode assegurar um grau relativamente alto de crescimento.

Os primeiros economistas políticos a darem uma resposta positiva a essa questão, baseando-se em Marx, foram Natalie Moszkowska (1943) e Walter J. Oakes (1944). Com o pseudônimo de T. N. Vance, esse último ocupou-se desse tema de maneira sistemática e cunhou o conceito de "economia de guerra permanente" — embora a expressão tenha sido caracteristicamente usada pela primeira vez pelo presidente da General Motors, posteriormente secretário da Defesa, Charles E. Wilson, em janeiro de 1944.

O argumento de Moszkowska é o seguinte:

> "A capacidade de expansão da indústria civil e da produção de bens de consumo depende do padrão de vida da população. Se o padrão de vida é reduzido, haverá restrições equivalentes na indústria de bens de consumo e de bens de produção. Assim, se reduzem muito as possibilidades de investir capital de forma lucrativa na indústria civil. O capital cresce numa velocidade muito maior que suas oportunidades de valorização. O menor volume de capital procura campos de atividade que não dependam do insuficiente poder de compra das massas; deseja setores de produção com possibilidades de investimento ilimitadas. Esse setor sonhado pelo capital aparece com a indústria de guerra. Como a produção de bens de consumo não pode desenvolver-se adequadamente por causa das restrições sobre o poder de compra das massas, o capital deve cada vez mais — mesmo que, ao contrário, fosse pacífico — transferir-se para a produção de armas mortíferas. Na situação atual não há outro campo de investimento.

[32] LUXEMBURG, Rosa. *The Accumulation of Capital*. p. 465-466. Paul Mattick oscila entre interpretações diferentes. A certa altura afirma que "a produção promovida pelo Estado" (inclusive a produção de armamentos) aumenta apenas o consumo e não a acumulação de capital. (*Marx and Keynes*. p. 117-118.) Em outro lugar afirma, porém, que a produção de guerra não é simplesmente uma "produção desperdiçada", mas ajuda a acelerar de novo o processo de acumulação. (*Ibid.*, p. 137-138.) Mattick é ainda mais claro em sua crítica do livro de Baran e Sweezy, *Monopoly Capital*: "Qual é a função real do Estado quando combina trabalho e recursos não usados para a produção de mercadorias invendáveis (?)? Os impostos são parte da renda realizada em conseqüência de transações de mercado. Quando são deduzidos do capital, reduzem os lucros, independente de que esses lucros possam ter sido consumidos ou investidos como capital adicional. Não sendo usado de nenhuma dessas formas, ainda teria existido capital desempregado sob a forma monetária de poupança privada. Enquanto tal não pode contribuir para o desenvolvimento do capitalismo. Mas também não pode quando o Estado o usa para financiar a produção não lucrativa de obras públicas ou esbanjamento. Ao invés de uma poupança monetária sem sentido para o capitalismo, surge a produção de mercadorias e serviços sem sentido para o capitalismo. Mas há uma diferença: sem os impostos, o capital possuiria uma poupança monetária que, em conseqüência da tributação, é expropriada". (Na edição de HERMANIN, MONTE e ROLSHAUSEN, *Monopolkapital - Thesen zu dem Buch von Paul Baran und Paul Sweezy*. Frankfurt. 1969, p. 54-55.) Mattick não consegue entender que sua "poupança monetária expropriada" tem sido substituída pela *produção* de armamentos, que é produção de mercadoria que absorve *sobretrabalho adicional e assim cria mais-valia adicional* — extraída de uma força de trabalho que de outro modo não teria produzido uma partícula de mais-valia. Isso significa um aumento da valorização do capital, que leva a um aumento da acumulação de capital e, portanto, de modo algum é "sem sentido" do ponto de vista do capitalismo, enquanto existir capital excedente — em outras palavras, enquanto o capital investido na produção de armamentos não é retirado do capital aplicado produtivamente nos Departamentos I e II.

[33] TSURU. *Op. cit.*, p. 33; O'CONNOR, James. *The Fiscal Crises of the State*. Nova York, 1973. p. 113.

> Se o capitalismo ascendente desenvolveu a indústria de bens de produção e de bens de consumo, o capitalismo decadente é inevitavelmente forçado a desenvolver, antes de tudo, a indústria de armamentos. O desenvolvimento da indústria civil é cada vez mais limitado pela ausência de uma demanda monetária efetiva e pela estagnação das vendas. O desenvolvimento da indústria de guerra não conhece essas restrições. Sobre o pressuposto de uma guerra, a indústria de armamentos pode desenvolver-se a uma taxa totalmente diferente e com um ímpeto nunca antes conhecido ou sequer suspeitado".[34]

Moszkowska prossegue:

> "A penetração do capitalismo na esfera não capitalista, assim como a aplicação industrial de invenções técnicas, só pode retardar a crise. Uma vez que ela tenha ocorrido, pode-se esperar crises ainda mais agudas que as que se deram até agora. Isso não acontece, entretanto, quando a produção de armamentos reivindica o excedente do capital acumulado. Essa indústria absorve o capital sem necessidade de aumentar a capacidade da produção civil, seja na indústria de bens de consumo, seja na de bens de produção, nem de aumentar o poder de compra social, pois no mercado da indústria de armamentos não há oferta nem demanda. A indústria de armamentos não supre um mercado nem depende da capacidade de um mercado de absorver suas mercadorias. Aqui o Estado faz o pedido e se encarrega da entrega... A expansão da indústria de armamentos não pode, contudo, abolir os perigos inerentes à economia capitalista. O perigo de explosão sob a forma de uma crise é substituído pelo perigo de explosão sob a forma de uma guerra".[35]

Na verdade, Moszkowska só vê dois limites para o crescimento do capitalismo tardio sob o estímulo da economia armamentista permanente: a miséria absoluta da população (isto é, o limite da reprodução regressiva, pela qual a queda excessiva de produção do Departamento II torna impossível a reconstituição fisiológica da força de trabalho, e por isso provoca uma queda vertical na produtividade e na intensidade de trabalho do Departamento III) e a tendência mais ou menos inevitável de uma economia armamentista desencadear verdadeiras guerras imperialistas.

Para Vance a economia armamentista permanente representa sobretudo um mecanismo para se obter um nível de emprego mais elevado. A acumulação crescente de capital, ao invés de levar a um desemprego crescente, determina, assim, um padrão de vida cada vez mais baixo.[36] A economia armamentista permanente também pode deter temporariamente o crescimento da composição orgânica do capital, embora não o consiga a longo prazo.[37] O crescimento da composição orgânica do capital e a tendência correspondente de queda da taxa de lucros é, segundo o ponto de vista de Vance, a "espada de Dâmocles" suspensa sobre a economia de guerra permanente.

Vance é, portanto, mais prudente que Moszkowska, mas ambos incorrem no mesmo erro: isolam o Departamento III de seus efeitos sobre os Departamentos I e II e por isso não conseguem analisar os efeitos a longo prazo de uma "economia armamentista permanente" sobre a *economia capitalista tardia como um todo*. Deixando de lado o caso marginal da reprodução regressiva (uma economia de guerra em sua fase final), simplesmente não é verdade que uma "economia armamentista permanente" pode desenvolver-se sem quaisquer limites. No modo de produção capitalista, a produção de armamentos também é apenas um meio para se che-

[34] MOSZKOWSKA, Natalie. *Zur Dynamik des Spätkapitalismus*. p. 117-118.
[35] *Ibid.*, p. 179-180.
[36] Vance estava evidentemente errado sobre esse ponto, como também em sua pressuposição de um declínio estrutural permanente nas exportações privadas de capital. Ver *Permanent War Economy*. p. 12.
[37] *Ibid.*, p. 32.

gar a um fim, e não é um fim em si mesma. Para os capitalistas, o fim continua sendo a realização do lucro, a acumulação de capital *com o propósito de lucro,* e não o prazer mítico da acumulação pela acumulação. Quanto mais o desenvolvimento da economia armamentista ameaça reduzir o lucro bruto das principais sociedades por ações (em outras palavras, quanto maior for a taxa de impostos que determina), tanto maior será a resistência dessas empresas a qualquer expansão posterior dessa economia.[38] Em todo caso, como a expansão da economia armamentista determina uma redistribuição da mais-valia para um pequeno número de capitalistas às expensas de um número cada vez maior de outros capitalistas, o crescimento posterior do Departamento III (e com ele o crescimento posterior da taxa de impostos além de certo limite) destruiria por completo os lucros de muitos capitalistas e ameaçaria um setor importante da classe com a falência. Por isso o crescimento da economia armamentista além de certo ponto deve intensificar enormemente as lutas e tensões sociais e políticas no seio da classe capitalista, assim como deve intensificar o conflito entre capital e trabalho numa situação "de mercado" com o nível de emprego relativamente alto, que não é precisamente desfavorável à classe trabalhadora. Podemos concluir com segurança, portanto, que — com exceção de guerra declarada e do fascismo — a ampliação de uma economia armamentista permanente é necessariamente bloqueada por limites sociais internos e objetivos.

Podemos eliminar a hipótese de Moszkowska e de Vance de que um nível *crescente* de emprego combina com um padrão de vida *decrescente* numa "economia armamentista permanente" — uma hipótese que contradiz frontalmente a lógica do capitalismo e da transformação da força de trabalho numa mercadoria cujo preço é influenciado pela situação do mercado, e que não se confirmou nem mesmo no Terceiro Reich. Aqui ambos os autores confundem uma *taxa crescente de mais-valia* com uma *queda dos salários reais.*[39] Descartada essa hipótese, o resultado automático é que um "ciclo armamentista", que limita temporariamente as flutuações cíclicas do capitalismo, deve ter também um efeito estimulante sobre a acumulação de capital nos Departamentos I e II que, todavia, reproduzirá mais ou menos inevitavelmente os traços clássicos de todo *boom* capitalista: excesso de acumulação, taxa decrescente de lucros, utilização cada vez menor da capacidade etc. No capítulo 13 explicaremos como a inflação permanente representa a resposta do capitalismo tardio a esses problemas, como os gastos militares são, contudo, responsáveis apenas por parte (e além do mais, uma parte cada vez menor) da criação inflacionária do dinheiro, e como a longo prazo a inflação inexoravelmente apressa a catástrofe que nenhuma economia armamentista pode evitar.

Ao contrário de Vance, somos de opinião de que historicamente a economia armamentista permanente *acelera,* ao invés de *frear* a inovação tecnológica intensiva, e por isso o crescimento da composição orgânica de capital (em outra parte Vance diz o contrário, quando erroneamente confunde a economia de guerra com a economia armamentista).[40] É igualmente inevitável que essa inovação tecnológica se propague do Departamento III para os Departamentos I e II com todas as

[38] Ninguém menos que o antigo comandante supremo das tropas norte-americanas no Pacífico e na Guerra da Coréia, o general Douglas MacArthur, que tornou-se posteriormente um dos diretores da Remington Rand, queixou-se num discurso aos acionistas da Sperry Rand Corporation, em 1957, de que o único objetivo da "psicose de ansiedade permanente" que o Governo dos Estados Unidos criara na população americana era demandar "gastos excessivos com a defesa", os quais impuseram sobre as sociedades por ações um ônus intolerável sob a forma de impostos.

[39] No capítulo 5 mostramos o brusco aumento da taxa de mais-valia no Terceiro Reich. Mas o declínio do desemprego na Alemanha levou a um aumento de aproximadamente 25% nos salários nominais por hora, entre 1933 e 1942, pois a maior parte era levada pelo aumento do custo de vida, pela deterioração da qualidade dos bens de consumo, pelas deduções salariais cada vez maiores etc. BETTELHEIM. *L'Economie Allemande sous le Nazisme.* p. 210, 222-224.

[40] VANCE. *The Permanent War Economy.* p. 32.

conseqüências correspondentes.[41] Também é inevitável que no âmbito da própria economia armamentista haja um deslocamento — exatamente quando se reduzir o crescimento dos gastos militares — da compra de material e do pagamento de salários para despesas com pesquisa e desenvolvimento, que reduzirá substancialmente o papel de "amortecedor de crise" da economia armamentista no seio da economia global do capitalismo tardio, pois o crescimento desacelerado desses gastos determina a busca dos "retornos (destruição) crescentes" em toda despesa adicional.[42] Heininger fornece alguns dados interessantes a esse respeito:[43]

Gastos Militares nos EUA (sem os gastos do programa espacial)		*% dos gastos destinados à pesquisa militar*
1939/40	1,5 bilhão de dólares	0,2
1944/45	81,2 bilhões de dólares	1,7
1952/53	50,4 bilhões de dólares	5,5
1957/58	44,2 bilhões de dólares	10,2
1960/61	47,5 bilhões de dólares	16,2
1962/63	53,0 bilhões de dólares	16,0
1963/64	55,4 bilhões de dólares	16,6[1]

[1] 22,4%, incluindo a pesquisa espacial; para 1960/61 a percentagem análoga seria então 17,6.

As tabelas que se seguem são ainda mais reveladoras:

Percentagem da Compra de Armas nos Lucros Provenientes das Vendas da Indústria de Bens Duráveis dos EUA

1955	9%	***1958***	9,1%	***1960***	7,6%	***1961***	7,8%	***1962***	7,8%

Percentagem do Consumo de Armamentos no Consumo Total dos EUA

	1948	***1952***	***1954***	***1955***	***1959***	***1960***	***1962***
Aço	?	?	9,7	3,0	1,8	1,2	1,5
Cobre	?	17,8	6,5	2,3	1,9	?	?
Alumínio	6,0	30,0	?	14,5	13,6	9,8	43,0

Kidron também observa corretamente que:

> "A existência de um teto para a despesa militar é importante por outra razão. Proporciona um incentivo maciço a aumentos de produtividade (medidos em mortes potenciais por dólar) e assim leva as indústrias de armamentos a se tornarem cada vez mais especializadas e divorciadas da prática geral da engenharia... Associada a essa especialização[44] e em parte como conseqüência dela, aparece uma intensidade crescente de capital — e de tecnologia — nas indústrias de armamentos. Em ambas as contas essas indústrias são cada vez menos capazes de manter o pleno emprego ainda que com o mesmo nível de despesas relativas. Com um nível decrescente, e dada a existência

[41] "Em primeiro lugar, as encomendas de armas constituem um incentivo para investimentos adicionais; mas, em vista do aumento constante da produtividade, é preciso haver um aumento nas despesas a fim de assegurar determinado nível de utilização de novas plantas e mesmo a simples estabilização das despesas militares ameaça levar à capacidade excessiva." PRAGER, Theodor. *Wirtschaftswunder oder keines?* p. 133.

[42] Em relação a isso, ver o estudo para a Rand Corporation, de HOAG, Malcolm W. "Increasing Returns in Military Production Functions". In MCKEAN, Roland N. *Issues in Defence Economics*. Nova York, 1967.

[43] *Zur Theorie des staatsmonopolistischen Kapitalismus*. p. 139, 143-144.

[44] Murray Weidenbaum afirma que 90% dos artigos militares consistem em determinados produtos manufaturados em fábricas especialmente construídas. "Friedliche Nützung der Rüstungsindustrie". In: *Atomzeitalter*, n.º 5, 1964. p. 133.

de alguma transferência tecnológica para a produtividade civil, que exacerba a necessidade, sua capacidade compensadora torna-se cada vez mais questionável".[45]

Assim podemos concluir que, a longo prazo, a economia armamentista permanente não pode resolver nenhuma das contradições básicas do modo de produção capitalista, e não pode eliminar nenhuma das forças que levam à crise inerente a esse modo de produção. Mesmo o amortecimento *temporário* dessas contradições e dessas forças que levam à crise só ocorre às expensas de sua transferência de uma esfera a outra — sobretudo da superprodução efetiva à inflação e à capacidade ociosa. A longo prazo essa transferência também é cada vez menos bem-sucedida, como demonstraremos em nosso capítulo sobre a inflação permanente. A "economia armamentista permanente" contribuiu substancialmente para a acumulação acelerada de capital na "onda longa" de 1945/65, mas não foi o determinante básico dessa onda.

É necessário, naturalmente, não passar de um extremo a outro e subestimar os efeitos de um "setor permanente de armamentos" sobre a economia capitalista tardia. Certamente não é um *deus ex machina* capaz de realizar, de qualquer maneira, uma mudança qualitativa dos mecanismos do modo de produção capitalista. Seus efeitos específicos sobre a economia decerto se resolvem finalmente em todos os traços gerais característicos do capitalismo tardio: a luta para aumentar a taxa de mais-valia, para baratear o custo do capital constante, para reduzir o tempo de rotação do capital e para conseguir a valorização do capital excedente. Pois afinal o capital não dispõe de outras maneiras para escapar a seu destino — a queda da taxa de lucros. Mas não há dúvida de que, tanto pelas razões apresentadas por Luxemburg quanto porque a produção de armamentos cria valores de uso que não reduzem nem ameaçam o mercado de nenhum artigo produzido pelos Departamentos I e II[46] (chegando mesmo a assegurar uma expansão de vendas para alguns deles, a longo prazo), o grande capital mostra uma predileção particular por *essa* forma de gastos estatais em detrimento de todas as outras, especialmente do chamado gasto "social", que mais cedo ou mais tarde levaria a um aumento do valor da mercadoria força de trabalho.[47] Perroux fez alguns comentários muito perspicazes sobre o lado especificamente econômico da produção do Departamento III:

"A demanda adicional de armamentos não pode ser assimilada por uma demanda adicional de bens de investimento. Uma demanda adicional de bens de investimento numa economia industrial normal gera — se os estoques são mantidos a níveis comerciais ótimos — produtos suplementares para o mercado ou para a produção de bens reais de capital. No caso dos armamentos, é estocada uma parcela maior da produção adicional em virtude da natureza dos bens. Bombas atômicas, artilharia, munições e equipamentos para as tropas não chegam ao mercado... Além de seu efeito sobre o setor de bens de consumo, o nível de preços dos armamentos não é integrado às forças que restauram o equilíbrio do mercado".[48]

[45] KIDRON, M. *Western Capitalism since the War*. p. 55; Baran e Sweezy (*op. cit.*, p. 214-215) fizeram antes o mesmo comentário.

[46] Vilmar (*op. cit.*, p. 193-206) comenta os debates do começo da década de 60 sobre os problemas de uma possível reconversão da indústria de armamentos em indústria "pacífica". Ele compara as visões otimistas e parcialmente apologéticas de autores como Baade com os pronunciamentos mais cautelosos de Leontief. O verdadeiro problema é a *alteração do poder de compra* que qualquer reconversão desse tipo envolve: que tipo de alteração é compatível com a manutenção de uma alta taxa de mais-valia, sem a qual o investimento capitalista e o nível de emprego dele dependente cairiam imediatamente? Por isso Seymour Melman propõe que o Estado seja mantido como cliente e a indústria eletrônica como produtor; a conversão desses aparelhos não teria *nenhum* efeito, na prática, sobre o valor da mercadoria força de trabalho: aparelhos de controle de trânsito, máquinas de aprendizagem eletrônica, equipamento médico. Outros projetos falam de sistemas automáticos de tratamento de lixo e de controle da poluição do ar e da água.

[47] TSURU. *Op. cit.*, p. 39; VILMAR. *Op. cit.*, p. 60 *et seqs.*, 209-216 e muitas outras.

[48] PERROUX, François. *La Coexistence Pacifique*. III, p. 500.

Isso, por sua vez, suscita complexos problemas relativos à formação dos preços no Departamento III ou, em outras palavras, da equalização da taxa de lucros (ou da taxa monopolista de superlucro) entre as empresas produtoras de armamentos e outros monopólios.[49]

Mas fica bem claro, em todo caso, o quanto intimamente se entrosam a política interna e externa e as forças sociais e econômicas para gerar a "economia armamentista permanente". Esse processo articulado tenta provar que os elementos políticos, e não os econômicos, é que são decisivos para esse desenvolvimento algo questionável. Um exemplo da interdependência dos dois é, evidentemente, o "complexo industrial-militar" — a fusão íntima de empresas produtoras de armamentos, chefes militares e políticos burgueses.[50] Vilmar está certo, então, ao enfatizar que "não se trata apenas dos interesses particulares de lucro das indústrias de armamentos, mas das tendências imperialistas expansionistas (e posteriormente interesses cíclicos) do capitalismo tardio enquanto tal, que são responsáveis pelo enorme crescimento da economia armamentista".[51] O crescimento da "economia armamentista permanente" depois da Segunda Guerra Mundial também desempenhou, entre outras, a função muito especial de proteger o vasto capital norte-americano investido no exterior, de salvaguardar o "mundo livre" para "o livre investimento de capital" e para a "livre repatriação dos lucros", e de garantir ao capital monopolista norte-americano o "livre" acesso a uma série de matérias-primas vitais. Em 1957, o presidente da Texaco disse francamente que, segundo o seu ponto de vista, a tarefa básica do Governo norte-americano era criar "condições financeiras e políticas, tanto nos Estados Unidos quanto no exterior... que facilitem os investimentos externos"![52] Vilmar também tem razão ao enfatizar que as empresas produtoras de armamentos representaram um papel particularmente ativo em todo esse processo.

A importância crescente do tráfico de armamentos no comércio mundial também não deve ser subestimada — um negócio que incidentalmente mostra como é absurdo não tratar a produção de armas como produção de mercadoria e não ver os investimentos nesse setor como acumulação de capital. Em 1955 a exportação de armamentos no mercado mundial chegou a 2,2 bilhões de dólares, aproximadamente. Em 1962/68, a média já atingia 5,8 bilhões de dólares, dos quais a União Soviética era responsável por 2 bilhões.[53]

Todo o fenômeno da economia armamentista permanente, na verdade, acentua enfaticamente a natureza parasitária do capitalismo monopolista, já demonstrada por Lênin há mais de meio século, em sua análise do imperialismo. Então, de que outra forma se pode considerar um sistema que há 25 anos vem esbanjando na produção de meios de destruição uma parcela tão significativa dos recursos econômicos de que dispõe?

[49] Sobre essa questão, ver WILLIAMSON, Oliver R. "The Economics of Defence Contracting: Incentives and Performances". In: MCKEAN, Roland N. (Ed.). *Issues in Defence Economics*; PECK, Merton J. e SCHERER, Frederick M. *The Weapons Acquisition Process: An Economic Analysis*. Boston, 1962.

[50] O termo foi inicialmente cunhado pelo Presidente Eisenhower em seu discurso de despedida à nação americana (17 de janeiro de 1961). Desde então tem havido um vigoroso desenvolvimento da literatura sobre o "complexo industrial-militar": o livro de Cook, *The Warfare State*, por exemplo, que já citamos em diversas oportunidades, e o de Galbraith, *How to Control the Military*. O senador norte-americano Proxmire também dedicou um livro ao assunto: *Report from Wasteland*. Nova York, 1970. Ver também MELMAN, Seymour. *Pentagon Capitalism*. Nova York, 1970; KAUFMAN, R. *The War Profiteers*. Indianapolis. Entre 1959 e 1969, o número de oficiais reformados (com patente de coronel para cima) trabalhando para as 43 sociedades anônimas que recebem as principais encomendas da defesa aumentou de 721 para 2 072.

[51] VILMAR. *Rüstung und Abrüstung im Spätkapitalismus*. p. 47.

[52] Essa e muitas outras citações semelhantes podem ser encontradas na obra de BARNET, Richard. *Roots of War*. 1973. p. 200 *et seqs*.

[53] Essas estimativas foram fornecidas pelo *Stockholm International Peace Institute*. A questão em seu conjunto foi examinada num trabalho publicado por esse instituto: *The Arms Trade with the Third World*. Estocolmo, 1971. In: STANLEY, J. e PEARTON, M. *The International Trade in Arms*. Londres, 1972; ALBRECHT, Ulrich. *Der Handel mit Waffen*. Munique, 1971.

10

A Concentração e Centralização Internacional do Capital

Devido à sua própria natureza, o capital não tolera limites geográficos à sua expansão.[1] Sua ascensão histórica levou à demolição das fronteiras regionais e à formação de grandes mercados nacionais, que serviram de alicerce para a criação do Estado nacional moderno. Entretanto, o capital pouco penetrou na esfera da produção antes de sua expansão remover também esses limites nacionais. Procurou criar um genuíno mercado mundial para todas as suas mercadorias, ao invés de apenas utilizar-se do mercado de artigos de luxo que eram comercializados internacionalmente no período pré-capitalista. A produção em massa a baixo preço, viabilizada pela grande indústria capitalista, foi o instrumento mais importante desse processo, mas não o único. O Estado, enquanto servo da burguesia, teve de usar da força política, e muitas vezes da militar, para remover os obstáculos que as classes e os Estados pré-capitalistas representavam à expansão ilimitada da exportação capitalista de mercadorias. Mesmo os Estados burgueses mais "puros" e "liberais" do período da livre concorrência nunca dispensaram o uso da coerção para conquistar mercados internacionais: basta lembrar os exemplos das Guerras do Ópio empreendidas na China pelo capitalismo britânico e das campanhas inglesas de conquista e consolidação na Índia, da guerra expansionista dos Estados Unidos no México, da guerra da França na Argélia etc.

A relação entre a expansão nacional e a expansão internacional do capital determinou, portanto, desde o começo uma estrutura combinada que se refletiu nas atitudes contraditórias da burguesia quando chegava ao uso da força no plano internacional. Em última instância, essa relação era uma expressão da lei do desenvolvimento desigual e combinado que, como explicamos no capítulo 2, é inerente ao modo de produção capitalista. O capital tem a tendência inata de combinar a expansão internacional com a formação e a consolidação de mercados nacionais. Por isso, dependendo do desenvolvimento das forças produtivas e das condições sociais, as relações capitalistas de troca a nível mundial aglutinam relações de pro-

[1] "O próprio mercado mundial constitui a base desse modo de produção (capitalista — E.M.). Por outro lado, a necessidade imanente desse modo de produção de produzir em escala sempre maior tende a ampliar continuamente o mercado mundial, de maneira que nesse caso não foi o comércio que revolucionou a indústria, mas é a indústria que constantemente revoluciona o comércio." MARX, Karl. *Capital*. v. 3, p. 328.

dução capitalistas, semicapitalistas e pré-capitalistas numa unidade orgânica.[2]

Na fase de desenvolvimento imperialista e monopolista do modo de produção capitalista, acrescentou-se uma nova dimensão tanto à relação entre expansão nacional e expansão internacional, quanto à relação entre as leis de desenvolvimento capitalista e o uso deliberado da coerção estatal para fins econômicos. A *concentração* de capital a nível nacional — acelerada pela segunda revolução tecnológica e pelo conseqüente aumento da acumulação do capital necessário à concorrência efetiva dos setores em crescimento na época — levou cada vez mais à *centralização* do capital. Isso significou uma redução drástica no número dos "diferentes capitais" em concorrência até que setores inteiros da indústria foram dominados por um punhado de trustes, empresas e monopólios, e os acordos de preços alteraram o comportamento econômico desses monopólios. A tendência resultante da concorrência e portanto também a tendência à restrição da expansão do mercado interno levaram então a uma supercapitalização geral, a uma exportação crescente de capital e a um interesse capitalista cada vez maior não apenas em expedições militares *periódicas* para assegurar a livre exportação de mercadorias, mas em ocupação e controle militares *permanentes* para garantir novos campos de investimento para as exportações de capital. A divisão completa do mundo, efetivada pelas grandes forças imperialistas, resultantes elas mesmas da contração da concorrência capitalista no mercado interno, levou a uma intensificação da concorrência capitalista internacional no mercado mundial, à rivalidade interimperialista e à tendência à redistribuição periódica do mercado mundial, inclusive por meio das forças armadas — em síntese, por meio de guerras imperialistas.[3]

Porém, com a eclosão da crise estrutural do capitalismo[4] no século XX, uma vasta região foi subtraída ao mercado mundial capitalista pela vitória da Revolução de Outubro na Rússia. Depois disso, a tendência secular dirigiu-se a uma restrição maior da esfera geográfica da acumulação de capital, que chegou ao fim de sua marcha vitoriosa pelo globo com a incorporação da China, no final do século XIX. Agora a concorrência internacional volta com intensidade cada vez maior dos mercados estrangeiros para os países que foram o berço do imperialismo. Estes começam gradualmente a se transformar de sujeitos em objetos da concorrência internacional do capital, como ficou claro especialmente durante e após a Segunda Guerra Mundial. Ao mesmo tempo, o poder coercitivo do Estado burguês intervém na economia de maneira cada vez mais direta, tanto para assegurar a coleta regular dos superlucros do monopólio no exterior, como para garantir as condições da acumulação regular do capital em sua pátria. Esse passo marcou o início da era do capitalismo tardio.[5]

A era capitalista inicial, de livre concorrência, caracterizou-se por uma imobilidade internacional relativa do capital. A concentração do capital era predominantemente nacional; a centralização, exclusivamente nacional. Mesmo nessa fase, a tendência principal convivia evidentemente com a tendência oposta de movimentação internacional de capital, mantida sobretudo por alguns grandes grupos financei-

[2] Marx assinala explicitamente que a expansão da indústria capitalista britânica de artigos de algodão "desenvolveu com exuberância tropical" o modo de produção baseado no tráfico e no trabalho escravo nos Estados do sul dos EUA. (*Capital*. v. 1, p. 443.) Sobre essa questão, ver também WILLIAMS, Eric. *Capitalism and Slavery*. Londres, 1964. p. 169-177, 186-191, 194-196.

[3] É curioso que Lênin, em suas notas sobre o *Finanzkapital* de Hilferding, critica a definição de capital financeiro como o capital bancário que domina a indústria, e toma os desenvolvimentos internos *da esfera da produção* como ponto de partida de sua própria análise. *Collected Works*. v. 39, p. 338.

[4] Eugen Varga foi o primeiro a utilizar o conceito de "período da decadência capitalista" em seu livro do mesmo nome, *Der Niedergangsperiode des Kapitalismus*. Hamburgo, 1922.

[5] Sobre as garantias estatais dos lucros — e especialmente dos monopólios — do capitalismo tardio, ver MANDEL, Ernest. *Marxist Economic Theory*. p. 501-507.

ros, e ganhando expressão na importância dos empréstimos estatais internacionais. A crescente mobilidade da força de trabalho, principalmente das chamadas colônias brancas, também se fez acompanhar de certo grau de mobilidade internacional do capital, particularmente na América do Norte. No Mediterrâneo, a Inglaterra, a França e a Bélgica não exportaram apenas mercadorias; o capital da Europa ocidental penetrou de maneira crescente e indireta no Egito e no Império Otomano por meio de débitos estatais, estabelecendo assim os alicerces para os investimentos imperialistas de capital que mais tarde se deram nesses países.[6] Mas, no seu todo, essa mobilidade internacional de capital era de pequena escala, sobretudo porque ainda não havia nenhum limite crítico à expansão da acumulação de capital no mercado interno e, no período pré-imperialista, a segurança dos investimentos internos de capital era tão maior que a dos investimentos no exterior que as diferenças na taxa de lucro do exterior eram anuladas pela incerteza lá reinante.

No período clássico do imperialismo, o caráter da concentração do capital tornou-se cada vez mais internacional. Os investimentos de capital em países coloniais e semicoloniais tornaram-se parte importante do processo de acumulação, e houve um aumento constante nas contribuições feitas pelos superlucros coloniais. A mobilidade internacional do capital avançou a passos largos, pois o Estado clássico burguês já se tinha transformado em obstáculo ao crescimento das forças produtivas. As dificuldades para continuar expandindo os mercados internos, decorrentes da monopolização dos principais pontos de venda internos, especialmente da indústria pesada, forçou cada vez mais o capital a tomar a rota internacional. Mas o período clássico do imperialismo foi marcado por uma concorrência intensificada entre as grandes forças imperialistas, onde o controle militar e político sobre zonas geográficas (o mercado interno mais as colônias) proporcionava a base para a defesa ou expansão de sua fatia do mercado mundial.[7] Exatamente por essa razão a *concentração internacional* do capital não assumiu apenas a forma de uma *centralização internacional* de capital, como também colocou os monopólios imperialistas nacionais como antagonistas no mercado mundial de mercadorias, matéria-prima e capital. Só muito raramente houve uma efetiva fusão internacional de capital.[8] *O monopólio clássico fundia-se a nível nacional, enquanto a nível internacional contentava-se com acordos temporários* (cartéis internacionais etc.). A centralização nacional foi promovida e acelerada por crises e recessões, que eliminavam impiedosamente as empresas mais fracas, ao mesmo tempo que a intervenção estatal era cada vez mais utilizada para garantir os superlucros dos monopólios. Os acordos internacionais, ao contrário, eram periodicamente desfeitos, porque a longo prazo não conseguiam resistir a crises, recessões e guerras internacionais, ou devido às alternâncias nas relações das forças intercapitalistas, determinadas pela lei do desenvolvimento desigual.[9] Isso não significa que antes da Segunda Guerra Mundial não houvesse sociedades anônimas internacionais de natureza monopolista, com grande parte de sua produção de mercadorias situada fora do seu país natal. Quase todas as empresas capitalistas que desfrutavam do monopólio de matérias-primas en-

[6] Sobre o Egito, ver, entre outros, LANDES, David. *Bankers and Pashas*. Londres, 1958; e, sobre a Turquia, LEWIS, Bernard. *The Emergence of Modern Turkey*. Oxford, 1968. p. 452 *et seqs*.

[7] "As causas da expansão capitalista são tanto as condições de compra quanto o próprio processo de produção, e finalmente as condições de venda. Geralmente há três problemas associados a ela: o problema dos mercados de matérias-primas e da força de trabalho; o problema de novas esferas para o investimento de capital; e por último o problema do mercado." BUKHARIN. *Imperialism and the Accumulation of Capital*. p. 256.

[8] Da primeira vez em que levantou o problema da centralização do capital, Bukharin não conseguiu fazer a distinção fundamental entre centralização nacional e internacional. (*Imperialism and World Economy*. p. 41-45, 53-60.) Mas posteriormente conseguiu maior clareza sobre esse ponto.

[9] Cf. BUKHARIN, N. *Imperialism and World Economy*. p. 60; VARGA, E. e MENDELSOHN, L. *New Data for Lenin's "Imperialism"*. Nova York, 1940. p. 167.

caixavam-se nessa categoria. É interessante notar que mesmo os monopólios que realmente mantinham grande parte de sua produção na própria metrópole imperialista — como o grupo Rockfeller, na indústria petrolífera norte-americana — desenvolveram, desde o começo do século XX, uma estratégia de controle das regiões de produção estrangeiras, de preferência aos mercados estrangeiros. Entretanto, todo esse processo ocorreu no âmbito da concentração internacional e da centralização nacional de capital, sem uma interpenetração internacional significativa de capital, e sem afetar seriamente o setor manufatureiro propriamente dito. Além disso, de um ponto de vista puramente quantitativo, o peso das sociedades anônimas multinacionais no processo de exportação de capital era muito pequeno. Em 1914, cerca de 90% de todos os movimentos internacionais de capital foram feitos sob a forma de investimentos em títulos, enquanto hoje 75% desse fluxo constitui-se de investimento direto das sociedades anônimas multinacionais.[10]

Entre 1890 e 1940, na verdade, houve exceções a essa tendência principal. As duas grandes empresas anglo-holandesas, a Royal Dutch Shell e a Unilever, resultaram de uma fusão internacional de capital. Empresas suíças importantes como a Hoffmann-La Roche e a Nestlé estenderam-se para muito além de suas fronteiras. A empresa sueca Kreuger pertencia à mesma categoria, antes de seu colapso. O capital belga e o francês já haviam cooperado antes da Primeira Guerra Mundial na construção da indústria siderúrgica russa, e em algumas esferas essa cooperação também teve continuidade em escala maior depois da Primeira Guerra Mundial. Entretanto, essas exceções caracteristicamente envolviam: 1) países de pouco peso específico, mas relativamente ricos em capital, que eram cada vez menos capazes de conduzir uma política imperialista mundial *independente*, embora ao mesmo tempo precisassem aumentar seus investimentos internacionais de capital por causa de seu capital relativamente excessivo (Holanda, Bélgica e, em certa medida, Suíça e Suécia); 2) esferas que não eram vitais para o poderio econômico das grandes forças imperialistas. É significativo, por exemplo, que quando as grandes indústrias químicas — ICI e IG-Farben — se formaram na Grã-Bretanha e na Alemanha, os principais acionistas estrangeiros, que em alguns casos estavam longe de serem insignificantes (no caso da ICI, a Solvay chegava a ser o maior acionista isolado),[11] foram excluídos do controle desse grande capital, ao invés de serem incluídos na liderança da empresa.

Embora Bukharin às vezes seja um pouco obscuro quanto a essa questão, mesmo assim compreendeu corretamente que no período imperialista anterior à Primeira Guerra Mundial (acrescentaríamos: e entre as duas Guerras Mundiais), a importância das "organizações internacionais" (empresas internacionais e cartéis) não era "de modo algum tão grande quanto poderia parecer à primeira vista".[12] Segundo sua concepção, a tendência à internacionalização da vida econômica ainda sofria grande influência do processo de nacionalização do capital.[13] "A 'economia nacional' transforma-se num truste único, enorme, combinado, onde os participantes são os grupos financeiros e o Estado. A essas formações damos o nome de 'trustes capitalistas de Estado'."[14] De acordo com Bukharin, a principal caracterísli-

[10] VERNON, Raymond. *Sovereignty at Bay*. Londres, 1971. p. 37, 40-41; TUGENDHAT, Christopher. *The Multinacionals*. Londres, 1973, p. 38.
[11] STOCKING, George W. e WATKINS, Myron W. *Cartels in Action*. Nova York, 1946. p. 431.
[12] BUKHARIN, N. *Imperialism and World Economy*. p. 60. Bukharin também menciona uma frase característica da obra clássica de Sartorius von Waltershausen sobre a economia mundial, *Das volkswirtschaftliche System der Kapitalanlage im Auslande*. Berlim, 1907, p. 100: "Parece improvável que se crie empresas internacionais com uma administração centralizada *(einheitlicher)* da produção". Bernard Harms, ao contrário, identifica corretamente os primórdios de internacionalização da produção em *Volkswirtschaft und Weltwirtschaft*. Junho de 1912.
[13] BUKHARIN, N. *Imperialism and World Economy*. p. 61, 53 *et seqs*.
[14] *Id.*, p. 117-120. Ver também BUKHARIN, N., *Ökonomik der Transformationsperiode*. p. 10-13.

ca do período imperialista (clássico) era a concorrência entre esses "trustes capitalistas de Estado" e não a fusão internacional do capital.

A terceira revolução tecnológica e a formação do capitalismo tardio marcaram um ponto decisivo a esse respeito: *a partir daí, a concentração internacional do capital começou a transformar-se em centralização internacional. No capitalismo tardio, a empresa multinacional tomou-se a forma organizativa determinante do grande capital.* As forças que desempenharam um papel muito importante nesse processo, e que nos ajudam a apreender as diferenças quantitativas entre o desenvolvimento das empresas no período tardio do capitalismo e seu desenvolvimento no período do imperialismo clássico, são as seguintes:

1) O novo desenvolvimento das forças produtivas desencadeado pela terceira revolução tecnológica alcançou um ponto no qual, em um número cada vez maior de setores, não é mais possível produzir lucrativamente em escala nacional, não só por causa dos limites do mercado interno, mas também por causa do enorme volume de capital necessário à produção. A indústria espacial ou a fabricação de aviões supersônicos de transporte, e amanhã muito provavelmente a "indústria antipoluição", são os exemplos clássicos *absolutos* desse processo na Europa ocidental. A produção de circuitos integrados, que embora já tenha começado em muitos países europeus, só agora pode ser lucrativamente desenvolvida por um único produtor que atenda toda a Europa Ocidental, é um exemplo *relativo* da mesma tendência. Mas em muitas outras áreas também há evidências de que as forças produtivas contemporâneas estão rompendo os limites do Estado Nacional, pois a lucratividade mínima para a produção de certas mercadorias envolve séries produtivas proporcionais aos mercados de vários países.[15] Por exemplo: hoje existe uma única máquina que, com velocidade e capacidade adequadas, pode produzir fósforos para 10 milhões de consumidores; outra que pode produzir lâmpadas elétricas para 25 milhões; uma única refinaria de petróleo pode responder pelo consumo de petróleo de mais de 15 milhões de usuários etc.[16] Num país como a Suécia, o mercado interno (consumo doméstico) só requer 30% da capacidade mínima ótima de uma fábrica de cigarros, 50% de uma fábrica de geladeiras e 70% de uma fábrica de cerveja. Mesmo no Canadá, o mercado interno é pequeno demais para permitir a utilização da capacidade mínima ótima de uma única fábrica de geladeiras.[17] A internacionalização das forças produtivas cria assim a infra-estrutura para a internacionalização do capital. Isso se expressa, entre outros, pelo fato de que uma parcela crescente do movimento comercial internacional na verdade se efetiva no interior da mesma empresa internacional (entre outras, a exportação de peças de automóvel para serem montadas em outro local, de peças sobressalentes etc.). A pressão estrutural que o crescimento das forças produtivas exerce coloca o custo de muitos projetos gigantes de pesquisa além dos recursos financeiros dos Estados de

[15] Brown fornece as interessantes cifras que se seguem: uma fundição moderna pode produzir ferro suficiente para uma sociedade industrial com 1 milhão de habitantes; uma usina siderúrgica moderna pode produzir o suficiente para uma sociedade semelhante com 2-3 milhões de habitantes; uma laminadora contínua moderna pode produzir para uma comunidade de 20 milhões de habitantes; uma laminadora moderna para produtos especiais tais como chapas largas e chapas magnetizadas pode produzir para populações ainda maiores. BROWN, A. J. *Introduction to the World Economy*. Londres, 1965, p. 125.

[16] *Id.*, p. 126-127. Isso não é verdade apenas em relação à produção efetiva, mas também em relação à área do transporte. Assim a introdução do sistema container em larga escala na rota do Atlântico Norte foi empreendida pela Atlantic Container Line, formada por seis companhias européias de navegação oriundas de diversos países (Compagnie Generale Transatlantique, Cunard Line, Holland-America Line, Transatlantic Steamship Company of Sweden, Swedish American Line e Wallenius Shipping Company). Nenhuma das companhias nacionais de navegação teria conseguido arcar sozinha com os custos e os riscos envolvidos nessa transformação tecnológica.

[17] A capacidade mínima ótima é um nível abaixo do qual os custos de produção por unidade começam a aumentar. Ver SCHERER, F. M. "The Determinants of Industrial Plant Sizes". In: *Review of Economics and Statistics*. Maio de 1973. p. 141.

porte médio, forçando-os cada vez mais na direção da coordenação, da cooperação e da divisão de trabalho internacionais em pesquisas financiadas pelo Estado. Um estimulante a mais para a criação de corporações multinacionais é a *compulsão à integração vertical*, uma das forças motrizes da centralização do capital. Mas essa integração vertical envolve cada vez mais uma combinação de regiões produtivas situadas em países diferentes, correspondendo a um crescimento desigual de fontes de matérias-primas, inovação tecnológica e acumulação de capital por todo o mundo.

2) A acumulação e a concentração crescentes do capital no período do capitalismo monopolista coloca uma quantidade cada vez maior de capital à disposição das grandes empresas oligopolistas e monopolistas, por meio dos superlucros que realizam. As conseqüências são o autofinanciamento e a supercapitalização.[18] Porém, como é típico do capital monopolista eliminar a concorrência de preços, o crescimento das vendas e da produção é cada vez mais limitado no país. O resultado é a compulsão das grandes empresas no sentido de se expandirem para além do mercado nacional, a fim de assegurar a saída de seus produtos. Essa expansão segue dois caminhos: diferenciação e combinação de setores no mercado interno[19] e especialização e diferenciação de produtos no mercado mundial. Devido à maximização dos lucros a longo prazo (as vantagens das grandes séries, das economias de escala interna e externa, e do controle de mercado) é a segunda dessas duas tendências que predomina, levando as grandes empresas a produzir e vender em escala mundial. A indústria química é um bom exemplo. A grande empresa suíça Ciba (hoje Ciba-Geigy) penetrou no setor de fotoquímica (entre outras formas, absorvendo a British Ilford Company) e a partir daí começou a mover-se na área dos equipamentos audiovisuais, da impressão e da produção de instrumentos destinados à aerofotografia militar. As grandes empresas farmacêuticas invadiram a indústria alimentícia (Bristol Myers), a área de cosméticos (Roche, Eli-Lilly, Roussel-Uclaf) e de equipamentos médico-hospitalares (Johnson & Johnson, Roche).[20]

3) No capitalismo tardio, os superlucros geralmente assumem a forma de superlucros tecnológicos (rendas tecnológicas). O menor tempo de rotação do capital fixo e a aceleração da inovação tecnológica determinam a busca de novos produtos e novos processos de produção que envolvem riscos inerentes à expansão do capital, por causa das enormes despesas necessárias à pesquisa e ao desenvolvimento de produtos, e exigem o máximo em produção e vendas para as mercadorias recentemente fabricadas.[21] Um porta-voz da indústria química norte-americana disse muito claramente que

> "para se obter margens de lucro superiores à média, é preciso descobrir continuamente novos produtos e especializações que possam proporcionar grandes margens de lucro, enquanto os produtos mais antigos da mesma categoria voltam a ser produtos químicos com margens de lucro menores".[22]

[18] MANDEL, E. *Marxist Economic Theory*. p. 511-521.
[19] A forma mais importante assumida por essa tendência no capitalismo tardio são os chamados "conglomerados". Uma análise completa desse fenômeno foi publicada pela *American Economic Review*. n.º 2, v. XI, maio de 1971. Ver também FUELLER, W. F. "A Theory of Conglomerate Mergers". In: *Quarterly Journal of Economics*. Novembro de 1969. Nos anos 1965/69, mais de 80% das fusões de empresas nos Estados Unidos levaram à criação de conglomerados, comparativamente a 52% nos anos 1948/53. KUMPS, Anne-Marie e LICHTBUER, Michel Cardon de. "La concentration conglomérate". In: *Reflets et Perspectives de la Vie Economique*. n.º 2, 1971.
[20] *Neue Zürcher Zeitung*. 29 de junho de 1969; *Entreprise*, 31 de março de 1972.
[21] HYMER, Stephen H. "The Efficiency (Contradictions) of Multi-National Corporations". In: *The American Economic Review*. Maio de 1979, v. LX. n.º 2, p. 445.
[22] BACKMAN, J. *The Economics of the Chemical Industry*. Washington, 1970. p. 215.

Essa pressão, por sua vez, é um poderoso incentivo para a produção internacional, favorecida pela relativa facilidade de acesso aos grandes mercados (concentrações de população em grandes áreas urbanas).[23] *Uma nova forma da divisão de trabalho, baseada na especialização de produtos, corresponde agora às grandes empresas multinacionais do capitalismo tardio.*[24] Também procuram lucrar na diferença de preço internacional na compra de matérias-primas, equipamentos, terras e edifícios, assim como na compra da força de trabalho e nas diferenças dos preços de mercado para os artigos produzidos em suas fábricas, a fim de maximinizar seus superlucros monopolistas em escala mundial.[25] A indústria automobilística é um excelente exemplo: empresas européias e japonesas dominam o mercado norte-americano de carros pequenos; certas empresas (Mercedes, Volvo, BMW, Alfa-Romeo, Citroën, algumas companhias norte-americanas) dominam o mercado europeu de carros grandes e de luxo; algumas empresas especializaram-se na produção de carros médios, e outras na produção de caminhões mais leves ou mais pesados etc.

4) Forças sócio-políticas (fermentação revolucionária constante nas colônias e semicolônias, desde a Segunda Guerra Mundial), assim como forças econômicas (os produtos agrícolas passam a ser cultivados com tecnologia industrial avançada; há desenvolvimento de métodos químicos, ao invés de naturais, para a obtenção de produtos agrícolas etc.), provocaram um declínio relativo das exportações de capital para regiões subdesenvolvidas. Em conseqüência disso, o excesso de capital agora circula predominantemente entre as metrópoles imperialistas, o que também promove a ascensão da empresa multinacional. Embora depois da Segunda Guerra Mundial esse fluxo de capital tenha vindo principalmente da América do Norte e da Inglaterra, hoje o capital da Europa continental e o do Japão desempenham um papel cada vez mais importante nesse movimento de exportação interimperialista. O desenvolvimento desigual dos vários países imperialistas é ele próprio um estímulo considerável para o entrosamento internacional do capital; na Europa, por exemplo, a capacidade de as empresas "nacionais" isoladas resistirem à concorrência de suas rivais norte-americanas será ameaçada de maneira crítica de esse entrosamento não ocorrer.[26]

5) O desenvolvimento desigual das grandes e variadas forças (ou regiões imperialistas) e a política protecionista ou parcialmente protecionista que procuram efeti-

[23] Charles P. Kindleberger (*American Business Abroad*. p. 14) salienta que os dois pré-requisitos para um rápido desenvolvimento do raio de ação das sociedades anônimas mais importantes são um alto grau de concentração nacional da indústria já existente e grandes possibilidades de vendas internacionais criadas pela familiaridade da marca. Isso responde à questão colocada por Heilbronner sobre a razão de haver uma grande "produção internacional" de vidro de automóveis, mas não de máquinas operatrizes ou de navios. HEILBRONNER, Robert L. "The Multinacional Corporation and the Nation State". In: *The New York Review of Books*. 11 de fevereiro de 1971.

[24] KINDLEBERGER. *Europe's Post-War Growth*. p. 114; VERNON. *Op. cit.*, p. 71-82.

[25] "(Pelo final da década de 60) Bendix utilizava o trabalho barato de Taiwan na montagem de rádios para automóveis destinados ao mercado mundial. Ford fabricava pára-lamas na Holanda para a produção de automóveis no resto da Europa e peças de trator na Alemanha e motores de modelos reduzidos na Inglaterra para serem utilizados nas montadoras norte-americanas. Singer espalhou os diversos modelos de suas máquinas de costura entre a Escócia, o Canadá, o Japão e os Estados Unidos, concentrando a produção dos diferentes tipos de máquinas, conforme sugeriam o mercado e os fatores de custo." VERNON. *Sovereignty at Bay*. p. 110. Há outros exemplos em TUGENDHAT. *The Multinationals*. p. 139, 142 e 149.

[26] Para um exame detalhado dos problemas aqui envolvidos, ver nosso livro, *Europe Versus America?* Londres, 1970. O rápido crescimento das exportações japonesas de capital nos últimos anos tem sido particularmente impressionante. Antes de 1967 sua média nunca passava de 100-200 milhões de dólares por ano. Depois aumentaram aos saltos, para 400 milhões de dólares em 1968, 670 milhões em 1969, 913 milhões em 1970 e mais de 1 bilhão em 1971. O valor total dos investimentos japoneses no exterior passa agora de 10 bilhões de dólares. Só o investimento direto dos europeus nos Estados Unidos cresceu de 6 bilhões de dólares em 1966 para 10 bilhões em 1971; os investimentos em títulos a longo prazo dos europeus nos Estados Unidos passaram de 11,5 bilhões de dólares em 1966 para 26 bilhões em 1971.

var reforçam a tendência contemporânea de substituir a exportação de mercadorias pela exportação de capital, a fim de evitar as restrições alfandegárias. Por essa razão as empresas norte-americanas e inglesas estabeleceram numerosas filiais na CEE para proteger sua fatia de mercado dos efeitos das restrições alfandegárias comuns a toda a CEE relativas às exportações de outros países. Esse fator já desempenhou um papel importante nos primeiros esforços de estabelecer unidades de produção fora do país de origem das grandes empresas, realizados pela Lever Brothers, pela Bayer ou pela Jurgens (um dos elementos originais da Unilever) antes da Primeira Guerra Mundial. A recente tendência protecionista da política comercial norte-americana — evidente já há alguns anos, mas gritante no discurso de Nixon de 15 de agosto de 1971 — também pode acelerar as exportações de capital europeu e japonês para os Estados Unidos. A crescente instabilidade do sistema monetário internacional representa um papel semelhante, pois engendra receios cada vez maiores de flutuações imprevisíveis nas taxas de câmbio e também fez as vezes de freio à expansão das exportações de mercadorias, ao mesmo tempo que estimula a exportação de capital resultante da internacionalização das regiões produtivas.[27]

6) A especialização e a "racionalização" do controle do capital, decorrentes da crescente centralização do capital em escala nacional, induzem investimentos diretos no exterior, na medida em que permitem aos capitalistas especializar-se mais e mais na área da atividade reprodutiva "pura", e na medida em que deixam a preferência por novos investimentos ser determinada por critérios objetivos independentes de considerações nacionais e internacionais. A lógica da concorrência oligopolista e seu veículo com o progresso técnico caminham na mesma direção, pois, no caso de certos produtos, o "mercado normal" não se diferencia mais do mercado mundial. O desenvolvimento de uma empresa que passa do *status* nacional para o internacional corresponde, a nível dos "muitos capitais", às tendências objetivas de desenvolvimento do "capital em geral", já descritas.[28]

O presidente do conselho administrativo da grande empresa alemã Robert Bosch GmbH sintetizou recentemente as considerações econômicas que determinaram a decisão tomada por sua empresa de se internacionalizar:

1. mercados atuais, que muitas vezes impõem a produção de uma mercadoria na zona em que é consumida, por razões que incluem custos de transporte, garantia de oferta, adaptação de produtos às necessidades locais, emprego e problemas estruturais da região de vendas;

2. fatores de produção, que incluem não só matérias-primas e energia, mas particularmente a força de trabalho, cuja combinação ótima é um pré-requisito para a minimização dos custos de produção;

3. desenvolvimento mundial da tecnologia, que compreende diferentes graus de progresso em diferentes regiões e requer coordenação internacional;

[27] KINDLEBERGER. *American Business Abroad*. p. 188-189; LEVINSON. *Capital, Inflation and the Multinacionals*. p. 36, 54-55 etc.

[28] Sobre as origens das empresas multinacionais no desenvolvimento interno da grande empresa capitalista, ver HYMER. *Op. cit.*, p. 442-443; CHANDLER. *Strategy and Structure*. p. 42-51, 324 *et seq.* Ambos os setores atribuem um papel decisivo à sociedade anônima de múltiplas divisões surgida na década de 30, mas que só se generalizou depois da Segunda Guerra Mundial como um estágio intermediário entre a empresa "nacional" e a "internacional".

4. distribuição de riscos, um objetivo compreensível quando as tendências correntes se dirigem aos retornos decrescentes e aos perigos crescentes.

Algumas cifras serão suficientes para indicar a escala dessa internacionalização da *produção*, diferente da *realização* de mais-valia. Se definirmos uma "empresa internacional" como aquela que tem ao menos 25% do giro total, das vendas, dos investimentos, da produção ou do emprego fora de seu país de origem ou da administração central, então 75 a 85 das 200 maiores sociedades anônimas norte-americanas e das 200 maiores empresas européias se encaixam nessa categoria.[29] Entre as 176 maiores empresas norte-americanas, 71 têm em média cerca de 1/3 de empregados residentes no exterior.[30] Em 1967, as exportações das dez principais nações capitalistas industrializadas, correspondentes a 130 bilhões de dólares, equivaliam a pouco mais da metade do movimento das subsidiárias e dos centros estrangeiros de produção de empresas dessas mesmas nações (240 bilhões de dólares). Em 1971, as sociedades anônimas multinacionais produziram mercadorias no valor de 300 bilhões de dólares fora de seus países de origem, o que corresponde a um valor superior ao valor total do comércio mundial.[31] Segundo Magdoff, em 1965 22% dos lucros de empresas norte-americanas vieram de seus *holdings* estrangeiros.[32] No começo de 1972, o giro total de todas as companhias caracterizadas como multinacionais foi estimado entre 300 e 450 bilhões de dólares, de acordo com as definições usadas — em outras palavras, entre 15% e 20% do produto social bruto de todo o mundo capitalista.[33] Como esse giro duplicou a taxa do produto social bruto em relação à década passada, sua parte nesse produto subiria para 28% e 40% nos próximos dez anos, se se mantivesse a tendência atual, o que parece improvável.

Porém, ao falar da tendência à centralização internacional do capital, é preciso distinguir suas diferentes formas e descrever de maneira mais exata, ou relativizar, o conceito de "empresa multinacional". Centralização de capital implica um poder dirigente central, ou *centralização do controle dos meios de produção* — em outras palavras, a propriedade privada centralizada. Nesse contexto não é importante saber se as ações se distribuem internacionalmente entre acionistas pequenos ou médios, pois um dos traços notórios das empresas capitalistas de sociedade anônima, e de capital monopolista como um todo, é que a posse de uma grande quantidade de capital no seio de uma sociedade anônima de vulto permite o controle sobre quantidades ainda maiores de capital.

A centralização internacional do capital significa, portanto, controle central de capital de diferentes origens e controles nacionais. Essa centralização pode tomar duas formas: ou as firmas e as grandes empresas com *diferentes* proprietários imperialistas nacionais podem ser controladas por uma *única* classe imperialista (como, por exemplo, quando a Machines Bull foi absorvida pela General Electric, a Phoenixworks pela Firestone, a empresa belga ACEC pela Westinghouse etc.); ou, por outro lado, as firmas e as grandes empresas com *diferentes* proprietários nacionais podem entrelaçar-se com *uma* companhia internacional *sem* que o controle caia em mãos de um poder isolado, como, por exemplo, na incorporação da AGFA

[29] ROLFE, Sidney E. e DANIM, Walter (Eds.). *The Multi-National Corporation in the World Economy*. Nova York. p. 17.
[30] SIMMONDS, Kenneth. In: BROWN, Courtney. *World Business: Promise and Problems*. Nova York, 1969, p. 49.
[31] TUGENDHAT. *The Multinationals*. p. 21.
[32] HEILBRONNER. *Op. cit.*, p. 21; MAGDOFF. *Op. cit.*, p. 159.
[33] A estimativa mais baixa é apresentada por MACRAE, Norman. "The Future of International Business". In: *The Economist*. 22 de janeiro de 1972; a estimativa mais alta é dada pelo magnata norte-americano ROSS, Arthur. "Trends bei multinationalen Konzernen". In: *Gottlieb Duttweiler-Institute — Topics*. Ano 3, n.º 5, maio de 1972.

com a Gevaert, na fusão das empresas Ijmuiden-Hoesch-Dortmund-Horder-Hütten-Union, na união da Dunlop-Pirelli e da AEG-Zanussi, e na fusão entre VFW e Fokker (truste alemão-holandês de aviões).[34]

As enormes sociedades anônimas norte-americanas que criaram filiais e subsidiárias em muitos países (General Electric, Ford, Esso Standard, Texaco, Westinghouse, General Motors e IBM, por exemplo) estão obviamente fora da categoria de uma verdadeira fusão internacional de capital, pois, tanto em termos de origem como de controle, seu capital continua inequivocamente nacional. Embora essas empresas norte-americanas, como as empresas clássicas do Império Britânico, representem uma concentração internacional de capital, porque uma proporção crescente do capital acumulado por elas origina-se da produção e realização de mais-valia fora do país de origem,[35] elas não representam uma centralização internacional de capital. Essa centralização internacional só ocorre quando essas companhias absorvem firmas e empresas locais em vários países no decorrer de sua atividade internacional.

Para esclarecer as tendências de desenvolvimento a longo prazo da centralização internacional de capital e sua relação com o Estado capitalista tardio, é fundamental distinguir rigorosamente a internacionalização da *realização* de mais-valia (a venda de mercadorias), a internacionalização da *produção* de mais-valia (a produção de mercadorias), a internacionalização da compra da *mercadoria força de trabalho* (ou do mercado específico dessa mercadoria) e a internacionalização do controle do capital, que em última instância sempre se baseia na internacionalização da *propriedade do capital.*

A internacionalização da realização de mais-valia, isto é, a venda de mercadorias, é uma tendência inerente ao capitalismo, mas desenvolve-se de formas muito diferentes na história desse modo de produção. Falando em termos gerais, essa internacionalização veio crescendo desde o começo do século XIX até as vésperas da Primeira Guerra Mundial (isto é, as exportações representavam uma parte cada vez maior da produção industrial dos países capitalistas avançados); mas diminuiu entre 1914 e 1945; com o advento da era do capitalismo tardio, aumentou novamente, embora o nível relativo (em outras palavras, as exportações *per capita*) alcançado antes da Primeira Guerra Mundial não tenha sido atingido antes da década de 60.[36]

No passado, a internacionalização da produção de mais-valia na indústria manufatureira, fora do setor das matérias-primas, era mínima. Hoje constitui o aspecto particular e realmente novo da internacionalização do capital. A maioria das grandes empresas agora despende capital constante e variável em muitos países da Terra, quer em sucursais sob seu controle direto, quer em associação com outras

[34] Um caso-limite de fusão internacional de capital seria aquele no qual a venda internacional de ações tivesse "diluído" o padrão de propriedade a ponto de a "nacionalidade fundadora" original perder o controle da empresa. Às vezes se afirma que esse já é o caso da grande empresa suíça Nestlé, e mesmo da empresa holandesa Phillips. Somos céticos quanto a ser esse realmente o caso.

[35] Os maciços "investimentos portfólio" em ações estrangeiras sem a influência (ou controle) das empresas interessadas é uma forma de concentração internacional de capital sem centralização internacional (que já existia em embrião no período do imperialismo "clássico") específica do capitalismo tardio. Assim os capitalistas europeus possuíam um total de 26 bilhões de dólares em ações de firmas norte-americanas, de cuja administração não participavam. Enquanto as exportações de capital da Europa para os Estados Unidos — até agora — são predominantemente investimentos portfólio, as exportações norte-americanas de capital para a Europa ocidental são predominantemente investimentos diretos na Europa.

[36] Segundo as estimativas de Lamartine Yates, o comércio mundial *per capita* era menor em 1937 do que em 1913 (– 7%), enquanto a taxa média de crescimento estimada em períodos de dez anos desse comércio mundial *per capita*, entre 1913 e 1963, era de 8%. Mas enquanto a cota de exportações de produto mundial aumentou durante todo um século (diz-se que passou de 3% em 1800 para 33% em 1913), começou um longo declínio entre as duas guerras mundiais; mesmo em 1963, quando estava em 22%, ainda não havia recuperado o nível de 1913. KUZNETS, Simon. *Quantitative Aspects of the Economic Growth of Nations*, p. 4-9.

companhias, em empresas fundadas por companhias estrangeiras em países estrangeiros e posteriormente compradas, ou em grandes companhias multinacionais com as quais as empresas estrangeiras se entrelaçam. Esse processo iniciou-se logo depois da Segunda Guerra Mundial, em particular nas indústrias petrolífera, automobilística e de aparelhos elétricos norte-americanas, e hoje é um fenômeno mundial que pela primeira vez proporciona de fato um âmbito *diretamente* internacional para a concorrência do capital (um exemplo óbvio é o campo internacional de concorrência entre as mais importantes empresas americanas de computação na indústria eletrônica).[37]

A internacionalização da compra da mercadoria força de trabalho é uma conseqüência inevitável da internacionalização da produção de mais-valia, embora as duas não coincidam necessariamente de forma econômica. Por um lado, a produção no exterior pode ocorrer sem muita força de trabalho estrangeira, especialmente em empresas ou setores industriais altamente mecanizados ou automatizados. Por outro, pode haver grandes movimentos internacionais da força de trabalho à procura de emprego, sem que isso necessariamente se faça acompanhar da internacionalização das regiões produtivas ou de sua posse: observem os movimentos de massa da força de trabalho italiana, espanhola, portuguesa, grega, iugoslava, turca e marroquina em direção à Europa ocidental e especialmente em direção aos países da CEE, sem quaisquer mudanças nas relações de propriedade na indústria da Europa ocidental. Esses dois processos, o da mobilidade internacional do capital e o da mobilidade internacional da força de trabalho, não são paralelos nem complementares no período do capitalismo tardio (ao contrário de sua tendência no período capitalista juvenil): eles se opõem um ao outro. A força de trabalho aflui das áreas marginais menos desenvolvidas para os centros industriais da Europa ocidental exatamente pelo mesmo motivo pelo qual o capital *não* sai (ou não sai em quantidade suficiente) desses centros para aquelas áreas marginais.[38]

A internacionalização do controle do capital, a verdadeira centralização do capital, sempre implica uma *transferência de propriedade*, seja de um país para outro, seja de um grupo nacional de proprietários de capital para outros. Aqui também prepondera a lei do desenvolvimento desigual e combinado. A centralização internacional do capital não é necessária nem mecanicamente congruente com a internacionalização da produção, de produtores ou da venda de mercadorias. Somente quando a internacionalização da produção leva à internacionalização da propriedade do capital — em outras palavras, a uma *alteração* internacional da propriedade do capital — é que realmente podemos falar de uma internacionalização do controle do capital.[39] A infra-estrutura material que possibilita ao capital exercer

[37] É aconselhável distinguir companhias nacionais que operam em nível internacional das companhias internacionais, segundo as proporções respectivas de sua produção doméstica e estrangeira, e também distinguir as companhias internacionais (controladas pelo capital de uma única nacionalidade) das do tipo multinacional segundo os padrões respectivos de propriedade. KINDLEBERGER. *American Business Abroad*. p. 180-184.

[38] No caso das emigrações européias em massa, as chamadas colônias brancas do século XIX e começos do século XX, a força de trabalho e o capital andaram na mesma direção — mesmo quando seu ritmo e seu volume diferiam. O mesmo acontece (e acontecia) com a emigração chinesa e japonesa para o Pacífico, com a emigração hindu e libanesa para a África oriental e ocidental, respectivamente, e com movimentos menores de emigração no Mediterrâneo (gregos e italianos). Mas no caso da emigração contemporânea da Europa oriental e meridional para o lado ocidental do continente, o trabalho move-se na direção contrária do capital.

[39] Aqui é preciso entender a propriedade do capital como controle sobre o capital, que pode basear-se na posse de percentagens minoritárias relativamente pequenas do capital total. Segundo Kindleberger, as empresas norte-americanas não possuem, em média, mais de 60% de suas sucursais estrangeiras. (*American Business Abroad*. p. 31.) Isso pode ser comparado ao fato de que os estrangeiros ocupavam apenas 1,6% dos 1 851 cargos de direção na administração de empresas norte-americanas com atividades importantes no exterior. Tugendhat comenta com acerto: "A característica mais notável da moderna empresa multinacional é a sua direção centralizada. Qualquer que seja seu tamanho e qualquer que seja o número de sucursais espalhadas pelo mundo, todas as suas atividades são coordenadas pelo centro". *The Multinationals*. p. 31.

um controle internacional real só foi criada pela terceira revolução tecnológica com seus telex, seus jatos e seus outros produtos característicos.

É preciso distinguir aqui três tipos diferentes de relação entre o Estado nacional burguês e a centralização internacional do capital. A centralização internacional do capital pode fazer-se acompanhar pela expansão internacional do poder de *um único Estado*. Essa tendência já se evidenciava na Primeira Guerra Mundial, e durante e após a Segunda Guerra Mundial, e expressou-se de maneira espetacular através da hegemonia política e militar do imperialismo norte-americano. Este corresponde basicamente à primeira das duas formas principais da centralização internacional do capital: uma única classe nacional de capitalistas — os capitalistas estrangeiros participam quando muito como *sócios minoritários* — exerce um controle decisivo sobre o aparato internacional de produção, sendo cada vez maior a parte que lhe cabe. O poder internacional crescente de um único Estado imperialista harmoniza-se com a supremacia internacional crescente de um único grupo nacional de proprietários de capital no âmbito global do capital internacional.

A centralização internacional do capital também pode fazer-se acompanhar pelo desmantelamento do poder de vários Estados nacionais burgueses e pelo surgimento de um *novo poder estatal federal*, um *Estado burguês supranacional*. Essa variante, que parece pelo menos possível, senão provável, para a região da CEE da Europa ocidental, corresponde à segunda principal forma de centralização internacional do capital: a fusão internacional do capital sem a predominância de nenhum grupo específico de capitalistas nacionais. Como nenhum tipo de hegemonia é tolerado nessas empresas realmente multinacionais, a forma estatal correspondente a essa forma de capital não pode, a longo prazo, implicar a supremacia de uma única nação burguesa sobre as outras, nem uma confederação frouxa de Estados nacionais soberanos; deve antes tomar a forma de um Estado federal supranacional, caracterizado pela transferência de decisivos direitos de soberania.

Certamente seria um erro tratar forças puramente econômicas como fatores absolutos dessa questão, divorciando-as do contexto histórico global. As funções do Estado burguês não se restringem apenas a salvaguardar os interesses econômicos imediatos dos proprietários do capital — ou do grupo mais importante de capitalistas em cada uma das fases do modo de produção capitalista. Para desempenhar efetivamente esse papel, é preciso, com efeito, que estenda suas atividades a todas as esferas da superestrutura, uma tarefa que apresenta grandes dificuldades se for empreendida sem cuidadosa consideração das peculiaridades nacionais e culturais de cada nacionalidade.[40] Na fase do capitalismo tardio, as funções econômicas diretas ou indiretas do aparato do Estado burguês vieram colocar-se tão marcadamente no primeiro plano — pela necessidade de ganhar um controle cada vez maior sobre todas as fases do processo de produção e reprodução — que sob certas circunstâncias o capital monopolista pode, sem dúvida alguma, considerar como um mal menor certa divisão de trabalho entre um Estado federal supranacional e a atividade cultural dos Estados nacionais. Não se deve esquecer que nos Estados Unidos, por exemplo, todas as questões relativas à educação, à religião e à cultura permaneceram — desde a fundação da União — em mãos dos Estados individualmente, ao invés de passarem para o governo federal. Além disso, a regulamentação de questões educacionais e culturais em várias línguas não é de forma alguma impossível (ver o sistema cantonal da Federação Suíça).

A irresistível compulsão de criar um Estado imperialista supranacional na Euro-

[40] A ênfase particular sobre esse fator superestrutural não econômico explica por que os gaullistas franceses aderiram firmemente ao axioma de "pequenos Estados" europeus e por que resistem à "supranacionalidade" representada pelos "eurocratas sem alma".

pa ocidental — se a centralização internacional do capital realmente assumir a forma predominante de fusão de capital a nível de toda a Europa, sem a hegemonia de nenhuma classe nacional burguesa — surge precisamente da função econômica imediata do Estado no capitalismo tardio. O planejamento econômico estatal nacional é incompatível, a longo prazo, com a fusão multinacional de capital.[41] Ou o primeiro restringe a segunda, especialmente em períodos de crise ou recessão, ou a segunda cria uma forma internacional de planejamento econômico que seja coerente consigo mesma.[42]

A escolha de uma dessas alternativas será baseada, em última instância, na questão da política econômica anticíclica, pois uma luta bem-sucedida contra crises e recessões, em harmonia com os interesses de empresas multinacionais, não pode ser conduzida a nível nacional; só pode ser internacional. Como os instrumentos da política anticíclica consistem em artifícios monetários, creditícios, orçamentários, tributários e alfandegários, essa política deve ter à sua disposição uma moeda internacional uniforme e uma orientação internacional uniforme relativa a crédito, orçamentos e impostos (a política comercial internacional já é uma realidade na CEE). Mas a longo prazo é impossível ter uma moeda comum, um orçamento comum, um sistema comum de tributação e um programa de obras públicas comum[43] sem um governo federal com soberania em questões de tributação e finanças, dispondo de um poder executivo de repressão para impor sua autoridade — em outras palavras, sem um Estado comum. É preciso dizer ainda que as grandes empresas multinacionais criam também um mercado de capital internacional que, em todo caso, tornam cada vez mais problemática a sobrevivência de moedas nacionais, de políticas creditícias nacionais e de orçamentos nacionais.[44]

A terceira variante possível da relação entre a centralização internacional do capital e o desenvolvimento do Estado capitalista tardio é a *indiferença* relativa do capital para com o Estado. O exemplo de grandes empresas inglesas, canadenses e algumas holandesas, em particular, é muitas vezes citado para ilustrar esse caso.[45] Costuma-se enfatizar que essas empresas internacionalizaram tanto suas atividades, e produzem e realizam mais-valia em tantos países, que se tornaram indiferentes ao desenvolvimento da conjuntura econômica e política de sua pátria.[46]

Sem negar, porém, a existência dessa variante, podemos considerá-la basicamente como simples intermediário entre as duas variantes principais apresentadas acima. Numa análise mais detalhada é preciso distinguir dois casos diferentes no funcionamento dessas empresas "indiferentes ao Estado". No primeiro, elas ope-

[41] É por essa razão que durante muitos anos defendemos o ponto de vista de que a CEE ainda não é "irreversível" e que ainda poderia ser vítima de uma grave recessão geral.

[42] Esse último deve ser entendido num duplo sentido: em primeiro lugar, quantitativamente — ou seja, um tipo de planejamento econômico no qual o Estado pudesse acionar quantidades suficientes de recursos anticíclicos para enfrentar dificuldades conjunturais de realização e vendas sofridas por enormes empresas como a Siemens, a Phillips, a FIAT ou a ICI; em segundo lugar, qualitativamente — ou seja, um tipo de planejamento econômico capaz de subjugar interesses regionais específicos em função do maior proveito das grandes empresas multinacionais.

[43] Já em 1958, Scitovsky afirmava que as crises estruturais e de desemprego resultariam inevitavelmente da criação da CEE, e argumentava que uma política empregatícia e infra-estrutural (ou uma política de obras públicas) comum seria também inevitável na CEE, a longo prazo. *Economic Theory and Western European Integration*. Londres, 1967. p. 97-98.

[44] Vários autores já mencionaram o papel das empresas multinacionais de frustrar as tentativas nacionais de estabilizar a taxa de juros e de cotações da Bolsa nos últimos anos. (Ver, por exemplo, LEVINSON. *Op. cit.*, p. 36-37, 70-71; TUGENDHAT. *Op. cit.*, p. 161.) Trataremos desse problema nos capítulos 13 e 14.

[45] ROWTHORN, Robert. (Em colaboração com HYMER, Stephen.) *International Big Business 1957-1967*. Cambridge, 1971. p. 62-63, 74.

[46] Entre outros, ver ROWTHORN, Robert. "Imperialism: Unity or Rivalry?" In: *New Left Review*, n.º 69 (setembro-outubro de 1971), p. 46-47; MURRAY, Robin. "Internationalization of Capital and the Nation State". In: *New Left Review*, n.º 67 (maio-junho de 1971), p. 104-108. Reconhece ele aí a contradição e conclui que o capitalismo tardio está se tornando cada vez mais instável, sem mencionar que as grandes empresas *serão obrigadas*, portanto, a buscar um poder estatal adequado às suas necessidades.

ram em países onde o próprio poder estatal é tão fraco que não oferece resistência à busca de lucros adicionais das empresas sem pátria: isso só é válido, em última instância, digamos, para os países semicoloniais controlados pelo capital inglês. No segundo caso, elas operam em países onde o poder estatal que intervém na economia é independente delas. Com a intensificação da concorrência e da centralização internacional do capital, os países do primeiro grupo tenderão a se tornar cada vez mais propensos a usar todo o poder estatal à sua disposição para defender seus próprios interesses de possíveis concorrentes. Entretanto, nos países do segundo grupo, a posição das empresas "indiferentes ao Estado" está sujeita a ser cada vez mais ameaçada pelas sociedades anônimas que desfrutam do apoio real do aparato estatal local. Por isso é apenas uma questão de tempo para que essas empresas abandonem sua atitude de indiferença ao Estado e procurem dominar seu Estado natal ou o local dentro de cujas fronteiras se dá o grosso de suas operações. Se não o fizerem, tais empresas antes "indiferentes" podem ter de pagar um alto preço por terem subestimado o papel do Estado no período do capitalismo tardio; acabarão caindo nas mãos de suas concorrentes.[47]

Portanto, a única conclusão importante que se pode tirar ao considerar essa terceira variante é que mesmo sem a internacionalização da propriedade do capital, a internacionalização crescente da produção de mais-valia pode levar à "desnacionalização" de uma grande empresa. Em outras palavras, se uma empresa como a Phillips ou a British Petroleum tivesse de transferir a maior parte de suas atividades para a América do Norte, teria um interesse maior pela conjuntura econômica do Canadá ou dos Estados Unidos do que pela britânica ou européia, e por isso teria de usar mais o aparato de Estado da América do Norte do que o britânico para efetivar seus interesses econômicos e poderia finalmente tornar-se parte da burguesia americana, talvez por meio de amálgamas com empresas "puramente" norte-americanas. Não cabe investigar aqui a probabilidade dessa "migração"; só podemos estabelecer sua possibilidade teórica. Mas esse desdobramento apenas nos traz de volta, indiretamente, às duas primeiras variantes.

Todos os autores que, como Charles Levinson, consideram as empresas multinacionais como colossos soberanos que anulam o poder do Estado capitalista tardio, assumem tacitamente a concepção extremamente popular nas décadas de 50 e de 60 de que o grande capital já não enfrenta nenhuma dificuldade séria de vendas ou de realização, nem crises sociais importantes,[48] e que mesmo em períodos de "maus negócios" seus investimentos prosseguem incólumes. Em outras palavras, simplesmente pressupunham que já não havia necessidade do Estado intervir na economia para dominar crises cíclicas agudas e estruturais ou grandes erupções da luta de classes. A recessão da Alemanha Ocidental em 1966/67, a revolta francesa de maio de 1968, o "outono quente" da Itália em 1969/70, a recessão norte-americana de 1969/71 e a recessão mundial de todos os países imperialistas em 1974/75 mostraram o absurdo dessa suposição. Na verdade, a única previsão correta que se pode fazer agora é que as empresas multinacionais não só precisam de um Estado, como de um Estado realmente mais forte que o Estado nacional "clássico" que as capacite, ao menos em parte, a superar as contradições econômicas e sociais que periodicamente ameaçam seus gigantescos capitais.

[47] No ano recessivo de 1974, mesmo sociedades anônimas muito grandes como a British Leyland e a Citroën só escaparam da falência por causa dos subsídios maciços de seus governos nacionais. Mas essas são corporações que estão exatamente abaixo do limite que os Estados nacionais da Europa ocidental ainda podem sustentar. Multinacionais como a Phillips, a ICI, a Siemens, a Fiat ou a Rhône-Poulenc precisariam de subvenções em tal escala, no caso de uma crise financeira séria, que nenhum governo nacional da Europa capitalista poderia provê-las sozinho.

[48] Sobre essa questão, ver os cap. 15 e 17.

Essas três variantes das relações possíveis entre a centralização internacional de capital e o Estado burguês tardio fornecem três modelos possíveis para a estrutura internacional do sistema político metropolitano do imperialismo nos próximos anos e nas próximas décadas:

1. O modelo do *superimperialismo*. Nesse modelo, um único poder imperialista exerce hegemonia tal que os outros poderes imperialistas perdem toda independência real e seu *status* cai para o *status* de pequenos poderes semicoloniais. A longo prazo esse processo não pode apoiar-se apenas na supremacia militar do poder superimperialista — um predomínio que só poderia ser exercido pelo imperialismo norte-americano — mas deve voltar-se para a propriedade e o controle diretos das regiões produtivas e das concentrações de capital mais importantes, dos bancos e de outras instituições financeiras de outros lugares. Sem esse controle direto, ou seja, sem o poder imediato de dispor do capital, não há nada que a longo prazo assegure que a lei do desenvolvimento desigual não altere outra vez a tal ponto a relação de forças econômicas entre os principais Estados capitalistas, que seja solapada a supremacia militar do maior poder imperialista.

Os defensores da teoria do "superimperialismo" vêem, conseqüentemente, as principais empresas internacionais norte-americanas como os verdadeiros — potenciais ou virtuais — senhores do mercado mundial.[49] Duvidam que as grandes empresas européias e japonesas possam, a longo prazo, competir efetivamente com suas congêneres norte-americanas, porque julgam que aquelas estão tecnologicamente muito atrasadas, que seu capital não é muito poderoso ou que não dispõem de "técnicas administrativas".[50] Por outro lado, não acreditam que as empresas européias ou japonesas, ainda quando possam competir no campo "puramente econômico", resistam à concorrência política com as norte-americanas, devido ao fato de que isso poderia desferir um golpe fatal no centro militar e político do imperialismo mundial contemporâneo e depois voltar-se contra elas mesmas.[51] A esse respeito, a alegação de Poulantzas de que nos deixamos enganar por estatísticas "territoriais" ao subestimar a supremacia do capital norte-americano (inclusive as sociedades anônimas norte-americanas estabelecidas na Europa) é típica, mas não tem nenhum fundamento.[52] Nossos argumentos sempre se basearam na concorrência entre várias sociedades anônimas internacionais *de propriedade* de diferentes grupos (norte-americanos, europeus ou japoneses) de capitalistas nacionais. A Phillips, a Fiat, a ICI, a Siemens ou a Rhône-Poulenc são de propriedade de capitalistas europeus, assim como a Mitsubishi, a Hitachi, a Matsushita ou a Sony são de propriedade de capitalistas japoneses e a General Motors, a Exxon, a General Electric ou a US Steel são de capitalistas norte-americanos.

2. O modelo do *ultra-imperialismo*. Nesse modelo a fusão internacional do capital foi tão longe que desaparecem todas as diferenças críticas entre os interesses econômicos dos proprietários de capital de diversas nacionalidades. Todos os capitalistas importantes espalharam a propriedade de seu capital, a produção e a realização de mais-valia, bem como a acumulação de capital (novos investimentos) de forma tão eqüitativa pelos vários países e pelas várias partes do mundo que se tornam completamente indiferentes à conjuntura particular, ao processo particular da

[49] Ver BARAN e SWEEZY. *Monopoly Capital*; MAGDOFF, Harry. *The Age of Imperialism*.
[50] Essa é a advertência contida em *Le Défi Americain*, de Servan-Schreiber, se a incorporação do capital europeu for adiada e a unidade política da Europa ocidental não conseguir concretizar-se.
[51] Martin Nicolaus apresenta essa tese em sua polêmica contra nós. *Die Objectivität des Imperialismus*. Berlim, 1971.
[52] POULANTZAS, Nicos. *Classes in Contemporary Capitalism*. Londres, 1975. p. 50-57.

luta de classes e às peculiaridades "nacionais" do desenvolvimento político de qualquer país. Incidentalmente, é óbvio que uma internacionalização tão completa da economia mundial também significaria o desaparecimento dos ciclos econômicos nacionais. Nessa eventualidade, só restaria a concorrência entre as grandes empresas multinacionais; não haveria mais uma concorrência interimperialista propriamente dita — em outras palavras, a concorrência finalmente se libertaria do Estado nacional, seu ponto de partida. É claro que nesse caso o Estado imperialista não "definharia"; só desapareceria o seu papel de instrumento da concorrência interimperialista. Seu papel de arma central de defesa dos interesses comuns de todos os proprietários imperialistas de capital contra a ameaça de crises econômicas, contra a insurreição do proletariado nos países imperialistas, contra a revolta dos povos colonizados e contra o poder dos Estados não imperialistas seria mais pronunciado do que nunca. Apenas esse Estado não seria mais um Estado nacional imperialista, mas um "Estado mundial" supranacional imperialista. Muitos defensores da tese da crescente "indiferença" das empresas multinacionais ao poder do Estado burguês estão muito próximos da teoria de um "ultra-imperialismo" nascente, especialmente Levinson.[53]

3. O modelo da *concorrência interimperialista* continua, sob novas formas históricas. Nesse modelo, embora a fusão internacional de capital tenha sido suficiente para substituir grande número de grandes forças imperialistas independentes por pequeno número de superpoderes imperialistas, a força contrária do desenvolvimento desigual do capital impede a formação de uma verdadeira comunidade global de interesses capitalistas. *A fusão de capital se dá a nível continental, mas desse modo a concorrência imperialista intercontinental intensifica-se muito mais.* A novidade da moderna concorrência interimperialista, em comparação com o imperialismo clássico que Lênin analisou, consiste em primeiro lugar no fato de que apenas três forças mundiais se confrontam na economia imperialista internacional, quais sejam, o imperialismo norte-americano (que controla grande parte do Canadá e da Austrália), o imperialismo japonês[54] e o imperialismo europeu ocidental. O desenvolvimento posterior do imperialismo japonês, seja em direção à independência, seja em direção à fusão com grandes empresas norte-americanas, provavelmente decidiria essa concorrência. Em segundo lugar há naturalmente o fato de que na atual conjuntura sócio-política de todo o mundo, que é basicamente desfavorável ao capital, as guerras mundiais interimperialistas tornaram-se extremamente improváveis, se não impossíveis. Isso não exclui, na verdade, as guerras locais interimperialistas (por procuração, por assim dizer), as novas guerras coloniais de pilhagem nem as guerras anti-revolucionárias contra os movimentos de liberação nacional — não mencionando o perigo de uma guerra nuclear mundial contra os Estados socialistas burocratizados.

É sabido que Karl Kautsky foi o primeiro a cogitar da possibilidade de um "entendimento ultra-imperialista" entre todos os poderes mundiais. Ele pensou nisso

[53] LEVINSON. *Op. cit.*, p. 103-106.

[54] Sobre o papel cada vez mais importante do imperialismo japonês e de grandes empresas japonesas no Pacífico, ver Stephen Hymer, "The United States Multinational Corporations and Japanese competition in the Pacific" (palestra feita para a Conferencia del Pacifico, Viña del Mar, Chile, de 27 de setembro a 3 de outubro de 1970), cujo manuscrito o autor teve a gentileza de nos enviar. Hermann Kahn (*The Emerging Japanese Super-state*. Londres, 1971.) trata do mesmo assunto, mas esse livro é marcado pela tendência típica do autor de fazer extrapolação desenfreada. O capital japonês é o maior investidor estrangeiro na Coréia do Sul (67%) e na Tailândia (37,3%, em comparação com os 16,2% dos Estados Unidos) e o segundo maior investidor em Singapura. Ver *Far Eastern Economic Review*. 13 de maio de 1974.

antes da Primeira Guerra Mundial.[55] Também é sabido como Lênin refutou categoricamente essa possibilidade.[56] Nicolaus acusou o autor deste trabalho de seguir "os passos de Kautsky" por considerar a possibilidade dos vários poderes europeus se fundirem em um superpoder imperialista europeu.[57] Essa analogia é puramente formal e superficial. A perspectiva de Kautsky era a de que um enfraquecimento gradual das contradições imperialistas levaria ao "ultra-imperialismo". A nossa é diametralmente oposta: supõe uma *intensificação* de todas as contradições inerentes ao imperialismo na era do capitalismo tardio — o antagonismo entre capital e trabalho nas metrópoles e nos países semicoloniais; o antagonismo entre Estados imperialistas e nações coloniais ou semicoloniais e a intensificação da rivalidade interimperialista. Será exatamente essa *intensificação* das contradições interimperialistas que necessariamente fará surgir a tendência de *certos* poderes imperialistas a se fundirem. De outra forma não terão condições de continuar com a luta competitiva. Enquanto a análise de Kautsky levava inexoravelmente a conclusões reformistas e apologéticas, a nossa, ao contrário, culmina logicamente numa valorização ainda maior das tarefas revolucionárias independentes do proletariado das metrópoles.[58]

O próprio Lênin não excluiu de forma alguma, evidentemente, a possibilidade de maior concentração e centralização internacional do capital — inclusive a dos grandes poderes imperialistas: na verdade, afirmou expressamente que a tendência histórica a longo prazo dirigia-se "logicamente" para um único truste mundial. Mas ele estava convencido de que muito antes desse desenvolvimento atingir esse ponto, o imperialismo sofreria um colapso, tanto em conseqüência de suas contradições internas como da luta revolucionária do proletariado e dos povos oprimidos.[59] Compartilhamos dessa concepção e concluímos que o adiamento da revolução proletária nos países imperialistas metropolitanos tornou possível, se não realmente provável, a simplificação do modelo de poderes imperialistas múltiplos em três "superpoderes".

O último dos três modelos apresentados acima é sem dúvida o mais provável, ao menos no futuro próximo. Em última instância, a efetivação de cada um desses modelos depende da forma predominante assumida pela centralização internacional do capital, seja qual for a importância do peso autônomo temporário das forças militares e políticas.

O superimperialismo só pode efetivar-se se o capital monopolista do poder imperialista hegemônico adquirir uma proporção decisiva da *propriedade do capital* de seus concorrentes potenciais mais importantes. Até agora o imperialismo norte-americano não a conseguiu nem na Europa ocidental nem no Japão. O capital financeiro desses países está muito independente de seu congênere norte-americano. Os bancos norte-americanos representam um papel apenas marginal em suas

[55] KAUTSKY, Karl. "Der Imperialismus". In: *Die Neue Zeit*. 11 de setembro de 1914: "Por isso, do ponto de vista puramente econômico, não é impossível que o capitalismo ainda possa viver uma outra fase, a tradução da cartelização em política exterior: uma fase de *ultra-imperialismo* contra a qual temos de lutar, é evidente, de modo tão enérgico quanto lutamos contra o imperialismo, mas cujos perigos tomam outra direção, não a da corrida armamentista e a da ameaça à paz mundial". Ver a tradução do artigo de Kautsky publicada na *New Left Review*, n.º 59, janeiro-fevereiro de 1970, p. 46.

[56] Ver LÊNIN. *Imperialism, the Highest Stage of Capitalism*. In: *Selected Works*. v. I, p. 764-772.

[57] NICOLAUS. *Die Objectivität des Imperialismus*.

[58] Ver nossa resposta a NICOLAUS, Martin. *Die Widersprüche des Imperialismus*. Berlim, 1971.

[59] "Não há dúvida alguma de que o desenvolvimento se encaminha *para* um único truste mundial que absorverá todas as empresas e todos os Estados sem exceção. Mas o desenvolvimento que leva a esse resultado ocorre sob tal pressão, com tal ritmo e com tais contradições, conflitos e convulsões — não apenas econômicos, mas também políticos, nacionais etc. — que antes de se efetivar um truste mundial único, antes que os respectivos capitais financeiros nacionais formem um sindicato mundial 'ultra-imperialista', o imperialismo explodirá inevitavelmente, o capitalismo se transformará em seu oposto." Lênin, na introdução ao *Imperialism and World Economy*, de Bukharin, p. 14.

economias. Embora o capital industrial de propriedade norte-americana seja de grande importância, sendo bem acima da média, especialmente nos chamados setores em desenvolvimento, atualmente sua parte pode ser estimada em pouco mais de 10-15% dos investimentos totais de capital. E não há nenhuma tendência evidente de que sua parte vá aumentar ininterruptamente; parece, ao contrário, estar diminuindo. Portanto, até agora não se pode afirmar enfaticamente que o Estado japonês ou os Estados europeus ocidentais caíram para a posição de semicolônias. Eles conduzem políticas independentes no que diz respeito ao comércio, às relações externas e aos assuntos militares, mesmo que essa independência seja exercida dentro dos limites de uma aliança comum contra os inimigos comuns de classe. É preciso notar que essa aliança coincide plenamente com os interesses comuns a todas as classes capitalistas, e de forma alguma apenas com os interesses específicos do imperialismo norte-americano. Com efeito, podemos acrescentar que desde o começo da década de 50, a relação de forças entre o imperialismo norte-americano e seus congêneres da Europa ocidental e do Japão alterou-se continuamente com desvantagens para o primeiro e com vantagens para os últimos.[60]

Evolução da Relação Econômica de Forças entre Estados Unidos — Europa Ocidental — Japão[1]

Percentagem da Produção Industrial Total do Mundo Capitalista			
	1953	*1963*	*1970*
Estados Unidos da América	52%	44%	40,5%
Comunidade Econômica Européia	16%	21,1%	22%
Reino Unido	10%	6,4%	5%
Japão	2%	5,3%	9,5%

[1] As três primeiras tabelas: BARRATT-BROWN, Michael. *From Labourism to Socialism*. Nottingham, 1972. p. 110, com exceção da coluna referente à propriedade de ouro e moedas estrangeiras para fevereiro de 1973, tirada do *National Institute Economic Review*, maio de 1973. p. 99. Quarta tabela: estimativa para 1960, de MAGDOFF. *Op. cit.*, p. 56; a estimativa para 1971 foi tirada de *Les Sociétés Multinationales et le Développement Mondial*. Nações Unidas, Nova York, 1973, p. 144.

Percentagem das Exportações Totais do Mundo Capitalista

	1953	*1963*	*1970*
Estados Unidos da América	21%	17%	15,5%
Comunidade Econômica Européia	19,3%	27,8%	32%
Reino Unido	9,7%	8,7%	7%
Japão	1,7%	4%	7%

Percentagem do Total de Ouro e de Divisas do Mundo Capitalista

	1953	*1963*	*1970*
Estados Unidos da América	43%	25%	8,3%
Comunidade Econômica Européia	11,5%	29,5%	37,0%
Reino Unido	5%	4,3%	3,5%
Japão	1,5%	3,0%	11,2%

Percentagem dos Investimentos Externos Totais do Mundo Capitalista

	1960	*1971*
Estados Unidos da América	59,1%	52,0%
Reino Unido	24,5%	14,5%
França	4,7%	5,8%
Alemanha Ocidental	1,1%	4,4%
Japão	0,1%	2,7%
Suíça		4,1%
Canadá		3,6%
Holanda		2,2%
Suécia		2,1%
Bélgica		2,0%
Itália		2,0%

Entretanto, o desenvolvimento nesse campo de modo algum terminou. A intensificação da concorrência internacional do capital vem aumentando há muito tempo e mais cedo ou mais tarde levará a um estágio novo e qualitativamente superior da centralização internacional de capital.[61] O número de empresas internacionais importantes é estimado hoje em torno de 800. Perlmutter previu que por volta de 1985 a economia capitalista mundial será dominada por umas 300 empresas. Num trabalho um tanto impressionista, Lattes calcula que cerca de 60 empresas multinacionais dividirão o mercado mundial entre si.[62] Essas empresas serão exclusivamente norte-americanas, ou haverá empresas norte-americanas, por um lado, e européias e japonesas, ou européias, nipo-européias e nipo-americanas por outro? A resposta a essa pergunta determinará, sem dúvida alguma, a probabilidade ou improbabilidade do modelo do superimperialismo. No final tudo dependerá de qual das duas formas principais da centralização internacional do capital triunfará no caso de mais um adiamento da revolução proletária nos países metropolitanos.

É evidente que as chamadas empresas multinacionais dos Estados Unidos entram nessa nova fase de concorrência intensificada com duas vantagens importantíssimas sobre suas rivais: atualmente dispõem em média de recursos de capital muito maiores (três ou quatro vezes superiores) aos de suas concorrentes importantes, e de um Estado muito mais poderoso. Suas congêneres japonesas e européias ocidentais só conseguirão sobreviver se, por sua vez, passarem por um rápido processo de fusão internacional, se atingirem um grau de propriedade de capital e de capacidade produtiva correspondente ao de suas maiores rivais norte-americanas e se, ao menos na Europa ocidental, fundarem um Estado federal em pé de igualdade com os Estados Unidos em termos políticos e militares. O destino da CEE nas duas próximas recessões provavelmente decidirá a possibilidade ou a impossibilidade de um superpoder independente na Europa ocidental — e também as chances de realização de um superimperialismo norte-americano.

[60] Ver as provas empíricas dessa alteração em nosso estudo *Europe versus America?* Enquanto os dados lá apresentados se referem principalmente à *capacidade produtiva*, desenvolvimentos mais recentes enfatizaram diferentes ritmos da *exportação de capital*. Hoje as exportações de capital da Alemanha Ocidental e do Japão estão crescendo muito mais rapidamente que as norte-americanas.

[61] Evidentemente não se pode excluir a possibilidade de que em alguns setores da indústria pesada, que sofrem de supercapacidade e de crise estrutural permanentes, se possa formar um "cartel mundial" para evitar o *dumping* e os investimentos "exagerados", estabilizando-se assim os preços do mercado mundial. Aqui temos em mente sobretudo a indústria siderúrgica.

[62] Ver *Interplay*, novembro de 1958, citada por HEILBRONNER. *Op. cit.*, p. 22; LATTES, Robert. *Mille Milliards de Dollars*. Paris, 1969. p. 10. Lattes menciona uma previsão feita pela National Industrial Conference Board of the USA, segundo a qual 20% do PNB norte-americano será controlado por empresas européias e japonesas e 25% do PNB europeu e japonês por empresas norte-americanas em 1975 (p. 37-38).

Para que o modelo ultra-imperialista se torne realidade, é preciso haver, em primeiro lugar, um grau muito maior de centralização internacional de capital do que se pode esperar hoje. Isso pressupõe, acima de tudo, a participação maciça de grandes acionistas europeus e japoneses nas empresas norte-americanas mais importantes, o que implica uma redução da propriedade norte-americana nativa dessas companhias para *holdings* relativamente minoritários. Isso hoje parece ainda menos provável do que a redução paralela do padrão de propriedade das grandes empresas européias e japonesas.[63]

É verdade que a rápida expansão das exportações européias e japonesas para o mercado norte-americano — que hoje representa o mesmo papel central no mercado mundial que o mercado doméstico britânico representara no período entre 1780-1880 — é acompanhada de uma tendência à ampliação dos investimentos de capitais europeus e japoneses nos Estados Unidos. Embora esse processo ainda não seja de modo algum tão importante quanto o investimento de capital norte-americano na Europa ocidental, mesmo assim não pode ser descartado como algo insignificante. Além de investimentos diretos de empresas européias nos Estados Unidos, é preciso mencionar algumas absorções notáveis de companhias norte-americanas por sociedades anônimas européias. A British Petroleum de fato adquiriu o controle da Standard Oil de Ohio e de grande parte do petróleo do Alasca. A Fiat agora exerce um controle semelhante sobre o setor de equipamentos de construção de estradas da Allis Chambers. A Olivetti comprou a Underwood. Também é verdade que o Banco Mundial e outras organizações internacionais promoveram projetos comuns associando muitos dos mais importantes gigantes industriais do mundo. Além disso, certos *lobbies* inspirados pela ideologia "atlântica" têm feito esforços conscientes no sentido de conseguir uma comunidade de interesses e um entrosamento de capital cada vez maiores entre a Europa e os Estados Unidos. Mas os impiedosos ditames da concorrência pesam mais que o discernimento político ou que as noções de cidadania mundial na conduta das burguesias imperialistas. *A tendência principal da intensificação da concorrência internacional não se dirige hoje para a fusão do grande capital a nível mundial, mas para o endurecimento do antagonismo entre diversas formações imperialistas.*

O modelo de continuidade da rivalidade interimperialista parece, conseqüentemente, o mais provável e realista dos três, mesmo com a ressalva de que é preciso haver uma fusão internacional de capital num futuro próximo, entre a Europa ocidental e o Japão, a fim de salvaguardar do imperialismo americano a independência das classes imperialistas dessas regiões.[64] Em última instância, a maior probabilidade de efetivação desse terceiro modelo está ligada à questão de saber se a segunda principal forma de centralização internacional se oporá efetivamente à primeira — em outras palavras, *se a centralização internacional do capital assumirá, nas próximas décadas, a forma de uma combinação de empresas dominadas pelos norte-americanos, de um lado, e de uma fusão internacional de companhias multinacionais, de outro.*

A tendência à comunidade de interesses e à participação recíproca dos capi-

[63] É necessário acentuar que durante a "planetização" crescente das atividades comerciais de empresas internacionais, firmas européias, particularmente da Alemanha Ocidental, estiveram transferindo seus locais de produção para a Ásia oriental durante algum tempo (para Singapura, Hong Kong e Coréia do Sul, por exemplo), a fim de explorar as vantagens do baixo preço da força de trabalho local na concorrência com empresas japonesas. Ver LEVINSON. *Op. cit.*, p. 95-99.

[64] Bukharin reconheceu plenamente a importância da fusão internacional do capital, embora esse fosse apenas um fenômeno marginal em seu tempo: "Só há um caso em que podemos dizer com segurança que se cria aquela comunidade de interesses. É o caso da crescente "participação" e financiamento, isto é, quando, devido à posse comum de ações, a classe de capitalistas de vários países tem a propriedade coletiva de um mesmo objeto". *Imperialism and World Economy*, p. 62.

tais financeiros europeus é particularmente importante nesse aspecto. Até agora essa foi a tendência que predominou na Europa ocidental e não, como pensa Levinson,[65] o surgimento de uma comunidade de interesses entre grandes bancos e grupos financeiros europeus e norte-americanos. Das quatro comunidades de interesses financeiras multinacionais mais importantes, duas são inteiramente européias:

— a European Bank's International Company (que reúne o Midland Bank, inglês; o Deutsche Bank, alemão; a Société Générale de Banque, belga; e o Amsterdam Bank, holandês) que, entre outros, criaram o Banque Européenne de Crédit Moyen, bem como uma companhia financeira comum nos Estados Unidos, a European-American Banking Corporation e uma empresa conjunta no Pacífico, a Euro-Pacific Finance Corporation (Austrália, Indonésia e África do Sul);

— o C.C.B. Group, que compreende o Commerzbank, alemão; o Crédit Lyonnais, francês, e o Banco di Roma, italiano, mais o Banco Hispano-Americano, espanhol, de uma forma bem próxima da fusão; dizem que esse grupo está ligado ao Lloyd's Bank de Londres;

— o terceiro grupo, a Société Financiére Européenne, tem, na verdade, um sócio americano, o Bank of America, mas esse último tem um papel apenas secundário no consórcio, o qual é basicamente europeu. Reúne o Barclay's Bank (inglês), o Algemene Bank Nederland (holandês), o Dresdner Bank (alemão), o Banque de Bruxelles (belga), o Banco Nazionale del Lavoro (italiano) e o Banque Nationale de Paris (francês). O balanço total desses bancos passa de 80 bilhões de dólares — é maior do qualquer outro grupo financeiro ou bancário do mundo. Esse grupo — sem o Bank of America! —, junto com vários sócios latino-americanos, criou um consórcio para realizar operações bancárias na América Latina, que se chama Euro-Latinamerican Bank (Eulabank);

— apenas o quarto consórcio, o Orion Group, não pode ser considerado europeu. Além do Chase Manhattan Bank, dos Estados Unidos, inclui o Royal Bank of Canada, o National Westminster Bank (Inglaterra) e o Westdeutsche Lendesbank (Alemanha).

Em 1970 foi criado um quinto grupo bancário importante, o United International Bank, formado pelo Banco di Roma, Mees & Hope, o Bank of Nova Scotia, o banco Bayerische Hypothek-und-Wechselbank, o Banque Française du Commerce Extérieur e o Crédit du Nord. Um banco norte-americano, o Crocker-Citizens National Bank, participa desse consórcio, mas com uma posição minoritária (14,3%). Os banqueiros comerciais europeus também conseguiram progresso considerável em termos de cooperação — como prova o recente acordo entre a Companie Financière de Suez e o Morgan Grenfell Holdings. Na primavera de 1974, o Banque de Paris et des Pays-Bas, o Schweizerische Kreditanstalt e a Société Générale francesa fundaram uma empresa para financiar novos projetos energéticos importantes, chamada Finarg. A Société Générale de Banque, belga, o Midland Bank, inglês, e o Amsterdam-Rotterdam, holandês, decidiram posteriormente associar-se à Finerg. O traço característico de todos esses grupos financeiros multinacionais é sua capacidade de fornecer créditos gigantescos a empresas multinacionais gigantescas. Portanto, são ao mesmo tempo o produto da centralização internacio-

[65] LEVINSON. *Op. cit.*, p. 111-112.

nal do capital e o produto do surgimento de um mercado de capitais genuinamente internacional.[66]

É verdade que até agora a interpenetração direta do capital na CEE vem se desenvolvendo de forma lenta. Entre 1961 e 1969, houve um total de 257 fusões entre firmas de diversos membros da CEE, em comparação com 820 fusões entre firmas de membros da CEE e de países do Terceiro Mundo e 1861 fusões entre firmas do mesmo país. As dificuldades jurídicas e organizacionais — que em última instância correspondem à ausência de um Estado federal na Europa ocidental — tiveram um papel importante no atraso da interpenetração do capital na CEE. Nessas circunstâncias, a cooperação entre firmas de vários países europeus desenvolveu-se mais rapidamente que a fusão propriamente dita. Exemplos disso são a Unidata, o consórcio de computação criado pela Phillips (Holanda), Siemens (Alemanha Ocidental) e CII (França); e a Eurodif & Urenco para a construção de fábricas de urânio enriquecido e combustível para reatores nucleares leves.

Quanto mais lento o ritmo de crescimento da economia imperialista internacional, tanto mais agudas serão as contradições sociais nos Estados capitalistas mais importantes. Quanto mais feroz a concorrência internacional do capital, tanto mais essas contradições sociais serão aguçadas, e com elas as tentativas de cada classe imperialista individual de resolver suas contradições e dificuldades particulares às expensas de seus próprios trabalhadores e de suas rivais — em outras palavras, tentarão exportar suas contradições e dificuldades para a pátria de suas concorrentes. O resultado da intensificação da luta de classes nos próximos anos co-determinará, por sua vez, os ritmos e formas da centralização internacional do capital. Quanto mais a luta de classes se desenvolve, de campanhas de distribuição da renda nacional a investidas sobre o controle dos meios de produção e ataques às relações de produção capitalistas, tanto mais independente será a posição da classe operária em relação a *todas* as variantes da centralização internacional do capital, tanto mais ela evitará qualquer política do "mal menor" e tanto menos, na Europa ocidental, ela será envolvida nos conflitos entre a hegemonia norte-americana, os projetos de uma "Comunidade Atlântica", um Estado federal europeu como um novo superpoder imperialista, ou a continuidade da pletora de pequenos Estados europeus; e tanto maiores serão a confiança e o vigor com que ela afirmará sua própria posição — pelos Estados Socialistas Unidos da Europa!

Numa situação de crescimento econômico desacelerado e de concorrência internacional intensificada, uma solução temporária para o problema da centralização internacional do capital só pode ser conseguida às expensas da classe operária, pois toda solução desse tipo é, no final, determinada por um aumento súbito da taxa média de lucros no setor monopolista, e nos próximos anos um aumento desse gênero só pode ser assegurado pela elevação da taxa de mais-valia, ou seja, por uma exploração intensificada da classe operária. O fato de que a classe operária da Europa ocidental e posteriormente o proletariado norte-americano e japonês resistirão a essa intensificação da exploração pode ser deduzido da experiência prática dos últimos quatro anos.

Antes de tudo é de se esperar uma investida mais feroz sobre os salários reais nos próprios Estados Unidos. A indústria norte-americana poderia manter seu grande diferencial de salários por décadas, por causa da liderança que exerce em ter-

[66] Ver o interessante estudo de CLEMM, Michael von. "The Rise of Consortium Banking". In: *Harvard Business Review*. Maio-junho de 1971. Essa compilação registra cerca de 50 consórcios. O número de consórcios europeus (incluindo os que têm uma participação norte-americana muito pequena) e de consórcios europeu-americanos é aproximadamente o mesmo. Mas, entre os maiores consórcios de capital, as combinações européias são de longe as mais importantes.

mos de produtividade. Hoje essa liderança está desaparecendo em muitos setores de produção. De 1950 a 1965, a produtividade média do trabalho nos Estados Unidos subiu cerca de 2,6%, contra 4% na Europa ocidental e 6,8% no Japão. Entre 1965 e 1969, essas cifras eram, respectivamente, 1,7%, 4,5% e 10,6%.[67] Entre 1973 e 1974, a produtividade do trabalho parou completamente de crescer nos Estados Unidos. Nessas circunstâncias, o capital norte-americano tem interesse imediato em reduzir os diferenciais de salário. Dessa maneira, em 1968 a produção por empregado na indústria siderúrgica era a mesma nos Estados Unidos, na Bélgica e no Japão, enquanto os custos dos salários por hora nos Estados Unidos eram duas vezes maiores que na Bélgica e quatro vezes maiores que no Japão.[68]

A centralização internacional do capital deve ser entendida como uma tentativa do capital em romper as barreiras históricas do Estado Nacional, assim como o planejamento econômico nacional (e amanhã talvez supranacional) representa uma tentativa de superar parcialmente as barreiras da propriedade privada e da apropriação privada ao desenvolvimento das forças produtivas. Ambas, nas palavras de Marx, são tentativas de transcender o capital dentro dos limites do próprio modo de produção capitalista.[69] Por isso, ambas apenas reproduzem num plano superior as contradições internas desse modo de produção, sobretudo todo o antagonismo entre o valor de uso e o valor de troca que está na raiz de todas as contradições da produção capitalista de mercadorias. A pressão para haver um capital internacional e um mercado monetário adequado às necessidades da crescente internacionalização do capital *deve* colidir com o planejamento econômico a nível nacional e assim — depois de uma fase de extraordinário crescimento econômico — intensificar a suscetibilidade da economia capitalista atual a crises, o que será explicado no capítulos 13 e 14 deste livro. Entretanto, é preciso analisar antes os efeitos das novas formas de organização do capitalismo tardio sobre as relações entre a economia das metrópoles e das semicolônias (capítulo 11), e depois sobre as relações entre a esfera da produção e a esfera da distribuição (capítulo 12).

[67] BROOKS, Harvey. "What's Happening to the US Lead in Technology?" In: *Harvard Business Review*. Maio-junho de 1972.
[68] International Metalworkers Federation, *Alljahrliche Erhebung über Lohn — und Arbeitsbedingungen, Produktion und Beschaftigte in der wichtigsten Zweigen der Metallindustrie*. 1968 12-13, 2.
[69] MARX, K. *Capital*. v. 3, p. 417.

11

O Neocolonialismo e a Troca Desigual

Os movimentos internacionais de capital reproduzem e ampliam constantemente o diferencial internacional de produtividade, que é característico da história do capitalismo moderno; esses movimentos são, por sua vez, determinados por esse diferencial. Nas últimas décadas do século XIX, ainda existiam grandes reservas de matérias-primas e de força de trabalho não utilizadas e que ainda não tinham entrado na produção de mais-valia. Essas reservas, combinadas à disponibilidade de excedentes substanciais de capital dos países que se industrializaram primeiro, criaram uma exportação crescente de capital das metrópoles para as colônias e semicolônias. No período imperialista clássico, a principal forma de superlucros originava-se das diferenças entre as taxas de lucro das metrópoles e as das colônias.

Vamos resumir rapidamente as fontes das diferenças consideráveis das taxas de lucro sobre o capital investido nas metrópoles e nas colônias, já discutidas no capítulo 2:

1) a composição orgânica média do capital nos empreendimentos coloniais, produzindo matérias-primas, gêneros alimentícios e artigos de luxo, bem como das minas das colônias, era muito menor do que aquela das indústrias leve e pesada das metrópoles;

2) a taxa média de mais-valia das colônias também excedia freqüentemente a das metrópoles, em especial porque a produção de mais-valia *absoluta* nos territórios coloniais poderia continuar além dos limites possíveis nas metrópoles (embora, evidentemente, a produção de mais-valia relativa fosse muito menor do que a das zonas metropolitanas). Além disso, o valor da força de trabalho nas colônias não caiu apenas relativamente, mas até mesmo absolutamente, a longo prazo, como já aconteceu no Ocidente entre a metade do século XVIII e a metade do século XIX;

3) a presença de um enorme exército de reserva industrial permitiu que o preço da mercadoria força de trabalho caísse ainda mais abaixo de seu valor nas colônias. Enquanto os salários das metrópoles aumentavam em períodos de prosperidade econômica desde a segunda metade do século XIX, e mesmo em períodos de crise nunca caíram abaixo de seu nível da crise anterior ou do crescimento anterior, os salários das colônias caíam sistematicamente em todas as fases de crise,

sem recuperar seus níveis anteriores às crises no período seguinte de crescimento (muitas vezes não subiam de maneira alguma nas fases de ascensão);[1]

4) o sistema colonial transferiu parte dos custos indiretos do funcionamento social total do modo de produção capitalista, que nas metrópoles teve de ser financiado pela massa de mais-valia produzida, que diminuía o lucro médio sobre o capital produtivo, para o sobreproduto pré-capitalista das colônias (a renda das classes sociais nativas, tais como proprietários de terra, camponeses, artesãos e comerciantes). Impostos locais, por exemplo, cobriam os custos da administração colonial e de algumas despesas com obras de infra-estrutura.[2] Isso muitas vezes possibilitou um aumento considerável na taxa líquida de lucro sobre o capital investido produtivamente.

No período do imperialismo clássico, essa grande diferença entre a taxa média de lucros das colônias e das metrópoles não resultou em aceleração, mas sim em desaceleração da acumulação de capital nas colônias, pois uma parte substancial da mais-valia capitalisticamente produzida nesses países (não só os superlucros, mas todos os lucros) era drenada para as metrópoles, onde era usada para impulsionar a acumulação ou distribuída como renda excedente.

A esses superlucros foi acrescentado mais um mecanismo de exploração das colônias e semicolônias pelos Estados metropolitanos, qual seja, a troca desigual, que se tornou a regra geral depois do início da fase imperialista (interrompida pelos dois períodos das duas guerras mundiais e da Guerra da Coréia, 1914/18 e 1940/53). Troca desigual significa que as colônias e as semicolônias tendiam a trocar quantidades cada vez maiores de trabalho nativo (ou produtos do trabalho) por uma quantidade constante de trabalho metropolitano (ou produtos do trabalho). O desenvolvimento a longo prazo dos *termos de troca* foi uma das formas de aferir essa tendência, embora outros determinantes também a tenham influenciado: entre outros, o controle monopolista dos mercados de matérias-primas e produtos coloniais dessas matérias-primas por parte de grandes empresas imperialistas das metrópoles etc.

Embora seja difícil fazer cálculos estatísticos, é claro que tanto antes da Primeira Guerra Mundial quanto no período entre-guerras, a troca desigual era quantitativamente menos importante do que a produção direta e a transferência de superlucros das colônias. Os superlucros das colônias eram a *principal forma* de exploração metropolitana do Terceiro Mundo naquela época, sendo a troca desigual apenas uma *forma secundária*. Não é fácil aqui fornecer estimativas; no melhor dos casos, representam apenas aproximações. Vamos partir do fato de que em vésperas da Primeira Guerra Mundial a maior nação comerciante do mundo, a Grã-Bretanha, recebia uma renda anual de cerca de 200 milhões de libras esterlinas dos investimentos externos de capital — evidentemente não só das colônias e das semicolônias, mas também de vários países industrializados, em especial dos Estados Unidos. Essa cifra pode ser comparada com os seguintes dados: entre 1910 e 1913, os termos de troca da Inglaterra com o exterior eram praticamente os mesmos que entre 1871 e 1874. Durante 25 anos foram mais vantajosos para a Inglaterra do que na época anterior à "Grande Depressão" de 1873/93, embora as van-

[1] Ver a variedade de fontes confirmando essa tese em nossa *Marxist Economic Theory*, p. 457-458; e também MYINT, H. *The Economics of the Developing Countries*. Londres, 1964. p. 53 *et seq*. E também MARX. *Capital*. v. 3, p. 786-793.

[2] KOHLMEY, Günther. "Karl Marx Theorie von den internationalen Werten, mit einigen Schlussfolgerungen für die Preisbildung im Aussenhandel zwischen den sozialistischen Staaten". In: *Probleme der Politischen Ökonomie*. v. V. Berlim.

tagens mais importantes só tenham sido desfrutadas pela Inglaterra na década de 80 do século passado; depois dessa época os termos de troca deixaram de ser vantajosos para a Grã-Bretanha.[3] Menos de 50% do comércio exterior da Inglaterra, entre 1880 e 1914, foi realizado com colônias e semicolônias do Império Britânico e com a América Latina (a essas deveríamos acrescentar, evidentemente, as cifras correspondentes à Europa oriental);[4] o volume total desse comércio exterior foi de 1,3 bilhão de libras esterlinas em 1913. Podemos supor que os lucros provenientes da troca desigual com os termos de troca da época não poderiam ultrapassar os 20% (as exportações, 10% acima do valor "nacional", e as importações, 10% abaixo do valor "colonial"). Essa suposição dá um lucro de cerca de 130 milhões de libras comparativamente aos rendimentos do capital, de 200 milhões de libras.

As proporções mudaram no período tardio do capitalismo. A troca desigual é agora uma das principais formas de exploração colonial; a produção direta de superlucros nas colônias tem papel secundário. Samir Amin estimou o volume das perdas sofridas pelos países coloniais e semicoloniais, em conseqüência da "troca desigual", em aproximadamente 22 bilhões de dólares por ano na metade da década de 60.[5] Essa importância pode ser comparada à renda total bruta de 12 bilhões de dólares proveniente dos investimentos de capital no exterior em 1964.[6] O contraste com a situação anterior à Primeira Guerra Mundial é evidente (não se deve esquecer que então havia uma deterioração muito significativa em termos de troca dos produtos coloniais e semicoloniais desde a década de 20,[7] enquanto esse fenômeno era menos importante no apogeu do imperialismo antes da Primeira Guerra Mundial).

Essa mudança está intimamente ligada a uma série de transformações estruturais da economia capitalista mundial e do movimento internacional de capital, sobre o qual já falamos. O fluxo principal das exportações de capital não se dá mais das metrópoles para as colônias, mas entre os próprios Estados metropolitanos. Nos países subdesenvolvidos, a ênfase dos investimentos estrangeiros deslocou-se da pura produção de matérias-primas para a fabricação de bens de consumo. Movimentos antiimperialistas locais levaram as colônias e as semicolônias a adotarem medidas destinadas a dificultar a transferência de lucros e dividendos para as metrópoles. As burguesias coloniais tentaram, não sem sucesso, aumentar sua proporção de mais-valia produzida pelos operários e camponeses pobres, em detrimento da proporção tomada pelas empresas e Estados imperialistas. A transição realizada pelo imperialismo, do controle direto para o controle indireto dos países subdesenvolvidos, com a generalização da independência política, possibilitou às classes governantes nativas financiarem ao menos parte dos custos indiretos da produção de mais-valia que antes tinham de ser cobertos pelo sobreproduto não capitalista apropriado por elas, a partir da própria mais-valia — em outras palavras, alguns desses custos foram transferidos para o capital imperialista.[8]

O desenvolvimento das empresas multinacionais e o deslocamento da ênfase do imperialismo para a exportação de máquinas, equipamentos e veículos reforça

[3] BARRAT BROWN, Michael. *After Imperialism*. p. 76. Imlah, por outro lado, afirma que os termos comerciais proporcionavam à Inglaterra uma vantagem de cerca de 20% no período que vai de 1880 até as vésperas da Primeira Guerra Mundial. "The Terms of Trade in the United Kingdom". In: *Journal of History*. Novembro de 1950.
[4] BARRAT BROWN. *Op. cit.*, p. 110.
[5] AMIN, Samir. *L'Accumulation à L'Echelle Mondiale*, Paris, 1970. p. 76.
[6] *Britain's Invisible Earnings*. Relatório do Committee on Invisible Exports. Londres, 1967. p. 27.
[7] Amin (*Op. cit.*, p. 90-91) sintetiza diversas fontes conhecidas. A deterioração dos termos comerciais do "Terceiro Mundo" foi estimada em 19%, entre 1954 e 1965; calcula-se que chegou a 68% na América Latina (com exceção da Venezuela) entre 1928 e 1965. Segundo estimativas da ONU, os termos comerciais deterioraram em cerca de 40% entre 1876/80 e 1938, com desvantagem para os países do "Terceiro Mundo". Nações Unidas. *Relative Prices of Exports and Imports of Underdeveloped Countries*. Nova York, 1962. p. 22.
[8] Ver EMMANUEL. *Op. cit.*, p. 228-229.

ainda mais essa tendência que não pode, portanto, ser considerada apenas uma resposta "tática" aos movimentos de libertação das colônias e semicolônias. Deve ser vista também como um resultado "orgânico" do desenvolvimento do próprio capitalismo tardio.[9] A estratégia mundial das principais empresas multinacionais inclui um interesse incontestável em dominar os limitados mercados internos das semicolônias — que estão crescendo vagarosamente —, mesmo que seja apenas para assegurar o controle *futuro* desses mercados. Esse processo tende a privar a chamada burguesia "nacional" de sua preponderância na indústria manufatureira, onde a *joint venture*, combinando o capital nativo e estrangeiro, privado e público, torna-se um dos traços mais importantes do capitalismo tardio, ou da fase neocolonialista do imperialismo.[10]

Enquanto de 1948 a março de 1967 todas as empresas estrangeiras na Índia registraram um crescimento de 860 milhões de rupias em ativos líquidos (num total de 2,5 milhões de rupias em ativos), só no setor manufatureiro as *joint ventures* estabelecidas entre 1956 e 1964 dispunham de mais de 2 bilhões de rupias de capital inicial, dos quais 800 milhões eram controlados de fora junto com ativos muito maiores. Em 1967, sociedades anônimas norte-americanas multinacionais participavam de mais de 550 *joint ventures* na América Latina. Entretanto, os verdadeiros pioneiros em larga escala nesse campo foram as sociedades anônimas européias multinacionais, nas indústrias automobilística, química, de maquinaria elétrica e siderurgia. Na África, a Unilever e sua subsidiária local participavam cada vez mais de *joint ventures* em países como a Nigéria. As multinacionais japonesas agora imitam largamente esse modelo no leste e no sudeste asiático, no Oriente Médio, na África e na América Latina. Exemplo disso é a planta petroquímica de 200 bilhões de yens que a Sumitomo está construindo em *joint venture* com o Governo de Singapura para a produção de 300 mil toneladas de etileno por ano. Um exemplo notável de uma *joint venture internacional* complexa é o projeto para um complexo siderúrgico no valor de 800 milhões de dólares em Al Jubayl, na Arábia Saudita, com a seguinte estrutura de capital: 50% da Petromin (empresa estatal saudita), 20% da Marcona (controlada pela Utah International, uma sociedade anônima norte-americana), 12,5% da Hoogovens Ijmuiden-Hoesch-Dortmund Hörder-Hutten Union (companha siderúrgica alemã-holandesa), e 12,5% da Nippon Steel e Nippon Kokan (do Japão).[11]

Por todas essas razões, os superlucros coloniais produzidos diretamente nos países subdesenvolvidos, embora continuem muito consideráveis em termos absolutos, no caso específico do imperialismo britânico,[12] perderam muito a importância desde o final da Segunda Guerra Mundial, relativamente aos lucros totais das

[9] Previmos essa tendência em *Marxist Economic Theory*, p. 480-481, no começo da década de 60. Ela se confirmou inteiramente na década seguinte.

[10] Fizemos uma análise detalhada dessa tendência em nosso artigo "Imperialismo y burguesia nacional en America Latina". In: *Cuarta Internacional* n.º 2, fevereiro de 1971. Ela se baseia principalmente em material concernente ao Brasil, ao Chile, à Colômbia e à Argentina. Para uma análise semelhante a respeito do Peru, ver QUIJANO, Aníbal. "Nationalism and Capitalism in Peru". In: *Monthly Review*, v. 23, n.º 3, julho-agosto de 1971.

[11] SUBRAHAMANIAM, K. K. *Import of Capital and Technology*. Nova Delhi, 1972. p. 44-45, 64-65; VERNON. *Op. cit.*, p. 141; *Business Week*, 3 de agosto de 1974.

[12] Antes da Primeira Guerra Mundial, a renda britânica anual proveniente de investimentos de capital no exterior chegou a 151 milhões de libras (média para o período 1906/10), e a 188 milhões de libras (média para o período 1911/13). Nos anos de 1926/30, cresceu ainda mais, atingindo 245 milhões de libras e então caiu no período de 1934/38 para 170 milhões de libras (moeda desvalorizada). Em 1965 chegou a aproximadamente 1 bilhão de libras em termos de renda bruta, e a 450 milhões de libras em termos de renda líquida (o enorme aumento da diferença entre rendimentos brutos e líquidos deveu-se ao fato de que grandes massas de capital estrangeiro, especialmente norte-americano, foram investidas na Inglaterra nesse meio-tempo). (Relatório do Committee on Invisible Exports. *Britain's Invisible Earnings*. Londres, 1967. p. 21-23.) Se estimarmos o poder de compra da libra em cerca de 25% de seu poder de compra em 1914, a renda bruta dos investimentos de capital britânico no exterior aumentou aproximadamente em 200 milhões de libras em ouro em 1914 para 250 milhões de libras em ouro em 1965, enquanto a renda líquida, ao contrário, diminuiu de 188 milhões de libras em ouro para 125 milhões.

principais empresas imperialistas. As cifras que se costuma citar sobre isso devem, porém, ser vistas de três maneiras. Em primeiro lugar, as empresas imperialistas muitas vezes conseguem encobrir uma parte dos lucros produzidos diretamente nos países coloniais ou semicoloniais, contabilizando-os como se tivessem sido gerados nas metrópoles. Os exemplos mais conhecidos desse tipo de operação são a indústria petrolífera, a dos metais não-ferrosos e da bauxita, cujas matérias-primas são exportadas em estado bruto dos países subdesenvolvidos para serem processadas para uso industrial nas zonas metropolitanas. Ao reduzir artificialmente o preço de exportação das semicolônias interessadas, as empresas imperialistas desses campos fazem desaparecer, em termos contábeis, uma parte da mais-valia produzida nas semicolônias, o que só aumenta o preço de venda do petróleo refinado, do alumínio, do cobre, do estanho etc.[13] Como as empresas em questão são monopólios integrados que controlam todos os estágios da produção e da distribuição, desde a extração da matéria-prima até a venda à indústria manufatureira, para elas é indiferente que o lucro apareça em sua firma de extração, na de transporte e navegação, ou na refinaria. Uma parte da massa de valor que as estatísticas dos países imperialistas mostram como lucros produzidos pelas grandes empresas de matérias-primas no mercado interno é, na verdade, a mais-valia criada não pelos operários metropolitanos, mas pelos produtores das semicolônias.[14]

No que diz respeito às operações entre subsidiárias da mesma sociedade anônima multinacional, é comum haver "preços de transferência" independentes de qualquer "maximização de lucros" em separado, o que obviamente facilita o ocultamento dos lucros. Já foram citados casos em que, como na Colômbia, por exemplo, as subsidiárias das empresas farmacêuticas multinacionais pagaram 155% a mais que o preço de exportação normal de artigos importados pela matriz. Também foram registrados preços de transferência de 40% acima dos preços normais de exportação na indústria da borracha e de 258% a 1 100% mais altos na indústria eletrônica. Da mesma forma, as exportações de subsidiárias semicoloniais de sociedades anônimas multinacionais podem ser realizadas muito abaixo do preço normal. Um estudo dessas práticas no México, no Brasil, na Argentina e na Venezuela mostra que cerca de 75% das subsidiárias investigadas exportaram seus produtos por 50% a menos que os preços recebidos pelas firmas locais por produtos similares.[15]

Em segundo lugar, os próprios superlucros provenientes da troca desigual são, muitas vezes, apenas uma forma disfarçada dos superlucros diretamente produzidos nas colônias. Esse é o caso dos trustes verticalmente integrados que exportam matérias-primas das colônias para as metrópoles e depois as mandam de volta para as semicolônias como artigos acabados produzidos com essas matérias-primas.[16] Além disso, se se pode provar a existência de um grande diferencial internacional entre as semicolônias e as metrópoles no preço das mercadorias produzidas pela mesma empresa internacional, é bem possível que haja produção direta de superlucros na semicolônia, disfarçada na metrópole em lucro de exportação.

[13] JALÉE, Pierre. *L'Imperialismo en 1970*. p. 33 *et seq*. Magdoff (*Op. cit.*, p. 145-147) enfatiza o uso de tarifas protecionistas por parte do Governo norte-americano para impedir o processamento de matérias-primas nas semicolônias.

[14] O que acontece nesse caso *não* é uma troca desigual, mas uma "redistribuição" contábil dos lucros declarados. A mais-valia em questão, produzida pelos trabalhadores das colônias e semicolônias, tem sido realizada, na verdade. No caso da troca desigual, em que as mercadorias são vendidas abaixo do preço de produção "nacional", certa quantidade do valor, ou parte da mais-valia, não é realizada.

[15] WEIGEL, Dale. "Vues Multinationales sur les Sociétés Multinationales". In: *Finances et Développement*, v. 11, n.º 3, setembro de 1974; MULLER, Ronald. "The Multinational Corporation and the Underdevelopment of the Third World". Na edição de WILBER, C. K. *The Political Economy of Development and Underdevelopment*. Nova York, 1974.

[16] O caso clássico é o das empresas de alumínio e a reexportação dos artigos de alumínio acabados (incluindo aviões) para os países que produzem bauxita.

Em terceiro lugar, as quantidades de mais-valia novamente acumulada nas semicolônias, disfarçadas em reservas e que não entram por isso como lucros nos balanços de empresas imperialistas, também devem ser acrescentadas à soma total dos lucros e dos superlucros das colônias.[17]

Mesmo depois de todas essas especificações, não há dúvida de que o volume total de superlucros diretamente produzidos nas colônias tem hoje menos importância que a troca desigual, como forma de exploração imperialista do Terceiro Mundo. Os dados da América Latina esclarecem bem esse ponto: lá, a perda decorrente dos lucros da exportação excedeu de muito a drenagem de capital efetivada pelos lucros de empresas estrangeiras no período de 1951/66. [18]

Mas de onde vem então a perda ou ganho de valor subjacente à troca desigual? Marx responde com muita clareza a essa questão, que corresponde à aplicação da teoria geral do valor do trabalho ao comércio internacional.[19] Na era do capitalismo,[20] a troca desigual deriva, em última instância, da troca de quantidades *desiguais* de trabalho.

Dentro dos limites da economia capitalista mundial existem basicamente duas fontes de troca desigual:

1) o fato de que o trabalho dos países industrializados é considerado mais intensivo (portanto, produtor de mais valor) no mercado mundial do que o dos países subdesenvolvidos (ou, o que vem a dar no mesmo, ao contrário da situação de um mercado nacional, o trabalho menos intensivo e menos produtivo recebe uma remuneração maior);

2) o fato de não ocorrer *nenhum* nivelamento entre as taxas de lucro no mercado mundial, onde coexistem diferentes preços nacionais de produção (taxas médias de lucro), que se articulam da forma descrita no capítulo 2.[21]

Partindo das teses apresentadas originalmente por Raul Prebisch,[22] Arghiri Emmanuel e Samir Amin tentaram esclarecer essa questão com o auxílio de uma teoria eclética combinando Marx e Ricardo, e incursionando pelos custos salariais,[23]

[17] É preciso enfatizar que parte significativa do capital estrangeiro "investido" nas semicolônias não consiste em exportações reais de capital, mas sim de lucros não distribuídos (isto é, produzidos pelo trabalho assalariado local). Para a América Latina, Dos Santos (*Op. cit.*, p. 77) estima que a soma total de lucros reinvestidos das empresas norte-americanas foi de 4,4 bilhões de dólares no período 1946/67, que compara aos 5,4 bilhões de dólares de capital novamente exportado. Esses 5,4 bilhões de dólares devem ser comparados depois com os 14,8 bilhões de dólares que o capital norte-americano repatriou da América Latina no mesmo período.

[18] Dos Santos (*op. cit.*, p. 75-76) cita um cálculo publicado pela ECLA, segundo o qual a deterioração dos termos comerciais de 1951/66 acarretou uma perda total de 26,4 bilhões de dólares para a América Latina (excluindo Cuba), ou o dobro da drenagem de lucros para as metrópoles. Essa importância é maior que toda a "ajuda econômica" recebida pela América Latina nesse período. Devemos lembrar ainda que, segundo a ECLA, menos da metade dessa ajuda representava uma importação genuína de novos recursos econômicos para o continente (*op. cit.*, p. 65).

[19] A afirmação de Amin (*op. cit.*, p. 106, 157) de que Marx nunca se ocupou do problema da "acumulação em escala mundial" no século XIX, baseia-se exclusivamente numa citação de um ensaio político sobre o futuro da Índia, sem nenhuma consideração pelas numerosas passagens do *Capital*, de *Grundrisse* e de *Theories of Surplus Value*, citadas aqui no cap. 2, tratando do papel do comércio exterior como meio de transferência de valor dos países menos desenvolvidos para os países mais desenvolvidos.

[20] Para distinguir da "troca desigual de valor desigual" do período do capital usurário e mercantil. Ver MANDEL, Ernest. "Die Marxsche Theorie der ursprünglichen Akkumulation und die Industrialisierung der Dritten Welt". In: *Folgen einer Theorie — Essays über "Das Kapital" von Karl Marx*. Frankfurt, 1967.

[21] No todo, a síntese feita por Kohlmey da teoria marxista dos preços internacionais de produção (valores), no artigo citado acima, está correta, embora a segunda parte, com suas referências a um "mercado mundial socialista" e a "formações internacionais de preço" contenham noções incompatíveis com a teoria marxista clássica.

[22] PREBISCH, Raul. *The Economic Development of Latin America and its Problems*. Nova York, 1950.

[23] Desse modo Amin, por exemplo (*op. cit.*, p. 64), apresenta a típica tese ricardiana de que o nível geral dos preços é proporcional aos salários nominais. Não há nenhuma prova empírica dessa afirmação, que leva diretamente à notória ilusão da "espiral de preços e salários". Os salários nominais dos Estados Unidos, que são mais de duas vezes superiores aos da CEE não levaram, de maneira alguma, a um nível de preços duas vezes maior que os da Europa ocidental.

ainda que ela possa ser resolvida satisfatória e diretamente no contexto da teoria do valor e da mais-valia de Marx. Com isso emaranham-se em numerosas contradições, algumas das quais discutiremos aqui. Ambos os autores partem da hipótese de que existe uma imobilidade internacional da força de trabalho e uma mobilidade internacional do capital. O corolário lógico é o nivelamento internacional das taxas de lucro[24] — em outras palavras, a formação de preços uniformes da produção, em escala mundial. Mas nessas circunstâncias o capital normalmente fluiria para os países de salários mais baixos. Longe de explicar o subdesenvolvimento estrutural, essa hipótese implica — no sentido ricardiano clássico — a *impossibilidade do subdesenvolvimento;* é incapaz de mostrar por que os países de altos salários se industrializam, ao passo que as nações subdesenvolvidas possuem uma indústria relativamente pequena.[25]

A hipótese do nivelamento internacional das taxas de lucro não se sustenta nem teórica nem empiricamente. Teoricamente pressupõe uma mobilidade internacional perfeita de capital — na verdade, o nivelamento de todas as condições econômicas, sociais e políticas propícias ao desenvolvimento do capitalismo moderno em escala mundial. Mas esse nivelamento é frontalmente contestado pela lei do desenvolvimento desigual e combinado que rege esse processo. No modo de produção capitalista, condições desiguais de desenvolvimento determinam tamanhos diferentes de mercados internos e ritmos irregulares de acumulação de capital.[26] Nesse sentido, as enormes diferenças internacionais de valor e de preço da mercadoria força de trabalho, que Arghiri Emmanuel enfatiza corretamente, *não são causas, mas resultados* do desenvolvimento desigual do *modo de produção* capitalista, ou da produtividade do trabalho em todo o mundo, pois a lógica do capital normalmente o leva para as zonas com maiores perspectivas de valorização. Assim, a resposta apresentada por Emmanuel e Amin à questão da origem e da natureza do subdesenvolvimento propõe, por sua vez, um enigma: por que as perspectivas de valorização de capital *não* são mais vantajosas onde os salários são os mais baixos, e por que por mais de cem anos o capital *não* saiu em escala maciça dos países de altos salários para os países de baixos salários? A resposta a essa questão nos traz de volta aos problemas do "mercado interno", da alienação da acumulação de capital, da transferência da mais-valia e dos estreitos limites impostos à acumulação "interna" de capital *pela estrutura social existente*[27]. Os baixos salários que acompanham um vasto exército industrial de reserva e o subemprego colossal têm, portanto, a função de represar a acumulação do capital, e só podem ser explicados pela operação do sistema capitalista internacional.[28] Mas todos esses fenômenos pressupõem exatamente a restrição, e não a generalização da mobilidade internacional do capital. Empiricamente é fácil mostrar as grandes diferenças entre as taxas de lucro dos diferentes setores da economia capitalista mundial. Os cálculos de órgãos oficiais norte-americanos da taxa de lucro dos investimentos de capital no exterior

[24] Christian Palloix (*Problèmes de la Croissance en Économie Ouverte*. Paris, 1969, p. 100.) chega a dizer que Marx sustentava essa tese. Ele se refere a uma passagem do v. 3 do *Capital* (p. 232-233), que manifestamente compreendeu mal. Marx apenas diz que os maiores lucros coloniais, à medida que 1) são repatriados e 2) não existe nenhum monopólio, entram no nivelamento da taxa de lucros na *matriz*, isto é, elevam lá a taxa média de lucros. Isso é óbvio, mas não prova de maneira alguma que a taxa de lucros da colônia será por isso gradualmente rebaixada ao nível da taxa de lucros da matriz. Para que isso aconteça, seria preciso haver um movimento internacional livre e irrestrito de capital, e isso simplesmente não existe. Marx nunca disse coisa diferente, pois de outro modo a exportação de capital e os investimentos de capital no comércio exterior dificilmente seriam meios de impedir a queda da taxa média de lucros.

[25] Todos sabem que Amin oscila quanto a essa questão, defendendo o princípio do nivelamento internacional (*op. cit.*, p. 34, 136, por exemplo) e depois negando-o (*ibid.*, p. 123-124, 156-157).

[26] Amin enfatiza isso expressamente (*ibid.*, p. 103, 171, 189 etc.), mas com isso contradiz frontalmente a tese de Emmanuel que, não obstante, tenta integrar à sua própria teoria.

[27] Ver cap. 2 e 3 deste livro.

[28] Palloix (*op. cit.*, p. 113) apresenta uma tese semelhante.

de empresas norte-americanas fornecem uma confirmação notável das teses clássicas de Marx sobre as diferentes taxas internacionais de lucro — principalmente em função de diferentes composições orgânicas de capital — mesmo que o conceito de taxa de lucro subjacente a esses cálculos não coincida, naturalmente, com o de Marx. Em 1967, o retorno desses investimentos era de 7,4% na Europa, de 12,3% na América Latina, de 14% na Ásia e de 19,7% na África.

Nos anos de 1970, 1971 e 1972, as taxas oficiais de lucro para os investimentos norte-americanos no exterior eram respectivamente 20,1%, 21,8% e 22,3% nas semicolônias, e 13%, 13,5% e 15% nos países imperialistas.[29] Essas estatísticas baseiam-se nos lucros declarados; e como o acobertamento de lucros é muito mais pronunciado nas semicolônias que nos países imperialistas, as taxas oficiais de lucro para as semicolônias certamente estão muito abaixo das cifras reais. Muller cita o caso das empresas farmacêuticas da Colômbia que declararam 6,7%, quando a taxa real de lucro foi de 136%.

As contradições resultantes da hipótese de Emmanuel aparecem com muita clareza em seus exemplos numéricos, nos quais, salvo algumas exceções,[30] ele supõe que a composição orgânica de capital seja maior nas colônias que nas metrópoles.[31] Nem sequer menciona a hipótese muito útil que mantém o espírito do *Capital* de Marx — qual seja, de que nos países subdesenvolvidos a massa de capital é muito menor, assim como a composição orgânica do capital e a taxa de mais-valia[32] — sendo que esta última não neutraliza de forma alguma o efeito de uma composição orgânica de capital menor. Além disso, essa hipótese corresponde inteiramente ao desenvolvimento efetivo do capital internacional dos últimos cem anos. Pode ser sintetizada de maneira semelhante à fórmula que se segue (onde A é o país desenvolvido e B o subdesenvolvido):

Valor do pacote de mercadorias exportado por A:

$$5\,000c + 4\,000v + 4\,000s = 13\,000;\ \text{taxa de lucro de } 44\%$$

Valor do pacote de mercadorias exportado por B:

$$200c + 2\,000v + 1\,800s = 4\,000;\ \text{taxa de lucro de } 82\%$$

Se houvesse o nivelamento da taxa de lucro, uma parte da mais-valia produzida em B seria efetivamente transferida para A. Os "preços internacionais de produção" dos dois pacotes de exportação se estruturariam então da seguinte forma:

$$A: 5\,000c + 4\,000v + 4\,680pr = 13\,680 \text{ preço de produção}$$

$$B: 200c + 2\,000v + 1\,120pr = 3\,320 \text{ preço de produção}$$

[29] NELSON, E. L. e CUTLER, F. "The International Investment Position of the United States in 1967". In: *Survey of Current Business*. v. 48, n.º 10, outubro de 1968. p. 24-25; *Survey of Current Business*. Setembro de 1973. Nos últimos anos antes da independência, as companhias coloniais belgas no Congo conseguiram uma taxa de lucros duas vezes superior àquela das companhias ativas na Bélgica. Com apenas 16% do capital acionário global de todas as companhias belgas, essas empresas coloniais contribuíram para 1/3 de seu lucro total.

[30] EMMANUEL. *Op. cit.*, p. 52-55. Mas, nesses casos, a taxa de mais-valia continua a mesma, e o autor inclusive iguala os salários constantes com uma taxa constante de mais-valia, sem perceber que com uma composição orgânica crescente de capital, uma taxa constante de mais-valia na verdade significa um aumento enorme dos salários reais, porque implica um aumento substancial da produtividade social do trabalho no Departamento II.

[31] EMMANUEL. *Op. cit.*, p. 55-63, 73-80, 161-163, 165, 170-171, 189-193, 203-205. Nas páginas 73, 80 e 205, a composição orgânica do capital é cinco vezes maior nas colônias que nas metrópoles.

[32] Isso está normalmente pressuposto em Marx, porque este afirma que, com uma produtividade de trabalho muito maior nas metrópoles, haverá um *aumento* na relação entre sobretrabalho/trabalho necessário ou, em outras palavras, na taxa de exploração da força de trabalho, e que o trabalhador reproduzirá seu salário real (mesmo que este tenha subido) numa parte menor do seu dia de trabalho mais curto que o do trabalhador de um país atrasado. Toda essa dimensão do problema está completamente ausente em Emmanuel.

O "lucro internacional médio" seria de ± 52%. O capital metropolitano teria um lucro adicional relativamente pequeno, mas a perda de mais-valia sofrida pelo capital colonial seria muito significativa;[33] isso, na verdade, ajusta-se ao modelo empírico. Mas o *pré-requisito* para esse nivelamento seria uma *drenagem* constante e substancial de capital de A para B, um declínio relativo da demanda de produtos exportados por A e um rápido aumento da demanda dos produtos fabricados por B. Sem esses processos não haverá nenhum "nivelamento internacional das taxas de lucro", o fluxo de capital para B será relativamente pequeno e a perda de valor sofrida por B em benefício de A, em decorrência da "troca desigual" reduzirá a velocidade da acumulação de capital produtivo em B. *É exatamente esse ritmo mais lento da acumulação de capital produtivo em B que explica o crescimento do subemprego em B* — isto é, os baixos salários que Emmanuel toma como ponto de partida de seu argumento.[34]

Da mesma forma, empregando uma teoria eclética do valor e uma manipulação acrítica dos agregados macroeconômicos, Emmanuel tenta questionar toda a teoria leninista do imperialismo, negando a própria existência de uma exportação crescente de capital em busca de superlucros coloniais, vinda dos países imperialistas para as colônias e semicolônias antes da Primeira Guerra Mundial.[35] Ele calcula que não há absolutamente nenhuma exportação líquida de capital, dada a larga escala do fluxo de rendimentos das colônias para as metrópoles, e que mesmo deixando isso de lado, o crescimento efetivo dos investimentos externos, baseados em reinvestimentos regulares de lucros não distribuídos, só mostra uma taxa de lucro anual de 3%. Aqui Emmanuel cometeu dois erros analíticos surpreendentes em um economista tão inteligente: em primeiro lugar, combina fluxos de capital de longo prazo com fluxos de rendimento de curto prazo — quando todos os balanços de pagamento sérios analisam essas duas contas em separado. Quando os filhos e netos de pessoas que viviam de rendas repatriavam 100 milhões de libras por ano em juros e dividendos de ações de ferrovias norte-americanas ou obrigações ao portador hindus, essa cifra pode "cancelar" os 100 milhões de libras novamente investidos por empresários e financistas britânicos nas minas de ouro da África do Sul, nas plantações de seringueiras da Malásia ou nos campos petrolíferos da Pérsia. Mas essa equação não apaga a existência econômica desses novos empreendimentos, mesmo quando esses desaparecem de estatísticas super-simplificadas. A questão permanece: por que esses capitalistas investem na África do Sul, na Malásia e na Pérsia, ao invés de investirem na Inglaterra? Ao invés de responder a essa questão, Emmanuel faz com que ela desapareça num passe de mágica.[36] Em segundo lugar, Emmanuel se esquece de que o fluxo de rendimentos externos para a Inglaterra representava rendimentos adicionais dos investimentos no exterior, além dos lucros reinvestidos. Se acrescentamos a essas duas categorias os lucros

[33] Amin tira conclusão semelhante de seus cálculos empíricos dos resultados da "troca desigual" (*op. cit.*, p. 76).

[34] Franz Hinkelammert ("Teoria de la Dialectica del Desarollo Desigual". In: *Cuadernos de la Realidad Nacional*. n.º 6, dezembro de 1970) concorda com nosso princípio de que o subemprego é a chave do subdesenvolvimento, e que os baixos salários são mais uma conseqüência que uma causa do subemprego.

[35] EMMANUEL, Arghiri. "White-Settler Colonialism and the Myth of Investment Imperialism". In: *New Left Review*. n.º 73, maio-junho de 1972.

[36] Michael Barrat Brown, que também rejeita a teoria do imperialismo de Lênin (ainda que com outras bases empíricas), reproduz uma tabela que mostra o fluxo de capital e de renda entrando e saindo da Grã-Bretanha no período pré-1914: *After Imperialism*. 1963. A saída *cada vez maior* de capital é evidente: as exportações anuais de capital passaram de uma média de 4,5% da renda nacional na década de 1870 para 6% na década de 1885/94, 6,25% na década de 1895-1904, e mais de 8% na década de 1905/13. Em diversos períodos o investimento líquido de capital no exterior era maior que o investimento interno líquido — em 1885/94 (6% da renda nacional comparativamente a 4% em investimento interno) e em 1905/13 (8,5% comparativamente a 4,5%), por exemplo. As rendas provenientes desses investimentos cresceram de modo constante de uma média anual de 50 milhões de libras na década de 70 do século passado a 100 milhões de libras no final da década de 90, a 150 milhões de libras no período entre 1906/10 e 188 milhões de libras no período 1911/13. *Britain's Invisible Earnings*. Committee on Invisible Exports, p. 20-21.

consumidos nas colônias e semicolônias pelos capitalistas britânicos e seus adeptos, e corrigimos as cifras ligeiramente imprecisas, mantendo as estimativas clássicas de Imlah, a taxa anual de lucros dos investimentos britânicos no exterior entre 1880 e 1914 está mais próxima de 10% do que dos magros 3% mencionados por Emmanuel. É isso que explica por que ocorreram esses investimentos externos no primeiro caso e o que estava havendo com o imperialismo.

Christian Palloix aponta corretamente alguns pontos fracos da argumentação de Emmanuel,[37] mas também não consegue resolver questão da troca desigual, entre outras, por causa de sua eclética teoria do valor.[38] Ao examinar as análises do marxista tcheco Pavel[39] — que são em grande parte uma apologia da política de comércio exterior da burocracia soviética — ele define os "valores internacionais" como médias[40] entre os "valores menores" dos países industrializados e os "valores maiores" das colônias e semicolônias, chegando assim à seguinte fórmula, onde v representa o valor, a a exportação, b a importação, *1* um país subdesenvolvido, *2* um país industrializado e v' o "valor internacional":

$$v_{1a} > v'_a > v_{2a}$$

$$v_{1b} > v'_b > v_{2b}$$

A partir daí conclui que "Pavel se esquece de que o país desenvolvido, *2*, tendo abandonado a produção de *a*, perde na importação daquele produto (a diferença $v'_a - v_{2a}$) exatamente o que ganha do outro (a diferença $v'_b - v_{2b}$). Pode-se aplicar o mesmo raciocínio ao país subdesenvolvido, *1*. A distribuição dos ganhos ou excedentes, decorrente da especialização internacional, beneficia a todos. Não há transferência".[41]

Em primeiro lugar, mesmo matematicamente falando, a conclusão tirada dessa fórmula é incorreta: seria correta se a diferença ($v'_a - v_{2a}$) fosse *idêntica* à diferença ($v'_b - v_{2b}$), o que de maneira alguma se infere automaticamente dessa fórmula. Em segundo lugar, a conclusão sugere a hipótese da "harmonia" de Ricardo, segundo a qual os capitais da matriz "resolvem" como devem redistribuir a produção metropolitana já existente por todo o mundo com vistas ao maior lucro. O contrário, evidentemente, ocorre nos processos históricos reais: esses capitais tentam espalhar-se por todo o mundo segundo as *necessidades* de produção de mais-valia e de valorização do capital em sua pátria. A idéia de que a indústria britânica de artigos de algodão se "transferiria" para os Estados Unidos, a Índia ou o Egito porque nesses países os artigos de algodão seriam produzidos de modo mais "lucrativo" é absurda. A produção de artigos de algodão nesses países foi *criada* pela expansão da indústria têxtil britânica. É por isso que desaparece a alegada

[37] Ver PALLOIX. *Op. cit.*, p. 112-114.

[38] Segundo nossa visão, a origem disso pode estar na aceitação acrítica de Palloix do conceito de "excedente" de Baran. A medida de sua confusão aparece, entre outras coisas, no fato de que Palloix usa esse conceito para denotar nada menos de cinco coisas diferentes: 1) excedente = um resíduo de mercadorias invendáveis no mercado interno (p. 36-40, 119 etc.); 2) produto agrícola excedente (p. 40-42 e 71-72); 3) produto industrial excedente, no sentido (não marxista) daquela parte do produto industrial que não pode ser realizada pelos rendimentos — demanda monetária efetiva — decorrentes da produção industrial (p. 47-48, 69-70, por exemplo); 4) lucros excedentes ou lucros que paralisam a queda da taxa média de lucros (p. 63, 65, 79-81, 99); 5) a soma de mais-valia e (!) custos improdutivos de venda e despesas estatais (p. 222 *et seq.*) isto é, excedente no sentido de "capital monopolista" de Baran e Sweezy.

[39] PAVEL, T. "Pour un juste calcul de la rentabilité et l'efficacité du commerce extérieur socialiste". In: *Études Economiques*. n.º 106-107, 1957. p. 29.

[40] Já discutimos a questão da correspondência entre "valores internacionais" e "produtividade média do trabalho no mercado mundial" (ver o cap. 2). Muitas vezes a própria questão perde o sentido: o que é o "valor médio no mercado mundial" de um artigo que só é produzido por um país ou por alguns poucos países?

[41] PALLOIX. *Op. cit.*, p. 95.

"perda" da matriz, que poderia ter produzido as mercadorias que agora importa de forma tão barata quanto as que agora exporta. Em terceiro lugar, a "vantagem relativa" que ambos os países podem tirar do comércio exterior é apresentada como prova do fato de que não há transferência de valor; mas em sua polêmica contra Ricardo, Marx enfatiza exatamente que *ambas podem existir simultaneamente*: a "vantagem relativa" para ambos os países, mais a transferência de valor.[42]

Por isso, se o conteúdo da fórmula de Palloix fosse corrigido, ela seria assim:

$$v'_a = v'_b \text{ se}$$

$$v_{1a} > v'_a \text{ e}$$

$$v'_b > v_{2b}$$

então se poderia ver de imediato que de fato ocorreu uma transferência de valor, isto é, uma troca de diferentes quantidades de trabalho.

Com o auxílio do exemplo numérico que usamos em nossa crítica a Emmanuel, podemos agora definir de modo mais exato o conteúdo da "troca desigual". Vamos supor mais uma vez que a estrutura de valor da produção exportada seja $5\,000c + 4\,000v + 4\,000s = 13\,000$ no país imperialista, e $200c + 2\,000v + 1\,800s = 4\,000$ no país subdesenvolvido. Para evitar complicações desnecessárias no raciocínio, introduziremos três hipóteses simplificadoras adicionais:

1) que esses "valores" correspondem exatamente aos valores internacionais, isto é, aos valores do mercado mundial;

2) que o país subdesenvolvido manda todo o seu pacote de exportações para o país imperialista;

3) que a balança comercial entre os dois países está equilibrada e que todos os itens do balanço de pagamentos, suplementares à transferência de valor da semicolônia para a metrópole estão fora de questão.

Conseqüentemente, a semicolônia troca mercadorias no valor de 4 000 francos por mercadorias do mesmo valor da metrópole imperialista. A *equivalência dos valores internacionais* (valores do mercado mundial) assumirá a seguinte forma no mercado mundial:

$$1\,538cA + 1\,231vA + 1\,231sA = 200cB + 2\,000vB + 1\,800sB$$

Valores internacionais iguais são trocados por valores internacionais iguais. Onde, então, esconde-se a "troca desigual" nessa equivalência? No fato de que esses valores internacionais iguais representam *quantidades desiguais de trabalho*. No pacote de mercadorias exportado da metrópole, vamos dizer que haja aproximadamente 300 milhões de horas de trabalho; o pacote de mercadorias exportado da semicolônia, ao contrário, contém — digamos — cerca de 1,2 bilhão de horas de trabalho.

A diferença entre essas duas quantidades de trabalho *não* reflete apenas a diferença entre os *salários* (essa teoria nos levaria de volta ao passado anterior a Marx

[42] MARX. *Grundrisse*. p. 872-873.

e mesmo a Ricardo, às contradições da teoria do valor do trabalho primitivo de Adam Smith). Vamos supor que o dia de trabalho médio tenha a mesma duração em ambos os países e que o 1,2 bilhão de horas de trabalho da semicolônia é realizado pelo quádruplo de trabalhadores (aproximadamente 600 mil) necessários para os 300 milhões de horas de trabalho da metrópole (150 mil, nesse caso). Os salários monetários (capital variável por trabalhador) seriam então de 8 207 francos em A e 3 333 em B. Essa proporção de 1:2,5 já seria muito diferente da proporção entre 300 milhões de 1,2 bilhão de horas de trabalho. Mas em si mesma também não diria nada sobre os *salários reais* em ambos os casos.

A troca desigual consiste na troca do produto de 300 milhões pelo produto de 1,2 bilhão de horas de trabalho, ou seja, no fato de que, no mercado mundial, a hora de trabalho do país desenvolvido é considerada mais produtiva e intensiva que a da nação atrasada. Será que essa troca de valores internacionais equivalentes em mercadorias, consistindo em quantidades desiguais de trabalho, implica uma transferência internacional de valor? À primeira vista a questão pode ser descartada como puramente semântica. Pode parecer muito pouco importante saber se é o mercado mundial ou o mercado nacional que determina o valor, quando são vistos de forma estática e isolada. (Teoricamente, para Marx, o mercado nacional é a estrutura correta.) No primeiro caso, não ocorre nenhuma transferência de *valor* no verdadeiro sentido da palavra, uma vez que o trabalho não remunerado ou reconhecido pelo mercado, isto é, trabalho socialmente dissipado, não cria, afinal, valor algum. No segundo caso pode-se dizer que o trabalho socialmente necessário (executado em condições de produtividade social média de trabalho) é menos reconhecido internacionalmente, mas na verdade todo ele cria valor.

Entretanto, se passamos de um ponto de vista estático para um ponto de vista dinâmico — o único que está de acordo com uma rigorosa aplicação da teoria do valor e da mais-valia — o quadro muda completamente. O país A dispõe de um potencial de trabalho que está sujeito a limites exatos: produção, consumo e acumulação (reprodução ampliada) são estritamente determinados pelo número total de horas trabalhadas. Suponhamos que o valor do produto anual total em A seja de 50 bilhões de francos e que o valor novamente criado seja de 30,8 bilhões, de modo que o pacote de exportação represente aproximadamente 26% da produção anual, e o pacote de exportação trocado pelas mercadorias da semicolônia contenha cerca de 11,55% do valor novamente criado (para não complicar o exemplo, supomos que o produto anual, o pacote de exportação e as mercadorias exportadas para a semicolônia têm a mesma estrutura de valor). E que o número total de horas de trabalho vivo, criador de valor, à disposição do país A, seja de aproximadamente 2,6 bilhões (1,3 milhão de trabalhadores produtivos trabalhando 50 semanas por ano e 40 horas por semana).

Pois bem, se não houve uma troca desigual, A teria de pagar não 300 milhões, mas 1,2 bilhão de horas de trabalho pelo pacote de mercadorias importado da semicolônia. Só teria conseguido realizar uma fração dessa importação. No mínimo teria havido uma redução considerável nos recursos destinados ao consumo e à acumulação.[43] O crescimento econômico teria diminuído. *Nesse sentido* a fórmula da "transferência internacional de valor" certamente teria um significado concreto. Essa "troca desigual" mediada pela transferência internacional de valor (a transferência de quantidades de trabalho) deve aumentar ainda mais com aquela parcela da mais-valia acumulada em B, mas pertencente aos capitalistas das metrópoles

[43] André Gunder Frank (*Toward a Theory of Capitalist Underdevelopment*, p. 109.) salienta o papel decisivo do excedente exportado pelas colônias e semicolônias no financiamento dos investimentos ingleses no século XIX e começo do século XX.

e levada por eles, assim como os pesados ônus impostos a B pelo subdesenvolvimento, sob a forma de pagamento pelos "serviços internacionais" (transporte e custos dos seguros etc.).[44] *A troca desigual leva portanto a uma transferência de valor* (transferência de quantidades de trabalho, isto é, de recursos econômicos) *não contra, mas em conseqüência da lei do valor* — não por causa de um nivelamento internacional das taxas de lucro, mas a despeito da inexistência desse nivelamento.

Em nossa opinião, essa análise das fontes da troca desigual está de acordo tanto com a teoria do valor de Marx quanto com o processo histórico real. Ela nos possibilita entender e explicar a coexistência de altas taxas de lucro e baixos salários, a acumulação de capital e a produtividade do trabalho nos países subdesenvolvidos, e o enriquecimento relativo das metrópoles às expensas das colônias e das semicolônias, pela transferência de valor resultante da troca de quantidades desiguais de trabalho no mercado mundial.

Uma abordagem crítica da controvérsia com Bettelheim, que aparece num apêndice do livro do Emmanuel, esclarece melhor os elementos de uma explanação abrangente — baseada na teoria do valor e da mais-valia de Marx — da diferença de desenvolvimento entre as metrópoles e as colônias e semicolônias. Emmanuel vê os salários como a "variável independente" do desenvolvimento econômico no capitalismo.[45] Nos países subdesenvolvidos, os baixos salários levam a investimentos em "trabalho-intensivo" que reforçam a diferença entre sua produtividade e a das metrópoles.[46] Nas metrópoles, o crescimento da organização sindical (monopolização da oferta da mercadoria força de trabalho) no final do século XIX possibilitou um aumento secular dos salários reais.[47] Isso gerou então a compulsão do crescimento econômico do capital-intensivo nas metrópoles. As diferenças de produtividade eram, portanto, mais resultado que causa das diferenças de salários.

Bettelheim opõe-se a essa tese e a considera, como nós, uma revisão da teoria marxista do valor. Em sua opinião, o que está na base da troca desigual é um desenvolvimento desigual da produtividade do trabalho e das relações de produção específica das semicolônias onde, entre outros fatores, muitos dos produtores do setor de exportação são recrutados do estrato do semiproletariado, que só se ocupam com o trabalho assalariado para obter uma renda suplementar que reforce seus meios de subsistência com a agricultura, de maneira que os salários podem cair muito abaixo do mínimo, sem com isso determinar necessariamente as condições efetivas de vida desse semiproletariado. Bettelheim rejeita a tese de Emmanuel que coloca a autonomia relativa do desenvolvimento dos salários e das necessidades e lembra a insistência de Marx de que o desenvolvimento da área do consumo e dos salários sempre é determinado, em última instância, pelo desenvolvimento da área da produção.[48]

Nessa controvérsia, ambas as partes cometem o erro de tentar decompor artificialmente o desenvolvimento complexo e integrado da economia capitalista mundial em várias séries lógicas independentes umas das outras. Não há dúvida de que desde a metade do século XIX os salários têm estado sujeitos a diferentes tendências de desenvolvimento nos países subdesenvolvidos e nas metrópoles, e essa

[44] FRANK. *Ibid.*, p. 105-106, 100-101, enfatiza a importância desse fator no período "clássico" do imperialismo.
[45] EMMANUEL. *Op. cit.*, p. 64-67 *et seqs.*
[46] Para Emmanuel (*ibid.*, p. 265-267), as diferenças entre a produtividade social do trabalho nos países imperialistas e nas colônias e semicolônias são insuficientes para explicar as diferenças salariais. Amin chega inclusive a afirmar que 75% das exportações das semicolônias consistem em produtos manufaturados pelas grandes empresas sob condições da "mais alta produtividade do trabalho". Mas é patente que há uma diferença substancial entre o nível de produtividade atingido mesmo nas minas e plantações organizadas com tecnologia moderna nas semicolônias, e as fábricas da indústria manufatureira das metrópoles.
[47] EMMANUEL. *Op. cit.*, p. 119-123.
[48] BETTELHEIM. In: EMMANUEL, A. *Op. cit.*, p. 287-293.

divergência tem tido, sem dúvida alguma, uma influência importante no desenvolvimento econômico internacional. Mas as diferenças de salários estão muito longe de constituir um *deus ex machina* capaz de determinar toda a estrutura da economia mundial, independentemente das leis de desenvolvimento do modo de produção capitalista. As divergências crescentes dos níveis salariais são, ao contrário, mais um resultado do que uma causa das tendências gerais de desenvolvimento da economia capitalista mundial. O aumento dos salários a longo prazo depende da tendência a longo prazo do exército industrial de reserva e da tendência a longo prazo da produtividade do trabalho no setor dos bens de consumo e da agricultura. Estas, por sua vez, são determinadas por dois fatores: *o ponto de partida* da oferta e da procura da força de trabalho, e a tendência secular da *acumulação de capital*. O primeiro explica por que os salários das chamadas colônias "vazias" dos Estados Unidos, Austrália, Canadá e Nova Zelândia (vazias, entre outros fatores, por causa do extermínio sistemático de seus habitantes originais) eram altos desde o começo. O segundo explica por que os salários dos países da Europa ocidental mostravam uma tendência a cair a longo prazo, entre a metade do século XVIII e a metade do século XIX, e por que essa tendência inverteu-se depois, a partir da segunda metade do século XIX.

Como a acumulação de capital ocorreu principalmente por meio de rupturas de processos pré-capitalistas de produção e de classes sociais no mercado doméstico, destruiu mais empregos do que criou, de forma que o exército industrial de reserva tendia a crescer e, em conseqüência disso, os trabalhadores não conseguiam construir um movimento sindical forte — em outras palavras, não conseguiam um monopólio relativo da oferta da mercadoria força de trabalho no mercado, e não conseguiam integrar a satisfação de novas necessidades com um padrão de vida socialmente reconhecido (valor da força de trabalho). Por isso os salários reais caíam a longo prazo. Entretanto, assim que a acumulação de capital parou de crescer, principalmente por causa do deslocamento de classes pré-capitalistas no mercado interno, e voltou-se para a expansão do mercado externo, começou a criar mais empregos do que destruía, nas metrópoles, *porque os empregos que destruía localizavam-se, a partir daí, nos países subdesenvolvidos.*[49] É isso que explica por que a tendência secular de agora é uma redução gradual do exército industrial de reserva nas metrópoles e um aumento gradual do exército industrial de reserva dos países subdesenvolvidos, o que por sua vez explica a discrepância crescente entre os salários reais nas duas partes do mundo. Longe de serem variáveis independentes, as duas trajetórias divergentes dos salários das semicolônias e das metrópoles são mutuamente determinantes, pois representam dois movimentos complementares de um processo mundial único de acumulação de capital, ou dois aspectos fundamentais das repercussões desse processo no desenvolvimento social e econômico da humanidade sob o controle do capital. A fórmula, usada por vários autores, da mútua determinação do desenvolvimento do centro capitalista e do subdesenvolvimento da periferia capitalista é perfeitamente adequada.[50]

A divergência que Emmanuel apresenta como prova de sua tese, entre países especializados na produção agrícola, como a Austrália e a Nova Zelândia — com altos salários — e países como Argélia e Portugal, que apesar de sua integração no mercado mundial e de uma especialização semelhante de exportação de produtos agrícolas, continuam sendo países subdesenvolvidos com baixos salários,[51] pode ser explicada de maneira muito mais racional por nossa tese do que por seus ro-

[49] Ver os cap. 2 e 3 deste livro. Para reflexões semelhantes, ver HINKELAMMERT. *Op. cit.*, p. 64-68.
[50] HINKELAMMERT. *Op. cit.*, p. 37.
[51] EMMANUEL. *Op. cit.*, p. 124-125, 265.

deios tautológicos, que passam pelo "bloqueio" das necessidades e portanto do valor da mercadoria força de trabalho, ao mínimo fisiológico que garanta a sobrevivência nos países subdesenvolvidos. Nos países "vazios" como a Austrália e a Nova Zelândia, toda a população foi incorporada desde o começo à produção capitalista de mercadorias. Essa população consistia principalmente em produtores independentes que possuíam eles mesmos os meios de produção (proprietários de terras extremamente baratas ou devolutas, que existiam em abundância) e que por isso tinham garantido um nível mínimo de vida bem alto desde o começo, com o qual o preço da mercadoria força de trabalho teve de competir para que o trabalho assalariado chegasse a existir. Em Portugal e na Argélia, ao contrário, a massa da população vivia fora do domínio da produção capitalista de mercadorias. A lenta substituição das relações de produção pré-capitalistas levou a população nativa a uma miséria cada vez maior, e assim a se dispor a vender sua força de trabalho a preços sempre menores, para conseguir arcar ao menos em parte com o ônus cada vez mais opressivo dos impostos territoriais, da usura e da tributação em geral. A destruição dos artesanatos indígenas e a separação dos camponeses indígenas de suas terras fez-se acompanhar a longo prazo pelo crescimento secular de um exército industrial de reserva, o que *explica* o bloqueio dos salários e das necessidades, ao invés de simplesmente derivá-los de modo axiomático.

Ao contrário de Emmanuel, Bettelheim está metodologicamente correto ao tomar como ponto de partida as relações de produção e as diferenças relativas de produtividade como a origem de tendências de desenvolvimento fundamentalmente divergentes nas semicolônias e nas metrópoles. No entanto, ele não considera de modo suficiente as formas concretas dos efeitos do segundo fator sobre o primeiro, *que reduziram ou aumentaram muito a diferença de produtividade*. Não basta citar dados históricos que mostram por que a industrialização ocorreu primeiro na Europa ocidental e não na China, na Índia ou na América Latina. Esses dados — analisados com mais detalhe em nossa *Marxist Economic Theory* — só explicam a diferença inicial. Mas essa diferença poderia ter se reduzido a longo prazo, como de fato aconteceu com o Japão, por exemplo, que se industrializou um século depois da Inglaterra: hoje a produtividade média do trabalho no Japão já alcançou o nível da Grã-Bretanha, se é que não o ultrapassou.

A diferença inicial de produtividade é, portanto, inadequada para explicar a diferença *contemporânea*. A ela devemos acrescentar o modo pelo qual a economia mundial funciona há 200 anos para reduzir ou aumentar essa diferença. Tratando dessa questão, Bettelheim fala do desenvolvimento desigual das forças produtivas do centro e da periferia, que determina os níveis desiguais da produtividade do trabalho. Mas como o desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo não é uma variável mais independente que o nível de subsistência, mas em última instância representa apenas o resultado de um ritmo particular de acumulação de capital produtivo e de uma composição orgânica particular de capital, o problema central levantado pelo argumento de Bettelheim, de que o *diferencial de produtividade não precede o capitalismo, mas é produzido por ele*, nos traz de volta ao problema da acumulação de capital em escala mundial. Esse problema não pode ser resolvido sem que se veja que foi a estrutura específica da economia capitalista, especialmente no período imperialista, mas em parte também no período anterior, que possibilitou à acumulação de capital industrial nas metrópoles frear decisivamente a acumulação de capital industrial no chamado Terceiro Mundo.

Em última instância, o problema da "troca desigual" traz de volta a questão da estrutura social diferente dos países subdesenvolvidos. *Nesse aspecto* concordamos inteiramente com Emmanuel, Palloix e Amin; muito antes desses autores, enfatizamos que as condições desvantajosas para a acumulação de capital nesses paí-

ses devem ser atribuídas a causas *sociais* que pioraram com o imperialismo.[52] Também concordamos com a tese básica de André Gunder Frank sobre essa questão: o próprio desenvolvimento do capitalismo produz a justaposição do "superdesenvolvimento" das metrópoles e do "subdesenvolvimento" das colônias e semicolônias. Nossas diferenças com Frank originam-se de sua análise dos mecanismos que permitem a dependência dos países subdesenvolvidos: ele os vê na natureza capitalista da economia dessas colônias e semicolônias (que confunde com subordinação ao mercado mundial capitalista); nós os vemos na combinação específica de relações de produção pré-capitalistas, semicapitalistas e capitalistas, que caracteriza a estrutura social desses países.[53] Em seus últimos trabalhos, particularmente em *Toward a Theory of Capitalist Underdevelopment*, que ainda não foi publicado, Frank faz ao menos uma tentativa parcial de levar em conta as críticas corretas feitas a seus primeiros trabalhos. Agora enfatiza as repercussões da integração no mercado mundial sobre a exploração dilapidadora da terra e da força de trabalho em certas regiões das colônias e semicolônias.[54] Os exemplos apresentados por Frank são perfeitamente convincentes. Mas a utilização que faz do conceito de "modo de produção" é inexata. O que ele realmente entende por isso são "técnicas" ou "organização" da produção, e não relações *sociais* de produção.[55] Mas são precisamente as relações de produção que deveriam ser incluídas em sua análise, para apreender os mecanismos do "desenvolvimento do subdesenvolvimento", que *bloqueiam* a desintegração das relações de produção pré-capitalistas e semicapitalistas, precisamente pela forma específica de sua integração no mercado mundial.[56] Mas como não leva em conta as relações sociais de produção, Frank não consegue explicar por que a ampliação da produção de mercadorias para exportação, nas colônias e semicolônias, não acionou o mesmo processo cumulativo de acumulação de capital e de produção capitalista, como ocorreu nos países imperialistas (incluindo a Rússia) e nos "Domínios Brancos", que Lênin analisou magistralmente em seu *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. A resposta está nas relações de produção e na estrutura social dos países coloniais e semicoloniais, que asseguravam que a maior parte do sobreproduto social não fosse usada com propósitos produtivos. Em outras palavras, havia acumulação de capital, mas esta consistia em 1) capital estrangeiro e 2) capital monetário (em geral investido improdutivamente), ao invés de capital industrial.[57]

A mesma lógica explica o desenvolvimento contrastante da América do Norte

[52] *Ver Marxist Economic Theory*. p. 472-476.

[53] Há uma boa crítica das fraquezas da teoria de Frank, quanto a esse aspecto, em NOVACK, George. "Hybrid Formations and the Permanent Revolution in Latin America". In: *Understanding History*. Nova York, 1972. Ernesto Laclau ("Feudalism and Capitalism in Latin America". In: *New Left Review*. n.º 67, maio-junho de 1971. p. 19 *et seq.*) defende uma tese semelhante à de Novack e à nossa. Mas talvez não tenha distinguido de maneira suficiente entre condições de produção feudais, semifeudais e semicapitalistas; por isso deixa de enfatizar que a crescente integração de países subdesenvolvidos no mercado mundial capitalista, em fases sucessivas do desenvolvimento do modo de produção capitalista nas metrópoles, tem repercussões diferentes sobre as relações de produção dos países dependentes.

[54] FRANK. *Toward a Theory of Capitalist Underdevelopment*. p. 30-32.

[55] Hinkelammert comete um erro semelhante ao afirmar que as semicolônias se tornam capitalistas "porque suas relações de produção são determinadas por sua integração no mercado mundial capitalista" (*op. cit.*, p. 68). As relações de produção capitalistas baseiam-se na relação específica entre trabalho assalariado e capital — em outras palavras, na conversão da força de trabalho em mercadoria e dos meios de produção em capital. Onde essa conversão não se generalizou, não há relações de produção capitalistas generalizadas, apesar da hegemonia do capital (que explora a grande maioria da população enquanto capital mercantil, bancário e usurário, e não enquanto capital produtivo industrial ou agrícola empregando trabalho assalariado e aumentando a produção de mais-valia) e apesar da integração no mercado mundial capitalista.

[56] Uma analogia interessante é a consolidação da produção agrícola feudal na Europa oriental (e Alemanha Oriental) depois do século XVI, exatamente como resultado da produção ampliada para o mercado mundial.

[57] Ver a notável análise de Amin (*op. cit.*, p. 198 *et seq.*) da tríplice distorção da acumulação de capital nos países subdesenvolvidos, resultante de sua subordinação às necessidades do mercado mundial capitalista e aos interesses das metrópoles na valorização de seu capital.

e da América do Sul no século XIX, cuja divergência tem confundido muitos historiadores econômicos.[58] É claro que não pode ser explicada nem pela raça nem pelo clima, mas deriva da predominância de pequenas empresas capitalistas independentes na economia norte-americana, em oposição à predominância de grandes *haciendas* agrícolas combinadas ou não a *comunidades* indígenas de economia natural na América do Sul. No primeiro caso, a acumulação de capital foi mantida durante muito tempo pelo obstinado renascimento do pequeno agricultor, que explica, entre outros fatores, por que, a despeito dos imensos recursos naturais, os Estados Unidos não eram a nação industrializada predominante no século XIX.[59] O alto nível dos salários reais, determinado pelo mínimo de subsistência relativamente alto do agricultor norte-americano e pela insuficiência crônica de força de trabalho, levou por sua vez a um nível de mecanização mais alto desde o começo e, a longo prazo, a um potencial maior de industrialização. Entretanto, isso não se tornou realidade enquanto não desapareceram as fronteiras que impediam a classe dos pequenos agricultores de escapar quando ameaçada pela concorrência por território desocupado, e enquanto a emigração em massa do exército industrial de reserva da Europa não criou a força de trabalho suplementar necessária para essa rápida industrialização.

A estrutura agrária específica da América Latina, ao contrário, desde o começo determinou um nível salarial muito mais baixo e um mercado doméstico muito mais limitado. Na fase inicial, essa estrutura pode ter sido adequada para uma industrialização precoce de produtos destinados ao mercado mundial (como a indústria cubana de açúcar, por exemplo) ou de bens de luxo destinados às classes dirigentes nativas (a fabricação de certos tecidos na América do Sul, por exemplo) numa escala equivalente, digamos, à dos começos da industrialização do Canadá. Mas não poderia depois chegar à plena industrialização, pois a separação entre agricultura e artesanato na *hacienda* ocorria muito lentamente, quando ocorria, quando a massa da população nativa não era jogada no processo crescente da circulação de mercadorias. O neocolonialismo ou neo-imperialismo não muda essa diferença de desenvolvimento ou produtividade, assim como não elimina, de maneira alguma, a "troca desigual". Ao contrário, as fontes da exploração imperialista metropolitana das semicolônias hoje fluem com mais abundância do que nunca. Houve apenas uma dupla mudança de forma: em primeiro lugar, a distribuição dos superlucros coloniais iniciou um declínio relativo da transferência de valor por meio da "troca desigual"; em segundo lugar, a divisão internacional do trabalho dirige-se lentamente para a troca de bens industriais leves por máquinas, equipamentos e veículos, além da troca desigual "clássica" de gêneros alimentícios e matérias-primas por bens de consumo industrializados. Mas, em última instância, a transferência de valor não está vinculada a nenhum tipo específico de produção material, nem a nenhum grau específico de industrialização, mas à diferença entre os respectivos graus de acumulação de capital, de produtividade do trabalho e de taxa de mais-valia. Só se houvesse uma *homogeneização geral* da produção capitalista em escala mundial é que as fontes de superlucros secariam. Sem essa homogeneização, tudo o que muda é a *forma* do subdesenvolvimento, não o seu *conteúdo*.

A crescente acumulação de capital que hoje é visível nas semicolônias é uma

[58] FRANK. *Toward a Theory of Underdevelopment*. p. 37-48.

[59] Sobre a dependência entre a penetração dos Estados Unidos no mercado mundial capitalista e a "especialização" agrícola dos Estados do norte e do oeste da União exatamente por essa razão, ver NOVACK, George. "US Capitalism: National or International?" In: *Essays in American History*. Nova York, 1969. p. 15-16. FRANK. *Toward a Theory of Underdevelopment*. p. 37-40, 47.

acumulação específica. É a acumulação de capital industrial saindo da esfera das matérias-primas para a da indústria manufatureira, mas permanecendo em média um ou dois estágios atrás em termos da tecnologia ou do tipo de industrialização predominante nas metrópoles. Como já explicamos, isso é um corolário do pequeno mercado interno, do enorme exército industrial de reserva e da tendência à industrialização com maquinaria obsoleta (isto é, com o "refugo" da indústria ocidental, descartado por causa da obsolescência acelerada do capital fixo) e mesmo com equipamento obsoleto especialmente produzido para essa indústria (determinado, por sua vez, pela limitação do mercado, isto é, pela pequena produção em série que não consegue a valorização de capital necessária para o equipamento mais moderno).[60]

Vernon observa que "sabemos de empresas que voltaram a usar um produto ou um processo já superado em seus mercados mais avançados". Citando várias pesquisas, acrescenta que "a tendência das subsidiárias de empresas norte-americanas no México e em Porto Rico a usar equipamento de segunda mão era bem forte no começo da década de 60". Subrahamaniam afirma de maneira igualmente categórica:

> "Nós nos deparamos com casos em que a tecnologia descartada em países estrangeiros havia sido introduzida na Índia. O uso do germânio na fabricação de transistores, ao invés de silício, é um exemplo; o Japão e a Alemanha deixaram de utilizar o germânio há 10 ou 15 anos... Da mesma forma, técnicos estrangeiros de uma fundição observaram que a fundição contínua era considerada um desenvolvimento do pós-guerra, sendo a moldagem e a fundição a vácuo as técnicas modernas. Entretanto, foram muito poucas as empresas que se interessaram por estas últimas".[61]

Utilizando dados referentes à indústria congolesa de antes da independência, Jacques Gouverneur provou tanto teórica quanto empiricamente que o pequeno tamanho do mercado interno e o baixo nível dos salários locais (determinado pelo exército industrial de reserva) *forçam* as empresas capitalistas a usar tecnologia subótima, mesmo que a tecnologia melhore com o passar do tempo.[62] Onde, apesar disso, a tecnologia ótima é empregada (o que só ocorre excepcionalmente nas semicolônias, como na Argentina, por exemplo), a utilização da capacidade é muito pequena: na Argentina, a utilização média da capacidade no período 1961/64 era de 50,1% na indústria metalúrgica (excluindo a indústria mecânica) e, na indústria de aparelhos eletromecânicos, era de 47,7%.[63]

No que diz respeito à industrialização das semicolônias, pode parecer que muitas vezes se faz acusações contraditórias ao imperialismo e ao capital internacional, pois são simultaneamente condenados por usar tecnologia obsoleta e supermoderna em plantas de "capital-intensivo", que não aumentam o nível de emprego e implicam um alto preço monopolista maciço por causa da utilização subótima da capacidade. Mas a contradição aparente desaparece quando a análise econômica

[60] Ver também os conhecidos exemplos da indústria automobilística, que mostram que as companhias norte-americanas na América Latina produzem carros duas vezes mais caros que nos próprios Estados Unidos com "novas" máquinas obsoletas especialmente construídas para séries pequenas. FENSTER, Leo. "Mexico Auto Swindle". In: *The Nation*, 2 de junho de 1969; MUNK, Bernard. "The Welfare Costs of Content Protection: The Automative Industry in Latin America". In: *Journal of Political Economy*.

[61] VERNON, *Op. cit.*, p. 180; SUBRAHAMANIAM. *Op. cit.*, p. 170-171.

[62] GOUVERNEUR, J. *Productivity and Factor Proportions in Less Developed Countries*. Oxford, 1971, p. 20-21, 26, 119. Uma comparação entre a relação capital/trabalho das empresas de cimento belgas e congolesas nos dá uma proporção C/T de duas empresas congolesas em 1930 que não representam mais de 23% e 41%, respectivamente, da proporção das belgas; ao passo que em 1956/60 essas cifras eram de 50% e 32% respectivamente (*op. cit.*, p. 103). A proporção C/T relaciona-se com a composição orgânica de capital de Marx, embora não sejam iguais.

[63] Ver SALAMA, Pierre. *Le Procès du Sous-Développment*. Paris, 1972, p. 154.

substitui a indignação moral. Não vem ao caso censurar as sociedades anônimas multinacionais por desconsiderarem os interesses de um crescimento equilibrado das economias semicoloniais. Pois é a compulsão da concorrência inerente ao modo de produção capitalista que possibilita a combinação de ambos os males nas operações das empresas estrangeiras nas semicolônias, dadas as estruturas sócio-econômicas existentes nestas últimas.

Seguem-se duas conclusões importantes. A primeira é que os bens industrializados produzidos com tecnologia obsoleta permanecem incapazes de competir seriamente no mercado mundial com os bens industrializados produzidos nas metrópoles. Nas semicolônias, as exportações continuam, portanto, concentradas no setor das matérias-primas, mais do que na produção nativa como um todo.[64] Mas como esse setor de matérias-primas perdeu a posição de monópolio relativo no mercado mundial, da qual desfrutava no período do imperialismo "clássico",[65] os preços das matérias-primas exportadas pelas semicolônias e produzidas por manufaturas ou com técnicas industriais primárias tendem a cair ao preço de produção das matérias-primas produzidas nas metrópoles com a mais moderna tecnologia. Isso obriga as semicolônias a importarem das metrópoles um volume cada vez maior de maquinaria cara e de peças de reposição ainda mais caras, a fim de conseguir promover sua industrialização.[66] No mercado mundial, as metrópoles agora operam como vendedores monopolistas de máquinas e equipamentos, enquanto as semicolônias perderam sua posição de vendedores monopolistas de matérias-primas.[67] Em conseqüência, há uma transferência constante de valor de uma zona para outra pela deterioração dos termos comerciais sofrida pelas semicolônias.

Contudo, desde 1972 vem ocorrendo uma nova alta nos preços das mercadorias primárias — determinada em parte pela grande alta inflacionária de 1972/73, marcada pela especulação de curto prazo, mas em parte também refletindo uma escassez relativa real causada pela taxa de investimento de capital nos setores de produção primária menor do que no setor manufatureiro durante o longo período anterior.[68] Essa nova elevação de preços não será inteiramente suprimida pela recessão mundial de 1974/75; possibilitará às burguesias semicoloniais melhorar sua situação de sócios minoritários do imperialismo, não só politicamente, mas também financeira e economicamente. A dependência crescente do imperialismo norte-americano de toda uma série de matérias-primas importadas[69] torna o maior poder imperialista do mundo mais vulnerável a essas mudanças do que no passado

[64] De aproximadamente 40 bilhões de dólares em exportação dos países subdesenvolvidos em 1965, apenas 4 bilhões (isto é, 10%) eram produtos industrializados (e desses, 600 milhões eram produtos agrícolas beneficiados). (*Pearson Report*. p. 370, 367.) Mas, ao mesmo tempo, a produção industrial dos países superdesenvolvidos já correspondia a mais de 20% de seu PNB.

[65] Em 1971, 80% das matérias-primas importadas pelos Estados Unidos, e apenas 60% das importadas pelo Japão, 50% das importadas pela Inglaterra e pela Itália e 42% das importadas pela Alemanha Ocidental e pela Bélgica vieram das semicolônias. Uma nota do secretário da UNCTAD, de 4 de abril de 1974, comenta que o grande *boom* de mercadorias havido em 1973 "redundou em benefícios muito maiores para os países desenvolvidos do que para os países em desenvolvimento". Os países adiantados tiveram um ganho extra de 29 bilhões de dólares, comparativamente ao ganho extra de 11 bilhões de dólares dos países subdesenvolvidos, sem contar as exportações de petróleo.

[66] QUIJANO, Aníbal. *Redefinición de la Dependencia y Proceso de Marginalización en America Latina*. p. 43-44.

[67] KOHLMEY. *Op. cit.*, p. 70-71. Isso significa, entre outras coisas, que parte dos superlucros apropriados pelas burguesias imperialistas por meio da "troca desigual" corresponde a "rendas tecnológicas" — em outras palavras, à forma típica dos superlucros no capitalismo tardio.

[68] O relatório anual do GATT, *Le Commerce International 1973-1974*, Genebra, 1974, p. 32, mostra essa discrepância entre o investimento no setor dos produtos primários e das indústrias manufatureiras dos Estados Unidos.

[69] Entre 1950 e 1970, a importação de bauxita para o consumo interno dos Estados Unidos passou de 64% para 85%; de estanho, de 77% para 98%; de zinco, de 38% para 59%; de potássio, de 13% para 42%; de minério de ferro, de 8% para 30%; de enxofre, de 2% para 15%. As importações de cromo respondiam por 100% do consumo doméstico. Houve reduções na importação de níquel — de 94% para 90% —, de vanádio — de 24% para 21% — e de cobre — de 31% para 17%. Ver BARNET, Richard e MULLER, Ronald. *Global Reach: The Power of the Multinational Corporations*. Nova York, 1974.

(quando os próprios Estados Unidos eram os maiores exportadores mundiais de produtos primários) e poderia provocar novos conflitos militares de vulto.

Em segundo lugar, o mercado mundial também continua funcionando como um sifão, transferindo não só a mais-valia crescente, mas também a mais-valia capitalizada, isto é, capital, das semicolônias para as metrópoles. Todos sabem que o déficit crônico do balanço de pagamentos das semicolônias, que acompanha sua industrialização incipiente, é compensado pelo chamado "auxílio de desenvolvimento", mas esse auxílio apenas revela o caráter assistencialista dos monopólios que exportam máquinas dos países imperialistas.[70] Essas subvenções, por sua vez, levam a um endividamento cada vez maior, de maneira que uma parcela crescente dos retornos totais sobre as exportações das semicolônias deve ser convertida em juros reexportados para as metrópoles. No final de 1972, as dívidas ativas acumuladas das semicolônias tinham chegado aos 100 bilhões de dólares. Os serviços da dívida absorvem hoje 31,5% das rendas provenientes das exportações da República Árabe Unida, 37,5% das do Uruguai, 25% do Paquistão, 24,1% das da Índia, 22,2% das da Argentina, 20,4% das do Afeganistão e 18,8 das da Turquia. Ao mesmo tempo, a penetração do capital imperialista na indústria manufatureira das semicolônias e sua crescente fusão com o capital nativo da chamada "burguesia nacional" significam que uma proporção cada vez maior da propriedade do capital desses países cai nas mãos das empresas imperialistas (mesmo que muitas vezes isso seja camuflado pelos testas-de-ferro locais ou por várias formas de *joint ventures*, com freqüência combinadas com instituições estatais, nacionais ou internacionais). Esse processo é acompanhado por um escoamento de capital disfarçado em grandes pagamentos a especialistas e técnicos internacionais. A importância desses especialistas e desses técnicos cresce junto com a industrialização local, uma vez que a indústria manufatureira, afinal, é muito mais dependente da tecnologia estrangeira do que a produção de matérias-primas.[71]

As estatísticas que se seguem revelam graficamente a extensão da pobreza das massas e da desigualdade social nas semicolônias:[72]

	PNB anual per capita em dólares	*% do PNB absorvida pela renda dos 40% com rendimentos mais baixos*	*Renda anual per capita dos 40% com rendimentos mais baixos*	*Renda anual per capita dos 20% com rendimentos mais altos*
Quênia (1969)	136	10,0%	34,0	462,4
Serra Leoa (1968)	159	9,6%	38,8	540,6
Filipinas (1971)	239	11,6%	65,1	642,6
Tunísia (1970)	239	11,4%	70,4	675,8
Equador (1970)	277	6,5%	46,2	1 018,-
Malásia (1970)	330	11,6%	91,2	924,-
Turquia (1968)	282	9,3%	70,0	857,3
Brasil (1970)	390	10,0%	97,5	1 200,-
Peru (1971)	480	6,5%	79,0	1 440,-
África do Sul (1965)	669	6,5%	104,8	1 940,-

[70] Isso pode ser deduzido do caráter *bilateral* de grande parte da ajuda ao desenvolvimento. Dos empréstimos públicos descritos como auxílio, 66% eram bilaterais em 1961, 85% em 1966 e 71% em 1971. Mas recentemente houve uma nova mudança na proporção da "ajuda ao desenvolvimento" público comparativamente às exportações privadas de capital para as semicolônias. Em 1973, pela primeira vez, a primeira categoria era inferior à segunda — 9,4 bilhões de dólares em comparação a 10,9 bilhões de dólares. É claro que isso não deixa de estar relacionado à grande elevação vertical de preço das matérias-primas de 1973/74.

[71] HINKELAMMERT. *Op. cit.*, p. 93-95. O exemplo do Chile mostra a extensão do crescimento da dependência tecnológica durante as últimas décadas. Em 1937, 34,5% de todas as patentes ainda eram de propriedade nacional; essa percentagem caiu para 20 em 1947, 11 em 1958 e 5,5 em 1967. MULLER. *Op. cit.*

[72] Ver AHLUWALIA, Montek Singh. "Inegalité des Revenus: Quelques Aspects du Problème". In: *Finances et Développment*. n.° 3, 1974. Ver também SALAMA. *Op. cit.*, p. 85-86.

As diferenças reais de renda são muito maiores do que sugerem essas estatísticas, pois 1% a 2% da população, que corresponde à camada mais rica da sociedade, dispõe de rendimentos tão superiores aos da "classe média", que representa 20% da população, quanto os dessa classe média o são relativamente aos rendimentos dos pobres. O resultado é um sistema de "mercados internos" compartimentalizados, que tende a se reproduzir.

Mas é necessário enfatizar a existência de uma tendência oposta em um setor: o das indústrias de trabalho-intensivo que produzem artigos acabados, as quais podem funcionar com máquinas relativamente baratas. Nesses casos, a disponibilidade da força de trabalho barata nas semicolônias, onde essa é acompanhada de uma infra-estrutura adequada e de uma "normalização social" que atendam os interesses dos donos de capital, permite o surgimento de uma indústria leve produtora de artigos acabados destinados à exportação que podem competir no mercado mundial. Os únicos limites colocados ao crescimento, na fase inicial, são os custos do transporte. Esse fenômeno levou à produção de equipamentos transistorizados para o mercado norte-americano na Coréia do Sul, em Hong Kong e Formosa, de tecidos asiáticos e alimentos enlatados na África para os mercados da América do Norte e Europa ocidental, e da migração da indústria relojoeira para as semicolônias.[73] Aparece um fenômeno novo, o da subempreitada internacional: a Singer tem 120 fábricas no Extremo Oriente, que fabricam ou montam seus produtos, enquanto subsidiárias de relojoeiros suíços operam na Mauritânia etc. Nesses casos, o diferencial de salários significa superlucro para o capital investido nas semicolônias, mais do que para o capital investido nas metrópoles. Mas há muitos limites para a expansão dessa tendência. Os setores industriais de trabalho-intensivo estão perdendo a importância econômica por toda a parte, comparativamente aos setores de capital-intensivo, automatizados ou semi-automatizados, que o capital monopolista não tem interesse de transferir para as semicolônias. O capital monopolista das metrópoles conseguiu controle parcial ou completo sobre os setores de produção modernos de trabalho-intensivo das semicolônias. Os superlucros obtidos por algumas semicolônias no mercado mundial, devido a vantagens salariais, acabam sendo embolsados pelo capital monopolista das metrópoles. Por essa razão, o que geralmente ocorre é apenas uma transação compensatória dentro da órbita das próprias empresas imperialistas, isto é, uma redistribuição de mais-valia em favor daqueles monopólios que participam desse ramo das exportações, e às expensas daqueles que não participam, ao invés de uma verdadeira redistribuição em favor da "burguesia nacional" dos países subdesenvolvidos. Quanto mais pronunciada a tendência de se transferir setores da indústria leve para países que dispõem de força de trabalho barata, tanto mais aguda será a concorrência entre os capitalistas metropolitanos envolvidos nesses setores ou diretamente afetados por eles. Essa concorrência assumirá a forma de racionalização e automação crescentes e assim eliminará temporariamente a diferença de custos de produção resultante das diferenças de níveis salariais, que agora traz vantagens aos países subdesenvolvidos — em outras palavras, eliminará os superlucros obtidos até agora por esses países.

O progresso *relativo* da industrialização em países como o Brasil (induzido pelo capital estrangeiro) e o Irã (financiado pela renda proveniente do petróleo) é inegável. Seu ímpeto terminou gerando um capital financeiro autônomo nesses países, ativo não apenas internamente, mas até mesmo internacionalmente, com certo grau de independência do imperialismo ocidental, apesar de sua íntima associação política e militar com este último. Esse fenômeno se fez acompanhar, de modo

[73] Em meados de 1973 havia 86 subsidiárias de sociedades anônimas estrangeiras em Singapura, e cerca de 250 em Hong Kong. As sociedades anônimas japonesas fundaram 400 subsidiárias na Coréia do Sul.

típico, por certo desenvolvimento da indústria pesada (siderurgia, petroquímica). Mas não é correto falar de "subimperialismo" nesses casos. O surgimento do capital financeiro é apenas uma das muitas características que devem estar presentes para que exista uma estrutura imperialista propriamente dita. A maioria desses outros elementos está completamente ausente no Brasil, para não falar do Irã, e continuará ausente enquanto esses países forem capitalistas, por causa da limitação do mercado interno, do atraso do setor agrícola nativo, do entrelaçamento dos interesses financeiros, industriais e tecnocratas com os dos proprietários de terra, dos agiotas, dos intermediários e das sociedades anônimas estrangeiras.[74]

O destino das semicolônias sob o sistema imperialista internacional assume sua forma mais trágica com a subnutrição cada vez maior dessas nações. Na década de 30, ainda conseguiam exportar anualmente 14 milhões de toneladas de cereais. Na década de 60, tiveram de importar por ano 10 milhões de toneladas de cereais, e o volume dessas importações corre o perigo de tornar-se muito maior durante a segunda metade da década de 70. Isso não se deve nem à explosão demográfica nem à falta de previsão, mas às estruturas sócio-econômicas impostas pelo imperialismo. Uma extensão de terra cada vez maior é utilizada para o cultivo de produtos agrícolas destinados à exportação, para satisfazer as necessidades das metrópoles e não das populações locais: só na África a produção de café aumentou em 300% entre 1959 e 1967. A crescente proletarização do campo e o subemprego e desemprego cada vez maiores criam um hiato crescente entre a produtividade potencial e a produtividade média do trabalho na terra. A diferenciação crescente de classes e um mercado interno estagnado da "classe média" para baixo resultam num tremendo desperdício de recursos produtivos. A crescente dependência da tecnologia importada, usada muitas vezes de maneira irresponsável e negligente em relação às conseqüências ambientais, provoca desastres sociais e ecológicos.[75] A dependência crescente das exportações imperialistas de alimentos é monetarizada no mercado do mundo capitalista através dos altos preços, causados pela restrição artificial da oferta, quando necessário. A fome que grassou entre 1973 e 1974 estava diretamente relacionada à *redução* da produção, decidida pelos principais exportadores de cereais no final da década de 60 e começos da década de 70.

O fator decisivo continua sendo a impossibilidade da plena industrialização dos países subdesenvolvidos no âmbito do mercado mundial no período do capitalismo tardio e do neocolonialismo, que era tão grande quanto no período "clássico" do imperialismo.[76] As diferenças regionais de desenvolvimento, industrialização e produtividade estão constantemente aumentando. Nessas circunstâncias, todos os mecanismos que garantem uma situação de crise social permanente nas semicolônias continuarão funcionando; os trabalhadores desses países terão de levar a revolução colonial até o ponto em que a sua libertação do mercado mundial capitalista, efetivada pela socialização dos principais meios de produção e do sobreproduto social, possibilite a solução do problema agrário e inicie a plena industrialização. É claro que a construção de uma economia socialista só pode efetivar-se em escala mundial.

[74] Há uma boa crítica do conceito de "subimperialismo" em SALAMA, Pierre. *Critiques de l'Économie Politique*. n.º 16-17, abril-setembro de 1974. p. 77-79.

[75] Ver o monumental relatório da conferência de 1968 sobre os aspectos ecológicos do desenvolvimento internacional na edição de TAGHI, M. Farvar e MILTON, John. *The Careless Technology*. Washington, 1971. Alguns documentos apresentados nessa conferência previram a catástrofe do Sahel. Erros calamitosos nos novos sistemas de irrigação da represa de Assuã, no Egito e no sul da Ásia, foram destacados, assim como foram denunciados os perigos semelhantes, senão mais graves, nos projetos do Delta do Mekong.

[76] O relatório anual da FAO de 1972 mostra que, entre 1950 e 1970, o número absoluto das pessoas "empregadas" (subempregadas seria um termo mais correto) na agricultura realmente *aumentou* cerca de 0,8% no Extremo Oriente, fora o Japão, e cerca de 1,2% na África.

12

A Expansão do Setor de Serviços, a "Sociedade de Consumo" e a Realização da Mais-Valia

O modo de produção capitalista, enquanto produção generalizada de mercadorias, implica um desenvolvimento constante da divisão social do trabalho.[1] Quanto a isso, o fenômeno histórico relevante foi a separação progressiva entre a agricultura e a produção artesanal, entre o campo e a cidade, que levou finalmente à contraposição entre os bens de consumo (Departamento II) e os meios de produção (Departamento I). Mas, no final, o progresso ininterrupto da divisão de trabalho também dissolve gradualmente essa separação estrita entre os dois setores básicos da economia, pois assim como a produção capitalista de mercadorias destruiu definitivamente a unidade entre agricultura e produção artesanal, também dissolveu toda uma série de outros vínculos entre diversos setores de produção das sociedades pré-capitalistas, e penetrou incessantemente nos bolsões de produção simples de mercadorias e de produção pura de valor de uso das sociedades pré-capitalistas que sobreviveram na sociedade burguesa.

Se essa divisão progressiva de trabalho foi uma característica peculiar da própria indústria no período da livre concorrência capitalista, a partir da segunda revolução tecnológica, começou a influenciar diretamente na agricultura. Desde o surgimento da demanda maciça de matérias-primas agrícolas nas indústrias e de carne e seus derivados nas cidades, houve uma especialização crescente nos empreendimentos agrícolas.[2] Ao lado dessa especialização vem ocorrendo — particularmente depois da grande crise agrícola das décadas de 1880 e 1890, na Europa central e na Europa ocidental, decorrente do aumento da competição pelos produtos agríco-

[1] "Como a produção e a circulação de mercadorias são os pré-requisitos gerais do modo de produção capitalista, a divisão de trabalho na indústria requer que a divisão de trabalho na sociedade em geral já tenha atingido certo grau de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, com a diferenciação dos instrumentos de trabalho, as indústrias que produzem esses instrumentos diferenciam-se cada vez mais. Se um sistema manufatureiro se apodera de uma indústria que antes era operada em conjunto com outras, seja como indústria principal, seja como indústria subordinada, e por um só produtor, essas indústrias desligam-se imediatamente e se tornam independentes. Se o sistema manufatureiro apodera-se de um estágio particular da produção de uma mercadoria, os outros estágios de produção transformam-se em outras tantas indústrias independentes... Este não é o lugar adequado para mostrar como a divisão de trabalho se apodera, não apenas da esfera econômica, mas de todas as esferas da sociedade e lança por toda parte os fundamentos daquele sistema açambarcador de especialização e separação dos homens, daquele desenvolvimento de uma única faculdade humana, às expensas de todas as outras..." MARX. *Capital*. v. 1, p. 353-354.

[2] KAUTSKY, Karl. *Die Agrarfrage*. Referimo-nos aqui à edição francesa, *La Question Agraire*. Paris, 1900, p. 42 *et seq*.

las baratos, importados do exterior — uma separação generalizada entre o cultivo do solo e a criação de gado, e uma especialização na própria criação de gado.

Mas, no conjunto, todo esse processo de especialização e divisão de trabalho desenvolveu-se com uma velocidade menor na agricultura que na indústria até as vésperas da Segunda Guerra Mundial. A mecanização da agricultura e o aumento da produtividade do trabalho agrícola ficaram muito atrás dos progressos da indústria, porque, entre outros motivos, a renda da terra consumia uma parte substancial do capital necessário a essa mecanização. Mas como previra Marx um século antes,[3] a força total das máquinas e dos produtos químicos atingiu a agricultura tardiamente, em particular sob o impacto da Grande Depressão de 1929/32 (que começou um pouco antes na agricultura).[4] *A fase do capitalismo tardio*, ao menos em sua primeira "onda longa com tonalidade expansionista", *tem se caracterizado por um crescimento da produtividade do trabalho maior na agricultura que na indústria.*

Na Alemanha Ocidental, no período que vai de 1950 a 1970, a produtividade bruta do trabalho agrícola (produto bruto por unidade de trabalho), a produtividade líquida do trabalho (produto líquido por unidade de trabalho) e a "produtividade efetiva do trabalho" (criação de valor por unidade de trabalho) quadruplicaram.[5] Essa taxa de crescimento foi muito maior que a da indústria. Nos Estados Unidos houve um crescimento anual de 3,8% do produto por unidade de trabalho na agricultura, no período de 1937/48 (comparativamente a 1,9% do restante da economia); um crescimento de 5,7% (comparativamente a 2,6% do restante da economia) entre 1949/57; e de 6,0% entre 1955/70. Com as relações de produção capitalistas, a escalada da produtividade do trabalho na agricultura assume a forma de uma conversão cada vez mais pronunciada dos empreendimentos agrícolas em empreendimentos capitalistas — em outras palavras, uma redução radical das áreas de produção simples de mercadorias ou de pequenos empreendimentos individuais de camponeses produzindo valor de uso. A conquista maciça da agricultura por parte do grande capital acelerou por sua vez a divisão social do trabalho agrícola, que agora alcança um estágio qualitativamente superior à do período da livre concorrência capitalista ou do imperialismo clássico. Todos os traços desse complexo processo de transformação na agricultura contemporânea — a crescente produtividade do trabalho; a penetração do grande capital; os empreendimentos de larga escala; a divisão acelerada do trabalho — podem ser sintetizados sob a rubrica de *industrialização crescente da agricultura.*

Esse fenômeno tem duplo sentido. Em primeiro lugar, o uso crescente de máquinas e produtos químicos na agricultura significa a conversão do processo de produção agrícola num processo análogo ao da produção industrial,[6] onde o esforço

[3] "Mais tarde, a produtividade avança em ambas (indústria e agricultura), embora com ritmos diferentes. Mas quando a indústria atinge certo nível, a desproporção deve diminuir ou, em outras palavras, a produtividade da agricultura deve aumentar relativamente com uma velocidade maior que a da indústria." MARX. *Theories of Surplus Value*. v. 2, p. 110. Ver também *Capital*. v. 3, p. 761-762.

[4] Essa crise da agricultura já se tornara pronunciada na década de 20, e depois de regredir nos anos de 1926/27, irrompeu novamente com força redobrada. Sobre esse tópico, ver, entre outros, VARGA, Eugen. *Die Krise des Kapitalismus und ihre politische Folgen*. Frankfurt, 1969, p. 77, 261-274.

[5] Informação dada ao autor por Hans Immler, com base no trabalho de HRUBESCH, Peter. "Konstruktion eines Input-Output-Index zur Messung der Produktivitätsentwicklung in der westdeutschen Landwirtschaft 1950/51 bis 1964/65". In: *Berichte über Landwirtschaft*. 1967, v. 45, caderno 3-4, e informação do Ministério Federal de Relações "Intergermânicas" para o período 1965/70.

[6] Isso se expressa de maneira notável pelo fato de que, desde 1948, a despesa anual da agricultura norte-americana com capital constante, sem considerar as construções, tem sido maior que os "custos de capital fundiário" (calculado pela multiplicação do preço corrente da terra em determinado momento, em cada região, pelas taxas médias de juros de hipoteca). A partir de 1944, a despesa total com capital excedeu a renda do trabalho agrícola; a partir de 1948, só o capital constante de uso anual (isto é, sem os "custos de capital fundiário") foi maior que a renda do trabalho. (TIMBERLAKE-WEBER, Hilde. "Anpassungsprobleme der Landwirtschaft in Wachstumsprozess de amerikanischen Wirts-

constante de reduzir os custos de produção sob a pressão da concorrência se manifesta na dispensa do trabalho vivo e em sua substituição por máquinas, e no aperfeiçoamento da organização do trabalho e das máquinas e produtos químicos que constituem os pré-requisitos da produção.[7] Assim a agricultura é jogada no redemoinho da inovação tecnológica acelerada[8] e do menor tempo de giro do capital fixo despendido na maquinaria agrícola. Por exemplo: o Instituto Japonês de Máquinas Agrícolas produziu recentemente uma "capinadeira-colhedeira" que "executa todas as tarefas do plantio de arroz: planta as mudas, elimina as ervas daninhas, pulveriza pesticida, colhe e debulha. Esse trabalho, que normalmente exige 300 homem-horas por hectare, pode ser feito em 16 horas por essa máquina".[9] Essas inovações geram, por sua vez, novas contradições entre o ciclo do componente fixo (e circulante) do capital, por um lado, e o ciclo do componente gasto na compra da terra, por outro, que na fase do capitalismo tardio está sujeito às leis específicas da especulação com a terra.

Em segundo lugar, a crescente industrialização da agricultura significa também uma separação crescente de setores inteiros da produção da agricultura propriamente dita e sua conversão em setores industriais "puros", na indústria alimentícia.[10] Embora a criação de galinhas organizada segundo o modelo industrial ainda possa ser considerada uma forma de transição, as fábricas que processam e conservam leite e carne, frutas e legumes e que produzem alimentos congelados ou secos correspondem exatamente aos empreendimentos de larga escala que produzem meias ou móveis.

Essa separação de setores inteiros da produção da agricultura propriamente dita explica por que a percentagem da população ativa trabalhando na agricultura caiu muito mais que a percentagem da alimentação relativamente ao consumo em geral. Enquanto esta última ainda flutua entre 20% e 30% nos países industriais mais avançados, a proporção de pessoas ocupadas com a agricultura caiu para menos de 10% da população ativa na maioria dos casos, e em alguns países, como a Inglaterra ou os Estados Unidos, chegou a 5% e às vezes menos ainda. Mas, se incluíssemos as pessoas empregadas na indústria alimentícia (que é uma das indús-

---

chaft". In: *Berichte über Landwirtschaft*. 1963, nova série, v. 41/3-4, p. 576-577.) Enquanto em 1950 as propriedades agrícolas norte-americanas consumiram 12,7 bilhões de dólares de capital constante circulante e 2,5 bilhões de capital constante fixo (depreciação), totalizando 15,2 bilhões de dólares comparados à sua renda líquida de 16,9 bilhões de dólares, em 1970 consumiram respectivamente 24,6 bilhões e 6,5 bilhões de capital constante circulante e fixo, comparados a uma renda líquida de 22,5 bilhões de dólares. *Statiscal Abstract of the United States*, 1971, p. 581.

[7] KRIELLAARS, F. W. J. *Landbouwproblematiek bij economische groei*. Leiden, 1965, p. 21. Entre 1950 e 1970, o valor da maquinaria e dos equipamentos agrícolas (incluindo os automóveis particulares dos agricultores) subiu de 12 para 34 bilhões de dólares. Ao mesmo tempo, a população do campo declinou de 23 para 9,6 milhões, e as pessoas ativas na agricultura, de 9,6 para 2,3 milhões (em 1970, 40% da chamada população rural ativa estava empregada fora da agricultura).

[8] Cochrane estima que 80% do aumento da produção agrícola nos Estados Unidos no período 1940/58 deve ser atribuído ao progresso tecnológico (outros autores estimam essa percentagem em torno de 30%). Ele explica depois: "A chuva de novos conhecimentos por sobre a terra, a revolução tecnológica estendendo-se à agricultura não é uma coisa restrita ligada à maquinaria e equipamento — é algo amplo que envolve melhores técnicas de trabalho e administração, nova demarcação, recombinação e especialização por área das empresas que produzem mercadorias, e adaptação da agricultura a novas técnicas". COCHRANE, W. W. "Farm Technology, Foreign Surplus Disposal and Domestic Supply Control". In: *Journal of Farm Economics*. Dezembro de 1959, p. 887.

[9] *The Japan Times*. 13 de agosto de 1974.

[10] A percentagem do valor total dos gêneros alimentícios representada pelos valores acrescentados aos produtos agrícolas em seu processamento industrial pode ser superior a 50%. (KRIELLAARS. *Op. cit.*, p. 15.) S. J. Hiemstra ("How much is being spent in the U.S. this year for food?". In: *Agricultural Situation*. Setembro de 1963, p. 11 *et seq.*) observa que no período 1950/62, os processadores e distribuidores de gêneros alimentícios receberam um constante de 12% da renda disponível do orçamento doméstico médio dos Estados Unidos, enquanto a percentagem dos agricultores caiu de 8% para 5% dessa renda. Em 1970, os agricultores norte-americanos receberam o equivalente a apenas 19% dos gastos dos consumidores com farinha de trigo e massas, 25% dos gastos com frutas e legumes, e 39% dos gastos totais com produtos agrícolas.

trias mais importantes em todos os Estados industriais) entre aquelas que se ocupam com "agricultura", essa percentagem seria mais que duplicada.[11]

% de Trabalhadores Agrícolas Relativamente a Todas as Ocupações Civis

	1950	*1960*	*1970*
Estados Unidos	13,5%	8,3%	4,4%
Japão	46,7%	30,2%	17,4%
Reino Unido	5,6%	4,1%	2,9%
Alemanha Ocidental	24,7%	14,0%	9,0%
França[1]	36,0%[2]	22,4%	14,0%

[1] Para a França em 1946, ver Commission Économique pour l'Europe des Nations Unies, *Étude sur la Situation Économique de l'Europe en 1954*. Genebra, 1955. p. 207.
[2] *1946*.

O rápido aumento da produtividade do trabalho na agricultura, combinado a um crescimento muito mais lento do consumo de gêneros alimentícios e a uma flexibilidade negativa da demanda de certas matérias-primas, levou à rápida queda dos preços relativos dos produtos agrícolas, o que provocou uma reviravolta completa na estrutura clássica de valor e preço dessas mercadorias nos países imperialistas. Se a concorrência internacional fosse mantida, a renda absoluta da terra, assim como a diferencial, desapareceriam de grande parte da Europa ocidental, como aconteceu numa parte nada desprezível de terras cultiváveis da América do Norte.[12]

A persistência de flutuações de preço muitas vezes de vulto no mercado mundial reflete a oscilação entre *reservas* e insuficiências de mercadorias-chave que podem ocorrer de repente. Em termos de valor, essas flutuações definem se os preços de produção de grandes áreas de terra menos fértil da América do Norte, da Austrália ou da Argentina determinarão ou não o preço de mercado. Como a produção não pode acomodar-se de imediato a essas flutuações repentinas, e como os agricultores vivem com medo de uma superprodução crônica, ao mesmo tempo que a intervenção estatal nos países imperialistas premia a limitação da produção com mais freqüência do que a sua ampliação, na verdade a produção não se estende a essas áreas menos férteis com muita rapidez, e solos que produzem mais (seja por causa da fertilidade natural ou de maiores investimentos de capital, seja por uma combinação de ambos) só excepcionalmente dão a seus proprietários uma verdadeira renda da terra.[13] É por isso que a restrição ao cultivo direto em grande escala capitalista acaba predominando em países como os Estados Unidos, pois na agricultura capitalista contemporânea já não há superlucros superiores ao lucro médio (que, além disso, é também o lucro médio dos setores não monopolizados[14]), e

[11] *OECD Economic Survey of Australia*. Dezembro de 1972, p. 11. Para o Japão em 1950, NAMIKI, Masayoshi. *The Farm Population in Japan, 1872-1965*. p. 40.

[12] O número de estabelecimentos agrícolas nos Estados Unidos, que flutuava em torno dos 6 milhões entre 1920 e 1945, caiu para 2,9 milhões por volta de 1970. Desses 2,9 milhões, 1,8 milhão são estabelecimentos com agricultura de subsistência e em regime de parceria; em outras palavras, apenas 1,1 milhão de estabelecimentos agrícolas produz para o mercado. 870 mil estabelecimentos agrícolas responderam por 84,4% do total das vendas agrícolas de 1964, com um movimento médio de 34 mil dólares por estabelecimento agrícola (os outros nunca chegam sequer a atingir essa média). 2 milhões de estabelecimentos agrícolas tiveram vendas de 4 mil dólares ou menos. Apenas 142 mil conseguiram um movimento superior a 40 mil dólares. Não é nenhum exagero afirmar que a renda da terra praticamente desapareceu em 90% dos estabelecimentos agrícolas norte-americanos.

[13] Aumentos vultosos e repentinos de preço de matérias-primas são acompanhados por aumentos igualmente repentinos das rendas diferenciais. Isso é válido para as minas de ouro da África do Sul, por exemplo, depois da enorme alta no preço do ouro no mercado livre, ou dos campos petrolíferos do Oriente Médio. Em meados de 1974, o investimento necessário para produzir um barril de petróleo por dia variava entre 100 libras no Oriente Médio, 1 200 a 1 300 libras no mar do Norte e 3 mil a 4 mil libras em areias betuminosas ou em camadas de xisto betuminoso dos Estados Unidos. Não há necessidade de enfatizar a conseqüente extensão das rendas do petróleo no Oriente Médio.

[14] Ver Kriellaars (*Op. cit.*, p. 28-31) relativamente à posição estruturalmente mais fraca dos agricultores em face das empresas monopolistas. Entre 1950 e 1960, a produção de máquinas agrícolas nos Estados Unidos flutuou entre índices de 60 e 100; seu preço subiu cerca de 30%. A produção de aço flutuou entre índices de 90 a 120; os preços subiram

mesmo esse lucro médio só pode ser alcançado com o emprego de um capital constante de vulto. O fato de que em muitos desses grandes empreendimentos agrícolas capitalistas a composição orgânica do capital é a mesma, ou aproximadamente a mesma, da indústria média, também explica a tendência de desaparecer a renda da terra capitalista. É interessante notar que essa tendência não se faz acompanhar necessariamente por uma queda nos preços da terra (exceto em caso de povoados ou campos despovoados transformados em pastagens); primeiro porque a terra continua sendo um elemento fundamental no processo de produção agrícola, e se é propriedade privada, tem um preço correspondente — tanto que a renda não desaparece inteiramente; em segundo lugar, os preços da terra sobem à medida que áreas de cultivo são transformadas em áreas residenciais ou em estradas, e dessa forma indireta são jogadas na especulação imobiliária, que por sua vez é tanto conseqüência quanto motor da inflação permanente.

Mas a queda dos preços agrícolas relativos não leva automaticamente ao desaparecimento do pequeno agricultor. Mesmo no capitalismo tardio, uma "volta à terra" ainda é temporariamente possível em período de muito desemprego ou insuficiência de alimentos. Por outro lado, se uma rápida queda dos rendimentos relativos dos agricultores coincide com uma demanda crescente de força de trabalho nas cidades e uma diferença cada vez maior entre os preços agrícolas e os industriais, e entre os rendimentos dos camponeses e dos *trabalhadores assalariados*[15] da indústria, o deslocamento do campo para a cidade assumirá proporções de uma verdadeira avalancha, como aconteceu tanto na Europa ocidental quanto na América do Norte na "onda longa com tonalidade expansionista" de 1945/48 até 1965.

Sob crescente socialização objetiva do trabalho, mesmo com a produção generalizada de mercadorias, uma divisão cada vez maior de trabalho só pode ser efetivada se as tendências à centralização predominarem sobre as tendências à atomização. No capitalismo, esse processo de centralização tem caráter duplo: é técnico e é econômico. *Tecnicamente*, uma divisão crescente do trabalho só pode combinar-se com uma socialização crescente e objetiva do trabalho por meio de uma ampliação das *funções intermediárias:* daí a expansão sem precedentes dos setores de comércio, transporte e serviços em geral.[16] *Economicamente*, o processo de centralização só pode manifestar-se por meio de uma centralização crescente de capital, entre outras, sob a forma de uma integração vertical de grandes empresas, firmas multinacionais e conglomerados.

A separação entre atividades produtivas anteriormente unificadas torna indispensável a ampliação das funções intermediárias. Se a produção artesanal se separa da agricultura, é preciso garantir aos camponeses a mediação dos instrumentos de trabalho e de bens de consumo que antes eles mesmos faziam a mão, e aos artesãos a mediação dos gêneros alimentícios antes produzidos por eles mesmos por meio do comércio. A ampliação dessas funções intermediárias tende a levar a uma *independência crescente* das mesmas. A separação entre agricultura e produção artesanal leva, em última instância, à inserção do comércio independente entre elas. Quanto mais generalizada a produção de mercadorias e quanto mais adiantada a

---

cerca de 50%. Na agricultura, a produção flutuou entre índices de 100 e 125; os preços pagos aos agricultores, ao contrário, caíram cerca de 20%.

[15] Nos Estados Unidos, a renda por hora de trabalho na agricultura, que ainda era equivalente a 75% da hora média de trabalho do trabalhador industrial em 1948, caiu para menos de 30% desse salário em 1957. TIMBERLAKE-WEBER. *Op. cit.*, p. 576.

[16] Analisamos mais abaixo as grandes variações da estrutura econômica do chamado setor de serviços. A função dos intermediários, que se expande no curso da divisão crescente do trabalho e que pode ser atribuída, no capitalismo, a empresas que lidam com comércio, transporte, armazenamento, crédito, bancos e seguros, constitui apenas parte desse setor, que os sociólogos e economistas políticos burgueses transformam num *pot-pourri* das mais variadas atividades, que vai desde os produtores de mercadoria propriamente dita (produção de gás, água e energia) a verdadeiros parasitas e escroques.

divisão de trabalho, tanto mais essas funções intermediárias precisam ser sistematizadas e racionalizadas, a fim de assegurar produção e venda contínuas. A tendência à redução do tempo de giro do capital, inerente ao modo de produção capitalista, só pode tornar-se realidade se o capital (comercial e financeiro) se apossar cada vez mais dessas funções intermediárias.

Nos períodos da livre concorrência capitalista e do imperialismo clássico, essa penetração do capital nos setores intermediários ocorria principalmente no processo de circulação: o capital comercial, financeiro e de transporte mediava e acelerava a troca entre os Departamentos I e II (remessa de matérias-primas e máquinas para a indústria de bens de consumo e agricultura), entre diferentes empresas e ramos da indústria no Departamento I (mútuo fornecimento de matérias-primas e máquinas para a indústria que fabricava os meios de produção) e entre o Departamento II e o conjunto dos consumidores (venda de gêneros alimentícios, bens de consumo industrializados e artigos de luxo para assalariados e capitalistas).[17] Quanto mais avançam a divisão internacional do trabalho e a socialização objetiva internacional do trabalho, tanto maior a importância do sistema de transporte e das funções intermediárias no domínio do comércio internacional e do sistema internacional de crédito. Nessas duas fases do capitalismo, a penetração do sistema de crédito na esfera do consumo privado efetivo limitava-se aos casos de extrema penúria (penhor, agiotagem); somente na década de 20 deste século é que estendeu-se seriamente pela área de financiamento para a compra de bens de consumo duráveis nos Estados Unidos (na Europa e no Japão essa nova ampliação do sistema de crédito relativamente ao consumo privado não se generalizou antes do advento do capitalismo tardio).[18]

Na época do capitalismo tardio, o processo de capitalização, e, conseqüentemente, da divisão de trabalho, adquire nova dimensão também nessa esfera de mediação. Aqui também, mais tarde ainda que na agricultura, a mecanização triunfa, promovida sobretudo pela eletrônica e pela cibernética. Os computadores e as máquinas de calcular eletrônicas substituem enorme quantidade de auxiliares de escrita, escriturários e contadores de bancos e companhias de seguro. As lojas onde as pessoas mesmas se servem e as máquinas automáticas que fornecem chá, café, balas etc., com a introdução de moedas, tomam o lugar de vendedores e balconistas. O médico profissional liberal é substituído por uma policlínica com especialistas afiliados ou por médicos empregados pelas grandes companhias; o advogado independente dá lugar ao grande escritório de advocacia ou aos conselheiros legais de bancos, empresas e administração pública. A relação *privada* entre aquele que vende força de trabalho com qualificações específicas e aquele que gasta rendimentos privados, que ainda predominava no século XIX e foi analisada em detalhe por Marx,[19] converte-se cada vez mais em um serviço *capitalista*, ao mesmo tempo que se torna objetivamente socializado. O alfaiate particular é substituído pela indústria de roupa feita; o sapateiro, pela divisão de consertos das grandes lojas de departamento, das fábricas e lojas de calçados; o cozinheiro, pela produção em massa de refeições pré-cozidas, consumidas em restaurantes com auto-serviço ou pelo setor industrial especializado; a empregada doméstica ou arrumadeira, pela mecanização de suas funções sob a forma de aspirador de pó, máquina de lavar roupa, de lavar pratos etc.

Essa socialização objetiva dos serviços é particularmente evidente onde a infra-estrutura exige o mais alto grau de racionalização em função dos altos custos fi-

[17] MARX. *Capital*, v. 2, cap. VI.
[18] Sobre a importância do crédito ao consumidor como solução temporária das dificuldades de realização e como uma das principais fontes de inflação, ver o cap. 13.
[19] MARX. *Theories of Surplus Value*. v. 1, p. 157-161.

xos e das despesas de construção. No século XIX, o transporte de curta distância, o aquecimento doméstico, a iluminação, a água e o fornecimento de energia em geral ainda eram puramente privados. Nas áreas coloniais tecnicamente atrasadas, esses serviços chegavam a proporcionar as principais fontes para a subordinação despótica dos nativos, que eram obrigados a executar serviços privados para os senhores coloniais, que dispunham dos "cortadores de lenha e dos carregadores de água" de forma muito semelhante à dos senhores de escravos de Roma. A penetração do capital nessa esfera, sobretudo através da eletrificação, significou enormes gastos em capital fixo e uma queda correspondente na lucratividade dos empreendimentos privados; essa mudança levou progressivamente aos trens de passageiro e às estradas de ferro suburbanas, às usinas elétricas e à água e gás encanados, que hoje são regra geral na maioria dos países imperialistas. O escravo doméstico, vivo e pessoal, foi substituído pelo escravo mecânico, inerte e socializado.

Mas essa evolução não deve, naturalmente, ser exagerada. Uma sociedade produtora de mercadorias, cheia de impulsos aquisitivos, cria constantemente sua própria negação como uma corrente secundária. Os milhares de pequenos empreendimentos trabalhando com carvão e madeira são substituídos por um pequeno número de empresas multinacionais de petróleo e gás natural. Mas para conseguir atingir centenas de milhares de consumidores, essas corporações são obrigadas, por sua vez, a incentivar o estabelecimento de inúmeros postos de gasolina e garagens. Os serviços de água, luz e gás, centralizados e reorganizados em instalações públicas, servem diretamente a milhões de consumidores. Mas, para realizar suas funções, os incontáveis aparatos que fazem a mediação entre essas fontes de energia e o consumidor final demandam, por sua vez, pessoas que façam consertos, encanadores, eletricistas e vendedores. Quanto mais barata a mercadoria, isto é, quanto menor o tempo de trabalho despendido em sua produção, tanto maiores serão os custos de supervisão e reparos comparativamente aos custos de produção, e tanto mais cara, em termos relativos, a força de trabalho qualificada necessária para a realização dessa função.[20] Mas essa negação deve permanecer em caráter secundário, pois assim que uma brecha considerável no processo de centralização parece ter-se tornado "lucrativa", imediatamente atrai capital, que ali tentará conseguir ao menos o lucro médio e pode eliminar gradualmente os pequenos empreendimentos privados. Grandes empresas de reparos tendem a substituir o encanador individual, assim como as grandes lojas de departamento acabaram com o pequeno lojista e os grandes bancos com os cambistas privados. Os elos e agentes intermediários do processo de centralização objetiva são por sua vez centralizados.

Longe de representar uma "sociedade pós-industrial", o capitalismo tardio constitui uma *industrialização generalizada universal* pela primeira vez na história. A mecanização, a padronização, a super-especialização e a fragmentação do trabalho, que no passado determinaram apenas o reino da produção de mercadorias na indústria propriamente dita, penetram agora todos os setores da vida social.[21] Uma das características do capitalismo tardio é que a agricultura está se tornando gradualmente tão industrializada quanto a própria indústria,[22] a esfera da circulação

[20] A maior renda das pessoas empregadas no setor de reparações deriva de duas fontes: 1) o maior valor da mercadoria força de trabalho nessa esfera, que entre outras coisas depende do maior tempo de aprendizagem, determinado pela complexidade crescente dos aparelhos; 2) o fato de que o preço dessa força de trabalho pode ficar acima de seu valor por muito tempo por causa de um aumento desproporcionalmente grande da demanda. A introdução repentina de milhões de aparelhos elétricos criou uma demanda de pessoas que façam consertos que só pode ser satisfeita gradualmente, devido à necessidade de um longo aprendizado e da morosidade relativa da estrutura ocupacional.

[21] Exemplos típicos dessa especialização e subdivisão posteriores são: o eletricista é substituído por especialistas em conserto de rádio e televisão, o encanador pelo especialista em conserto do sistema de aquecimento central etc. etc. Mas aqui também pode ocorrer uma reconstituição "centralizada" de um novo trabalho "uniforme" como, por exemplo, no caso do "homem dos sete instrumentos" que trabalha em quarteirões de palacetes.

[22] Na passagem do século, Kautsky já havia analisado os primórdios da industrialização da agricultura em *La Question Agraire*, p. 442-443.

tanto quanto a esfera de produção, o lazer tanto quanto a organização do trabalho. A industrialização da esfera de reprodução constitui o ápice desse processo. Os computadores calculam o pacote de ações "ideal" para o acionista particular e a localização "ideal" para a nova fábrica da grande empresa. A televisão mecaniza a escola, isto é, a reprodução da mercadoria força de trabalho.[23] Filmes e documentários de televisão tomam o lugar dos livros e dos jornais. A "lucratividade" das universidades, academias de música e museus começa a ser calculada da mesma forma que a das fábricas de tijolos ou de parafusos.[24]

Em última instância, todas essas tendências correspondem à característica básica do capitalismo tardio: o fenômeno da *supercapitalização*, ou capitais excedentes não investidos, acionados pela queda secular da taxa de lucros e acelerando a transição para o capitalismo monopolista. Enquanto o "capital" era relativamente escasso, concentrava-se normalmente na produção direta de mais-valia nos domínios tradicionais da produção de mercadorias. Mas se o capital gradualmente se acumula em quantidades cada vez maiores, e uma parcela considerável do capital social já não consegue nenhuma valorização, as novas massas de capital penetrarão cada vez mais em áreas não produtivas, no sentido de que não criam mais-valia, onde tomarão o lugar do trabalho privado e da pequena empresa de maneira tão inexorável quanto na produção industrial de 100 ou 200 anos antes.

Essa enorme penetração de capital nas esferas da circulação, dos serviços e da reprodução pode, por sua vez, levar a um aumento da massa de mais-valia:

1) assumindo parcialmente as funções produtivas do capital industrial propriamente dito, como é o caso no setor dos transportes, por exemplo;[25]

2) acelerando o tempo de rotação do capital produtivo circulante, como é o caso do comércio e do serviço de crédito;

3) reduzindo os custos indiretos da produção, como se dá na infra-estrutura;[26]

4) ampliando os limites da produção de mercadorias — em outras palavras, substituindo a troca de serviços individuais por rendimentos privados pela venda de mercadorias contendo mais-valia.

A faxineira, a cozinheira e o alfaiate particulares não produzem mais-valia; mas a produção de aspiradores de pó, sistemas de aquecimento central, eletricidade para consumo privado e refeições pré-cozidas de produção industrial são uma forma de produção capitalista direta de mercadorias e mais-valia, como qualquer outro tipo de produção industrial capitalista. O capital monopolista não se opõe, portanto, de forma alguma, à penetração de capital no chamado setor de serviços, mesmo que isso incontestavelmente reduza a taxa média de lucros, porque uma massa maior de mais-valia deve somar-se à massa de capital social investido, que aumentou ainda mais do que a quantidade de mais-valia. Além disso, a acumula-

[23] Com o surgimento do vídeo-cassete, a repenetração da produção capitalista de mercadorias no setor educacional tornou-se possível em grande escala.

[24] Grandes empresas que começaram produzindo máquinas fotoestáticas estão assumindo a direção de editoras e começando a produzir material educacional, como no caso da Xerox, da Bell, da 3M e Bell e da Howell. A aviação norte-americana (sic) está envolvida na produção de água potável pura. A General Electric está participando da criação de uma empresa chamada General Learning, preparando-se para a produção de "mercadorias educacionais". Leasco-Pergamon está planejando um banco de dados gigantesco, a fim de vender "informação científica sistematizada".

[25] Aqui também pode surgir uma fonte de produção adicional de mercadorias no capitalismo tardio como, por exemplo, na produção de containers.

[26] Embora a obra de Elmar Altvater (*Gesellschaftliche Produktion und ökonomische Rationalität*. Frankfurt, 1969) seja dedicada aos problemas de uma economia socialista planejada, ela contém pontos de partida úteis para uma teoria marxista dos efeitos externos e dos custos indiretos do capitalismo.

ção de uma massa de capital ocioso que cresce constantemente ameaça as empresas gigantes com a perspectiva de que, a longo prazo, esse capital talvez não se contente com os juros médios e possa tentar penetrar à força nos setores monopolizados, reativando assim a concorrência e ameaçando os superlucros dos monopólios. O desvio do excesso de capital para o setor de serviços ajuda a prevenir essa mudança.

Finalmente, o capital monopolista não tem nenhum motivo para hostilizar o desenvolvimento completo da industrialização e capitalização intensiva de todos os setores sociais, porque ele próprio participa desse processo — ao menos enquanto o "novo" capital desempenhar com sucesso o papel histórico de abrir novos campos de investimento e de experimentar novos produtos, de modo que a lucratividade desses novos campos seja garantida. A concentração e centralização de capital nas áreas de alimentação e distribuição possibilitam o surgimento de grandes empresas à altura dos trustes de aço e de eletricidade (Unilever, Nestlé, General Food). As grandes companhias tomam posse das unidades de distribuição (hotéis dominados por fábricas de cerveja, postos de gasolina dirigidos por trustes de petróleo etc.) ou tomam iniciativas de grande escala na esfera das lojas de departamentos ou dos sistemas de transporte (companhias de aviação, companhias de navegação marítima, lazer, férias etc.). Os conglomerados combinam indiscriminadamente a produção de aço, companhias de aviação, produção de margarina, fabricação de máquinas elétricas, companhias de seguro, especulação de terras e grandes lojas de departamento, a fim de assegurar a taxa média de lucros para o maior volume possível de capital, de minimizar os riscos do investimento especializado e mesmo de explorar as possibilidades crescentes da administração racionalizada e da especulação marginal, para embolsar superlucros para o todo desse capital conglomerado.[27]

Se a disponibilidade de grandes quantidades de capital que não podem valorizar-se mais na indústria propriamente dita é um pré-requisito para a expansão do chamado setor de serviços, uma grande diferenciação do consumo, e especialmente do consumo dos assalariados e da classe operária, é um pré-requisito complementar a essas novas formas e campos da acumulação de capital. Essa tendência já era perceptível, em embrião, no período da livre concorrência capitalista, e Marx a descreve da seguinte forma em *Grundrisse:*

> "Na produção que se baseia no capital, o consumo é sempre mediado pela troca, e o trabalho nunca tem um valor de uso imediato para aqueles que trabalham. Sua base está toda no trabalho enquanto valor de troca e enquanto criação de valor de troca. O trabalhador assalariado, ao contrário do escravo, é ele mesmo um centro independente de circulação, alguém que troca, que coloca seu valor de troca e mantém o valor de troca por meio da troca. Em primeiro lugar: na troca entre aquela parcela do capital descrita como salário e a capacidade viva de trabalho, o valor de troca dessa parcela do capital coloca-se de imediato, antes que o capital surja novamente do processo produtivo para entrar na circulação, ou isso pode ser entendido como sendo em si mesmo um ato de circulação. Em segundo lugar: para todo capitalista, a massa global de todos os trabalhadores, com exceção dos seus próprios, não aparece como trabalhadores, mas como consumidores, possuidores de valores de troca (salários), dinheiro, que trocam por sua mercadoria. Eles constituem muitos centros de circulação com os quais

[27] Assim, o conglomerado Ling-Temco-Vought combina, entre outras coisas, uma linha de aviação, um truste de aço, uma fábrica de aparelhos eletrônicos, um banco, uma companhia de seguros, uma empresa de artigos de esporte e uma fábrica de produtos químicos... um símbolo genuíno do capitalismo tardio. Mas também em outros conglomerados as empresas de serviços (ou empresas de entrega de mercadorias) representam um papel importante. Assim, temos na famosa ITT: um sistema internacional de comunicações, aluguel de automóveis (Avis), hotéis (Sheraton), crédito ao consumidor, administração de fundos de aposentadoria etc. Esse conglomerado possui até uma enorme panificadora. O conglomerado Xerox-CIT foi construído com a produção e manutenção de fotocopiadoras, crédito ao consumidor, aparelhos de raios X, mobília de escritório e cartões de felicitação.

começa o ato de troca e pelos quais se mantém o valor de troca do capital. São uma parte proporcionalmente muito grande — embora não tão grande quanto em geral se supõe se considerarmos o trabalhador da indústria propriamente dito — de todos os consumidores. Quanto maior a sua quantidade — a quantidade de população industrial — e a massa de dinheiro à sua disposição, tanto maior o âmbito de troca para o capital".[28]

Aqui Marx previu, por assim dizer, a "sociedade de consumo". Historicamente a expansão do modo de produção capitalista significa uma expansão maciça dos salários monetários e uma expansão igualmente ampla do chamado "mercado interno" para bens de consumo industrializados, criado pela acumulação do próprio capital. Como, então, devemos considerar essa expansão da esfera da circulação de mercadorias de maneira a incluir os próprios assalariados, em termos de necessidades (o padrão de vida) do proletariado e dos problemas de valorização e realização do capital? A diferenciação da demanda monetária efetiva do proletariado dos países industrializados, que se desenvolveu gradualmente a partir da metade do século XIX, quando o exército industrial de reserva do Ocidente começou a sofrer uma baixa secular, deriva-se das seguintes fontes principais:

1) Declínio secular da proporção dos meios de subsistência "puros" nos salários reais da classe operária. Isso corresponde àquela tendência, indicada por Marx, de um componente do valor da mercadoria força de trabalho, histórica e socialmente determinado, ocupar seu lugar ao lado do componente que tem uma determinação puramente fisiológica. Quando essa tendência acelera — como aconteceu especialmente depois da Segunda Guerra Mundial — a diferenciação crescente do consumo de trabalhador faz-se acompanhar de uma crise permanente na agricultura. A demanda de produtos agrícolas parece estar saturada; no caso de certos gêneros alimentícios, chega a haver inclusive uma flexibilidade negativa de demanda. O aumento do consumo de mercadorias por parte dos trabalhadores, com exceção dos alimentos, é seguido de um rápido declínio no nível de empregos agrícolas e da ruína do pequeno empreendimento camponês.[29]

2) Desorganização progressiva da família proletária enquanto unidade de produção, e sua tendência a se desfazer, mesmo como unidade de consumo. O mercado crescente de refeições prontas e de alimentos enlatados, roupas feitas e aspiradores de pó, e a crescente demanda de todos os tipos de aparelhos eletrodomésticos, corresponde ao rápido declínio da produção de valores de uso imediatos no seio da família, que antes era de responsabilidade da esposa, da mãe ou da filha do trabalhador: refeições, roupas, e todos os serviços de casa, tais como limpar, lavar a roupa, cuidar do aquecimento etc. Como a reprodução da mercadoria força de trabalho se realiza de modo crescente por meio de mercadorias capitalisticamente produzidas e organizadas e da prestação de serviços, a base material da família individual desaparece também na esfera do consumo.[30]

Esse processo corresponde, por sua vez, a uma pressão econômica, ou seja, às atividades profissionais crescentes das mulheres, de uma parte (essa é a tendên-

[28] MARX, Karl. *Grundrisse*. p. 419. Neste trabalho ver também p. 282-287, já citadas no cap. 5 deste livro.

[29] Evidentemente é preciso considerar o fato de que a grande alta dos preços comerciais individuais de muitos gêneros alimentícios de luxo, resultante do crescimento dos custos de distribuição e vendas, restringe artificialmente o consumo dos assalariados. A saturação só é absoluta no caso dos gêneros de primeira necessidade. É claro que uma dieta ideal não está de forma alguma garantida na nutrição do proletariado dos países "ricos".

[30] Prova disso é o surgimento de um mercado jovem bem forte, o consumo crescente da juventude operária fora da família operária, a separação cada vez maior entre os aposentados e os adultos etc. Não há necessidade de enfatizar os sérios danos psíquicos decorrentes dessa atomização (crianças abandonadas, adultos solitários, velhos decrépitos).

cia a longo prazo no capitalismo tardio, embora a médio prazo seja possível discernir muitas flutuações, que correspondem, entre outras coisas, às oscilações dos ciclos profissionais efetivos), e à escolarização cada vez maior da classe operária, de outra parte (o processo social de reprodução de qualificações profissionais). Essa coerção econômica tem correspondência na lógica interna contraditória do desenvolvimento capitalista. Por um lado, o capital é obrigado a reduzir o valor das mercadorias individuais por causa de sua expansão constante da produção de mercadorias enquanto tal, e de sua mecanização crescente, que exige produção em massa e venda dessas mercadorias. Por essa razão procura estimular necessidades de consumo sempre novas na população, inclusive na classe operária. Por outro lado, a produção de mais-valia, a realização do lucro e a acumulação de capital continuam sendo os objetivos supremos de todos esses esforços; daí a compulsão permanente de limitar os salários e de mantê-los abaixo do nível necessário à satisfação de todas as novas necessidades de consumo geradas pela própria produção capitalista. A disparidade crescente entre as necessidades de consumo da família e os salários do homem trabalhador leva as mulheres casadas a procurarem emprego com freqüência cada vez maior e assim garante expansão geral do trabalho assalariado.[31]

Pode-se inferir também que ao mesmo tempo que o capital tem um interesse óbvio de integrar a família nuclear patriarcal na sociedade burguesa, seu desenvolvimento a longo prazo tende a desintegrar esse tipo de família ao incorporar as mulheres casadas na força de trabalho assalariada e ao transformar as tarefas femininas no lar em serviços capitalisticamente organizados, ou ao substituí-las por mercadorias capitalisticamente produzidas. As donas-de-casa proletárias realizam um trabalho não remunerado que durante muito tempo foi indispensável para a reprodução da força de trabalho dos operários. Mas esse trabalho não remunerado não é trocado por capital nem produz diretamente mais-valia. Ele assume a forma de um insumo *in natura*, compensado por uma fração do salário que o operário recebeu pela venda de sua força de trabalho.[32] Em último caso se poderia dizer que se o trabalho não remunerado da dona-de-casa proletária desaparece repentina e completamente, a mais-valia social provavelmente seria menor, porque o salário mínimo necessário à reprodução da força de trabalho teria então de subir. Um número maior de mercadorias teria de ser comprado com os salários e o operário teria de pagar por mais serviços fora de casa. Mas quando a antiga dona-de-casa se junta à massa de trabalhadores assalariados, ela aumenta a massa de mais-valia social produzida, e assim expande o campo da produção de mercadorias e da acumulação de capital. Se parte dessas mercadorias adicionalmente produzidas são compradas com seu salário adicional, para repor o trabalho não remunerado dos serviços que ela antigamente realizava no lar, o capitalismo tira proveito de tudo isso, pois esse processo facilita a aquisição de lucros e a reprodução ampliada.

3) As realizações culturais do proletariado, conquistadas pela ascensão e luta da moderna classe operária (livros, jornais, a auto-educação, os esportes, a organização etc.) perderam aquelas características de atividade genuinamente voluntária e de autonomia com relação ao processo capitalista de produção e circulação de mercadorias, que as definiam no período do imperialismo clássico (especialmente notável na Alemanha, entre 1890 e 1933), e foram introduzidas cada vez mais na produção e circulação capitalista. Os livros agora são publicados por editoras co-

[31] Quanto aos efeitos desse fenômeno sobre o volume e flutuação do exército industrial de reserva, ver o cap. 5 deste livro.
[32] Ver o interessante ensaio de SECCOMBE, Wally. "Housework under Capitalism". In: *New Left Review*, n.º 83, janeiro-fevereiro de 1973.

merciais, ao invés de o serem pelas cooperativas dos trabalhadores; a imprensa e a televisão burguesas tomam o lugar da imprensa socialista; férias, excursões e esportes comercializados substituem as atividades recreativas organizadas por associações juvenis de trabalhadores etc. A reabsorção das necessidades culturais do proletariado pelo processo capitalista de produção e circulação de mercadorias leva a uma extensa *reprivatização da esfera do lazer* da classe operária.[33] Isso representa uma quebra muito séria da tendência típica da época da livre concorrência capitalista e do imperialismo clássico de uma expansão constante das esferas de ação coletiva e de solidariedade do proletariado.

4) Compulsão econômica direta para comprar certas mercadorias e serviços adicionais, sem os quais se torna fisicamente impossível vender a mercadoria força de trabalho e comprar os meios de sua reprodução (o que deve ser claramente diferenciado de compulsões de manipulação social indireta, tais como a publicidade, por exemplo). Assim, hoje já não é economicamente possível para o assalariado médio ir a pé para o trabalho, não se envolver com um plano de seguro de saúde, usar privadamente para aquecimento o carvão industrializado ao invés de briquetes, petróleo, gás ou eletricidade. É preciso fazer uma distinção entre dois aspectos dessa imposição social. Por um lado, o aumento substancial da intensidade do trabalho torna necessário um nível de consumo mais elevado (entre outras coisas, de alimentos de melhor qualidade, maior consumo de carne etc., a fim de que a força de trabalho possa reconstituir-se. Por outro lado, a expansão crescente das metrópoles capitalistas aumenta de tal modo o tempo de circulação entre a casa e o trabalho que os bens de consumo que poupam tempo também se transformam em condição necessária para a reconstituição efetiva da força de trabalho. Isso compreende até mesmo o uso de automóvel particular onde a rede de transporte público coletivo é inexistente ou pouco desenvolvida (como em muitas regiões dos Estados Unidos, por exemplo).

5) Diferenciação do consumo ou expansão do consumo de mercadorias, como resultado de pressão *social* (publicidade, conformismo). Uma proporção considerável dessas mercadorias é inútil (o *kitsch* na sala de visitas), quando não prejudicial à saúde (cigarros). A conversão de muitos dos antigos bens de luxo em bens de consumo de massa geralmente leva a uma queda sistemática na qualidade desses bens.[34] As dificuldades de realização da mais-valia estimulam a tendência crescente dos monopólios em alterar perpetuamente a forma das mercadorias, muitas vezes de maneira absurda do ponto de vista do consumo racional.[35] Nesse contexto, Kay fala de uma redução do "período de consumo" das mercadorias que, no caso dos bens de consumo duráveis ou semiduráveis, faz-se acompanhar da deterioração da qualidade.[36]

6) Ampliação genuína das necessidades (padrão de vida) do assalariado, que corresponde a uma elevação de seu nível de cultura e de civilização. No final, po-

[33] Obras sociológicas como as de D. Dumazedier (*Vers une Civilisation du Loisir?* Paris, 1962) ou de J. Fourastié (*Les 40 000 Heures*. Paris, 1965) certamente enfatizam a inter-relação da produtividade média do trabalho com a possibilidade de mais tempo de lazer, mas tipicamente cometem dois erros analíticos: 1) concebem a chamada "dinâmica do consumo de massa" independente da estrutura social específica do capitalismo, e consideram mais a primeira que a última como determinante da configuração quantitativa e qualitativa do setor recreativo; 2) não compreendem que o comportamento social no período de lazer depende decisivamente das relações de produção; a massa de condenados ao trabalho alienado não pode de repente desenvolver iniciativas criadoras em suas horas livres.
[34] Ver a já copiosa literatura publicada ou inspirada por Ralph Nader.
[35] Ver GORZ, André. *Critique de la Division du Travail*. Paris, 1973. p. 258. Sobre a indústria farmacêutica, o Relatório Kefauver, dos Estados Unidos, estima os custos efetivos de produção em apenas 32% dos preços de venda por atacado e em menos de 20% dos preços a varejo. *The Multinational Pharmaceutical Industry*. p. 29.
[36] KAY. *Op. cit.*, p. 165-166.

demos acompanhar praticamente todo o curso desse processo de conquista de um tempo maior de lazer, tanto quantitativamente (semana de trabalho reduzida, fins de semana livres, férias remuneradas, antecipação da idade para aposentadoria e um período mais longo para a educação) quanto qualitativamente (a ampliação efetiva das necessidades culturais, à medida que a comercialização capitalista não as banalize ou as prive de seu conteúdo humano). Essa ampliação genuína das necessidades é um corolário da necessária função civilizadora do capital. Toda rejeição da chamada "sociedade de consumo" que vai além da condenação justificada da comercialização e desumanização do consumo pelo capitalismo e passa a atacar a expansão histórica das necessidades e do consumo em geral (isto é, passa da crítica social à crítica da civilização) volta os ponteiros do relógio do socialismo científico para o socialismo utópico, e do materialismo histórico para o idealismo. Marx compreendeu e enfatizou inteiramente a função civilizadora do capital,[37] que ele via como preparação necessária da base material de uma "individualidade rica". A passagem que se segue, tirada de *Grundrisse*, deixa esse ponto bem claro:

> "A luta incessante do capital rumo à forma geral da riqueza leva o trabalho para além dos limites de sua mesquinhez natural, e assim cria os elementos materiais para o desenvolvimento de uma individualidade rica, multifacetada, tanto em termos de produção quanto de consumo, cujo trabalho, portanto, também já não aparece como trabalho, mas sim como a expressão plena da própria atividade, na qual a necessidade natural em sua forma direta desapareceu, porque uma necessidade historicamente criada tomou o lugar da necessidade natural".[38]

Para os socialistas, a rejeição da "sociedade de consumo" capitalista nunca pode implicar, portanto, a rejeição da ampliação e diferenciação das necessidades como um todo, ou uma volta ao estado natural primitivo dessas necessidades; seu alvo é, necessariamente, o desenvolvimento de uma "individualidade rica" para toda a humanidade. Nesse sentido marxista racional, a rejeição da "sociedade de consumo" capitalista só pode significar rejeição de todas as formas de consumo e de produção que continuem restringindo o desenvolvimento do homem, tornando-o mesquinho e unilateral. Essa rejeição racional busca o inverso da relação entre a produção de mercadorias e o trabalho humano, que no capitalismo é determinada pela forma da mercadoria, de tal maneira que daí para a frente o objetivo principal da atividade econômica não é a maior produção possível de coisas e o maior lucro privado possível de cada unidade individual de produção (fábrica ou companhia), mas sim o nível ótimo da atividade própria de cada pessoa individualmente.[39] A produção de bens deve subordinar-se a esse objetivo, que significa eliminação de formas de produção e de trabalho que prejudicam a saúde e o ambiente natural do homem, mesmo que sejam "lucrativas" quando consideradas isoladamente. Ao mesmo tempo é preciso lembrar que o homem, enquanto ser material com necessidades materiais, não pode atingir a plena expressão de uma "individualidade rica" por meio do ascetismo, da autopunição e da autolimitação artificial, mas somente pelo *desenvolvimento* racional de seu consumo, conscientemente controlado e conscientemente (isto é, democraticamente) subordinado a seus interesses coletivos.

O próprio Marx salientou deliberadamente a necessidade de elaborar um *sistema de necessidades*, que não tem nenhuma relação com o neo-ascetismo que circula em certos meios como ortodoxia marxista. Em *Grundrisse*, Marx diz o seguinte:

[37] MARX. *Grundrisse*. p. 409-410.
[38] *Ibid.*, p. 325.
[39] MARX e ENGELS. *The German Ideology*. p. 67-68.

"A exploração da terra em todas as direções, para descobrir novas coisas para usar, bem como novas utilidades das antigas, tais como novas utilizações delas enquanto matéria-prima; o desenvolvimento máximo, a partir daí, das ciências naturais, ilustrado pela descoberta, pela criação e pela satisfação de novas necessidades surgidas da própria sociedade; o cultivo de todas as qualidades do homem social, a produção do mesmo como a maior riqueza possível de necessidades, porque rica em qualidades e relações — a produção desse ser como o produto social mais total e universal possível pois, para obter gratificação de formas múltiplas, ele deve ser capaz de fruir muitos prazeres, por isso deve ter alto nível de cultura — também é condição de produção baseada no capital. Essa criação de novos setores de produção, isto é, a criação de tempo excedente qualitativamente novo, não é apenas divisão de trabalho, mas também a criação, separada de determinada produção, de trabalho com um novo valor de uso; o desenvolvimento de um sistema em expansão constante e mais abrangente de diferentes tipos de trabalho, diferentes tipos de produção, ao qual corresponde um sistema de necessidades mais rico e em expansão constante. Dessa maneira, assim como a produção baseada no capital cria a operosidade universal, por um lado — isto é, sobretrabalho, trabalho que cria valor —, assim também cria, por outro lado, um sistema de exploração geral das capacidades naturais e humanas, um sistema de utilidade geral, usando a própria ciência tanto quanto todas as faculdades físicas e mentais, enquanto não parece haver nada *superior em si mesmo*, nada legítimo por si mesmo, fora desse círculo de produção e troca social".[40]

Marx escreveu depois:

"O *luxo* é o oposto do *naturalmente necessário*. As verdadeiras necessidades são as necessidades do próprio indivíduo reduzido a sujeito natural. O desenvolvimento da indústria suspende essa necessidade natural, bem como esse luxo anterior — na sociedade burguesa, é verdade, apenas de *forma antitética*, pois em si mesma apenas coloca outro padrão social como necessário, em oposição ao luxo. Essas questões relativas ao sistema de necessidades e ao sistema de trabalho — em que ponto é preciso tratar deles? — serão vistas no momento oportuno".[41]

Não há necessidade alguma de demonstrar aqui que as possibilidades de desenvolvimento e diferenciação do consumo material não podem ser ilimitadas; que o conceito de "abundância" é, portanto, uma categoria genuinamente material e histórica e não um conceito idealista ou utópico; e que o desaparecimento da escassez e de uma economia baseada na escassez é tanto possível quanto necessário, é um pré-requisito de um modo de distribuição comunista. Há igualmente pouca necessidade de tentar aqui uma definição marxista de padrão racional de desenvolvimento do consumo ou da distinção entre atividade criativo-produtiva e consumo passivo de bens (não se "consome" um piano, um livro científico, uma amizade ou uma paisagem da mesma forma que um sorvete ou uma camisa).[42]

Quanto mais satisfeito o consumo efetivo de *mercadorias*, tanto mais irracional e indiferente ao homem se torna a sua expansão quantitativa, e degenera em pura extravagância, tédio e aversão à vida (comparem a classe dirigente do Império Romano entre os séculos I e III com a corte aristocrática decadente do século XVIII).[43] Nesse contexto é necessário apreender a dupla natureza do desenvolvimento do consumo material enquanto consumo de *mercadorias* produzidas em

[40] MARX. *Grundrisse*. p. 409.
[41] MARX. *Grundrisse*. p. 528.
[42] Marx enfatizou explicitamente essa relação entre consumo e atividade criadora em seus primeiros escritos. Ver também a rejeição explícita do ascetismo em *Theories of Surplus Value*. v. 3, p. 260-261; e também p. 256-257 do mesmo volume.
[43] Nos *Economic and Philosophical Manuscripts*, Marx descreve o lazer das classes dominantes como "simples indivíduo(s) efêmeros consumindo-se freneticamente (a si mesmos) para nada" e enfatiza que a "riqueza excessiva" está ligada ao "desprezo pelo homem". MARX, Karl. *Economic and Philosophical Manuscripts of 1844*. Ed. D. J. Struik, Londres, 1970. p. 156.

massa. Em sua análise da produção capitalista de mercadorias, Marx enfatiza que, quando o capitalismo cria a produção em larga escala, determina simultaneamente o caráter unilateral e massificado do produto, "que impõe um caráter social estreitamente ligado ao contexto social, enquanto sua relação imediata com o valor de uso que supostamente satisfaz a necessidade do produtor parece algo contingente, indiferente e secundário".[44] Essa dimensão do consumo parece ter escapado inteiramente a certos admiradores da economia de mercado capitalista, como Zahn, que nada vê de problemático na comercialização universal de "bens" e "serviços" tais como "bens culturais" e serviços de "civilização", esquecendo-se ingenuamente (será que são realmente tão ingênuos?) de que a produção desses bens está subordinada à *motivação do lucro* do comércio capitalista.[45] Esses apologistas afirmam, por um lado, que a "massa de compradores" é agora soberana, mas, por outro lado, concedem que a característica predominante da "nova publicidade" é que esses "consumidores soberanos" têm primeiro de ser persuadidos de suas novas necessidades.

Mas, apesar da expansão considerável do consumo do proletariado em países altamente industrializados, o que o modo de produção capitalista não pode fazer é aumentar esse consumo à mesma taxa do aumento da produtividade do trabalho. A obrigação de valorizar e de acumular capital — em outras palavras, a concorrência e a propriedade privada dos meios de produção — impossibilita tal coisa. Se a longo prazo, portanto, o consumo se desenvolve mais lentamente em termos de valor do que a produtividade — que se expressa sobretudo na lei do crescimento da composição orgânica de capital (pois, se há um declínio secular na parte variável do capital total, a demanda de mercadorias do Departamento II não pode aumentar à mesma taxa da demanda de bens do Departamento I) —, então será cada vez mais difícil realizar a mais-valia contida nos bens de consumo ou utilizar plenamente a capacidade social de produção de bens de consumo. O que parece bastante realista aos olhos do capitalista individual — a saber, considerar todos os proletários que não sejam os seus próprios operários como consumidores em potencial com poder de compra que poderia crescer ilimitadamente — não tem sentido para a classe capitalista como um todo. A lógica do modo de produção capitalista impede a distribuição de uma parcela cada vez maior da renda nacional para o proletariado. Como explica Marx nos *Grundrisse:*

> "A massa de produtos cresce numa proporção semelhante (à produtividade do trabalho)... da mesma forma cresce também a dificuldade de realizar o tempo de trabalho neles contido — porque aumentam as demandas de consumo".[46]

Essa é a explicação do desenvolvimento fantástico de dois serviços específicos — a publicidade e a pesquisa de mercado, por um lado, e o crédito ao consumidor, por outro — cuja função é conhecer e extravasar esses limites. A expansão da produção e da circulação capitalista de mercadorias na esfera do consumo no capitalismo tardio é acompanhada de uma expansão superior à média desses dois setores.

O grande aumento dos custos da venda, distribuição e administração (nos Estados Unidos já absorvem mais de 50% da renda nacional) é uma expressão inequívoca das dificuldades crescentes de realização no capitalismo tardio. Ao mesmo tempo é uma prova notável do caráter de desperdício desse modo de produção na

[44] MARX. *Resultate des unmittelbaren Produktionsprozesses*. p. 186.
[45] ZAHN, Ernest. *Sozialogie der Prosperität*. Munique, 1964, p. 35-36, 64-71, 85.
[46] MARX, Karl. *Grundrisse*. p. 422.

fase de seu declínio histórico.[47] Embora parte desses custos possa ser socialmente justificada — a saber, aqueles que facilitam o consumo efetivo de valores de uso proveitosos — e não possa ser reduzida nem mesmo depois da derrocada do capitalismo sem perda de tempo e de energia dos produtores-consumidores (oferta irregular; estoques insuficientes; pouco conhecimento de novos produtos), pode-se aceitar sem confusões posteriores que a maiora dessas despesas não é determinada pelos interesses dos consumidores, mas pelas condições e contradições específicas do modo de produção capitalista (as compulsões para a valorização do capital e para a concorrência, isto é, para a propriedade privada dos meios de produção).

O efeito exato do aumento fantástico das despesas de venda sobre a massa de mais-valia ou sobre a taxa de lucros só pode ser calculado se considerarmos toda uma série de relações complexas. Em primeiro lugar, o traço distintivo do capital comercial em geral também é parcialmente característico do capital investido no setor de serviços: seu objetivo é reduzir o tempo de giro do capital produtivo circulante, para assim conseguir aumentar anualmente a massa de mais-valia produzida. Sua participação na mais-valia social total — o fato de que o capital investido no setor de serviços obtém o lucro médio — equivale, portanto, ao aumento da produção de mais-valia decorrente de sua entrada aí. Em segundo lugar, as despesas de custo do setor de serviços (edifícios, aparelhagem, automóveis, ordenados e salários) não são cobertas por uma produção contínua de mais-valia, mas sim pelo capital social (isto é, mais-valia acumulada no passado). Esses custos são repostos por meio da reconstrução de parte do capital social agregado e não por uma drenagem da produção contínua de mais-valia social. Somente o *lucro* do setor de serviços é parte dessa produção contínua de mais-valia. Mesmo o alto nível dos custos de venda não reduz o volume de lucros das grandes empresas, nem a taxa de lucros, de maneira tão decisiva quanto Gillmann erradamente supõe.[48] O que é parasitário nesse crescimento maciço é a dissipação improdutiva de capital social, e não o desperdício de uma parcela substancial da produção regular de mais-valia. O gasto improdutivo de capital excedente naturalmente significa que a massa social total de mais-valia é menor do que seria se esse capital fosse gasto de maneira produtiva. Mas o fato de ser gasto de maneira improdutiva não quer dizer que a parcela mais importante da mais-valia efetivamente produzida seja subtraída às grandes empresas industriais.

O setor de serviços privados do século XIX consistia basicamente na troca entre vendedores privados de uma força de trabalho especializada e rendimentos capitalistas; isso não fazia diferença na determinação da massa total de mais-valia, uma vez que tudo quanto ocorria nessas condições era uma redistribuição de valores já criados. No capitalismo do século XX, o setor de serviços na esfera da circulação consiste basicamente na troca entre o possuidor de determinada parcela do capital social agregado, que é gasto de maneira improdutiva, e o possuidor de rendimentos (tanto capitalistas quanto assalariados). Essa troca não participa diretamente da determinação da massa total de mais-valia, mas mesmo assim exerce sobre ela influência indireta importante, pois ajuda a aumentar a massa de mais-valia reduzindo o tempo de giro do capital circulante. O efeito disso sobre a acumulação de capital é a liberação de parte do capital ocioso para participar na distribuição da mais-valia social agregada. Mas, em última instância, essa participação só pode ocorrer por duas vias: ou se dá às expensas daquela parcela de mais-valia distribuída entre os possuidores de capital produtivo (reduzindo assim a taxa média de lu-

[47] Ver as excelentes passagens de Baran e Sweezy sobre esse assunto em *Monopoly Capital*.
[48] GILLMAN, Joseph. *The Falling Rate of Profit*.

cro, ao aumentar o capital total do qual será deduzida a mais-valia total),[49] ou às expensas dos salários — em outras palavras, aumentando a taxa de mais-valia (entre outras formas, por meio de uma contração relativa dos salários reais, decorrente dos aumentos de preço dos bens de consumo).

A grande expansão do crédito ao consumidor na fase do capitalismo tardio proporciona evidências semelhantes das dificuldades crescentes na realização da mais-valia. O enorme volume do endividamento privado nos Estados Unidos não constitui apenas a base econômica da expansão maciça, desde a Segunda Guerra Mundial, do setor de construção civil; é também a base principal da inflação permanente. O fenômeno dessa dívida prova que, apesar da acelerada inovação tecnológica, dos investimentos maiores e do armamento permanente, o capitalismo tardio não é mais capaz do que o capitalismo juvenil ou o capitalismo monopolista clássico de resolver uma das contradições fundamentais do modo de produção capitalista — a contradição entre a tendência ao desenvolvimento ilimitado das forças produtivas e a tendência à limitação da demanda e do consumo dos "consumidores finais" (cada vez mais constituídos por trabalhadores assalariados). Essa contradição corresponde, é claro, às leis de valorização do próprio capital.

A noção de uma expansão aparentemente homogênea do setor de serviços, típica do capitalismo tardio, deve ser, portanto, reduzida a seus elementos constitutivos contraditórios. Essa expansão envolve:

1) a tendência a uma expansão geral das funções intermediárias, em conseqüência da contraposição entre uma divisão crescente do trabalho e uma crescente socialização objetiva do trabalho. Parte dessa expansão é tecnicamente determinada e por isso sobreviverá ao próprio modo de produção capitalista (expansão dos transportes e da rede de distribuição, de facilidades de manutenção e reparo de máquinas à disposição do consumidor etc.);

2) a tendência a uma vasta expansão tanto dos custos de venda (publicidade, *marketing* e, em certa medida, embalagens caras e outras despesas improdutivas) quanto do crédito ao consumidor. A maior parte dessa expansão do setor de serviços é determinada socialmente e não tecnicamente; decorre das dificuldades crescentes de realização, e desaparecerá com o modo de produção capitalista ou com a produção generalizada de mercadorias;

3) as possibilidades de crescimento das necessidades culturais e civilizadoras da população trabalhadora (educação, saúde, lazer), como algo distinto do mero consumo de mercadorias, criadas pela produtividade crescente do trabalho e pela correspondente limitação do tempo necessário de trabalho (com uma diferenciação crescente do consumo). Os serviços correspondentes a essas necessidades não são exclusivamente dependentes da forma específica da produção e da troca capitalista; na verdade, não poderão desenvolver-se plenamente antes da destruição do modo de produção capitalista. É evidente que tanto a natureza comercial desses serviços, realizados com a finalidade de produzir lucro privado, quanto seu conteúdo, passarão por uma mudança radical: ao invés de manipular e alienar necessidades humanas reais, serão subordinados a elas. De acordo com essa tendência, a

[49] O esforço dos monopólios no sentido de assegurar superlucros e a correspondente formação de duas taxas médias de lucro — uma do setor monopolizado e outra do não monopolizado — correspondem, entre outras coisas, à necessidade de o grande capital desembaraçar-se da perda de lucro devida ao aumento do capital improdutivo nos setores não monopolizados.

realização independente desses "serviços" só desaparecerá da sociedade socialista à medida que todos os homens e mulheres se capacitem gradualmente a executá-los. As formas de especialização individual permanecerão, mas a sociedade não estará mais dividida entre executantes "produtivos" e consumidores passivos dos serviços culturais e civilizadores;

4) a expansão da produção de *mercadorias* que não é absolutamente parte do chamado "setor de serviços", mas é resultado da centralização crescente de certas formas de produção que antes eram basicamente privadas. Eletricidade, gás, água, refeições prontas industrializadas e aparelhos eletrodomésticos são bens materiais e sua produção é produção de mercadorias no seu verdadeiro sentido e não, de forma alguma, venda de serviços;[50]

5) o crescimento do número de trabalhadores assalariados empregados de forma improdutiva, uma vez que a penetração maciça de capital na esfera da circulação e dos serviços proporciona aos capitais que não podem mais ser investidos produtivamente a oportunidade de receber ao menos o lucro médio dos setores não monopolizados, ao invés de obter apenas os juros médios. Esse crescimento é, portanto, resultado da tendência à supercapitalização do capitalismo tardio.[51]

A expansão do setor de serviços capitalistas que caracteriza o capitalismo tardio resume, portanto, à sua própria maneira, todas as principais contradições do modo de produção capitalista. Reflete a enorme expansão das forças produtivas socio-técnicas e científicas e o crescimento correspondente das necessidades culturais e civilizadoras dos produtores, exatamente como reflete a forma antagônica em que essa expansão se realiza sob o capitalismo: pois ela se faz acompanhar de uma supercapitalização crescente (dificuldades de valorização do capital), de dificuldades crescentes de realização, de desperdício crescente de valores materiais e de alienação e deformação crescentes dos trabalhadores em sua atividade produtiva e em seu âmbito de consumo.

O capital investido no setor de serviços é ou não produtivo? O trabalho executado pelos trabalhadores assalariados nesse setor é produtivo ou improdutivo? Enquanto o investimento de capital em serviços tinha caráter marginal,[52] a resposta a essas questões tinha importância apenas secundária na análise do movimento do modo de produção capitalista como um todo. Entretanto, como o setor de serviços do capitalismo tardio se expande tanto que absorve uma parte considerável do capital social agregado, uma definição correta dos limites exatos do capital produtivo assume a maior importância. A fórmula "no capitalismo, trabalho produtivo é trabalho que cria mais-valia" é inadequada para essa definição. Embora em si mesma seja correta, ainda assim é uma tautologia. Não responde à questão dos limites do trabalho produtivo, apenas a apresenta de outra forma. Essa dificuldade existe nos escritos do próprio Marx, nos quais há certa discrepância entre as *Teorias da Mais-Valia* e o volume 2 de *O Capital*.

Em Teorias da Mais-Valia, na qual Marx enfatiza o papel positivo de Adam Smith no desenvolvimento da teoria do valor-trabalho e da nossa compreensão

[50] A produção de filmes, de programas de televisão, assim como de meios de comunicação, é produção material de mercadorias no capitalismo. Se é executada por trabalhadores assalariados, é produtiva no sentido capitalista, isto é, cria mais-valia. A "distribuição" de programas de televisão a milhões de espectadores não é produção de mercadorias, e sim um serviço socializado. Por isso não produz mais-valia adicional.

[51] Pierre Naville foi o primeiro a apontar a tendência básica de universalização do trabalho assalariado, que está na raiz da expansão do setor de serviços do capitalismo tardio.

[52] Ver MARX. *Theories of Surplus Value*. v. I, p. 160-161, 410.

das relações do capital, Marx oscila ainda entre a hipótese de que apenas o trabalho que participa *diretamente* da produção de *mercadorias* — e, portanto, da produção do valor e da mais-valia — é produtivo,[53] e a hipótese de que qualquer trabalho comprado com capital pode ser considerado produtivo (trabalho trocado por capital, em contraste com trabalho trocado por rendimentos).[54] No capítulo sobre o "Conceito de Trabalho Produtivo", que Kautsky publicou como apêndice do volume I de *Teorias da Mais-Valia*, essas duas definições ainda estão mescladas.[55] O grau em que uma *indeterminação* real persiste em sua concepção de trabalho produtivo está evidente na passagem dessa obra na qual Marx, exatamente ao contrário do que afirma em *O Capital*, inclui na categoria de trabalhadores produtivos, os intermediários comerciais quando executam trabalho assalariado.[56]

No volume 2 de *O Capital*, Marx define o trabalhador produtivo como aquele que participa da produção de bens materiais e, assim, da produção do valor e da mais-valia. Esclarece agora que nem todo trabalho trocado por capital é necessariamente produtivo — a começar pelo trabalho assalariado empregado na esfera da circulação (capital comercial e bancário).[57] A polêmica de Marx quanto à forma pela qual Adam Smith confundia as esferas da produção e da circulação ao considerar a criação do valor e da mais-valia vai muito além das críticas que fez a Smith em *Teorias da Mais-Valia*. Em *O Capital*, Marx apresenta uma formulação coerente com a lei geral que determina as fronteiras do trabalho produtivo no capitalismo:

> "Se, por uma divisão do trabalho, uma função, em si mesma improdutiva, embora seja elemento necessário à reprodução, passa de ocupação ocasional de muitos a ocupação exclusiva de poucos, passando a ser atividade específica destes últimos, nem por isso a natureza dessa função se transforma".[58]

Por conseguinte, se a função do trabalho assalariado continua improdutiva, mesmo constituindo um elemento necessário à reprodução, então essa regra aplica-se *a fortiori*, presumivelmente, a tipos de trabalho que não desempenham sequer um papel direto na reprodução. Não há nenhuma razão plausível para que a troca de serviços pessoais por rendimentos, à medida que não leva à produção de mercadorias, deva tornar-se subitamente produtiva apenas porque é organizada como atividade capitalista e executada por trabalho assalariado. Até mesmo em *Teorias da Mais-Valia* Marx distingue, na indústria do transporte, entre o trânsito de pessoas — que envolve a troca improdutiva de um serviço pessoal por rendimentos — e o trânsito de mercadorias, que aumenta seu valor de troca e é, portanto, produtivo.[59] Se mesmo o trânsito de pessoas, organizado de forma capitalista, é improdutivo, então é de se supor que as lavanderias, os concertos, os circos e a assistência médica e jurídica, organizados de forma capitalista, sejam mais improdutivos ainda.

No volume 2 de *O Capital*, Marx usa a seguinte fórmula para determinar a linha divisória, muitas vezes sutil, entre o capital produtivo e o capital de circulação:

[53] *Ibid.*, p. 172-173, 185.
[54] *Ibid.*, p. 157, 185-186, 200.
[55] *Ibid.*, p. 410: "Pode-se dizer, então, que uma das características dos *trabalhadores produtivos*, isto é, trabalhadores que produzem capital, é que seu trabalho se realiza em *mercadorias*, em riqueza material". Ver as passagens contrastantes das p. 406, 411.
[56] *Ibid.*, p. 218-219.
[57] MARX. *Capital*. v. 2, p. 127.
[58] *Ibid.*, p. 131. Como contraste, ver as passagens sobre a produção capitalista não material em *Resultate des unmittelbaren Produktionsprozesses*, p. 144-146. É evidente que antes de escrever o v. 2 do *Capital* Marx hesitou em sua demarcação de fronteiras entre trabalho assalariado produtivo e improdutivo executado por capitalistas.
[59] MARX. *Theories of Surplus Value*. v. 1, p. 412-413.

"Os custos de circulação, que se originam da simples mudança de forma do valor, na circulação, idealmente considerados, não entram no valor das mercadorias".[60]

"Embora no caso apresentado os custos de formação da oferta (que aqui são involuntários) decorram apenas de um atraso na mudança de forma e de sua necessidade, esses custos diferem ainda daqueles mencionados em I, pelo fato de que seu objetivo não é uma mudança na forma do valor, mas sim a preservação do valor existente na mercadoria enquanto produto, utilidade, *e que não pode ser preservado de nenhuma outra forma além da preservação do produto, do próprio valor de uso.* Aqui o valor de uso não aumenta; ao contrário, diminui. Mas sua redução é limitada e ele é preservado. O valor pago, contido na mercadoria, também não aumenta nesse caso; mas um novo trabalho, materializado e vivo, é acrescentado".[61]

E finalmente:

"A quantidade do produto não aumenta com o transporte. Uma possível alteração de suas qualidades naturais, efetivada pelo transporte, também não é, feitas algumas exceções, um efeito intencional útil; é, ao contrário, um mal inevitável. *Mas o valor de uso das coisas só se materializa em seu consumo, e seu consumo pode requerer uma mudança de localização dessas coisas; por isso pode exigir um processo adicional de produção, na indústria do transporte.* O capital produtivo investido nessa indústria transfere valor para os produtos transportados, em parte acrescentando valor por meio do trabalho realizado no transporte".[62]

A fronteira entre o capital produtivo e o capital de circulação passa, portanto, entre o trabalho assalariado, que aumenta, muda ou preserva um valor de uso, ou é indispensável para sua realização, e o trabalho assalariado que não representa nada para o valor de uso, isto é, para a *forma física* de uma mercadoria, mas que surge apenas em decorrência das necessidades específicas envolvidas, ou seja, *alterando* (em oposição a *criando*) a forma de um valor de troca.[63] Ampliando essa definição de Marx, podemos concluir que o verdadeiro capital de serviços — à medida que não seja erroneamente confundido com o capital que produz mercadorias — não é mais produtivo que o capital de circulação.[64]

Segue-se uma conclusão importante. Do ponto de vista dos interesses globais da classe capitalista, a expansão do setor de serviços no capitalismo tardio é, na melhor das hipóteses, um mal menor. É preferível à existência de capitais excedentes ociosos, mas continua sendo um mal à medida que não tem nenhuma relação direta com o aumento da massa total de mais-valia e que indiretamente só contribui muito modestamente para esse aumento, ao reduzir o tempo de rotação do ca-

[60] MARX. *Capital*. v. 2, p. 139. Ver também p. 152. Por "mudança na forma do valor", Marx entende a metamorfose da mercadoria em dinheiro e do dinheiro em mercadoria, fora do processo de produção.
[61] *Ibid.*, p. 141.
[62] *Ibid.*, p. 153. (Os grifos são nossos. E.M.)
[63] Em *Marxist Economic Theory*, de nossa autoria, escrevemos: "Em geral pode-se dizer que todo trabalho que cria, modifica ou conserva valores de uso ou que é *tecnicamente indispensável* para a realização do valor de uso é trabalho produtivo, isto é, aumenta seu valor de troca". (p. 191.) Isso significava traçar um limite entre o trabalho produtivo e o trabalho realizado na esfera da circulação, sempre com referência à produção e à circulação de mercadorias. Essa definição corresponde plenamente ao limite traçado pelo próprio Marx no v. 2 do *Capital*, conforme se pode verificar pelas passagens acima citadas (com exceção de que "aumenta seu valor de troca" deveria ser substituído por "acrescenta valor de troca" ou, melhor ainda, "acrescenta valor"). Altvater está errado, portanto, ao declarar: "O conceito de trabalho produtivo, da forma definida por Mandel, não corresponde de modo algum ao conceito de Marx" e "representa um retrocesso inclusive em relação às complexidades do conceito em Adam Smith". (ALTVATER e HUISKEN. *Op. cit.*, p. 249.) Parece que ele não entendeu a natureza da pergunta que tentávamos responder com referência a Marx: a da linha divisória exata entre a esfera produtiva, por um lado, e a esfera da circulação e dos serviços, por outro.
[64] Até agora, a discussão mais abrangente desse problema encontra-se em NAGELS, Jacques. *Travail Collectif et Travail Productif dans L'Evolution de la Pensée Marxiste*. Bruxelas, 1974. Para o *capitalismo individual*, todo trabalho assalariado — mesmo nos setores de circulação e serviços — é obviamente produtivo, uma vez que lhe possibilita apropriar-se de uma parte da mais-valia social global.

pital. *Portanto, a lógica do capitalismo tardio consiste em converter, necessariamente, o capital ocioso em capital de serviços e ao mesmo tempo substituir o capital de serviços por capital produtivo ou, em outras palavras, substituir serviços por mercadorias:* serviços de transporte por automóveis particulares; serviços de teatro e cinema por aparelhos privados de televisão; amanhã, programas de televisão e instrução educacional por videocassetes.[65] Não há necessidade de enfatizar os perigos que o crescimento imensurável dessa montanha de mercadorias representa para o meio ambiente.

O capital não consegue sobreviver à saturação de bens materiais mais do que consegue à eliminação da força de trabalho viva da produção material. É por isso que a expansão dos serviços sociais e culturais no capitalismo tardio, possibilitada pelo progresso da ciência e da tecnologia, está confinada dentro de limites que são tão estreitos quanto aqueles impostos pela expansão da automação. Em certo ponto do desenvolvimento, ambos destruiriam todo o processo de valorização do capital, e, com ele, o modo de produção capitalista.

Por todas essas razões, o desenvolvimento posterior do setor de serviços não pode diminuir a composição orgânica social média do capital e com isso engendrar uma tendência de crescimento da taxa média de lucros. Ao contrário, a fração da mais-valia social global que provém do setor de serviços capitalistas é mais uma dedução do que um acréscimo à mais-valia criada pelo capital produtivo. É evidente que com a automação completa de toda a esfera da produção de bens desapareceria uma massa enorme de rendimentos sociais. Uma sociedade constituída apenas de serviços, onde o proletariado inteiro se transformou em trabalho assalariado improdutivo (que já não produz mercadorias) também acabaria por confrontar-se com o problema de que os trabalhadores assalariados não poderiam usar seus salários apenas para comprar "serviços capitalistas", pois primeiro teriam de comer, beber, vestir, conseguir moradia e garantir fontes de energia, antes de poder ir ao médico, consertar os sapatos[66] ou fazer uma viagem de férias. O capital investido nas "empresas de serviços" dificilmente conseguiria atingir a "valorização". Se os bens que fossem inteiramente produzidos por processos automáticos já não fossem vendidos, mas distribuídos gratuitamente, então é difícil imaginar um motivo que levasse as massas, que dessa maneira teriam assegurado o seu padrão de vida, a alugar sua força de trabalho para as "empresas de serviços". Em outras palavras, esse cenário não teria mais nada a ver com o capitalismo.

[65] Esse é o núcleo racional da discussão de Galbraith relativa à dicotomia entre a "riqueza privada" e a "miséria pública" em *The Affluent Society*, a qual ele não consegue entender inteiramente porque rejeita a teoria do valor e da mais-valia de Marx.

[66] Nagels (*op. cit.*, p. 256) inclui a manutenção de bens de consumo duráveis, organizada em bases capitalistas, isto é, empregando trabalho assalariado, no setor produtivo da economia, ao invés de situá-la nos setores de "serviços" ou de distribuição, porque os consertos são indispensáveis para a realização do valor de uso desses bens.

13

A Inflação Permanente

O dinheiro expressa uma relação social em que o potencial de trabalho social foi fragmentado em trabalhos privados executados independentemente uns dos outros, razão pela qual os produtores só entram em contato social por meio da troca do produto de seus trabalhos; esses produtos assumem a forma de mercadorias, essas mercadorias possuem valor de troca e a produção generalizada de mercadorias só é possível se esse valor de troca as confronta de maneira independente como dinheiro.[1] Dessa forma, o dinheiro está na raiz tanto da natureza social do trabalho privado dos produtores de mercadorias, quanto do fato de que esse caráter social só pode predominar por meio da via indireta da troca de mercadorias, do mercado e da apropriação privada do valor como produto (no modo de produção capitalista, apropriação da mais-valia pelo capital).

> "Na realidade, o dinheiro não passa de uma expressão particular do caráter social do trabalho e de seus produtores, o qual, no entanto, como é oposto à base da produção privada, deve sempre aparecer, em última análise, como uma coisa, uma mercadoria especial, ao lado de outras mercadorias."[2]

O fato de que o caráter social do trabalho que produz mercadorias não seja considerado como um dado *a priori* cria a necessidade de que o *material* dinheiro ou, em outras palavras, do valor, seja incorporado ao valor de uma mercadoria específica — um equivalente universal.[3] Marx explica por que o "dinheiro-trabalho", que expressaria simplesmente determinado número de horas de trabalho ("valor") não poderia funcionar como um equivalente universal de mercadorias numa sociedade produtora de mercadorias.[4] Exatamente porque superou o dualismo tradicional — ainda visível em Ricardo — entre a teoria do valor-trabalho, que determina o valor da mercadoria,[5] e a teoria quantitativa, que determina o "valor monetá-

[1] MARX. *Grundrisse*. p. 140-141, 143-144, 165.
[2] MARX. *Capital*. v. 3, p. 593.
[3] Marx: "A própria necessidade de primeiro transformar produtos ou atividades individuais em *valor de troca*, em *dinheiro*, de modo que só adquiram e demonstrem seu *poder* social dessa forma objetiva, prova duas coisas: 1) que agora os indivíduos só produzem para a sociedade e na sociedade; 2) que a produção não é *diretamente* social, não é o 'fruto da associação', que distribui o trabalho internamente". *Grundrisse*. p. 58. Ver também *Capital*. v. 3, p. 503-504.
[4] MARX. *Grundrisse*. p. 136-140, 153-156. *Critique of Political Economy*. p. 83-86.
[5] MARX. *Critique of Political Economy*. p. 171-179.

rio", é que Marx conseguiu desenvolver uma teoria econômica coerente e uniforme com base na teoria do valor-trabalho.

Toda tentativa de atribuir a determinação do "valor monetário" a qualquer outra fonte além do valor de mercadoria da mercadoria dinheiro (ouro, ou ouro e prata), isto é, à "convenção",[6] à pressão estatal ou ao mero "reflexo dos valores das mercadorias", leva a contradições muito graves. Isso se torna evidente a partir do exemplo, entre outros, de Rudolf Hilferding que, em seu *Finanzkapital*, apresenta a teoria do "valor de circulação socialmente necessário" derivado diretamente da produção total de mercadorias (a soma dos valores de todas as mercadorias em circulação).[7] Antes mesmo da Primeira Guerra Mundial,[8] Kautsky já analisara o erro básico dessa teoria do dinheiro, embora não tenha levado sua crítica a suas conclusões lógicas.[9]

Partindo de uma "soma dos valores de todas as mercadorias em circulação" não mediada, Hilferding não considerou a base da teoria do dinheiro de Marx, qual seja:

> "A diferença entre preço e valor, entre a mercadoria avaliada pelo tempo de trabalho despendido em sua produção e o produto do tempo de trabalho pelo qual é trocada — essa diferença requer uma terceira mercadoria que funcione como uma medida que expresse o valor de troca real das mercadorias. Como o preço não é igual ao valor, o elemento que determina o valor — o tempo de trabalho — não pode ser o elemento que expressa os preços, porque nesse caso o tempo de trabalho teria de manifestar-se simultaneamente como elemento determinante e como não determinante, como equivalente e não equivalente a si mesmo".[10]

A fórmula de Hilferding, "a soma dos valores de todas as mercadorias", dividida pela velocidade de circulação do dinheiro, carece de significado em duplo sentido: em primeiro lugar, porque a "soma dos valores de todas as mercadorias" representa a soma de quantidades heterogêneas de trabalho, que só pode ser reduzida ao tempo de trabalho socialmente necessário por meio da troca e de proporções particulares diferentes; em segundo lugar, porque essa quantidade de trabalho não pode ser dividida pela velocidade de circulação do dinheiro: 5 milhões de horas de trabalho divididas por moedas de ouro ou cédulas bancárias que circulam 25 vezes por ano é uma fórmula vazia.

É evidente que se a "soma dos valores de todas as mercadorias" é substituída pela "soma dos preços de todas as mercadorias",[11] e se se admite que o preço é a *expressão monetária* (forma monetária) *do valor*, então se verá que a soma dos preços é uma *relação*, qual seja, entre o valor variável das mercadorias e o valor variável da mercadoria-dinheiro, do dinheiro material. Qualquer análise marxista do problema do dinheiro deve partir de uma análise dessa *relação*.[12] Nesse senti-

[6] Marx: "O dinheiro, assim como o Estado, não surge de convenções. Surge de troca". *Grundrisse*. p. 165.
[7] HILFERDING. *Das Finanzkapital*, p. 29-30.
[8] Em seu veredito sobre a teoria do dinheiro de Hilferding, Lênin usou uma única palavra: falsa. *Collected Works*. v. 39, p. 334.
[9] KAUTSKY, Karl. "Gold, Papier und Ware". In: *Die Neue Zeit*. v. 31/3, n.º 24, p. 837. Outra crítica pertinente da teoria do dinheiro de Hilferding encontra-se na obra de Suzanne de Brunhoff, *L'Offre de Monnaie*, Paris, 1971, p. 83 *et seq.*, que entretanto, da mesma forma que Kautsky, não menciona o elemento decisivo da teoria do dinheiro de Marx.
[10] MARX. *Grundrisse*, p. 139-140. A última frase foi sublinhada por Marx.
[11] Marx tirou uma conclusão importante de sua definição geral do dinheiro: que as mercadorias só podem entrar em circulação se já forem dotadas de um preço ideal. (*Grundrisse*. p. 193.) O erro de Hilferding está intimamente ligado à sua incapacidade de entender o antagonismo entre o valor de uso e o valor de troca, já criticado aqui, no cap. 1, que o levou à hipótese equivocada de um cartel universal, cuja produção proporcional o tornaria à prova de crises. Em certa medida, Bukharin também tomou essa direção.
[12] "Em princípio, o ouro deve ser um valor variável, para que possa servir como medida de valor, porque apenas enquanto reificação do tempo de trabalho é que pode ser equivalente a outras mercadorias; mas em decorrência de mu-

do, Marx distingue três diferentes formas do dinheiro correspondentes a três diferentes leis de desenvolvimento:

1) dinheiro metálico puro. Como o dinheiro puramente metálico — e, para simplificar nossa análise, consideremos apenas o ouro como dinheiro metálico — possui aqui um valor imanente (a quantidade de trabalho socialmente necessário nele contido), o seu volume em circulação é determinado pela dinâmica dos valores das mercadorias em circulação e pelos pagamentos a serem efetivados. Se a soma dos valores das mercadorias cai (devido a um aumento da produtividade do trabalho ou a uma baixa de produção), enquanto o valor do ouro permanece constante, a circulação de ouro se reduzirá ou os preços das mercadorias cairão, e o ouro será retirado em função de um aumento de seu entesouramento. Se a soma dos valores das mercadorias se eleva (devido a um aumento ou estabilização da produção ou a uma queda na produtividade do trabalho), enquanto o valor do ouro permanece constante, o ouro em circulação aumentará (o ouro entesourado será posto em circulação). Inversamente: se o valor do ouro cai devido a um aumento súbito na produtividade do trabalho de mineração do ouro, o preço das outras mercadorias subirá, se não houver alteração na soma dos valores das mercadorias. Se o valor do ouro sobe devido a uma queda repentina da produtividade do trabalho de mineração do ouro, os preços cairão se a soma dos valores das mercadorias permanecer constante.[13] Mas esses exemplos são raros e marginais. O ponto-chave é a determinação do volume de dinheiro em circulação por meio dos preços das mercadorias (determinado, em última instância, pela relação entre a soma dos valores de todas as mercadorias e o valor do ouro), divididos pela velocidade de circulação do dinheiro-ouro. A variável autônoma sempre é a circulação e o valor das mercadorias; o fluxo do dinheiro-ouro entrando ou saindo de circulação é uma função das necessidades da reprodução capitalista;

2) signos do dinheiro, isto é, papel-moeda conversível (ou pequenas moedas de prata), que toma o lugar do dinheiro-ouro a fim de economizar meios de circulação e expandir o crédito. A mesma lei do dinheiro-ouro aplica-se aqui, com a única ressalva de que esses signos não sejam emitidos em quantidades excessivas. Se essa condição é respeitada, esse dinheiro é "tão bom quanto ouro", e da mesma forma que o ouro pode ser tirado de circulação a qualquer momento e voltar a circular algum tempo depois. Mas se esse dinheiro é emitido em quantidades maiores que a quantidade correspondente de ouro, o papel-moeda conversível se desvaloriza automaticamente. A equação 1 onça de ouro = 1 tonelada de aço, por exemplo, compara determinadas quantidades de trabalho; assim, se 1 onça de ouro corresponde a 160 marcos, ao invés de corresponder a 80 marcos, isso de maneira alguma altera o valor do ouro ou do aço. Mas a emissão a mais de signos do dinheiro significa que todo signo de 10 marcos representa agora a metade da quantidade anterior de ouro. Seu valor, portanto, caiu pela metade — em outras palavras, o preço do aço (em papel-moeda) dobrou;[14]

3) papel-moeda inconversível com taxa de câmbio compulsória. No total, esse

---

danças na produtividade concreta do trabalho, a mesma quantidade de tempo de trabalho expressa-se em quantidades diferentes do mesmo tipo de valor de uso." *Critique of Political Economy*. p. 67.

[13] Estritamente falando, isso só se aplica à produção simples de mercadorias. No modo de produção capitalista, a mediação deve ocorrer por via da equalização da taxa de lucro, como se dá entre o capital investido em minas de ouro e o resto do capital. Sobre essa questão, ver BAUER, Otto. "Goldproduktion und Teuerung". In: *Die Neue Zeit*. v. 30/2, n.° 27, p. 4 *et seq*.

[14] Repetindo: no modo de produção capitalista — em contraposição à produção simples de mercadorias — as conexões não são tão simples porque, entre outros motivos, a distribuição da demanda monetária efetiva por diferentes setores de produção, a dinâmica dos preços de produção e o desenvolvimento da acumulação de capital, seguindo as flutuações da taxa de lucros, devem ser investigados separadamente nesses setores.

dinheiro se submete à mesma lei do papel-moeda conversível, mas com uma diferença importante: como a relação entre o valor da mercadoria e o valor do ouro já não é dada diretamente aqui, só se pode estabelecer *post festum* a quantidade de ouro objetivamente representada por esse papel-moeda, que será determinada pela taxa de câmbio desse papel-moeda *por ouro* (no mercado "livre" ou "negro") *e por meios de circulação estrangeiros.*

Portanto, inflação só é um conceito significativo no caso do papel-moeda.[15] O termo "inflação do ouro" tem tão pouco sentido quanto "inflação do ferro": o conceito correto aqui não é inflação, mas sim queda do valor da mercadoria. É verdade que uma queda súbita e maciça do valor dos metais preciosos, como a que ocorreu no século XVI, depois de 1849 ou depois de 1890 (o Transvaal e o uso do cianeto na produção de ouro), leva a aumentos de preço análogos a uma inflação maciça de papel-moeda. Mas uma diferença importante logo chama a atenção: quando o ouro se desvaloriza, ainda pode ser estocado; o papel-moeda desvalorizado, ao contrário, mantém-se tipicamente em circulação e se torna cada vez mais inútil para a formação de estoques.[16] Portanto, pode-se quando muito aplicar o termo "inflação" ao dinheiro metálico quando o ouro das moedas é reduzido, isto é, quando a cunhagem é adulterada. Mas esse caso confirma preciosamente a regra de que as "moedas inflacionárias" deixam de ser estocáveis e continuam circulando, em concordância com a famosa lei de Gresham. Hofmann está errado, portanto, quando afirma que o custo de vida crescente, que coincidiu com a predominância dos monopólios a partir de 1890, marca o começo da "inflação secular".[17] Os preços crescentes daquela época podem ser explicados por outros fatores, particularmente pela queda do valor do ouro, decorrente dos custos decrescentes de produção.[18] Só se pode falar de "inflação secular" depois da Primeira Guerra Mundial; mais precisamente, só depois que a Grande Depressão de 1929/32 foi superada.

Nos países capitalistas desenvolvidos, onde o meio circulante é o ouro, a inflação do papel-moeda apareceu pela primeira vez com a hipertrofia das despesas estatais, causada pelo rearmamento e pela guerra (quando os déficits orçamentários passaram a ser cobertos pelo uso da máquina impressora).[19] A inflação, enquanto mecanismo de expansão do crédito dentro da estrutura do processo efetivo de produção e circulação de mercadorias, foi rejeitada como irresponsável tanto pelos economistas políticos burgueses como pelos políticos capitalistas.[20] O raciocínio subjacente a esse ponto de vista era de que apenas as leis imanentes à economia de mercado poderiam restaurar o equilíbrio normal e que toda tentativa de intervir "artificialmente" nesse processo comprometeria a longo prazo a recuperação da economia, e multiplicaria as contradições e causas de crimes.[21]

[15] As emissões inflacionárias de papel-moeda conversível tornam-se inconversíveis a longo prazo, porque de outro modo haveria o perigo de um colapso total dos pagamentos a outros países, por causa do desaparecimento das reservas de ouro. Foi exatamente isso o que aconteceu agora com o dólar, na prática, desde 1969, oficialmente desde agosto de 1971.

[16] Mas com diferentes taxas nacionais de inflação, o papel-moeda que perde parte de seu poder de compra, mas que não se desvalorizou tanto quanto outros títulos em circulação, pode ser armazenado. Foi o que aconteceu com o dólar a partir do final da Segunda Guerra Mundial até meados da década de 60.

[17] HOFMANN, Werner. *Die säkulare Inflation*. Berlim, 1962, p. 10-11.

[18] Sobre esse tópico ver, por exemplo, KAUTSKY, Karl. "Die Wandlungender Goldproduktion und der Wechselnde Charakter der Teuerung". In *Die Neue Zeit*. 1912-1913. Suplemento n.º 16, publicado em 24 de janeiro de 1913. Ainda voltaremos, neste capítulo, à interessante discussão mantida entre Eugen Varga, Karl Kautsky e Otto Bauer sobre esse assunto, antes da Primeira Guerra Mundial.

[19] Sobre essa questão ver, por exemplo, VARGA, Eugen, "Gold und Kapital in der Kriegswirtschaft". In: *Die Neue Zeit*. v. 34/1, p. 815; do mesmo autor, *Die Wirtschafttspolitischen Probleme der proletarischen Diktatur*. Viena, 1920; e, também de VARGA, *Die Krise der kapitalistischen Weltwirtschaft*. 2.ª ed., Hamburgo, 1922. p. 11, 16, 23-25 etc.

[20] Por exemplo, MARSHALL, Alfred. *Principles of Economics*. Londres, 1921. p. 594-595 e 709-710.

[21] A figura clássica com relação a esse assunto é o bem-intencionado A. C. Pigou, o pai da "economia do bem-estar",

Essa concepção "ortodoxa" do dinheiro continha, sem dúvida, uma pitada de verdade. As crises capitalistas de superprodução, por exemplo, desempenham a função objetiva de facilitar a valorização do capital total (apesar da maior composição orgânica de capital), por meio de uma desvalorização maciça de capitais particulares. Essa desvalorização de capitais produtivos e fictícios não ocorre de maneira uniforme e proporcional ao investimento de capital de cada empresa individual. É um processo seletivo no qual as empresas tecnicamente avançadas sobrevivem, enquanto as empresas atrasadas e fictícias são completamente eliminadas. As plantas de produtividade média são atingidas mais severamente que as principais, mas conseguem escapar da falência. Assim, uma crise de superprodução é o mecanismo apropriado, dentro do modo de produção capitalista, para se obter maior produtividade do trabalho, como o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias que determina o valor da mercadoria, e para eliminar as empresas que objetivamente desperdiçam o trabalho social com uma onda de falências, possibilitando novamente a ampliação da reprodução, apesar do menor valor das mercadorias. Os preços que subiram na fase de prosperidade e de "superaquecimento" são agora ajustados à redução do valor das mercadorias, e a maior parte dos superlucros é eliminada. Ao mesmo tempo, uma crise de superprodução também é (como observamos acima) o mecanismo que periodicamente possibilita uma nova alta da taxa média de lucros mediante uma desvalorização de capital, e um aumento da taxa de mais-valia. Isso, por sua vez, permite uma intensificação da produtividade do trabalho nas empresas "líderes" e, assim, o reaparecimento de superlucros para capitais individuais.

Se a inflação e o crédito crescentes impedem esse "saneamento" da economia capitalista — em outras palavras, se uma queda periódica de preços, se o ajuste periódico dos preços de mercado ao valor das mercadorias (preços de produção) é artificialmente impedido — toda uma série de empresas capitalistas que já estão abaixo da produtividade média do trabalho em seu setor pode escapar à desvalorização de seu capital, ou à falência, por um período maior. Torna-se difícil distinguir entre empresas "saudáveis" e empresas doentes ou totalmente fictícias.[22] Mas essa situação só pode aumentar o desequilíbrio entre a capacidade produtiva e a demanda monetária efetiva a longo prazo: encerra, portanto, o perigo de um simples adiamento do colapso.[23] O impacto, o alcance e a duração da Grande Depressão de 1929/32 levou inevitavelmente a uma revisão da ideologia econômica

---

que em vésperas da Grande Depressão defendia seriamente a tese de que as crises poderiam ser evitadas com salários cada vez menores, pois isso seria um estímulo para os empresários aumentarem seus investimentos.

[22] Marx percebeu isso já em seu próprio tempo, pois afirma: "Todo o sistema artificial de expansão forçada do processo de reprodução não pode, naturalmente, ser corrigido pela existência de um banco, como o Banco da Inglaterra, que, por meio de seus papéis, dá a todos os caloteiros o capital que lhes falta, e que arremata todas as mercadorias depreciadas por seu antigo valor nominal". (*Capital*, v. 3, p. 490. Ver também, *ibid.*, p. 503-504.) Desde a década de 60 estamos inequivocamente em face dessa situação, manifesta pela bancarrota da Penn Central nos Estados Unidos, pela súbita falência por insolvência de empresas automobilísticas gigantes como a British Leyland, a Citröen e a Toyo Kogyo, que só se salvaram devido às enormes operações de salvamento empreendidas pelos bancos ou pelo Governo (se a Chrysler vai ou não escapar de um destino semelhante é coisa que ainda não se sabe ao certo). Sem o *boom* inflacionário dos anos anteriores, a não lucratividade dessas firmas ter-se-ia evidenciado muito antes.

[23] Um bom resumo da crítica "ortodoxa neoclássica" a Keynes e ao Keynesianismo pode ser encontrado na antologia de escritos de Sudha R. Shenoy, organizada por F. A. Von Hayek, *A Tiger by the Tail — The Keynesian Legacy of Inflation*. Londres, 1972. A tese de que o keynesianismo provocaria no final uma grave crise econômica pela inflação, que esse autor defendeu durante quarenta anos com perfeita obstinação, parece incontestável a longo prazo. O único problema é que para Hayek isso leva à conhecida alternativa, entre a cruz e a espada: para evitar uma grave crise econômica a longo prazo, esse economista político tem defendido sempre uma política econômica que provocaria a mesma crise econômica a curto prazo. Uma visão retrospectiva do mundo no período 1945/50 é tudo quanto se precisa para entender por que os governos das forças imperialistas vitoriosas não poderiam considerar essa alternativa viável, mesmo com a maior boa vontade do mundo. A resposta clássica de Keynes a seus críticos: "A longo prazo todos estaremos mortos", é um eco da famosa máxima da nobreza francesa: "Après nous le déluge". Era essa a perspectiva de uma classe condenada pela história, não de uma classe confiante em seu futuro histórico.

dominante: pois havia agora uma alteração nas prioridades da política econômica burguesa. A ameaça de instabilidade monetária a longo prazo era agora considerada menos ameaçadora do que os perigos a curto e médio prazo do desemprego permanente e da estagnação da produção. Do ponto de vista da valorização do capital, essa mudança foi incontestavelmente justificada. Graves considerações sociais e políticas também estão por trás da nova atitude da classe burguesa dos Estados Unidos, mesmo antes da Segunda Guerra Mundial, e dos Estados imperialistas restantes, particularmente no período pós-guerra. A mudança da relação internacional das forças sociais significava que a repetição de um desemprego em massa seria agora equivalente a uma crise social catastrófica para o capitalismo tardio.

Por todas essas razões, os grupos mais importantes do capital monopolista e dos governos imperialistas optaram, um após outro, pela inflação permanente institucionalizada, como um dispositivo para superar ou impedir crises econômicas cataclísmicas nas dimensões da que foi experimentada em 1929/32. A "revolução" da economia política burguesa inaugurada por Keynes foi uma expressão ideológica consciente dessa mudança de prioridades. Muitas declarações da época podem ser citadas para provar que é adequado falar de uma mudança consciente na política econômica do imperialismo.[24] Só precisamos citar aqui uma dessas declarações, feita pelo próprio Keynes:

> "Só há um meio efetivo de elevar os preços mundiais, que é aumentar os gastos com empréstimos em todo o mundo... Portanto, o primeiro passo tem de ser dado por iniciativa da autoridade pública; e isso provavelmente tem de ser feito em larga escala e organizado com determinação, para se poder romper o círculo vicioso e estancar a deterioração progressiva... Alguns cínicos, que até aqui compreenderam os argumentos, concluem que nada, exceto uma guerra, pode acabar com uma grande depressão. Pois até agora a guerra tem sido o único objeto de empréstimos governamentais em larga escala... Espero que nosso governo prove que este país pode ser enérgico mesmo nas tarefas da paz".[25]

Tecnicamente falando, a inflação permanente começou a aparecer com a expansão do *dinheiro bancário* a partir do final do século XIX. O papel-moeda conversível (signo do ouro) era emitido como um meio de garantir o *crédito de circulação* no século passado. O volume dessa emissão de papel-moeda variava muito de acordo com o volume de títulos a descontar, isto é, estava estritamente adaptado às necessidades da circulação capitalista de mercadorias. Esse papel-moeda só podia ser um meio de *expansão* do crédito através da especulação: era superior a todos os capitais comerciais que tomaram a iniciativa nesse setor. Quando a prática do saque a descoberto em contas correntes difundiu-se mais, a situação mudou.[26] A criação de crédito por parte dos bancos tornou-se então muito mais independente da circulação efetiva de mercadorias; a iniciativa deslocou-se do capital comercial para as grandes companhias do setor de produção. Estas podiam agora conseguir crédito para a produção por meio de um saque a descoberto em suas contas correntes, isto é, por meio do dinheiro bancário.[27] O volume de dinheiro tornou-se

[24] Hofmann (*op. cit.*, 26-29) arrola diversas fontes das origens doutrinárias ou justificações da "inflação permanente".
[25] KEYNES, J. M. *The Means to Prosperity*. Londres, 1933. p. 19, 22.
[26] O capital financeiro teve particular interesse nessa mudança, que lhe possibilitou mais lucros. Sobre essa questão, ver SAYERS, R. S. *Modern Banking*. Oxford, 1967. p. 267-270.
[27] Ver, por exemplo, a declaração de Joseph Schumpeter, já em 1912: "Na medida em que o crédito não puder ser concedido (aqui Schumpeter quer dizer crédito de produção ou empresarial, distinguindo-o do crédito de circulação — E. M.) a partir dos resultados de empreendimentos passados, ou, em geral, a partir das reservas de poder de compra criadas pelo desenvolvimento passado, só pode consistir em meios de pagamento creditícios criados *ad hoc*, que não podem ser respaldados pelo dinheiro, em sentido estrito, nem por produtos já existentes... O crédito, no caso em que é essencial (isto é, crédito empresarial — E. M.) só pode ser concedido a partir de... meios de pagamento recém-criados". *The Theory of Economic Development*. Nova York, 1961. p. 106.

então uma pirâmide invertida, com duas partes, ao invés de três: uma base de ouro, sobre a qual estendeu-se uma camada maior de papel-moeda, sobre a qual, por sua vez, estendeu-se uma camada ainda maior de dinheiro bancário.

Mas enquanto o controle das autoridades bancárias centrais sobre a quantidade total de dinheiro continuava obedecendo as leis da ortodoxia financeira baseada no padrão ouro, a ampliação dos métodos de criar dinheiro permaneceu como um processo puramente técnico destinado a economizar os falsos custos *(faux frais)* da circulação. Mas a "revolução keynesiana" não transformou apenas a forma, mas também o conteúdo da criação de dinheiro. O dinheiro bancário, ou depósitos mais saques a descoberto em contas correntes bancárias, passou a ser a principal fonte de inflação.

Inicialmente, o Estado burguês tomou a iniciativa dessa transformação, instado tanto por Keynes como por teóricos monetaristas alemães, com pontos de vista semelhantes. O déficit financeiro — em outras palavras, o uso de déficits orçamentários com a finalidade de criar uma "demanda monetária efetiva" adicional — foi a estratégia de longo prazo adotada pelo Estado. O papel dos gastos públicos como principal fonte da inflação tornou-se ainda mais pronunciado na Segunda Guerra Mundial. Mas depois da guerra, na nova "onda longa com tonalidade expansionista", os gastos estatais efetivos, embora ainda fossem substanciais, acabaram por assumir importância secundária na dinâmica da inflação permanente. *A partir daí, a principal fonte de inflação passou a ser o saque a descoberto em contas correntes, concedido pelos bancos ao setor privado, e coberto pelos bancos centrais e pelos governos* — em outras palavras, crédito para a produção de empresas capitalistas e crédito ao consumidor particular (sobretudo para a compra de casas e bens de consumo duráveis). *Por conseguinte, a inflação permanente é hoje a inflação permanente da moeda escritural, ou da forma de criação de dinheiro própria do capitalismo tardio para facilitar a reprodução ampliada a longo prazo* (meios adicionais para a realização da mais-valia e para a acumulação de capital).

Essa explanação da origem e da natureza da inflação permanente contemporânea continua sendo rejeitada por muitos círculos que se consideram marxistas, que se agarram teimosamente à noção de que os gastos militares constituem a única ou, pelo menos, a principal fonte de inflação. Contudo, as cifras falam por si mesmas. Basta comparar as séries seguintes de diferentes agregados da economia norte-americana desde o final da Segunda Guerra Mundial.[28]

Ano	*A Produto Nacional Bruto (em bilhões de dólares)*	*B Dívida Pública*	*C Dívida Privada*	*B como % de A*	*C como % de A*
1946	208,5	269,4	153,4	129,4	73,6
1950	284,8	239,4	276,8	84,0	97,2
1955	398,0	269,8	392,2	67,8	98,5
1960	503,7	301,0	566,1	59,7	112,4
1965	684,9	367,6	870,4	53,7	127,1
1969	932,1	380,0	1 247,3	40,8	133,8
1973	1 294,9	600,0	1 700,0	46,3	131,2
1974	1 395,0	700,0	2 000,0	50,0	140,0

Para completar o quadro, basta acrescentar que a dívida privada total nos Estados Unidos permaneceu praticamente estacionária entre 1925 e 1945 (131,2 bi-

[28] PNB e dívida privada conforme dados fornecidos pelo *Economic Report of the President*, fevereiro de 1970, e *Survey of Current Business*, maio de 1970, citados em *Monthly Review*, setembro de 1970, p. 5. Dívida nacional, 1969: ver os dados estatísticos publicados pela CEE.

lhões de dólares em 1925; 139,7 bilhões de dólares em 1945); essa expansão enorme data apenas do período pós-guerra. Na Alemanha Ocidental, a circulação de papel-moeda subiu de 14 bilhões de marcos em 1955 para 47,5 bilhões em 1973, mas os empréstimos bancários a firmas domésticas e a particulares subiu, no mesmo período, de 63 para 631 bilhões de marcos. No Japão, a circulação de papel-moeda passou de 422 bilhões de yens em 1950 para 5,556 trilhões em 1970, mas os empréstimos bancários aumentaram de 2 500 yens em 1952 para 39 500 bilhões de yens em 1970. O caso da Bélgica — um país que tem relativamente poucos compromissos militares — também merece ser citado. No período 1962/71, os créditos bancários ao setor público subiram para 210 bilhões de francos belgas, isto é, quase duplicaram enquanto os créditos bancários à economia privada passaram de 72 para 340 bilhões de francos belgas, ou seja, aumentaram quase 5 vezes. Mas durante o mesmo período, o Produto Nacional Bruto, a preços constantes, subiu aproximadamente 55%. A natureza inflacionária da criação desse crédito é óbvia.

O conhecimento contemporâneo do fenômeno da inflação permanente começou a aumentar quando, ao contrário do padrão tradicional, os preços deixaram de cair em períodos de evidente superprodução — recessão —, na verdade, continuaram inclusive subindo. A Grande Depressão levou, naturalmente, a uma queda colossal de preços, numa escala muito superior a qualquer coisa conhecida antes nas crises capitalistas de superprodução. A crise de 1938 também levou a uma abrupta queda de preço.

Depois dos aumentos gerais dos preços nos anos 1940/46, surgiu um elemento contraditório: de modo contrário a todas as expectativas, os preços subiram rapidamente nos primeiros anos do pós-guerra, exceto nos Estados Unidos, onde caíram — ainda que pouco — durante a recessão de 1949. O "*Boom* da Guerra da Coréia" deu aos preços novo impulso. O efeito da "inflação permanente" tornou-se visível quando as recessões americanas de 1953, 1957 e 1960 foram todas acompanhadas por uma alta posterior nos preços de varejo (em 1953, os preços de venda por atacado caíram de novo ligeiramente). Na recessão de 1970/71, o aumento contínuo dos preços foi particularmente acentuado, e mais ainda na recessão de 1974.

Assim surgiu toda uma nova terminologia para descrever a "inflação moderada", refletindo o entendimento tardio de que o capitalismo tardio vivera de fato em condições de inflação permanente por mais de trinta anos. Já em 1958, Galbraith observara:

> "As atitudes e os objetivos atuais nos impelem a tentar movimentar a economia num nível em que, como vimos, a inflação não deve ser considerada um aspecto anormal, mas sim um aspecto normal".[29]

Como se pode provar que a expansão do crédito, ou a moeda escritural (dinheiro bancário) tem um efeito inflacionário? Como essa inflação pode ser medida? À primeira vista seria fácil responder: pelo aumento dos preços das mercadorias. Mas uma simplificação dessas corre o risco de cair no raciocínio circular de Hilferding. Como os preços são a expressão monetária do valor das mercadorias, a inflação do dinheiro não pode ser automaticamente deduzida dos preços crescentes.

[29] *The Affluent Society*. p. 204. Sobre toda a questão ver, entre outros, JOURDAIN, Gilles e VALIER, Jacques. "L'Echec des explications bourgeoises de l'inflation". In: *Critiques de l'Economie Politique*. n.º 1, setembro-dezembro de 1970, p. 56-58.

O preço das mercadorias sempre expressa uma relação entre o valor de duas mercadorias — a mercadoria em questão e o ouro. O desenvolvimento e a correlação de *ambos* os lados dessa equação devem formar a base de nossa análise. Há outro fator importante que, em certa medida, foi corretamente colocado pela escola keynesiana. O dinheiro, enquanto poder de compra da demanda monetária efetiva, não deve ser comparado exclusivamente com o *fluxo* contínuo da produção de mercadorias, pois tem também um efeito *mobilizador* — em outras palavras, ele mesmo pode restaurar a fluidez de determinado *estoque* de mercadorias.[30] Essa função é especialmente importante numa crise de superprodução. Se o sistema de bancos ou banco central costumam criar meios de troca adicionais quando grandes estoques de mercadorias não vendidas ainda se encontram disponíveis, o efeito dessa quantidade adicional de dinheiro pode aumentar os preços, e não ser necessariamente inflacionário.[31] Pois esse dinheiro adicional não só auxilia a troca da produção contínua de mercadorias, como também facilita os pagamentos devidos e assim recoloca em circulação as mercadorias que haviam sido retiradas por não poderem ser vendidas. A escola keynesiana e a neokeynesiana apresentaram conseqüentemente a tese geral de que a criação de meios de circulação ou de pagamento adicionais só tem efeito inflacionário quando todos os "fatores de produção" são plenamente utilizados.[32]

É incontestável que quantidades adicionais de papel-moeda e de dinheiro bancário têm efeitos totalmente diferentes, quando há grandes estoques de artigos invendáveis e capacidades produtivas inutilizadas, e quando o aparato produtivo está funcionando com a capacidade total. Entretanto, a tese keynesiana só é correta em parte. Sua fraqueza essencial é o uso insuficientemente diferenciado de agregados, e a crença em reações automáticas e sem mediação. É verdade que um aumento da quantidade de dinheiro em períodos de recessão e crise pode aumentar a venda de bens de consumo (embora não necessariamente em proporção fixa determinada). Contudo, só levará a um crescimento de investimentos produtivos se houver também expectativas de uma expansão do mercado a longo prazo, e se a taxa de lucros aumentar (especialmente quando os capitalistas a consideram baixa demais no começo da recessão). Se isso não acontece, ou acontece numa medida não desejada pelos empresários, os investimentos privados não se dão, ou não se dão no volume esperado.[33] O efeito multiplicador de diferentes formas de gastos estatais, déficits orçamentários, isenção de impostos etc. podem, portanto, variar muitíssimo em conjunturas diferentes. Os investimentos produtivos — isto é, os investimentos que levam a um aumento do valor produzido — têm efeito multiplicador muito maior do que os investimentos improdutivos. Em certas circunstâncias, o efeito multiplicador de transações econômicas que na realidade nada mais representam além da conversão de uma forma de capital ocioso em outra — a venda de seguros, por exemplo, com a finalidade de usar os lucros para comprar lotes vagos com depósitos de especulação, ou vice-versa — pode ser tão pequeno que aumente muito pouco o movimento da economia, se aumentar. Portanto, é necessá-

[30] KEYNES, John Maynard. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. Londres, 1936. p. 117-119, 126-128, 300-303.

[31] Marx foi muito sarcástico em relação ao Peel's Bank Act de 1844, que impedia o aumento temporário da quantidade de dinheiro em tempos de crise. *Capital*. v. 3, p. 513-533, 537. Ver também *Critique of Political Economy*. p. 185.

[32] A tese do "hiato inflacionário" foi formulada por Keynes pela primeira vez no começo da Segunda Guerra Mundial em *How to Pay for the War*. Nova York, 1940. Os elementos dessa tese já estavam presentes em sua *General Theory*, p. 302-303.

[33] Essa foi a razão do fracasso parcial do New Deal de Roosevelt, e também do fato de que, no Terceiro Reich, os investimentos produtivos civis não foram muito incentivados na fase 1933/38, apesar do aumento maciço dos gastos estatais (ver cap. 5).

rio relacionar três tendências para definir com mais exatidão o efeito inflacionário da expansão do crédito:

1) o aumento da produtividade do trabalho na indústria do ouro comparativamente à produção de mercadorias no mundo capitalista, e portanto das tendências a longo prazo dos preços das mercadorias expressos em ouro;

2) o aumento da quantidade de dinheiro comparativamente ao valor do produto total (isto é, ao volume de produção multiplicado pelo valor médio das mercadorias), considerando a velocidade de circulação do dinheiro;

3) os problemas estruturais do aumento dos preços, isto é, o aumento divergente dos preços por atacado e a varejo, dos preços das matérias-primas e dos produtos agrícolas e dos preços de artigos industriais acabados, dos preços do mercado externo e dos preços de exportação do mercado mundial etc.

A terceira tendência nos dirá se a inflação da moeda escritural é o resultado de necessidades *específicas* dos monopólios do capitalismo tardio ou apenas das dificuldades gerais de realização da mais-valia e da valorização do capital. Aqui só podemos adiantar que, do ponto de vista da teoria do dinheiro e do valor, a tese da "inflação de custos" não se justifica.[34] Somente quando há um excedente de liquidez é que as empresas, sob o capitalismo monopolista, podem transferir automaticamente os aumentos dos custos para os preços de venda, isto é, para os consumidores.[35] Quando, ao contrário, a quantidade de dinheiro permanece constante enquanto os salários sobem ou apenas se ajustam aos aumentos de produção, então, *mesmo sem competição* em certas indústrias, os custos maiores não levam a uma alta de preços. Quando a moeda é estável, o teorema de Marx de que um aumento de salários em determinada produção e em determinado valor das mercadorias apenas diminui os lucros, e não eleva os preços, é absolutamente válido.[36] O que está por trás da tese da "inflação de custos" não é uma análise dos efeitos objetivos dos aumentos de salário numa economia de mercado capitalista, mas sim a observação de que, no capitalismo tardio, o sistema de dinheiro bancário *garante* às companhias a quantidade de dinheiro necessária para transferir automaticamente para o consumidor os aumentos dos custos de produção.[37] Isso significa que não são as demandas de salários "excessivos", mas sim a adaptação específica do sistema bancário e da criação de dinheiro para os interesses do capital monopolista que constitui a causa técnica dos aumentos de preço. *A inflação permanente é o mecanismo específico do capitalismo tardio para frear uma queda rápida da taxa*

[34] Sobre a "teoria da inflação dos custos", ver, por exemplo, PAISH, F. W. "The Limits of Income Policies." In: PAISH, F. W. e HENNESSY, J. *Policy for Incomes*. Institute of Economic Affairs, Londres, 1968. p. 13 *et seq.*; BROOMAN, F. S. *Macro-Economics*. Londres, 1963. p. 234-237.

[35] Há muitos outros argumentos que demonstram a debilidade dessa teoria. Aumentos análogos de preço podem ser registrados em ramos da indústria onde os custos dos salários constituem 35% e onde constituem 1% dos custos totais de produção; em geral, os aumentos salariais maiores são causados por aumentos anteriores do custo de vida. Ver a refutação à teoria da "inflação de custos" em JOURDAIN, Gilles e VALIER, Jacques. *Op. cit.*, p. 58-67.

[36] MARX. *Wages, Price and Profit*. In: *Selected Works*. p. 218.

[37] Portanto, a inflação tem obviamente dupla função: permite aumento da taxa de mais-valia e ao mesmo tempo esconde a queda da percentagem relativa dos salários através do aumento dos salários monetários. Os salários monetários crescentes podem então ser responsabilizados pela inflação. Exemplo disso é o estudo do comentarista econômico inglês "liberal", Samuel Brittan *(The Treasury under the Tories 1951-1964)*, que ora se declara defensor ardoroso da estabilidade do salário monetário (p. 150), ora aconselha os trabalhadores a não confundirem o custo de vida com o padrão de vida. Mas não explica como se pode pretender que o padrão de vida esteja melhorando quando os salários sequer acompanham a alta do custo de vida. É evidente que Brittan defende um crescimento mais rápido às expensas do salário ou, em outras palavras, a poupança compulsória às expensas da classe operária e assim um aumento da taxa de mais-valia.

de mais-valia e de lucro, sob condições conjunturais de acumulação de capital relativamente rápida e de níveis de emprego relativamente altos.[38]

O aumento da produtividade do trabalho na indústria do ouro só pode ser calculado de forma indireta. Antes da Primeira Guerra Mundial, os "custos do trabalho" totalizavam cerca de 85% dos "custos de mineração" (custos de produção) na indústria do ouro da África do Sul. Essas cifras não correspondem exatamente às categorias de Marx de capital variável e custos de produção, pois a categoria "custos de trabalho" dissimulava, sem dúvida alguma, certa quantidade de mais-valia sob a forma de altos salários dos diretores e supervisores brancos. Assim, em 1907, por exemplo, os 17 697 funcionários brancos dessas minas receberam um salário total de 5,94 milhões de libras, enquanto os 165 mil trabalhadores negros receberam um total de apenas 9,8 milhões de libras de salário em dinheiro e em espécie como o preço de venda de sua força de trabalho. A produção chegava aproximadamente a 234 mil kg de ouro puro. O número de anos de trabalho (a quantidade total de força de trabalho consumida por ano, relativamente à mão-de-obra total) era de aproximadamente 183 mil. Em 1940, o número de anos de trabalho havia subido para 400 mil, enquanto a produção atingira 400 mil kg de ouro puro. Em comparação a 1907, houve portanto um pequeno aumento na quantidade de trabalho despendido em cada kg de ouro puro. A informação disponível não dá o dispêndio de trabalho inerte (capital constante), mas esse decerto também aumentou. Entre as duas Guerras Mundiais, portanto, a produtividade média do trabalho na produção do ouro estagnou, na melhor das hipóteses, e é mais provável que tenha diminuído ligeiramente.[39] Em 1967, as mesmas 400 mil unidades de trabalho produziram mais do dobro do que em 1940: 950 mil kg de ouro puro. Entretanto, os custos totais de produção por tonelada, que foram estimados em 6,14 dólares por tonelada de minério em 1907, e que em 1940 chegaram a 5,15 dólares, subiram para 8,36 dólares (dólares desvalorizados).[40] Para o ano de 1973, as cifras correspondentes eram as seguintes: 852 mil kg de ouro puro produzidos por 400 mil trabalhadores e supervisores, a custos de produção de 14,7 dólares desvalorizados em 1973 por tonelada de minério, que correspondem a aproximadamente 4,05 dólares pelos valores de 1940. Como também houve redução do número de horas de trabalho por semana, uma estimativa realista diria que *o valor de um grama de ouro caiu pela metade* entre 1907 e 1967; como a semana de trabalho reduziu-se mais ainda em 1973, pode-se supor que esse valor ainda continuava mais ou menos na metade do valor de 1907. Essa redução de 50% do valor do ouro pro-

[38] Jacob Morris escreve: "A inflação funcionou durante algum tempo... como substituto do exército industrial de reserva, como forma do capitalismo manter seu poder de exploração". ("Inflation". In: *Monthly Review*. Setembro de 1973. v. 25, n.º 4.) Isso só é verdade até certo ponto. Tentamos demonstrar nos cap. 5 e 14 deste livro que durante a "onda longa expansionista", e sob uma inflação permanente, as flutuações do exército industrial de reserva exerceram, como no passado, poderosa influência na evolução dos salários reais e daí na evolução das taxas de mais-valia e de lucro. Mas continua sendo verdade que essas repercussões teriam sido muito mais brutais sem a presença da inflação permanente.

[39] Isso não surpreende, uma vez que na mineração a lei dos retornos decrescentes para determinado depósito de minério prevalece, na medida em que camadas cada vez mais profundas têm de ser perfuradas. Prestem atenção à declaração que se segue, feita por pessoa interessada na questão e que revela algo da dinâmica dos rendimentos diferenciais das minas de ouro: "No 75.º encontro anual do Conselho (Conselho das Minas de Transvaal e Orange Free State — E.M.) realizado em Johannesburg em junho de 1965, C. B. Anderson, presidente que estava saindo, declarou, em parte com referência aos custos crescentes: ...'Gostaria de enfatizar novamente que cada centavo de aumento nos custos do trabalho por tonelada extraída transfere, em toda mina — seja antiga, seja nova, quer produza muito ou pouco — certa quantidade de minério da categoria lucrativa para a não lucrativa...Esse minério não deve ser extraído agora, nem nunca, talvez... Além do mais, a vida das minas individuais diminui progressivamente e o dia do fechamento da indústria de mineração de ouro está bem mais próximo'. Bureau of Mines/U. S. Departament of the Interior; *Area Reports: International, Mineral Yearbook 1965*. v. IV, Washington, 1966.

[40] Dados relativos às minas de ouro da África do Sul, do ano 1907, MILL, A. (Ed.). *The Mining Industry*. Nova York, 1910-1911, v. XIX. Dados do ano de 1940, *Engineering and Mining Journal*. v. 142 (1941), n.º 2 p. 68. Do ano de 1967, Bureau of Mines U. S. Departament of the Interior. *Minerals Yearbook 1967*. Washington, 1968. v. I-II, p. 544.

duzido na África do Sul pode ser atribuída, entre outras coisas, ao fechamento das minas mais pobres e à abertura de novas minas ricas em Orange Free State, Klerksdorp, Ewander e Fawerstrand, que aumentaram a produção de ouro por tonelada de minério na África do Sul de 6,67 g em 1955 para 10,78 g em 1965. Além disso, foram introduzidos alguns aperfeiçoamentos técnicos na mineração do ouro.[41]

O grande aumento do "preço do ouro" no mercado livre (isto é, a grande queda do valor do dólar e de outras moedas) a partir de 1967, levou a mudanças estruturais importantes na indústria do ouro sul-africana. Minas menos produtivas foram reabertas ou aumentaram sua produção. A produção das minas mais ricas foi reduzida. A quantidade de ouro por tonelada de minério caiu para 10,11 g e vai cair mais ainda. Ao mesmo tempo, a renda líquida por tonelada de minério aumentou de 3,9 rands em 1970 para 20,7 rands nos primeiros 9 meses de 1972 (1 rand valia 1,4-1,5 dólar no outono de 1974). Os salários dos mineiros africanos subiram acima dos níveis de fome em decorrência da deficiência crônica de mão-de-obra provocada anteriormente pelos mesmos salários de fome (em 1974, apenas 22,5% dos mineiros foram recrutados na própria União da África do Sul; o resto da força de trabalho das minas era imigrante). Os salários por turno aumentaram de 0,3 rand em 1970 para 1,6 rand no final de 1974. Mas, ao mesmo tempo, a produtividade do trabalho está agora começando a crescer, com a introdução da mecanização em escala maior; dentro de poucos anos, os proprietários das minas esperam produzir mais ouro do que agora, com apenas metade da força de trabalho. Em resumo, o valor do grama de ouro está agora começando a cair, da mesma forma que o valor de todas as mercadorias produzidas segundo os moldes capitalistas.[42]

É mais fácil calcular o aumento da produtividade do trabalho a partir da produção imperialista total de mercadorias durante o mesmo período 1907/67. Na indústria manufatureira dos Estados Unidos, o número de horas de trabalho subiu cerca de 71% entre 1907 e 1967; o aumento do índice de produção, ao contrário, foi superior a 900% (numa escala de 80 a 738). Isso sugere um aumento de 520% na produtividade do trabalho. Na agricultura, o número de horas de trabalho reduziu-se em cerca de 2/3, entre 1907 e 1967 (caindo de um índice de 95 para 32), enquanto a produção cresceu cerca de 77%.[43] Por conseguinte, a produtividade do trabalho agrícola aumentou cerca de 540% nesses 60 anos, praticamente a mesma percentagem da indústria.

Nos outros países imperialistas, o aumento da produtividade do trabalho no período 1907/14 foi o mesmo dos Estados Unidos; no período 1914/40, foi muito menor, mas depois muito maior, no período 1947-67.[44] Não deve haver, portanto, grandes diferenças entre o aumento da produtividade do trabalho nos Estados Unidos e da produção total de mercadorias do mundo imperialista. Isso significa que o valor da mercadoria média produzida nos países imperialistas é hoje cinco a seis vezes menor do que antes da Primeira Guerra Mundial. Dado o fato de que o valor do ouro caiu cerca de 50% desde aquela época, os preços em ouro das mercadorias devem ser, em média, três vezes mais baixos que em 1907.[45] Mas, na realida-

[41] Ver Bureau of Mines/U. S. Departament of the Interior. *Minerals Yearbook 1967*. Washington, 1968, v. I-II, p. 536.
[42] Estatísticas fornecidas pelo *Neue Zürcher Zeitung*, 30 de novembro — 1.º de dezembro de 1974.
[43] As informações sobre o período 1907/65 foram retiradas de *Long Term Economic Growth*, do U. S. Department of Commerce/Bureau of the Census. Com o auxílio dos dados oficiais anuais do Sumário Estatístico dos Estados Unidos da América, nós os estendemos até o ano de 1967.
[44] Sobre a última fase, ver os dados das publicações atuais da OCDE, citados em NEUSÜSS, BLANDE e ALTVATER. "Kapitalistscher Weltmarkt und Weltwährungskrise". In: *Probleme des Klassenkampfes*. Novembro de 1971.
[45] Essa estimativa — que é superficial, em todo caso — evidentemente só faz sentido para um pacote idêntico de mercadorias. Não tem sentido calcular o aumento a longo prazo do valor das mercadorias não produzidas, ou produzidas apenas em pequena escala e de qualidade totalmente diferente, em 1907. Mas para a produção *total* de mercadorias essa estimativa faz muito sentido.

de, os preços das mercadorias, quando expressos em dólares-papel, são três vezes mais altos do que em 1907. *Essa nônupla desvalorização do dinheiro preencheu assim uma função objetiva precisa: esconder a queda substancial do valor das mercadorias expresso por quantidades de ouro, porque uma queda rápida e ininterrupta dos preços das mercadorias poderia ter impossibilitado o funcionamento da economia capitalista a longo prazo, na ausência de possibilidades de expansão geográfica.*[46]

Aqui surge um problema que levou a uma discussão interessante entre Varga, Bauer e Kautsky em vésperas da Primeira Guerra Mundial: será que por si mesmo um aumento da produção de ouro provoca uma alta nos preços (em ouro) das mercadorias?[47] Em nossa opinião, os argumentos apresentados por ambas as partes nessa discussão eram falsos do ponto de vista de uma aplicação rigorosa da teoria do valor-trabalho. A tese de Varga de que, ao fixar o "preço do ouro", os bancos centrais podiam impedir que a produção do ouro aumentasse os preços, é indefensável, e foi refutada por Kautsky e Bauer de forma convincente.[48] Kautsky insistia na peculiaridade do ouro com o objetivo de demonstrar que um aumento da produção de ouro representa uma demanda global adicional — em outras palavras, uma expansão do mercado para a produção capitalista de mercadorias. A produção de ouro é a produção do "equivalente universal" que, enquanto mercadoria individual, não só possui um valor de uso particular (para joalheiros e outros) como, além disso, tem o valor de uso muito especial de poder ser trocado por *qualquer* mercadoria. Como tal, o ouro nunca pode chegar a ser "invendável" no capitalismo. Isso é real e não precisa de mais explicações. Mas Kautsky negligenciou o fato de que um aumento do *volume* da produção de ouro leva apenas a um aumento do capital *monetário*,[49] e que a característica particular do ouro é exatamente a de que ele não precisa ser colocado em circulação, mas pode também ser armazenado sob a forma de tesouro. Não há, portanto, nenhuma certeza automática — como supunha Kautsky — de que a produção anual de ouro elevará a demanda total de mercadorias paralelamente a seu próprio valor. Isso depende da integração ou da não integração dessa quantidade adicional de ouro à circulação, isto é, depende de determinada conjuntura da economia capitalista, do volume da produção de mercadorias, da velocidade de circulação do dinheiro, do volume do crédito (dos pagamentos que, além das funções de troca, são feitos com esse dinheiro) etc.

[46] Uma queda rápida e duradoura do preço das mercadorias causa, entre outras coisas, uma paralisia no sistema de crédito, porque, mesmo com uma taxa de juros nominalmente baixa, o juro real teria que ser aumentado pela alta anual do valor do ouro. Os empréstimos e o capital financeiro como um todo obtêm um lucro maior do que o capital industrial e comercial. A depreciação contínua dos estoques de mercadorias obstruiria enormemente a função do capital comercial. Como a resistência dos trabalhadores a uma queda dos salários nominais é sabidamente muito mais rápida e forte do que sua reação à alta do custo de vida, a pressão das massas levaria — para horror do capital — a um aumento permanente dos salários reais, que só poderia ser neutralizado pelo desemprego em massa.

[47] VARGA, Eugen. "Goldproduktion und Teuerung". In: *Die Neue Zeit*. v. XXX/I, n.º 7, p. 212 *et seq.*; *Id.*, v. XXXI/I, n.º 16, p. 557 *et seq.*; BAUER, Otto, "Goldproduktion und Teuerung". In: *Die Neue Zeit*. v. XXX/2, p. 4 *et seq.*, 49 *et seq.*; KAUTSKY, Karl. "Gold, Papier und Ware" e "Die Wandlungen der Goldproduktion und der Wechselnde Charakter der Teuerung" (*ver supra*).

[48] Toda a noção do "preço do ouro", da forma usada na literatura econômica contemporânea, não faz sentido do ponto de vista da teoria do valor de Marx. O preço das mercadorias expressa seu valor em dinheiro, isto é, ouro, que não é apenas a medida dos valores, mas também dos preços. O "preço do ouro" seria portanto a expressão do valor do ouro em ouro. O que essa expressão realmente traduz é o "valor dos meios de circulação", isto é, a quantidade de ouro que a unidade de circulação representa. A fórmula "o preço do ouro é de 35 dólares por onça" quer realmente dizer que "1 dólar representa 1/35 da onça de ouro".

[49] Marx: "Aqui consideraremos a acumulação do capital monetário, à medida que não é expressão nem de uma interrupção do fluxo do crédito comercial nem de economia — seja economia do meio de circulação efetivo ou capital de reserva dos agentes comprometidos com a reprodução. Além desses dois casos, a acumulação de capital monetário pode surgir por meio de um afluxo inusitado de ouro, como em 1852 e 1853, em decorrência das novas minas de ouro da Austrália e da Califórnia". *Capital*. v. 3, p. 501.

Entre 1929 e 1939, a produção de ouro quase dobrou sem um aumento significativo da demanda total no mundo capitalista. O ouro adicional fluiu para as reservas monetárias dos Estados Unidos e *foi entesourado*. Somente uma redução do *valor* do ouro leva automaticamente a um aumento dos preços das mercadorias expressos em ouro. Foi exatamente a redução do *valor* do ouro, a partir de 1890, e não um aumento da *produção* de ouro, que desempenhou papel central na alta do custo de vida no "apogeu" do imperialismo entre 1893 e 1914.

O aumento dos meios de circulação e pagamento (quantidade de dinheiro), da época que precedeu imediatamente a Primeira Guerra Mundial até o final da década de 60, pode ser estimado com precisão razoável (a partir daqui nos limitaremos à economia norte-americana como o setor mais típico do capitalismo tardio). Segundo as famosas séries de Friedman-Schwartz,[50] a quantidade de dinheiro (excluindo as contas bancárias de longo prazo) subiu do índice 100 em 1915, para o índice 215 em 1920, isto é, cerca de 115%. No mesmo período, a produção industrial aumentou 70% aproximadamente, enquanto a produção agrícola foi constante. Segundo Friedman e Schwartz, houve também ligeira aceleração na velocidade de circulação do dinheiro durante esse período. Esta última declinou, contudo, em mais de 30% nos anos de crise depois de 1929, enquanto o volume de ouro aumentou mais uma vez em torno de 25%.[51] De acordo com essas cifras, verificamos que o nível dos preços por atacado foi apenas 10% mais alto em 1939 do que em 1915 (o nível dos preços a varejo, que sempre demoram certo tempo para refletir os preços em ouro, foi 10% mais alto em 1939 do que em 1916). É claro que não se pode falar de inflação de longo prazo quando o papel-moeda circulante só perdeu cerca de 10% do seu poder de compra em 24 anos (menos de 0,4% por ano).

O quadro muda completamente se compararmos o aumento ocorrido desde o final da Segunda Guerra Mundial com o ocorrido entre 1915 e 1939. Entre 1945 e 1967, a quantidade de dinheiro cresceu 90%, aproximadamente;[52] por volta de 1967, era sete vezes maior do que em 1929, e nove vezes maior do que em 1907. A velocidade de circulação do dinheiro dobrou entre 1945 e 1967, atingindo mais uma vez o ritmo do ano de 1929. Mas a produção industrial total de 1967 foi apenas quatro vezes maior que a de 1929, enquanto a produção agrícola foi aproximadamente 45% maior. Aqui é indiscutível a existência de uma massa inflacionária de dinheiro que não corresponde a nenhum aumento proporcional da produção de mercadorias. Conseqüentemente, o nível médio dos preços de 1967 era duas vezes maior do que o de 1929 e três vezes maior do que o de 1907. O aumento da quantidade de dinheiro, isto é, de papel-moeda e de dinheiro bancário, foi, portanto, a causa técnica direta e inequívoca da inflação do dólar. A quantidade de dinheiro cresceu muito mais rapidamente do que o volume de produção física — movendo-se em direção oposta à da grande queda do valor (preços em ouro) da soma de mercadorias.

Uma comparação final das diferenças dinâmicas das séries diversas de preços permitirá uma compreensão dos mecanismos concretos da inflação permanente no capitalismo tardio. Em 1967, o índice dos preços por atacado nos Estados Unidos era de 106,2, comparativamente ao índice de 52,1 em 1929 e de 57,9 em 1945; o

[50] FRIEDMAN, Milton e SCHWARTZ, Anna Jacobson. *Monetary Statistics of the United States*. Nova York, 1970.
[51] Uma bela refutação da teoria ortodoxa "puramente" quantitativa do dinheiro! Ao contrário de seus princípios, a velocidade de circulação do dinheiro não pode ser tomada da forma dada: um aumento significativo da quantidade de dinheiro pode ser neutralizado pela desaceleração de sua velocidade, se as necessidades da circulação de mercadorias e da acumulação de capital, determinadas pelo ciclo industrial, não podem "absorver" essa quantidade adicional de dinheiro com a velocidade anterior.
[52] FRIEDMAN e SCHWARTZ. *Op. cit.*

índice do varejo (preço ao consumidor) era de 115,4 em 1967, comparativamente ao de 59,7 em 1929 e de 62,7 em 1945. Os índices correspondentes a 1973 foram de 142,3 e 152,9. Parece haver, portanto, um crescimento razoavelmente paralelo em ambas as séries. Mas esse paralelismo aparente muda se se considera os seguintes fatos:

1) entre 1958 e 1964, os preços por atacado nos Estados Unidos permaneceram praticamente estáveis (índice de 100,4 em 1958, de 100,5 em 1964). Mesmo durante o período de 1957/64, houve um aumento de apenas 3,5%, isto é, menos de 0,5% por ano. Também entre 1951 e 1956, a estabilidade dos preços por atacado foi absoluta. *Durante todo o período de 1951/64, o índice de preços por atacado nos Estados Unidos só aumentou significativamente num único ano, o ano "boom" de 1956;*

2) mas os preços ao consumidor, ao contrário, sofreram aumento ininterrupto durante o mesmo período. Somente de 1952 a 1955 esse aumento foi insignificante; em todos os outros anos ultrapassou 1% anual. Durante todo o período de 1951/64, os preços de varejo subiram 17,6 pontos, enquanto os preços por atacado subiram apenas 3,8;

3) em 1967, o índice de preços por atacado dos alimentos fornecidos diretamente pelas propriedades rurais, assim como dos produtos químicos e artigos de borracha, foi *menor* do que em 1957/59. Os têxteis, os artigos de papel, os móveis e os aparelhos eletrodomésticos ou mostraram um aumento abaixo da média nos preços por atacado, durante esses dez anos, ou pemaneceram constantes. Mas as máquinas, os artigos de metal e de madeira sofreram um aumento acima da média nos preços por atacado;

4) começando em 1968, houve aumento ininterrupto nos preços por atacado de todas as categorias importantes, isto é, a inflação tornou-se cumulativa e acelerada. Mas, mesmo depois desse ano, os preços individuais por atacado flutuaram. Em 1969/70, por exemplo, os preços da madeira caíram consideravelmente, e os preços dos aparelhos eletrodomésticos diminuíram ligeiramente. Os preços por atacado dessas mercadorias eram 30% mais baixos em 1970 do que em 1950, e 25% mais baixos do que em 1960.

Os preços ao consumidor apresentam um quadro semelhante. No período de 1957/67, os preços de varejo de alimentos, têxteis, móveis e aparelhos eletrodomésticos subiram menos do que o índice médio do custo de vida (embora muito mais que os preços por atacado desses setores). Os custos dos serviços (sobretudo de saúde e recreação, mas também dos chamados "bens mistos"), ao contrário, registraram um aumento acima da média.

Se a tendência virtualmente ininterrupta de queda dos preços de matérias-primas no mercado mundial, durante o mesmo período, e que se inverteu apenas em 1973, for acrescentada a essas séries então *a estrutura da desvalorização do dinheiro* pode apresentar-se assim:

1) a transição de um padrão ouro para um sistema monetário, que assegure ao capital monopolista a quantidade de dinheiro adequada às suas necessidades por meio da criação do dinheiro bancário, permite às grandes empresas capitalistas, em condições de controle relativo do mercado (concorrência oligopolista, liderança de preço), aumentarem ligeiramente os preços das mercadorias que vendem

em período de alta, e estabilizá-los durante as recessões.[53] Dado o aumento importante da produtividade do trabalho que se seguiu à terceira revolução tecnológica, isso significa uma ampliação de suas margens de lucro (um aumento da taxa de mais-valia) que leva aos "preços administrados" e a uma taxa relativamente alta de autofinanciamento.[54] Um dos principais objetivos da política subjacente a esses "preços administrados" é antecipar as flutuações de mercado, isto é, planejar esquemas para as recessões que mesmo as grandes empresas (ao contrário de seus ideólogos) consideram inevitáveis. Assim, Means calculou que os aumentos de preço acima da média introduzidos pela US Steel Corporation na década de 50 reduziu tanto o *break-even point* (isto é, a utilização mínima de capacidade necessária para transpor o limiar de lucratividade), que no segundo semestre de 1960 essa empresa, utilizando apenas 47% de sua capacidade (!) em decorrência da recessão, obteve aproximadamente o mesmo lucro líquido que havia conseguido no ano de alta de 1953, quando usou 98% de sua capacidade;[55]

2) o aumento substancial da massa dos valores de uso, que sobe ainda mais rapidamente do que a produtividade do trabalho que está na sua base, cria dificuldades cada vez maiores de realização no capitalismo tardio. Essas dificuldades se expressam por meio de uma alta enorme dos custos de venda e do crédito ao consumidor. Sob o capitalismo monopolista, à medida que não haja concorrência estrangeira considerável no comércio a varejo, esses aumentos substanciais dos custos de circulação (dado sempre um aumento adequado da quantidade de dinheiro) podem ser transferidos para os consumidores. Segue-se uma comparação dos aumentos dos preços ao consumidor no mercado doméstico com os preços de exportação (índice de 100 em 1970 em todos os casos), que mostra também que as classes capitalistas nacionais têm aumentado com sucesso sua participação nas exportações do mercado mundial.[56]

	Preço ao consumidor		*Preços de exportação*	
	1969	*1973*	*1969*	*1973*
Estados Unidos	94	123	95	124
Alemanha Ocidental	93	119	98	104
Japão	93	124	95	107
Reino Unido	94	128	94	125
França	95	120	91	118
Itália	95	123	95	108 (1972)
Bélgica	96	118	95	99 (1972)
Holanda	96	126	96	107

[53] Sobre esse assunto ver, entre outros, MEANS, Gardiner C. *Pricing Power and the Public Interest*. Nova York, 1962; SCHWARTZMAN, D. "The Effect of Monopoly on Price". In: *Journal of Political Economy*. Agosto de 1959. Segundo Means, 85% dos aumentos de preço entre 1953 e 1962 podem ser atribuídos aos produtos dos ramos de produção altamente concentrados. Stigler e Kindhal questionaram a importância dos "preços administrados", citando as cifras de flutuações de preços mesmo em setores monopolizados. (*The Behavior of Industrial Prices*. Nova York, 1970.) Mas Means nunca negou essa importância. Conseguiu mostrar de maneira convincente, baseado nas estatísticas do próprio Stigler, que nos 18 setores caracterizados pela livre concorrência as flutuações de preço foram muito maiores do que nos 50 setores monopolizados, e que a maior parte das flutuações dos setores monopolizados foram anticíclicas. "The administered Price Thesis Confirmed". In: *American Economic Review*. Junho de 1972.

[54] Nessas circunstâncias, a distinção de Levinson (*op. cit.*, p. 30) entre aumentos de preço *tornados possíveis* pela monopolização e aumentos de preço *tornados necessários* pelas necessidades de maior acumulação de capital não tem sentido. O fato de que os monopólios podem conseguir margens de lucro acima da média (superlucros tecnológicos), que asseguram a alta taxa de autofinanciamento necessária à inovação tecnológica acelerada, constitui um único complexo "estrutural" ao lado da política inflacionária de criação de dinheiro adotada pelos bancos ou pelo sistema bancário central. Constituem apenas dimensões diferentes da mesma estrutura específica do capitalismo tardio.

[55] MEANS. *Pricing Power and the Public Interest*. p. 148. Sobre o desempenho semelhante dos grandes monopólios de produtos químicos da Alemanha Ocidental na década de 60, ver BLECHSCHMIDT, Aike, HOFFMANN, Gerhard, MARWITZ, Reinhold von der. *Das Zusammenwirken von Konzentration, Weltmarktentwicklung und Staatsintervention am Beispiel der BRD*. Lampertheim, 1974. p. 23.

[56] Sacheverständigenrat, *Jahresgutachten 1974*, p. 220-221; o relatório *Inflation*, da OCDE, de 1970, p. 22, fornece uma pesquisa semelhante do período 1961/69.

3) um grau maior de monopolização permitirá margens maiores de aumento de preço. No setor dos preços por atacado, esses aumentos serão maiores no Departamento I que no Departamento II. Inversamente, o aumento relativo da produtividade do trabalho (diminuição do valor das mercadorias e de seus preços em ouro) restringirá, de modo correspondente, o alcance dos aumentos de preço. Esses aumentos serão portanto menores nos setores que, desde o começo da fase do capitalismo tardio, distinguiram-se por um aumento particularmente rápido da produtividade (agricultura, produtos químicos, aparelhos elétricos), do que nos setores com grau menor de mecanização (construção e serviços).[57] Mas a estabilidade relativa dos preços dos setores com uma taxa de aumento da produtividade do trabalho superior à média é por si mesma uma expressão tão característica da inflação permanente quanto a alta mais rápida dos preços dos setores cuja produtividade de trabalho registrou um aumento menor.

É claro, então, que a inflação permanente não invalida de forma alguma a lei do valor. Essa lei agora simplesmente opera sob condições particulares em que o valor (poder de compra) do papel-moeda, liberado de seu lastro de ouro, diminui constantemente. Enquanto a "inflação moderada" permanente não se transforma em "inflação galopante", a intensificação da superprodução estrutural pode perfeitamente levar à redução de preços em determinados setores; mesmo uma queda geral dos preços por atacado não pode ser excluída como uma possibilidade futura. O rápido aumento das matérias-primas durante 1973/74 — que desempenhou papel apenas secundário na aceleração da inflação daquele período — foi acompanhado por uma queda considerável desses preços por causa da recessão mundial.[58]

Aqui surgem dois problemas afins que exigem uma resposta. A hipertrofia do setor de serviços (e, além desta, a hipertrofia de todas as atividades que não criam valor diretamente, isto é, as atividades do aparato estatal e do setor de circulação) é uma das causas da inflação permanente? Qual é a diferença entre nossa explicação da inflação permanente e a teoria quantitativa convencional de Friedman ou Rueff?

Um exemplo aritmético pode ajudar as análises da questão do efeito inflacionário do setor de serviços (ou de todas as despesas improdutivas). Vamos supor que o produto do valor anual de uma sociedade capitalista tem a seguinte estrutura:

I: $10\,000c + 5\,000v + 5\,000s = 20\,000$ meios de produção

II: $5\,000c + 3\,000v + 3\,000s = 11\,000$ meios de consumo.

Das 5 mil unidades de mais-valia criadas no Departamento I, 3 750 são acumuladas e 1 250 são consumidas improdutivamente. No Departamento II, 2 250 das 3 mil unidades de mais-valia são acumuladas. Com uma produção total de 11 mil meios de consumo, 10 mil são, portanto, geralmente consumidos (8 mil pelos operários e 2 mil pelos capitalistas e seus servidores), e 1 000 são deixados para

[57] Segundo François Perroux ("Inflations importées et structures sectorielles". In: PERROUX, François, DENIZET, Jean e BOURGUINAT, Henri. *Inflation, Dollar, Euro-Dollar*, Paris, 1971. p. 108), dependendo do país ocidental considerado, de 70% a 90% dos aumentos de preço passíveis de análise na década 1958/68 podem ser atribuídos a aumentos dos preços de serviços e da indústria de construção civil.

[58] Isso é claro nos Estados Unidos, cujas importações respondem por apenas 5% de seu PNB. Outros casos óbvios são o Japão, o Canadá e a França, cujos preços médios de importação em 1973 aumentaram respectivamente de 6%, 12% e 13% acima dos níveis de 1970, enquanto o custo de vida subiu 24%, 16% e 20% relativamente a 1970.

ampliar a reprodução no ano seguinte (para o emprego da força de trabalho adicional). Há 5 mil meios de produção disponíveis para a ampliação da reprodução do capital constante.

Agora vamos supor que, além desses dois setores, há um terceiro — serviços — que surgiu nesse ano-base, e que vendeu serviços por um preço total de 3 600 unidades de valor. Admitindo que o setor de serviços não compra máquinas, edifícios etc. (uma hipótese introduzida apenas para simplificar os cálculos, mas que facilmente poderia ser excluída por uma troca entre serviços e mercadorias do Departamento I) o sistema está em equilíbrio — em outras palavras, nada perturba a proporção entre o valor da mercadoria produzida e o poder de compra decorrente da produção para a realização desse valor — se 2 700 unidades de poder de compra do consumidor são usadas para comprar serviços em vez de bens de consumo, se 900 unidades de serviço são trocadas entre os empregados do setor de serviços, e se os bens de consumo que dessa forma se tornam disponíveis são comprados pelos empregados do setor de serviços e usados para reproduzir sua força de trabalho.

O equilíbrio entre oferta e procura tem agora a seguinte forma:

Oferta	*Procura*
20 000 meios de produção	10 000 reposição c I 5 000 reposição c II 3 125 reprodução ampliada c I 1 875 reprodução ampliada c II
11 000 meios de consumo	3 750 operários Departamento I 2 250 operários Departamento II 812,5 capitalistas Departamento I 487,5 capitalistas Departamento II 625 reservas para a reprodução ampliada I 375 reservas para a reprodução ampliada II[59] 2 700 empregados do setor de serviços
3 600 serviços	1 250 operários Departamento I 750 operários Departamento II 437,5 capitalistas Departamento I 262,5 capitalistas Departamento II 900 serviços, trocados dentro desse setor

A hipótese aqui é de que os operários gastaram 25% de sua renda real, e os capitalistas, 35% da mais-valia consumida improdutivamente, em serviços, ao invés de o ser em bens de consumo, e que os empregados do setor de serviços também gastaram 25% de sua renda real em serviços. O que significa economicamente essa condição de equilíbrio? Ela mostra que um grande setor de serviços não é necessariamente inflacionário numa economia capitalista, à medida que o poder de compra dos empregados desse setor seja exatamente igual ao poder de compra

[59] Como os serviços não podem ser "produzidos" para estoque, a quantidade de bens de consumo necessária à acumulação contém tanto o valor dos bens de consumo necessário para empregar trabalhadores "produtivos" adicionais, como o valor equivalente àquela parte de capital variável adicional que é trocada por serviços.

dos operários produtivos mais a fração de mais-valia despendida improdutivamente, que é trocada por serviços, ao invés de ser trocada por mercadorias. Se a segunda parte dessa equação é descrita como a "renda do consumidor" que subiu na produção de mercadorias, e se pressupomos a hipótese de que a renda *per capita* dos empregados do setor de serviços é igual à dos empregados na produção, obtemos a seguinte fórmula que, embora seja uma simplificação, é importante em relação à *tendência* histórica do capitalismo tardio. *O sistema pode permanecer em equilíbrio com um setor de serviços grande — isto é, evitar a inflação permanente — se a participação dos serviços nos gastos de consumo é igual à participação dos empregados do setor de serviços na população trabalhadora.* Para estar mais próxima da realidade, a segunda parte da equação teria de ser multiplicada por um coeficiente que expresse a relação da renda média do setor de serviços com a renda média do setor de produção.

Com esse rodeio podemos introduzir a noção da "produtividade do setor de serviços" em nossa análise (é claro que uma aplicação estrita da teoria do valor do trabalho não permite o uso dessa noção sem aspas porque, como mostramos no capítulo 12, o setor de serviços não é mais "produtivo" no sentido real da palavra, isto é, criador de valor e produtor de mais-valia, do que o setor de circulação).[60] Se a equação é invalidada por uma hipertrofia do setor de serviços, e se a participação dos empregados desse setor na população trabalhadora total, multiplicada por um coeficiente de renda de 1,1, totaliza aproximadamente 50, enquanto a participação dos serviços nos gastos de consumo totaliza apenas 40, haverá um excesso de renda no Departamento de Serviços, que levará a um aumento do preço de mercado dos bens de consumo (se esse excedente for gasto exclusivamente com esses bens) ou terá efeito inflacionário na economia como um todo, porque parte dessa renda também procura comprar meios de produção. *Sob essas circunstâncias particulares, os efeitos de uma hipertrofia do setor de serviços são inflacionários.*[61] Esse é apenas um caso especial de uma regra mais geral, qual seja, de que qualquer desequilíbrio setorial do capitalismo tardio tem efeitos inflacionários se o aumento do volume de dinheiro diminui ou restringe o rápido ajustamento dos recursos econômicos (quantidades de trabalho despendido) de setores específicos a um padrão alterado de demanda monetária efetiva.[62]

A nossa explicação da inflação permanente característica do capitalismo tardio é idêntica ou semelhante às versões contemporâneas da teoria quantitativa do dinheiro? Não se pode negar a existência de certa semelhança; mas ela já está pre-

[60] "A importância cada vez maior das indústrias de serviços representa uma grande mudança estrutural da economia. É um setor em que a produtividade aumenta menos rapidamente porque é difícil de automatizar, e onde mais investimento de capital e força de trabalho... serão empregados na produção de serviços subjetivos e não duráveis, dos quais poucos figurarão nos índices de custo de vida." (LEVINSON, Charles. *Op. cit.*, p. 28.) Segundo o relatório *Inflation* ao OCDE, os aumentos anuais médios do índice de preços do setor de serviços durante o período 1958/68 foram duas vezes maiores do que os do setor de bens industriais nos Estados Unidos, na Alemanha Ocidental, na Grã-Bretanha, na França e na Itália.

[61] A mesma regra aplica-se também, *mutatis mutandis*, à forma pela qual os gastos são cobertos, como os armamentos por meio de impostos. A extensão em que essa regra ajuda a compreender a inflação permanente do capitalismo tardio pode ser medida pelo fato de que o número de trabalhadores e funcionários empregados no setor de serviços (com exceção do transporte, das comunicações e das utilidades públicas) nos Estados Unidos subiu de 50,3% para 60,6% da massa total de assalariados, entre 1950 e 1970, ao mesmo tempo que a percentagem dos serviços no consumo médio dos cidadãos americanos passou apenas de 32,7% para 42,6% no mesmo período (isso inclui gás, água, eletricidade etc.; sem esses bens, a cifra seria de aproximadamente 29,5% e 38,5%). Em outros países imperialistas importantes, a percentagem de cidadãos ativos assalariados do setor de serviços passou de 33,2% pra 46,9% no Japão, de 42% para 50,6% na Inglaterra e de 32,5% para 40,7% na Alemanha Ocidental, entre 1950 e 1970.

[62] PERROUX. *Op. cit.*, p. 117 *et seqs.* Sobre essa questão, considerar a curiosa tese apresentada por Schultze, de que os aumentos de preço de certos setores, em resposta a uma alteração da demanda, não se fazem acompanhar por redução de preços em outros setores marcada por uma queda relativa da demanda, por causa das condições de monopólio. (SCHULTZE, Charles. *Recent Inflation in the United States.* U. S. Congress Joint Economic Committee, Study Paper 1, Washington, 1959.) Em certa medida, isso poderia aplicar-se também aos aumentos de preço acima da mé-

sente na teoria monetária de Marx, quando aplicada ao papel-moeda.[63] Em *The Critique of Political Economy*, lemos:

> "A quantidade de notas de papel se deixa, portanto, determinar pela quantidade de dinheiro-ouro que elas representam na circulação: e uma vez que só são sinais de valor na medida em que representam o ouro, o valor delas é determinado simplesmente por sua própria *quantidade*. Enquanto a quantidade do ouro circulante depende dos preços-mercadorias, o valor das notas de papel em circulação depende, ao contrário, exclusivamente de sua própria quantidade. A intervenção do Estado ao emitir o papel-moeda com curso obrigatório — estamos tratando apenas desse tipo de papel-moeda — parece abolir a lei econômica. O Estado que, ao estabelecer o preço da moeda, simplesmente dava a determinado peso em ouro um nome de batismo, e cunhando-o imprimia simplesmente no ouro o seu selo, parece agora, pela magia de seu carimbo, poder transformar papel em ouro. Uma vez que as notas de papel têm curso obrigatório, ninguém pode impedir ao Estado que lance à circulação o número de notas que queira e que imprima nelas os nomes das moedas que desejar... Uma vez lançadas à circulação, torna-se impossível retirá-las, pois os postos fronteiriços nacionais detêm o seu curso e *fora* da circulação perdem todo o valor, tanto o valor de uso como o valor de troca. Separadas de seu modo de ser funcional transformam-se em indignos farrapos de papel. No entanto, esse poder do Estado é pura aparência. É certo que pode lançar para a circulação a quantidade de notas que quiser, com os nomes monetários que lhe aprouver, mas todo o seu controle termina nesse ato meramente mecânico. Uma vez absorvido pela circulação, o sinal de valor ou o papel-moeda cai sob o domínio das suas leis imanentes. Se a soma do ouro necessária para a circulação das mercadorias fosse de 14 milhões de libras esterlinas e o Estado lançasse à circulação 210 milhões de notas com o nome de 1 libra esterlina, esses 210 milhões seriam transformados em representantes de ouro num montante de 14 milhões de libras esterlinas... Como o nome libra esterlina indicaria agora uma quantia de ouro quinze vezes menor, os preços de todas as mercadorias passariam a ser quinze vezes mais elevados..."

A distinção fundamental entre a teoria monetária de Marx, aplicada ao papel-moeda, e a teoria quantitativa do dinheiro clássica ou moderna[64] é que, embora Marx atribua certo grau de autonomia à esfera da circulação, para ele a magnitude básica é a esfera de produção, ou a necessidade objetiva de meios de pagamento e de troca determinada pela lei do valor, e qualquer aumento da quantidade de dinheiro pode determinar uma perda de valor da unidade monetária *apenas em comparação com essa magnitude*.

Isso tem duas implicações decisivas. Em primeiro lugar, a quantidade de dinheiro socialmente necessária não é fixa, mas flutua durante o ciclo industrial. É muito maior em período de distúrbios na circulação do que em período em que a circulação está normal, por causa do aumento dos pagamentos devidos imediatos. Nesses momentos, mesmo um aumento substancial da quantidade de dinheiro

---

dia no setor de serviços. Embora aqui não possamos discutir melhor o problema da inflação permanente nos países semicoloniais, uma de suas determinações importantes é o aumento ininterrupto dos preços monopolistas de importação. Sobre essa questão, ver MATA, Hector Malavé. *Dialectica de la Inflación*. Venezuela, 1972 (acompanhado de extensa bibliografia), que registra, entre outras coisas, que entre 1956 e 1970 o índice de preços de artigos na Venezuela aumentou apenas 19,4% enquanto o de artigos importados subiu cerca de 62,1% (p. 279). Sobre o mesmo assunto, ver PINTO, Aníbal. *Inflación: Raices Estructurales*. México, 1973, que apresenta uma visão mais geral do problema.

[63] *Critique of Political Economy*. p. 119-120. (Os grifos são nossos. E.M.)

[64] Além dessa diferença fundamental, há muitas diferenças secundárias como, por exemplo, o axioma da estabilidade da velocidade de circulação do dinheiro, que uma visão marxista não pode aceitar. Mas se se considera essa velocidade uma variável, ao invés de considerá-la uma magnitude constante, então a quantidade de dinheiro deixa de ser a única variável na famosa fórmula de Fischer $\frac{M.V}{T} = P$, e essa fórmula com duas variáveis expressa apenas uma tautologia aritmética. As versões mais refinadas da teoria quantitativa, como as da Escola de Chicago, descartam essa tese da velocidade constante da circulação do dinheiro. Ver, por exemplo, FRIEDMAN, Milton. *Op. cit.*, p. 51 *et seq.*

não leva necessariamente a uma alta de preço.[65] Em segundo lugar, é a atividade do capital produtivo, isto é, a taxa de lucro efetiva e a esperada, e não a quantidade de dinheiro, que é o principal determinante do ciclo econômico. Isso significa que mesmo uma massa adicional de dinheiro em período de recessão ou depressão não estimula automaticamente a produção, o nível de emprego e especialmente os investimentos, como Friedman e sua escola descobriram à própria custa (e à custa do capital norte-americano) no primeiro semestre de 1971, quando a produção e o nível de emprego continuavam estagnando apesar dos 6% de aumento da quantidade de dinheiro.[66] O mesmo fenômeno ocorreu na Grã-Bretanha em 1971/72, quando a remoção das restrições ao crédito do governo Heath ao setor privado não levou a nenhum aumento de investimentos produtivos. Na metade do mês de novembro de 1971, a soma total dos créditos bancários à indústria manufatureira estava no mesmo nível da média de 1970 — o que, considerando a inflação dos preços, era equivalente a uma redução significativa do "crédito real" (o poder de compra dessa soma). Esses exemplos mostram claramente que é incorreto considerar a *capacidade* dos bancos subvencionarem uma expansão da moeda escritural como a causa principal da inflação permanente. Sua força motriz principal vem das grandes empresas e de sua capacidade de usar a expansão da moeda escritural para obter a curto prazo o volume de dinheiro adequado às suas projeções de acumulação e realização. O papel da inflação permanente no capitalismo tardio, de ocultar a redução do valor das mercadorias, de facilitar a acumulação de capital, de dissimular a alta da taxa de mais-valia e de resolver temporariamente as dificuldades de realização por meio da expansão do crédito, depara-se assim, em última instância, com limites intransponíveis. A inflação incipiente deixa então de ser funcional, ou se transforma em inflação galopante. Analisaremos esses limites no próximo capítulo, no contexto das formas específicas do ciclo industrial no capitalismo tardio.

[65] A Escola de Chicago declarava o oposto, com muita segurança, até há bem pouco tempo. (FRIEDMAN, Milton. *Op. cit.*, p. 235.) Todo o ensaio de Friedman, "Money and Business Cycles" (*Ibid.*, p. 189-235), é devotado a esse tópico.

[66] Mais primitiva ainda é a visão de Jacques Rueff, que ainda acredita na auto-regulação do padrão-ouro: "Esse é um mecanismo absoluto e irresistível, pois só deixa de funcionar quando realizou seu efeito necessário". (*L'Age de l'Inflation*. Paris, 1967. p. 54.) A afirmação de que as crises econômicas eram de curta duração é contestada, entre outras coisas, pela longa depressão de 1873/93.

14

O Ciclo Industrial no Capitalismo Tardio

É de conhecimento geral que desde o momento em que a grande indústria capitalista conseguiu dominar o mercado mundial, seu desenvolvimento assumiu um caráter cíclico peculiar apenas a esse modo de produção, com fases sucessivas de recessão, ascensão, *boom*, superaquecimento, quebra, depressão etc.[1] Embora Marx não tenha deixado uma teoria acabada do ciclo industrial e das crises de superprodução,[2] é possível derivar as linhas mestras dessa teoria de seus escritos mais importantes.[3] No capítulo 1 citamos a passagem em que Marx rejeita explicitamente qualquer explicação monocasual das crises, insistindo em que são uma combinação de *todas* as contradições do modo de produção capitalista. Nesse sentido, o movimento cíclico da produção capitalista, sem dúvida alguma, encontra sua expressão mais clara no movimento cíclico da taxa média de lucro que, afinal, sintetiza o desenvolvimento contraditório de todos os momentos do processo de produção e reprodução.

Uma ascensão econômica só é possível quando a taxa de lucros está em elevação, o que por sua vez cria as condições de uma nova expansão do mercado e uma nova ênfase da ascensão. Mas, em certo ponto desse processo, a maior composição orgânica de capital e o limite do número de mercadorias que pode ser vendido aos "consumidores finais" reduzem a taxa de lucro e também provocam uma contração relativa do mercado. Essas contradições deságuam então numa crise de superprodução. A taxa decrescente de lucros leva a uma redução dos investimentos, que transforma essa queda geral em depressão. A desvalorização do capital e a racionalização e desemprego crescentes (que elevam a taxa de mais-valia) permitem que a taxa de lucros suba de novo. A diminuição da produção e o consumo do estoque permitem uma nova expansão do mercado, que se combina com a recuperação da taxa de lucros para reestimular os investimentos empresariais e assim iniciar um novo aumento de produção.

[1] Apresentamos uma explanação e uma análise específica do ciclo econômico capitalista no cap. 11 de nossa obra *Marxist Economic Theory* (p. 342 *et seq.*) e não queremos repetir aqui o que lá foi dito.

[2] A razão disso é que sua análise da superprodução foi programada, segundo o plano original de *O Capital*, para ser incluída na Parte Sexta sobre concorrência e mercado mundial, e que não chegou a ser escrita. Há várias indicações de que até escrever o Livro Terceiro de *O Capital*, Marx ainda seguia esse plano. Ver *Capital*, v. 3, p. 261, 363.

[3] Sobre essa questão, as passagens mais importantes são *Theories of Surplus Value*, v. 2, Parte Segunda, p. 492-546; *Capital*, v. 2, p. 185-186, 315-318, 480-481, 467-469; *Capital* v. 3, p. 236-261, 431-432, 471-472, 477-482.

O movimento cíclico da taxa de lucros está indubitavelmente ligado ao *desenvolvimento desigual* dos vários elementos do processo global de produção e reprodução. Num momento de ascensão, a taxa de lucros cresce mais rapidamente no Departamento I do que no Departamento II, o que leva a uma drenagem de capital para o Departamento I, a um aumento substancial nos investimentos e daí ao *boom*. Inversamente, uma vez que a superprodução (ou excesso de capacidade) se manifesta primeiro no Departamento II, assumirá suas formas mais agudas no Departamento I, e não no Departamento II. A reestimulação da produção durante a depressão que se segue à quebra provém, na maioria das vezes, do Departamento II, onde a taxa de lucros diminui menos do que no Departamento I.

O fato de que o Departamento I se desenvolve mais do que o Departamento II é apenas uma expressão social global de um aumento da composição orgânica de capital. Inversamente, o fato de que a produção do Departamento I diminui muito mais do que a do Departamento II durante as recessões é, em última instância, a expressão da queda da taxa de lucros e da desvalorização do capital. Aqui seria supérfluo examinar esse desenvolvimento desigual dos diferentes componentes do capital total e de cada componente de seu valor. *O importante é que esse desenvolvimento desigual — a desproporção — não se deve apenas à anarquia da produção e à ausência de acordos entre os capitalistas, como supunham Hilferding e Bukharin,*[4] *mas tem suas raízes nas leis inerentes ao desenvolvimento e às contradições do modo de produção capitalista.* Decorre, entre outras coisas, do antagonismo entre valor de uso e valor de troca, da impossibilidade de elevar o consumo dos "consumidores finais" na mesma proporção em que aumenta a capacidade social de produção, sem uma redução substancial da taxa de lucros,[5] e da impossibilidade de eliminar inteiramente a concorrência capitalista — em outras palavras, de diminuir os investimentos aos primeiros sinais de capacidade em excesso, pois as firmas tecnologicamente mais avançadas continuam buscando superlucros e fatias maiores do mercado. Para eliminar o movimento cíclico de produção é preciso haver não só um crescimento estável, e então uma taxa de investimento estável — em outras palavras, não só um cartel geral, mas também um cartel geral seguro o tempo todo, o que significaria a abolição da propriedade privada e de qualquer independência nas atividades de acumulação e investimento — e também um ajustamento total da distribuição do poder de compra de cada consumidor individual à dinâmica da produção e do valor de cada produto individual. Essas condições envolveriam a abolição do próprio capitalismo e da própria produção de mercadorias.[6]

[4] Lembramos a famosa passagem do v. 3 do *Capital*: "A razão fundamental de todas as crises reais é sempre a pobreza e o consumo restrito das massas em oposição ao impulso da produção capitalista para desenvolver as forças produtivas como se apenas a capacidade de consumo absoluta da sociedade construísse seu limite" (p. 484).

[5] Também sobre o antagonismo entre a expansão da produção e a valorização do capital: "A contradição, falando muito genericamente, consiste em que o modo de produção capitalista envolve uma tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, independentemente do valor e da mais-valia que contém e independentemente das condições sociais sob as quais se dá a produção capitalista, enquanto, por outro lado, seu objetivo é preservar o valor do capital existente e promover sua auto-expansão até o limite máximo (isto é, promover um aumento cada vez mais rápido desse valor)". MARX. *Capital*. v. 3, p. 244.

[6] Em *Grundrisse*, Marx deixa claro que a regulamentação geral da economia que não se baseia na propriedade social e no trabalho social representaria uma espécie de "despotismo", mas não seria mais produção capitalista de mercadorias: "O banco seria assim o comprador e o vendedor geral... O banco precisaria de um segundo atributo: teria o poder de fixar o valor de troca de todas as mercadorias, isto é, o tempo de trabalho nelas materializado de maneira autêntica. Mas suas funções não terminariam aí. Teria de determinar o tempo de trabalho em que as mercadorias poderiam ser produzidas, com os meios de produção médios disponíveis em dada indústria, isto é, o tempo em que teriam de ser produzidas. Mas isso também não seria suficiente. Não teria apenas de determinar o tempo em que se teria de produzir certa quantidade de produtos, e colocar os produtores em condições que tornassem seu trabalho igualmente produtivo (isto é, teria de equilibrar e organizar a distribuição dos meios de trabalho), como também teria de determinar as quantidades de tempo de trabalho a serem empregadas nos diferentes ramos da produção... E isso não é tudo. O maior processo de troca não é o que se dá entre as mercadorias, mas sim o que ocorre entre mercadorias e trabalho...

Enquanto o capitalismo existir, a produção continuará seguindo um padrão cíclico. É fácil mostrar empiricamente como isso ainda é válido no capitalismo tardio. As recessões da economia americana em 1949, 1953, 1957, 1960 e 1969/71, e 1974/75 são do conhecimento geral. Desde o final da Segunda Guerra Mundial ocorrem recessões semelhantes em todos os países imperialistas. Durante muito tempo acreditou-se que a Alemanha Ocidental era uma exceção,[7] mas a recessão de 1966/67 deu uma prova notável do contrário: houve uma segunda recessão no inverno de 1971/72, e uma terceira em 1974/75. Não obstante, os ciclos econômicos assumiram caráter específico em cada uma das fases do modo de produção capitalista. As crises econômicas de 1920, 1929 e 1938 revelam muitos traços diferentes dos da época anterior à Primeira Guerra Mundial, no mínimo porque a expansão geográfica do capitalismo terminou com a incorporação da China ao mercado mundial, enquanto a vitória da Revolução Russa contribuiu para sua redução. Da mesma forma, é necessário examinar os traços específicos do ciclo de produção do capitalismo tardio.

A tese apresentada pelo marxista húngaro Janossy, de que existe uma taxa de crescimento média a longo prazo, que apenas a destruição da guerra pode desfazer (levando a um período subseqüente de "reconstrução" com uma taxa de crescimento acima da média) de maneira alguma é satisfatória.[8] Desconsiderando o fato de que as taxas de crescimento acima da média registrada na Alemanha Ocidental e no Japão durante a década de 60 dificilmente poderiam ser explicadas pela destruição desencadeada pela Segunda Guerra Mundial, permanece a realidade fundamental da aceleração da taxa de crescimento da economia americana na década de 60, que evidentemente nada tem a ver com nenhum tipo de "reconstrução".

No decorrer de nossa análise escolhemos dois fatores decisivos que, a nosso ver, explicam a "onda longa com tonalidade expansionista" de 1940(45)/66. Em primeiro lugar, as derrotas históricas da classe operária possibilitaram que o fascismo e a guerra elevassem a taxa de mais-valia. Em segundo lugar, o aumento resultante da acumulação de capital (investimentos), somado ao ritmo acelerado da inovação tecnológica e à redução do tempo de giro do capital fixo, levou, na terceira revolução tecnológica, a uma expansão de longo prazo do mercado, permitindo o aumento da reprodução de capital em escala internacional, a despeito da limitação geográfica.

Como a inflação permanente se articula com essa "onda longa com tonalidade expansionista"? Em que medida ajuda o capitalismo tardio a mitigar os efeitos de suas contradições internas? Será que pode fazer isso durante um período ilimitado? O dinheiro, enquanto equivalente universal do valor das mercadorias, é a contraparte em valor das quantidades de trabalho socialmente necessárias. Por essa razão, é ao mesmo tempo uma reivindicação sobre parte de todos os recursos de trabalho da sociedade, presentes ou futuros.[9] No contexto da teoria do valor-traba-

---

Os trabalhadores não estariam vendendo seu trabalho ao banco, mas receberiam o valor de troca do produto total do seu trabalho. Considerado de modo mais preciso, o banco não seria portanto apenas o comprador e vendedor geral, mas também o produtor geral. De fato, ou seria um despótico dirigente da produção e administrador da distribuição, ou na verdade não passaria de guarda-livros de uma sociedade que produz em comum". *Grundrisse*. p. 155-156.

[7] Na verdade, houve diversas flutuações conjunturais, mesmo antes da recessão de 1966/67 na Alemanha (com um pico cíclico nos anos de 1957 e 1960 e uma baixa cíclica nos anos de 1959 e 1963). Mas antes da recessão de 1966/67, essas oscilações se expressaram mais pelas variações da taxa de crescimento do que por um declínio absoluto da produção. É preciso lembrar, porém, que na "baixa cíclica" de 1962/63 houve uma queda absoluta na produção de máquinas operatrizes, e que o volume total dos investimentos industriais também caiu pela primeira vez desde o final da Guerra.

[8] JANOSSY. *Op. cit.*, p. 16 *et seq.*

[9] JOURDAIN e VALIER. "L'Echec des Explications Bourgeoises de l'Inflation". p. 40.

lho, essa definição do dinheiro mostra de imediato que uma desvalorização do dinheiro (isto é, um aumento do número de unidades de dinheiro que correspondem a determinada quantidade de trabalho) não pode ter nenhuma influência direta sobre a soma total das quantidades de trabalho a serem distribuídas; só pode determinar sua *redistribuição*. Não se pode distribuir quantidades de trabalho maiores do que as existentes. Mas como uma crise de superprodução caracteriza-se exatamente pelo fato de que importantes forças produtivas (força de trabalho e máquinas) ficam ociosas, a criação inflacionária de dinheiro pode, em determinadas circunstâncias, estimular a acumulação de capital, *quando isso leva a um aumento da produção, isto é, da produção de mais-valia.* Isso também pode levar a um crescimento das quantidades de trabalho a serem distribuídas.[10] Sob o capitalismo, isso só ocorrerá se promover um aumento da taxa de lucro — em outras palavras, se reduzir a percentagem dos salários na renda nacional. Keynes, mais inteligente e mais cínico do que seus discípulos "reformistas", era bem claro quanto a isso.

Como até certo ponto a desvalorização da moeda e o crédito podem dissimular esse estado de coisas pelo aumento ininterrupto dos preços (que bem pode corresponder à redução dos valores), faz-se necessário investigar a relação entre inflação, taxa de lucros, renda real dos assalariados e acumulação de capital. Como vimos no capítulo anterior, uma das principais funções da inflação permanente é proporcionar às grandes empresas os meios de acelerar a acumulação de seu capital. Isso envolve a conversão de capital ocioso em capital produtivo, na medida em que o empréstimo de capital-dinheiro flui dos depósitos existentes nos bancos. Há uma conversão de crédito em dinheiro em capital-dinheiro assim que o volume de saques a descoberto excede o dos depósitos que se formam de maneira autônoma.[11] A discussão que se faz para saber se esse crédito em dinheiro representa capital-dinheiro "puro", crédito em dinheiro ou "capital fictício" parece um pouco bizantina: na verdade é um adiantamento de capital-dinheiro e (com a taxa de inflação) parcialmente desvalorizado. Na medida em que esse capital-dinheiro é usado para comprar força de trabalho e meios de produção, e assim convertido em capital produtivo, há um aumento real na produção de valor e de mais-valia — em outras palavras, há um enriquecimento real da sociedade capitalista.

Afirmamos antes que a produção de armamentos — enquanto produção de mercadorias — pode aumentar a massa de mais-valia quando o capital ocioso é convertido em capital que produz mais-valia; o mesmo se aplica, *a fortiori*, é claro, ao capital ocioso voltado para a produção não de armas, mas de valores de uso que entram no processo de reprodução. A ilusão de que a inflação moderada só pode levar a uma redistribuição da soma *já existente* de salários e preços surge assim que se supõe tacitamente que a força de trabalho e os meios de produção estão sendo plenamente utilizados e que o capital social total é reconvertido em capital que consegue obter lucro médio. Se desistimos dessa hipótese a-histórica — que não corresponde à situação do mundo capitalista nem em 1930/40, nem depois de 1945/48 — o mistério se resolve facilmente.

Vamos supor uma produção social anual com a seguinte estrutura de valor:

[10] Mattick está errado, portanto, quando, em sua crítica de outra forma justificada do *Monopoly Capital*, de Baran e Sweezy, exclui a possibilidade da acumulação de capital ser estimulada pela criação estatal de dinheiro — um fenômeno que reduz meramente a problemas de distribuição — ao limitar a intervenção estatal à "produção de bens invendáveis". MATTICK, Paul. "Marxismus und Monopolkapital". In: HERMANN, Federico, MONTE, Karin e ROLSHAUSEN, Claus (Ed.). *Monopolkapital — Thesen zu dem Buch von Paul A. Baran und Paul M. Sweezy*. Frankfurt, 1969. p. 52 *et seqs.*

[11] Nos parágrafos inseridos por Engels em sua própria edição do Livro Terceiro de *O Capital*, ele define os saques a descoberto (isto é, criação de dinheiro bancário) em várias oportunidades. *Capital*. v. 3, p. 419, 445-447.

I: 10 000c + 5 000v + 5 000s = 20 000 meios de produção.

II: 8 000c + 4 000v + 4 000s = 16 000 meios de consumo.

Estamos em uma recessão. Há grandes quantidades de máquinas e matérias-primas que não estão sendo usadas, e o desemprego se difundiu na classe operária. O Estado (ou o sistema bancário) agora coloca 4 500 unidades de papel-moeda em circulação dando crédito aos consumidores e às empresas.[12] Por alguma razão, que não precisa ser especificada aqui (porque o estoque de bens de consumo já se esgotou no decorrer de prolongada crise, por exemplo), isso leva inicialmente a um aumento do preço dos meios de consumo. O resultado é uma redução de, digamos, 15% da renda real dos trabalhadores (se mercadorias valendo 36 mil unidades de valor se confrontam com 40 500 unidades de papel-moeda, há uma desvalorização de 12,5% da unidade média de papel-moeda. Mas isso naturalmente não significa que os preços de todas as mercadorias, em termos de papel-moeda desvalorizado, subam na mesma proporção). Assim ocorre um aumento da taxa de mais-valia e da taxa de lucro, o que leva o capital a investir as quantidades adicionais de dinheiro (quantidades de capital-dinheiro) que se concentram em suas mãos — em outras palavras, a usá-las para acionar máquinas ociosas e comprar força de trabalho desempregada. Se os trabalhadores agora conseguissem, graças a um nível maior de emprego, compensar a perda do poder de compra de seus salários, e se as 4 500 unidades adicionais de capital-dinheiro são distribuídas na mesma proporção do capital produtivo original, nesse caso, depois de certo tempo,[13] surgiria um produto do valor com a seguinte estrutura:

I: 11 667c + 5 833v + 5 833s = 23 333 meios de produção.

II: 9 333c + 4 677v + 4 677s = 18 677 meios de consumo.

Por conseguinte, o que houve a partir da situação inicial não foi uma redistribuição, mas um aumento do produto do valor (e da mais-valia), que simplesmente foi acionado pela criação de dinheiro adicional. A dificuldade que existe no final dessa expansão seria portanto a mesma que aparece no momento da recessão, só que em plano superior. Quando se pode dispor de forças produtivas de reserva, a criação inflacionária de dinheiro desempenha a mesma função que o sistema de crédito como um todo. Permite que o desenvolvimento das forças produtivas ultrapasse os limites da propriedade privada, ao mesmo tempo que reproduz as contradições inerentes entre as duas em escala maior, *mas só depois de certo período de tempo:*

> "O sistema de crédito aparece como a principal alavanca da superprodução e da superespeculação do comércio unicamente porque o processo de reprodução, que é flexível por natúreza, é forçado aqui até seus limites extremos; e só é forçado dessa maneira porque grande parte do capital social é empregado por pessoas que não o possuem e que, em conseqüência, lidam com as coisas de forma bem diferente da do proprietário, que pesa cuidadosamente as limitações de seu capital privado à medida que

[12] Ou distribui aos desempregados papel-moeda produzido pelo *déficit financeiro* inflacionário. O mecanismo *técnico* da criação de dinheiro adicional não tem importância.

[13] A fim de não complicar desnecessariamente os cálculos, evitamos de modo deliberado inserir aqui as fases intermediárias: uma segunda fase, por exemplo, em que determinada fração, 50%, digamos, da mais-valia produzida na primeira fase — agora maior em função da redistribuição das rendas na esfera da circulação — é acumulada e portanto caracterizada por uma taxa de mais-valia superior a 100%; ou uma terceira fase, em que o aparecimento de novos artigos no mercado anula a desvalorização do papel-moeda e coincide com o restabelecimento da taxa de mais-valia original em decorrência da luta da classe operária, de modo que daí passamos a uma quarta fase que corresponde ao ponto de partida de escala ampliada.

> ele próprio o administra. Isso simplesmente demonstra o fato de que a auto-expansão do capital baseada na natureza contraditória da produção capitalista só permite um desenvolvimento realmente livre até certo ponto, pois constitui de fato um entrave, uma barreira imanente à produção, que é continuamente rompida pelo sistema de crédito. Por isso o sistema de crédito acelera o desenvolvimento material das forças produtivas e a constituição do mercado mundial. A missão histórica do sistema capitalista de produção é levar essas bases materiais do novo modo de produção a certo grau de perfeição. Mas ao mesmo tempo o crédito acelera as erupções violentas dessa contradição — crises — e assim dos elementos de desintegração do antigo modo de produção".[14]

Já salientamos que a expansão do crédito através do saque a descoberto por empresas capitalistas representa a fonte mais importante da criação inflacionária de dinheiro e, por isso, a fonte mais importante da própria inflação permanente. Isso leva a uma mudança na principal forma de "crédito à produção".[15] Enquanto no período imperialista clássico esse crédito à produção assumia a forma de ações vendidas no mercado de capitais com a mediação dos bancos, ou com a compra direta por parte destes últimos, na "onda longa com tonalidade expansionista" mais recente assumiu basicamente a forma do crédito sobre o saque a descoberto. A inflação permanente assegurava às grandes empresas os meios de autofinanciamento por meio dos "preços administrativos" oferecendo abundância de dinheiro bancário. Isso alterou temporariamente a relação entre essas grandes empresas e o capital financeiro, ao menos em alguns dos países imperialistas mais importantes (Estados Unidos, Japão, Itália, França). O aumento explosivo das taxas de lucro e de mais-valia, no qual discernimos o principal estímulo à "onda longa com tonalidade expansionista", não se deveu à inflação permanente, embora esta tenha mediado e prolongado o processo. Teoricamente é preciso separar o papel da criação inflacionária de dinheiro na mitigação de crises em dois processos distintos: por um lado, a possibilidade de usá-la para deter em certo nível o caráter cumulativo de uma crise de superprodução; por outro lado, a possibilidade de limitar a redução do volume de investimentos privados por meio de contratos estatais.

Se o Estado não intervém de maneira alguma na economia, a diminuição da demanda monetária efetiva será mais que proporcional à diminuição dos empregos. Um índice de desemprego de 6% ou 10% corresponderá então a uma redução de 6% ou 10% na venda de bens de consumo,[16] o que por sua vez levará a reduzir a produção no Departamento II, a diminuir as encomendas feitas pelo Departamento II ao Departamento I, e às demissões subseqüentes no Departamento I, assumindo, assim, o caráter cumulativo de uma avalanche. Mas se o Estado distribui uma renda adicional aos desempregados através da inflação, da ordem de — digamos — 60% do salário médio dos trabalhadores, nesse caso um índice de desemprego de 6% provocará um declínio correspondente a apenas 2,4% na demanda monetária efetiva de bens de consumo, e um índice de desemprego de 10% levará

[14] MARX. *Capital*. v. 3, p. 441.

[15] Sobre a diferença entre crédito de produção e de circulação, ver HILFERDING. *Das Finanzkapital*. p. 77-79. Hilferding chama o crédito de produção de "crédito bancário" e de "crédito de capital". Consideramos a formulação "crédito de produção" menos ambígua e por isso a usamos em nossa obra *Marxist Economic Theory*. Crédito empresarial também seria usado nesse mesmo sentido. Renner distingue entre "crédito a empresas", que proporciona capital circulante adicional às firmas, e "crédito de investimento", que lhes proporciona capital fixo adicional. (*Op. cit.*, p. 228-232.) Embora essa distinção fosse válida para o imperialismo "clássico", perde sua força quando a expansão do crédito de saque a descoberto permite continuamente às grandes empresas transformar empréstimos a curto prazo em empréstimos a médio prazo ou mesmo em empréstimos a longo prazo disfarçados.

[16] Isso naturalmente não significa que haja uma queda uniforme da venda de todos os bens de consumo. Como as despesas com gêneros alimentícios de primeira necessidade, com aluguel etc. dificilmente poderiam ser reduzidas, toda queda dos salários nominais dos trabalhadores leva a uma queda desproporcionalmente grande das vendas de bens de consumo duráveis. Estes introduzem um elemento nas despesas de consumo que é mais determinado pelo ciclo industrial do que em fases anteriores do capitalismo.

a uma redução de apenas 4%. A queda de produção do Departamento II será portanto bem menor do que no ciclo "clássico",[17] assim como a redução de encomendas do Departamento II ao Departamento I. Desse modo, o processo cumulativo das crises clássicas de superprodução terá sido controlado.

O efeito da criação de renda adicional sobre a compra de meios de consumo em períodos de superprodução e recessão é mais ou menos automático, mas não se pode absolutamente dizer o mesmo quanto ao efeito do aumento dos investimentos estatais sobre a venda de meios de produção.

Se uma redução de 5% na produção de bens de consumo resulta numa queda de 20% nas encomendas de meios de produção, um aumento no volume de contratos estatais não levará automaticamente a uma alta de investimentos privados. Esses investimentos diminuíram não apenas em decorrência da queda de encomendas e vendas do Departamento I, mas também, e principalmente, por causa da queda da taxa de lucro e da existência de excesso de capacidade. Um número cada vez maior de contratos estatais com certos ramos industriais desse Departamento não os levará necessariamente a uma nova onda de investimentos. O mesmo também é válido em relação à menor estagnação das vendas do Departamento II. O único efeito da criação inflacionária de crédito em dinheiro é deter a *queda* das vendas no Departamento II. Mas deter essa queda não é absolutamente sinônimo de expansão de vendas. O Departamento II procurará apenas aumentar sua capacidade produtiva — em outras palavras, fazer encomendas aos setores do Departamento I que produzem capital fixo — se puder contar com uma expansão das vendas. O aumento dos investimentos estatais não consegue deter a queda de produção do Departamento I de forma tão efetiva quanto o faz no Departamento II. Os diferentes efeitos da criação inflacionária de dinheiro nos Departamentos I e II em períodos de crise são de grande importância, porque revelam as limitações da chamada política anticíclica — mesmo em condições "ideais" para o capitalismo tardio. Nenhum governo capitalista tardio conseguiu superar essas limitações.

Mas agora nos deparamos com uma dificuldade analítica. Como a criação inflacionária de dinheiro pode adiar ou mitigar uma crise de superprodução se, por um lado, a própria superprodução era, entre outras coisas, resultado do caráter relativamente limitado da demanda dos "consumidores finais", enquanto, por outro lado, a inflação diminui ainda mais a percentagem relativa dos assalariados (a grande massa de consumidores) na renda nacional? Essa dificuldade, que está intimamente ligada ao desenvolvimento econômico dos países imperialistas dos últimos 25 anos, pode ser decomposta em quatro processos:

1) se o aumento do "resíduo invendável" dos meios de consumo[18] criado pela inflação permanente ameaça diminuir a taxa de acumulação, pode ocorrer uma expansão do crédito ao consumidor, isto é, os bens de consumo podem ser trocados *cada vez mais* por crédito em dinheiro, ao invés de serem trocados por uma renda genuína criada no processo de produção. Essa técnica, que foi usada muito raramente nos períodos da livre concorrência capitalista e do imperialismo "clássi-

[17] Ver as cifras apresentadas em *Marxist Economic Theory* (p. 531-532), que comparam o declínio do movimento setorial, da venda de bens de consumo duráveis e da produção industrial nos nove primeiros meses das recessões do pós-guerra nos Estados Unidos (1948/49, 1953/54, 1957/58) com a queda nas duas crises finais antes da guerra. Essas cifras mostram inequivocamente que o *começo* da crise é inteiramente análogo às crises "clássicas" típicas. O que mudou foi o desenvolvimento acumulativo das crises.

[18] Esse resíduo invendável não é necessariamente produzido; também pode assumir a forma de supercapacidade. Por outro lado, os monopólios também podem reagir a uma alta da demanda, adiando as datas de entrega ao invés de aumentar os preços. Ver ZARNOWITZ. "Unfilled Orders, Price Changes and Business Fluctuations". In: *Review of Economics and Statistics*. Novembro de 1962.

co", tem sido largamente empregada desde a Segunda Guerra Mundial, sobretudo nos Estados Unidos[19] — mas também em outros países imperialistas — como se pode verificar a partir das seguintes cifras relativas ao crescimento da dívida do consumidor nos Estados Unidos:[20]

(em bilhões de dólares)	*1946*	*1955*	*1969*	*1973*	*1974*
A. Renda familiar disponível	160,0	275,3	629,6	903,7	860±
B. Hipotecas sobre imóveis	23,0	88,2	266,8	465,9	600±
C. Dívidas de consumo	8,4	38,8	122,5	173,5	200±
D. Dívida privada total das famílias	31,4	127,0	389,3	694,4	800±
D como % de ***A***	19,6%	46,1%	61,8%	71,8%	93%

2) outra reação às dificuldades de realização resultantes da inflação permanente pode ser um aumento da taxa de exportação — em outras palavras, uma tentativa de superar a estagnação relativa das vendas no mercado doméstico por meio de uma expansão maior no mercado mundial. Não há dúvida de que a grande expansão do comércio mundial desde o começo da década de 50, que ultrapassou a taxa de crescimento da produção industrial em certos países imperialistas importantes e acabou por compensar a longa estagnação do comércio internacional entre as duas Guerras Mundiais,[21] ajudou também a amortecer as crises. No período 1953/63, a produção industrial a preços fixos aumentou nos países capitalistas como um todo cerca de 62%, enquanto suas exportações a preços fixos subiu por volta de 82%; no período 1963/72, a produção industrial aumentou cerca de 65%, e as exportações cerca de 111%.[22] É óbvio que essa expansão tomou a forma de um *desenvolvimento desigual da exportação* de certos países imperialistas ou de determinados ramos da produção, pois se as importações de todos os países ou ramos da indústria fossem a mesma, perderiam no mercado doméstico o que tivessem ganho com as exportações. Mas esse não é absolutamente o caso. Em 1969, os países capitalistas da Europa importaram 26,6% de todas as máquinas e equipamentos lá comprados. Mas a percentagem foi de apenas 15,8% na Inglaterra, 18% na Alemanha Ocidental e 20,2% na França, ao mesmo tempo que subiu para 49,7% em outros países da CEE e para 45% nos outros países europeus onde há liberdade de comércio. No caso dos bens de consumo duráveis, as respectivas percentagens de importação foram 12,2% para a Inglaterra, 20,8% para a França, 22,1% para a Alemanha Ocidental, 52,1% para os outros países da CEE, e 59,1% para o resto dos países da Associação Européia de Livre Comércio (AELC). A relação entre o aumento das importações de bens manufaturados e o crescimento do Produto Nacional Bruto entre 1959 e 1969 foi de 2,83 na França, 2,51 na Grã-Bretanha, 2 na Itália e 1,23 no Japão. Essas cifras mostram, sem sombra de dúvida, que as potências imperialistas são as que mais se beneficiam com a expansão do mercado mundial (exportações mundiais).[23] Tendo em mente a redu-

[19] É por isso que às vezes se chama o *boom* do pós-guerra nos Estados Unidos de "*boom* de construção"; mas "*boom* hipotecário" seria uma descrição mais acurada.

[20] "The Long-Run Decline in Liquidity". In: *Monthly Review*. v. 22, n.º 4, setembro de 1970, p. 6. Para 1973, ver *Statistical Abstract of the United States 1973*.

[21] Um exemplo interessante é a produção de fibras sintéticas nos seis maiores Estados imperialistas (Estados Unidos, Japão, Alemanha Ocidental, Grã-Bretanha, França e Itália) que passou de 2,25 milhões de toneladas para 5,565 milhões de toneladas na década de 1959/69, enquanto a exportação de fibras sintéticas desses países subiu de 336 mil toneladas para 1,239 milhão de toneladas. Em outras palavras, a percentagem de exportação passou de 14,9% para 22,3%. Todos os concorrentes aumentaram sua percentagem de exportação, com exceção dos Estados Unidos.

[22] BLECHSCHMIDT-HOFMANN-VON DER MARWITZ. *Op. cit.*, p. 45.

[23] OCDE. *Inflation*. p. 109, 98.

ção catastrófica da participação dos países coloniais e semicoloniais no comércio mundial, e a redução igualmente pronunciada da percentagem de gêneros alimentícios e matérias-primas no comércio internacional, podemos concluir que esse aumento da produção industrial contínua das potências imperialistas mais dinâmicas na área das exportações corresponde a *uma redistribuição do mercado mundial* e a *uma substituição relativa e a longo prazo do poder de compra* em vantagem dos produtos da indústria manufatureira imperialista (especialmente de países e setores produtivos que dispõem de tecnologia mais avançada), e em prejuízo dos artigos dos setores de produção simples de mercadorias, de matérias-primas tradicionais e agrícolas e dos bens de consumo das indústrias "leves";

3) a taxa de expansão acima da média do comércio mundial na "onda longa com tonalidade expansionista" que se seguiu à Segunda Guerra Mundial só foi possível devido ao aumento de volume da moeda internacional, além do aumento da produção de ouro. O Padrão de Câmbio-Ouro (na verdade o Padrão Dólar-Ouro), baseado nos déficits da balança de pagamentos dos Estados Unidos, serviu como artifício para a expansão constante dos meios de pagamento internacionais, à taxa de 4% ao ano a partir de 1958. *O Padrão Dólar-Ouro criou um sistema de inflação internacional do crédito em dinheiro, que simultaneamente protegeu e expandiu o sistema de inflações "nacionais" do crédito em dinheiro;*[24]

4) os efeitos da inflação permanente sobre a evolução dos preços da produção regular são limitados aos países imperialistas pela existência de reservas consideráveis de riqueza real. A desvalorização do papel-moeda leva à "mobilização" das reservas de valores materiais, tais como terrenos bem situados,[25] objetos de arte,[26] ouro, metais preciosos e antiguidades, que são postos cada vez mais em circulação, além da produção regular. O caráter especulativo dessa "mobilização de valores materiais" reforça-se ainda mais, naturalmente, com a revalorização inflacionária do capital fictício,[27] especialmente das ações. Quanto maiores essas reservas, mais lenta será a passagem da inflação acumulativa para a inflação galopante. Mas quanto mais essas reservas entram em circulação, tanto maior será a especulação, por causa da alta dos preços e também da tendência da inflação acumulativa a acelerar — em outras palavras, tanto maior será o perigo de uma inflação galopante.

Especialmente durante o *boom* inflacionário de 1972/73, houve uma onda de especulação qualitativamente maior[28] — envolvendo não só os valores reais enumerados acima, como muitos bens primários, e também moedas. Essa especulação levou inevitavelmente ao colapso de toda uma série de sociedades financeiras, empresas imobiliárias e bancos secundários (o Franklin Bank, dos Estados Unidos, o Herstadt Bank, da Alemanha Ocidental, o Grupo Sindona, da Itália), que mar-

[24] DENIZET, Jean. "Chronique d'une Décennie". In: PERROUX, DENIZET e BOURGUINAT. *Op. cit.*, p. 55.

[25] Entre 1963 e 1971, os preços de terrenos na Inglaterra e no País de Gales aumentaram mais de 140%. (*Financial Times*, 8 de janeiro de 1972.) Na França, o preço do terreno vendido *(valeur moyenne des transactions)* subiu 4,5 vezes entre 1956 e 1968. (*Le Monde*, 20 de abril de 1971.)

[26] Arthur Höner-Van Gogh escreveu um artigo interessante e irônico sobre a obra de arte enquanto mercadoria. ("Der Umsatz geht um in der Kunst". In: *Information der Internationalen Treuhand AG*, n.° 37, Basiléia, novembro de 1971.) O aumento anual do valor das obras de arte é, em média, de pelo menos 10%. No campo puramente especulativo (compra de quadros como investimento para revenda), sabe-se de aumentos de preços de até 5 000% no espaço de 30 anos. Nos Estados Unidos e na Alemanha Ocidental já existem "sociedades de investimento em arte", que também negociam selos e vinhos raros. Sobre as lojas tipo *self-service* no comércio da arte (feiras de Colônia e Basiléia) e a crescente industrialização da arte, ver *Le Monde*, 30 de junho de 1971. Segundo um artigo do *Times* de 21 de fevereiro de 1970, os preços das obras de arte multiplicaram-se no período 1951/70 da seguinte forma: quadros modernos, 29 vezes; desenhos dos grandes mestres, 22 vezes; quadros impressionistas, 18 vezes; quadros dos grandes mestres, 7 vezes; móveis italianos do século XVIII, 7 vezes; móveis holandeses do mesmo período, 5,5 vezes.

[27] Sobre a noção de capital fictício, ver MARX. *Capital*, v. 3, p. 454-460, 466, 467.

[28] Sobre o exemplo do Japão, ver o interessante estudo de NOGUCHI, Tasuku. "Recent Japanese Speculation". In: *Kapitalistate*, n.° 2, 1973.

cou o começo da recessão de 1974/75. Mas o fato de ter havido ao mesmo tempo grande queda dos preços de mercado das ações, de muitas matérias-primas, de terrenos (que na Inglaterra caíram cerca de 40% nos doze meses seguintes ao primeiro semestre de 1974) e de certos tipos de quadros, é prova de que a inflação ainda não é galopante. A tabela abaixo dá uma visão geral da aceleração da inflação.[29]

Taxas Anuais de Aumento dos Preços ao Consumidor

	Média 1960/65	*1968*	*1969*	*1970*	*1971*
Estados Unidos	1,3%	4,2%	5,4%	5,9%	4,3%
Japão	6,2%	5,5%	5,2%	7,6%	6,3%
Reino Unido	3,6%	4,8%	5,4%	6,4%	9,5%
Alemanha Ocidental	2,8%	1,6%	1,9%	3,4%	5,3%
França	3,8%	4,8%	6,4%	5,3%	5,5%
Itália	4,9%	1,3%	2,6%	5,0%	5,0%

	1972	*1973*	*1974 (1.º semestre)*	*1974 (último trimestre)*
Estados Unidos	3,3%	6,2%	10,2%	11,6%
Japão	4,3%	11,7%	23,0%	23,4%
Reino Unido	7,0%	9,2%	14,2%	17,0%
Alemanha Ocidental	5,5%	6,9%	7,3%	7,0%
França	5,9%	7,3%	12,5%	14,6%
Itália	5,5%	10,8%	14,8%	20,8%

A natureza inerentemente contraditória dessas quatro possibilidades de evasão torna-se assim claramente aparente. Tanto a expansão desproporcionalmente grande do crédito ao consumidor quanto os aumentos especulativos dos preços dos valores materiais[30] ou das ações tendem inevitavelmente a criar inflação e depois de certo período transforma-a num processo acumulativo e depois num processo galopante. Mas a transição da inflação moderada para a inflação galopante marca a conversão do excesso de dinheiro de estímulo limitado a entrave à produção: sob uma inflação galopante, o capital deixa de realizar a metamorfose do capital-mercadoria em capital-dinheiro. Ele vai desaparecendo da esfera da circulação ao mesmo tempo que se estoca uma quantidade cada vez maior de mercadorias. Isso, por sua vez, significa que a produção cai e que a acumulação de capital diminui rapidamente (mesmo que seja verdade que em períodos de inflação galopante o capital variável sofra uma desvalorização muito mais rápida que o capital constante, de modo que o efeito sobre a taxa de mais-valia traga vantagens ao capital).

Se a aceleração da inflação enquanto tal representa perigo para a acumulação de capital, constitui então uma contradição ainda mais evidente à segunda solução

[29] GLYN-SUTCLIFFE. *Op. cit.*, p. 95; Sachverständigenrat, *Jahresgutachten 1974*, p. 16.

[30] Há vários elementos de ligação entre os valores materiais integrados à circulação e as mercadorias vendidas para reprodução do capital. Desse modo, os aumentos de preço na esfera da circulação acabam por afetar todo o espectro de preços, enquanto continuar a expansão inflacionária da oferta de dinheiro. Um dos elementos de ligação mais importante é o preço de terrenos para construção e de terras, e seu efeito sobre os custos de construção ou de casas e aluguéis. Na Alemanha Ocidental, por exemplo, o custo de vida subiu 44% entre 1962 e 1973; os preços de produção de artigos industriais aumentaram 28%, mas os preços de residências particulares subiram 87,1%, os de edifícios industriais, 93,6% e os preços de lotes para construção subiram 171,3%. (*Jahresgutachten 1974*, p. 280-281.) No Japão, os preços de terrenos em áreas urbanas atingiram em 1974 um nível 22,9 vezes superior ao de 1955, enquanto o índice de preços ao consumidor foi apenas 2,1 vezes superior ao de 1955.

das dificuldades de realização. Quanto mais a inflação se acelera num país imperialista, tanto menores serão as chances de esse país conservar — nem se cogita em aumentar — sua cota atual do mercado mundial. Depois de certo ponto os preços ascendentes, com todas as conseqüências deles resultantes sobre o mercado interno, influenciam os preços das exportações.[31]

Se a taxa de lucro é ameaçada — o que costuma ocorrer antes de se atingir o pleno emprego real[32] — a desvalorização monetária começa a provocar mudanças estruturais na distribuição do capital social entre os vários setores da economia. Falando genericamente, a atmosfera inflacionária promove uma expansão acumulativa do crédito por causa da desvalorização do dinheiro — com o que todo capitalista conta — tornando vantajoso comprar a crédito hoje e pagar amanhã com dinheiro desvalorizado. Essa é a explicação do paradoxo aparente de que nos períodos em que a inflação está aumentando, quando os bancos emprestam uma quantidade de cada vez maior de dinheiro, às vezes é possível haver uma "falta de dinheiro" que eleva os juros. A própria inflação alimenta constantemente a demanda de capital-dinheiro e torna o artifício de criar crédito e dinheiro muito perigoso para os negócios: significa sempre uma virada brusca para a recessão. Por outro lado, não há absolutamente nenhuma contradição entre essa demanda crescente de capital-dinheiro e a supercapitalização subjacentes ao capitalismo tardio (como também ao imperialismo "clássico").

Uma parcela considerável dos créditos bancários não provém da "pura" criação de dinheiro, mas surge da acumulação de depósitos que se formaram fora do sistema bancário.[33] O crescimento não menos impressionante dos depósitos bancários a longo prazo mostra o que realmente é uma verdadeira supercapitalização.[34] O duplo papel do crédito sobre o saque a descoberto (não apenas como criação inflacionária de dinheiro, mas também como a mediação clássica da conversão de capital ocioso em capital produtivo) nunca deve ser negligenciado.

Mas a inflação permanente não apenas eleva a taxa de juros a curto prazo; também tem efeitos a longo prazo. Assim como os donos do capital-dinheiro e os que o tomam emprestado acostumam-se à desvalorização do dinheiro e começam a distinguir o juro nominal do juro real, também os vendedores da mercadoria força de trabalho aprendem, nos períodos de inflação permanente, a diferenciar os salários nominais dos salários reais. Com uma moeda que perde anualmente 5% de seu poder de compra, um juro anual de 4% atingiria o próprio capital; esse se tornaria um "juro real negativo". Os empréstimos de capital-dinheiro cessariam completamente nessas circunstâncias. Por isso, se o juro nominal equivale à soma da taxa média de inflação e do juro real, sua tendência é elevar-se, havendo aumentos de preços a longo prazo.[35] Não obstante, se a taxa de juros aumenta a longo

[31] Sobre o entrelaçamento das alterações da taxa de câmbio, da taxa de inflação e da capacidade competitiva, ver NEUSÜSS, ALTVATER e BLANKE. *Op. cit.*

[32] Em toda a história de pós-guerra da economia norte-americana, apesar de "superaquecimentos" ocasionais, a utilização da capacidade na indústria manufatureira nunca passou de 94%, e no período 1948/71 a taxa foi de 90% ou mais em apenas 6 num total de 24 anos.

[33] A criação inflacionária da moeda bancária pode reduzir-se à diferença entre os créditos totais concedidos pelos bancos e seus depósitos totais (chamados simplesmente de "formação de capital-dinheiro" na Alemanha Ocidental). No período 1963/70, a diferença entre os dois chegou a um total líquido de 33 bilhões de marcos na Alemanha Ocidental (em 1968, a formação de capital-dinheiro excedeu os créditos concedidos).

[34] Nos Estados Unidos, os depósitos bancários a longo prazo — *Time Deposits* — que não resultaram de crédito sobre saque a descoberto, subiram de 4 bilhões de dólares em 1915 para 20 bilhões de dólares em 1929, para 32 bilhões em 1946, 50 bilhões em 1956, 106 bilhões em 1963 e cerca de 180 bilhões em 1967.

[35] Os keynesianos ortodoxos discordam, porque consideram a taxa de juros uma função da preferência pela liquidez, e o dinheiro é tão desvalorizado pela inflação quanto os empréstimos. (HARROD, R. F., *Money*. Londres, 1969. p. 179-181.) Mas isso demonstra apenas a debilidade da teoria da preferência pela liquidez, que corresponde à mentalidade dos que vivem de rendas (características de parte da burguesia britânica do tempo de Keynes), mas de forma alguma à atitude de capitalistas normais, médios. Estes últimos refletem sobre a *forma pela qual investir* seu capital ocio-

prazo,[36] enquanto a taxa de lucro flutua, os lucros empresariais podem cair de repente. O aumento contínuo da taxa de juros nominal, combinado à inflação permanente, pode impossibilitar totalmente os projetos de investimento a longo prazo, isto é, reforça a redução do tempo de rotação do capital fixo decorrente da aceleração da inovação tecnológica, e adia indefinidamente certos projetos que são arriscados demais por causa da longa duração do tempo de rotação que envolvem.

A combinação da criação inflacionária de dinheiro para mitigar crises com a concorrência crescente pelo mercado mundial dá ao ciclo industrial da primeira fase "expansionista" do capitalismo tardio a forma particular de um movimento entrelaçado com o ciclo do crédito. Na época da livre concorrência capitalista, quando existia um padrão ouro e os bancos centrais só intervinham marginalmente no desenvolvimento do crédito, o ciclo do crédito dependia completamente do ciclo industrial. No capitalismo tardio, quando a inflação institucionalizada torna a esfera monetária muito mais autônoma e capaz de ação independente — opondo-se ao ciclo industrial — para moderar flutuações conjunturais, surgiu um ciclo creditício temporariamente distinto do ciclo industrial. A expansão do crédito em dinheiro agora pode estimular a economia doméstica até o ponto além do qual arrisca a parcela do mercado mundial controlada pelo país em questão. Uma vez que esse limiar é atingido, é preciso parar tão rápido quanto possível. O modelo *Stop and Go* da economia britânica no primeiro período Tory do pós-guerra é o exemplo clássico desse ciclo de crédito relativamente autônomo.[37] Mas a economia norte-americana — e em menor extensão a economia da Alemanha Ocidental — também tem se caracterizado por um entrelaçamento semelhante dos ciclos industrial e creditício nos últimos 20 a 25 anos.[38] Claro que, mesmo quando considerado um movimento separado, o ciclo do crédito não tem uma autonomia completa do ciclo industrial propriamente dito. É determinado pela *política* creditícia do sistema bancário central e do Governo, que opta entre uma expansão do crédito a curto prazo e uma restrição ao crédito. Mas as decisões dos bancos centrais, por sua vez, não são aplicadas sem mediações pelos bancos privados de depósitos; elas são modificadas, entre outras coisas, pelos ganhos privados dos juros desses depósitos (na França, os bancos nacionalizados operam segundo o mesmo princípio). Isso aciona um mecanismo complicado, no qual o aumento dos depósitos bancários e a cotação e rendimentos dos fundos públicos desempenham papel importantíssimo. As restrições ao crédito, supostamente impingidas por um aumento da taxa de liquidez, por exemplo, podem ser evitadas pelos bancos por meio de um rearranjo de seus ativos.[39] O modo pelo qual os bancos norte-americanos burlaram a política de restrição ao crédito do Governo norte-americano, explorando o mercado do eurodólar, é agora de conhecimento geral. Uma restrição efetiva ao crédito, por parte

---

so, e não se vão investir ou não. Dadas as várias possibilidades de investimento, é exatamente em épocas de inflação permanente que a desvalorização do dinheiro fornece um motivo importante para a "preferência" por valores materiais, ações etc., que os capitalistas que expressam a demanda de capital-dinheiro devem neutralizar, oferecendo uma taxa de juros mais alta.

[36] Nos Estados Unidos, a taxa média de juros sobre empréstimos de curto prazo feitos a empresas mais que triplicou nos últimos 30 anos. Nas grandes cidades industriais do norte e do leste, era cerca de 2% em 1940; 2,7% em 1950; 5,2% em 1960; 6,4% no primeiro semestre de 1967. Mas em 1967, um juro nominal de 6,4% equivalia a um juro real de apenas 2,5%, aproximadamente.

[37] Ver, por exemplo, BRITTAN. *The Treasury under the Tories 1954-1964*. Mas é preciso acrescentar que o ciclo do crédito não surtiu efeito na Grã-Bretanha, ou não se contrapôs genuinamente ao ciclo industrial efetivo. Sobre essa questão, ver DOW. *The Management of the British Economy*. Londres, 1964.

[38] Assim a política de limitação da inflação na administração Eisenhower levou a uma taxa de crescimento inferior à média. No período Kennedy-Johnson, o crescimento acelerado foi provocado pela inflação acelerada. A tentativa de Nixon de limitar a inflação levou a uma recessão, que depois teve de ser contraposta por uma quantidade recorde de "gastos deficitários".

[39] Sobre esse problema, ver BRUNHOFF, Suzanne de. "L'Offre de Monnaie". p. 132-147; GOLDFELD, S. M. *Commercial Bank Behavior and Economic Activity*. Amsterdã, 1966.

do Governo, significa uma limitação radical da liberdade de ação — e portanto da busca de lucro — dos bancos privados. Essa política é inviável a longo prazo sem a imposição de controle sobre a moeda — em outras palavras, sem restrições ao movimento internacional de capital e, em conseqüência, sem a abolição da livre conversão das moedas.[40] Assim surge uma nova contradição, entre um ciclo creditício efetivo, cujos objetivos devem incluir a manutenção ou expansão da parcela do mercado mundial que determinado país controla, e o crescimento do mesmo mercado mundial com base na conversibilidade das moedas e na inflação do crédito monetário internacional. A longo prazo as duas são incompatíveis. Não se pode isolar o ciclo creditício de suas repercussões sobre a taxa de mais-valia — em outras palavras, não se pode isolar seus efeitos sobre as contradições e a luta de classes. A expansão do crédito que leva a um rápido aumento da produção diminui o exército industrial de reserva e, depois de certo ponto, facilita uma alta dos salários reais. A inflação retardará, mas não impedirá essa alta. Se o capital procura defender a taxa de mais-valia — não se fala em aumentá-la — isso de alguma forma reconstitui um exército industrial de reserva. Isso não é possível sem restrições ao crédito e à taxa de crescimento da oferta de dinheiro. Boddy e Crotty confirmam essa regra num estudo da relação entre lucros e salários (incluindo os ordenados dos empregados de escritório) em sociedades anônimas não financeiras dos Estados Unidos.[41] Na primeira parte de ciclos industriais sucessivos (do auge da recessão ao auge da expansão), 1953/57, 1957/61, 1961/70, essa fração tendeu a crescer rapidamente — de 10% para 16% em 1953/57; de 9,8% para 14,3% em 1957/59; de 10% para 16,7% em 1961/65. Na segunda parte desse ciclo, ela declinou com a mesma rapidez — bem antes das recessões subseqüentes. Caiu de 16,7% em 1965 para 9% em 1969, por exemplo, enquanto a recessão só começou em 1970. Se a fração de Boddy-Crotty não é idêntica à taxa de mais-valia, é uma boa aproximação.

A problemática básica das leis do movimento capitalista continuou atuando ininterruptamente sob a superfície da "onda longa com tonalidade expansionista" a partir de 1940. A terceira revolução tecnológica, ao efetuar reduções acima da média no custo de elementos importantes do capital constante, levou a um aumento posterior da composição orgânica do capital, ainda que não tão grande quanto o lema "automação" poderia sugerir. O salto da taxa de mais-valia, possibilitado pelas grandes derrotas da classe trabalhadora internacional nas décadas de 30 e 40, não poderia repetir-se nas décadas de 50 e 60. Ao contrário, a redução a longo prazo do exército industrial de reserva, que foi o corolário do grande crescimento da acumulação de capital, capacitou a classe operária a tirar algumas fatias da taxa de mais-valia. Desse modo, além das flutuações conjunturais de curto prazo que acabamos de discutir, surgiu uma erosão de longo prazo na taxa média de lucros, que persistiu através do ciclo industrial "normal" abreviado. A pressão sobre o ciclo creditício aumentou, portanto. Tornou-se necessário criar dinheiro de forma cada vez mais autônoma para proteger o sistema da ameaça de crises de superprodução e de aumento de capital. A taxa de inflação começou a acelerar.

Ao mesmo tempo, a lei do desenvolvimento desigual continuava a atuar, transformando a relação internacional de forças em concorrência interimperialista. O imperialismo norte-americano está perdendo lentamente sua posição de líder da produtividade para seus rivais europeus e japoneses. Sua parcela do mercado mun-

[40] DENIZET, Jean. In: PERROUX, DENIZET e BOURGUINAT. *Op. cit.*, p. 62. Ver também o relatório anual de 1971 do German Bundesbank.
[41] BODDY, R. e CROTTY, J., "Class Conflict, Keynesian Politics and the Business Cycle". *Monthly Review*. Outubro de 1974.

dial está diminuindo. Atualmente está tentando inverter esse desenvolvimento secular exportando capital para seus rivais imperialistas e aumentando a centralização internacional de capital por meio da aquisição de quantidades substanciais de capital no seio da economia de seus concorrentes. Mas a acumulação de capital mais rápida a longo prazo na Europa ocidental e no Japão significa inevitavelmente — havendo uma desvalorização acelerada do dólar — oportunidades maiores para a exportação de capital da Europa ocidental e do Japão para os Estados Unidos do que o contrário. O imperialismo norte-americano tentou livrar-se de seus dilemas através de pressões até agora bem-sucedidas sobre seus rivais para que revalorizem suas moedas, mas no final isso só pode levar a uma aceleração ainda maior das exportações de capital da Europa e do Japão comparativamente às norte-americanas.

Como o ciclo creditício, apesar de sua autonomia relativa e da natureza "política" de muitas das decisões que o governam, teve, em última instância, pouca possibilidade de regular o peso decisivo do ciclo industrial, pode ser verificado pelo movimento cíclico da utilização da capacidade, que no capitalismo monopolista tardio expressa de forma mais clara as tendências à superprodução inerentes ao sistema do que a proliferação de mercadorias invendáveis. O caráter cíclico da supercapacidade é evidente tanto nos Estados Unidos quanto na Alemanha Ocidental, como se pode ver nas estimativas seguintes:

EUA: Utilização anual da capacidade na indústria manufatureira[1]

Alta cíclica		*Baixa cíclica*	
1952	94%	***1953***	76%
1955	90%	***1958***	74%
1959	82%	***1961***	79%
1966	91%	***1970***	75%
Verão de 1973	87,5%	***Março de 1975***	65%

[1] *Economic Report of the President, Transmitted to the Congress, January 1962.* Washington, 1962. *Statistical Abstract of the United States, 1968.* p. 719. *Survey of Current Business.*

Alemanha Ocidental: Utilização anual da capacidade na indústria manufatureira[1]

Alta cíclica		*Baixa cíclica*	
Outono de 1960	93%	***Começo de 1959***	87%
Começo de 1965	88%	***Começo de 1963***	81%
Começo de 1970	95%	***Começo de 1967***	77%
Meados de 1973	93%	***Final de 1971***	88%
		Final de 1974	88%

[1] "Sachverständigenrat zur Begutachtung der gesamtwirtschaftlichen Entwicklung". In: *Jahresgutachten 1969.* Drucksache VI/100, Deutscher Bundestag, 6. Wahlperiode; *Jahresgutachten 1971/1972.* Stuttgart 1971; *Jahresgutachten 1974.*

Mas esse movimento coloca um limite insuperável ao sistema de crédito. Se já existe uma supercapacidade substancial, nem as mais abundantes injeções de crédito monetário feitas pelo sistema bancário e (ou) pelo Estado estimularão os investimentos privados nesses setores.[42] Uma redução conjuntural dos investimentos pri-

[42] Pode-se perguntar: como a inflação pode combinar simultaneamente com capacidades inutilizadas substanciais? Essa combinação é impensável apenas no contexto de uma teoria quantitativa primitiva do dinheiro fixada por agregados abstratos. Uma vez que se compreende a estrutura específica da oferta de dinheiro, incluindo a estrutura da criação do dinheiro, torna-se óbvio por que a renda adicional do consumidor, por exemplo, não pode assegurar um au-

vados torna-se portanto inevitável, e com ela a recessão. A partir daí a inflação pode no máximo limitar o alcance da recessão ou evitar seu desenvolvimento acumulativo.

Se então se acrescentam as capacidades excedentes estruturais de longo prazo às periódicas capacidades excedentes conjunturais — um indício claro de que o efeito estimulante da terceira revolução tecnológica está chegando ao fim — a aptidão do ciclo creditício para suavizar o ciclo industrial reduz-se mais ainda. Há pouquíssima dúvida quanto à existência hoje dessas capacidades excedentes estruturais na indústria metalúrgica, na mineração do carvão, na indústria têxtil, na indústria de eletrodomésticos, na indústria automobilística e provavelmente também nas indústrias de aparelhos eletrônicos e na petroquímica.[43]

Todas essas indicações apontam, portanto, na direção de um declínio da autonomia relativa do ciclo creditício, e portanto da aptidão da inflação moderada para restringir o efeito acumulativo das crises de superprodução. Essa é apenas uma outra expressão do fato de que já ocorreu o momento de passagem de uma "onda longa com tonalidade expansionista" para uma "onda longa com tonalidade de estagnação" do capitalismo tardio.

Hoje podemos observar os sinais dessa mudança em dois setores. Em primeiro lugar, o impacto estimulante da criação inflacionária de crédito deixa de ser eficaz quando o peso crescente das dívidas começa a restringir o poder de compra corrente. Esse fenômeno já é perceptível tanto dentro da economia norte-americana quanto fora dela, especialmente nas semicolônias do mundo capitalista.

Os Estados Unidos logo chegarão ao ponto em que a carga acumulada de dívidas representa uma ameaça direta tanto à renda familiar disponível (poder de compra de bens de consumo) quanto à liquidez das empresas. Os pagamentos anuais de juros e amortização de hipotecas, mais o crédito ao consumidor e sua amortização, constituíram 5,9% da renda disponível das famílias norte-americanas no ano de 1946, 11,8% no ano de 1950, 18,6% em 1965 e 22,8% em 1969. Aqui a criação de crédito está se aproximando claramente de seu castigo. Como uma serpente que morde a própria cauda, a totalidade do crédito adicional corrente cobre apenas o débito do crédito passado — em outras palavras, a renda disponível para a compra regular de bens e serviços é hoje pouco maior do que seria sem a expansão do crédito. Entre 1965 e 1969, as dívidas de hipotecas e de consumo aumentaram em 88 bilhões de dólares, enquanto os juros e amortização a serem pagos pelos consumidores aumentaram em 55 bilhões de dólares. Em 1969, a diferença entre as duas quantias era de pouco mais de 5% da renda familiar disponível.[44]

Mais nefasto ainda tem sido o desenvolvimento da liquidez das empresas. A proporção entre os ativos em dinheiro (incluindo depósitos bancários) e obrigações públicas por um lado, e o endividamento por outro, caiu de 73,4% em 1946 para 54,8% em 1951, para 38,4% em 1961, para 19,3% em 1969 e para menos de 18% no começo de 1974, no que se refere a empresas não financeiras dos Estados Unidos. Isso significa que em 1974 as dívidas totalizaram mais de cinco vezes

---

mento na demanda de aviões ou de certas máquinas. Com grandes aumentos de preço e incerteza quanto ao emprego, a renda adicional do consumidor não promove necessariamente nem mesmo a venda e a produção de bens de consumo duráveis.

[43] No começo de 1972, 20% da capacidade de produção de plástico PVC da Europa ocidental foi inutilizada. (*Financial Times*, 16 de fevereiro de 1972.) A mesma percentagem prevaleceu para a indústria mundial de alumínio. (*Neue Zürcher Zeitung*, 20 de maio de 1972.) Depois de uma pequena melhora, todos os indícios apontavam para uma nova supercapacidade a nível mundial no ramo das fibras sintéticas no final de 1974, dessa vez afetando também seriamente os monopólios japoneses. Ver *Business Week*, 5 de outubro de 1974; *Far Eastern Economic Review*, 29 de novembro de 1974.

[44] "The Long-Run Decline in Liquidity". In: *Monthly Review*, v. 22, n.º 4, setembro de 1970, p. 6.

os ativos em dinheiro ou em quase-dinheiro. Enquanto no final da Segunda Guerra Mundial a liquidez das grandes sociedades anônimas (ao valor de mais de 100 milhões de dólares em ativos por empresa) era superior ao de suas rivais menores, agora se dá o contrário. Em 31 de março de 1970, a taxa de liquidez era de 31% para empresas com ativos inferiores a 1 milhão de dólares, de 24% para empresas com ativos entre 1 e 2 milhões de dólares, 22% para empresas com ativos entre 5 e 100 milhões de dólares e 19% para aquelas com ativos superiores a 100 milhões de dólares.[45] É evidente que a pressão inflacionária não pode aumentar muito mais sem repercussões negativas imediatas no processo de produção e reprodução — isto é, sem produzir inflação galopante.

Outros países imperialistas presenciaram uma tendência semelhante ao declínio da liquidez em sociedades anônimas. Na Inglaterra, o volume de empréstimos bancários a firmas industriais e comerciais quadruplicou entre 1958 e 1967, enquanto os ativos brutos dessas empresas cresceram apenas 30%. Em decorrência dessa divergência, os ativos líquidos caíram de 3,1 bilhões de libras para 975 milhões de libras.[46] A liquidez cada vez menor das sociedades anônimas revela-se também nos índices decrescentes de autofinanciamento — já citados em relação à França. No Japão, o índice de lucros não distribuídos relativamente ao capital total empregado caiu de 15,7% em 1959 para 10,7% em 1962, para 9,1% em 1964 e para 8,6% em 1970.[47]

Em segundo lugar, a autonomia nacional relativa dos ciclos de crédito dos vários Estados imperialistas transformou-se em ameaça direta a uma expansão posterior do mercado mundial, rompendo e arruinando o sistema monetário criado em Bretton Woods e atrapalhando cada vez mais a sua substituição por outro sistema coerente.

Na época do padrão-ouro, o metal amarelo podia desempenhar simultânea e coerentemente a tríplice função de medida de valor, de padrão de preços e de moeda internacional. O mecanismo do padrão-ouro tornou o ciclo industrial virtualmente imune à influência do Estado burguês ou a "tentativas de regulamentação" deliberadas por parte de órgãos representantes dos interesses globais do capital. Apenas a lei do desenvolvimento desigual do modo de produção capitalista e a imobilidade relativa do capital limitavam, em certa medida, as repercussões das crises periódicas dos grandes centros do capital (primeiro a Grã-Bretanha, depois os Estados Unidos) no mercado mundial capitalista, em certas conjunturas. Mas o funcionamento aparentemente fácil do Padrão-Ouro antes da Primeira Guerra Mundial não se devia a nenhum "processo automático": baseava-se na produtividade superior e na estabilidade histórica da indústria britânica, do capital britânico e da moeda britânica. Como os capitalistas de todo o mundo confiavam na libra esterlina (isto é, na estabilidade do capitalismo britânico), como as libras esterlinas compravam os procurados artigos ingleses, e como os títulos do Governo expressos em libras davam a seus possuidores o direito de reivindicar a segura mais-valia futura do capital inglês, a libra era "tão boa quanto o ouro", e a economia capitalista mundial baseava-se de fato num padrão-ouro-libra nessa época, mesmo que as reservas efetivas de ouro do Banco da Inglaterra fossem insignificantes.[48]

Quando a camada da classe burguesa que estava no poder nos países imperialistas mais importantes optou pela intervenção ativa e maciça no ciclo industrial pa-

[45] *Ibid.*, p. 6.
[46] BAIN, A. D. *The Control of the Money Supply*. Londres, 1971. p. 109-110.
[47] ADAMS, T. e HOSHI, I. *A Financial History of the New Japan*. Tóquio, 1972. p. 345.
[48] Ver o interessante livro de DE CECCO, Marcello. *Economia e Finanza Internazionale dal 1890 al 1914*. Bari, 1971. p. 145-149, 163-174. De Cecco descreve corretamente o sistema monetário mundial do período 1890-1914 como um *Padrão-Ouro de Troca*, ao invés de um padrão-ouro "puro".

ra amenizar as crises pela prática de criação de crédito, o resultado inicial foi uma ruptura ainda maior do comércio mundial por causa da contração da liquidez internacional.[49] As principais divisas, liberadas agora do ouro, deixaram de ser aceitas como meios de pagamento internacionais. O mercado mundial dividiu-se em blocos econômicos autárquicos, e entre eles a troca direta de mercadorias começou a aumentar, eliminando assim a possibilidade (entre outras coisas) de que a expansão do crédito amplie o comércio mundial.[50] O resultado disso foi que a reestimulação dos mercados internos por meio da criação de dinheiro não foi seguida de uma expansão correspondente do comércio mundial. Na verdade, este último inclusive ameaçou declinar.[51]

Em Bretton Woods, as potências imperialistas que venceram a Segunda Guerra Mundial estabeleceram um sistema monetário internacional que pretendia ser a base da versão internacional da expansão inflacionária do crédito que já fora aceita em escala nacional. Tanto os economistas quanto os políticos burgueses acreditavam que o problema decisivo era o aumento da liquidez — a criação contínua de meios adicionais de pagamento.[52] Como a oferta de ouro crescia de forma lenta demais e era distribuída de forma desigual demais para resolver o problema da liquidez internacional, criou-se um sistema *que elevava um papel-moeda específico à categoria de moeda mundial ao lado do ouro;* a situação histórica concreta ao final da Segunda Guerra Mundial era tal que, naturalmente, só o dólar poderia desempenhar esse papel.[53]

O novo sistema foi construído sobre duas bases, sendo a primeira delas a conversibilidade do dólar em ouro (facilitada, entre outras coisas, pela supervalorização substancial do ouro na desvalorização sofrida pelo dólar em 1934), que possibilitava aos bancos centrais do mundo capitalista usarem dólares ao lado do ouro para cobrir as moedas nacionais; e a segunda, as enormes reservas de produção (e a liderança de produtividade) da economia norte-americana, que significava a acumulação de dólares em mãos de Governos e capitalistas estrangeiros, não só não era problemática, mas positivamente desejável do ponto de vista destes últimos. O problema central da economia capitalista internacional nos primeiros anos depois da Segunda Guerra Mundial não foi a abundância, mas a insuficiência de dólares.[54]

[49] Triffin apresenta a seguinte explicação do colapso da conversibilidade monetária e do declínio abrupto do comércio mundial na década de 30: "1) o uso extensivo da capacidade de emissão dos bancos centrais com a finalidade de garantir os déficits do próprio Estado e, além disso, a expansão de crédito de outros bancos, sempre que essa expansão se conforma aos desejos, ou simplesmente às regulamentações existentes, das autoridades monetárias nacionais; 2) a relutância em subordinar totalmente essas políticas de crédito à preservação ou restauração de um preço competitivo ou padrão de custo e de um padrão externo global, a preços e taxas de câmbio correntes, compatível com o volume de reservas em ouro e moeda estrangeira disponível para as autoridades monetárias". TRIFFIN, Robert. *Gold and the Dolar Crises*. New Haven, 1961. p. 29.

[50] Entre 1928 e 1938, as reservas em ouro relativamente às importações mundiais por ano subiram de 35% para 110%. O excesso de ouro produzido foi estocado porque não poderia ser absorvido pela circulação cada vez menor de mercadorias no mercado mundial.

[51] O caso alemão foi o mais claro. Enquanto o índice da produção industrial subiu 90% entre 1933 e 1938, as exportações do Reich (excetuando a Áustria) foram apenas 10% maiores em 1938 do que em 1933. Nos anos de 1935, 1936 e 1937, chegaram a cair de modo absoluto. Mas também nos Estados Unidos a produção industrial ultrapassou o nível de 1929 em 1937, enquanto as exportações foram inferiores a 60% em relação ao nível de 1929.

[52] Sobre as convicções de Keynes quanto a essa questão, ver HARROD. *Money*. p. 178-179.

[53] A produção de ouro caiu em 40% entre 1940 e 1945, e estagnou entre 1945 e 1949. Em 1945, só os Estados Unidos possuíam 75% de todas as reservas de ouro do mundo. Participantes significativos do comércio mundial, como a Alemanha, o Japão, a Itália e a Índia, não possuíam praticamente nenhum ouro. Sobre as razões pelas quais fracassaria inevitavelmente a decisão de permitir que a libra esterlina também desempenhasse o papel de moeda-reserva, ver ALTVATER, Elmar. *Die Weltwährungskrise*. Frankfurt, 1969. p. 49-50.

[54] Somente em 1952 o Annual Report of the Bank for International Payments apresentou a seguinte definição da principal dificuldade de uma expansão ulterior do comércio mundial: "A conversibilidade requer necessariamente um volume suficiente de dólares e, quando a primeira condição para isso é que os países da Europa disponham de mercadorias para vender em quantidades suficientes e a preços competitivos, uma outra condição é que haja possibilidade de vender essas mercadorias de modo a permitir que obtenham dólares e outras moedas de que necessitem". (*Twenty-*

Assim o Plano Marshall e outros programas semelhantes de "Ajuda em Dólares" *(Dollar-Aid)* do Governo norte-americano tiveram, no contexto da economia capitalista mundial, um resultado muito parecido ao da política keynesiana no contexto nacional: injetou-se uma quantidade enorme de poder de compra adicional na área internacional, o que — dado o grande volume de capacidade inutilizada — levou inevitavelmente a uma grande expansão do comércio mundial.[55] A intensificação da reprodução ampliada de capital em escala internacional, somada à grande alta da taxa de mais-valia e ao impacto da terceira revolução tecnológica, gerou então um processo acumulativo de crescimento, no qual os ciclos industriais nacionais (amenizados pelos ciclos locais de crédito) podiam ter efeito restritivo, mas não catastrófico. Inversamente, como o ciclo industrial estava agora modificado pelo ciclo de criação de crédito — por decisões *políticas* dos Governos nacionais — portanto, a partir daí perdeu a sincronia internacional.[56] O resultado foi possibilitar ao movimento do ciclo industrial de um país ajudar a amenizar os ciclos industriais de outros países imperialistas. Agora, uma recessão em uma potência imperialista coincidia tipicamente com um *boom* nas outras, e o aumento das exportações para os mercados em expansão destas últimas limitava as repercussões da contração da demanda no mercado interno da primeira.[57]

Mas toda a lógica do sistema monetário internacional criado em Bretton Woods para promover a expansão do comércio mundial inverteu-se assim que as vigas mestras do sistema começaram a desintegrar-se. Além do mais, a desintegração dessas vigas mestras não foi resultado de acidentes ou de erros; foi a conseqüência inevitável da mesma lógica que produzira originalmente a expansão internacional do crédito monetário.

Já vimos que uma aceleração mínima da inflação do dólar era um pré-requisito básico para evitar sérias crises de superprodução na economia norte-americana. Mas a inflação acelerada do dólar significava agravar o déficit da balança de pagamentos norte-americanos e uma ameaça crescente à paridade ouro-dólar a uma taxa de câmbio fixa. De ambos os lados a conversibilidade do dólar em ouro estava cada vez mais debilitada. Finalmente, sua abolição oficial tornou-se apenas uma questão de tempo.

Além disso, a lei do desenvolvimento desigual levou a uma redução crescente da capacidade das mercadorias norte-americanas de concorrer com as dos mais importantes rivais imperialistas dos Estados Unidos.[58] Em conseqüência disso, os capitalistas de outras potências industriais estavam cada vez menos interessados em

---

Second Annual Report. Basiléia, 9 de junho de 1952. p. 264.) Com maior visão dialética, Triffin advertiu quatro anos depois que o déficit crescente da balança de pagamentos dos Estados Unidos levaria o Governo norte-americano a tomar medidas que poderiam arriscar uma expansão posterior da liquidez internacional.

[55] O fato de que isso também era de interesse dos Estados Unidos pode ser deduzido dos aumentos enormes das exportações norte-americanas, que subiram de 9,5 bilhões de dólares em 1945 para 15,7 bilhões em 1953, isto é, 66% enquanto no mesmo período o produto nacional bruto aumentou menos de 20% e a produção industrial menos de 30%.

[56] Quanto a esse aspecto, é preciso fazer uma autocrítica: em nossa obra *Marxist Economic Theory*, subestimamos a importância dessa falta de simultaneidade (p. 529). Mas fizemos a necessária correção desse erro em meados da década de 60, prevendo as sérias conseqüências de uma recessão geral que afetasse a maioria ou todos os Estados imperialistas ao mesmo tempo.

[57] Nesse aspecto, o exemplo clássico é a recessão de 1966/67 na Alemanha Ocidental. Mas as repercussões da recessão de 1970/71 na Grã-Bretanha também foram atenuadas pelo aumento das exportações, facilitado, entre outras coisas, pela desvalorização da libra.

[58] É importante salientar que isso não foi provocado por fenômenos da esfera monetária ou de circulação, mas por mudanças radicais na esfera da produção. Entre 1960 e 1965, a taxa de inflação do dólar foi muito menor do que a desvalorização relativa do marco alemão ou do yen. Nesse período o dólar sofreu uma perda de 6,8% de seu poder de compra, enquanto o marco perdeu 15,1% de seu poder de compra, e o yen 34%. Apesar disso, a balança comercial dos Estados Unidos com o Japão já era deficitária em 1964, e com a Alemanha, já em 1965, pois a produtividade do trabalho subiu 100% na indústria da Alemanha Ocidental no período 1953/65, enquanto só aumentou 50% na indústria norte-americana.

possuir papel-moeda para comprar mercadorias norte-americanas, quer naquele momento, quer no futuro.[59] As notas de dólar só serviam para comprar *capital* norte-americano. O resultado foi a ameaça de uma volta ao ouro. Mas essa volta significaria a volta aos mesmos problemas que assolaram as décadas de 20 e 30, mas sob condições sociais e políticas muito menos propícias ao capital mundial.

A fundação do sistema de Bretton Woods mostra que toda a expansão internacional do crédito baseada no uso do dólar como moeda internacional[60] poderia ruir como um castelo de cartas. É um sinal da insegurança crescente da expansão nacional de crédito. Há uma conexão evidente e profunda entre os dois fenômenos. O nexo entre as duas encontra-se obviamente na contradição entre o papel do dólar como pára-choque do ciclo industrial norte-americano e seu papel como moeda mundial. Sua primeira função implica inflação permanente; a segunda, estabilidade máxima. Era possível que o sistema sobrevivesse enquanto a inflação do dólar estivesse muito branda e a produtividade do trabalho norte-americano continuasse incontestável. Mas ambas as condições foram eliminadas pouco a pouco, e justamente pela "onda longa com tonalidade expansionista". Isso deixou os capitalistas do resto do mundo sem alternativas: comprar a estabilidade do dólar a custo de uma crise de superprodução nos Estados Unidos — a seção mais importante do mercado mundial — teria sido o mesmo que cortar o galho onde estavam sentados.

A presente crise monetária consiste no fato de que a influência de todos os mecanismos que controlavam o longo *boom* do pós-guerra aumentou necessariamente as dificuldades de venda e de valorização do capital nos mercados internos, e daí a intensificação da rivalidade internacional. O resultado disso foi tornar o uso do comércio nacional, das barreiras alfandegárias e de políticas monetárias cada vez mais inevitável para promoção de interesses imperialistas particulares na concorrência intercapitalista, e assim condenar mais e mais o papel especial atribuído à moeda de uma única potência imperialista de meio de troca internacional. A insegurança da economia capitalista expressa-se hoje na concorrência internacional intensificada, que por sua vez corresponde ao declínio relativo da preponderância dos Estados Unidos.

Passou a existir então uma situação paradoxal, que nem por isso é menos típica da história do capitalismo: a expansão internacional do crédito ameaça esgotar-se no exato momento em que mais se precisa dela. Enquanto a produção se expandia rapidamente no mundo capitalista, o aumento dos meios de pagamento internacionais, que era uma das funções da inflação do dólar e do déficit da balança de pagamentos norte-americana, podia ser mantido dentro de certos limites. Mas

[59] Isso não se aplica aos capitalistas das semicolônias, que evidentemente continuam sofrendo mais de insuficiência do que de excesso de dólares.

[60] O sistema do eurodólar, que surgiu na segunda metade da década de 60, ajudou consideravelmente a expansão desse sistema internacional de crédito em dinheiro. Em decorrência das restrições ao crédito nos Estados Unidos, as empresas norte-americanas começaram a fazer empréstimos de curto prazo a juros altíssimos, de dólares que estavam na posse de empresas européias (incluindo setores europeus de empresas norte-americanas), e também pediram empréstimos aos bancos centrais. Esses dólares aumentaram a expansão do crédito nos Estados Unidos, e por isso o déficit na balança de pagamentos norte-americana, por isso a drenagem de dólares para a Europa, onde levaram tanto a um aumento na circulação de papel-moeda e crédito em dinheiro na Europa quanto a uma nova expansão de eurodólares. Sobre todo esse carrossel, ver, entre outros, EINZIG, Paul. *The Euro-Dollar System*. Londres, 1967. O sistema do eurodólar foi uma tentativa de criar um mercado internacional de capital-dinheiro a curto prazo, com uma taxa de juros uniforme. Isso corresponde tanto à crescente internacionalização do capital quanto à contradição entre essa internacionalização e os ciclos nacionais de crédito em dinheiro. Isso ficou particularmente claro nos anos de 1968/69 quando os Estados Unidos, a fim de restabelecer o equilíbrio de sua balança de pagamentos, elevou a taxa interna de juros, o que levou a um aumento mundial das taxas de juros, sem nenhuma melhoria na situação da balança de pagamentos norte-americana. (Sobre o problema do mercado de eurodólares, sobre os empréstimos feitos pela Europa, empresas internacionais, o dinheiro internacional e o mercado de capital e seu desencontro com os ciclos nacionais de crédito, ver também o capítulo I de Charles P. Kindleberger, *Europe and the Dollar*, Cambridge, Estados Unidos, 1966, que porém tentou minimizar a crise do dólar).

assim que há uma queda na taxa de crescimento e a supercapacidade aumenta ainda mais nas indústrias manufatureiras do mundo capitalista, a expansão dos meios internacionais de pagamento deve acelerar-se para mobilizar as reservas de produção. Mas exatamente nesse ponto a expansão do crédito internacional se arrisca a um colapso, porque a longo prazo nenhuma outra potência imperialista poderá aceitar o "dólar desvalorizado" como árbitro do sistema monetário internacional.[61] Tentou-se uma solução parcial dessa contradição com o "ouro-papel", isto é, crédito internacional em dinheiro que só circula entre os bancos centrais e que é completamente desvinculado de todas as moedas nacionais. Mas uma verdadeira solução a longo prazo do problema da "liquidez internacional" nessa linha é obstruída pela rivalidade imperialista, que transforma a distribuição do próprio "ouro-papel" em uma função da relação de forças internacional, e através desse desvio da distribuição, a inflação das moedas nacionais volta mais uma vez para a esfera dos meios internacionais de troca e pagamento. Em última instância, só se pode impor papel-moeda inconversível aos proprietários de mercadorias ou de títulos monetários dentro da estrutura de um Estado. O papel-moeda mundial necessitaria de um único governo mundial. A rivalidade interimperialista e o papel do Estado como instrumento de autodefesa de alguns grupos capitalistas específicos em relação a outros — em outras palavras, a concorrência capitalista e a propriedade privada ou o fenômeno dos "muitos capitais" — tornam impossível o surgimento desse mundo no futuro próximo, como indicamos no capítulo 10.

É importante salientar aqui que a situação presente difere muitíssimo do sistema monetário mundial anterior a 1914, e de forma a indicar a profunda crise estrutural do capitalismo contemporâneo. Naquela época, o Banco da Inglaterra podia permitir-se manter suas reservas de ouro a um nível inferior a 5% das importações anuais. Se o Banco quisesse aumentar suas reservas de ouro, poderia vender títulos do Governo ou ações para comprá-lo a qualquer momento.[62] Apenas durante crises de superprodução é que havia necessidade de colocar o ouro em circulação, por um curto espaço de tempo e para uma fração negligenciável dos pagamentos vencidos totais. Isso já não acontece hoje em dia: os bancos centrais agora têm de manter uma proporção muito maior de reservas de ouro e de moedas estrangeiras em relação às importações nacionais.[63] Essa mudança reflete o fato de que a auto-

[61] Em relação a isso, as três fases da história do eurodólar analisadas por Denizet são particularmente características. Na primeira fase, os bancos europeus, concorrendo com os norte-americanos, procuraram conceder juros mais altos sobre seus depósitos e impor juros menores do que os bancos norte-americanos a seus devedores. Na segunda fase, os bancos norte-americanos, e especialmente os setores estrangeiros de empresas multinacionais norte-americanos, voltaram-se para esse mercado financeiro internacional a fim de burlar as restrições ao crédito e às exportações de capital impostas pelo Governo norte-americano. Os fundos em dólares nos bancos centrais europeus e japoneses foram "reprivatizados" por meio do mercado de eurodólar. Mas na terceira fase houve uma queda rápida da taxa de juros e o capital em eurodólar refluiu para os bancos centrais (especialmente para o banco da Alemanha Ocidental). Para os proprietários privados, os bancos privados europeus e japoneses e as empresas multinacionais não tinham nenhum motivo para reter depósitos em dólar-papel que obtinham um juro baixo e estavam sendo desvalorizados no momento. Do final de 1967 ao final de 1969, os fundos em dólares dos bancos centrais não americanos declinaram de 15,6 para 11,9 bilhões de dólares, enquanto a propriedade privada de eurodólares subiu de 15,7 para 28,2 bilhões. Mas do final de 1969 ao final de janeiro de 1972, os ativos em dólares dos bancos centrais europeus e japoneses aumentaram para cerca de 36 bilhões de dólares. DENIZET. *Op. cit.*, p. 70-78; *Neue Zürcher Zeitung*. 20 de abril de 1972.

[62] TRIFFIN. *Gold and the Dollar Crises*. p. 31.

[63] H. G. Johnson afirma que a crise do sistema monetário mundial deve-se à natureza do próprio padrão-ouro de troca — em outras palavras, independe da evolução do ciclo industrial e da relação de forças interimperialistas. Mesmo que os bancos centrais não americanos mantivessem inalterada a relação ouro-dólar de suas reservas monetárias, absorveriam uma percentagem crescente da produção regular de ouro e assim ameaçariam, a longo prazo, a conversibilidade do dólar. ("Theoretical Problems of the International Monetary System". In: COOPER, R. N. (Ed.). *International Finance*. Londres, 1969. p. 323-326.) Mas o próprio Johnson apresenta uma solução óbvia para esse dilema, salientando a possibilidade dos Estados Unidos usarem outras moedas imperialistas ao lado do ouro para cobrir o dólar. Se isso não acontece, é porque a desconfiança entre os Estados imperialistas em relação ao futuro de suas moedas é mútua. Essa desconfiança, por sua vez, não é puramente subjetiva, mas está intimamente ligada à inflação permanente em escala mundial e à crescente instabilidade do sistema monetário.

confiança do capital mundial está sendo *permanentemente* abalada, apesar (ou, mais corretamente, por causa) da expansão de longo prazo do crédito internacional em dinheiro.[64]

Quanto mais profundas e generalizadas são as recessões, tanto maior é a injeção de crédito e a expansão da oferta de dinheiro bancário necessárias para impedir que essas recessões deteriorem em depressões de larga escala — e com isso torna-se muito mais agudo o perigo de que a inflação e a especulação escapem do controle do Estado burguês e precipitem um pânico bancário e o colapso de todo o sistema financeiro.[65] Já em 1974, a falência de alguns bancos secundários levou a burguesia internacional à beira desse pânico, quando retiradas generalizadas de depósitos dos grandes bancos poderiam ter provocado um colapso desse tipo. Esse colapso foi evitado por meio de uma decisão consciente e coletiva dos bancos centrais principais e dos maiores depósitos bancários de socorrerem imediatamente todas as instituições financeiras em perigo. As reservas desses centros bancários eram obviamente mais que suficientes para realizar com sucesso essa operação de resgate. Mas isso deixaria de ser possível se vários dos maiores bancos estivessem enfrentando, eles mesmos, problemas de solvência, particularmente se estes ocorressem ao mesmo tempo ou logo depois. Daí a pressão do capital internacional no sentido de aumentar a liquidez do sistema bancário internacional e de tomar medidas que assegurem sua recuperação a longo prazo, o que implica a necessidade de deter toda expansão posterior da ameaçadora pirâmide de dívidas. Por isso a compulsão a restrições simultâneas ao crédito em todos os países imperialistas importantes. Por isso a perspectiva inevitável de uma série de recessões generalizadas. Como até agora têm sido relativas as restrições à expansão do crédito e ao aumento da oferta de dinheiro pode ser deduzido das cifras seguintes:

Mudanças ocorridas em março/junho de 1974, comparadas às do ano anterior em %

	Oferta monetária M_1 [1]	*M_1 + depósitos a prazo com menos de 4 anos*	*Empréstimos bancários*	*PNB real (1.º semestre de 1974)*
Alemanha Ocidental	+ 44,4%	+ 8,8%	+ 8,3%	+ 1,5%
Reino Unido	+ 1,2%	+ 21,8%	+ 31,4%	− 1,5%
França	+ 9,9%	+ 15,8%	+ 19,9%	+ 5,0%
Itália	+ 20,6%	+ 22,6%	—	+ 7,5%
Estados Unidos	+ 5,3%	+ 8,4%	+ 18,4%	− 0,5%
Japão	+ 5,3%	+ 3,1%	+ 3,0%	− 3,0%

[1] Papel moeda + depósitos em demanda.

[64] Ver Marx: "Mas é exatamente o desenvolvimento do crédito e do sistema bancário que tende, por um lado, a colocar todo o capital-dinheiro a serviço da produção (ou o que vem a dar no mesmo, tende a transformar todo rendimento monetário em capital) e que, por outro lado, reduz a reserva em metal a um mínimo em certa fase do ciclo, de modo que já não pode desempenhar as funções para as quais foi criado — é o desenvolvimento do crédito e do sistema bancário que cria essa supersuscetibilidade de todo o organismo... O banco central é o pivô do sistema de crédito. A reserva em metal, por sua vez, é o pivô do banco. A passagem do sistema de crédito para um sistema monetário é necessária, como já mostrei no Livro Primeiro (cap. III, p. 137-138), ao discutir os meios de pagamento. Que os maiores sacrifícios de riqueza real são necessários para manter a base metálica num momento crítico é algo que tanto Tooke quanto Loyd-Overstone reconhecem. A controvérsia gira apenas em torno de uma questão de grau, e em torno do tratamento mais ou menos racional do inevitável. Admite-se que certa quantidade de metal, insignificante em comparação com a produção total, é o pivô de todo o sistema... Mas como se distingue o ouro e a prata de outras formas de riqueza? Não pela magnitude de seu valor, pois esse é determinado pela quantidade de trabalho incorporada nesses metais, mas pelo fato de representarem personificações, expressões independentes do caráter *social* da riqueza." *Capital*, v. 3, p. 572 *et seq.*

[65] Sobre os temores quanto a isso, nos Estados Unidos, ver o artigo "Are the Banks Overextended?" In: *Business Week*, 21 de setembro de 1974. Entre 1967 e 1974, a proporção entre o próprio capital do banco — reservas e ativos totais — caiu de 7% para 5%. No mesmo período, a proporção entre os empréstimos bancários e os depósitos totais

Tanto a pressão sobre o capital para impedir a transformação da inflação moderada em inflação galopante quanto a impossibilidade de consolidar a expansão do crédito internacional em dinheiro expressam o fato de que a contradição entre uma capacidade produtiva prodigiosamente desenvolvida e possibilidades limitadas de vendas e de valorização do capital no mercado mundial está começando a assumir formas cada vez mais explosivas. Há indícios claros de que a "onda longa com tonalidade expansionista" está chegando ao fim. Apesar de suas enormes despesas improdutivas, especialmente com armamentos, apesar da hipertrofia de seu aparato de vendas, apesar do aumento enorme das dívidas e da inflação permanente, o capitalismo tardio tem sido e continua sendo incapaz de superar as contradições fundamentais do modo de produção capitalista. Conseguiu apenas moderá-las e represá-las temporariamente, e assim chegou inclusive a aumentar em certos aspectos a pressão explosiva que jorra de dentro do sistema.

A lógica perigosa de inverter a relação entre o ciclo de crédito e o ciclo industrial pode agora ser vista na multiplicação de sinais recentes de uma sincronização internacional crescente do ciclo industrial. A crise do sistema monetário internacional está decididamente erodindo a autonomia das decisões econômicas nacionais — a menos que haja uma volta arriscada ao isolamento autárquico do mercado mundial, como ocorreu na década de 30. As tentativas de estabelecer uma união monetária[66] na CEE ampliada também reduzirá de maneira significativa a autonomia monetária dos países imperialistas mais importantes da Europa ocidental. O constante aumento do poder das empresas multinacionais opera no mesmo sentido.

Há algumas estimativas segundo as quais as sociedades anônimas multinacionais que controlavam 20% da produção industrial do mundo capitalista e 30% do comércio mundial em 1970/71 dispunham de 30-35 bilhões de dólares em ativos líquidos (papel-moeda e depósitos) em 1970 — isto é, o triplo das reservas em ouro e moedas do Estado norte-americano. No começo de 1972, eram responsáveis por 50% dos movimentos do eurodólar, que na época haviam atingido um volume de 60 bilhões de dólares.[67] Pelo final de 1974, os empréstimos de eurodólar alcançaram 185 bilhões de dólares; e enquanto a proporção detida pelas sociedades anônimas multinacionais declinara ligeiramente, em decorrência da entrada de petrodólares do Governo, os ativos totais dessas sociedades anônimas registraram um aumento posterior notável em relação a 1972. Não é de surpreender, portanto, que as sociedades anônimas multinacionais precisassem formar com urgência um mercado monetário organizado a nível internacional. E também não é de admirar que procurem proteger-se contra perdas repentinas no câmbio, contra ameaças de reintrodução de controles de moeda ou de capital ou contra aumentos dos impostos aduaneiros.[68] Sua conduta corresponde simplesmente à lógica de um modo de produção baseado na propriedade privada e na concorrência, e não numa "so-

---

subiu de 65% para 75% (agora está se aproximando de 80%). Mas acima de tudo, os bancos temem cada vez mais pela solvência de seus principais devedores: "O capital de giro das sociedades anônimas e os ativos correntes subiram ambos cerca de 30% nos últimos quatro anos, mas os empréstimos comerciais e industriais feitos pelos bancos subiram 60%. A renda pessoal subiu menos de 50% nos últimos quatro anos, mas as dívidas relativas a compras feitas a prestação garantidas pelos bancos é superior a 70%".

[66] Dadas as condições de um desenvolvimento regional cada vez mais desigual na CEE ampliada, uma verdadeira união monetária européia resultaria em pressão para uma transferência muito substancial de renda para as regiões relativamente periféricas ou decadentes, ou levaria essas regiões a sérias crises sociais. No momento ainda não se sabe se o capital estaria preparado ou não para pagar o preço (ou melhor, parte do preço) dessa transferência de renda.

[67] TUGENHAT. *Op. cit.*, p. 161; *Le Monde*, 21 de março de 1972.

[68] A corporação Hoover afirmou que isso incorreu em perdas de 68 milhões de dólares, por causa da desvalorização das moedas britânica, dinamarquesa e finlandesa em 1967. (Ver TUGENHAT. *Op. cit.*, p. 164.) Essa afirmação parece exagerada.

berania nacional" que em última instância deve subordinar-se aos interesses globais do capital. Essa mesma lógica não leva apenas a evitar perdas, mas também a maximizar os lucros — em outras palavras, leva à especulação monetária que tem por finalidade conseguir ganhos financeiros rápidos e, conseqüentemente, a constantes transferências internacionais de somas enormes de capital-dinheiro. O colapso dos sistemas de Bretton Woods, com suas taxas de câmbio fixas e a introdução genérica de câmbios flutuantes com sua grande amplitude de variações (em Zurique, o dólar flutuou entre 3,76 e 2,67 francos suíços — isto é, mais de 25% entre janeiro de 1973 e novembro de 1974), aumentou muito essa especulação monetária, que antes fora orientada para a ocorrência de modificações abruptas (desvalorizações e revalorizações) do câmbio oficial.

> "Em 1964 e 1965, quando a desvalorização da libra esterlina parecia iminente... 30% das 115 subsidiárias de firmas estrangeiras estabelecidas na Inglaterra, incluídas no levantamento (de Brooke-Remmer), e que não haviam pago dividendos durante os 3 ou 4 anos anteriores, pagaram então. 25 das 115 remeteram mais de 100% de seus ganhos, o que significava entrar nos lucros acumulados. Algumas remeteram virtualmente todos os ganhos retidos e uma, cujos lucros tinham atingido cerca de 700 mil libras por ano, pagou um dividendo de 3 milhões de libras à matriz só em 1964. Em 1967, quando finalmente ocorreu a desvalorização da libra esterlina, houve outra onda de pagamento de altos dividendos nos meses anteriores à crise de novembro. O mesmo aconteceu na França em 1968 e 1969."[69]

A determinante mais importante dessa sincronização cada vez maior dos ciclos industriais das potências imperialistas é a crescente socialização objetiva do trabalho a nível internacional. O antagonismo entre essa internacionalização, por um lado, e a apropriação privada numa situação de crescente centralização internacional do capital e a persistência de diversos Estados imperialistas, por outro — em outras palavras, a contradição entre a socialização internacional do trabalho e da concorrência pela propriedade nacional e o sistema estatal de capital — é cada vez mais escandalosa. A evolução da valorização do capital, das forças produtivas e da tecnologia, que tanto foi causa como efeito da "onda longa com tonalidade expansionista" de 1940(45)/65, acelerou essa socialização objetiva do trabalho a nível internacional num ritmo sem precedentes. O desenvolvimento da divisão internacional do trabalho na indústria manufatureira foi, como vimos no capítulo 10, muitíssimo além daquele alcançado pelo capital antes da Primeira Guerra Mundial. A tendência à uniformização dos preços mundiais de mercado também foi muito além da estrutura tradicional de matérias-primas, artigos semimanufaturados, alguns gêneros alimentícios e bens de consumo em escala de massa da indústria leve (como os têxteis). Hoje há uma tendência inequívoca de uniformização dos preços dos bens de consumo duráveis, dos meios de transporte e de algumas máquinas e equipamentos, mesmo que ainda haja resistência significativa a esse processo.[70] Nessas circunstâncias, o fenômeno cada vez mais difundido de supercapacidade estrutural deve ocorrer simultaneamente; está cada vez mais difícil para uma indústria escapar da queda das vendas e do enfraquecimento da capacidade de concorrer no mercado interno voltando-se para as exportações, ao mesmo tempo que as mani-

[69] TUGENHAT. *Op. cit.*, p. 166. Sobre as especulações monetárias das sociedades anônimas multinacionais, ver TUGENHAT. *Op. cit.*, p. 167-176, e VERNON. *Op. cit.*, p. 166-167. A capacidade que têm essas sociedades anônimas de manipular preços de transferência entre matrizes e subsidiárias possibilita-lhes muitas vezes burlar mesmo as regulamentações governamentais mais severas.

[70] As manipulações da paridade monetária e práticas de *dumping* não desempenham um papel importante nessa resistência.

pulações das moedas para obter vantagens de exportação a curto prazo ameaçam transformar-se numa guerra comercial generalizada.

A análise do ciclo industrial confirma, portanto, as conclusões centrais dos capítulos anteriores. A grande expansão econômica do capitalismo, que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, não resolveu nenhuma das contradições internas fundamentais do modo de produção capitalista. A oscilação periódica dos investimentos, determinada pela oscilação periódica da taxa média de lucros, continua sendo a regra. O uso de um ciclo de crédito engrenado para mitigar o ciclo industrial só poderia funcionar por um período limitado, sob as condições favoráveis da expansão acelerada induzida pela terceira revolução tecnológica, e às expensas de uma desvalorização permanente do dinheiro e da desintegração crescente do sistema monetário internacional.

Quanto menor a eficácia da criação anticíclica de dinheiro a nível nacional, e quanto maiores as dificuldades de assegurar uma criação regular de crédito monetário internacional (liquidez internacional adequada), tanto mais os ciclos dessincronizados das décadas de 40 e 50 convergirão para uma nova sincronização do ciclo industrial em escala mundial, levando a recessões generalizadas cada vez mais graves. Quanto menor a taxa média de crescimento da produção mundial capitalista, tanto menores as fases de *boom* e tanto maiores as fases de recessão e estagnação relativa.

A transição de uma "onda longa com tonalidade expansionista" para uma "onda longa com tonalidade de estagnação" está hoje intensificando a luta de classes internacional. O principal objetivo da política econômica burguesa não é mais anular os antagonismos sociais, mas sim descarregar sobre os assalariados os custos do reforçamento de cada indústria capitalista nacional na luta concorrencial. O mito do pleno emprego permanente está se desvanecendo. Aquilo que a sedução e a integração política não conseguiram realizar efetiva-se agora pela reconstrução do exército industrial de reserva e pelo cancelamento das liberdades democráticas do movimento dos trabalhadores (entre outras, a repressão estatal à greve e ao direito de greve). A luta pela taxa de mais-valia desloca-se para o centro dinâmico da economia e da sociedade, como ocorreu entre a virada do século e a década de 30. Por conseguinte, uma explicação do capitalismo tardio deve incluir também uma análise crítica do papel desempenhado pelo Estado burguês tardio e pela ideologia burguesa tardia na luta de classes contemporânea.

15

O Estado na Fase do Capitalismo Tardio

O Estado é produto da divisão social do trabalho. Surgiu da autonomia crescente de certas atividades superestruturais, mediando a produção material, cujo papel era sustentar uma estrutura de classe e relações de produção. O ponto de partida da teoria do Estado de Marx é sua distinção fundamental entre Estado e sociedade[1] — em outras palavras, a compreensão de que as funções desempenhadas pelo Estado não precisam ser necessariamente transferidas a um aparato separado da maior parte dos membros da sociedade, o que só veio a acontecer sob condições específicas e historicamente determinadas. É essa tese que a distingue de todas as outras teorias sobre a origem, a função e o futuro do Estado. Nem todas as funções da superestrutura estão incluídas na esfera de ação do Estado, sem falar daquelas que correspondem aos interesses das classes subordinadas (como, por exemplo, as antigas classes dirigentes ou as classes oprimidas revolucionárias). As funções superestruturais que pertencem ao domínio do Estado podem ser genericamente resumidas como a proteção e a reprodução da estrutura social (as relações de produção fundamentais), à medida que não se consegue isso com os processos automáticos da economia. Por isso nem todas as funções do Estado são hoje "puramente" superestruturais, como não o eram nas formações sociais pré-capitalistas. Esse aspecto do Estado é de particular importância no modo de produção capitalista, por razões que discutiremos abaixo.

Podemos classificar as principais funções do Estado da seguinte forma:

1) criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante;[2]

[1] O esboço de uma teoria do Estado é a parte mais fraca de um livro aliás excelente de KOFLER, Leo. *Technologische Rationalität im Spätkapitalismus*. Frankfurt, 1971. Kofler subestima esse elemento de autonomia crescente, e o resultado é que, embora condene uma identificação pura e simples entre Estado e sociedade, tende a reintroduzi-la pela porta dos fundos.

[2] Exemplos famosos são os grandes sistemas de irrigação do chamado modo de produção asiático; e o transporte de enormes carregamentos de trigo para Roma e outras grandes cidades da Antiguidade. A fórmula das "condições gerais de produção" encontra-se em *Grundrisse*. p. 533. Ver também Engels: "O Estado moderno, mais uma vez, é apenas a forma de organização adotada pela sociedade burguesa a fim de manter as condições externas gerais do modo de produção capitalista, para se proteger tanto de transgressões dos trabalhadores quanto de capitalistas individuais". *Anti-Dühring*. p. 386.

2) reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes ao modo de produção corrente através do Exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário;

3) integrar as classes dominadas, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em conseqüência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra elas (porque acreditam que isso é inevitável, ou que é "dos males o menor", ou a "vontade suprema", ou porque nem percebem a exploração).

A função repressiva de impor a vontade da classe dominante por meio da coerção (Exército, polícia, lei, sistema penal) foi a dimensão do Estado mais intimamente examinada pelo marxismo clássico. Mais tarde Lukács e Gramsci colocaram ênfase maior em sua função integradora, que atribuíam essencialmente à ideologia da classe dirigente. É óbvio, naturalmente, que a dominação de classe baseada apenas na repressão seria equivalente a uma condição insustentável de guerra civil permanente.[3] Nos diferentes modos de produção ou formações sócio-econômicas concretas, a função integradora é exercida principalmente pelas diferentes ideologias:[4] magia e ritual, filosofia e moral, lei e política, embora em certa medida cada uma dessas diferentes práticas superestruturais desempenhe esse papel em toda sociedade de classes. A reprodução e a evolução dessas funções integradoras efetivam-se pela instrução, pela educação, pela cultura e pelos meios de comunicação — mas sobretudo pelas categorias de pensamento[5] peculiares à estrutura de classe de uma sociedade.

Se a teoria marxista já realizou um exame bastante completo de como as funções repressivas e integradoras do Estado tanto são mecanismos distintos como mecanismos que se entrelaçam,[6] a análise da função compreendida pela rubrica "providenciar as condições gerais de produção" está muito menos desenvolvida. Essa última função difere das duas outras principais funções do Estado pelo fato de relacionar-se diretamente com a esfera da produção, e, assim, assegurar uma mediação direta entre a infra e a superestrutura.[7] Esse domínio funcional do Estado inclui essencialmente: assegurar os pré-requisitos *gerais e técnicos* do processo de produção efetivo (meios de transporte ou de comunicação, serviço postal etc.); providenciar os pré-requisitos *gerais e sociais* do mesmo processo de produção (como, por exemplo, sob o capitalismo, lei e ordem estáveis, um mercado nacional e um Estado territorial, um sistema monetário); e a reprodução contínua daquelas formas de trabalho intelectual que são indispensáveis à produção econômica, embora elas mesmas não façam parte do processo de trabalho imediato (o desenvolvimento da astronomia, da geometria, da hidráulica e de outras ciências naturais aplicadas no modo de produção asiático e, em certa medida, na Antiguidade; a manutenção de um sistema educacional adequado às necessidades de expansão econômica do modo de produção capitalista etc.).

A origem do Estado coincide com a origem da propriedade privada e associa-

[3] Foi Napoleão, um especialista no assunto, quem cunhou a máxima de que é possível fazer qualquer coisa com baionetas, exceto sentar-se nelas.
[4] POULANTZAS, Nicos. *Political Power and Social Classes*. Londres, 1973. p. 211-213.
[5] No caso das sociedades baseadas sobre o modo de produção capitalista, o que prevalece é sobretudo a lei do fetichismo das mercadorias, descoberta por Marx, através da qual as relações sociais entre os homens assumem a aparência de relações entre coisas. *Capital*. v. 1, p. 72.
[6] Entre outras, ver a crítica do conceito de hegemonia de Gramsci em POULANTZAS. *Op. cit.*, p. 204-206.
[7] Sobre essas questões, ver as interessantes contribuições de MÜLLER, Wolfgang e NEUSÜSS, Christel. "Die Sozialstaatillusion und der Widerspruch von Lohnarbeit und Kapital". In: *Sozialistische Politik*. n.° 6-7, junho de 1970; e de ALTVATER, Elmar. "Zu einigen Problemen der Staatsinterventionismus". In: *Probleme des Klassenkampfes*. n.° 3.

se, em certa medida, à separação das esferas privada e pública da sociedade, inerente à produção simples de mercadorias, com sua fragmentação da capacidade social de trabalho em processos de trabalho privados e independentes.[8] Mas não se deve exagerar essa relação. O Estado é mais antigo que o capital, e suas funções não podem ser derivadas diretamente das necessidades da produção e da circulação de mercadorias. Em sociedades pré-capitalistas, as formas específicas do Estado desempenham funções bem diferentes daquelas que garantem o tipo de segurança legal necessário ao desenvolvimento da produção de mercadorias. Nessas sociedades, a propriedade privada assume a forma de apropriação privada da terra e do solo, e não das mercadorias. Nesses casos o Estado garante as relações entre os proprietários de terra e sua união contra inimigos, tanto internos quanto externos (como contra as classes exploradas "domésticas", por exemplo, que não pertencem à comunidade; primeiro tribos subjugadas, depois escravos etc.).[9] Esse Estado é inteiramente inadequado — quando não efetivamente contrário — à lógica da produção simples de mercadorias, para não falar da acumulação primitiva de capital. Seu poder despótico pode obstruir por muito tempo o desenvolvimento da produção de mercadorias, por meio de confiscos sistemáticos, por exemplo. Os primeiros direitos privados que correspondiam aos interesses dos proprietários de mercadorias coexistiam freqüentemente, portanto, com os direitos comunais que tencionavam proteger a estabilidade das tribos ou aldeias contra os efeitos desagregadores de uma economia monetária.

Apenas depois que a acumulação primitiva da usura e do capital mercantil alcançou certo grau de maturidade, alterando de maneira fundamental as relações entre as antigas e as novas classes proprietárias e solapando as formas tradicionais de dominação política por meio da expansão do capital-dinheiro, é que o próprio Estado tornou-se mais explicitamente um instrumento da acumulação progressiva de capital e o parteiro do modo de produção capitalista. É clássica a análise de Marx relativa ao papel desempenhado pela dívida nacional, pelos contratos governamentais durante as guerras dinásticas, pela expansão naval e colonial, pelo mercantilismo, pelo prolongamento legal do dia de trabalho normal e pela limitação do salário normal, e pelo patrocínio estatal de empreendimentos manufatureiros.[10] É incorreto, portanto, tentar deduzir o caráter e a função do Estado diretamente da natureza da produção e circulação de mercadorias.[11]

O Estado burguês é um produto direto do Estado absolutista, gerado pela tomada do poder político e de sua maquinaria institucional pela classe burguesa.[12] Mas é também uma negação desse último, pois o Estado burguês clássico da época da ascensão vitoriosa do capital industrial era um "Estado fraco" por excelência — porque se fazia acompanhar pela demolição sistemática do intervencionismo econômico dos Estados absolutistas, que impedira o livre desenvolvimento da produção capitalista enquanto tal. O governo do capital se distingue de todas as formas pré-capitalistas de governo pelo fato de não se basear em relações extra-econômicas de coerção e dependência, mas em relações "livres" de troca[13] que dissi-

[8] Ver E. H. Pashukanis (*La Théorie Générale du Droit et le Marxisme*. Paris, 1970), que desenvolve a tese de que a lei é apenas a forma mistificada dos conflitos entre os proprietários privados de mercadorias, e que, portanto, sem a propriedade privada e seus contratos, em outras palavras, sem a produção simples de mercadorias, não há lei.

[9] Ver as considerações de Marx relativas ao surgimento do Estado na Antiguidade. *Grundrisse*. p. 475-476.

[10] Ver MARX. *Capital*. v. 1, p. 751.

[11] Uma derivação demasiadamente direta do Estado burguês dos imperativos da produção de mercadorias, sem um estudo adequado de suas relações com as lutas de classe concretas e os conflitos competitivos da burguesia ascendente, é a principal limitação do trabalho — que de outra forma seria realmente muito útil e interessante — de Läpple. LÄPPLE, Dieter. *Staat und allgemeine Produktionsbedingungen*. Berlim Ocidental, 1973.

[12] Ver a famosa discussão feita por Marx sobre o Estado francês em *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*. MARX e ENGELS. *Selected Works*. p. 170.

[13] Marx: "Uma vez que a organização do modo de produção capitalista tenha se desenvolvido plenamente, nada lhe

mulam a dependência e sujeição econômicas do proletariado (separação entre meios de produção e subsistência) e lhe dão a aparência de liberdade e igualdade. Como essas relações de troca em geral foram internalizadas pelos produtores diretos,[14] especialmente no período do capitalismo ascendente, quanto mais desimpedidas a dominação econômica e a expansão do capital, tanto mais a burguesia poderia abster-se do uso direto da coerção das armas contra a classe operária e tanto mais era possível reduzir o poder do Estado às funções mínimas de segurança. Isso se aplicava sobretudo aos Estados burgueses cuja maquinaria interna era "mais frágil" no período do capitalismo competitivo, como a Inglaterra, os Estados Unidos, a Bélgica e a Holanda. Onde, ao contrário, o Estado burguês dispunha de um aparato administrativo mais poderoso, como na França depois de Napoleão I, isso era indício não da força, mas da fraqueza relativa da burguesia local, tanto econômica quanto politicamente.[15]

Mas o Estado burguês se distingue de todas as formas anteriores de dominação de classe por uma peculiaridade da sociedade burguesa que é inerente ao próprio modo de produção capitalista: o isolamento das esferas pública e privada da sociedade, que é conseqüência da generalização sem igual da produção de mercadorias, da propriedade privada e da concorrência de todos contra todos. Assim, qualquer representação dos interesses gerais do capital por capitalistas que operam individualmente é em geral dificílima, quando não totalmente impossível, numa sociedade burguesa — ao contrário de um Estado feudal, por exemplo, que poderia constituir-se simplesmente pelo nobre mais poderoso, o rei. "A classe capitalista reina, mas não governa. Contenta-se em dar ordens ao Governo."[16] A concorrência capitalista determina assim, inevitavelmente, uma tendência à autonomização do aparato estatal, de maneira que possa funcionar como um "capitalista total ideal",[17] servindo aos interesses de proteção, consolidação e expansão do modo de produção capitalista como um todo, acima e ao contrário dos interesses conflitantes do "capitalista total real" constituído pelos "muitos capitais" do mundo real.

> "O capital é incapaz de produzir por si mesmo a natureza social de sua existência em suas ações; precisa de uma instituição independente, baseada nele próprio, mas que não esteja sujeita a suas limitações, cujas ações não sejam determinadas, portanto, pela necessidade de produzir (sua própria) mais-valia. Essa instituição independente, 'ao lado, mas fora da sociedade burguesa', pode, baseada simplesmente no capital, satisfazer as necessidades imanentes negligenciadas pelo capital... O Estado não deve ser visto, portanto, nem como um simples instrumento, nem como instituição que substitui o capital. Só pode ser considerado uma forma especial de preservação da existência social do capital 'ao lado, mas fora da concorrência'."[18]

---

resiste. A geração constante de um excedente relativo de população mantém a lei da oferta e da procura de trabalho, e assim mantêm os salários num nível que corresponde às necessidades do capital. A triste compulsão das relações econômicas completa a sujeição do trabalhador ao capitalista. A força direta, fora as relações econômicas, ainda é usada, naturalmente, mas só em casos excepcionais". *Capital*. v. 1. p. 737.

[14] Georg Lukács *(History and Class Consciousness*. Londres, 1971. p. 173) ao menos concede que *é possível* ao trabalhador liberar-se desse processo de internalização das relações de troca. Em relação ao capitalismo tardio, observa Kofler: "Nessa tensão entre o prazer e o ascetismo, a reconciliação ideológica com as condições sociais existentes precisa de um poderoso apoio psíquico, o qual é proporcionado pelo processo de internalização, atingido por meio de manipulação da consciência". *Op. cit.*, p. 85.

[15] Ver a análise de Marx sobre a forma pela qual o bonapartismo clássico apoiava-se no pequeno campesinato francês, correspondendo assim a um desenvolvimento retardado do capitalismo na agricultura. (In: *The Eighteenth Brumaire.*) No mesmo trabalho, Marx afirmou explicitamente: "Foi a sensação de fraqueza que os levou a se afastarem das condições puras do governo de sua própria classe e a desejar as formas anteriores, menos completas, menos desenvolvidas, e por isso mesmo menos perigosas desse governo". MARX e ENGELS. *Selected Works*. p. 120.

[16] Essa foi a formulação de Kautsky, há 70 anos.

[17] "O Estado moderno, qualquer que seja sua forma, é essencialmente uma máquina capitalista, o Estado dos capitalistas, a personificação ideal do capital nacional global". ENGELS. *Anti-Dühring*. p. 386.

[18] ALTVATER. "Zu Einigen Problemen des Staatsinterventionismus".

As funções econômicas asseguradas por essa "preservação da existência social do capital" incluem a manutenção de relações legais universalmente válidas, a emissão de moedas fiduciárias, a expansão do mercado local ou regional, e a criação de um instrumento de defesa dos interesses competitivos específicos do capital nativo contra os capitalistas estrangeiros — em outras palavras, o estabelecimento de leis, moeda, mercado, Exército e barreiras alfandegárias a nível nacional. Mas o custo dessas funções indispensáveis deve ser mínimo. Os impostos necessários à manutenção do Estado pareciam à burguesia triunfante puro desperdício de uma parcela da mais-valia que, caso contrário, poderia estar sendo empregada produtivamente. A burguesia industrial ascendente sempre tentou, portanto, controlar rigorosamente as despesas do Estado e questionar ou recusar qualquer aumento nessas despesas.

A autonomização do poder do Estado na sociedade burguesa é decorrência da predominância da propriedade privada e da concorrência capitalista; mas essa mesma predominância impede que essa autonomização deixe de ser relativa. A razão disso é que as decisões do "capitalista total ideal", enquanto transcendem os interesses competitivos conflitantes de capitalistas específicos, têm efeitos importantes sobre esses interesses. Toda decisão estatal relativa a tarifas, impostos, ferrovias ou distribuição do orçamento afeta a concorrência e influencia a redistribuição social global da mais-valia, com vantagens para um ou outro grupo de capitalistas. Todos os grupos capitalistas são obrigados, portanto, a se tornarem politicamente ativos, não só para articular suas concepções sobre os interesses coletivos de classe, mas também para defender seus interesses particulares.[19] Por essa razão, a função "clássica" do parlamento na época do capitalismo concorrencial era expressar os interesses comuns à classe de forma a dar a cada grupo de capitalistas a mesma oportunidade de defender seus próprios interesses — em outras palavras, impedir que esses interesses de classe se fizessem sentir como coerção extra-econômica ou simplesmente como ordens. Desse ponto de vista, a república parlamentar burguesa é incontestavelmente a "forma ideal" do Estado burguês, porque reflete da melhor maneira possível a unidade dialética e a contradição entre a "concorrência de muitos capitais" e o "interesse e a natureza social do capital em sua totalidade".[20]

A transição do capitalismo concorrencial para o imperialismo e para o capitalismo monopolista alterou necessariamente tanto a atitude subjetiva da burguesia em relação ao Estado, quanto a função objetiva desempenhada pelo Estado ao realizar suas tarefas centrais.[21] O surgimento dos monopólios gerou uma tendência à superacumulação permanente nas metrópoles e à correspondente propensão a exportar capital e a dividir o mundo em domínios coloniais e esferas de influência sob o controle das potências imperialistas. Isso produziu um aumento substancial nas despesas com armamentos e o desenvolvimento do militarismo, o que, por

[19] Sempre há, naturalmente, uma interconexão entre esses dois aspectos da "atividade política", embora não seja mecânica nem unilateral. Por exemplo: o banqueiro norte-americano Bray Hammond mostrou que as controvérsias sobre o sistema bancário norte-americano da primeira metade do século XIX estavam ligadas, em certa medida, a conflitos muito concretos de interesses materiais entre grupos de capitalistas de Nova York e Filadélfia. Ver *Banks and Politics in America from the Revolution to the Civil War*. Princeton, 1957.

[20] Marx: "A república parlamentar era mais do que o território neutro onde as duas facções da burguesia francesa, legitimistas e orleanistas, grandes proprietários de terra e grandes industriais, poderiam conviver com igualdade de direitos. Era a condição inevitável de seu governo comum, a única forma de Estado em que seu interesse geral de classe submetia a si, ao mesmo tempo, as reivindicações de suas facções particulares e as de todas as outras classes da sociedade". *Selected Works*. p. 153.

[21] Marx: "Enquanto o capital é fraco, ainda se apóia nas muletas dos modos de produção anteriores, ou daqueles que morrerão com sua ascensão. Logo que se sente forte, joga fora as muletas e se move segundo suas próprias leis. Logo que começa a se perceber e a se reconhecer como uma barreira ao desenvolvimento, busca refúgio em formas que, ao restringir a livre concorrência, parecem tornar o domínio do capital mais perfeito, mas que ao mesmo tempo são os arautos de sua dissolução e da dissolução do modo de produção nele baseado". *Grundrisse*, p. 651.

sua vez, levou a um crescimento ainda maior do aparato estatal, envolvendo um desvio maior de rendimentos sociais para o Estado.[22] As despesas com armamentos têm, é claro, função dupla: a de defender os interesses específicos de cada potência metropolitana contra os rivais imperialistas (e povos coloniais) e a de proporcionar uma fonte de mais acumulação de capital.

Ao mesmo tempo, pelo menos na Europa ocidental, a ascensão do capitalismo monopolista coincidiu com o aumento da influência política do movimento da classe operária, refletido de forma notável na aquisição gradual do sufrágio universal e em seu uso pela democracia social clássica. Esse desenvolvimento teve efeitos contraditórios sobre a evolução do Estado burguês em sua fase imperialista. Por um lado, o surgimento de poderosos partidos da classe trabalhadora aumentou a urgência e o grau do papel integrador do Estado. Para o assalariado, a ilusão de igualdade formal enquanto vendedor da mercadoria força de trabalho reforçava-se agora cada vez mais com a ilusão de igualdade formal enquanto cidadão ou eleitor — dissimulando a desigualdade fundamental do acesso ao poder político, que é uma decorrência da profunda desigualdade de poder econômico entre as classes na sociedade burguesa. A burguesia poderia, portanto, derivar vantagens consideráveis dessa forma de integração dos partidos de massa da classe operária na democracia parlamentar burguesa, na medida em que as crises econômicas e sociais não ameaçassem diretamente a sua posição de classe dominante.[23]

Mas, por outro lado, a entrada em larga escala de deputados sociais-democratas e mais tarde de deputados comunistas nos parlamentos burgueses significava que esses órgãos legislativos perdiam cada vez mais sua função de árbitro de interesses conflitantes *no interior* da classe burguesa. A tarefa de assegurar a continuidade da dominação política do capital foi gradualmente transferida do parlamento para os escalões superiores da administração estatal.[24] Daí para o futuro, a tendência do poder político de centralizar-se cada vez mais no aparato do Estado foi uma resposta a esses desenvolvimentos. Correspondeu também a uma inversão da situação que existira sob o capitalismo competitivo. Se antes era rara a ação autônoma do aparato do Estado, com a finalidade de preservar o poder econômico da burguesia por meio de sua expropriação *política* enquanto classe,[25] agora tornou-se freqüente, sob a forma de ditaduras militares, bonapartismo e fascismo.

Outra característica dessa época foi uma ampliação geral da legislação social, que ganhou impulso particular no período imperialista. Em certo sentido tratou-se de uma concessão à crescente luta de classe do proletariado, destinando-se a salvaguardar a dominação do capital de ataques mais radicais por parte dos trabalhadores. Mas ao mesmo tempo correspondeu também aos interesses gerais da reprodução ampliada no modo de produção capitalista, ao assegurar a reconstituição física da força de trabalho onde ela estava ameaçada pela superexploração. A tendência à ampliação da legislação social determinou, por sua vez, uma redistribuição consi-

[22] Hilferding e Luxemburg já haviam percebido isso antes da Primeira Guerra Mundial, como se pode ver pelas citações anteriores deste trabalho, enquanto que Bernstein foi o primeiro "revisionista" a alimentar a ilusão de que o poder político da burguesia poderia ser gradualmente substituído por uma democracia baseada nos "direitos iguais de todos os membros da comunidade" (*op. cit.*, p. 177), neutra em relação às classes ou fiadora dos compromissos assumidos entre elas.

[23] Mas isso não corresponde de modo algum ao desenvolvimento "natural" da sociedade burguesa, que tendia muito mais à identificação de direitos políticos "positivos" com a posse da propriedade privada, isto é, que tendia a excluir do sufrágio os trabalhadores assalariados. Esse não foi apenas um estado de coisas prevalecente por mais de um século depois da Revolução Industrial, mas a convicção declarada de todos os ideólogos burgueses, inclusive dos mais arrojados, de Locke a Kant. Ver KOFLER, Leo. *Zur Geschichte der burgerlichen Gesellschaft*. Hall, 1948. p. 437, 443-444, 462.

[24] Sobre essa questão, ver a análise e a extensa bibliografia de HIRSCH, Joachin. *Wissenschaftlich-technischer Fortschritt und politisches System*. Frankfurt, 1971. p. 242 *et seq.*

[25] Ver os comentários de Marx sobre o bonapartismo. *Selected Works*. p. 132.

derável do valor socialmente criado em favor do orçamento público, que tinha de absorver uma percentagem cada vez maior dos rendimentos sociais a fim de proporcionar uma base material adequada à escala ampliada do Estado do capital monopolista.

Todas as ilusões subseqüentes relativas a um "Estado social" baseavam-se numa extrapolação arbitrária dessa tendência, na falsa crença em uma redistribuição crescente da renda nacional, que tiraria do capital para dar ao trabalho.[26] Na verdade, é claro que a queda da taxa média de lucros, resultante de qualquer redistribuição num modo de produção capitalista, arriscaria não apenas a reprodução ampliada, mas também a reprodução simples: detonaria uma greve dos investidores, a fuga do capital e o desemprego em massa. As ilusões quanto à possibilidade de "socialização através da redistribuição"[27] não passam, tipicamente, de estágios preliminares do desenvolvimento de um reformismo cujo fim lógico é um programa completo para a estabilização efetiva da economia capitalista e de seus níveis de lucro. Esse programa incluirá habitualmente restrições periódicas ao consumo da classe operária, a fim de aumentar a taxa de lucro e assim "estimular investimentos".

Outra ampliação das funções do Estado se verifica no estágio tardio do capitalismo monopolista. É uma conseqüência de três características importantes do capitalismo tardio: a redução da rotação do capital fixo, a aceleração da inovação tecnológica e o aumento enorme do custo dos principais projetos de acumulação de capital, devido à terceira revolução tecnológica, com seu aumento correspondente de riscos de atraso ou malogro na valorização dos enormes volumes de capital necessários a esses projetos. O resultado dessas pressões é uma tendência do capitalismo tardio a aumentar não só o planejamento econômico do Estado, como também a aumentar a socialização estatal dos custos (riscos) e perdas em um número constantemente crescente de processos produtivos. Portanto, há uma *tendência inerente ao capitalismo tardio à incorporação pelo Estado de um número sempre maior de setores produtivos e reprodutivos às "condições gerais de produção" que financia.* Sem essa socialização dos custos, esses setores não seriam nem mesmo remotamente capazes de satisfazer as necessidades do processo capitalista de trabalho.

Essa ampliação da esfera das "condições gerais de produção" é um reflexo perfeito de uma tendência inerente ao capital, da forma descrita por Marx em *Grundrisse:*

> "Quanto menores os frutos diretos gerados pelo *capital fixo,* tanto menor sua intervenção no *processo direto de produção,* e tanto maiores devem ser o *excedente relativo de população e o de produção;* assim, há mais recursos para construir ferrovias, canais, aquedutos e telégrafos do que para construir maquinaria diretamente ativa no processo produtivo".[28]

Exemplos diretos dessa tendência são o uso crescente dos orçamentos do Estado para financiamento de pesquisas e dos custos do desenvolvimento, e as despesas estatais destinadas a financiar ou subsidiar usinas nucleares, aviões a jato e

[26] Entre outras coisas, isso envolve falta de compreensão da unidade estrutural das relações capitalistas de produção e distribuição. Uma crítica anterior e muito interessante das ilusões de um "Estado social", e das causas da colaboração de classes nas economias de guerra durante a Primeira Guerra Mundial, está em LAPINSKI, P. "Der 'Sozialstaat' — Etappen und Tendenzen seiner Entwicklung". In: *Unter dem Banner des Marxismus.* n.º 4, novembro de 1928. p. 377.

[27] Karl Renner já definia em 1924 a "circulação como o ponto de partida da socialização", in: *Die Wirtschaft als Gesamtprozess und die Sozialisierung.* p. 348, 379. Toda a literatura reformista britânica das décadas de 30, 40 e 50 baseava-se em ilusões semelhantes.

[28] MARX. *Grundrisse.* p. 707-708.

grandes projetos industriais de todos os tipos. Exemplos indiretos são o fornecimento de matérias-primas baratas mediante a nacionalização das indústrias particulares que as produzem, subvencionando assim, de forma dissimulada, o setor privado. O capital estatal funciona portanto como um esteio do capital privado (e, em particular, do capital monopolista).[29] A tabela que se segue mostra como a nacionalização da indústria da eletricidade trabalha para os interesses dos monopólios ao garantir fornecimento de energia aos grandes consumidores industriais a preços mais baixos.[30]

Preços Médios da Energia Elétrica em Países Selecionados, 1973 (em centavos de dólar por kWh)[1]

	Artesão	*Artesão + Pequena indústria*	*Grande indústria*	*Grande indústria com uso acima da média*
França (Nord/Passo de Calais e Paris)	3,01	2,38	2,19	1,75
Grã-Bretanha				
NE Elec. Board	2,36	2,24		
NW Elec. Board			1,85	1,72
Itália	2,33	2,00	1,77	1,56
EUA				
Vale do Tenessee	1,67	1,37	1,09	0,92

[1] As quatro classes de compradores:
I: 50 kW/12 500 kWh baixa voltagem
II: 150 kW/45 000 kWh baixa voltagem
III: 500 kW/180 000 kWh alta voltagem
IV: 1 000 kW/450 000 kWh alta voltagem

O capitalismo tardio caracteriza-se por dificuldades crescentes de valorização do capital (supercapitalização, superacumulação). O Estado resolve essas dificuldades, ao menos em parte, *proporcionando oportunidades adicionais, numa escala sem precedentes, para investimentos "lucrativos" desse capital na indústria de armamentos, na "indústria de proteção ao meio ambiente", na "ajuda" a países estrangeiros, e obras de infra-estrutura* (onde "lucrativo" significa tornado lucrativo por meio da garantia ou subsídio do Estado).

Outra característica do capitalismo tardio é a suscetibilidade crescente do sistema social a explosivas crises econômicas e políticas que ameaçam diretamente todo o modo de produção capitalista. Em conseqüência disso, a *"administração das crises"* é uma função tão vital do Estado na fase tardia do capitalismo quanto sua responsabilidade por um volume enorme de "condições gerais de produção" ou quanto seus esforços para assegurar uma valorização mais rápida do capital excedente. Economicamente falando, essa "administração das crises" inclui todo o arsenal das políticas governamentais anticíclicas, cujo objetivo é evitar, ou pelo menos adiar tanto quanto possível, o retorno de quedas bruscas e catastróficas como a de 1929/32. Socialmente falando, ela envolve esforço permanente para impedir a crise cada vez mais grave das relações de produção capitalistas por meio de um ata-

[29] Marx só usa o conceito de "capital estatal" no sentido do capital que consegue valorizar-se a partir da força de trabalho em posse do Estado: "na medida em que os Governos empregam trabalhadores assalariados produtivos em minas, estradas de ferro etc. desempenham a função de capitalistas industriais". *Capital*. v. 2, p. 97.
[30] *National Utility Services*, citado em *Neue Zürcher Zeitung*. 25 de julho de 1974.

que sistemático à consciência de classe do proletariado. Assim o Estado desenvolve uma vasta maquinaria de manipulação ideológica para "integrar" o trabalhador à sociedade capitalista tardia como consumidor, "parceiro social" ou "cidadão" (e, *ipso-facto*, sustentáculo da ordem social vigente) etc. O Estado procura constantemente transformar qualquer rebelião em reformas que o sistema possa absorver, e procura solapar a solidariedade na fábrica e na economia (por exemplo: pela introdução de novos métodos para calcular e pagar os salários, pela promoção da rivalidade entre trabalhadores nacionais e imigrantes, pela invenção de grande número de organismos de participação e deliberação, pela promulgação de políticas salariais ou "contratos sociais" etc.). A pressão geral no sentido de um controle maior de todos os elementos do processo produtivo e reprodutivo, quer diretamente exercido pelo capital ou indiretamente pelo Estado capitalista tardio, é uma conseqüência inevitável da dupla necessidade de evitar que as crises sociais ameacem o sistema e de proporcionar garantias econômicas ao processo de valorização e acumulação do capitalismo tardio.

A hipertrofia e a autonomia crescentes do Estado capitalista tardio são um corolário histórico das dificuldades crescentes de valorizar o capital e realizar a mais-valia de maneira regular. Refletem a falta de confiança cada vez maior do capital em sua capacidade de ampliar e consolidar sua dominação por meio de processos econômicos automáticos.[31] Também estão associadas à intensificação da luta de classe entre capital e trabalho — em outras palavras, à emancipação crescente da classe operária da subordinação completa e passiva à ideologia da burguesia, e à sua emergência periódica enquanto força independente em conflitos políticos. Correspondem ao agravamento das contradições sociais tanto internas quanto entre os países imperialistas metropolitanos, entre o sistema imperialista como um todo e os Estados não capitalitas, e entre as classes dirigentes e as classes exploradas das semicolônias. Quanto maior a intervenção do Estado no sistema econômico capitalista, tanto mais claro torna-se o fato de que esse sistema sofre de uma doença incurável.

Em relação a isso, a concepção apresentada recentemente por Poulantzas de que na fase atual do capitalismo a principal função do Estado burguês é política, enquanto a principal forma da ideologia burguesa é "economicista", é uma tentativa escolástica e artificial de separar mecanismos de classe intimamente interdependentes.[32] O capitalismo tardio caracteriza-se pela combinação *simultânea* da função diretamente econômica do Estado burguês, do esforço para despolitizar a classe operária e do mito de uma economia onipotente, tecnologicamente determinada, que pode supostamente superar os antagonismos de classe, assegurar um crescimento ininterrupto, um aumento constante do consumo e, assim, produzir uma sociedade "pluralista". A função objetiva da ideologia "economicista" é, sem dúvida, tentar desmantelar a luta *de classe* do proletariado. Mas a necessidade objetiva dessa ideologia corresponde exatamente à compulsão cada vez maior do Estado em intervir na economia capitalista tardia, e ao perigo de que essa intervenção eduque a classe operária em relação a todas as formas econômicas e sociais da sociedade cuja riqueza produz — potencialmente uma ameaça terrível ao capitalismo tardio. Isolar um elemento dessa totalidade complexa e afirmar que é o "principal" aspecto é um passatempo fútil em termos intelectuais.[33]

O aumento da intervenção direta do Estado capitalista tardio na economia lhe

[31] Isso corresponde plenamente à lógica da análise do capital de Marx, que enfatiza de modo explícito que "o desenvolvimento máximo do capital se dá quando as condições gerais do processo de produção social não são pagas por deduções feitas da renda social". *Grundrisse*. p. 532.
[32] POULANTZAS. *Op. cit.*, p. 211.
[33] O livro de Poulantzas, assim como o de Kofler, caracteriza-se por um menosprezo geral pelas conexões diretamente econômicas e pelos interesses materiais. A tese de Kofler, de que os administradores estão ligados à grande burguesia

dá um controle maior sobre os rendimentos sociais. Em outras palavras, a parcela do capital total que o Estado redistribui, gasta e investe cresce constantemente.

Despesas Estatais como Percentagem do PNB Norte-Americano[1]

1913	7,1%
1929	8,1%
1940	12,4%
1950	24,6%
1955	27,8%
1960	28,1%
1965	30,0%
1970	33,2%

1 Sobre os Estados Unidos, ver US Department of Commerce, *Long-Term Economic Grouth*, relativamente a dados anteriores à guerra, e *Statistical Abstract of the United States, 1971*, que fornece dados posteriores à guerra. Não é possível comparar totalmente as duas séries, pois as estimativas anteriores à guerra dizem respeito à percentagem de compras estatais de bens e serviços (incluindo assim os salários dos empregados do Estado) em relação ao produto nacional bruto, enquanto as estimativas de pós-guerra correspondem à percentagem das despesas totais do Estado em relação ao produto nacional bruto. Sobre a Alemanha Ocidental, ver *Elemente einer materialistischen Staatstheorie*. Frankfurt, 1973.

Gastos Públicos Totais (incluindo o Seguro Nacional) *como Percentagem do PIB, Alemanha* (depois de 1948, apenas a República Federal)

1913	15,7%
1928	27,6%
1950	37,5%
1959	39,5%
1961	40,0%
1969	42,5%

A hipertrofia do Estado no capitalismo tardio é inevitável e necessária ao capital total, mas apesar disso cria novas contradições. A nacionalização de parte do capital só faz sentido do ponto de vista da classe burguesa se levar não a uma queda, mas à estabilização, e se possível ao aumento dos lucros do capital privado. Da mesma forma, a redistribuição dos rendimentos sociais para o orçamento nacional não pode levar a uma redução a longo prazo da taxa de mais-valia, ou ameaçar a valorização do capital; do ponto de vista da classe burguesa, o orçamento ideal é aquele que gera um aumento da taxa de mais-valia e da taxa de lucros.

Tudo quanto pode acontecer é, portanto, uma redistribuição "horizontal" por meio da centralização de frações de mais-valia e salários ("salários indiretos") — cuja finalidade é assegurar a realização efetiva de certas despesas importantes para a preservação da sociedade burguesa, que os gastos privados das duas principais faixas de renda não cobrem.

Os limites dessa "redistribuição" são confirmados plenamente pelo estudo de Parkin sobre a evolução dos diferenciais de renda e a incidência de impostos sobre

---

principalmente, se não exclusivamente, por vínculos ideológicos (*op. cit.*, p. 76, 83) negligencia um ponto capital: de que no modo de produção capitalista, a segurança máxima em termos de sobrevivência nunca pode ser garantida por *status* ou renda, mas apenas pela *propriedade do capital*; os administradores são levados, portanto, a adquirir essa propriedade, e assim chegam a ter interesses materiais em comum com a grande burguesia no sentido de manter uma ordem social que defende essa posse.

a população dos países ocidentais entre 1935 e 1960, apesar da existência de sistemas de seguro social particularmente avançados nesses países.[34] Mesmo a possibilidade de uma redistribuição meramente "horizontal" da renda nacional por parte do Estado depende, não obstante, de condições objetivas tais como a taxa geral de aumento de produção, o desenvolvimento da taxa de lucros, as relações de força entre as classes, o espectro de funções desempenhadas pelo Estado e o grau de interferência nos interesses privados necessário à realização dessas funções. Se essas condições registram mudanças graduais (não mencionando as mudanças abruptas), como incontestavelmente vem ocorrendo desde o final da "onda longa de crescimento rápido", o resultado é uma crise financeira endêmica do Estado capitalista tardio.[35] Assim que começa esse processo, as funções específicas do Estado arroladas acima não podem mais realizar-se simultaneamente. A "crise administrativa" permanente do Estado transforma-se com isso numa crise permanente do Estado.

Por outro lado, a crescente função econômica do Estado do capitalismo tardio na centralização e redistribuição de parcelas do excedente social torna a influência sobre suas decisões um objetivo cada vez mais imediato para todos os grupos de capitalistas, e mesmo para capitais individuais. Em muitos casos, o sucesso ou o fracasso dessa influência pode determinar a prosperidade ou a ruína de um capital individual: mais obviamente nos casos em que o Estado é o único cliente, e em que a produção depende dos contratos do Estado. Assim, a articulação efetiva dos interesses da classe burguesa — o processo concreto através do qual o "capitalista total ideal" estabelece determinadas prioridades entre suas diversas funções — adquire uma importância mais decisiva para muitos (a longo prazo para todos) grupos capitalistas do que em qualquer fase anterior do modo de produção capitalista. Duas séries de problemas surgem diretamente do exame das funções gerais do Estado burguês e de suas mutações específicas no capitalismo tardio. Em primeiro lugar, onde e como os interesses de classe capitalistas se formulam e se transformam em objetivos políticos no capitalismo tardio? Em segundo lugar, como o poder econômico e a dominação ideológica se traduzem em controle do aparelho estatal? Em outras palavras, dado que as condições são formalmente "desvantajosas" — visto que a classe operária organizada faz largo uso das liberdades democráticas burguesas — até que ponto o aparelho de Estado burguês é um instrumento adequado de execução dos programas de ação econômicos e sócio-políticos da classe capitalista?

A transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista significa um salto qualitativo da concentração e da centralização do capital, que determina necessariamente um deslocamento da articulação dos interesses burgueses de classe da arena política do parlamento para outras esferas. A maior importância dos escalões superiores do aparato do Estado burguês ("Os ministros entram e saem; a polícia e os secretários permanentes ficam") é apenas uma das manifestações desse deslocamento. A enorme ampliação do campo de ação das intervenções do Estado na vida econômica e social, e a progressão geométrica de leis, decretos, normas e regulamentações de todo tipo significa que os políticos profissionais não conseguem entender, na prática, toda a importância e finalidade de tanta legislação nova, para não mencionar sua formulação. O resultado disso é que o

[34] PARKIN, Frank. *Class Inequality and Political Order*. Londres, 1971. p. 117. Sobre estimativas anteriores da situação na França, na Grã-Bretanha, na Dinamarca e nos Estados Unidos, ver o cap. X de nossa *Marxist Economic Theory*.

[35] Ver o trabalho fundamental de O'CONNOR, James. *The Fiscal Crises of the State*. Nova York, 1973.

próprio "governo", no sentido de "administração", torna-se uma profissão que obedece às regras da divisão do trabalho.

Nessas circunstâncias, os grupos de pressão da classe capitalista adquirem importância enorme. Muitas vezes são a fonte de idéias de novas medidas governamentais ou de emendas, e na prática quase sempre têm a última palavra. O resultado é que as verdadeiras negociações ocorrem mais freqüentemente entre esses grupos de pressão e a administração estatal (talvez com o Governo servindo de mediador) do que entre partidos políticos.[36] A esse respeito é preciso fazer uma distinção entre grupos de pressão, organizações patronais e os verdadeiros monopólios. Os grupos de pressão representam interesses particulares de determinados grupos de capitalistas, de setores específicos da indústria e do comércio, do capital financeiro e de firmas exportadoras contra os produtores nacionais. Em muitos países as organizações patronais representam mais os interesses das pequenas e médias empresas do que os das grandes firmas. Os monopólios propriamente ditos dispõem de um poder financeiro e econômico tão grande que podem intervir diretamente por direito próprio na formulação e constituição das decisões políticas a nível do Estado e do Governo.[37] Nos casos concretos, sempre é necessário verificar como essas várias formas de influência privada que o capital exerce sobre o Estado se ligam, se cruzam e se chocam. O resultado nem sempre é necessariamente o consenso, mas será uma decisão que reflete os interesses de classe da burguesia no sentido de promoção e consolidação das condições gerais de valorização do capital, embora possa, ao mesmo tempo, arriscar interesses particulares mesmo de frações importantes da classe burguesa.

Essa "reprivatização" não oficial, por assim dizer, da articulação dos interesses de classe da burguesia é uma contrapartida da concentração e centralização crescentes do capital. É a sombra inseparável da autonomia e da hipertrofia cada vez maiores do Estado burguês tardio. Atinge o ponto máximo quando as decisões que afeta não são mais opções secundárias, mas sim opções estratégicas e históricas da classe burguesa como um todo. Domhoff fez um longo estudo sobre a forma pela qual a grande burguesia norte-americana toma suas decisões estratégicas globais e formula seus interesses de classe.[38] Na maioria das vezes, todo o processo se desenrola fora da esfera de todas as instituições estatais oficiais (embora haja líderes políticos envolvidos), e é mediado por fundações, "grupos de planejamento político", "grupos de especialistas" etc., até por "grupos de trabalho" específicos que "propõem" ou "sugerem" essas decisões a setores particulares do aparelho de Estado ou do Governo.

A justaposição de uma articulação privada dos interesses de classe da burgue-

[36] Um exemplo entre muitos: enquanto as campanhas políticas agitavam o parlamento, a imprensa e o público a favor e contra a reforma tributária patrocinada pelo governo de coalizão da social-democracia com a democracia-cristã encabeçado por Théo Lefèvre na Bélgica, em 1961/62, os grandes grupos financeiros do país estavam fazendo negociações nos bastidores para estabelecer a emenda do projeto que finalmente foi aprovado, com funcionários públicos e tecnocratas dos ministérios relevantes. Uma reforma tributária muito modesta foi "trocada" por novas regulamentações bancárias, o que permitiu um desenvolvimento explosivo dos créditos bancários a particulares e, com isso, dos lucros bancários.

[37] Ver, por exemplo, SAMPSON, Anthony. *The Sovereign State — the Secret History of ITT*. Londres, 1973. Entre as incontáveis decisões políticas determinadas pela intervenção dessa empresa pode-se apontar as regulamentações oficiais dos Projetos da Quinta República "anti-americana" da França, o que assegurou que os custos dos telefones por linha, em 1970/75, fossem duas vezes mais altos na França do que na Inglaterra ou na Alemanha Ocidental — com lucros mais elevados para a ITT.

[38] DOMHOFF, G. William. "State and Ruling Class in Corporate America". In: HARRIS, F. (Ed.). *In the Pockets of a Few: The Distribution of Wealth in America*. Nova York, 1974. No campo da política externa, Domhoff discute o papel determinante desempenhado por entidades "não oficiais" como a Foreign Policy Association, o World Affairs Council e o Council on Foreign Relations na formação da "opinião pública" burguesa dos Estados Unidos, e sua relação com as maiores corporações e grupos financeiros.

sia a uma centralização crescente das decisões políticas no aparelho técnico-administrativo do Estado leva a uma "síntese" da aliança pessoal entre grandes empresas e altos (os mais altos) funcionários do Governo, que agora tornou-se regra em muitos países. A afirmação de que os grandes capitalistas retiraram-se em grande parte do exercício direto do poder político só pode ser aceita com sérias restrições, e em relação a uns poucos países imperialistas.[39] Nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e no Japão, a conivência entre líderes do aparelho estatal e representantes proeminentes das principais empresas tem sido fartamente documentada desde a Segunda Guerra Mundial (na Grã-Bretanha, os governos trabalhistas têm sido exceção, mas também nesse caso a tendência de "integração" com a cúpula administrativa da economia é inequívoca).[40] Se essa aliança pessoal é menos caracterizada na França, na Itália e na Alemanha Ocidental,[41] é porque o grande capital tem propensão a deixar a administração da rotina cotidiana (assim como nas grandes empresas) em mãos de executivos e especialistas — nesse caso, políticos profissionais — para melhor se concentrar nas *decisões estratégicas* fundamentais.

Quais são os mecanismos concretos pelos quais se exerce o controle da classe burguesa sobre o aparelho do Estado no capitalismo tardio? A dominação financeira e econômica direta da máquina estatal — segundo o axioma marxista de que a classe social que controla o sobreproduto social controla também a superestrutura financiada por ele — continua prevalecendo em grande medida, ainda que seja cada vez menos enfatizada nos escritos marxistas mais recentes sobre essa questão. A dependência do aparelho estatal em relação ao crédito bancário de curto prazo, mais acentuada hoje do que nunca, e mesmo a impotência do "forte" Estado gaullista ou do Governo norte-americano ao lidar com movimentos internacionais de capital, súbitos e de curto prazo, são lembretes bastante claros de que as "cadeias de ouro" que prendem o Estado ao capital monopolista não desapareceram de maneira alguma onde as relações de produção capitalistas não foram abolidas. Mas continua sendo verdade que toda avaliação da dominação política do grande capital que se restringe à pressão direta e óbvia sobre esse tipo de Estado é uma clara vulgarização do marxismo. Os seguintes elementos também devem ser integrados em toda consideração da complexidade do poder político do capital. Embora não se deva identificar as origens de classe dos membros individuais do aparelho do Estado com a natureza de classe do Estado, a máquina estatal capitalista tem, não obstante, uma *organização hierárquica* correspondente à ordem da própria sociedade capitalista;[42] os funcionários mais graduados, virtualmente sem exceção, são de origem burguesa ou estão integrados na burguesia.[43] Brittan forneceu cifras muito significativas referentes ao aparelho de Estado britânico: de 630 mil funcionários do serviço civil inglês, somente 2 500 têm realmente poder de decisão. São os "funcionários públicos administrativos" descritos pelo analista norte-americano Kingsley como os "políticos permanentes",[44] e a maioria deles é recruta-

[39] Ver, por exemplo, KOFLER. *Op. cit.*, p. 55.

[40] Numerosos exemplos dessa aliança pessoal — ilustrada recentemente pela nomeação de Nelson Rockfeller para a vice-presidência dos Estados Unidos — são citados no cap. XIV de *Marxist Economic Theory*. Barnet calcula que de 91 pessoas que ocupavam os cargos mais elevados no governo norte-americano no período 1940-1967, 70 eram do mundo das altas finanças e da grande indústria. Inversamente, inúmeros antigos diplomatas e ministros assumem altos cargos em firmas privadas depois que se aposentam. Ver *The Roots of War*. p. 179, 200.

[41] Mas é preciso lembrar os vínculos pessoais existentes entre Pompidou e o grupo Rothschild, e Giscard d'Estaing e o grupo Schneider-Creusot, e as interconexões de várias facções do Partido Democrata-Cristão italiano com a Fiat, a Montedison, a ENI etc.

[42] BUKHARIN, N. *Theorie des historischen Materialismus*. p. 169-170.

[43] Porque o montante de seus salários lhes permite acumular capital.

[44] KINGSLEY, J. Donald. *Representative Democracy*. Ohio, 1944. Citado por BRITTAN, Samuel. In: *The Treasury under the Tories*. Londres, 1964. p. 19-20.

da de camadas específicas da classe capitalista.[45] Na França, Neynaud mostrou que, em 1962, 80% dos estudantes que entraram na *École Nationale d'Administration*, que treina funcionários para os altos postos do aparelho de Estado francês, pertenciam à "camada mais privilegiada da população".[46]

Mas não é apenas a organização hierárquica que determina a função do Estado capitalista enquanto instrumento da dominação burguesa. É sua estrutura global que assegura ao Estado — mesmo ao mais "democrático" — a possibilidade de desempenhar esse e apenas esse papel,[47] porque essa estrutura é duplamente determinada pela classe burguesa. Em primeiro lugar, a promoção aos cargos executivos do aparato estatal é filtrada por um longo processo de seleção, no qual não é tanto a competência profissional que assegura o sucesso, mas sim a conformidade às normas gerais da conduta burguesa[48] — quando não, como em muitos países imperialistas, participação direta em um dos grandes partidos "governantes". Como essa seleção envolve por si mesma uma eliminação implacável e inculca tanto um espírito competitivo quanto uma empatia para com a ideologia dominante, é inconcebível que alguém que rejeite ou resista à ordem social vigente e às suas normas de pensamento e ação possa chegar, no decorrer comum dos acontecimentos, ao topo do aparelho do Estado burguês. Pacifistas convictos e ativos não costumam tornar-se generais, e é absolutamente certo que não serão chefes do Estado-Maior. Imaginar que o aparelho de Estado burguês pode ser usado para uma transformação socialista da sociedade capitalista é tão ilusório quanto supor que seria possível dissolver um exército com a ajuda de "generais pacifistas".

É claro que em geral sempre se deve lembrar que a ideologia dominante de qualquer sociedade é a ideologia da classe dominante e que a classe que se apropria do sobreproduto social controlará as superestruturas construídas com este.[49] A função do Estado burguês de proteger institucionalmente e legitimar juridicamente a propriedade privada é algo que impregna necessariamente a estrutura típica de crenças e comportamento da grande maioria da população em tempos "normais". Deve, portanto, exercer uma influência muito mais poderosa sobre aqueles membros da sociedade que são empregados por vocação no próprio aparelho do Estado,[50] pois a ideologia geral da burguesia inevitavelmente continua predominando de forma maciça sobre a classe operária durante os "períodos de calma", no interior da estrutura de divisão de trabalho, do trabalho atomizado e do comércio fetichizado da produção generalizada de mercadorias. Grande número de "mitos básicos" são aceitos, nessas circunstâncias, pela maioria da população, como evidentes por si mesmos, pela mesma razão pela qual constituem um reflexo ideológico

[45] BRITTAN. *Op. cit.*, p. 20, 23. Esse autor descreve sua origem como sendo das "classes médias não comerciais", que "tendem a possuir pequenas rendas privadas investidas em títulos do Governo ou outras obrigações a juros fixos". Mas ao mesmo tempo afirma: "Elas não faziam parte da burguesia capitalista, a qual Marx erroneamente acreditava ter capturado a máquina estatal". A burguesia é a classe de proprietários de capital — e as famílias de altos funcionários públicos descritas por Brittan pertencem indubitavelmente a essa classe. Ele evidentemente confunde a burguesia como um todo com seu estrato superior economicamente dominante. Já explicamos por que esse estrato superior geralmente não exerce o poder de forma direta.

[46] MEYNAUD, Jean. *La Technocratie*. Paris, 1964. p. 51.

[47] A incapacidade de ententer o caráter estrutural do Estado burguês e das relações de produção capitalista é a principal fonte de erros de todos os reformistas e neo-reformistas, inclusive dos que têm as "melhores intenções": aqueles que propõem reformas "que transcendem o sistema" e os adeptos da "aliança antimonopólios".

[48] BRITTAN. *Op. cit.*, p. 33, 58, 76. MILIBAND, Ralph. *The State in Capitalist Society*. Londres, 1969. p. 120-129.

[49] Marx e Engels: "As idéias da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes: a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *intelectual* dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material controla também os meios de produção intelectual". *The German Ideology*. 1960. p. 39.

[50] Uma bela exceção que confirma a regra são os inspetores trabalhistas criados pela legislação social, cuja atividade oficial sempre é necessariamente restrita, na medida em que sua função não é defender os interesses da propriedade privada e do lucro, mas sim prejudicá-los.

das relações sociais vigentes. O enorme poder integrador do sistema estatal burguês torna-se, assim, imediatamente compreensível. Simbioses com o aparelho capitalista de Estado, realizadas por meio de numerosos comitês mistos, arrastam quadros dirigentes dos partidos de massa da classe operária e dos sindicatos à conformidade com o sistema, quando não ao conluio direto com o capitalismo tardio.[51] A rigorosa utilização do Estado burguês como arma dos interesses de classe dos capitalistas é escondida tanto dos atores quando dos observadores e vítimas dessa tragicomédia pela imagem mistificadora do Estado como árbitro *entre* as classes, representante do "interesse nacional", juiz neutro e benevolente dos méritos de todas as "forças pluralistas".[52]

A forma pela qual essa utilização funciona na prática pode ser ilustrada por um relato das origens do planejamento econômico na Grã-Bretanha, feito por jornalista liberal-burguês e apresentado ingenuamente como prova da "conversão" do capitalismo em "economia mista", na Inglaterra:

> "Quando Selwyn Lloyd (ministro conservador da Fazenda) assumiu o Ministério, já pensava que o planejamento a longo prazo das despesas do Governo era, como outras coisas nas quais acreditava, 'bom senso'. Ele havia se convertido também à crença de que o planejamento tem algo a oferecer ao setor privado, numa conferência da Federation of British Industries, realizada em Brighton no final de novembro de 1960, para considerar 'Os Próximos Cinco Anos'[53] ... Compareceram à Conferência de Brighton os 121 empresários mais importantes e 31 convidados, inclusive ministros e dirigentes de indústrias nacionalizadas, e alguns economistas.[54] ... No decorrer de 1960, algumas das inteligências mais vivas do Ministério da Fazenda, independentemente da FBI, interessaram-se por novas idéias que agilizassem a indústria britânica ... Era muito pequeno o número de funcionários que pensavam valer a pena reunir os projetos e planos pelos quais algumas indústrias já estavam funcionando, para ver se se ajustavam".[55]

Seria difícil encontrar uma confirmação mais óbvia da estimativa marxista das funções do Estado burguês tardio do que esse relatório sincero das decisões estratégicas sugeridas pelos "empresários mais importantes", enfatizadas pelos altos funcionários civis e executadas pelos políticos burgueses.

Em segundo lugar, a estrutura do Estado burguês é determinada pelos princípios de separação dos poderes e de uma burocracia profissional — em outras palavras, a prevenção permanente de qualquer exercício direto do poder (autogestão) por parte da massa da classe operária. Essa estrutura poderia, na melhor das hipóteses, constituir uma democracia *indireta* — governo dos representantes do povo, ao invés do governo do próprio povo;[56] mas na verdade mesmo isso tem caráter puramente formal, por causa da impotência econômica da maioria dos assalariados em relação à aquisição dos meios materiais necessários ao exercício efetivo de suas liberdades democráticas. Essa impotência não é só conseqüência direta da de-

[51] Sobre esse problema, ver todo o cap. VII do livro de Miliband, que inclui o seguinte comentário exemplar feito pelo catedrático norte-americano Heilbroner: "A característica mais impressionante do clima ideológico contemporâneo é que todos os grupos 'dissidentes', trabalhistas, governamentais ou acadêmicos procuram acomodar suas propostas de mudança social aos limites de adaptabilidade à ordem econômica dominante". (*Op. cit.*, p. 214.)

[52] O livro de Galbraith (*American Capitalism: The Concept of Countervailing Power*. Londres, 1956) é um bom exemplo dessas teses mistificadoras.

[53] BRITTAN, Samuel. *Op. cit.*, p. 216.

[54] *Ibid.*, p. 217.

[55] *Ibid.*, p. 219.

[56] A extensão em que esse caráter puramente formal da democracia representativa é hoje aberta e cinicamente admitido pelos "especialistas" — em oposição aos ideólogos "puros" — é revelada pelo desenvolvimento da técnica de "si-

sigualdade de propriedade sob o capitalismo, mas também da alienação e da fragmentação do trabalho, que condiciona constantemente a consciência dos trabalhadores condenados a elas. A consciência de classe proletária só pode ser obtida e exercida *coletivamente*, enquanto todo trabalhador é admitido na cabine eleitoral apenas enquanto indivíduo isolado e atomizado. Um aparelho de Estado construído sobre essas bases se propõe a administrar o sistema social existente — ou, na melhor das hipóteses, modificá-lo mediante reformas "aceitáveis", isto é, assimiláveis. Sua função é intrinsecamente conservadora. Um aparelho de Estado que não preserva a ordem social e política seria tão impensável quanto um extintor de incêndio que espalha chamas ao invés de apagá-las. Uma instituição conservadora desse gênero é por natureza totalmente incapaz de conceber, para não dizer efetivar, qualquer alteração radical do sistema social vigente. No capitalismo tardio, os ministros podem ser especialistas, e vice-versa. Mas a ideologia burguesa os confina rigorosamente a soluções "racionais" de problemas parciais; é preciso que continuem aprisionados nessa ideologia a fim de exercer suas funções de maneira socialmente (não tecnicamente) competente. Uma das confirmações mais notáveis dessa regra é o destino de medidas antimonopolistas, muitas vezes introduzidas em vários setores de uma economia capitalista "a fim de proteger o público" (os "interesses gerais do capital", quando não os "interesses gerais da sociedade"). Essas medidas são tipicamente convertidas, na prática, em medidas *vantajosas* aos monopólios ou a grupos específicos de capitalistas:

> "Mesmo os órgãos mais bem dirigidos, com as melhores intenções, sempre dependem da indústria que administram. Os administradores precisam confiar nos administrados simplesmente por causa das informações básicas que necessitam para tomar decisões. Uma vez tomadas as decisões, sua aplicação forçada a todas as operações de uma indústria esmagaria todo o quadro de funcionários da indústria, se fosse levada a sério — o que não costuma acontecer".[57]

O caráter estrutural e fundamentalmente conservador do aparelho de Estado burguês, que faz dele um instrumento eficaz para a manutenção e defesa das relações de produção capitalistas, expressa-se da forma mais clara quando essas relações de produção são diretamente ameaçadas por crises pré-revolucionárias e revolucionárias. Nessas situações, o proletariado se desvencilha *periodicamente* da dominação em geral maciça da ideologia burguesa. O proletariado então, de maneira característica e instintiva, faz da transformação radical das relações de produção existentes o objetivo das ações de massa em larga escala, ou mesmo a questão principal de campanhas eleitorais. Nessas conjunturas, o livre desenvolvimento de

---

mulação feita pelo computador" nas eleições norte-americanas. Pollock resume da seguinte forma a importância disso: "O eleitorado sempre receberá a imagem do candidato e a solução dos problemas correntes que lhe parece a mais desejável no momento, embora possa harmonizar-se muito pouco com os princípios ou interesses da sociedade. É como se as artimanhas do demagogo, baseadas na intuição e na capacidade de entrar em empatia e, por assim dizer, ainda num estágio artesanal, estivessem sendo substituídas por métodos altamente racionalizados de procedimentos automáticos. *Supõe-se que a grande maioria dos eleitores definam sua posição em relação a problemas individuais de maneira muito esquemática e sejam incapazes de julgar se um candidato realmente merece a confiança que lhe demonstram por meio de voto.* São manipulados como consumidores, cuja liberdade de comprar o que desejam... pode existir em um caso individual, mas que só se aplica em grau muito limitado aos consumidores enquanto grupo". (*Op. cit.*, p. 345-346). (Os grifos são nossos. E. M.)

[57] *The New York Review of Books*. 28 de junho de 1973. Há muitos exemplos no livro de Kolko sobre as ferrovias norte-americanas, e também em GREEN, Mark. *The Monopoly Makers*. Nova York, 1973. Para exemplos anteriores dessas práticas largamente difundidas, ver o cap. XIV de nossa obra *Marxist Economic Theory*.

suas lutas políticas pode constituir-se em ameaça direta ao modo de produção capitalista.

Quando se defronta com esse perigo, a classe burguesa ainda pode continuar manobrando. Pode prometer ou decretar reformas, criar uma impressão temporária de mudança fundamental, de preferência a permitir que ocorra uma verdadeira revolução social.[58] Mas no final será obrigada a lançar mão da *ultima ratio* da força bruta. A verdadeira natureza do aparelho de Estado capitalista é então revelada de maneira súbita e inequívoca. Fundamentalmente continua sendo o que sempre foi, um "grupo de homens armados" contratados para manter a dominação política de uma classe social. Se necessário, proclamará um "estado de sítio", como no Chile, em 1973, quando suas ações se tornaram explicitamente um ataque à classe operária de seu próprio país, e sua maquinaria um instrumento de guerra civil. A transição do serviço militar para um exército profissional, justificada em grupos puramente técnicos, e a ampliação de instituições repressivas e da legislação punitiva, na maioria dos Estados imperialistas, é mais uma confirmação de que em toda parte, na fase tardia do capitalismo, a classe burguesa está se preparando e se armando para esses "casos excepcionais", e não se entregará passivamente a crises sociais explosivas.[59]

A propensão do capitalismo tardio a desenvolver formas extremas de ditaduras violentas manifestou-se até agora em situações excepcionais, quando produziu Estados fascistas ou regimes semifascistas como os sistemas militares espanhol ou chileno, que também tentam liquidar o movimento organizado dos trabalhadores e atomizar o proletariado enquanto classe. Não obstante, é a partir das tendências visíveis no desenvolvimento econômico e social do estágio presente do capitalismo monopolista que se deve tirar conclusões sobre a evolução política geral do Estado capitalista tardio. Hoje o movimento se dirige claramente a um "Estado forte", impondo restrições cada vez maiores às liberdades democráticas que existiram no passado, quando as condições eram mais propícias para o movimento organizado da classe operária.

As razões básicas desse desenvolvimento foram apresentadas nos capítulos 5 e 7 deste trabalho. No momento estamos numa "onda longa dominada pela estagnação". Grandes lutas sobre a taxa de mais-valia já arderam no final da "onda longa de expansão" anterior, e a desaceleração atual da taxa de crescimento econômico só pode torná-las mais explosivas. Na verdade, são mais intensificadas ainda por todo o modo característico de funcionamento do próprio capitalismo tardio, cujas técnicas de planejamento econômico e subsídios públicos à indústria privada dão ao proletariado uma educação permanente em relação a toda luta de classes, econômica e social — em outras palavras, *política*.

Agora a classe operária pode potencialmente usar sua força organizada, por meio de ações populares diretas e greves gerais, para resolver os enormes problemas sociais criados pelas contradições internas do capitalismo tardio.[60] Mas o exercício do poder proletário opõe-se cada vez mais a outra tendência inerente ao capi-

[58] Exemplo disso é o famoso *slogan* do SPD da Alemanha, "A socialização está avançando", que tencionava persuadir os trabalhadores, na época da Assembléia de Weimar, a aceitar a supressão dos conselhos, que seriam a única possibilidade de conseguir essa socialização, em dezembro de 1918/janeiro de 1919.

[59] O campo de treinamento ideal para essa preparação são as guerras coloniais dos "governos democráticos", como a da França, na Argélia, da Inglaterra, na Malásia ou na Irlanda do Norte, e dos Estados Unidos, no Vietnam.

[60] Na última década tem havido um gráfico ascendente de greves de massa políticas e semipolíticas e de greves gerais na Europa ocidental, da greve geral belga em 1960/61, à greve geral francesa de maio de 1968, às greves de massa na Itália, em 1969, e às duas greves dos mineiros britânicos, de 1972 e 1974.

talismo tardio, a subordinação de todos os elementos do processo produtivo e reprodutivo ao controle direto do capital monopolista e de seu Estado. As lutas por aumento de salário realizadas pelos sindicatos e os direitos irrestritos de greve, as liberdades "normais" e liberais de imprensa, de reunião e de organização, o direito a manifestações — tudo isso está se tornando cada vez mais intolerável ao capitalismo tardio. Portanto, o Estado precisa restringi-las, enfraquecê-las e aboli-las legalmente. A luta para preservar e ampliar esses direitos não desenvolve apenas uma compreensão mais profunda da verdadeira natureza de classe do Estado capitalista tardio e da democracia parlamentar burguesa, e também da superioridade da democracia proletária dos conselhos dos trabalhadores como forma social de liberdade genuína; também proporciona mais energia para a luta decisiva pelo poder entre capital e trabalho, por meio da demonstração constante de que a classe operária não pode romper a dominação do capital em cada fábrica separadamente, mas apenas na sociedade como um todo. O pré-requisito dessa emancipação é a conquista do poder político e a demolição do aparelho de Estado burguês pelos produtores associados.

16

A Ideologia na Fase do Capitalismo Tardio

Assim como a marcha triunfal do capitalismo ascendente foi seguida de uma convicção profunda da onipotência e excelência da concorrência, a retirada do capitalismo decadente está sendo acompanhada pela proclamação generalizada das vantagens da organização.[1] A expressão mais óbvia dessa "crença na organização" é o ideal capitalista tardio de uma "sociedade arregimentada", onde cada um tem (e mantém) o seu lugar, enquanto os legisladores visíveis (e invisíveis) asseguram o crescimento estável e contínuo da economia, dividem os benefícios desse crescimento de maneira mais ou menos "eqüitativa" entre todas as classes sociais e protegem um número cada vez maior de setores do sistema econômico e social das repercussões de uma economia de mercado "pura". O "pioneiro industrial vigorosamente individualista" é substituído pela "equipe de especialistas",[2] e os "gigantes financeiros" pelas diretorias anônimas (em simbiose com burocratas, e às vezes até com líderes sindicais). A *crença na onipotência da tecnologia é a forma específica da ideologia burguesa no capitalismo tardio.* Essa ideologia proclama a capacidade que tem a ordem social vigente de eliminar gradualmente todas as possibilidades de crise, encontrar uma solução "técnica" para todas as suas contradições, integrar as classes sociais rebeldes e evitar explosões políticas. A noção de uma "sociedade pós-industrial",[3] na qual se supõe que a estrutura social é dominada por normas de "racionalidade funcional", corresponde à mesma tendência ideológica. Nas camadas intelectuais "superiores", ela se expressa por meio de um estruturalismo estático que herdou de Hegel a categoria de totalidade, mas não a de movimento, e que adotou a categoria da reprodução orgânica de todas as formações so-

[1] O fato de que esses processos não eram de maneira alguma "evidentes por si mesmos" e espontaneamente aceitos pode ser provado inclusive pela história da lingüística. A subordinação dos valores de uso aos valores de troca não corresponde mais à "natureza do homem" do que a subordinação ao aparato de dominação controlado pelo grande capital. O clamor violento do camponês ainda comprometido com a economia natural repercutiu profundamente no século XIX: o comércio de mercadorias é sinônimo de roubo e de fraude. Como os negociantes daquela época, o organizador ou planejador de hoje é comumente visto como trapaceiro. Desde a Primeira Guerra Mundial a identificação (oriunda da economia de guerra e dos campos de concentração) entre "organização" e "roubo" persiste teimosamente na linguagem popular, na qual "planejamento" ainda equivale a "esbanjamento". Ver, por exemplo, ZAHN. *Op. cit.*, p. 72 *et seq.*

[2] *The New Industrial State*, de Galbraith, com sua crença na onipotência de uma "tecno-estrutura" é um arquétipo dessa concepção.

[3] Ver BELL, Daniel. *The Coming of Post-Industrial Society*. Nova York, 1973.

ciais do materialismo dialético, mas não a de sua decomposição inevitável. Não é por acaso que os acontecimentos de maio de 1968 aplicaram na França um golpe devastador para essas teorias, do qual elas nunca se recobraram.

Embora haja muitas versões dessa ideologia, as teses seguintes, especificadas por Kofler, são comuns à maioria (se não a todas) das proposições da "racionalidade tecnológica":

1) o desenvolvimento técnico e científico condensou-se num poder autônomo de força invencível;

2) as visões tradicionais do mundo, do homem e da história que formam os "sistemas de valor" que estão além do domínio da ação e do pensamento funcional são reprimidas como algo sem sentido ou que já não representa papel significativo na consciência popular. Esse processo de "desideologização" é o resultado da racionalização tecnológica prevista por Weber em seu paradigma do "desencanto do mundo";

3) o sistema social vigente não pode ser desafiado por causa de sua racionalização técnica; problemas emergentes só podem ser resolvidos por meio de tratamento funcional feito por especialistas; por isso as massas aceitam de boa vontade a ordem social vigente;

4) a satisfação progressiva das necessidades por meio de mecanismos tecnológicos de produção e consumo reforça o consenso popular de incorporação e subordinação;

5) a dominação tradicional de classe deu lugar à dominação anônima da tecnologia, ou ao menos a um Estado burocrático que é neutro em relação às classes ou grupos e que se organiza sobre princípios técnicos; a política de partidos transforma-se em luta contra adversários imaginários, uma tese especialmente enfatizada por Schelsky.[4]

A ideologia da organização é um reflexo direto do capitalismo tardio, em que a sociedade burguesa não pode sobreviver sem a função controladora do Estado. Mas também enraizou-se em nível mais profundo — e menos direto — da tendência à industrialização das atividades superestruturais já analisadas.[5] Muitas dessas atividades já se organizam hoje em termos industriais: são produzidas para o mercado e têm por objetivo a maximização do lucro. Sob esse aspecto, a pop-arte, os filmes feitos para a televisão e a indústria do disco são fenômenos típicos da cultura capitalista tardia.

Para o indivíduo cativo, cuja vida é inteiramente subordinada às leis do mercado — não apenas (como no século XIX) na esfera da produção, mas também na esfera do consumo, da recreação, da cultura, da arte, da educação e das relações pessoais — parece impossível romper a prisão social. A "experiência cotidiana" reforça e interioriza a ideologia neofatalista da natureza imutável da ordem social do capitalismo tardio. Tudo que resta é o sonho da fuga — por meio do sexo e das drogas, que por sua vez são imediatamente industrializados. O destino do homem

[4] KOFLER. *Op. cit.*, p. 74.
[5] Ver o cap. 12 deste livro.

unidimensional parece inteiramente predeterminado.[6] Mas na realidade, o capitalismo tardio não é de forma alguma uma sociedade completamente organizada. É apenas uma *combinação* híbrida e bastarda de organização e anarquia. O valor de troca e a concorrência capitalista não foram abolidos de maneira alguma. Em nenhum sentido a economia baseia-se em produção planejada de valores de uso destinados a satisfazer as necessidades do homem. A busca de lucro e a valorização do capital continuam sendo o motor de todo o processo econômico, com todas as contradições não resolvidas que elas geram de modo inexorável. Na estrutura dessa ordem econômica de capitalismo privado, a direção e a orientação estatal da economia são apenas paliativos para remendar as rachaduras e adiar as explosões. Mas, por trás da fachada, a ruína está se propagando.

A tese da abolição, reconciliação ou repressão de todas as contradições — o fim de todas as ideologias[7] — não passa, ela mesma, de ideologia ou falsa consciência. Sua função objetiva é simplesmente convencer as vítimas do trabalho alienado de que não faz sentido rebelar-se contra ele. Assim, não consegue explicar as novas explosões periódicas de rebelião, a não ser por meio de clichês psicológicos. Mas, como toda ideologia, não é apenas uma "fraude", mas um reflexo específico e socialmente determinado da realidade que mistifica.

A ideologia do "racionalismo tecnológico" pode ser apresentada como uma mistificação que esconde a realidade social e suas contradições em quatro níveis sucessivos. *Primeiro*, representa um exemplo típico de reificação, como observou Kofler. Todo burguês e muitos teóricos que se consideram marxistas apregoam a onipotência da tecnologia, elevando-a a um mecanismo completamente independente de todos os objetivos e decisões humanas, que age independentemente da estrutura e da dominação de classe, de forma automática como uma lei natural.[8] A distinção entre história natural e história humana, essencial para o materialismo histórico, na verdade desaparece. Desse modo Habermas, endossando a tese de Gehlen de que os meios de trabalho suplementam as capacidades físicas inadequadas do homem, chega à conclusão equivocada de que:

> "Na medida em que a organização da natureza humana não muda, e que temos de manter a vida por meio do trabalho social e de instrumentos que são substitutos do trabalho, é impossível ver como poderíamos algum dia nos descartarmos da tecnologia, na verdade de *nossa* tecnologia, para uma tecnologia qualitativamente diferente".[9]

Atrás desse sentimento está uma crença ingênua ou apologética de que apenas a tecnologia desenvolvida pelo capitalismo é capaz de compensar a inadequação do trabalho manual simples. O grande desperdício do capitalismo tardio zomba dessa concepção, e naturalmente Habermas é incapaz de apresentar alguma prova a seu favor. Continua sendo um mistério por que homens e mulheres em condições sociais diferentes, cada vez mais liberados do trabalho mecânico e desenvolvendo progressivamente sua capacidade criativa, não conseguiriam promover uma tecnologia que respondesse às necessidades de uma "individualidade rica". Commoner, ao contrário de Habermas, mostrou de forma convincente, a partir de exemplos de mau uso de fertilizantes químicos, da difusão dos detergentes e da po-

[6] Ver MARCUSE, Herbert. *One Dimensional Man*. Londres, 1964. Especialmente os cap. VI e VII.
[7] Daniel Bell *(The End of Ideology*. Glencoe, 1960) parece ter sido o primeiro a emitir esse conceito.
[8] Os germes dessa concepção falsa e reificada da tecnologia podem ser encontrados em Bukharin *(Theorie des Historischen Materialismus*. p. 126, 131, 148-150) e inicialmente foram criticados por Lukács. Em *One Dimensional Man*, Marcuse chega muito perto de uma reificação análoga da ciência.
[9] HABERMAS, Jürgen. *Technik und Wissenschaft als "Ideologie"*. Frankfurt, 1969, p. 56-57.

luição do ar, que ameaças ao meio ambiente não respondem a nenhuma "necessidade técnica", mas sim a decisões tecnológicas perniciosas determinadas por interesses privados — perniciosas do ponto de vista dos interesses da humanidade. E chega à seguinte conclusão:

> "A terra não está sendo poluída porque o homem seja uma espécie animal particularmente suja, nem porque sejamos muito numerosos. O erro está na sociedade humana — nas formas que a sociedade escolheu para ganhar, distribuir e usar a riqueza extraída do planeta pelo trabalho humano. Assim que as origens sociais da crise se tornem claras, podemos começar a planejar ações sociais adequadas para resolvê-la".[10]

Hoje em dia, os interesses de classe e as leis econômicas de desenvolvimento da ordem social *vigente* (incluindo as leis da concorrência, cuja soma de "acidentes" produz o concorrente mais forte num momento específico, num mercado específico) governam as decisões tecnológicas básicas. Um exemplo a mais de seu funcionamento será aqui suficiente.

A deformação gritante do desenvolvimento urbano a partir da Revolução Industrial é o produto inequívoco de condições sociais: propriedade privada da terra; especulação de bens imóveis; subordinação sistemática do planejamento urbano ao desenvolvimento dos "setores em crescimento" da indústria privada; subdesenvolvimento geral dos serviços socializados. Essas condições societárias, longe de serem controladas ou neutralizadas por qualquer lógica técnica, determinaram por sua vez subdesenvolvimento tecnológico — como o atraso dos métodos industriais na construção civil, por exemplo — e desenvolvimento anormal (conjuntos de prédios enormes, cidades-dormitório etc.).[11]

Segundo, a ideologia da "racionalidade técnica" é incompleta, e por isso internamente incoerente. Fracassa completamente ao tentar explicar a propagação do irracionalismo e a regressão à superstição, ao misticismo e à misantropia que acompanham a suposta vitória da "racionalidade tecnológica" do capitalismo tardio.[12] A contradição entre a maior capacidade e cultura da massa da classe operária, por um lado, e a estrutura hierárquica petrificada de mando na fábrica, na economia e no Estado, por outro, gera uma ideologia pragmática e apologética que combina a idealização dos "especialistas" com o ceticismo em relação à "educação" e à "cultura". Essa ideologia substitui a fé ingênua na perfeição do homem, característica da burguesia ascendente dos séculos XVIII e XIX, pela "certeza" da "natureza" agressiva e incorrigivelmente má do homem. Um neodarwinismo grosseiro (Lorenz), um profundo pessimismo em relação à cultura e à civilização e uma misantropia fundamental servem de suporte auxiliar à ideologia da "racionalidade técnica" em sua justificativa global da ordem social vigente.[13]

Os germes da "destruição da razão" — que apareceram pela primeira vez no começo do período monopolista ou imperialista — frutificam em ideologias fascistas ou criptofascistas do período entre-guerras.[14] Apesar da bajulação contemporânea às ciências exatas, da aura dos especialistas e do culto às viagens espaciais, o irracionalismo continuou florescendo de diversas formas desde a Segunda Guerra Mundial. Sugestivamente, difundiu-se agora em larga escala nos países anglo-sa-

[10] COMMONER, Barry. *The Closing Circle: Nature, Man and Technology*. Londres, 1972. p. 178.
[11] É por isso que sociólogos marxistas como Henri Lefebvre, que fizeram minuciosa pesquisa dos problemas do planejamento urbano, opõem-se veementemente à tecnocracia e à fé cega na especialização parcial. Ver seu trabalho *Vers le Cybernanthrope*. Paris, 1971; CASTERMAN. *La Pensée Marxiste et la Ville*. Paris, 1972.
[12] Kofler também faz uma excelente análise dessa questão (*op. cit.*, p. 64-65 *et pas.*). Mas não discute os outros dois aspectos mistificadores da ideologia da "racionalidade tecnológica" de que tratamos abaixo.
[13] É óbvio que a vida sob a ameaça de aniquilação atômica, à qual a humanidade está condenada hoje, proporciona terreno particularmente fértil para a propagação desse irracionalismo fatalista.
[14] Ver LUKÁCS, Georg. *Die Zerstörung der Vernunft*. Neuwied, 1962.

xões, que antes da Segunda Guerra Mundial ainda eram dominados pelo pragmatismo burguês-racionalista. Os fenômenos ideológicos "inferiores" como o enorme desenvolvimento da astrologia e da quiromancia comerciais, e o uso de narcóticos devem ser considerados à mesma luz.[15] A estrutura social e a ideologia do capitalismo tardio também inculcam o empenho compulsivo pelo sucesso e uma submissão mecânica à "autoridade tecnológica", o que freqüentemente gera tensões neuróticas. Essas formas de comportamento, com a conseqüente eliminação do pensamento crítico ou da consciência, e o treinamento à cega obediência e ao conformismo, potencialmente criam pré-requisitos perigosos para a aceitação semifascista de ordens desumanas, por razões de conveniência ou hábito.[16]

Terceiro, a ideologia da "racionalidade tecnológica" mistifica a realidade do capitalismo tardio ao afirmar que o sistema é capaz de superar todas as contradições sócio-econômicas fundamentais do modo de produção capitalista. O presente trabalho tenta mostrar que o capitalismo tardio não conseguiu nem pode conseguir tal coisa. Na verdade, a suposta "integração" da classe operária à sociedade capitalista tardia depara-se inevitavelmente com uma barreira intransponível — a incapacidade que tem o capital de "integrar" o trabalhador como produtor em seu local de trabalho e proporcionar-lhe um trabalho criativo, ao invés do trabalho alienado, como meio de "auto-realização". Os acontecimentos na Europa e fora dela desde a rebelião francesa de maio de 1968 demonstraram isso plenamente.[17] Quando sincera e profundamente os trabalhadores hostis ao capitalismo declaram a impotência do proletariado dos países imperialistas em desafiar a ordem social vigente, seu trágico engano os transforma em engrenagens involuntárias da vasta máquina ideológica construída pela classe dominante para atingir o objetivo vital de convencer a classe operária de que é impossível mudar a sociedade. A fonte desse engano encontra-se menos nos "sucessos" do capitalismo tardio do que na decepção com a degeneração burocrática das primeiras revoluções socialistas vitoriosas[18] e em estimativas errôneas do caráter conjuntural e transitório do declínio da consciência de classe do proletariado. Foi uma trágica má interpretação dos fatos que levou Adorno a afirmar:

> "O gesto pseudo-revolucionário é o complemento da impossibilidade técnica e militar de uma revolução espontânea, sugerida anos atrás por Jürgen von Kempski. Contra aqueles que controlam a bomba, as barricadas são ridículas; brinca-se, portanto, de barricadas, e os senhores deixam que se brinque à vontade durante algum tempo".[19]

Adorno não conseguiu entender que a "tecnologia militar" não pode ser aplicada independentemente de pessoas vivas engajadas nas atividades sociais. Em última análise, Auschwitz e Hiroshima não foram produto da tecnologia, mas sim das *relações de forças sociais* — em outras palavras, foram o ponto final (provisório) das grandes derrotas históricas do proletariado internacional depois de 1917. Depois da Segunda Guerra Mundial, uma aniquilação tão completa na forma e tão vasta em escala deixou de ser possível por toda uma época histórica. A Guerra do Vietnam mostrou que não foi a "tecnologia militar", mas sim a crescente resistência à guerra por parte da população norte-americana que limitou o tipo de armas que os

[15] As maciças frustrações psicológicas produzidas pelo capitalismo tardio, entre outras coisas pela imposição sistemática de insatisfação com o consumo — sem o que seria impossível uma elevação duradoura do consumo — desempenham aqui papel importante.

[16] Ver os experimentos aterrorizantes do Prof. MILGRAM. *Obedience to Authority*. Londres, 1974.

[17] Esse problema é discutido posteriormente, no último capítulo deste livro.

[18] A ideologia dominante oscila entre a "teoria do totalitarismo" e a "teoria da convergência" ao considerar o bloco oriental, adaptando-se pragmaticamente às "necessidades" predominantes da "guerra fria" ou da *détente* — às necessidades, em outras palavras, do capital.

[19] ADORNO, Theodor. "Marginalien zu Theorie und Praxis". In: *Stichworte — Kritische Modelle 2*. Frankfurt, 1969 p. 181.

"senhores" podem desenvolver. Ao mesmo tempo, as barricadas nas quais os estudantes franceses supostamente "brincaram" em maio de 1968 desencadearam uma greve de massa de 10 milhões de trabalhadores, empregados e técnicos, e provaram, por sua vez, que, dado certo equilíbrio de forças políticas e sociais, o uso de meios de repressão mortíferos torna-se impossível ou não funciona nas ruas. Afirmar, depois dessas experiências, que a resistência ou rebelião de massa dos governados só ocorre devido à tolerância temporária dos governantes não é apenas absolutizar o poder desses últimos de forma a-histórica: é ajudá-los objetivamente a convencer os governados de sua impotência e, em conseqüência, da inutilidade da revolta radical. É essa convicção — mais que as armas de destruição em massa — que hoje constitui o mais eficiente dos instrumentos de dominação do capital.[20]

Os filósofos que se tornam vítimas do fetichismo da tecnologia e superestimam a capacidade que tem o capitalismo tardio de conseguir a integração das massas se esquecem, de maneira característica, da contradição fundamental entre valor de uso e valor de troca, que dilacera o capitalismo, quando tentam prover a impossibilidade de resistência popular à ordem social vigente. Fazem grande rebuliço em torno do fato de o capital conseguir transformar "tudo" em mercadoria, inclusive a literatura marxista revolucionária. É absolutamente verdade que os editores, "insensíveis" ao valor de uso específico de suas mercadorias, viram no interesse crescente de um grande público pela literatura marxista a oportunidade de fazer um bom negócio. Mas quem considera esse fenômeno uma "integração" do marximo ao "mundo das mercadorias" recusa-se a entender que a ordem social burguesa e o consumidor individual não têm, de forma alguma, uma atitude "neutra" ou "isenta de valor" quanto ao uso específico da "literatura marxista". A distribuição em massa da literatura marxista — mesmo via mercado — significa, em última instância, formação (ou elevação) da consciência de massa anticapitalista. A produção ideológica que assim se transforma em mercadoria arrisca-se a perder sua função objetiva de consolidar o modo de produção capitalista, devido à natureza do valor de uso vendido.

Um exemplo muito recente da natureza contraditória do "processo de integração ideológica" é dado pela consciência — em rápido crescimento — das ameaças industriais ao meio ambiente nos países imperialistas. Do ponto de vista da produção de mercadorias e de valor, não há dúvida de que isso pode abrir novos mercados para a economia capitalista tardia: está surgindo toda uma "indústria ecológica".[21] Mas perceber apenas esse aspecto imediato do problema, sem ver também que a discussão sistemática da natureza da ameaça ao meio ambiente, como conseqüência do próprio modo de produção capitalista e que não pode ser eliminada por ele, pode ser uma arma poderosa contra o capitalismo (não só no âmbito da "teoria abstrata", mas também como "estímulo à ação" e a mobilizações de massa), é estar cego diante da complexidade da crise social do capitalismo tardio.

Isso nos traz ao *quarto* nível, e o mais importante, no qual se pode provar que a ideologia da "racionalidade tecnológica" não passa de mistificação. O conceito de racionalidade capitalista desenvolvido por Lukács,[22] seguindo Weber, é na verdade uma *combinação contraditória de racionalidade parcial e de irracionalidade*

[20] O beco sem saída em que a Escola de Frankfurt acabou entrando (e onde também se encontrava Herbert Marcuse antes do Maio Francês) foi uma conseqüência direta de sua tese de que a classe operária "integrada" é, em última instância, incapaz de ação e de consciência socialista. Pesquisamos melhor essa questão em "Lenin and the Problem of Proletarian Class Consciousness", que apareceu na coletânea *Lenin, Revolution und Politik*. Frankfurt, 1970.
[21] Ver RIDGEWAY, James. *The Politics of Ecology*. Nova York, 1970.
[22] LUKÁCS, Georg. *History and Class Consciousness*. p. 88 *et seqs*.

total.[23] Pois a pressão no sentido do cálculo e da quantificação exatos dos processos econômicos, gerada pela universalização da produção de mercadorias, vai de encontro à barreira intransponível da propriedade privada e da concorrência capitalista e o resultado é a *impossibilidade de determinar com exatidão as quantidades de trabalho socialmente necessárias* contidas realmente nas mercadorias produzidas.

Essa contradição se manifesta no fato de que as medidas microeconômicas tomadas pelos empresários com base em "cálculos racionais" levam inevitavelmente a resultados macroeconômicos que conflitam com elas. Todo *boom* de investimento leva à supercapacidade e à superprodução. Toda aceleração na acumulação de capital acaba por levar à desvalorização do capital. Toda tentativa feita pelo empresário para aumentar "sua" taxa de lucro, forçando uma baixa nos custos de produção, leva, no final, a uma queda da taxa média de lucro. Se em última instância a racionalidade econômica é considerada economia de tempo de trabalho[24] — poupança de trabalho humano — então a contradição inerente ao capitalismo entre a racionalidade parcial e a irracionalidade total ressurge no paradoxo de que a compulsão de *poupar* a maior quantidade possível de trabalho humano na fábrica ou empresa leva a um *desperdício* crescente de trabalho humano na sociedade como um todo. *O verdadeiro ídolo do capitalismo tardio é, portanto, o "especialista" cego a todo o contexto global;* o equivalente filosófico dessa especialização técnica é o neopositivismo.

Godelier está evidentemente certo ao criticar Lange e outros autores por absolutizar o conceito de "racionalidade econômica" derivado de Weber e por postular regras universalmente válidas de "comportamento racional" abstraídas da estrutura concreta da economia e da sociedade.[25] Mas está errado ao fugir de todo o problema da racionalidade econômica, substituindo-o pelo conceito de "racionalidade social global" — diferente para cada ordem social e determinada por sua estrutura específica.[26] O critério da produtividade do trabalho, relacionada à satisfação de necessidades humanas racionais e ao autodesenvolvimento ótimo dos indivíduos, é uma medida perfeita para comparar sistemas sociais diferentes; na verdade, sem esse critério o conceito de progresso humano perde toda base materialista. Afinal, a contradição entre a racionalidade parcial e a irracionalidade total do capitalismo negligencia a contradição entre a valorização máxima do capital e a auto-realização ótima dos homens e mulheres. Essa contradição, magistralmente explicada por Marx em *Grundrisse*, envolve, sem dúvida, uma dimensão teleológica, pois a ação humana sempre tem um objetivo.[27] A oposição entre a racionalidade parcial e a irracionalidade total apóia-se na contradição entre dois tipos de cálculo — da máxima economia de meios e da consecução de fins ótimos. A autonomia reificada dos meios — dos valores de troca — prevalece hoje. A racionalidade parcial sempre consiste na melhor combinação possível dos recursos econômicos rentáveis para a lucratividade da empresa individual. Por essa razão exclui tudo que "não tem preço" (ou que tem preço muito baixo). Mas é claro que mesmo em termos puramen-

[23] O próprio Lukács certamente entendeu isso, ao contrário de muitos de seus discípulos. "É evidente que toda a estrutura da produção socialista apóia-se na interação entre uma necessidade sujeita a leis estritas em todos os fenômenos isolados e a irracionalidade relativa do processo total". (*History and Class Consciousness*. p. 102.) Mas de vez em quando reduz essa "irracionalidade relativa" a crises de superprodução, principalmente.

[24] "A verdadeira economia — a poupança — consiste em poupar tempo de trabalho (mínimo e minimização dos custos de produção); mas essa poupança [é] idêntica ao desenvolvimento das forças produtivas. Não significa de maneira alguma, portanto, abstinência de consumo, mas sim desenvolvimento das forças, da capacidade de produção e, portanto, da capacidade, bem como dos meios de consumo." MARX. *Grundisse*. p. 711.

[25] GODELIER, Maurice. *Rationality and Irrationality in Economics*. Londres, 1972. p. 15-24. A polêmica da Godelier dirige-se contra Oskar Lange. (*Political Economy*. Oxford, 1963.)

[26] GODELIER. *Op. cit.*, p. 291.

[27] Ver, por exemplo, MARX, Karl. *Grundisse*. p. 487-488.

te econômicos, isso está muito longe de uma "globalização" social dos "custos" e dos "lucros".[28] Não há expressão mais dramática da contradição entre a racionalidade parcial e a irracionalidade total do capitalismo tardio do que o conceito de "eficiência econômica e militar crescentes" na produção norte-americana de armamentos — em outras palavras, o esforço para organizar o suicídio nuclear coletivo da humanidade com a maior "economia de trabalho humano" possível. Um economista norte-americano, Frederic Scherer, encarregado dessa tarefa fez essa patética confissão:

> "Estou muito preocupado com a premissa política básica deste livro: que a eficiência é um objetivo desejável no desenvolvimento de armas avançadas e de programas de produção. Isso de modo algum está certo. O progresso na obtenção de armas pode já ser eficiente demais. Na verdade, há enorme falta de eficiência. Mas apesar dela, o processo deu à humanidade demasiado poder para aniquilar-se... Acredito que o prosseguimento dessa corrida armamentista não reduzirá, mas provavelmente aumentará o risco já muito grande de guerra nuclear devido a acidente, escalada, erro de cálculo ou loucura... Aumentar a eficiência do processo de obtenção de armas não vai ajudar, com certeza, e o embotamento de nossa avaliação dos sacrifícios econômicos que os programas armamentistas requerem pode muito bem prejudicar o desenvolvimento de uma perspectiva mais prudente entre as pessoas que tomam as decisões e os cidadãos comuns".[29]

Depois de dizer isso, o mesmo autor continua escrevendo quatrocentas páginas sobre a "eficiência econômica" na produção e obtenção de armas de destruição em massa.

Por definição, as ideologias do fetichismo técnico não suportam o confronto com a irracionalidade social total do capitalismo tardio. A combinação híbrida de anarquia de mercado com o intervencionismo estatal, típica de nossa época, tende, na verdade, a erodir alguns dos principais alicerces da ideologia burguesa tradicional, sem substituí-los por nenhum outro de força comparável. Uma sociedade baseada na propriedade privada das mercadorias e na troca fez do contrato econômico entre iguais o centro de todo o seu sistema legal.[30] As concepções políticas e culturais derivadas da igualdade formal do contrato afetaram todos os domínios da burguesia e da ideologia da pequena burguesia. As relações regulamentadas por contratos econômicos entre os proprietários privados de mercadorias combinaram-se também com antigas relações *determinadas pela posição social*, derivadas das sociedades de classe pré-capitalistas (dos modos de produção feudal ou asiático). As ideologias correspondentes a estas últimas baseavam-se mais no princípio dos "direitos especiais" para grupos de pessoas especiais do que no princípio da igualdade formal. O colonialismo imperialista justapôs, de forma característica, as relações "puramente" capitalistas e as relações pré-capitalistas entre senhor e servo: um exemplo claro foi a transformação de doutrinas protestantes pelo *Nederlandse Hervormde Kerk* da África do Sul em toda uma ideologia de "direitos especiais"

[28] Já em 1936, Ernst Bloch antecipava grande parte da discussão contemporânea sobre a "racionalidade tecnológica" ao afirmar: "Assim como a prova do pudim é comê-lo, e a prova da teoria é a prática, a prática técnica possibilitada pela ciência matemática realmente ajudou muito a justificar o cálculo burguês nesse campo. Mas a tecnologia burguesa também aumentou o número de acidentes e, metodologicamente falando, um acidente tecnológico é comparável a uma crise econômica — quer dizer, o cálculo matemático também se relaciona com seu objeto mais de forma abstrata do que por uma mediação material concreta". (*Das Materialismusproblem, seine Geschichte und Substanz*. Frankfurt, 1972. p. 433-434.) Ver também *Das Prinzip Hoffnung*. Frankfurt, 1959. p. 811. Aí se atribui a origem dos acidentes tecnológicos e das crises econômicas à "relação abstrata e indireta dos homens com a substância material de sua ação".

[29] SCHERER, Frederic M. *The Weapons Acquisition Process: Economic Incentives*. Boston, 1964. p. IX, X.

[30] PASUKANIS, E. B. *La Théorie Générale du Droit et le Marxisme*. Paris, 1970. p. 110-111.

para os brancos, de conformidade com o sistema de exploração material assegurado pelo *Apartheid*.

No capitalismo tardio, a escala de intervenção do Estado burguês e dos monopólios na vida econômica torna a igualdade formal dos proprietários de mercadorias cada vez mais vazia. "Direitos especiais" para grupos especiais de proprietários adquire assim *status* legal, garantido por contratos ou tolerado na prática.[31] O sistema de garantias de lucro e subsídios estatais assume a aparência de uma analogia formal e parcial com os padrões de bem-estar conquistados pela classe operária através de lutas. As normas legais tradicionalmente características da sociedade burguesa foram se invertendo gradualmente. Enquanto o capitalista médio do século XIX respeitava a lei como fato natural, no interesse da paz e do sossego de seus negócios, o capitalista médio do século XX vive cada vez mais à margem da lei, quando não transgredindo-a efetivamente. Acredita-se que agora isso seja imutável.[32] O aumento quantitativo abrupto do número de regulamentações legais da economia tornou essa evolução virtualmente inevitável.[33]

A hipertrofia do Estado capitalista tardio leva hoje a uma pesada carga de impostos sobre o cidadão individual (o proprietário individual de mercadorias), para quem a categoria de "renda bruta" perde todo significado prático. Aquilo que os capitalistas ou empresas capitalistas pagam de impostos não pode ser diretamente acumulado por eles como capital, mesmo quando uma parte substancial da renda fiscal do Estado retorna "finalmente" sob a forma de subsídios ou contratos estatais, devolvendo-lhes mais do que pagaram. A sonegação de impostos transforma-se em arte requintada para as empresas capitalistas. A partir daí os economistas acadêmicos consideram o "direito" à sonegação como ponto pacífico: tratados eruditos sobre finanças públicas argumentam repetidamente que taxas excessivas de tributação direta são contraproducentes porque são neutralizadas por aumentos mais ou menos automáticos de sonegação.[34] A combinação peculiar entre anarquia de mercado e intervencionismo estatal reflete-se fielmente nas práticas das sociedades anônimas capitalistas tardias: procuram ao mesmo tempo manter seus próprios impostos tão baixos quanto possível e esperam que o Estado lhes proporcione contratos, subsídios e lucros garantidos maiores, o que pressupõe um rápido crescimento das rendas do Estado. Essa relação ambivalente com o Estado impregna toda a sociedade capitalista tardia. Reproduz formas de conduta, de pensamento e de moralidade típicas de uma sociedade pré-capitalista ou do início do capitalismo, para amparar a valorização do capital numa sociedade produtora de mercadorias já madura em excesso. Tanto nas concepções mentais quanto nas relações efetivas

[31] Hilferding discerniu esse processo já em 1914. "Organisationsmacht und Staatsgewalt". In: *Die Neue Zeit*. v. 32/2, p. 140 *et seq*.

[32] *"Um negócio que definisse o 'certo' e o 'errado' em termos que satisfizessem uma consciência contemporânea bem desenvolvida não teria condições de sobrevivência.* Não se pode esperar que nenhuma empresa sirva a interesses sociais, a menos que esteja servindo também a seus próprios interesses, seja por expectativa de lucro, seja para evitar punição... Mesmo a obrigação da lei é muitas vezes considerada pelas corporações mais como uma disputa entre elas e o Governo do que como uma descrição do 'certo' e do 'errado'. Os arquivos da Federal Trade Commission, da Food and Drug Administration e de outros órgãos governamentais estão cheios de registros de empresas respeitáveis (!) que não hesitaram em transgredir a lei quando acreditaram que poderiam sair ilesas. *Não é raro que os administradores das empresas transgridam a lei, mesmo quando esperam ser apanhados* se a multa que terão de pagar representa apenas uma fração dos lucros que a violação lhes possibilitará conseguir nesse interim." CARR, Albert Z. "Can an Executive Afford a Conscience?". In: *Harvard Business Review*. Julho-agosto de 1970. p. 63. (Os grifos são nossos. E.M.) Ver também FINKELSTEIN, Louis. "The Businessman's Moral Failure". In: *Fortune*. Setembro de 1958.

[33] Em sua edição de 18 de março de 1972, a *Business Week* publicou um artigo mostrando por que o enorme crescimento das atividades legislativas do Estado e a diferenciação crescente da produção das empresas torna indispensável que *cada uma* das grandes sociedades anônimas influencie o Estado *diretamente*. O mesmo artigo salienta também que essa influência não é exercida apenas por meio de políticos profissionais, mas também pela intervenção direta da direção da própria empresa.

[34] Entre outros, ver MILLS, C. Wright. *Op. cit.*, p. 343 *et seq*. Ver também COOK, Fred J. *The Corrupted Land*. Londres, 1967.

dos proprietários de mercadorias de poder econômico diferente desenvolve-se uma mistura de igualdade legal formal e de desigualdade jurídica ou prática (privilégios ligados ao *status*), que revela as alterações a que a ideologia burguesa clássica submeteu-se a fim de se adaptar à nova fase. A nova expansão e generalização de formas extremas de corrupção entre os políticos mais importantes dos países industriais mais avançados revelada pelos casos Watergate e Tanaka — fenômenos outrora associados ao início do capitalismo ou aos "países subdesenvolvidos" — é uma prova evidente dessa transformação. Grande parte dessa corrupção é inclusive sancionada burocraticamente como inevitável ou legítima. O Internal Revenue Service dos Estados Unidos, por exemplo, permitiu que as empresas deduzissem os subornos pagos a funcionários públicos estrangeiros como "despesa comercial comum e necessária".[35]

Os aspectos essenciais da ideologia do capitalismo tardio podem ser, conseqüentemente, deduzidos dos traços particulares da infra-estrutura do capitalismo tardio. Não se deve negar a origem e a especificidade dessas ideologias na história intelectual. Mas depois de terem sido exploradas, ainda fica por explicar por que essas ideologias adquiriram na fase do capitalismo tardio uma importância desconhecida na fase do capitalismo liberal do século XIX ou mesmo, em certa medida, na fase do imperialismo "clássico".

* * *

Como a maioria dos autores burgueses mais sensíveis, os vários representantes da teoria do chamado "capitalismo monopolista de Estado" não conseguem entender a dinâmica do capitalismo tardio *como um todo*. Chegam, portanto, da mesma forma, à conclusão equivocada de que as contradições internas do capitalismo tardio diminuíram. Principalmente no caso de Baran e Sweezy, trata-se mais de uma questão com os autores dessa escola de ação ideológica do que um simples erro teórico; pois a principal intenção desses teóricos — pertencentes todos eles aos Partidos Comunistas "oficiais" — é defender a tese de que a principal contradição do mundo contemporâneo não é a contradição entre capital e trabalho (entre capital e todas as forças anticapitalistas), mas sim a contradição entre os "partidários mundiais" do "capitalismo" e do "socialismo". A função dessa "contradição principal" é, portanto, enfraquecer as contradições internas do "lado capitalista" (forçando o capital monopolista a "adaptar-se") até a chegada do grande dia em que a produtividade média do trabalho (ou o padrão de vida médio, ou a produção *per capita*) do "lado socialista" seja maior que a do "lado capitalista", e as massas populares do Ocidente se convertam ao socialismo pela influência desse feito.[36]

[35] ENGLER, Robert. *The Politics of Oil*. p. 457.

[36] O programa partidário adotado pelo Partido Comunista Soviético em seu XXII Congresso declara: "Nosso esforço, cuja essência é a transição do capitalismo para o socialismo, é um esforço e uma luta entre dois sistemas sociais antagônicos, um esforço das revoluções socialistas e de liberação nacional, de demolição do imperialismo e de abolição do sistema colonial, um esforço de transição de mais e mais pessoas ao caminho socialista, do triunfo do socialismo e do comunismo em escala mundial. O fator central do presente esforço é a classe operária internacional e sua principal criação, o sistema socialista mundial". "O Novo Programa do Partido Comunista da União Soviética". In: MENDEL, Arthur P. (Ed.) *Essential Works of Marxism*. Nova York, 1965. p. 372-373. E mais adiante: "O movimento revolucionário internacional da classe operária conseguiu vitórias sensacionais. Sua principal conquista é o sistema socialista mundial. O exemplo do socialismo vitorioso tem um efeito revolucionário sobre os trabalhadores do mundo capitalista; inspira-os em sua luta contra o imperialismo e facilita enormemente sua batalha". (*Ibid.*, p. 397.) E finalmente: "Na presente década (1961/70), a União Soviética, ao criar a base material e técnica do comunismo, ultrapassará os Estados Unidos, o país capitalista mais forte e mais rico, na produção *per capita* da população". (*Ibid.*, p. 422.) "A União Soviética terá assim o dia de trabalho mais curto do mundo e, simultaneamente, o mais produtivo e o mais bem pago". (*Ibid.*, p. 97.)

Não é difícil localizar a origem ideológica dessa concepção: é a teoria do socialismo num só país, a negação da concepção leninista da relação entre a revolução socialista mundial e o começo da construção de uma economia socialista em países isolados.[37] A função ideológica dessa concepção é igualmente óbvia: pretende justificar a subordinação da luta da classe operária nos países imperialistas às manobras diplomáticas da burocracia soviética, e substituir a luta por reivindicações anticapitalistas de transição por uma luta limitada às reivindicações democráticas com uma "aliança antimonopolista".[38] Na época do imperialismo, durante a qual a revolução socialista, segundo Lênin, estava "extremamente amadurecida", a única justificativa para essa política seria a de que esse "amadurecimento" teria sido substituído pela capacidade cada vez maior que tem o "capitalismo monopolista de Estado" de anular suas contradições. A função da teoria do "capitalismo monopolista do Estado" é provar isso.

A própria fórmula vem de Lênin, que a usou essencialmente para descrever a economia de guerra do Império Germânico em vários escritos dos anos de 1917/18. Durante a vida de Lênin, essa fórmula não foi usada nos documentos programáticos da Internacional Comunista, embora apareça no segundo esboço do Programa para o Partido Comunista da Rússia (Bolcheviques) em 1919.[39] As objeções a ela são de dois tipos: em primeiro lugar, o uso contemporâneo desse conceito, emitido originalmente por Lênin para descrever o capitalismo monopolista dos anos de 1914/19, implica que não houve novo estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista desde esse período. Mas é exatamente o novo estágio de desenvolvimento a partir da Segunda Guerra Mundial (ou a partir da Grande Depressão de 1929/32) que é necessário explicar. Em segundo lugar, a fórmula "capitalismo monopolista de Estado" enfatiza de forma exagerada a autonomia relativa do Estado, enquanto os traços essenciais do presente estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista deveriam ser explicados pela lógica interna do próprio capital, e não pelo papel do Estado.

Essas objeções seriam secundárias, naturalmente, se a fórmula "capitalismo monopolista de Estado" fosse endossada por uma análise marxista correta das tendências de desenvolvimento do capitalismo tardio. Seria enfadonho discutir por causa de fórmulas diferentes, se seu conteúdo básico fosse o mesmo. É necessário criticar aqui a teoria do "capitalismo monopolista do Estado", não por causa de seu nome, mas por causa de sua substância. Essa crítica não se torna mais fácil pelo fato de haver numerosas variantes dessa teoria. Nós nos limitaremos aqui a três delas: a recente versão soviética, a alemã e a francesa.[40]

O livro de Victor Tcheprakov, *State Monopoly Capitalism*, é apenas o último

[37] Algumas declarações de Lênin sobre o assunto: "Não é o *status* de grande potência que estamos defendendo para a Rússia... nem seus interesses nacionais, pois insistimos em que os interesses do socialismo, do socialismo mundial, estão acima dos interesses nacionais, acima dos interesses do Estado". (*Collected Works*. v. 27, p. 378.) "Sabíamos naquela época que nossa vitória só seria duradoura quando nossa causa tivesse triunfado em todo o mundo, e por isso, quando começamos a trabalhar por nossa causa, contávamos exclusivamente com a revolução mundial". (*Collected Works*. v. 31, p. 397.)

[38] Este não é o lugar adequado para a discussão da relação entre as demandas democráticas e de transição nos países imperialistas no período imperialista. Os revolucionários marxistas opõem-se a qualquer restrição das liberdades democráticas e reivindicam sua ampliação. Mas também deixam claro para os trabalhadores que uma democracia genuína e significativa é impossível sem a abolição das relações de produção capitalistas e do Estado burguês, o que só pode ser atingido com a estruturação de uma democracia socialista baseada em conselhos de trabalhadores. Combaterão especialmente qualquer tendência de afastar os trabalhadores da luta por *objetivos de classe* anticapitalistas sob o pretexto de que essa luta é "prematura" e "salta sobre" o "estágio democrático" ou "arrisca" a "aliança antimonopolista". Essa tendência desmobiliza a classe operária e reduz sua capacidade de luta.

[39] LÊNIN. *Collected Works*. v. 29, p. 122.

[40] Werner Petrowsky faz uma análise interessante das sucessivas variantes dessa teoria em seu artigo "Zur Entwicklung der Theorie des staatsmonopolistischen Kapitalismus". In: *Probleme des Klassenkampfs*. n.º 1, novembro de 1971. p. 125 *et seqs*.

de uma longa série de tratados oficiais produzidos na União Soviética a partir da década de 50, inspirados num tema derivado originalmente de Varga.[41] Sua falta de precisão científica e obscuridade teórica são o preço de seu abandono de qualquer dialética materialista. Tcheprakov declara abertamente que toda tendência produz sua contrapartida, mas ao mesmo tempo ignora completamente a existência de qualquer *tendência principal de desenvolvimento* (determinada pela lógica interna das contradições do processo em questão). Assim, enquanto por um lado Tcheprakov vê o capitalismo monopolista de Estado como o produto das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, por outro lado considera-o como reação do capitalismo monopolista a uma "nova relação de forças" (o enfraquecimento internacional e interno da burguesia e o crescimento das forças anticapitalistas).[42] Da mesma forma, capitalismo monopolista implica, por um lado, fusão orgânica entre o aparelho de Estado e os monopólios, mas não se pode negar, por outro lado, que esse mesmo aparelho possui "certo grau de autonomia" e que existem "contradições" entre este e grupos de capitalistas monopolistas.[43] Às vezes, o judicioso ecletismo do "por um lado — por outro lado" manifesta-se numa única sentença: "O capitalismo monopolista de Estado é o capitalismo imperialista na época de sua crise e colapso geral, quando a fusão entre monopólios e Estado tornou-se necessária para a reprodução ampliada do capital monopolista e, portanto, para a obtenção de novos superlucros monopolistas".[44] O *colapso* do imperialismo, que se manifesta em sua reprodução *ampliada* e na obtenção de *novos superlucros*, é uma pequena obra-prima de sofisma.

A tese básica de Tcheprakov, de que, na fase do capitalismo monopolista de Estado, o Estado assume a função de acumulação ou de reprodução ampliada[45] não se harmoniza com suas numerosas observações ocasionais de que a concorrência entre os monopólios "é maior do que nunca" sem que seu conteúdo se perca. Em última instância, essa tese é pouco mais que uma repetição, expressa numa terminologia pseudomarxista, da afirmação dos economistas burgueses de que a intervenção e o planejamento estatal "de maneira geral" eliminam a concorrência no capitalismo tardio. Há um mundo de diferença entre registrar que o Estado capitalista tardio está se tornando um instrumento (acelerador) cada vez mais indispensável à acumulação privada das grandes empresas monopolistas, e afirmar ser o próprio Estado, mais que esses monopólios, quem efetivamente desempenha a principal função da acumulação de capital.

A essência das contradições do ecletismo de Tcheprakov manifesta-se nas conclusões estratégicas que ele tira de sua análise do capitalismo monopolista de Estado. Declara, por um lado: "O imperialismo contemporâneo enfrenta a grande massa proletária não apenas com empresários isolados, mas cada vez mais com a classe capitalista e seu aparelho de Estado como um todo; a classe operária entra em conflito direto com o aparelho de Estado, que executa a política dos monopólios".[46] Mas em outra passagem afirma tranqüilamente: "A conversão do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado leva cada vez mais ao isolamento dos monopólios em relação aos estratos não monopolizados da burguesia".[47] E mais além: "As forças democráticas colocam-se a tarefa de arrancar a ad-

[41] TCHEPRAKOV, Victor. *Le Capitalisme Monopoliste d'État* Moscou, 1969; KUUSINEN, V. (Ed.) *Les Principes du Marxisme-Leninisme*. Moscou, 1961. p. 321 *et seq.*
[42] TCHEPRAKOV. *Op. cit.*, p. 15, 16-18.
[43] *Ibid.*, p. 16, 96, 119, 120, 428.
[44] *Ibid.*, p. 17.
[45] *Ibid.*, p. 15.
[46] *Ibid.*, p. 427.
[47] *Ibid.*, p. 427.

ministração (da economia), as alavancas da regulamentação estatal, das mãos dos monopólios, e, depois de transformá-las, usá-las contra os monopólios".[48] A argumentação termina com esse apelo animador: "Os programas democráticos exigem que a intervenção estatal limite (!) o direito irrestrito de dispor dos meios de produção e assegure à classe operária a participação (!) na administração das empresas".[49]

Aqui o revisionismo do Tcheprakov revela-se de forma inequívoca. Como o aparelho estatal burguês que supostamente "fundiu-se" com os monopólios poderia de repente "privar os monopólios de seu poder"? Como a regulamentação estatal da economia, cujo objetivo é assegurar superlucros aos monopólios, poderia "limitar" o poder que têm os capitalistas de disporem dos meios de produção? Como a economia poderia ser simultaneamente "guiada" pela satisfação das necessidades e pelo desejo de lucro? Onde está o misterioso estrato não monopolizado da burguesia, pronto a sacrificar sua busca privada de lucro?[50] Será que o objetivo não é subordinar a classe operária, com o pretexto de uma "aliança antimonopolista", em benefício dos "bons" capitalistas?

Ao contrário de Tcheprakov, que apenas repete clichês, os autores Gündel, Heininger, Hess e Zieschang, da Alemanha Oriental, em sua *Zur Theorie des Staatsmonopolistischen Kapitalismus*, fornecem algumas informações fatuais valiosas. Entre outras coisas, consideram as formas de *mobilização* do capital (que Tcheprakov confunde com a *acumulação* e a *valorização* do capital) empregadas pelo Estado em nossa época, e as repercussões do armamento permanente e do planejamento econômico sobre a concorrência e a taxa de lucro.[51] Mas, ao mesmo tempo, a tendência revisionista da teoria do "capitalismo monopolista de Estado" desenvolve-se de forma mais clara e expressa-se de maneira mais evidente nesses teóricos do que em Tcheprakov. Será suficiente citar três passagens:

> "Para as forças antimonopolistas, ter influência sobre a forma que (as despesas estatais) assumem é um dos propósitos mais importantes da luta contra os objetivos (?) econômicos e políticos dos monopólios. Embora as despesas estatais ajudem os monopólios a manter o poder, a realidade mostra, ao mesmo tempo, que o aumento dessas despesas pode levá-los à situação do aprendiz de feiticeiro de Goethe, que no final não conseguia livrar-se dos espíritos que havia invocado".[52]

E mais adiante:

> "Esse reforço do poder da oligarquia financeira através da intervenção do Estado proporciona ao mesmo tempo às forças antimonopolistas novas possibilidades de influenciar a produção (!), a distribuição, o poder econômico... O Estado — eis aqui o ponto fraco dessa nova forma de monopolização da oligarquia financeira — não é simplesmente um órgão atado ao capital e governado por ele da mesma forma que, por exemplo, um monopólio. Enquanto instrumento da superestrutura política da sociedade, o Estado imperialista inclui também todos os aspectos sociais (que devem necessariamente receber mais atenção (sic) na medida em que a socialização da produção se desenvolve) e não é, portanto, simples e exclusivamente um órgão de poder dos monopólios. Assim como diferentes interesses, constelações econômicas e políticas e com-

[48] *Ibid.*, p. 460.
[49] *Ibid.*, p. 460.
[50] A contradição do argumento de Tcheprakov torna-se mais evidente ainda quando lembramos que o mesmo autor salienta em outra passagem que "esses estratos não monopolistas, que se apegam mais ao *laissez faire* do que os monopólios, são basicamente reacionários".
[51] GÜNDEL, Rudi; REININGER, Horst; HESS, Peter e ZIESCHANG, Kurt. *Zur Theorie des staatsmonopolistischen Kapitalismus*. Berlim, 1967. p. 17 *et seq.*
[52] *Ibid.*, p. 40.

> binação de forças se manifestam em sua atividade... também o capitalismo monopolista de Estado cria novas possibilidades para as forças antimonopolistas influenciarem a política monopolista de Estado".

E, finalmente:

> "Ao mesmo tempo, como as despesas estatais representam o capital gigante (?) ou a forma suprema do capital social, a classe operária, com seus numerosos aliados e organizações, tem oportunidades reais e objetivas de influenciar as despesas do Estado e a forma que assumem, segundo sua própria perspectiva".[53]

O fato de não ser possível descrever as despesas estatais *in toto* como capital (e não, certamente, como capital estatal) é evidente por si mesmo. Se o Estado cobre as perdas dos empresários privados ou lhes concede subsídios para que consigam lucros monopolistas, nesse caso não valorizou nenhum "capital estatal", apenas gastou parte de suas rendas com a valorização do capital privado. Apresentar os gastos totais do Estado como capital (quando na realidade a maior parte deles constitui-se de mais-valia redistribuída, da qual uma parcela nada insignificante é gasta como renda pública) é um erro semelhante àquele cometido por Baran e Sweezy ao calcular seus "excedentes". Mas como pode a classe operária ganhar influência sobre a "forma assumida" pelo "capital" (mesmo que seja capital estatal) segundo "sua própria perspectiva"? Será que essa perspectiva não consiste exatamente em tornar a valorização do capital mais difícil, forçando uma redução da taxa de mais-valia? Há possibilidade de que uma economia capitalista funcione de outra forma que não segundo as leis da valorização do capital? Como se pode dizer ao mesmo tempo que os monopólios exigem a regulamentação do Estado para garantir seus lucros e que a classe operária pode, não obstante, usar a mesma regulamentação do Estado monopolista (com o mesmo aparelho estatal, isto é, sem antes demoli-lo e substituí-lo por um Estado dos trabalhadores) para atingir objetivos diametralmente opostos aos lucros monopolistas? Toda a estrutura do modo de produção capitalista e das relações de produção capitalistas está ausente dessa teoria — assim como da teoria dos reformistas "vulgares".

Esses autores da Alemanha Oriental, no capítulo final de seu livro formulam de forma bastante correta o problema central a ser resolvido:

> "A questão que se apresenta de imediato é o efeito dessas novas relações econômicas, dessas novas manifestações e conexões descritas nessas pesquisas sobre o funcionamento das leis econômicas do capitalismo e do desenvolvimento de suas contradições. Colocar essa questão equivale, naturalmente, a levantar inúmeros problemas, entre os quais o mais fundamental é a natureza do sistema global do capitalismo contemporâneo e a maneira pela qual ele funciona".[54]

Mas, depois de formular corretamente a questão, não conseguem respondê-la. Na verdade, nem mesmo arriscam a conclusão de que o "desenvolvimento" das contradições internas do modo de produção capitalista pode estar intensificando as mesmas, uma descoberta que Tcheprakov anuncia repetidamente sem apresentar nenhuma prova. Como poderiam formular tais conclusões quando limitam-se a comentários impressionistas como esse: "Acima de tudo, com o desenvolvimento da revolução técnica, como podemos avaliar um aumento relativamente rápido da

[53] *Ibid.*, p. 50.
[54] *Ibid.*, p. 317.

renda nacional"?[55] (A longo prazo? Para sempre? Independente das dificuldades de valorização e de realização?) Alfred Lemnitz, outro economista da Alemanha Oriental, afirma de forma ainda mais clara: "com o aumento da regulamentação do monopólio estatal surge a tendência *de ocorrer certas mudanças no funcionamento das leis econômicas (na lei do valor, por exemplo)*".[56] E acrescenta:

> "A regulamentação monopolista do Estado, cujo principal objetivo é estabilizar internamente o sistema capitalista (garantindo uma reprodução ampliada rápida ao mesmo tempo que mantém um nível alto de emprego e acelerando simultaneamente as mudanças estruturais da economia surgidas durante a revolução técnica, que se tornaram necessárias por causa da intensidade crescente da concorrência), torna-se um fator importante da crescente desigualdade de desenvolvimento entre os países individuais".[57]

Mas toda a questão se resume precisamente em saber se o Estado — "a regulamentação monopolista do Estado" — *pode* garantir um nível alto de emprego e acelerar as mudanças estruturais da economia *a longo prazo*. Essa questão não foi respondida.

O livro de ensaios intitulado *Le Capitalisme Monopoliste d'État*, escrito por vários economistas comunistas franceses e editado por Paul Boccara, não é apenas o mais abrangente, mas também é, sem dúvida, o mais teoricamente refinado e o mais sério dos trabalhos dedicados a esse tema.[58] Ao mesmo tempo, a função apologética da teoria do "capitalismo monopolista de Estado" é ainda mais patente nesse livro francês do que em seus congêneres alemães ou russos: aqui pretende justificar a política do PCF, que defende um estágio de transição de "democracia avançada" entre a fase final do capitalismo e a revolução socialista.[59]

Os autores comunistas franceses responsáveis por esse volume fornecem muitas análises interessantes, entre outras, da automação, da superacumulação, da inflação, das implicações ideológicas de técnicas de planejamento, e da internacionalização das forças produtivas. Mas ignoram por completo a característica central do capitalismo tardio — a *crise das relações de produção capitalistas* desencadeada pelo desenvolvimento de todas as contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Como consideram o "capitalismo monopolista de Estado" uma "adaptação objetiva" das relações de produção ao progresso contínuo das forças de produção,[60] e como esperam usar essa "adaptação" em benefício da classe operária na fase de "democracia avançada", perdem toda consciência real do fato de que a exploração da força de trabalho baseia-se exatamente nessas relações de produção.[61] Permanece um mistério saber como essa exploração pode ser exorcizada sem abolir as próprias relações de produção capitalistas.[62]

[55] *Ibid.*, p. 326.
[56] LEMNITZ, Alfred. "*Die westdeutsche Bundesrepublik — ein Staat der Monopole*". In: *Einheit*. v. 11, 1964. p. 91.
[57] *Ibid.*, p. 351.
[58] BOCCARA, Paul (Ed.). *Le Capitalisme Monopoliste d'État*. (2 v.) Paris, 1969.
[59] *Ibid.*, v. 1, p. 185-192; v. 2, p. 388-440.
[60] *Ibid.*, v. 1, p. 157-159, 183. Roger Garaudy (*The Turning Point of Socialism*. Londres, 1970) apresenta uma visão semelhante.
[61] Boccara e seus companheiros falam de relações de produção "heterogêneas" (sic) (v. 1, p. 191; v. 2, p. 342, 363-367), sem aparentemente ter consciência do fato de que, do ponto de vista da teoria do modo de produção capitalista apresentada por Marx, essa não é apenas uma noção revisionista; simplesmente não tem sentido. A economia não pode funcionar simultaneamente segundo as leis da concorrência e da obrigação de acumular que decorre dela, e segundo as leis qualitativamente diferentes geradas pela satisfação das necessidades.
[62] Nesse aspecto, Tcheprakov é mais honesto. Afirma sinceramente que "as transformações democráticas gerais não destroem a exploração do homem pelo homem". (*Op. cit.*, p. 456.) Boccara e seus companheiros, por sua vez, admitem que: "No momento presente, as relações de produção capitalistas, em sua forma moderna de capitalismo monopolista de Estado, envolvem toda a sociedade numa rede em que tudo está interligado". (*Op. cit.*, v. 1, p. 181.) É totalmente inexplicável como os monopólios podem ser "privados de seu poder" nessas condições — sem a abolição das relações de produção capitalistas.

É preciso salientar também que Boccara e seus companheiros parecem perder de vista toda a base da teoria do valor e da mais-valia de Marx: a saber, que o capitalismo (seja ele "liberal" ou "monopolista", da fase inicial ou da fase tardia) fundamenta-se na *produção generalizada de mercadorias*. Nesse grosso volume de ensaios, as contradições da produção de mercadorias desempenham papel totalmente secundário: não são sequer mencionadas na seção dedicada ao tema "Privando os Monopólios de seu Poder".[63] Isso não acontece por acaso, pois a fase de "democracia avançada" permanece inteiramente dentro dos limites do modo de produção capitalista. Além disso, uma crítica marxista perfeita da produção de mercadorias não se sentiria à vontade, de qualquer maneira, entre os autores do PCF, uma vez que o conceito de "produção socialista de mercadorias" foi, na realidade, elevado à categoria de viga mestra apologética do poder da burocracia soviética.

[63] O problema da economia baseada em mercadorias só é analisado em relação à questão do dinheiro e da inflação. (*Op. cit.*, p. 390-401.) Na discussão da "democracia avançada", esse problema não é mencionado. Na verdade, declara-se simplesmente que uma "organização racional da produção" é possível por meio de nacionalizações no contexto de uma economia capitalista baseada em mercadorias. (*Ibid.*, v. 2, p. 362 *et seq.*)

17

O Capitalismo Tardio como um Todo

O problema que agora se coloca é o seguinte: como as tentativas cada vez mais freqüentes de regulamentação privada e estatal da economia são explicadas pelas leis de desenvolvimento do próprio capital? Como os limites finais dessa regulamentação — sua incapacidade de superar as contradições inerentes ao modo de produção capitalista — podem ser demonstrados? Em outras palavras, como se deve conceber e analisar a *interconexão* entre o "capitalismo organizado" e a produção generalizada de mercadorias?

Até agora, o malogro geral das tentativas — tanto marxistas como não marxistas — de explicar o capitalismo tardio pode ser atribuído à negligência quanto a essa interconexão — em outras palavras, pode ser atribuído à incompreensão da famosa fórmula aplicada por Marx às sociedades anônimas no *Capital:*

> "*É a abolição do modo de produção capitalista dentro do próprio modo de produção capitalista,* e portanto uma contradição que se autodissolve, que representa *prima facie* uma simples fase de transição para uma nova forma de produção. Manifesta-se como essa contradição em seus efeitos. Estabelece um monopólio em certos setores e assim requer interferência do Estado. Reproduz uma nova aristocracia financeira, uma nova variedade de parasitas sob a forma de promotores de empresas, especuladores e diretores puramente nominais; reproduz todo um sistema de fraude e de trapaça por meio da organização de sociedades, da emissão de ações e da especulação com elas. É a produção privada sem o controle da propriedade privada".[1]

E também:

> "O sistema de crédito parece a principal alavanca da superprodução e da superespeculação do comércio unicamente porque o processo de reprodução, que é flexível por natureza, é forçado aqui a seus limites extremos; e só é forçado dessa maneira porque *grande parte do capital social é empregada por pessoas que não a possuem e que, em conseqüência, lidam com as coisas de forma bem diferente da do proprietário, que pesa cuidadosamente as limitações de seu capital privado, na medida em que ele próprio o administra.* Isso simplesmente demonstra o fato de que a auto-expansão do capital, baseada na natureza contraditória da produção capitalista permite um desenvolvimen-

[1] MARX. *Capital.* vol. 3, p. 438. (Os grifos são nossos. E. M.)

to realmente livre só até certo ponto, de maneira que, na verdade, constitui um entrave, uma barreira imanente à produção, constantemente rompida pelo sistema de crédito".[2]

Com exceção dos dogmáticos que se contentam em declarar que não houve mudanças na economia capitalista internacional desde a Segunda Guerra Mundial (quando não desde a Grande Depressão de 1929/32), praticamente todas as tentativas marxistas e não marxistas de explicar a economia capitalista tardia apresentam um denominador comum: a suposição de que a regulamentação privada e estatal da economia conseguiu eliminar ou suspender as contradições econômicas internas desse modo de produção. Variações dessa tese — das teorias da "economia mista" às da "sociedade industrial" — reaparecem com freqüência na economia política do capitalismo tardio. Quaisquer que sejam suas outras divergências, elas desembocam na mesma conclusão.

Nesse sentido, a economia política "oficial" do capitalismo tardio, tanto a francamente não marxista como a ostensivamente marxista, descende diretamente dos teóricos originais da mitigação gradual das contradições capitalistas e da autodissolução do modo de produção capitalista numa "economia mista". O representante mais importante dessa escola foi Eduard Bernstein. O social-democrata alemão Richard Löwenthal e os social-democratas ingleses das décadas de 40 e 50 — sobretudo Strachey e Crosland — passaram sua tradição à economia política corrente nas décadas de 60 e 70 de nosso século.[3] A própria teoria "oficial" do capitalismo tardio é, na verdade, uma expressão do capitalismo tardio. A ideologia tecnocrata geralmente predominante nesse estágio da sociedade burguesa, que proclama a capacidade que os especialistas têm de resolver todos os conflitos explosivos e integrar classes sociais antagônicas na ordem social vigente, corresponde ao papel específico da tecnologia e do planejamento econômico no capitalismo tardio. A economia política do capitalismo tardio é, portanto, uma peça-chave da ideologia geral do capitalismo tardio que se discutiu acima. Nesse sentido, é um pré-requisito essencial do modo de produção capitalista na época atual. Não é de surpreender, portanto, que as várias tentativas de interpretação da economia e da sociedade tenham caráter muito semelhante, quando não idêntico. Produtos da mesma classe ou do mesmo estrato social (a *intelligentsia* tecnocrata do capitalismo tardio), seus autores refletem fielmente as estruturas mentais de sua formação, e repetidas vezes mostram o mesmo tipo de preconceito ou de cegueira. No caso dos autores que se consideram marxistas, erros comparáveis devem ser atribuídos a um malogro parcial no entendimento do materialismo histórico, ou a uma visão comum a setores privilegiados da classe operária, interessados na manutenção do *status quo* social internacional (as burocracias comunistas do Leste, as burocracias social-democratas e sindicalistas do Ocidente e do Japão).

[2] *Ibid.*, p. 441. (Os grifos são nossos. E. M.)

[3] "Praticamente surge uma terceira questão, já implícita, em certa medida, na anterior, qual seja, a questão de saber se a vasta expansão geográfica do mercado mundial, combinada com a extraordinária redução do tempo necessário às comunicações e ao transporte, não aumentou de tal maneira a possibilidade de *controlar perturbações*, e se o enorme crescimento da riqueza dos Estados industriais europeus, combinado à elasticidade do moderno sistema de crédito e à ascensão dos cartéis industriais, não reduziu de tal maneira as *repercussões* das perturbações locais ou particulares sobre a situação econômica geral, que ao menos por um longo período daqui para diante as crises econômicas gerais do tipo antigo podem ser consideradas totalmente improváveis." BERNSTEIN, Eduard. *Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie*. Sttugart, 1921, p. 113-114. Ver também LÖWENTHAL, Richard (Paul Sering). *Jenseits des Kapitalismus*. 3.ª ed., Nuremberg, 1948 (a 1.ª ed. apareceu em 1946); STRACHEY, John. *Contemporary Capitalism*. Londres, 1956. p. 278-279, 289-290; CROSLAND, C. A. R. *The Future of Socialism*. Londres, 1956. p. 1-42; SCHUMPETER, Joseph. *Capitalism, Socialism and Democracy*. Nova York, 1962, também merece ser mencionado. Nas páginas 131-134 desse livro (publicado pela primeira vez em 1942), Schumpeter antecipa a tese de Galbraith de que o empresário capitalista e a motivação capitalista de lucro desapareceriam.

Nenhuma separação arbitrária entre a esfera social ou sócio-política e a esfera econômica pode dar uma resposta satisfatória à questão da natureza global do capitalismo tardio.[4] Reduzir a relação do capital apenas à estrutura hierárquica da fábrica é ignorar um aspecto decisivo da totalidade desse modo de produção. O capitalismo deitou suas raízes na generalização da produção de mercadorias e da concorrência. A propriedade privada — isto é, uma situação na qual o poder de dispor dos meios de produção se divide entre muitos centros autônomos, resultando em *organização privada do trabalho* — é a causa fundamental da pressão exercida pela concorrência para acumular capital constantemente a fim de reduzir os custos da produção e, por isso, de elevar também constantemente a produtividade do trabalho.[5] Essa é a matriz sócio-econômica peculiar ao modo de produção capitalista, da qual derivam todas as suas leis de movimento.

A exploração existe em todas as formações sociais e modos de produção baseados na divisão de classes. A forma de exploração especificamente *capitalista* define-se pela universalização da produção de mercadorias — o que, naturalmente, envolve a transformação da força de trabalho em mercadoria e dos meios de produção em capital.

O capitalismo tardio é, portanto, uma nova fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista, apenas seu estágio monopolista, ou um sistema rival que superou completamente as leis de desenvolvimento do capitalismo? A resposta a essa questão pode ser avaliada por um critério central. A regulamentação governamental da economia, o "poder dos monopólios", ou ambos, podem revogar para sempre, ou de maneira durável, a operação da lei do valor?

Dizer que isso é possível é dizer que a sociedade contemporânea deixou de ser capitalista. Se é assim, então o curso da economia não é mais determinado pelas leis objetivas de desenvolvimento da produção capitalista, atuando por trás das costas dos homens, mas sim pelas decisões conscientes, planejadas ou arbitrárias,[6] dos monopólios e do Estado. Se ainda ocorrem crises e recessões, já não podem ser devidas a forças inerentes ao sistema, mas simplesmente a erros subjetivos ou ao conhecimento insuficiente daqueles que "dirigem a economia". Seria então apenas uma questão de tempo para que esses erros de regulamentação econômica fossem corrigidos e surgisse uma "sociedade industrial" verdadeiramente sem crises. Mas se, por outro lado, "a regulamentação da economia" feita pelo Gover-

[4] Essa separação é evidente nos teóricos que proclamam a capacidade que tem o capitalismo tardio de resolver suas dificuldades econômicas, mas que ao mesmo tempo reconhecem sua suscetibilidade a crises no âmbito social, geradas pela contradição insuperável entre os produtores de mais-valia e aqueles que lhes extorquem essa mais-valia.

[5] Esse problema é de especial importância para a análise marxista das relações de produção na sociedade de transição entre o capitalismo e o socialismo, ou para entender a natureza social da União Soviética, da República Popular da China etc. Nosso próximo livro trata desse assunto. As acusações de que defendemos a teoria da "convergência", feitas pelo Partido Comunista Alemão e pela RDA, são produtos da ignorância ou de deturpação deliberada. Junto com todos os companheiros que compartilham da mesma opinião, sempre salientamos o caráter social fundamentalmente diferente da economia capitalista tardia e da economia soviética ou Bloco Oriental. Seria necessário haver uma revolução social na primeira, ou uma contra-revolução social nas últimas, para torná-las semelhantes.

[6] Há uma extensa literatura defendendo esse ponto de vista. Ver, por exemplo, Carl Kaysen: "Os administradores das gigantescas sociedades anônimas (a quem chama de oligarcas irresponsáveis) dispõem de grande liberdade para tomar decisões, liberdade essa que não sofre restrição das forças de mercado... de maneira que o que a administração considera é aquilo que decidiu considerar". ("The Social Significance of the Modern Corporation." In: *American Economic Review*. Maio de 1957, p. 316.) A teoria da "consciência social dos monopólios" de Berle e a do *The New Industrial State* de Galbraith baseiam-se em ilusões semelhantes. Para um contraste, ver o sóbrio estudo inglês de C. F. Carter e B. R. Williams: "Parece que no período pós-guerra que estudamos, o grau de incerteza envolvendo sérios esforços de predição (do sucesso dos investimentos inovadores — E. M.) costumava ser muito pequeno... A principal razão da "falta de importância da incerteza" era o grau em que as empresas eram arrastadas à inovação pelo *excesso de demanda ou insuficiência de oferta*, ou a iniciativa dos fornecedores de instalações e maquinaria... Era, de fato, um período de otimismo, em que a inovação progredia *sob a pressão* da demanda imediata ou das esperanças generalizadas quanto ao futuro". (*Investment in Innovation*. Londres, 1969. p. 99. — Os grifos são nossos. E. M.) É óbvio que se pode dizer o mesmo de toda "onda longa com tonalidade expansionista", como a do período de 1893 a 1913, por exemplo.

no e pelos monopólios é apenas uma tentativa de desviar e de atenuar temporariamente (isto é, apenas de adiar, em última instância) a operação da lei do valor, então a atuação dessa lei deve inevitavelmente prevalecer no final. Se é esse o caso, as crises continuam sendo inerentes ao sistema. O desenvolvimento a longo prazo da "sociedade industrial" ocidental continuará sendo governado pelas leis do movimento do modo de produção capitalista descobertas por Marx. A natureza da ordem social e econômica de nosso tempo permanece indubitavelmente *capitalista.*

O presente trabalho foi dedicado à verificação dessa última tese. Tentaremos agora sintetizar os temas independentes e sucessivos da análise anterior e *mostrar as formas pelas quais a lei do valor prevalece no capitalismo tardio como um todo.*

Numa sociedade que produz mercadorias, a lei do valor desempenha duplo papel: 1) proporciona um modelo objetivo que regula a distribuição dos recursos econômicos (forças de produção) pelos diversos setores da economia capitalista, de maneira a poder assegurar um equilíbrio periódico e uma produção e reprodução mais ou menos contínuas;[7] 2) garante que essa distribuição corresponda ao menos aproximadamente à estrutura da demanda (estrutura de consumo) dos "consumidores finais" (demanda de indivíduos, famílias e unidades de consumo maiores — com unidades locais, regionais, nacionais e já, marginalmente, internacionais — pelos chamados "serviços sociais").[8]

Como sabemos, a lei do valor opera diretamente por meio do valor de troca das mercadorias apenas no contexto da produção simples de mercadorias. No modo de produção capitalista, essa lei é mediada pela equiparação das taxas de lucro — em outras palavras, pela concorrência dos capitais. Os lucros não são divididos entre capitais rivais de forma proporcional à mais-valia produzida por cada capital variável, mas sim em proporção à massa *total* de capital acionada por cada empresa individual. Por essa razão, o capital que aumenta a produtividade média do trabalho com o uso de mais maquinaria apropria-se de uma parte da mais-valia produzida por capitais considerados "atrasados" em termos de produtividade do trabalho. O capital fluirá dos setores com uma taxa de lucro abaixo da média para setores com uma taxa de lucro acima da média. Isso leva a uma redistribuição dos recursos econômicos vantajosa aos setores com taxa de lucro acima da média, até o momento em que o aumento da produção reduz os preços de mercado e os lucros desses setores, e a queda da produção dos setores com taxa de lucro abaixo da média aumenta seus preços e lucros. Mas essa redistribuição de valores de troca tem de ser coerente com a estrutura da demanda de valores de uso determinada pelo capitalismo. Aqui podemos separar dois casos para examinar a questão mais de perto.

Se as mercadorias produzidas com um lucro abaixo da média mantêm no conjunto sua participação na estrutura da demanda dos "consumidores finais", então a saída de capital desse setor da produção será apenas *temporária.* A redução das forças produtivas usadas nesse setor significa que a produção será menor do que a demanda. A elevação dos preços levará então a um aumento da taxa de lucros que novamente atrairá capital com uma composição "mais moderna" para esse setor. O resultado de todo o processo será, em última instância, apenas uma adaptação da estrutura de produtividade, ou da composição orgânica do capital, a um nível social médio que, nesse ínterim, elevou-se.

[7] Paul Mattick critica corretamente o ponto de vista de Hilferding, de que essa função da lei do valor corresponde mais a "condições objetivas" a-históricas do que a uma distribuição *específica* dos recursos econômicos pelos vários ramos da produção, correspondente à lógica da distribuição e do modo de produção *capitalista. Marx and Keynes.* Londres, 1969, p. 32-35.

[8] MARX. *Capital.* vol. 3, p. 183 *et seqs.*

Mas quando o processo de saída de capital de um setor da produção coincide com uma alteração na estrutura de consumo dos "usuários finais", às expensas dos valores de uso produzidos por esse ramo da produção,[9] nesse caso a saída de capital desse setor será *final*. No fim do período de desequilíbrio — ou ajustamento — será investida nesse ramo da produção uma percentagem dos recursos de trabalho social menor do que antes da saída de capital. (É desnecessário dizer que, se houve um aumento significativo da produção total, essa *percentagem* menor pode perfeitamente corresponder a um aumento de sua massa absoluta de capital e sempre será seguida, a longo prazo, de uma composição orgânica maior do capital.) A saída de capital resulta do fato de que a taxa de lucros nesse setor caiu abaixo da média social, e isso, por sua vez, é apenas uma expressão do fato de que, devido a uma alteração na estrutura da demanda dos consumidores, a sociedade burguesa agora designa ao setor de produção em questão uma parte menor dos recursos econômicos totais à sua disposição.

Essa análise teórica geral revela de imediato tanto a função dos monopólios, ou dos superlucros dos monopólios, quanto as limitações a que estão sujeitos. A função de um monopólio é evitar (ou adiar indefinidamente) a equiparação da taxa de lucro, dificultando o fluxo do capital para dentro e para fora de certos ramos da produção. Os monopólios alcançam seus limites no momento em que essa equiparação *não pode ser evitada a longo prazo*, no momento em que os métodos destinados a impedir essa equiparação não conseguem atingir seu objetivo.

A validade do conceito de capitalismo monopolista (distinto do capitalismo de livre concorrência) não implica que não existiram monopólios antes do capitalismo monopolista, nem que a concorrência esteja ausente do capitalismo monopolista. Esse conceito indica a combinação *inédita e específica* de concorrência e monopólio[10] que surge de um aumento *qualitativo* da concentração e centralização do capital. No capitalismo de livre concorrência, o valor relativamente pequeno de seus "muitos capitais" tornou quase impossível a preservação dos superlucros durante longos períodos — com a exceção institucional do monopólio da posse da terra. As barreiras à entrada nos setores da produção eram desprezíveis. Sob o capitalismo monopolista — do qual o próprio capitalismo tardio é apenas uma fase — é o tamanho gigantesco dos "monopólios" ou, em outras palavras, a acumulação de alguns de seus "muitos capitais" em dimensões astronômicas,[11] que constitui uma barreira formidável à entrada em setores monopolizados, e assim aumenta a duração da apropriação dos superlucros.

Essa abordagem do problema do monopólio enfatiza menos o lado do mercado que o lado da produção. É evidente que o monopólio significa sempre, em primeiro lugar, capacidade de eliminar a concorrência dos preços — isto é, de controlar o mercado por certo período de tempo. Mas, em última instância, o controle do mercado é determinado pelo que acontece no domínio da produção, e não no do mercado nem em reuniões conspiratórias de financistas e executivos. Se os superlu-

[9] Independente da alteração da estrutura do consumo preceder a saída de capital (como na mineração do carvão betuminoso), ocorrer ao mesmo tempo (como no algodão) ou sucedê-la (como na indústria do cobre).

[10] Ver Marx: "O monopólio produz a concorrência, a concorrência produz o monopólio. Os monopolistas surgem da concorrência; os concorrentes se tornam monopolistas. Se os monopolistas restringem sua concorrência mútua por meio de associações parciais, aumenta a concorrência entre os trabalhadores; e quanto mais a massa de proletários se opõe aos monopolistas de uma nação, tanto mais desesperada se torna a concorrência entre os monopolistas das diferentes nações. A síntese é de tal ordem que o monopólio só pode se manter entrando constantemente na luta concorrencial". *The Poverty of Philosophy*. Moscou, 1956. p. 152.

[11] As cem maiores sociedades manufatureiras dos Estados Unidos possuíam 39,7% de todos os ativos de empresas manufatureiras em 1950, e 48,9% em 1970. Setecentas sociedades gigantes com mais de 100 milhões de dólares em ativos constituem apenas 0,1% de todas as empresas; possuíam 1/2 de todos os ativos em 1950, e 2/3 de todos os ativos em 1970. Cento e quinze sociedades manufatureiras possuíam ativos da ordem de 1 bilhão de dólares ou mais, em 1972: controlavam 51% de todos os ativos e recebiam 56% de todos os lucros.

cros obtidos através do controle monopolista do mercado atraem — e quando atraem — um número suficiente de concorrentes para o mesmo ramo da indústria, a situação de monopólio tende a desaparecer, e com ela os superlucros. A "coerção extra-econômica" não pode impedir esse ressurgimento da concorrência em dado ramo da produção ou setor do mercado durante um período de tempo razoável (embora não se deva subestimar a astúcia dos legisladores e políticos que muitas vezes tentam assegurar justamente isso, sob o comando dos monopólios). Uma barreira imensamente maior é representada pelo simples fato de que, se um capital precisa de 1 bilhão de dólares para concorrer com um monopólio, não vai obter com facilidade essa soma e normalmente também não a conseguirá emprestada dos grandes bancos ligados aos monopólios. Portanto, o monopólio tenderá a ser estabilizado pelos fatos econômicos da vida, não por meios "extra-econômicos". Mas não permanecerá estável por um período de tempo ilimitado. Os monopólios não conseguem liberar-se da operação da lei do valor. A longo prazo, a concorrência precisa reafirmar-se, embora não necessariamente a concorrência de preços. Os superlucros dos monopólios estão sempre sujeitos à erosão.

Em primeiro lugar, vamos considerar o problema do ponto de vista do valor de troca. Um dos fundamentos da teoria do valor e da mais-valia de Marx é a tese de que a quantidade total de novo valor (renda) à disposição da sociedade no processo de produção é fixada ou predeterminada pela quantidade total de trabalho despendido. Essa quantidade pode ser redistribuída no processo de circulação, mas não pode aumentar nem diminuir. A soma dos preços de produção continua igual à dos valores.[12] Se os monopólios asseguram para si superlucros monopolistas permanentes, então eles só podem derivar de duas fontes ou de uma combinação delas: ou derivam de uma redução do volume de lucro à disposição dos ramos de produção não monopolizados, isto é, sua taxa de lucro cai abaixo da média social; ou vêm de um aumento da taxa social de mais-valia (uma redução no valor da mercadoria força de trabalho que não precisa, evidentemente, fazer-se acompanhar necessariamente de uma queda dos salários reais). Mas ambos os processos resultam em efeitos de médio — e longo — prazo que inevitavelmente solapam ou reduzem os lucros monopolistas.

Um aumento da taxa social média de mais-valia tem duas conseqüências contraditórias, que acabam por gerar uma redução da taxa social de lucro — em outras palavras, da relação entre o capital social total e a quantidade total de mais-valia social. Isso leva, por um lado, a um aumento da acumulação de capital; por outro, a uma queda da percentagem do trabalho vivo nas despesas sociais totais com o trabalho. Mas como somente o trabalho vivo produz mais-valia, é apenas uma questão de tempo antes que o aumento da composição orgânica do capital, provocado pela acumulação acelerada, ultrapasse o aumento da taxa de mais-valia. Nesse momento, a taxa de lucros — inclusive a dos monopólios — começa a cair de novo.

É possível restringir essa queda da taxa de lucros exclusivamente aos setores de produção não monopolizados? Essa questão nos leva à segunda possível fonte dos superlucros dos monopólios: a redistribuição da mais valia socialmente produzida de forma vantajosa aos monopólios. Para simplificar, começaremos da hipótese de que o Departamento I compõe-se inteiramente de monopólios, enquanto a livre concorrência predomina ainda no Departamento II como um todo. Vamos su-

[12] "Conseqüentemente, a soma dos lucros de todas as esferas de produção deve ser igual à soma das mais-valias, e a soma dos preços de produção do produto social total deve ser igual à soma de seu valor." MARX, Karl. *Capital*, v. 3, p. 173.

por também que a produção tem inicialmente a seguinte estrutura de valor, com a taxa de mais-valia constante a 100% e com uma composição orgânica crescente de capital:

I: 4 000*c* + 1 500*v* + 1 500s = 7 000 I
II: 2 000*c* + 1 200*v* + 1 200s = 4 400 II

Em condições de livre concorrência, a equiparação da taxa de lucros entre os dois setores resultaria nos seguintes preços de produção em ciclos sucessivos:

Primeiro Ciclo:

I: 4 000*c* + 1 500*v* + 1 750 lucro = 7 205 meios de produção.

II: 2 000*c* + 1 200*v* + 995 lucro = 4 195 meios de consumo.

Segundo Ciclo:

I: 4 905*c* + 1 800*v* + 2 060 lucro = 8 765 meios de produção.

II: 2 300*c* + 1 400*v* + 1 140 lucro = 4 840 meios de consumo.

Terceiro Ciclo:

I: 6 005*c* + 2 160*v* + 2 450 lucro = 10 615 meios de produção.

II: 2 760*c* + 1 600*v* + 1 310 lucro = 5 670 meios de consumo.[13]

Se agora, em vez de uma equiparação da taxa de lucros de 31% no primeiro ciclo, 30,7% no segundo ciclo, 30% no terceiro ciclo, e assim por diante, o Departamento I tentasse assegurar uma taxa regular de monopólio de 40%, então a redistribuição de valores se estruturaria da seguinte maneira:

Primeiro Ciclo:

I: 4 000*c* + 1 500*v* + 2 200 lucro = 7 700 meios de produção.

II: 2 000*c* + 1 200*v* + 500 lucro = 3 700 meios de consumo.

Segundo Ciclo:

I: 5 350*c* + 1 850*v* + 2 880 lucro = 10 080 meios de produção.

II: 2 350*c* + 1 250*v* + 220 lucro = 3 820 meios de consumo.[14]

[13] No primeiro ciclo, 500 unidades de lucro do Departamento I e 495 unidades do Departamento II são consumidas improdutivamente. No segundo ciclo, 600 unidades do Departamento I e 480 do Departamento II são consumidas dessa forma.

[14] No primeiro ciclo, o lucro do Departamento I é distribuído da seguinte maneira: 500 unidades são consumidas improdutivamente, 1 350 são investidas em *c* e 350 em *v*; no Departamento II, 100 unidades são consumidas improdutivamente, 350 são acumuladas em *c* e 50 em *v*.

Terceiro Ciclo:

I: 7 610c + 2 070v + 3 370 lucro = 13 050 meios de produção.

II: 2 460c + 1 300v + 0 lucro = 3 760 meios de consumo.[15]

Já no terceiro ciclo seria impossível atingir a taxa de monopólio de 40%. Mesmo se o setor não monopolizado não obtivesse absolutamente nenhum lucro — isto é, se aí a produção parasse — a taxa de lucro do setor monopolizado cairia para 3370/9680, ou abaixo de 35%.

Se descartarmos a hipótese de uma taxa monopolista de lucro muito superior à média — 40% comparativamente a 31% — e considerarmos, ao invés, uma taxa monopolista de lucro mais próxima à taxa social média, ou seja, 35%, então o fato de que essa taxa também não pode ser mantida torna-se evidente no sexto, ao invés de no terceiro ciclo, como se pode verificar nas séries seguintes:[16]

Primeiro Ciclo:

I: 4 000c + 1 500v + 1 925 lucro = 7 425 meios de produção.

II: 2 000c + 1 200v + 775 lucro = 3 975 meios de consumo.

Segundo Ciclo:

I: 5 025c + 1 900v + 2 424 lucro = 9 349 meios de produção.

II: 2 400c + 1 425v + 901 lucro = 4 726 meios de consumo.

Terceiro Ciclo:

I: 6 449c + 2 400v + 3 097 lucro = 11 846 meios de produção.

II: 2 900c + 1 626v + 929 lucro = 5 455 meios de consumo.

Quarto Ciclo:

I: 8 417c + 2 929v + 3 971 lucro = 15 317 meios de produção.

II: 3 429c + 1 826v + 784 lucro = 6 039 meios de consumo.

[15] No segundo ciclo, a distribuição do lucro se dá da seguinte maneira: Departamento I, 400 unidades são consumidas improdutivamente, 2 260 são acumuladas em c e 220 em v; Departamento II, 50 unidades são consumidas improdutivamente, 120 são acumuladas em c e 50 em v.

[16] No primeiro ciclo, a distribuição do lucro é a seguinte: Departamento I, 400 unidades são consumidas improdutivamente, 1 025 são acumuladas em c e 500 em v; Departamento II, 150 unidades são consumidas improdutivamente, 400 são acumuladas em c e 225 em v. No segundo ciclo: Departamento I, 500 unidades são consumidas improdutivamente, 1 424 são acumuladas em c e 500 em v; Departamento II, 200 unidades são consumidas improdutivamente, 500 são acumuladas em c e 201 em v. No terceiro ciclo: Departamento I, 300 unidades são consumidas improdutivamente, 1 968 são acumuladas em c e 529 em v; Departamento II, 200 unidades são consumidas improdutivamente, 529 são acumuladas em c e 200 em v. No quarto ciclo: Departamento I, 500 unidades são consumidas improdutivamente, 2 971 são acumuladas em c e 500 em v; Departamento II, 100 unidades são consumidas improdutivamente, 500 são acumuladas em c e 184 em v. No quinto ciclo: Departamento I, 300 unidades são consumidas improdutivamente, 4 536 são acumuladas em c e 350 em v; Departamento II, 50 unidades são consumidas improdutivamente, 150 são acumuladas em c e 53 em v.

Quinto Ciclo:

I: 11 388c + 3 429v + 5 186 lucro = 20 003 meios de produção.

II: 3 929c + 2 010v + 253 lucro = 6 192 meios de consumo.

Sexto Ciclo:

I: 15 924c + 3 779v + 5 842 lucro

II: 4 079c + 2 063v + 0 lucro

Ainda que a valorização do capital cessasse inteiramente no setor não monopolizado no sexto ciclo — o que significaria que a produção desse setor parou — o setor monopolizado não conseguiria mais obter a taxa monopolista de lucro de 35%: a taxa de lucro cairia inclusive abaixo do lucro médio inicial de 31% — para 29,6%, para ser exato.

Vamos deixar de lado uma de nossas suposições simplificadoras iniciais, qual seja, uma taxa constante de mais-valia. Com uma taxa crescente de mais-valia, a impossibilidade de manter a taxa monopolista de lucro seria adiada até o sétimo, oitavo ou nono ciclo, dependendo do ritmo do crescimento. Da mesma forma, o ritmo de queda da taxa monopolista mudaria se as proporções iniciais da distribuição do capital social (entre os dois Departamentos, entre c e v etc.) fossem alteradas. Todas essas considerações devem capacitar-nos a formular uma definição mais exata da lei de desenvolvimento, não a aboli-la; *quanto maior o lucro monopolista relativamente ao lucro médio, e quanto maior o setor monopolizado, tanto mais rápida será a queda do lucro monopolista ao nível do lucro social médio do começo, ou seu declínio junto com este.* O aumento da taxa de mais-valia só pode retardar essa lei, mas não pode aboli-la.

Em outras palavras, o lucro monopolista só pode elevar-se acima do lucro médio se o setor monopolizado só domina ainda uma parte bem pequena da produção. Quanto mais o setor monopolizado se expande, tanto menor se torna a diferença entre o lucro monopolista e o lucro médio.

Isso explica por que não interessa aos setores monopolizados absorver todos aqueles setores onde ainda existe a "livre concorrência". Na verdade, chegam inclusive a ganhar com a criação de novos setores não monopolizados na economia. Em relação a isso, os exemplos clássicos são os chamados subcontratos assegurados às pequenas e médias empresas que sobreviveram. O exemplo clássico é a indústria automobilística. Mas hoje em dia o sistema de subcontrato estendeu-se à maioria dos setores monopolizados. Em 1965, os monopólios da Alemanha Ocidental dominavam o seguinte número de empresas subcontratadas: AEG — 30 000; Siemens — 30 000; Krupp — 23 000; Daimler-Benz — 18 000; Bayer — 17 500; BASF — 10 000; Opel — 7 800.[17]

O principal erro de Baran e Sweezy em *Monopoly Capital* é que não conseguiram apreender os limites impostos aos lucros monopolistas pela quantidade finita da mais-valia social total. Seu erro deriva de uma tentativa eclética de combinar a

[17] HUFFSCHMID, J. *Die Politik des Kapitals, Konzentration und Wirtschaftspolitik in der Bundesrepublik*. Frankfurt, 1969. p. 70. Três autores italianos usaram o exemplo da indústria metalúrgica da província italiana de Emília-Romagna para mostrar que a sobrevivência da empresa artesanal e da pequena indústria, que ainda empregam metade do total de trabalhadores desse ramo, depende, na esmagadora maioria das vezes, da política das grandes sociedades anônimas, e só pode ser explicada pela exploração mais intensiva — pela maior produção de mais-valia — efetivada nessas empresas. Ver GARIBALDI, RINALDINI e ZAPPELLI. "Un'Analisi sull'Impresa Minore in Emilia — Ristrutturazione Capitalistica e Sfruttamento Operaio". In: *Fabbrica e Stato*. v. 1, n.º 2, março-abril de 1972. p. 29 *et seq.*

teoria do valor-trabalho de Marx com a teoria neoclássica baseada no conceito de "demanda total"[18] de Keynes. O "excedente" de Baran e Sweezy inclui todos os rendimentos que correspondem à *redistribuição* dupla e mesmo tripla da renda social. Assim seu conceito perde imediatamente todo o rigor. Não pode ser usado para provar uma oposição entre a suposta "tendência do excedente a elevar-se" e a lei de Marx da tendência da *taxa média de lucro* a cair ou sua hipótese de uma tendência da *quantidade de mais-valia* a aumentar. É simplesmente impossível comparar essas grandezas. Além disso, sua análise é dificultada ainda mais pelo fato de Baran e Sweezy incluírem também o *capital* excedente em seu conceito de "excedente".

A suposição de Baran e Sweezy de que os monopólios são capazes de manter preços de venda estáveis (enquanto os preços de custo caem) — a principal fonte do "excedente crescente" — leva-os a concluir que são permanentemente supercapitalizados. Os monopólios tornam-se portanto bastante independentes, tanto do mercado de vendas em geral quanto do mercado monetário e financeiro. Aqui Baran e Sweezy extrapolam indevidamente um fenômeno conjuntural. Na "onda longa com tonalidade expansionista", houve uma pronunciada elevação geral da taxa de autofinanciamento dos monopólios. Mas, assim que a taxa média de lucro começou a cair de novo, a taxa de autofinanciamento das sociedades também começou a diminuir. É extraordinário que Sweezy tenha percebido e descrito acuradamente esse fenômeno enquanto editor do periódico *Monthly Review*, ao mesmo tempo que se apegava teimosamente à tese da autonomia financeira total das grandes sociedades enquanto autor do *Monopoly Capital* — apesar das evidências dos anos 1969/71.[19]

Agora vamos considerar o problema do ponto de vista do valor de uso. A transferência sistemática de mais-valia do setor não monopolizado para o setor monopolizado não pode continuar por muito tempo sem causar grandes distúrbios, exceto num caso especial: quando essa transferência é acompanhada de uma alteração na estrutura do consumo — em outras palavras, quando a demanda monetária efetiva desloca-se do consumo dos valores de uso produzidos no setor não monopolizado para aqueles produzidos na esfera monopolizada numa proporção mais ou menos equivalente a essa transferência. No capítulo 12, mostramos que essa mudança ocorreu de fato no capitalismo tardio, entre outras coisas, às expensas do setor agrícola, têxtil, de sapatos, de madeira e similares.[20] Mas, embora essa tendência exista, sem dúvida alguma os próprios termos do problema revelam as dificuldades enfrentadas pelo capital monopolista, pois os monopólios, afinal, não apenas precisam assegurar um *declínio relativo durável* da demanda de bens produzidos pelos setores não monopolizados — o que é fisiologicamente impossível, pois o consumo de alimentos ou de roupas nos países temperados não pode cair a zero — como também garantir que esse declínio ocorra numa *proporção exatamente correspondente* ao processo de redistribuição da mais-valia social. Não há necessidade de enfatizar aqui que é impossível conseguir isso com a propriedade privada e a economia de mercado.[21]

[18] Já analisamos as fraquezas e contradições desse conceito de "excedente" nos cap. 12, 13 e 14. Uma crítica mais ampla do livro de Baran e Sweezy pode ser encontrada em dois artigos de nossa autoria, publicados juntamente com críticas de outros autores, numa coletânea intitulada *Monopolkapital — Thesen zu dem Buch von Paul A. Baran und Paul M. Sweezy*. Frankfurt, 1969.

[19] BARAN e SWEEZY. *Monopoly Capital*. p. 15-20; *Monthly Review*, v. 22, n.° 4, setembro de 1970; o artigo de Sweezy foi publicado em *Monthly Review*. v. 23, n.° 6, novembro de 1971.

[20] Ver, por exemplo, CARTER, Anne P. *Structural Change in the American Economy*.

[21] Ver nossas objeções à noção de um "cartel geral" resistente a crises e a importante citação de Marx nos cap. 1 e 14 deste trabalho. Uma das principais razões da opinião errônea de Bukharin de que o capital financeiro poderia eliminar a anarquia da produção, ao menos dentro de um único Estado imperialista (*Ökonomik der Transformationsperiode*. p. 5) foi não conseguir entender a contradição entre valor de troca de uso — em outras palavras, a incapacidade do capital em "organizar" uma distribuição proporcional de centenas de diferentes valores de uso entre milhões de consumidores independentes com rendimentos individuais, sob condições de produção de mercadoria.

Se o capital monopolista reage à crescente inflexibilidade de parte da demanda monetária efetiva total, procurando anexar ramos anteriormente não monopolizados da produção,[22] isso leva automaticamente a uma expansão do setor monopolizado relativamente ao não monopolizado, o que significa redução do volume de superlucros em comparação ao volume total de lucros. O resultado será uma tendência da taxa monopolista de lucro a cair mais ainda em relação à taxa média de lucro.

Se, ao contrário, as transferências de mais-valia a favor dos setores monopolizados não correspondem a uma alteração específica da estrutura de consumo, então o retardamento da acumulação que ocorre nos setores não monopolizados levará a uma insuficiência relativa dos valores de uso produzidos por eles. Os preços de mercado dessas mercadorias subirão, não de forma absoluta, mas relativamente aos bens produzidos pelos monopólios, e assim haverá um declínio periódico na transferência de mais-valia. Nesse caso, a pressão da demanda determina uma equiparação da taxa de lucro, se necessário acompanhada por uma aceleração de acumulação nos setores não monopolizados — em outras palavras, por um ajustamento da composição orgânica do capital desses setores relativamente à dos monopólios. É exatamente esse o processo que ocorre periodicamente em certos setores não monopolizados da produção de matérias-primas ou da agricultura.

A capacidade dos monopólios de assegurar seus superlucros estáveis a longo prazo — isto é, de fugir aos efeitos da lei do valor e à concorrência entre capitais, a qual faz a mediação dessa lei no capitalismo — subsiste ou desaparece, portanto, com sua capacidade de obter um mercado constante para suas mercadorias, exatamente proporcional tanto à demanda monetária efetiva total quanto à maior capacidade produtiva de valores de uso no setor monopolizado, decorrente da acumulação do capital monopolista. O enorme desenvolvimento da publicidade, da pesquisa de mercado e das vendas pode ser considerado, como observa Galbraith, uma *tentativa de assegurar essa demanda específica* em quantidades exatas.[23] A racionalidade desses esforços é duvidosa, para dizer o mínimo. Mas o resultado final é inequívoco: nem um único monopólio de um único setor de produção conseguiu fugir da lei do valor a longo prazo. Depois de uma fase inicial em que conseguiram lucros monopolistas substanciais, todos eles, mais cedo ou mais tarde, passaram por fases de declínio cíclico de vendas. Assim, todos eles estão ameaçados pelo perigo de supercapacidade permanente ou de um declínio estrutural relativo de vendas, se é que esses fatores ainda não se manifestaram. A capacidade dos monopólios em assegurar uma estabilidade de lucros a longo prazo, apregoada por muitos autores burgueses e outros que se consideram marxistas, é um mito.[24]

Se os monopólios não conseguem assegurar um crescimento duradouro das vendas de suas próprias mercadorias, então a concorrência volta com toda a sua força mesmo entre os monopólios. A ameaça de uma queda dos superlucros mo-

[22] Isso ocorreu com freqüência cada vez maior nos Estados Unidos, nos últimos vinte anos — na Europa ocidental e no Japão, nos últimos dez a quinze anos — na indústria têxtil e de roupas, na indústria de alimentos e no pequeno comércio varejista.

[23] Ver GALBRAITH. *The New Industrial State*. cap. 18.

[24] Baran e Sweezy também afirmam que as grandes sociedades anônimas, a longo prazo, afastaram-se muito de qualquer tipo de concorrência. (*Monopoly Capital*. p. 47, 51, 74-75.) Na realidade, uma comparação da lista de sociedades de antes da Segunda Guerra Mundial com a lista de trinta anos depois revela que a terceira revolução tecnológica, e as grandes variações das taxas de crescimento dos diferentes ramos da economia e de sociedades individuais, muitas vezes aumentaram a vulnerabilidade relativa das empresas gigantes e reduziram sua capacidade de concorrer. Um bom exemplo recente são os superlucros maciços (rendas tecnológicas, principalmente) que a sociedade norte-americana Texas Instruments obteve inicialmente com seus microcircuitos — que logo perdeu, quando a entrada de capital nesse ramo levou a uma queda abrupta dos preços. A mesma coisa aconteceu com a Control Data Corporation, que produz grandes computadores. Sobre a crise da indústria eletrônica norte-americana em 1970/71, ver *Le Monde*, 12 de setembro de 1972.

nopolistas — isto é, a aproximação da taxa monopolista de lucro da taxa média, que está sujeita a uma tendência decrescente — só pode ser evitada por uma expansão constante tanto dos mercados quanto da diferenciação de produtos. A diferenciação de produtos também é muitíssimo incentivada pelo fato de que as empresas monopolistas tendem a limitar a produção enquanto seu capital e sua capacidade produtiva tendem a crescer mais rapidamente do que a média, precisamente em função de sua apropriação de superlucros. Defrontam-se, portanto, com um problema de subutilização da capacidade produtiva — que pode ser resolvido por algum tempo com a diversificação de produtos.

> "Com determinada demanda, é irracional que uma empresa monopolista invista na expansão da capacidade de seu produto original se o custo médio continua o mesmo, exceto como medida para impedir a entrada no mercado ou iniciar uma luta por uma parcela maior do mesmo... Dada uma curva de demanda invariável, e ignorando os investimentos com melhorias destinadas a reduzir os custos, que apenas levantam o mesmo problema num estágio posterior, resta apenas o investimento em novos produtos... A tendência à diversificação será provavelmente tanto mais acentuada quanto menor for a flexibilidade da demanda do produto original, quanto maior for o excesso de capacidade, e quanto menor for o grau de especialização dos recursos materiais produtivos da empresa."[25]

Essa é a razão da tendência a um crescimento maciço da Pesquisa e do Desenvolvimento, da aceleração da inovação tecnológica, da busca incessante de "rendas" tecnológicas e dos esforços para impedir os perigos de um declínio relativo conjuntural, e particularmente estrutural, na demanda de mercadorias específicas mediante centralização internacional do capital — as sociedades multinacionais — e formação de conglomerados. Quanto mais avança esse processo, e quanto mais o pacote de mercadorias produzidas pelos monopólios está próximo de abranger todo o espectro da produção social, tanto menores tenderão a ser os superlucros monopolistas e tanto mais a taxa monopolista de lucro terá de ajustar-se à taxa média de lucro. Assim os monopólios serão arrastados cada vez mais para o redemoinho da tendência à queda dessa taxa média de lucro.

Sweezy argumenta que sob o capitalismo monopolista, o capital monopolista também pode fluir de setores com uma taxa de lucro mais elevada para setores com uma taxa menor; para uma grande sociedade, a consideração crítica é o lucro *adicional* do capital *adicional* investido.[26] É óbvio que os monopólios desfrutam de maior autonomia quanto à sua escolha de campos de investimentos de novos capitais do que as empresas do século XIX. Mas Sweezy não consegue ver que essa autonomia tem certos *limites*. Se o capital adicional é *sistematicamente* investido em setores com taxa de lucro inferior à média, ou mesmo apenas com taxa média de juros, o lucro total desses monopólios cairá. Uma sociedade que toma esse rumo sofrerá declínio em sua capacidade de autofinanciamento e finalmente também em sua taxa de crescimento em comparação a suas rivais. Toda a sua posição competitiva seria solapada dessa maneira. É exatamente quando definimos os limites da autonomia das grandes sociedades e a grande incerteza sob a qual operam a longo prazo que redescobrimos os efeitos da lei do valor.[27]

[25] MERHAV, *Op. cit.*, p. 88-89.

[26] SWEEZY, Paul. "On the Theory of Monopoly Capitalism". In: *Monthly Review*. v. 23, n.º 11, abril de 1972. A Xerox Corporation é um excelente exemplo. Sua divisão de fotocópias proporciona grandes lucros, sua divisão de equipamento educacional proporciona lucros médios, enquanto sua divisão de computadores opera com prejuízo e não tem mais viabilidade nessa situação. KANAYAMA, Nubuo. "Encounter with Inscrutability". In: *The Oriental Economist*. v. 40, n.º 740, junho de 1972.

[27] Means descreve os limites da autonomia decisória das sociedades na indústria metalúrgica norte-americana nas sóbrias frases que se seguem: "Que a empresa líder de preços de aço tenha certa liberdade para estabelecer os preços

O fato de que as sociedades monopolistas conseguem em geral fugir da clássica concorrência de preço não é em si mesmo, naturalmente, uma descoberta nova; é uma das vigas mestras da teoria do capitalismo monopolista de Lênin. Mas a tese de Galbraith, de que a "libertação" das sociedades da pressão da concorrência dos preços corresponde à sua "emancipação" do mercado e de suas leis,[28] baseia-se em dupla confusão. Em primeiro lugar, confunde a maximização do lucro a *curto prazo* e a *longo prazo;* em segundo, confunde a concorrência de preços com a concorrência como um todo.

Empiricamente falando, o comportamento dos preços numa economia capitalista tardia poderia ser reduzido a um esquema de dois setores: a área dos preços administrados e a área dos preços competitivos.[29] Mas a interação entre os dois é considerável. A concorrência dentro do setor monopolizado, almejando a maximização do crescimento (ativos) procura constantemente a inovação tecnológica para reduzir os custos e para diversificar os produtos a fim de aumentar seu mercado; assim, sempre tende a ameaçar as fronteiras entre monopólios adjacentes e rivais. Se a demanda de um produto específico entra em colapso, até mesmo os monopólios têm de conceder reduções de preço. No setor concorrencial, ao contrário, os acordos de preço entre um grande número de concorrentes podem tentar compensar temporariamente situações de mercado pobre. Esses acordos não continuarão efetivos indefinidamente; mas podem ter êxito a curto prazo.

Galbraith parte corretamente da primazia do crescimento para as sociedades monopolistas. Mas o que produz a *compulsão* ao crescimento, senão a concorrência? A tentativa de Galbraith para explicar essa compulsão, atribuindo-a às convicções morais ou patrióticas daqueles que dirigem a "tecnoestrutura", não pode ser levada a sério.[30] A concorrência entre as sociedades monopolistas realmente assume, evidentemente, formas diferentes daquelas prevalecentes entre fabricantes rivais de tecidos do século XIX ou negociantes de legumes do começo do século XX. Mas o que, além dessa concorrência entre os monopólios, força as sociedades a reduzir constantemente seus custos de produção, a procurar incessantemente a inovação tecnológica, a fabricar ininterruptamente produtos "novos", a expandir infatigavelmente seus campos de ação? Será que a compulsão ao crescimento não envolve uma compulsão a maximizar o autofinanciamento? E, por sua vez, como isso pode ser alcançado, exceto pela maximização dos lucros a longo prazo?[31]

---

do aço não significa que possa fixar o preço que achar melhor. É óbvio que o preço deve cobrir os custos e proporcionar lucros para que a empresa se mantenha saudável e continue a cumprir sua função produtiva em nossa sociedade. Da mesma forma, a empresa líder não pode estabelecer e manter um preço que seus principais seguidores consideram alto demais. Num mercado de vendedores, as empresas menores podem cobrar um preço superior ao fixado pela empresa líder; e num mercado de compradores, podem cobrar preços inferiores aos da empresa líder. É provável que se desenvolvam diferenciais geográficos ou outros. Mas, basicamente, há um grau de liberdade entre os limites dos lucros necessários e a adesão dos concorrentes, onde a empresa líder de preços decide." *Pricing Power and the Public Interest.* Nova York, 1962. p. 44.

[28] GALBRAITH. *The New Industrial State.* p. 123-128, 268-269 etc.

[29] Quanto ao debate sobre os "preços administrados", ver o cap. 13.

[30] A afirmação de Galbraith de que os grandes especialistas estão extremamente seguros em seus cargos, isto é, "emancipados" das oscilações cíclicas e dos efeitos da taxa decrescente de lucro, não pode ser provada nem empírica nem teoricamente. Não passa de uma extrapolação de uma tendência conjuntural específica, o produto de uma ilusão criada por um período particularmente longo de prosperidade econômica (a economia norte-americana não passou por nenhuma recessão real entre 1961 e 1969). Na verdade, nenhum empregado de uma firma capitalista, por mais alto que seja seu cargo, tem a segurança de rendimentos equivalente à de um alto funcionário público. Não só pode perder o emprego se os lucros caem drasticamente, como também se sua empresa é obrigada a fazer demissões em massa ou se ela vai à falência. No momento em que este trabalho estava sendo escrito, havia 65 mil cientistas e técnicos desempregados nos Estados Unidos, com altas percentagens em alguns campos. (*Le Monde*, 28 de julho de 1971.) Estranhos "senhores" do "novo Estado industrial", que tiram de si mesmos o pão de cada dia. Se todos os assalariados se caracterizassem por essa insegurança fundamental quanto às posses, então o único meio de que dispõem para obter uma verdadeira segurança econômica consiste na aquisição de *propriedade privada*, isto é, de *capital* (em ações ou bens imóveis etc.). Em outras palavras, o comportamento da "tecnoestrutura" é determinado basicamente pelo traço característico do modo de produção capitalista, e não por motivos sócio-políticos — para não falar dos estéticos.

[31] Em última instância, o conceito de "tecnoestrutura" não passa de uma versão um pouco mais refinada do conceito de "revolução dos gerentes" de Burnham. A seguinte passagem de *Jenseits des Kapitalismus*, de Sering (Löwenthal),

Se a compulsão dos monopólios ao crescimento se deve à sua compulsão de continuarem concorrentes — em outras palavras, à sua incapacidade de subtrair-se aos efeitos da lei do valor — então o problema da "taxa de lucro dual", que colocamos em nossa *Marxist Economic Theory*,[32] torna-se explicável. Essa expressão foi severamente criticada em alguns círculos.[33] Mas pode ser verificada empiricamente com muita facilidade, pela era do capitalismo monopolista em seu conjunto, incluindo o período do imperialismo "clássico" de 1890 a 1940. A origem e a função dessa "taxa de lucro dual" derivam da própria natureza dos monopólios, que em último caso sempre torna qualitativamente mais difícil que o capital flua para certos setores e assim impedem que os superlucros entrem na equiparação geral dos lucros.

Mas o bloqueio à entrada de capital em certos setores sempre é apenas relativo, nunca absoluto. Em primeiro lugar, a obtenção de superlucros por meio de preços de monopólio leva, de maneira típica, a uma estagnação relativa ou absoluta do mercado, e finalmente à introdução de produtos substitutos.[34] Em segundo lugar, os capitais rivais não conseguem resistir à atração de altos superlucros. Assim, a concorrência no setor monopolizado pode ser limitada, *mas não pode ser eliminada*. Na prática, essas duas forças levam à convergência dos superlucros — em outras palavras, geram uma tendência à equiparação da taxa monopolista de lucro. Se certos monopólios excedem essa taxa média de lucro de todos os monopólios, então o capital fluirá para o setor dominado por eles, a despeito de todas as dificuldades, e dessa forma reduzirá os superlucros daqueles monopólios (a indústria eletrônica norte-americana da década de 60 é um bom exemplo).[35] Se os superlucros de certos monopólios caem abaixo da média, nesse caso podem elevá-los aumentando os preços monopolistas, sem que isso provoque grande resistência.

Mas como ao mesmo tempo os capitais continuam fluindo livremente para dentro e para fora das esferas não monopolizadas, deve haver também uma tendência da taxa de lucro em equiparar-se nessas esferas. Por conseguinte, no capitalismo monopolista surgem duas diferentes taxas médias de lucro, separadas uma da outra pela taxa média de superlucros: uma do setor monopolizado, e a outra do setor não monopolizado.

Bain mostrou que, no período de 1936/40, as grandes empresas comprometidas com ramos da indústria, onde as oito maiores firmas responderam por mais de 70% da produção total, obtiveram uma taxa de lucro consideravelmente superior à das sociedades que operam em ramos da indústria menos monopolizados (uma

---

mostra como o conceito de Galbraith é realmente pouco original: "A natureza cada vez mais científica da produção resultou em especialização crescente e em demanda maior de funcionários com muitos anos de treinamento especial. As tarefas organizativas da moderna produção em massa, e da administração estatal que a acompanha, complicaram-se, ao invés de se simplificarem, com a ampliação da esfera de organização... A tendência à formação de uma hierarquia de carreira é, portanto, tão inerente à produção moderna quanto ao Estado moderno. Vimos como o esqueleto dessa hierarquia surge sob o disfarce da própria economia capitalista de mercado, na medida em que a maioria dos proprietários capitalistas perde sua função de empresários e muitos perdem também suas funções executivas". *Op. cit.*, p. 67-68.

[32] MANDEL, Ernest. *Marxist Economic Theory*. p. 423-426.

[33] Por exemplo, o artigo escrito por vários autores, "Marxistische Wirtschaftstheorie — ein Lehrbuch der Politischen Oekonomie?". In: *Das Argument*. v. 12, n.º 57, maio de 1970, p. 223-224.

[34] "No horizonte mais remoto existem ameaças de novas concorrências, produtos substitutos, técnicas inteiramente novas. Mesmo o maior dos homens de negócios provavelmente se sente muito menos seguro em seus oligopólios do que o teórico muitas vezes imagina que se sinta." (PATTERSON, Prof. Shorey. "Corporate Control and Capitalism". In: *The Quarterly Journal of Economics*. Fevereiro de 1965, p. 10.) Os preços sistematicamente exorbitantes do aço, mantidos por mais de 30 anos nos Estados Unidos, levaram à sua crescente substituição por metais leves e plásticos como materiais para a indústria e a construção, a partir da década de 50. CARTER. *Structural Change in the American Economy*. p. 84 *et seq*.

[35] O papel crítico desempenhado pelas "dificuldades de entrada" em certos ramos da economia, na consolidação dos preços e dos lucros monopolistas, e o fato de que essas dificuldades sempre eram apenas *relativas*, é confirmado por numerosas investigações empíricas nos Estados Unidos. Entre outros, ver BAIN, Joe S. *Barriers to New Competition*; NELSON, Richard R., PECK, Merton J. e KALACHEK, D. *Technology, Economic Growth and Public Policy*. p. 70-71; MEANS, Gardiner C. *Pricing Power and the Public Interest*. p. 230 *et seq*.

média de 12,1% comparada a 6,9%). As estimativas que se seguem não deixam nenhuma dúvida quanto à existência real de duas taxas médias de lucro, e que elas foram consolidadas a longo prazo.

Ramo da Indústria[1]	*1958*	*1968*	*1972*
Taxa global média de lucro na indústria manufatureira:	10,9%	12,1%	10,6%
Taxas de lucro acima da média:			
Aviação	17,8%	14,2%	7,4%
Produtos químicos	13,2%	13,3%	12,9%
Máquinas elétricas	12,6%	12,2%	10,8%
Automóveis	12,5%	15,1%	14,5%
Petróleo	12,4%	12,3%	8,6%
Aparatos científicos	12,0%	16,6%	14,3%
Taxas de lucro abaixo da média:			
Metalurgia	9,3%	11,7%	11,0%
Papel e gráfica	8,9%	9,7%	9,0%
Gêneros alimentícios	8,6%	10,8%	11,2%
Têxteis e roupas	4,8%	8,8%	7,5%

[1] BAIN, Joe S. "Relation of Profit Rate to Industrial Concentration: American Manufacturing 1936-1940". In: *The Quarterly Journal of Economics*. Agosto de 1951; BAIN, Joe S. *Barriers to New Competition*. Harvard, 1965. p. 195. *Statistical Abstract of the United States, 1961*. 1971. Sobre 1972, ver *Statistical Abstract of the United States 1973*.

É necessário fazer dois comentários em relação a essas estatísticas. Por um lado, se eliminamos casos especiais como o da indústria de aviões (muito influenciada pelas flutuações das despesas militares), as semelhanças dentro de cada setor, a longo prazo, são óbvias. O caso da indústria de refinação de petróleo em 1972 é uma exceção evidente; mas essa indústria conseguiu taxas de lucro acima da média todos os anos do período de 1968/72, exceto 1972, e compensou em 1973/74, numa escala sensacional, a sua taxa de lucro excepcionalmente baixa no ano anterior. Por outro lado, a taxa de superlucros tende a diminuir a longo prazo. Isso pode ser verificado a partir do fato de que as diferenças entre a taxa média de lucro de todos os ramos industriais e a taxa média de lucro dos setores mais competitivos diminuíram: na indústria têxtil, por exemplo, a disparidade foi −6,1% em 1958, −3,3% em 1968 e −3,1% em 1972 e na indústria gráfica foi −2% em 1958, −2,4% em 1968 e −1,16% em 1972.[36]

Já vimos que a tendência dos monopólios a expandirem seu campo de ação deve reduzir *a longo prazo* o volume de superlucros. O surgimento de duas "taxas médias de lucro" no capitalismo monopolista resulta no máximo no *retardamento, e não na abolição do processo de formação da taxa média social global de lucro.* No período da livre concorrência, geralmente era necessário um ciclo de 7 a 10 anos para que a taxa de lucro atingisse a média, mas o poder econômico relativo dos monopólios agora cria obstáculos consideráveis a esse processo de equiparação. Por isso é preciso mais tempo para que se complete.

Se a "onda longa" de desenvolvimento econômico que se manifestou depois

[36] Tem sido feita a pergunta: é correto usar taxas de lucro setoriais como prova da presença ou ausência de monopólio? Estritamente falando, é necessário haver uma combinação de dois critérios para determinar os superlucros monopolistas: distinções de ramo e de tamanho. Por si mesmo o tamanho não prova condições monopolistas. Em setores concorrentes, mesmo empresas enormes não conseguem chegar ao controle monopolista se sua fração das vendas totais for pequena demais; ou se o número total de empresas é grande demais; nesse caso não se pode eliminar a concorrência dos preços. A combinação ideal para a monopolização é a da indústria automobilística: um pequeno número de empresas, e todas enormes.

de 1893 fosse o período necessário à equiparação da taxa de lucros entre os setores monopolizados e não monopolizados, esse fato se encaixaria perfeitamente com uma das hipóteses básicas deste trabalho. Toda "onda longa com tonalidade expansionista" é marcada, devido à sua própria natureza (enquanto fase de expansão) por uma ampliação temporária dos setores não monopolizados, isto é, pela possibilidade de aumentar os superlucros. Na fase final dessa onda, e especialmente da "onda longa com tonalidade de estagnação" que se sucede a ela, há, ao contrário, um aumento do tempo de concentração e centralização do capital. O campo de ação dos setores não monopolizados se contrai. Por isso há uma redução no volume de mais-valia produzida nesses setores e uma redução correspondente da fonte de superlucros. O lucro monopolista aproxima-se, portanto, do lucro médio. Mas não pretendemos desenvolver essa hipótese mais detalhadamente; ela deverá ser objeto de outra investigação.

Tudo indica que a taxa média de lucros monopolistas não é uma abstração vazia, mas sim algo muito presente nas sociedades anônimas. Por isso as diretorias de certas sociedades afirmaram bem francamente que consideram determinada taxa de lucro "normal" e ajustam seus cálculos de preço (num mercado monopolista!) a essa taxa. Nesse sentido, Gardiner Means fala de uma "taxa de retorno de investimento a ser atingida", que Lanzillotti estudou na indústria manufatureira norte-americana. Para o período de 1947/55, dizem ter sido de 20% para a General Motors, a Du Pont de Nemours e a General Electric, 18% para a Union Carbide e 16% para a Standard Oil de Nova Jersey (nesse caso, a taxa média de lucro efetivamente realizada). Evidentemente as grandes empresas também podem errar nos cálculos. Uma supercapacidade crescente pode tornar a taxa média de lucro monopolista que esperam inatingível a longo prazo, em conseqüência do que haverá uma equiparação com a taxa média de lucro. A indústria altamente concentrada de fibras sintéticas oferece um bom exemplo. Nesse setor, 14 empresas são responsáveis por 80% de toda a produção do mundo capitalista (Du Pont, Celanese e Monsanto, nos Estados Unidos; ICI e Courtlands, na Grã-Bretanha; Toray, Toyobo e Asahi, no Japão; Rhône-Poulenc, na França; Montedison e Snia Viscosa, na Itália; AKZO, em Benelux-Alemanha Ocidental e Suíça; e Hoechst e Bayer, na Alemanha Ocidental). O preço de um quilo de fio de poliéster caiu de 1,25 dólar em 1970 para 0,80 dólar em 1972.[37]

Elmar Altvater criticou categoricamente a tese das duas taxas médias de lucro sob o capitalismo monopolista: a taxa média de lucro dos setores não monopolizados e a taxa média de lucro dos setores monopolizados. Ao considerar seus argumentos, é necessário distinguir entre sua crítica das justificativas apresentadas por autores como Dobb ou Varga relativamente à dualidade dessas médias, e sua conclusão de que essas duas médias não existem porque a lei do valor só admite uma taxa média de lucro, que se realiza sob o capitalismo monopolista da mesma forma que sob o capitalismo concorrencial, mas com um ritmo mais lento e depois de um intervalo maior. Altvater começa sua objeção afirmando que a existência de dois movimentos de equiparação da taxa de lucro numa única sociedade capitalista implica a possibilidade de monopólios "eternos", e assim decompõe a economia capitalista em duas "sociedades", e não apenas em dois setores.[38] Mas essa é uma inferência injustificada.

O surgimento de duas taxas médias de lucro, nos setores monopolizados e não monopolizados, é o resultado de um *único movimento de equiparação* deter-

[37] MEANS. *Op. cit.*, p. 240. *Manager-Magazin*. Junho de 1972.
[38] ALTVATER, Elmar. *Monopolprofit und Durchschnittsprofit*. (Manuscrito) p. 2-4.

minado pela operação de uma única lei do valor. O capital continua fluindo dos setores onde o lucro está abaixo da média para os setores onde os lucros estão acima da média. O surgimento de duas taxas médias de lucro expressa ao mesmo tempo esse movimento único de equiparação e os obstáculos colocados à sua consumação pelas "barreiras de entrada", que são sobretudo *barreiras de escala*. Identificar esse processo de equiparação do capitalismo monopolista com aquele do "capitalismo de livre concorrência" é minimizar essas barreiras e eliminar da análise marxista o monopólio. Negar a ocorrência desse processo de equiparação por causa da existência dos monopólios é admitir que estes últimos podem subtrair-se indefinidamente à lei do valor por meio da coerção extra-econômica, da manipulação, da fraude ou da intervenção estatal, e isso também é abandonar a análise marxista. Na verdade, é exatamente a *combinação* do impulso permanente de equiparação da taxa de lucro com as barreiras formidáveis colocadas pelos monopólios a essa equiparação que leva ao surgimento de duas taxas médias de lucro, uma ao lado da outra, durante um longo período de tempo, que só tendem a convergir a longo prazo. Concordamos inteiramente com Altvater em que "monopólios eternos" não existem e não podem existir sob a produção de mercadorias, a propriedade privada e os "muitos capitais". O surgimento de uma taxa média de superlucros monopolistas nos setores monopolizados não contradiz mas, ao contrário, harmoniza-se com a operação da lei do valor, como salientamos antes. Se o capital investido num setor monopolizado — como a indústria automobilística, por exemplo — efetiva aumentos constantes de preços, a despeito das reduções do custo, e assim obtém um superlucro monopolista acima da média dos superlucros de outros setores monopolizados, a lei do valor exercerá sobre ele uma pressão duplamente adversa.

a) O capital adicional fluirá para a indústria automobilística, atraído por esses enormes superlucros. Isso criará uma supercapacidade relativa (ou superprodução) e assim reduzirá um pouco a taxa de superlucros. Mas como são necessárias centenas de milhões de dólares para se criar uma nova empresa automobilística, *somente o capital de outros monopólios poderá participar desse movimento de equiparação*. Os pequenos empresários não conseguem reunir capital suficiente para criar uma nova empresa automobilística e, dessa maneira, se beneficiarem com os superlucros daquele setor.[39] Esse é o mecanismo principal do surgimento de uma taxa média de superlucros monopolistas.

b) A venda dessas mercadorias de preços compulsoriamente elevados *(overpriced)* declinará em termos absolutos ou ao menos em termos relativos em comparação aos níveis anteriores à elevação compulsória *(overpricing)* (ou às expectativas das empresas vendedoras), pois a lei do valor também faz os superlucros "excessivos" caírem por meio da demanda social. Foi isso, na verdade, o que efetivamente ocorreu em larga escala com a indústria automobilística em 1974. No caso dos monopólios que vendem produtos primários ou semimanufaturados aos fabricantes — as grandes empresas siderúrgicas norte-americanas, por exemplo — as possibilidades de substituição tecnológica como forma de se contrapor à elevação compulsória dos preços são óbvias, resultando de novo numa redução da deman-

[39] Capital designa aqui a forma prática de organização de uma empresa ou sociedade, não o direito à propriedade de ações. Evidentemente um pequeno fabricante, ou mesmo um merceeiro, pode comprar ações de uma empresa automobilística. Para isso, não precisa de centenas de milhões de dólares. Mas também não receberá superlucros monopolistas, apenas a taxa média de juros ao valor corrente de suas ações, e muitas vezes nem isso.

da e numa equiparação da taxa média dos superlucros monopolistas. O mesmo é potencialmente válido no campo dos produtos manufaturados.

Altvater não dá resposta alguma a esses argumentos concretos a favor da existência de duas taxas médias de lucro sob o capitalismo monopolista. As contradições de seu ponto de vista aparecem da forma mais evidente quando ele passa da crítica a outros autores à formulação de sua própria solução do problema dos superlucros monopolistas. "A modificação da lei do valor só pode significar que as tendências inerentes aos movimentos do valor se impõem no decurso não de um único ciclo, mas no decurso de vários ciclos."[40] O próprio Altvater afirma corretamente que a duração do ciclo industrial diminuiu no "capitalismo altamente desenvolvido" de 7-11 para 4-6 anos. Assim, "vários ciclos" implica no mínimo um período de 8-12, provavelmente 12-18, senão, realmente, de 16-24 anos. Para Altvater, a "modificação" do funcionamento da lei do valor consiste em que os superlucros permanecem "fixos" por um período dessa ordem. Mas o que realmente acontece aos superlucros monopolistas durante esse período de tempo? Será que podem operar sem empecilhos — em outras palavras, será que podem *crescer* de ano para ano e de ciclo para ciclo? Se Altvater adotasse essa opinião (o que não faz), isso implicaria uma inversão da idéia que corretamente combate — de que os monopólios podem se livrar de qualquer influência da lei do valor durante 25 anos mais ou menos. Será que seus movimentos são então completamente fortuitos ou ocasionais, por assim dizer? Repetindo, essa tese negaria qualquer regulamentação objetiva dos superlucros pela lei do valor. Só existe uma forma de evitar essas conclusões insustentáveis e de manter o ponto de vista básico de que *os monopólios não podem subtrair-se à lei do valor, mesmo quando continuam apropriando-se dos superlucros* durante vários ciclos industriais sucessivos: é aceitar a tese de que se formam duas diferentes taxas médias de lucro, uma no setor monopolizado e outra no setor não monopolizado, antes de se fundirem — a muito longo prazo — numa única taxa média de lucro.

Acreditamos que o motivo do erro de Altvater é sua identificação indevida do fenômeno do monopólio com os obstáculos aos movimentos livres do capital devidos a fatores técnicos (patente) e de mercado e a consciência insuficiente dos obstáculos à equiparação das taxas de lucro devidos ao *tamanho* dos monopólios — em outras palavras, ao grau de concentração e centralização do capital. Se a verdadeira concorrência em determinado ramo precisa de uma concentração de 1 ou 1,5 bilhão de dólares, por si mesmo esse fato se transforma, sem dúvida, na maior barreira ao movimento do capital para dentro e para fora desse ramo, e assim à equiparação efetiva da taxa de lucro.[41] O volume de capital envolvido explica, ao mesmo tempo, por que a concorrência pode ser efetivamente restringida nesses ramos durante longos períodos, por que pode inflamar-se de repente mais uma vez (às vezes de maneira muito violenta) quando capitais adequados de volume semelhante se confrontam, e por que essa concorrência é necessariamente limitada a capitais desse volume. Às vezes um "intruso" menor consegue penetrar num ramo monopolizado. Mas a exceção prontamente confirma a regra: nesse caso será absorvido pelos monopólios.

[40] ALTVATER. *Op. cit.*, p. 16, 21-22.

[41] Pode-se dizer que os violentos choques sofridos pelos mercados dos países imperialistas em 1973/74 devido ao enorme aumento dos preços do petróleo resultaram de uma entrada maciça de capital no setor de petróleo (e posteriormente em todo o setor produtor de energia), e de uma saída progressiva de capital do setor automobilístico. Mas o próprio tamanho da indústria automobilística, e as implicações desastrosas que toda saída maciça de capital desse setor acarreta ao nível de emprego, demandou subsídios estatais não menos maciços a fim de limitar essa saída — limitações essas que não apresentam a mesma escala no setor concorrencial da economia.

Não se deve esquecer a afirmação de Marx de que a taxa média de lucro é um "fato da vida" econômica que entra na consciência dos capitalistas e forma a base de seus cálculos.[42] Por isso é preciso perguntar: que "taxa média de lucro" forma a base dos cálculos dos monopólios? Uma "média geral" abstrata que só se torna realidade a cada 16 ou 24 anos? Ou a taxa média de superlucros monopolistas, que vimos nada ser além dos 15-20% da "taxa de retorno esperada" que os monopólios acrescentam a seus custos de produção? O próprio Marx colocou o problema da equiparação da taxa de superlucro, se bem que em relação à renda da terra.

> "Se a equiparação dos valores das mercadorias em preços de produção não encontra nenhum obstáculo, então a renda se resolve em renda diferencial, isto é, limita-se à equiparação dos superlucros que seriam entregues a alguns capitalistas pelos preços reguladores da produção e que são agora apropriados pelo proprietário de terras. Aqui, então, a renda tem seu limite de valor definido nos desvios das taxas de lucro individuais, originadas pela regulamentação dos preços de produção da taxa geral de lucro... Finalmente, se a equiparação da mais-valia em lucro médio encontra obstáculos nas várias esferas de produção sob a forma de monopólios artificiais ou naturais, e sob a forma de monopólio da propriedade da terra, em particular, de maneira que um preço monopolista se torna possível — o qual se eleva acima do preço da produção e do valor das mercadorias afetadas por esse monopólio —, então os limites impostos pelo valor das mercadorias não serão removidos. O preço de monopólio de certas mercadorias apenas transferiria parte do lucro de outros produtores de mercadoria àqueles que produzem as mercadorias com o preço de monopólio. Uma perturbação local na distribuição da mais-valia entre as várias esferas de produção ocorreria de maneira indireta, mas deixaria inalterado o limite de sua própria mais-valia.[43]

O que é válido em relação às tentativas privadas dos monopólios de regular a economia aplica-se igualmente à regulamentação do Estado. Não há necessidade alguma de analisar aqui a função social dessa regulamentação. Já tentamos mostrar, no capítulo 15, que o Estado no capitalismo tardio continua sendo o que era no século XIX — um Estado burguês que em última instância só pode representar os interesses da classe burguesa ("o capital como um todo"), sobretudo de seu estrato sócio-econômico dominante. Aqui nos ocupamos da função econômica da regulamentação estatal ou, em outras palavras, de sua suposta capacidade de libertar de uma vez por todas a economia capitalista tardia da lei do valor e das leis de movimento do modo de produção capitalista. A intervenção do Estado na economia do capitalismo tardio pode ser sintetizada em três rubricas: estimulação, inflação e subvenção. Já discutimos, nos capítulos 13 e 14 deste estudo, a tentativa de moderar o ciclo industrial criando dinheiro ou crédito. No caso ótimo, em que a ação do Estado limita-se à intervenção governamental no sentido de aumentar o nível de emprego ou de incentivar a utilização da capacidade sem inflação dos meios de circulação e da moeda creditícia, ela é, sem dúvida, efetiva em certa medida, como mostramos. Mas seus efeitos são temporariamente limitados por duas razões. Em primeiro lugar, só pode exercer uma influência estimulante se ao mesmo tem-

[42] "O lucro médio é um conceito básico, o conceito de que capitais de mesma magnitude devem proporcionar lucros iguais em períodos de tempo iguais. Isso, repito, baseia-se no conceito de que o capital de cada setor da produção deve ser *proporcional* à parte que lhe cabe da mais-valia total extorquida aos trabalhadores pelo capital social total ou que cada capital individual deve ser considerado apenas parte do capital social total, e todo capitalista considerado como um acionista da empresa social total, cada qual tirando do lucro total a parte *proporcional* a seu volume de capital. Esse conceito serve de base para os cálculos dos capitalistas; por exemplo, se um capital cuja rotação é mais lenta do que a de outro, porque suas mercadorias demoram mais para serem produzidas, ou porque são vendidas em mercados mais distantes, esse capital cobra pelo lucro que perde dessa forma, e se compensa elevando os preços." MARX. *Capital*. v. 3, p. 205-206.

[43] MARX. *Capital*. v. 3, p. 839-840.

po aumentar a taxa de mais-valia — e assim aumenta de maneira automática as dificuldades de realização, na exata medida em que melhora as condições de expansão do capital (para o capital em geral, isso corresponderia a "perder" um ciclo numa série de ciclos de reprodução ampliada). Em segundo lugar, a restrição temporária do alcance das flutuações cíclicas também reduz o efeito positivo da crise para o capital como um todo. Muitas empresas que operam abaixo da produtividade social e média do trabalho, ou da lucratividade, mantêm-se à tona por mais tempo do que poderiam, sem a intervenção estatal. Isso torna mais lenta a desvalorização do capital total, mas ao mesmo tempo retarda o aumento da taxa média de lucro resultante dessa desvalorização. Portanto, mesmo nesse caso ótimo de intervenção estatal não inflacionária, é bem claro que ela não consegue diminuir nem tampouco abolir as contradições do modo de produção capitalista: apenas adia a hora de sua irrupção. Historicamente falando, esse tipo de intervenção estatal estimulante tem efeito semelhante ao do sistema monetário e creditício clássico do século XIX.

Mas por todas as razões esboçadas acima, o século XX nunca testemunhou um exemplo real de um governo que proporciona melhorias econômicas dessa maneira "ótima" depois da irrupção de uma crise de superprodução. Todos os exemplos desse tipo de estimulação econômica foram até agora inflacionários. A razão básica disso já foi discutida, e o próprio Keynes a conhecia bem.[44] A mera estimulação da demanda de consumo é duplamente ineficaz sob o capitalismo: em primeiro lugar, diminui a taxa de mais-valia e por isso também a taxa de lucro; e em segundo lugar, não aumenta a atividade empresarial de investimento — com a possível exceção de uma alta limitada das despesas do Departamento II. Mas se o Estado não deseja apenas aumentar a demanda monetária efetiva dos "consumidores finais", mas também elevar o volume global de investimentos, só pode fazê-lo ao assegurar que seus investimentos não entrem em concorrência com os investimentos das empresas capitalistas privadas — em outras palavras, se não privar essas últimas de seus mercados já restritos. Assim, os investimentos estatais só promoverão uma melhora se criarem "mercados adicionais". Historicamente falando, a produção de armamentos e as obras públicas têm desempenhado esse papel.

Mas o fato de o Estado promover a produção de novos valores de uso ou "serviços" não encerra a questão. Surge então o problema da distribuição da mais-valia ou da valorização do capital. Se essas despesas estatais são inteiramente financiadas pela tributação, então mais uma vez não haverá mudança na demanda global e os investimentos estatais levarão simplesmente a um declínio relativo — se não a um declínio absoluto — das vendas do setor privado. Somente se esses investimentos, ao menos em certa medida, resultarem em aumento nominal direto do poder de compra — isto é, se colocarem meios de pagamento adicionais em circulação — terão efeito estimulante sobre a economia (financiamento do déficit). Mas como esses investimentos não aumentam a quantidade de mercadorias em circulação na mesma medida em que criam meios de pagamento adicionais, encerram inevitavelmente uma tendência inflacionária.

Em termos concretos, portanto, a intervenção estatal feita para estimular uma expansão econômica (para superar ou limitar uma crise) tem levado metodicamente à inflação. Não há necessidade de voltar a esse tópico, já discutido no capítulo 13. Além disso, na análise do efeito da produção de armamentos sobre as leis de movimento do modo de produção capitalista do capítulo 9, mostramos que a inflação não é capaz nem de debilitar nem de abolir essas leis de movimento. Aqui tam-

[44] KEYNES, J. M. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. p. 131, que contém a famosa passagem: "Duas pirâmides, duas missas para os mortos, são duas vezes melhores do que uma; mas não o são duas ferrovias de Londres a York".

bém, da mesma forma, os efeitos da regulamentação estatal realizada para adiar a eclosão das contradições do capitalismo fundem-se gradualmente com efeitos que intensificam essas contradições.

A atividade subvencionista do Estado já está embrionariamente presente na função burguesa do Estado de garantir as condições gerais da produção capitalista, examinada no capítulo 15. Toda atividade governamental na esfera das obras públicas ou da infra-estrutura cria "mercadorias livres" e serviços que facilitam a valorização do capital total. Ao transferir para o Estado a responsabilidade pelos *custos indiretos da produção e realização da mais-valia*, a classe capitalista como um todo também ganha em termos de valor, se os meios para financiar essa atividade não derivam exclusivamente dos lucros das empresas capitalistas. Dessa maneira, a tributação sobre os rendimentos dos pequenos produtores independentes e da pequena burguesia como um todo efetiva uma redistribuição da renda social por meio da via indireta da expansão do capital social (estatal), o que leva a um aumento da produção de mais-valia. Nesse sentido, a atividade infra-estrutural crescente do Estado burguês é por si mesma equivalente a uma subvenção cada vez maior do capital privado. É, portanto, uma manifestação da crise estrutural cada vez mais intensa do modo de produção capitalista — pois no apogeu do capitalismo ascendente, o capital procurava limitar a atividade do Estado, mesmo em relação a seu papel de criar as condições gerais da produção capitalista, em vez de ampliá-la. Quanto mais aguda se torna essa crise estrutural no período do capitalismo monopolista e particularmente em sua fase tardia, tanto maior a escala em que se desenvolve a atividade subvencionista do Estado. Evidentemente essa atividade se entrelaça com as fases do ciclo industrial: em períodos de deterioração da valorização do capital, aumenta aos saltos,[45] enquanto, em períodos de ascensão temporária da taxa média de lucros, reduz-se de forma correspondente. A atividade estatal de expandir a infra-estrutura é determinada, assim, tanto por fatores estruturais quanto cíclicos. Isso gera uma oposição típica do capitalismo tardio entre os interesses daqueles setores da burguesia como um todo que dependem da utilização anticíclica desses gastos e os interesses daquelas empresas capitalistas (incluindo os monopólios individuais) especializadas em contratos importantes com o Estado, que procuram planejar esses projetos muitos anos antes e por isso preferem uma política infra-estrutural permanente que assegure a utilização contínua de sua própria capacidade produtiva.[46]

Aqui é necessário fazer uma distinção entre duas formas diferentes de subvenção governamental indireta e direta.[47] A subvenção estatal indireta ao capital pode combinar-se com a produção direta de mais-valia, a saber, quando a nacionalização de certos ramos da indústria, produtores de matérias-primas, energia ou artigos semi-acabados leva à venda das mercadorias produzidas por esse setor público a uma taxa de lucro abaixo da média, se não com prejuízo, em relação à empresa privada. Nesse caso, parte da mais-valia produzida pelos trabalhadores do setor nacionalizado é transferida para o capital privado, o que tem o mesmo efeito de uma

[45] Quanto a exemplos de cartelização forçada ocorrida sob pressão estatal no período da Grande Depressão, ver o cap. 14 de nossa *Marxist Economic Theory*, p. 496-499; e sobre os casos de nacionalização de fábricas não lucrativas e sua revenda a capitalistas privados assim que o limiar de lucratividade foi cruzado mais uma vez, ver esse mesmo trabalho, p. 502-506.

[46] Entre outros, ver CAVALIERI, Duccio. "La Politica dei Lavori Publicci: Sviluppi Teorici e Indirizzi Programmatici". In: *Pianificazione*. v. 3, n.º 3, setembro-dezembro de 1966, que inclui uma bibliografia considerável.

[47] Num interessante ensaio, James O'Connor faz uma distinção entre investimentos estatais "complementares" e "discricionários". Os primeiros criam estabelecimentos que são indispensáveis à produção lucrativa do setor privado (investimento em infra-estrutura, por exemplo), enquanto os segundos representam investimentos abandonados ou nunca realizados pelo setor privado, devido à sua falta de lucratividade. "The Fiscal Crises of the State". In: *Socialist Revolution*. Janeiro/Fevereiro de 1970.

subvenção geral à empresa capitalista privada, ou de um aumento geral do volume de lucro apropriado pelo capital privado.[48]

Seja *A* o setor nacionalizado (da Grã-Bretanha, França ou Itália, digamos) e *B* o setor privado. A criação de valor nos dois setores assume as seguintes proporções:

$$A: 2\,000c + 1\,000v + 1\,000s = 4\,000$$

$$B: 6\,000c + 3\,000v + 3\,000s = 12\,000$$

Pois bem, se os bens produzidos em *A* (considerados todos elementos do capital constante de *B*) são vendidos a *B* por 3 000, então *B* se apropriará de 1 000 unidades de mais-valia produzidas em *A*; e essa subvenção aumentará a taxa de lucro do capital privado de 33,3% para 44,4%.

Mas, mesmo no interesse do capital privado, os ramos nacionalizados da indústria conseguem chegar à reprodução ampliada (embora não todos, necessariamente, nem necessariamente à mesma taxa dos setores privados da economia).[49] Por isso as deduções do volume de mais-valia neles produzido devem ser ao menos parcialmente compensadas por outros meios, para que o sistema de subvenções indiretas não leve ao desaparecimento sistemático da lucratividade no setor nacionalizado. As quantidades de trabalho necessárias a esse propósito só podem, por sua vez, ser finalmente obtidas às expensas dos salários (por meio de uma tributação mais pesada sobre a renda bruta dos assalariados), às expensas dos pequenos produtores independentes ou às expensas da mais-valia produzida em qualquer outra parte. Em última análise, portanto, o sistema de subvenções indiretas leva ou a um aumento da taxa social de mais-valia ou a uma redistribuição da mais-valia social em benefício de certos grupos capitalistas e em prejuízo de outros. A subvenção indireta também pode tomar a forma de lucros excessivos nos contratos com o Estado. Esses lucros podem ser obtidos por meio de uma transferência de mais-valia às expensas das firmas privadas que não trabalham para o Estado, através de um aumento na tributação do proletariado e da pequena burguesia ou então através de uma combinação de todas essas variantes.

As subvenções diretas costumam tomar a forma de cobertura estatal das perdas das empresas capitalistas, de garantias de lucros adicionais, ou de financiamento de certos custos de produção, tais como as despesas com pesquisa e desenvolvimento.[50] Esses subsídios diretos também resultam num aumento da taxa social de mais-valia ou numa redistribuição da mais-valia social. As contradições inerentes ao sistema não podem ser superadas dessa forma. Pelo contrário, essas contradições prevalecerão no outro lado de qualquer aumento da taxa de mais-valia — que sempre será social e economicamente limitada — e não serão afetadas pela distribuição de lucros pelos vários setores do capital produtivo.

Isso naturalmente não significa que a intervenção do Estado na economia — que pode ser classificada como estimulação, criação inflacionária de moeda creditícia e subvenção ao capital privado — seja inconseqüente ou insignificante. Em duplo sentido, é um aspecto essencial do capitalismo tardio. Em primeiro lugar, o pa-

[48] É evidente que esse aumento do volume total de lucro apropriado pelo capital privado não beneficia igualmente cada capital privado: equivale, antes, a uma redistribuição da mais-valia entre os capitais individuais.

[49] Em ramos da indústria com uma demanda decrescente relativa ou mesmo absoluta, é óbvio que a nacionalização pode ser acompanhada por uma desvalorização maciça do capital nacionalizado. Mas essa situação também é perfeitamente compatível com a compulsão de se modernizar ou de fazer novos investimentos. A esse respeito, ver o exemplo da indústria do carvão.

[50] Esse problema, como o da importância social da orientação seletiva do investimento, é tratado no cap. 15.

pel da câmara de compensação geral do capital total, na direção da distribuição da mais-valia social total entre diversos ramos da indústria — que era desempenhado principalmente pelos bancos e pelo capital financeiro na época do capitalismo monopolista clássico — é hoje exercido cada vez mais pela ação conjunta do Estado e dos grandes monopólios. Em segundo lugar, a intervenção crescente do Estado na economia, em última instância, é apenas uma manifestação do fato de que o presente estágio das socializações objetivas do trabalho e das forças produtivas não só se choca de maneira notável com a propriedade privada dos meios de produção como também se tornou diretamente incompatível com ela aqui e agora, num número cada vez maior de setores. Assim, há no Estado uma tendência de intervir sempre mais em esferas originalmente produtivas da economia, a fim de criar condições de produção que já não podem ser garantidas pelo capital privado. Essas condições vão desde a infra-estrutura real e a esfera da educação e administração, até certos ramos da produção de matérias-primas, do sistema de transporte e mesmo até ramos da produção que "avançaram" demais tecnologicamente (usinas de energia nuclear, por exemplo).

A especificidade da regulamentação estatal da economia do capitalismo tardio, e o papel reconhecido da câmara de compensação central para a expansão, investimento e distribuição do capital disponível, está no entrelaçamento dessa intervenção com as leis de movimento do modo de produção capitalista. A economia continua baseada na produção e realização de mais-valia, ainda está sujeita ao controle remoto da lei do valor e ainda é governada pela compulsão de valorizar o capital e pela compulsão conseqüente de crescer. Dentro dessa estrutura, o Estado não pode, a longo prazo, diminuir — nem tampouco abolir — nenhuma das contradições ou das leis de movimento desse modo de produção. E não poderia mesmo, pois, em última instância, continua sendo um instrumento de dominação de classe da burguesia. Embora muitas vezes venha a defender os interesses particulares dos monopólios, não pode fazê-lo além do limite em que isso arriscaria a sobrevivência do sistema. O Estado de forma alguma "produz lucros monopolistas" nem chega a assumir responsabilidade pela reprodução ampliada como tal.

O Estado não pode melhorar as condições de valorização do capital e ao mesmo tempo reduzir as dificuldades de realização a longo prazo. Se a taxa de lucro diminui, há também uma queda na acumulação de capital, mesmo que o mercado esteja em expansão. Se a taxa de lucro está alta ou em ascensão, a acumulação de capital ainda diminuirá de velocidade, se ao mesmo tempo houver uma contração relativa do mercado ou se diminuir a utilização da capacidade. Nenhuma combinação de regulamentação estatal e privada da economia conseguiu o milagre de elevar a taxa de lucro e expandir o mercado (alta utilização de capacidade em ambos os Departamentos) a longo prazo. Mattick também concluiu recentemente que, a longo prazo, o Estado não pode superar as contradições inerentes ao modo de produção capitalista.[51] Mas ele chega a essa conclusão certa por meio de um argumento falso, pois afirma que as despesas estatais envolvem uma dedução do volume de mais-valia e por isso um retardamento da acumulação de capital. Isso está errado por dois motivos. Mostramos que as despesas estatais podem de fato aumentar a taxa de mais-valia e assim acelerar, ao invés de retardar, a acumulação do capital. Mas o erro crítico de Mattick é o erro dos economistas burgueses neoclássicos: ele parte da hipótese tácita de que o pleno emprego prevalece e que por isso todo capital é investido e obtém a taxa média de lucro. Essa suposição não se aplica à época do capitalismo monopolista. Se se supõe que parte do capital superacumula-

[51] MATTICK. *Marx and Keynes*. p. 115-118.

do só consegue o juro médio, isto é, que é ocioso do ponto de vista da *produção* de mais-valia, então usá-lo para produzir armamentos ou facilidades infra-estruturais pagas pelo Estado pode perfeitamente aumentar o volume de mais-valia e assim também acelerar a acumulação de capital, mesmo que o Estado pague suas contas em parte com déficit financeiro e em parte com impostos. A reivindicação de parte da mais-valia futura não é de maneira alguma incompatível com um aumento da mais-valia corrente, na medida em que a reprodução ampliada ocorra efetivamente. Mesmo a produção de mercadorias que não entram no processo de reprodução pode aumentar o volume de mais-valia produzida.

No começo deste trabalho, nos capítulos 2, 3 e 4 fizemos um esboço antecipado do lugar do capitalismo tardio na história do modo de produção capitalista e da forma pela qual a lei do valor governa as contradições que lhe são inerentes. Agora, na conclusão, podemos elucidar e resumir nossas descobertas principais. A fase tardia do capitalismo começou quando o fascismo e a Segunda Guerra Mundial geraram um aumento significativo da taxa de mais-valia, o qual foi prolongado por uma redução substancial do preço de elementos importantes do capital constante. Isso permitiu ao "capital em geral" superar o declínio ou a estagnação de longo prazo da taxa média de lucro. O resultado disso foi uma aceleração da acumulação de capital (favorecida depois pela economia armamentista permanente), que se apoderou imediatamente das descobertas e inovações que haviam amadurecido durante a década anterior, e assim desencadeou a terceira revolução tecnológica.

Nessas circunstâncias específicas, a acumulação acelerada de capital promoveu duplamente a taxa de lucro. Em primeiro lugar, a força de trabalho foi constantemente liberada, de forma que a taxa de mais-valia pôde ser mantida num nível alto. Em segundo lugar, houve mais uma redução no custo dos elementos do capital constante, de maneira que o aumento da composição orgânica do capital foi muito mais lento e moderado do que parecia à primeira vista. A taxa de lucro permaneceu, portanto, relativamente alta durante um longo período; o capitalismo tardio distingue-se, em conseqüência disso, por um grande crescimento das forças produtivas a longo prazo. Mas esse desenvolvimento geral não foi distribuído de forma eqüitativa por todos os elementos do capital mundial. Parte da classe capitalista, mesmo não sendo das mais importantes, foi completamente expropriada nesse período.[52] Nos países imperialistas metropolitanos, uma série de monopólios se estabeleceu nos chamados "setores em crescimento" e conseguiu superlucros tecnológicos bastante substanciais, em certa medida ampliados pela troca desigual com as colônias e semicolônias. A acumulação acelerada de capital ocorreu principalmente nesses setores — que foram os verdadeiros suportes da "onda longa" de expansão — e isso levou a uma alteração na estrutura da demanda, pelo que grande número de setores da produção sofreu declínio relativo ou absoluto dos lucros: mineração de carvão betuminoso, agricultura, indústria têxtil tradicional (e, em parte, mesmo a indústria de roupas), pequenos varejistas etc. Mas a rápida expansão permitiu que o trabalho empregado nesses ramos fosse transferido para os setores em crescimento do capitalismo tardio (indústria e serviços) e assim a "onda longa ex-

[52] Referimo-nos aqui aos proprietários das empresas expropriadas sem compensação na Europa central e oriental, na China, na Coréia, no Vietnam e em Cuba, ou a fração da classe capitalista desses países que fugiu depois da vitória da revolução socialista. Isso não significa que esses antigos proprietários deixaram de atuar como capitalistas. Em muitos casos conseguiram levar parte de seu capital e fundaram novas empresas capitalistas na Alemanha Ocidental, Estados Unidos, Canadá, Austrália, Hong Kong, Singapura e em outros lugares. Esse fenômeno foi ainda mais marcante, naturalmente, entre os proprietários de empresas nacionalizadas em países onde o capitalismo não foi derrotado. A Compagnie du Canal de Suez, Patiño, o magnata boliviano do estanho, ou a Union Minière possuem hoje mais capital do que na época da nacionalização de suas empresas originais.

pansionista" assumiu o caráter de uma nova onda de industrialização (em extensão, especialmente em países como a França, a Itália, o Japão, a Holanda, a Escandinávia, os Estados do sul dos Estados Unidos, e em algumas semicolônias como o Brasil, o México, Hong Kong e Singapura; e em profundidade, pela "industrialização" da agricultura, da contabilidade, do sistema bancário, de certos setores de serviços e construção civil). Mas exatamente por causa dos grandes superlucros monopolistas obtidos dessa maneira, os setores em crescimento distinguiram-se por uma taxa de acumulação do capital superior ao desenvolvimento da demanda dos "consumidores finais" ou à modificação da estrutura global da demanda social. Uma capacidade excedente cada vez maior surgiu nos principais ramos responsáveis pelo longo *boom*, semelhante àquele que já se manifestara em setores da produção que estagnaram ou declinaram na metade da década de 60.

A expansão do crédito, a "industrialização" do comércio por atacado e a varejo, a ampliação do setor de serviços e as inovações da terceira revolução tecnológica no setor de transporte e telecomunicações, bem como em atividades como controle de estoque, permitiram uma aceleração considerável da rotação do capital circulante, a qual também contribuiu para a alta da taxa de lucro depois da Segunda Guerra Mundial.[53] Mas depois a despesa crescente com os projetos de investimento de capital fixo, o aumento do tempo necessário à construção de novas fábricas e complexos produtivos, a taxa decrescente de autofinanciamento e a tendência cada vez maior de contração do crédito limitaram a redução do ciclo de rotação do capital fixo e do capital circulante, e tenderam a imobilizar cada vez mais o capital em condições onde não podia mais operar produtivamente, e isso, por sua vez, diminuiu de novo a taxa de lucro.

Nos países imperialistas mais importantes, a grande duração do crescimento acima da média significou ao mesmo tempo a absorção do exército industrial de reserva — a despeito das enormes importações de trabalhadores estrangeiros da periferia semicapitalista para os centros do capitalismo tardio. Assim também a taxa de lucro foi ameaçada pela redução da taxa de mais-valia, enquanto o aumento a longo prazo da composição orgânica do capital, embora lento, inevitavelmente exercia uma influência mais negativa sobre ela. A terceira revolução tecnológica, o tempo de rotação reduzido do capital fixo, a importância crescente da reprodução da força de trabalho num nível superior de qualificação intelectual e técnica, a importância crescente da pesquisa e desenvolvimento, sendo esses últimos cada vez mais financiados pelo Estado, tudo isso combinou-se para gerar uma verdadeira compulsão por maior planejamento econômico dentro das empresas e da sociedade como um todo. A maior sensibilidade e vulnerabilidade do complexo sistema de produção criaram uma necessidade crescente de regulamentação econômica privada e pública e de controle social. Mas os limites da eficácia dessa regulamentação são estabelecidos pela insuperável barreira do caráter de produção de mercadorias e pela compulsão de valorizar o capital. A longo prazo, a taxa média de lucro e os superlucros monopolistas, o mercado de mercadorias específicas e a taxa de crescimento de empresas específicas continuam incertos e sujeitos à lei do valor.

As crescentes tentativas de regular o ciclo industrial só foram bem-sucedidas até agora por causa da autonomia relativa das várias zonas monetárias nacionais

[53] Ver os interessantes cálculos de Helmut Zschocke (*op. cit.*, p. 88), que estima que o número de ciclos anuais de rotação do capital circulante na indústria da Alemanha Ocidental passou de 3,86 em 1950 para 5,10 em 1968. Sobre a importância do controle dos estoques feito por computadores, ver BODINGTON, Stephen. *Computers and Socialism*. Nottingham, 1973. p. 101-102.

das grandes potências imperialistas. Essa autonomia relativa só era compatível com uma expansão contínua do mercado mundial,[54] na medida em que a moeda da maior potência imperialista, o dólar norte-americano, pudesse funcionar como moeda mundial ao lado do ouro. A erosão contínua do poder de compra do dólar causada pelas dificuldades crescentes de realização da mais-valia e valorização do capital nos Estados Unidos, agora arruína a função do dólar como moeda mundial. Isso, por sua vez, põe em perigo todo o sistema de moedas nacionalmente manipuladas e torna cada vez mais necessário voltar a um equivalente universal aceito por todos no mercado mundial, livre de interferências das seções nacionais do "capital em geral". O papel que tem a política "nacional" monetária e de crédito de moderar o ciclo industrial sofre a ameaça de ser decisivamente reduzido. Essa ameaça também está se tornando realidade na medida em que a "onda longa" de expansão acelerada, sob condições de uma nova revolução tecnológica, levou a uma nova fase de concentração e de centralização aceleradas de capital, que transformou a firma multinacional na forma organizacional decisiva da empresa do capitalismo tardio. O Estado burguês tardio tem muito menos influência sobre essa forma organizacional do que sobre os trustes e monopólios "nacionais" do período anterior. Assim como o crescimento das forças produtivas sobrepuja o Estado nacional, também sobrepuja gradualmente o papel do Estado no controle do ciclo industrial e na promoção e no crescimento de melhorias econômicas. *Quanto mais os monopólios pensam que se subtraíram à lei do valor em nível nacional, tanto mais tornam-se sujeitos a ela em nível internacional.*

Finalmente, todo o processo econômico desencadeado pela busca de superlucros tecnológicos e por sua apropriação acumulou um vasto material explosivo em ambos os pólos da economia capitalista mundial. Os movimentos internacionais do capital são hoje, mais do que nunca, determinados pelos monopólios imperialistas, ao mesmo tempo que não existe nenhuma uniformidade no mercado internacional de capitais (nem homogeneização alguma das relações de produção em escala mundial). O resultado disso é que a produtividade, o rendimento e o diferencial de prosperidade entre os habitantes dos países metropolitanos e os das colônias e semicolônias crescem continuamente e, assim, multiplicam nestes últimos continuamente os movimentos revolucionários de libertação. A terceira revolução industrial causou profundas mudanças nas necessidades das massas trabalhadoras dos países metropolitanos — inclusive a necessidade de mudanças qualitativas na forma e no conteúdo de trabalho; mas o capitalismo tardio é incapaz de atender a essas necessidades. E hoje é mais incapaz ainda, pois a irrupção de uma *luta universal pela taxa de mais-valia* forçou-o na prática a negar "direitos" (pleno emprego e autonomia nas negociações salariais, em particular) anteriormente concedidos ao proletariado. As tensões e contradições sociais estão se intensificando, portanto, nos países metropolitanos. Suas raízes estão na universalização crescente de uma crise social cujas origens serão discutidas em nosso capítulo final.

[54] A dialética desse desenvolvimento é tal que uma redução geográfica do mercado mundial pode muito bem ser acompanhada de uma expansão do mesmo em termos de valor e de quantidades físicas de valores de uso vendidos. Todos concordam em que esse tipo de expansão só se tornou significativo na década de 60, se compararmos o comércio mundial *per capita* ou a percentagem exportada dos produtos mais importantes da indústria de artigos acabados desse período com os de 1913 ou de 1929.

18

A Crise das Relações de Produção Capitalistas

O capitalismo tardio marca um período histórico do desenvolvimento do modo de produção capitalista em que a contradição entre o crescimento das forças produtivas e a sobrevivência das relações de produção capitalistas assume uma forma explosiva. Essa contradição leva a uma crise cada vez mais acentuada dessas relações de produção.

É necessário, em primeiro lugar, definir de forma mais rigorosa a essência das relações de produção capitalistas. Para Marx, as relações de produção incluem *todas* as relações fundamentais entre homens e mulheres na produção de sua vida material.[1] É incorreto, portanto, reduzir essas relações a apenas um único aspecto das relações do capital, como, por exemplo, à subordinação do trabalho vivo ao trabalho morto, ou às relações dos produtores com seus meios de produção no interior de uma unidade de produção. A natureza específica das relações de produção capitalistas é a produção mercantil generalizada. Esta última determina a forma particular da separação entre os produtores e seus meios de produção, que é diferente daquela que ocorreu na época do trabalho escravo; determina a forma particular de apropriação do sobreproduto, que é diferente daquela que ocorreu no feudalismo; determina a forma particular da reconstituição do trabalho social, da ligação entre as unidades de produção etc. A produção generalizada de mercadorias implica que a força de trabalho e os meios de trabalho se tornaram, eles próprios, mercadorias. As relações capitalistas não podem, portanto, ser simplesmente derivadas da subordinação dos produtores aos "administradores" ou "acumuladores" que existem em toda sociedade de classe. As relações capitalistas implicam a *venda* da mercadoria força de trabalho aos *proprietários* dos meios de produção; implica a separação desses proprietários em diferentes capitais em concorrência mútua,[2]

[1] Marx: "Na produção social de sua existência, os homens entram inevitavelmente em diferentes relações, que são independentes de sua vontade, isto é, as relações de produção próprias de determinado estágio de suas forças produtivas materiais. A *totalidade* dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade". *Critique of Political Economy*. p. 20. (Os grifos são nossos. E.M.)

[2] "Como o valor constitui o fundamento do capital, e como por isso necessariamente existe apenas através da troca por um *contravalor*, repele a si mesmo necessariamente. Um capital *universal*, sem outros capitais que o enfrentam, pelos quais se troque — e desse ponto de vista nada o enfrenta, a não ser os trabalhadores assalariados ou ele mesmo —, é conseqüentemente uma não-coisa. A repulsão recíproca entre os capitais já está contida no capital enquanto valor de troca realizado." MARX. *Grundrisse*. p. 421. Ver também a citação já mencionada: "O capital existe e só pode existir enquanto muitos capitais, e por isso sua autodeterminação aparece como sua interação recíproca". *Grundrisse*. p. 414.

que devem *trocar* por dinheiro as quantidades de valor das quais se apropriaram a fim de realizar a mais-valia aí contida e de continuar a produzir em escala ampliada; e implica a *acumulação* desse capital adicional em unidades separadas de um processo determinado pela pressão da concorrência.

A produção material seria tão impensável sem um suprimento regular de matérias-primas, máquinas e outros instrumentos de trabalho, materiais auxiliares e fontes de energia, quanto sem uma relação particular entre os trabalhadores e os meios de trabalho. Assim, quando Marx define o capital como uma relação específica entre os homens — isto é, um tipo específico de relações de produção — define simultaneamente a produção de mercadorias como uma relação específica entre os homens.[3]

O fato de as empresas comprarem meios de produção, matérias-primas e energia umas das outras, enquanto valores de troca, também constitui, da mesma forma, um traço específico das relações de produção características do modo de produção capitalista. Se as relações entre capital e trabalho fossem totalmente abolidas *dentro* das empresas (pela sua transformação em cooperativas produtivas, por exemplo), mas a troca generalizada de mercadorias entre essas cooperativas ainda fosse mantida (isto é, compra e venda recíprocas dos meios de produção enquanto mercadorias), então haveria apenas uma questão de tempo para que a própria separação entre produtores e meios de produção se reproduzisse através da persistência desse elemento das relações de produção capitalistas.[4]

Os homens produzem mercadorias porque o trabalho social à sua disposição foi *previamente* dividido em "tarefas privadas executadas de forma independente umas das outras".[5] Essa forma característica assumida pelo trabalho depende, por sua vez, de uma dialética particular determinada pelo desenvolvimento da divisão social do trabalho e dos instrumentos sociais do trabalho. Enquanto o trabalho social é executado em pequenas unidades de produção mais ou menos auto-suficientes (comunidades tribais, de parentesco ou camponesas), uma simples regra *a priori*, baseada no costume, no ritual e na organização elementar, assegura sem grandes dificuldades a natureza diretamente social do trabalho. O desenvolvimento da divisão do trabalho, da troca, da propriedade privada e da produção mercantil simples fragmenta gradualmente essa capacidade social de trabalho em tarefas privadas, cuja natureza social é reconhecida completamente, apenas parcialmente ou não é reconhecida de maneira alguma *a posteriori*, pela via do rodeio das relações entre as mercadorias no mercado, e só depois de passar pelo teste decisivo da realização do valor da mercadoria (no capitalismo: do lucro médio).

Enquanto, por um lado, esse longo processo histórico de atomização do trabalho social em tarefas privadas executadas independentemente umas das outras atin-

[3] Marx: "No lucro do capital, ou melhor, nos juros do capital, na renda da terra, nos salários do trabalho, nessa trindade econômica representada como a ligação entre as partes componentes do valor e da riqueza em geral e suas fontes, temos a completa mistificação do modo de produção capitalista, a conversão de relações sociais em coisas, a fusão direta das relações de produção material com suas determinações históricas e sociais. É um mundo encantado, pervertido, um mundo às avessas, em que *Monsieur le Capital* e *Madame la Terre* fazem sua aparição fantasmagórica como personagens sociais e ao mesmo tempo atuam diretamente como simples coisas". *Capital*, v. 3, p. 808.

[4] Marx: "Mas coube ao Sr. Proudhon e à sua escola declararem seriamente que a degradação do *dinheiro* e a exaltação das *mercadorias* constituem a essência do socialismo, e assim reduzirem o socialismo a um mal-entendido elementar da correlação inevitável existente entre as mercadorias e o dinheiro". *Critique of Political Economy*. Londres, 1971. p. 86.

[5] Marx: "Via de regra, os artigos úteis só se transformam em mercadorias porque são produto do trabalho de particulares ou de grupos de indivíduos que executam seu trabalho de forma independente uns dos outros. A soma do trabalho de todos esses indivíduos particulares forma o trabalho agregado da sociedade. Como os produtores não entram em contato uns com os outros até trocarem seus produtos, o caráter social específico do trabalho de cada produtor não se manifesta a não ser no ato de troca. Em outras palavras, o trabalho do indivíduo só se afirma como parte do trabalho da sociedade por meio das relações que o ato de troca estabelece diretamente, entre os produtos e indiretamente, por meio destes, entre os produtores". *Capital*, v. 1, p. 72-73.

ge seu ponto alto no estágio anterior ao modo de produção capitalista, por outro lado estabelece-se uma tendência oposta, com o desenvolvimento desse modo de produção e da tecnologia que lhe corresponde. O capital congrega um número cada vez maior de trabalhadores num processo de trabalho conscientemente organizado. Combina frações cada vez maiores da humanidade em processos de produção objetivamente socializados e ligados uns aos outros por milhares de fios de mútua dependência. Essa contradição fundamental do modo de produção capitalista — a contradição entre a crescente socialização objetiva do trabalho e a continuidade posterior da apropriação privada[6] — corresponde assim à contradição entre o desaparecimento crescente do trabalho privado (não só no contexto de fábricas individuais, mas também no de empresas grandes ou mundiais), por um lado, e por outro, à sobrevivência do valor de troca sob a forma de mercadoria ou do lucro, como o objetivo da produção, que se baseia no trabalho privado.

O modo de produção capitalista só se torna possível em certo estágio do desenvolvimento das forças produtivas — quando existem condições materiais prévias para a subordinação formal, e depois efetiva, do trabalho ao capital. Essas premissas materiais são naturalmente precedidas e revestidas pelas pré-condições sociais já descritas. Portanto, o modo de produção capitalista pressupõe um nível particular de desenvolvimento da socialização do trabalho, que tanto é real quanto contraditório. Quando a divisão elementar de trabalho é retida no estágio de trabalho privado completo, onde se produz valores de uso para pequenas unidades de consumidores, com instrumentos de trabalho virtualmente insubstituíveis e onde a dependência mútua dos produtores se reduz a uma dependência apenas parcial do trabalho de outros para a satisfação de umas poucas necessidades, é bem possível que se desenvolva a produção simples de mercadorias, mas não a produção capitalista de mercadorias. O nível da socialização do trabalho, da produtividade do trabalho e do desenvolvimento do sobreproduto social ainda é baixo demais nesse estágio para permitir a produção generalizada do capitalismo.[7]

Para que surja a produção generalizada de mercadorias do capitalismo, é preciso que a socialização do trabalho comece a substituir o caráter individual do trabalho. É preciso que à divisão de trabalho entre as várias ocupações se acrescente a divisão de trabalho em manufaturas e grandes empresas. É preciso que a maioria dos produtores deixe completamente de produzir para atender às próprias necessidades e passe a satisfazê-las principalmente por meio do mercado. Isso demanda maquinaria desenvolvida, isto é, um sobreproduto social muito maior, sem o qual de maneira alguma se pode produzir maquinaria adicional e grandemente ampliada. A produção de máquinas, o desenvolvimento da produtividade material do trabalho, a constante aceleração do processo de socialização objetiva do trabalho — são fatores que constituem as façanhas historicamente progressivas do modo de produção capitalista.[8]

O caráter hostil dessa socialização do trabalho realizada pelo capital consiste no fato de que o trabalhador agora se defronta tanto com seu produto quanto com seus meios de produção como algo estranho, hostil e separado dele, inerente ao capital de maneira misteriosa. Marx salienta que essa forma de socialização objeti-

[6] Engels: "Os meios de produção e a própria produção foram, em essência, socializados. Mas foram sujeitos a uma forma de apropriação que pressupõe a produção privada dos indivíduos, sob a qual, portanto, cada um possui o próprio produto e o traz ao mercado. O modo de produção está sujeito a essa forma de apropriação, embora destrua as condições sobre as quais repousa essa forma de apropriação. Essa contradição, que dá ao novo modo de produção o seu caráter capitalista, *contém o germe de todos* os antagonismos sociais de hoje". *Socialism, Utopian and Scientific*. In: MARX e ENGELS. *Selected Works*. p. 420. Ver também as páginas que se seguem a essa passagem.
[7] MARX. *Grundrisse*. p. 397-398
[8] *Ibid.*, p. 309, 699-700.

va do trabalho sob o capitalismo, tão opressiva para o trabalhador, pode ser atribuída, entre outras coisas, ao fato de que o trabalhador se empenha *individualmente* e a massa dos trabalhadores se empenha de forma *atomizada* num processo de produção em que sua própria força produtiva comum se torna uma *coisa* separada deles:

> "Na realidade, a unidade *comunitária* na cooperação, o acordo na divisão do trabalho, na aplicação das forças e das ciências naturais, dos produtos do trabalho enquanto *maquinaria* — tudo isso se apresenta ao trabalhador individual de forma independente, sem sua intervenção e muitas vezes contra ele, como algo *estranho, material, predeterminado,* como a mera forma de existência dos *meios de trabalho* que são independentes dele e que o *governam* na medida em que são materiais; e a visão e a vontade de toda a oficina se encarnam no capitalista e em seus auxiliares, na medida em que ela se forma através de sua própria associação — como *funções* do capital que vivem no capitalista. As formas sociais de seu próprio trabalho — subjetivas e objetivas — ou a forma de seu próprio trabalho social são relações formadas de maneira totalmente independente do trabalhador individual. Os trabalhadores, quando submetidos ao capital, tornam-se elementos dessas formações sociais, mas essas formações sociais não lhes pertencem. Por isso defrontam-se com elas como *formas* do próprio capital, pertencentes ao capital, em oposição à sua própria capacidade de trabalho isolada — como combinações que brotam do capital e a ele se incorporam. Isso assume formas que são tanto mais reais quanto mais, por um lado, sua própria capacidade de trabalho for tão modificada por essas formas que perca o poder enquanto força independente, *fora,* portanto, do contexto capitalista, de maneira que sua capacidade de produzir independentemente é destruída; e quanto mais, por outro lado, com o desenvolvimento da maquinaria, as condições de trabalho pareçam governar o trabalho também tecnologicamente, e ao mesmo tempo substituam, suprimam e o tornem redundante em suas formas independentes. Nesse processo — em que de certa forma o caráter *social* de seu trabalho se lhes apresenta de forma capitalizada, como, por exemplo, quando com a maquinaria os produtos visíveis do trabalho parecem governar o trabalho, o mesmo acontecendo naturalmente com as forças e com ciências naturais, que são o produto do desenvolvimento histórico geral em sua quintessência abstrata — nesse processo, as formas sociais do trabalho se apresentam ao trabalhador como *forças* do capital. Separam-se, de fato, da habilidade e do conhecimento do trabalhador individual e, mesmo quando, consideradas em suas origens, forem ainda o produto do trabalho, parecem estar *incorporadas* ao capital sempre que aparecem no processo de trabalho".[9]

Marx acrescenta ainda:

> "A força de trabalho social natural não se desenvolve no *processo de expansão do capital* enquanto tal, mas sim no *processo de trabalho* real. Apresenta-se, portanto, como qualidades que aderem ao capital como uma *coisa,* como seu valor de uso. O trabalho produtivo — enquanto produtor de valor — apresenta-se ao capital como trabalho de operários *isolados,* quaisquer que sejam as combinações sociais das quais esses operários possam participar no processo de produção. Por conseguinte, enquanto para os operários o capital representa a força de trabalho produtiva social, para o capital o trabalho produtivo representa apenas o trabalho de operários isolados".[10]

É por isso que Marx sempre descreve a sociedade socialista como uma sociedade de *produtores associados,* pois assim que esse isolamento no processo de produção e trabalho é totalmente abolido, de uma vez por todas, e se a partir daí

[9] MARX. *Resultate...* p. 158, 160.
[10] *Ibid.*, p. 162.

os produtores organizam, planejam,[11] discutem e realizam seu processo de trabalho em comum, em associação *voluntária*, então o mistério da força *social* de produção desaparece naturalmente, e esta última não parece mais aderir às coisas como uma força coletiva "externa" aos produtores, mas é vista como resultado da capacidade de trabalho comum a todos os trabalhadores, planejada e organizada em comum.

A socialização objetiva do trabalho é um processo em que o desenvolvimento da tecnologia, da ciência e das forças produtivas torna-se irreversível. Mas a forma concreta de sua combinação com a estrutura social difere fundamentalmente numa ordem econômica capitalista e numa não capitalista. Dentro dos limites do modo de produção capitalista, a socialização do trabalho só prevalece indiretamente. Ainda é a lei do valor que determina a distribuição dos recursos econômicos entre os vários ramos da economia, correspondendo às flutuações da taxa média de lucro e de seus desvios (o capital flui principalmente para os setores nos quais se pode realizar superlucros). Se, ao contrário, o modo de produção capitalista — isto é, a produção generalizada de mercadorias — foi abolido, então os produtores associados podem apreender *a priori* a socialização objetiva de seu trabalho. Os recursos econômicos serão distribuídos pelos vários ramos da economia de maneira planejada, segundo prioridades *socialmente* determinadas. É então que o caráter do trabalho se torna imediatamente social, e a categoria de "tempo de trabalho socialmente necessário" (a quantidade de trabalho socialmente necessária) deixa de ter qualquer significado além da valorização do capital.[12]

Nesse ponto costuma surgir um segundo equívoco quanto ao conceito das relações de produção de Marx: a tentativa de dividi-las em relações "técnicas" e "sociais".[13] Evidentemente existem *pré-condições* técnicas para determinadas relações de produção. É tão impossível chegar a uma verdadeira subordinação do trabalho ao capital sem a existência de maquinaria moderna quanto socializar efetivamente pequenas empresas baseadas em métodos artesanais de trabalho, sem uma transformação de sua tecnologia.[14] Mas concluir daí que enquanto as "relações técnicas de produção" não permitem uma "socialização completa" do trabalho, ou uma "apropriação completa dos produtos" pela sociedade, continuará havendo produção de mercadorias,[15] é reduzir o conceito de Marx, que define as relações de produção como relações entre os homens, relações entre os homens e as coisas — é, em outras palavras, criar um novo fetichismo da tecnologia.

O caráter do trabalho não é determinado *diretamente* pela tecnologia nem pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas. Não é diretamente determinado dentro de cada unidade de produção isolada.[16] E nem mesmo na sociedade como

[11] Marx: "Para variar um pouco, vamos agora imaginar uma comunidade de indivíduos livres, executando seu trabalho com meios de produção comuns, onde a força de trabalho de todos os indivíduos é conscientemente aplicada enquanto força de trabalho combinada da comunidade... O tempo de trabalho... desempenharia duplo papel. Sua partilha segundo um plano social definido mantém a proporção adequada entre os diferentes tipos de trabalho a serem feitos e as diversas necessidades da comunidade". *Capital*. v. 1, p. 78-79.

[12] Isso naturalmente não significa que o cálculo econômico e a comparação dos custos do trabalho — com o objetivo de poupar trabalho — também desaparecem. Ao contrário: tornam-se ainda mais importantes do que antes, pois agora podem ser avaliados com mais exatidão, num nível social global, considerando todos os custos que não são levados em conta na produção de mercadorias, mas que são "socializados" por trás das costas da sociedade. Além disso, podem ser aferidos pela contabilização exata de todas as quantidades de trabalho efetivamente despendidas (independente do fato de essas quantidades se expressarem agora em horas de trabalho ou em moeda contábil). Pois como a partir de então a própria sociedade distribui seus recursos econômicos pelos diferentes ramos da produção, não pode abdicar da responsabilidade pelo caráter diretamente social de qualquer parte do trabalho coletivamente organizado.

[13] Entre outros, ver POULANTZAS. *Op. cit.*, p. 64-67.

[14] Não obstante, essa socialização pode acelerar o desenvolvimento das forças produtivas, se conseguir poupar trabalho mediante a cooperação simples em larga escala, como parece ser o caso nas comunas chinesas.

[15] Charles Bettelheim apresenta essa tese com detalhes em seu livro *La Transition vers l'Économie Socialiste*. Paris, 1968.

[16] Ver a afirmação de Bettelheim no livro que acabamos de citar.

um todo. Duas estruturas sociais fundamentalmente diferentes podem corresponder a um nível tecnológico particular. Sempre será assim em épocas de revolução social.[17] Nessas épocas, o desenvolvimento de nova tecnologia, cuja tendência é superar as relações de produção existentes, tornar-se-á cada vez mais incompleto, contraditório e destrutivo dentro da ordem social tradicional, enquanto ao mesmo tempo, a introdução de novas relações de produção, relações de produção revolucionárias — que, como todas as estruturas, não podem ser introduzidas "passo a passo" — possibilitará ultrapassar o nível tecnológico existente (assim criando exatamente o espaço necessário para o desenvolvimento dinâmico de novas forças produtivas). Os problemas paralelos, mas distintos, do capitalismo tardio e das sociedades contemporâneas de transição entre o capitalismo e o socialismo podem ser localizados nessa dialética particular das forças e das relações de produção.[18]

Num período de *contradição* crescente entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, não se pode esperar, portanto, que todas as inovações possibilitadas pela ciência e pela tecnologia se consumam antes que as relações sociais de produção possam ser transformadas. Essa contradição se expressa, afinal, exatamente no fato de que uma revolução técnica e científica *potencial* só pode se realizar *parcialmente* dentro da estrutura das relações de produção sociais do presente. A automação completa da grande indústria não é possível no capitalismo tardio. Portanto, esperar essa automação geral antes da abolição das relações de produção capitalistas é tão incorreto quanto esperar a abolição das relações de produção capitalistas pelo mero avanço da automação.[19]

A crise das relações de produção capitalistas deve ser vista como uma crise social global, isto é, como a decadência histórica de todo um sistema social e de modo de produção em operação durante todo o período do capitalismo tardio. Não se identifica com as crises clássicas de superprodução nem as exclui. Os picos mais altos dessa crise social são momentos pré-revolucionários e revolucionários da luta de classes, quando culmina numa crise política total do poder do Estado burguês, em que o proletariado apresenta objetivamente a ameaça de destruição do capitalismo e de inauguração da transição para o socialismo. Esses picos são vigorosamente preparados por todos aqueles momentos de crise das relações de produção capitalistas que impelem os trabalhadores a estabelecer órgãos provisórios de poder dual em fábricas e indústrias, a nível local, regional e nacional. Se isso ocorre sem recessão econômica, como em maio de 1968 na França, ou em 1969 na Itália, ou com recessão, como em 1974/75 na Espanha, depende de fatores conjunturais extrínsecos à natureza da época. A conseqüência essencial e intrínseca do fim da onda longa expansionista do pós-guerra, e da luta intensificada pela taxa de mais-valia desencadeada a partir de 1965, é uma tendência mundial a conflitos de classe qualitativamente intensificados, que levarão a crise endêmica das relações de produção capitalistas ao ponto de explosão.

[17] "Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em conflito com as relações de produção existentes ou — isso apenas expressa a mesma coisa em termos legais — com as relações de propriedade no interior da estrutura em que até então funcionaram. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, essas relações se transformam em entraves. Começa então uma era de revolução social." MARX. Prefácio à *Critique of Political Economy*. p. 21.

[18] Para se fazer toda justiça a essa dialética, seria preciso acrescentar: 1) que a maturidade das forças produtivas existentes para novas relações de produção socializadas atinja o nível da economia imperialista *mundial*; 2) que a crise social provocada por essa maturidade, determinada pela lei do desenvolvimento desigual e combinado, não ocorra simultaneamente, mas sim descontinuamente no tempo e no espaço, criando a possibilidade e a necessidade de revoluções socialistas que no início só são vitoriosas dentro de limites nacionais; 3) que então surja mais uma contradição entre o desenvolvimento internacional das forças produtivas e as tentativas nacionais de revolucionar as relações de produção.

[19] Esse é o tipo de esperança subjacente às idéias que Roger Garaudy apresenta no livro *The Turning Point of Socialism*, Londres, 1970, e em parte também às de Richta Report, *Politische Oekonomie des 20. Jahrhunderte*. Frankfurt, 1970

Por essa razão, a crise das relações de produção capitalistas se apresenta como a crise de um sistema de relações entre os homens, dentro e entre as unidades de produção (empresas), que corresponde cada vez menos à base técnica do trabalho, quer em sua forma presente, quer em sua forma potencial. Podemos definir essa crise como uma crise não só das condições capitalistas de apropriação, valorização e acumulação, mas também da produção de mercadorias, da divisão capitalista do trabalho, da estrutura capitalista da empresa, do Estado nacional burguês e da subordinação do trabalho ao capital como um todo. Todas essas múltiplas crises são apenas facetas diferentes de uma *única* realidade, de uma totalidade sócio-econômica: o modo de produção capitalista.[20]

A crise das relações de produção capitalistas apresenta-se como crise das condições capitalistas de apropriação, valorização e acumulação. Em nossa discussão da inflação permanente já enfatizamos que o sistema é agora incapaz de utilizar uma parte substancial de sua capacidade produtiva em condições "normais" de valores estáveis do ouro — em outras palavras, sem a inflação permanente do crédito e da moeda. As dificuldades fundamentais de realização nunca foram tão óbvias — para uma análise teórica que penetre sob a superfície dos fenômenos econômicos — quanto na fase da "onda longa com tonalidade expansionista" que se seguiu à Segunda Guerra Mundial.

A pressão concorrencial permanente para que se reduzam os preços de custo, para que se aumente a produtividade do trabalho, para que se socialize o trabalho, para que se aperfeiçoe a maquinaria e para que se eleve a composição orgânica do capital manifesta-se inevitavelmente por um *crescimento desproporcional dos valores de uso*. Os "muitos capitais" são assim compelidos a uma expansão permanente e artificial do mercado, e à extensão das necessidades das massas.[21] Enquanto todo capitalista individual gostaria de restringir o consumo de "seus" trabalhadores, a classe capitalista como um todo deve ampliar o mercado de bens de consumo e, ao mesmo tempo, assegurar a valorização do capital. A classe capitalista pode resolver *parcialmente* essa contradição de várias maneiras. Em primeiro lugar, pode tornar a produção de bens de consumo cada vez mais "indireta", de maneira que uma fração crescente do produto total consista em meios de produção, ao invés de consistir em bens de consumo.[22] Em segundo lugar, pode vender uma parte substancial dos bens de consumo produzidos a outras classes sociais que não o proletariado (camponeses e artesãos do próprio país e do exterior), ou alterar o poder de compra em prejuízo dos produtores simples de mercadorias ou de outros capitalistas (incluindo os capitalistas estrangeiros, por meio de uma redivisão do mercado

[20] Marx: "A produção capitalista distingue-se desde o começo por dois traços característicos. *Primeiro*. Produz seus produtos enquanto mercadorias. O fato de produzir mercadorias não a diferencia de outros modos de produção, mas sim o fato de que ser mercadoria é a característica dominante e determinante de seus produtos... O *segundo* traço distintivo do modo de produção capitalista é a produção de mais-valia como o objetivo direto e a razão determinante da produção. O capital produz essencialmente capital, e só o faz à medida que produz mais-valia. Em nossa discussão da mais-valia relativa, e depois ao considerar a transformação da mais-valia em lucro, vimos como um modo de produção peculiar ao período capitalista é fundado sobre isso — uma forma especial de desenvolvimento da capacidade produtiva social do trabalho, mas defrontando o trabalhador enquanto poderes tornados independentes do capital e, por conseguinte, tomando a direção oposta ao desenvolvimento dos próprios trabalhadores". *Capital*. v. 3, p. 857-858.

[21] "Se se usasse maquinaria valiosa para fornecer uma pequena quantidade de produtos, ela não atuaria nesse caso como força produtiva, mas sim para tornar o produto infinitamente mais caro do que se o trabalho tivesse sido feito sem ela. As máquinas criam valor não porque têm valor — este é simplesmente reposto — mas na medida em que aumentam o tempo excedente relativo, ou diminuem o tempo de trabalho necessário. Na mesma proporção, portanto, em que seu alcance se amplia, a massa de produtos deve aumentar, e o trabalho vivo empregado diminui relativamente. *Quanto menor o valor do capital fixo em relação à sua eficiência, tanto mais corresponde a seu propósito.*" *Grundrisse*. p. 739.

[22] Segundo cifras oficiais, a produção de bens de consumo, enquanto percentagem do produto industrial total, caiu de 39% em 1939 para 28% em 1969, nos Estados Unidos da América do Norte. *Federal Reserve Bulletin*. Julho de 1971.

mundial). Em terceiro lugar, pode vender a crédito uma quantidade cada vez maior de bens de consumo, ao invés de trocá-los por rendimentos (aumento do endividamento privado). Finalmente pode garantir que o aumento do consumo de massa (incluindo o de "seus" trabalhadores) seja proporcionalmente menor que os valores totais das mercadorias, de forma a aumentar a produção de mais-valia relativa.

Mas nenhum desses remédios pode suprimir o fato de que a dificuldade de realização da mais-valia e de elevação da taxa de mais-valia decorre do modo de produção capitalista como tal, pois o processo de reprodução do capital representa uma unidade do processo de trabalho e de valorização do capital, por um lado, e do processo de circulação e realização, por outro, de maneira que o capital só pode assegurar o primeiro por meios que, a longo prazo, aumentam a incerteza do segundo, e vice-versa.

Comércio e crédito (incluindo a forma da inflação permanente da moeda creditícia específica do capitalismo tardio) são os dois meios fundamentais de afastar temporariamente as dificuldades de realização da mais-valia. A autonomia crescente do capital comercial e bancário, e o desenvolvimento de uma esfera independente de circulação de mercadorias e dinheiro são o preço pago pelo capital industrial por um relaxamento provisório e parcial das dificuldades permanentes de realização. A aceleração resultante da rotação do capital circulante possibilita o aumento da mais-valia produzida anualmente, pois essa autonomia não reduz *necessariamente* os lucros apropriados pelo capital industrial. Mas ao lado da pressão geral para elevar a composição orgânica do capital, desenvolve-se outra tendência, a de diminuir a percentagem de capital circulante em relação ao capital produtivo total e de converter todo capital em capital fixo, o que aumenta ainda mais a composição do capital e deve reduzir a taxa de lucros a longo prazo.

Mas o surgimento das esferas de circulação e serviços no modo de produção capitalista desempenha ainda outra função: é um instrumento indispensável para a firme expansão regular para a economia monetária e mercantil, e para a constante expansão das relações monetárias e mercantis a domínios até agora imunes a elas:

> "Quanto mais a produção como um todo evolui para a produção de mercadorias, tanto mais cada homem precisa e quer tornar-se *vendedor de mercadorias*, ganhando dinheiro com seu próprio produto ou com seus *serviços*, caso seu produto só exista sob a forma natural de serviço; e esse *ganhar dinheiro* parece ser então o objetivo supremo de toda atividade (ver Aristóteles). Na produção capitalista, a fabricação de produtos como mercadorias, por um lado, e a forma de trabalho como *trabalho assalariado*, por outro, tornam-se então absolutas. Inúmeras funções e atividades que tinham em torno de si uma aura de santidade consideradas fins em si mesmas, e que eram executadas gratuitamente ou pagas de forma indireta (como a atividade de todos os profissionais liberais, médicos, advogados etc., na Inglaterra, onde o advogado e o médico não podiam e não podem solicitar dinheiro), são, por um lado, transformadas diretamente em *trabalho assalariado*, por mais que difiram seu conteúdo e seu *pagamento*. Por outro lado, tornam-se sujeitas — em termos de seu valor, do *preço* dessas diferentes *atividades*, seja a atividade de uma prostituta ou de um rei — *às leis que regulam o preço do trabalho assalariado*".[23]

Os artesanatos independentes, as manufaturas domésticas, o pequeno empreendimento agrícola (aqui, agricultura de subsistência), o pequeno comércio, a pesquisa, os serviços privados e a produção de "bens culturais" sucumbem um

[23] MARX. *Resultate*... p. 132.

após outro ao "ganhar dinheiro enquanto negócio organizado". Esse processo alcança o apogeu na era do capitalismo tardio, como vimos, com a comercialização generalizada da arte, do ensino, da pesquisa científica e das "vocações" individuais. Por um lado, só a inflação permanente permite a realização e a apropriação da mais-valia contida na produção total das mercadorias, enquanto, por outro lado, desenvolve-se uma supercapitalização crescente, ou uma quantidade cada vez maior de capital não valorizável que só pode conseguir uma valorização temporária pela intervenção direta do Estado burguês tardio na economia. Um número crescente de ramos da indústria depende exclusivamente dos contratos estatais para a sua sobrevivência.

Em nossa discussão sobre a economia armamentista permanente, enfatizamos a importância dos contratos militares para a economia norte-americana depois da Segunda Guerra Mundial (não é preciso salientar o papel *internacional* desempenhado pela economia armamentista na superação da Grande Depressão da década de 30). Um número cada vez maior de projetos de pesquisa é diretamente financiado pela sociedade. Porta-vozes de federações patronais inglesas chegaram inclusive a reivindicar a socialização completa de praticamente todos os custos das pesquisas.[24] Um número cada vez maior de investimentos só se viabiliza com subvenções estatais diretas ou indiretas, não porque falte capital à classe burguesa em sentido absoluto, mas porque as condições de valorização do capital deterioraram-se a tal ponto que o risco empresarial não será assumido sem garantias de lucratividade fornecidas pelo Estado burguês. O rápido desenvolvimento das forças produtivas na era do capitalismo tardio começou historicamente — no decorrer da terceira revolução tecnológica — a abalar até mesmo o fundamento principal do modo de produção capitalista, qual seja, a produção mercantil generalizada. Isso ocorre de dois flancos ao mesmo tempo.[25] Por um lado, o progresso da tecnologia dos países industrializados produz fenômenos de saturação cada vez mais acentuados, o que leva a economia de mercado ao absurdo. O exemplo mais notável é a agricultura. Nos Estados Unidos e no Canadá existe há décadas um sistema artificial para reduzir a produção, o qual, desde a fundação da Comunidade Econômica Européia, difunde-se cada vez mais pela Europa ocidental, e agora está começando a se desenvolver no Japão. Como os produtos do trabalho agrícola, agora maciçamente barateados, não podem abandonar a forma de mercadoria na estrutura do modo de produção capitalista, o excedente sempre maior desses produtos simplesmente não pode ser distribuído entre os muitos que ainda passam necessidade nos países "ricos" — nem, acima de tudo, entre as populações famintas dos países subdesenvolvidos. Ao invés disso, foi preciso criar um sistema irracional de subsídios, que envolve a redução da produção de alimentos e a destruição dos estoques, que restringe artificialmente o consumo possível, e que mesmo assim não consegue assegurar o retorno esperado por hora de trabalho ao produtor agrícola. É uma conseqüência lógica dessa ordem absurda e desumana o fato de a redução sistemática da produção e da área cultivada dos países mais ricos do mundo em termos agrícolas, em 1968/70, ter finalmente levado ao perigo de uma fome terrível na Ásia e na África em 1973/74.

Por outro lado, a oposição objetiva entre a racionalidade parcial e a irracionali-

[24] *The Times*. 26 de julho de 1968.

[25] Outro exemplo da crise da economia de mercado: a Associação Profissional da Indústria de Nitrogênio da Alemanha Ocidental está considerando "a possibilidade de economizar os custos do frete abastecendo o consumidor apenas por meio da fábrica mais próxima, independente de quem seja o proprietário dessa fábrica". *Frankfurter Allgemeine Zeitung*. Julho de 1971.

dade global, enraizada na contradição entre a socialização crescente do trabalho e a apropriação privada, uma característica peculiar ao modo de produção capitalista,[26] adquire um potencial tão explosivo que a irracionalidade global do capitalismo tardio ameaça, a médio prazo, não apenas a forma presente da sociedade, mas toda a civilização humana. Qualquer criança pode entender o fato de que seria não apenas irracional e sem sentido mas também um gesto suicida permitir a "compra e venda irrestritas" de bombas atômicas e gases venenosos. Um número crescente de pesquisas revela que a "produção livre" e a "venda livre" de alimentos envenenados, de produtos farmacêuticos e drogas perniciosas à saúde, de veículos precários e de produtos químicos que destroem o meio ambiente — tudo isso confiado à iniciativa privada movida pelo desejo de lucro — pode finalmente ameaçar a vida humana.[27] Mas os especialistas que expuseram esses processos recusam-se, em geral, a tirar as necessárias conclusões sociais de sua análise.[28] A raiz desses males está na sobrevivência da produção de mercadorias — em outras palavras, na reconstrução da força de trabalho social total, fragmentada em trabalhos privados pela via do rodeio das leis do mercado, com sua reificação de todas as relações humanas e sua mudança de todas as atividades econômicas, passando de meios a fins de satisfação das necessidades humanas racionais e de ampliação das possibilidades da vida humana, como fins em si mesmas.[29] Apenas a socialização direta da produção e sua subordinação consciente às necessidades democraticamente determinadas das massas pode levar a um novo desenvolvimento da tecnologia e da ciência, promovendo, o autodesenvolvimento e não a autodestruição dos indivíduos e da humanidade.[30]

Em termos puramente econômicos, a irracionalidade global objetiva do modo de produção capitalista pode ser reduzida à oposição entre o cálculo dos custos de produção "pagos privadamente" a nível de fábrica (ou empresa) e os custos de produção sociais globais, diretos e indiretos — em outras palavras, à oposição en-

[26] Ver o cap. 16 deste trabalho.

[27] Além do livro de Commoner anteriormente citado, ver, entre outros, NICHOLSON, Max. *The Environmental Revolution*. Londres, 1969; EXPOSITO, John. *Vanishing Air*. Washington, 1965; NICOL, H. *The Limits of Man*. Londres, 1967. A literatura sobre esse assunto está crescendo em proporção geométrica — como o próprio problema. Até agora, o melhor trabalho marxista que trata do problema global da ameaça capitalista ao meio ambiente e das possíveis medidas para combatê-lo foi escrito por nosso amigo ROTHMAN, Harry. *Murderous Providence — a Study of Pollution in Industrial Societies*. Londres, 1972.

[28] Exemplos disso são os trabalhos de E. J. Misham (*The Costs of Economic Growth*. Londres, 1969) e de Dennis Gabor, que recentemente ganhou o Prêmio Nobel, que tratam de muitos dos problemas sumariamente apresentados aqui, mas apenas em alguns campos, nunca levantando a questão do "por quê?", ou respondendo a ela com banalidades tais como "agressão humana" ou "ignorância". Esses autores recusam-se a expor o nexo entre a produção de mercadorias, a racionalidade positivista parcial e a irracionalidade social e global. Eles mesmos, portanto, continuam prisioneiros do complexo de racionalidade parcial especializada e da irracionalidade global. Uma boa crítica de ambos os livros foi publicada pela revista *Contemporary Issues*. v. 14, n.º 55, abril de 1971: MAXWELL, Andrew. "On the Notion of 'Wealth' ".

[29] Herbert Gintis, em sua inteligente análise do fetichismo da mercadoria (manuscrito que até agora não foi editado), salienta corretamente a natureza enganadora do axioma básico da economia política burguesa de que todo consumo que se realiza por meio da demanda monetária efetiva é *ipso facto* racional. Caso fossem coerentes, os protagonistas dessa doutrina teriam de declarar que a distribuição de drogas perigosas também é racional, pois estas também encontram compradores. Marx sempre destacou que o consumo é determinado em grande parte pela produção, e que, em conseqüência disso, suas tendências de desenvolvimento dependem das relações de produção. Depois de Galbraith e de Mishan, ninguém mais acredita hoje no conto de fadas da "soberania do consumidor".

[30] Estender a estrutura de produção norte-americana contemporânea ao mundo inteiro destruiria todas as fontes de matéria-prima antes do final do século, e de fato colocaria em perigo o cinturão de hidrogênio do mundo, afirmam MEADOWS, Donella H., MEADOWS, Dennis L., RANDERS, Jorgen, RANDERS, William e BEHRENS III, William W. In: *The Limits of Growth*. Nova York, 1972. Possivelmente têm razão, embora sem dúvida exagerem nas extrapolações das tendências correntes de desenvolvimento. É claro que uma alteração radical do sistema social e, em conseqüência, da distribuição de recursos materiais e prioridades sociais poderia realizar um avanço qualitativo nas técnicas de combate à poluição e de proteção ao meio ambiente, e um aumento qualitativo dos substitutos de matérias-primas escassas. Falta dizer que a extensão em âmbito mundial do capitalismo norte-americano seria um pesadelo para a humanidade. Naturalmente não se conclui daí que o crescimento econômico deva ser paralisado, aprisionando em sua miséria as massas dos países subdesenvolvidos. A única conclusão lógica que se pode tirar é que o crescimento anárquico e destrutivo deve ser substituído pelo crescimento conscientemente planejado que considera todos os "custos sociais indiretos".

tre a lucratividade das firmas individuais e o balanço social de custos e benefícios.[31] A economia burguesa apenas mistifica essa oposição com a terminologia de "retornos" produzidos em parte por "mercadorias livres".[32] A crescente ameaça ao meio ambiente representada pela tecnologia contemporânea é assim atribuída a uma insuficiência cada vez maior dessas "mercadorias livres" ou é considerada uma "mercadoria negativa", ou "retorno negativo".[33] Por esse rodeio, assegura-se o futuro da produção mercantil e da eterna escassez. Não é preciso discorrer aqui sobre a lógica brutal do fanatismo de mercado. Como as companhias poluem a atmosfera a fim de maximizar seus lucros, abole-se o simples direito ao ar puro: o "acesso" a essa "mercadoria escassa" deve ser comprado com um "imposto".[34] Mas de fato a verdadeira tarefa é, precisamente, livrar a produção dos cálculos de lucratividade relativos à fábrica ou à empresa da propriedade privada e da produção de mercadorias, e satisfazer racionalmente as necessidades, sem desperdícios descomunais.[35] Uma vez que se chegue a essas condições, o planejamento consciente e democrático assegurará naturalmente que nem a "explosão populacional", nem a "avalanche de mercadorias" ameacem o ar, a água, a terra ou o homem. Pois não são a ciência e a tecnologia contemporâneas "em si mesmas" que arriscam a sobrevivência da humanidade, mas sim sua organização e aplicação capitalista. A busca de rendas tecnológicas cria condições que entram em conflito direto com a proteção da saúde humana; obriga a indústria química, por exemplo, a jogar novos produtos sintéticos no mercado a cada quatro ou cinco anos, antes de haver tempo para qualquer estudo responsável sobre os riscos biológicos e ecológicos envolvidos potencialmente nesses produtos. Marx previu esse processo há mais de um século, quando afirmou que o capital só poderia desenvolver-se (e desenvolver as forças produtivas) saqueando simultaneamente as fontes da riqueza humana, da terra e do trabalho.

Na era do capitalismo tardio, esse saque atingiu proporções imensuráveis. A oposição entre valor de troca e valor de uso, que no apogeu do capitalismo só vinha à tona excepcional e repentinamente em tempos de crise econômica, é sempre visível no capitalismo tardio. Essa oposição encontrou sua forma de expressão mais dramática na produção em massa de meios de destruição (não só de armas militares, mas também de todos os outros instrumentos destinados à destruição física, psicológica e moral do homem): pode ser vista, também, naqueles setores da economia que já não são determinados por cálculos de lucratividade da empresa, mas por prioridades "públicas".[36] As forças produtivas, os interesses da humanida-

[31] Embora a assim chamada Análise de Custos e Benefícios (entre outros, ver MISHAN, E. J. *Cost-Benefit Analysis*. Londres, 1971) permita a inclusão dos "custos sociais indiretos" de diferentes projetos de investimento, ela é forçada a expressar em "valores monetários" o mal feito à saúde e mesmo à vida humana, o que só pode ser feito capitalizando... os lucros. A desumanidade implícita nessa forma de tratar o problema e os resultados reacionários a que leva são óbvios. (Ver crítica bem elaborada de ROTHMAN. *Op. cit.*, p. 312-316.) A análise de custos e benefícios apenas revela os limites da racionalidade econômica parcial, mesmo quando generalizada a fim de levar em conta os "custos indiretos".

[32] Ver, por exemplo, DORFMAN, Robert. *Prices*. Nova Jersey, 1964. p. 119-210.

[33] SCITOVSKY, Tibor. *Welfare and Competition*. Londres, 1952. p. 187. Esse argumento aparece pela primeira vez em PIGOU, A. C. *The Economics of Welfare*. 4.ª ed., Londres, 1960. p. 134-135, 183-187.

[34] Ver o comentário de Weiss: "A premissa fundamental inaceitável (dos esforços de converter a vida e a saúde humana em valores monetários) é uma reinterpretação das necessidades físicas primárias de repouso, de ar puro, da água não poluída e da saúde corporal em termos de necessidade de renda monetária. Exatamente essas necessidades não deveriam ser articuladas e satisfeitas pelo mecanismo de mercado". WEISS, Dieter. "Infrastrukturplanung". In: *Ziele, Kriterien und Bewertung von Alternativen*. Berlim, 1971. p. 46.

[35] Ver, por exemplo, a assustadora produção de lixo que caracteriza o capitalismo tardio: 1,25 kg diário *per capita* nos Estados Unidos em 1920, 2,5 kg em 1970 (na Bélgica, ainda era de apenas 250 g *per capita* em 1960), isto é, mais de 180 milhões de toneladas de lixo por ano.

[36] Exemplo disso foi o programa norte-americano de viagens à Lua. Mas, ao mesmo tempo, o entrelaçamento de "prioridades sociais" arbitrariamente escolhidas (determinadas, em última instância, pela corrida armamentista e pela "competição política" com a URSS) com as relações de produção privadas capitalistas era tal que a empresa se tornou uma fonte gigantesca de superlucros monopolistas e de recursos desperdiçados. Ver o estudo feito pelos repórteres Hugo Young, Bryan Silcock e Peter Dunn do *Sunday Times*.

de, a evolução "imanente" da ciência, tendem cada vez mais para essa direção. Mas na estrutura do modo de produção capitalista, esses projetos sempre serão marginais. O estabelecimento de prioridades públicas por pequenas facções da classe dominante ameaça apenas criar um desperdício adicional de recursos materiais e causar dano à existência humana (exploração militar das viagens espaciais, experimentos biológicos empreendidos por aparatos estatais e interesses privados).[37] Da mesma forma, o projeto de um "fichário" para cada cidadão, codificando todos os "incidentes" de sua vida particular e pública, com vantagens óbvias para uma fiscalização política potencial, é mais um exemplo da aplicação desumana da tecnologia contemporânea para a conservação do sistema social.[38] A combinação da apropriação privada e da intervenção econômica do Estado cria mais um efeito econômico que deve ser investigado mais de perto. A propriedade privada capitalista, a concorrência entre os "muitos capitais" levam a um cálculo preciso dentro das empresas e a uma racionalidade parcial relativos à redução dos custos de produção. Aqui o princípio determinante é a mais rigorosa economia de recursos.[39] Mas o setor estatal, ao contrário, onde não existe nenhum mecanismo social objetivo para a redução constante dos preços, é governado pelo princípio da *economia de alocação*, que envolve um desperdício permanente de recursos na medida em que os indivíduos ativos nessa área têm interesse material em aumentar essas alocações,[40] pois são dominados pelo desejo de enriquecer, que é geral numa economia que produz mercadorias.[41]

Essa contradição é ainda mais intensificada pelo fato de que maiores alocações do setor estatal podem constituir uma fonte de lucros privados maiores para as empresas e os capitalistas, ou podem aumentar sua capacidade para competir com outros capitais.[42] O entrelaçamento dos setores nacionalizados da economia com a apropriação privada de mais-valia intensifica, portanto, a irracionalidade do sistema global — gerando, entre outras coisas, um desperdício maior de recursos econômicos. Essa irracionalidade não pode ser superada nem mesmo pela simulação de lucratividade no setor público.[43]

O declínio do modo de produção capitalista, subjacente a esse entrelaçamento da economia privada com a intervenção estatal, aparece de forma ainda mais clara numa perspectiva histórica. Antigamente o capital — instigado pela compulsão de concorrer e acumular, de valorizar-se em grande escala — estava bem à frente do progresso técnico; iniciou-o, guiou-o para canais produtivos e o manteve firmemente sob seu poder. A centralização do capital (nos bancos, digamos) era muito superior à do processo efetivo de trabalho. Aí está a base da "autonomia econômica" do capital no século XIX. Hoje em dia, o desenvolvimento da tecnologia é finalmente muito mais rápido do que a centralização dos "muitos capitais". A

[37] Sobre os perigos ligados à "bomba relógio biológica", ver, entre outros, TAYLOR G. Rattray. *The Biological Time Bomb*. Londres, 1969; FISHLOCK, David. *Man Modified*. Londres, 1971.
[38] Ver MESSADIÉ, Gerald. *La Fin de la Vie Privée*. Paris, 1974.
[39] Isso naturalmente é muito menos válido para o capitalismo monopolista do que para o capitalismo do período da livre concorrência.
[40] Numa economia de alocação, economizar nas despesas leva a uma redução das alocações. Os interessados, cujo proveito reside num aumento das alocações — e não numa maximização capitalista de lucros —, são, portanto, constante e automaticamente impelidos a aumentar suas despesas. Esse princípio governa toda a administração pública numa sociedade que produz mercadorias.
[41] Na medida em que a burocracia estatal e econômica das sociedades de transição do Leste subtraíram-se a qualquer controle político da massa de produtores, cujo interesse básico é economizar seu tempo de trabalho, o mesmo princípio também se aplica a essa camada social.
[42] Por exemplo: a combinação de um serviço social de saúde gratuito com uma indústria farmacêutica privada transforma-se em enorme mecanismo de constante expansão dos lucros desse ramo industrial, aumentando significativamente sua capacidade de concorrer com outros setores da indústria química.
[43] A tentativa desse tipo de simulação foi introduzida em maior escala no Pentágono pelo tecnocrata da Ford, MacNamara.

socialização objetiva do trabalho, os métodos de produção mais modernos superaram repetidas vezes as formas mais avançadas de concentração e centralização do capital. A propriedade privada capitalista, a apropriação privada de mais-valia e a acumulação privada constituem cada vez mais um obstáculo a um desenvolvimento maior das forças produtivas. *A centralização estatal (e supranacional) de parte do sobreproduto social tornou-se de novo* — como em numerosas sociedades pré-capitalistas —, *e cada vez mais, um requisito material para um crescimento maior das forças produtivas.* Mas, embora a crescente centralização estatal da mais-valia social no capitalismo tardio esteja mais bem adaptada à socialização objetiva do trabalho do que a concorrência privada capitalista, ela também está cada vez mais atrasada em relação à tecnologia mais avançada. Esse atraso manifesta-se de maneira muito evidente no fenômeno das *empresas multinacionais* e de todas as tendências a elas inerentes.

O fortalecimento do Estado no capitalismo tardio é, portanto, uma expressão da tentativa de o capital superar suas contradições internas cada vez mais explosivas, e ao mesmo tempo é expressão do fracasso necessário dessa tentativa. Hoje só uma associação mundial de produtores é congruente com a situação atual das forças produtivas e da socialização objetiva do trabalho. Toda "solução intermediária" que abole a concorrência (isto é, anarquia) em um nível apenas a reproduz com uma força muito mais destrutiva num nível superior. Isso vale tanto para o Estado burguês tardio quanto para os monopólios multinacionais do capitalismo tardio.

O crescimento posterior das forças produtivas não apenas se opõe cada vez mais frontalmente à forma de mercadoria da *produção*, sua apropriação privada e a determinação pela lucratividade individual das grandes empresas; também se opõe diretamente à forma mercadoria da *força de trabalho*. O congelamento da divisão de trabalho e da qualificação profissional, correspondente a essa forma mercadoria, chega ao absurdo com a aceleração da inovação tecnológica — assim como a forma mercadoria da manteiga e das maçãs chega ao absurdo com a "superprodução" permanente da Europa ocidental. A necessidade de um "retreinamento" periódico, devida à mudança cada vez mais rápida das qualificações profissionais básicas, estende-se agora ao domínio do trabalho intelectual; na estrutura de reformas capitalistas da universidade, chega inclusive a criar tendências marginais de estudo em regime permanente de tempo parcial, realizando assim uma das profecias de Marx. Mas dentro dos limites do modo de produção capitalista, essa tendência potencial naturalmente não pode prevalecer. É acompanhada e sufocada por uma tendência oposta neutralizante e repressiva de tornar a universidade e o sistema de ensino como um todo diretamente "lucrativos". Mas a pressão objetiva à extensão do aprendizado à maior parte da vida solapa necessariamente o caráter "privado" das qualificações profissionais. Essas qualificações fizeram sentido enquanto foram como qualificações individuais, principal fruto do esforço individual — e eram pagas por famílias individuais (ou pelo próprio indivíduo). Mas hoje em dia a maioria dos custos de produção da qualificação individual foi socializada. A esmagadora maioria dos inventores, pesquisadores, cientistas e doutores jamais poderia desempenhar suas funções se centenas de milhares de trabalhadores, milhões, na verdade, não tivessem produzido os laboratórios, os edifícios, as máquinas, os aparatos, os instrumentos e os materiais com os quais operam; se o sobreproduto social, produzido pela massa total de produtores, não lhes tivesse assegurado o necessário tempo de trabalho livre da pressão de reproduzir sua existência imediata, sem o qual não poderiam dedicar-se ao trabalho científico; se gerações passadas e presentes de outros inventores, pesquisadores, cientistas e doutores não tivessem realizado o necessário trabalho antecedente e concomitante, sem o

qual, na maioria dos casos, a atividade científica individual seria impossível. Assim, todo trabalhador intelectual contemporâneo só pode entender seus talentos particulares como parte da capacidade de trabalho social. É exatamente no âmbito da produção intelectual que o atraso da socialização do processo de trabalho mais se manifesta agora, eliminando qualquer justificativa da existência de uma divisão de trabalho sócio-hierárquica entre "produtores" e "administradores", ou entre criadores "materiais" mal pagos e criadores "intelectuais" bem pagos.[44]

Mas o desafio objetivo — que se avulta no interior da sociedade burguesa tardia — à divisão capitalista do trabalho e à sua forma específica de manifestação, o caráter de mercadoria da força de trabalho, assume também outra forma inesperada. Mas também aqui as análises de Marx se confirmam.[45] A força produtiva do indivíduo emancipa-se cada vez mais do esforço físico e nervoso (alienação de energia) e torna-se cada vez mais uma função do equipamento técnico ou científico e da qualificação técnica ou científica. A conseqüência disso é que as fronteiras entre tempo de trabalho e tempo livre começam a se tornar fluidas. O resultado objetivo do trabalho nas empresas e ramos da indústria mais desenvolvidos tecnicamente torna-se uma função da atenção e do interesse concedidos pelo empregado à sua atividade. A atenção e o interesse mantêm uma relação inversa à duração do tempo de trabalho e a seu grau de alienação, e são uma função direta da possibilidade de auto-afirmação e de autodeterminação por meio do trabalho coletivo imediato.[46] Na verdade está se aproximando a situação *em que a produtividade do trabalho depende mais e mais do aumento do tempo livre*, tempo livre tanto no sentido de tempo para aprender quanto no sentido de tempo para desenvolver os talentos, aspirações e desejos individuais, que são os únicos fatores que podem estimular o interesse e o trabalho potencialmente *criativo*. A redução do trabalho mecanicamente repetitivo, viabilizada pela automação completa, acabará, por sua vez, com as medidas estritamente quantitativas de tempo de trabalho — os meios históricos de arrancar de cada produtor a maior quantidade possível de mais-valia.

A organização do trabalho tipicamente taylorista, baseada na linha de montagem e no fracionamento do trabalho no interior da fábrica, não corresponde a nenhuma necessidade absoluta de caráter técnico ou científico, nem a nenhuma tentativa de economia máxima do trabalho vivo. Só se harmonizava com o objetivo *capitalista* de combinar uma severa redução dos custos de produção com o aumento máximo de mais-valia ou lucro para as empresas que usavam essas técnicas. Isso implicava a necessidade de controle e regulamentação completos do processo de trabalho de cada produtor individual, e sua redução a uma peça quase mecânica e facilmente quantificável do sistema global de máquinas.[47] Mas em fábricas parcial ou totalmente automatizadas, a função de conservar o capital, desempenhada pelo trabalho vivo, torna-se mais importante do que sua função de produzir mais-valia, pois essas fábricas (firmas) apropriam-se essencialmente de frações da mais-valia social efetivamente geradas em outras firmas. A maquinaria enormemente

[44] Os sociólogos burgueses ainda se apegam ao mito da "ignorância" dos trabalhadores, ou de sua "sensação de ignorância", para justificar ou perpetuar a hierarquia social, cujo caráter de classe costumam negar. Ver, por exemplo, HOROWITZ, Irving Louis. "La Conduite de la Classe Ouvrière aux États-Units". In: *Sociologie du Travail*. n.° 3, 1971.

[45] Ver a famosa passagem de *Grundrisse*, que já citamos: "A poupança de tempo de trabalho (é) igual ao aumento do tempo livre, isto é, tempo para o pleno desenvolvimento do indivíduo, o que, por sua vez, volta a influenciar a capacidade produtiva do trabalho como a maior das forças produtivas". (p. 711.)

[46] As tentativas de introduzir a semana de quatro dias nos Estados Unidos, e o "dia móvel de trabalho" nos Estados Unidos e na Suíça, aumentaram a produtividade do trabalho. Mas esses esquemas são sempre determinados pela pressão para aumentar a lucratividade (de outro modo, não seriam introduzidos) ou por condições monopolistas específicas. Ver, por exemplo, GOMOLAK, Lou. "Quattro Giorni di Lavoro e tre di Festa". In: *Espansione*. Abril de 1971.

[47] André Gorz está certo ao enfatizar isso em seu ensaio "Technique, Techniciens et Lutte de Classe". In: *Critique de la Division du Travail*. Paris, 1973.

complexa e cara que necessita de manutenção e reparos feitos nessas fábricas pelo trabalho vivo demanda grande atenção e perícia, que não podem ser adquiridas de maneira tão mecânica e rápida. Por conseguinte, a alta rotatividade do trabalho e a indiferença geral pelo trabalho e pelas máquinas ameaçam o capital nessas fábricas — bem como nas fábricas que lidam com material de precisão, que exigem a máxima atenção relativamente à qualidade de seu produto. Nessas circunstâncias, não foi apenas o objetivo de "reduzir as tensões sociais" e assim reduzir os pontos de explosão da crise global das relações de produção capitalistas, mas também foi o objetivo muito mais direto de maximização do lucro, que levou os empresários a experimentarem técnicas de "enriquecimento do trabalho", de maior mobilidade do trabalho dentro da fábrica, de supressão das linhas de montagem etc.[48] Mas evidentemente a extorsão de mais-valia e de sobretrabalho nunca desaparecerá sob as relações capitalistas de reprodução, não importando o quanto ela seja camuflada pelo capitalismo tardio.

A divisão social do trabalho característica do modo de produção capitalista — a divisão entre produtores de mais-valia e todos os que ampliam ou asseguram o processo de expansão do capital — determina uma estrutura hierárquica no interior de cada empresa, baseada no cumprimento rigoroso da racionalidade parcial e do princípio de realização. As tendências objetivas à socialização e maior qualificação do trabalho, inerentes à terceira revolução tecnológica, chocam-se inevitavelmente, e de forma particularmente violenta, com essa hierarquia.

Além disso, a capacidade social de trabalho não é hoje a atividade de produtores livremente associados, auto-administrada e conscientemente dirigida, isto é, planejada de forma democrática e centralizada; cai, ao contrário, e mais do que nunca, sob o poder central de uma corrente vertical de comando. Mas essa contradição é o calcanhar de Aquiles do capitalismo tardio, mesmo nos períodos da "ascensão mais favorável", do crescimento "mais rápido" e do consumo de massa "mais intenso". Pois quanto mais o trabalho se torna objetivamente socializado e dependente da cooperação consciente, menos ocorrem aquelas insuficiências imediatas, e quanto maior o nível de educação e qualificação média do produtor típico — tanto mais intolerável para a massa de assalariados se torna a subordinação técnica e diretamente organizativa do trabalho ao capital, bem como sua subordinação social e econômica.

A crise das relações de produção capitalistas encontra sua expressão lógica na crise de autoridade do empresário e da estrutura da empresa. Embora o capital sempre tente estacionar ou limitar essa crise,[49] surge uma nova tendência nas lutas de classe cotidianas, capaz de transformar os conflitos enfrentados em ponto de partida de movimentos anticapitalistas de massa. A ênfase da luta de classes desloca-se cada vez mais da questão da divisão dos valores novos criados pelo trabalho entre salários e mais-valia para a questão do direito ao controle das máquinas e da força de trabalho. O número de disputas trabalhistas imediatas detonadas por revoltas contra a estrutura da empresa cresce constantemente; hoje em dia os trabalhadores negam cada vez mais o direito que têm os empregadores de reduzir o número de empregados, de mudar as máquinas e as normas, de estabelecer o ritmo

[48] Ver a interessante análise da organização do processo de trabalho na fábrica italiana da IBM em *Per La Critica Della Organizzazione del Lavoro*. Fevereiro de 1973; sobre as experiências na Norsk Hydro e na Volvo, respectivamente, ver *Le Monde*. 5 de abril de 1972; e *Neue Zürcher Zeitung*. 16 de junho de 1974.

[49] Daí as tentativas cada vez mais freqüentes do grande capital para neutralizar o potencial revolucionário desse novo desenvolvimento da luta de classe "espontânea", com esquemas de "participação" ou "cogestão" destinados a convertê-lo em instrumento positivo do planejamento econômico do capitalismo tardio. Os revolucionários marxistas lutam, é claro, pelo controle dos trabalhadores enquanto poder de veto sem nenhum interesse pelo lucro (pela "solidariedade de classe, e não pela lucratividade da empresa").

da linha de montagem, de alterar a organização do trabalho, de revisar o sistema de pagamento dos salários, de aumentar a lacuna entre os salários mais altos e os mais baixos (ou médios) da fábrica e de fechar fábricas.[50]

Mas o modo de produção capitalista não consiste em unidades de produção que se combinam umas com as outras de maneira frouxa e acidental. O grau de socialização objetiva do trabalho criado pelo capitalismo impossibilita econômica e socialmente que a classe operária reconquiste os meios de produção postos a funcionar apenas dentro da empresa.[51] Quando representa os interesses coletivos do capital, a ação do Estado capitalista tardio, ao intervir repetidamente para controlar a situação do trabalho e os níveis de renda da classe operária (impostos e inflação, política de emprego e crédito, comércio exterior ou decisões relativas à agricultura etc.), é uma fonte permanente de educação política para o proletariado. A intervenção estatal, com efeito, treina a classe operária para as formas mais elevadas da luta de classes: para a conquista do poder político e controle dos meios de produção, para a abolição do modo de produção capitalista e a dissolução gradual da economia monetária e de mercadorias e da divisão social do trabalho. A contradição crescente entre o trabalho objetivamente socializado e a apropriação privada não é determinada apenas pela terceira revolução tecnológica, pela necessidade cada vez mais premente de trabalho altamente qualificado e pelo alargamento do horizonte cultural e político da classe operária, mas também pelo abismo entre a abundância potencial, por um lado, e a alienação e reificação efetivas, por outro. Enquanto na época do capitalismo clássico o principal impulso das lutas dos trabalhadores provinha da tensão entre o presente e o passado, hoje reside na tensão entre o real e o possível.

Comparados à abundância potencial e ao desenvolvimento possível das capacidades criadoras do indivíduo, a fadiga crescente provocada pela produção sem sentido de artigos inferiores,[52] os sentimentos de ansiedade experimentados igualmente por trabalhadores e capitalistas, resultantes da supressão da atividade espontânea e da difusão de uma insegurança generalizada, mais a compulsão a se "conformar" e a "ter sucesso", característica da sociedade burguesa, a solidão cada vez maior da vida social e a frustração crescente com a publicidade e a diferenciação de produtos, o estado de deterioração do transporte de massa, a decadência das condições de moradia e o estrangulamento das grandes cidades estão se tornando cada vez mais insuportáveis. No exato momento em que o autodesenvolvimento do indivíduo social deveria ser incomparavelmente mais fácil de conseguir do que antes, sua realização parece desvanecer-se cada vez mais.

Para Marx, a alienação é também uma categoria objetiva, e não apenas uma categoria subjetiva. Mesmo o indivíduo alienado da consciência de sua própria alienação continua alienado. Essa condição objetiva constitui-se, a longo prazo, numa realidade mais poderosa do que todas as tentativas de manipulação ou integração da classe operária industrial; no capitalismo tardio, leva os assalariados a uma consciência coletiva da alienação constante a que estão sujeitos, e assim cria as condições para a autolibertação socialista. Mesmo numa situação de máxima "prosperidade", essas contradições fundamentais do capitalismo mostraram-se insolúveis e

[50] Essa tendência manifesta-se nas estatísticas de greves dos últimos anos na Grã-Bretanha, na França, na Itália e na Bélgica. É interessante observar que a mesma tendência está surgindo lenta, mas seguramente, nos Estados Unidos. Ver, por exemplo, a penetrante análise de Emma Rothschild sobre a revolta dos trabalhadores da indústria automobilística na fábrica ultramoderna da General Motors em Lordstown (Ohio). *New York Review of Books*. 23 de março de 1972.

[51] Ver nossa introdução à antologia, *Controle Ouvrier, Conseils Ouvriers, Autogestion*. Paris, 1970.

[52] Todo ano, 20 milhões de norte-americanos ferem-se em acidentes de trabalho a ponto de precisar de tratamento médico. Cerca de 110 mil ficam permanentemente incapacitados e 30 mil morrem em conseqüência desses acidentes. O custo econômico é superior a 5,5 bilhões de dólares anualmente.

irredutíveis em nossa época. A longo prazo, o trabalhador nunca estará satisfeito com horas de trabalho que parecem perda de vida, com um processo de trabalho que parece trabalho forçado e com uma empresa cuja estrutura não lhe concede senão a condição de subordinação.

Uma profunda crise das relações de produção capitalistas torna-se evidente quando os trabalhadores desafiam a autoridade dos empregadores nas empresas com a luta na própria fábrica. Mas hoje a massa de assalariados contesta cada vez mais os valores fundamentais e as prioridades do modo de produção capitalista também a nível social. Esse "processo de contestação" global, dirigido contra as relações de produção capitalistas como um todo, assumiu até agora três formas principais, na medida em que entramos em um novo período de revolução social:

1) Ataque crítico à contradição entre a crescente abundância de *bens* de consumo e o subdesenvolvimento maciço do consumo social *(serviços coletivos)*. O agudo contraste entre esses dois fatores, reconhecido hoje até mesmo pelos liberais,[53] contribui para a insegurança crescente das ideologias burguesas e pequeno-burguesas baseadas na glorificação da "economia livre de mercado" e do "estado do bem-estar social". O grau crescente de necessidades, determinadas pelo desenvolvimento das forças produtivas e pela onda longa expansionista que vem desde a Segunda Guerra Mundial, concedeu uma importância cada vez maior a certos serviços — saúde, moradia, educação, transporte local, férias — não apenas na estrutura "objetiva" do consumo, mas também na consciência subjetiva dos trabalhadores. Por sua própria natureza, essas necessidades só podem ser atendidas marginalmente pela *produção mercantil capitalista:* essa é, na verdade, a razão pela qual elas são sistematicamente "subdesenvolvidas" pela economia privada capitalista. Mas esse subdesenvolvimento, por sua vez, intensifica a pressão das massas no sentido de sua satisfação econômica básica e potencialmente eleva a demanda de completa socialização dos custos de satisfação dessas necessidades. Dessa maneira, tende a surgir uma luta por nova forma de distribuição profundamente contrária ao modo de produção capitalista, baseada na satisfação ótima das necessidades e na completa eliminação do mercado (serviços grátis de saúde, transporte local, moradia etc.). As declarações do político inglês Powell, de que as necessidades de cuidados médicos são "ilimitadas" e por isso seu preço deveria ser determinado por uma "economia livre de mercado",[54] já são consideradas bárbaras pela maioria da população de muitos países industrializados, senão pela maioria deles.

2) Desafio frontal aos mecanismos que determinam os investimentos. No modo de produção capitalista, o capital teoricamente flui dos setores que realizam uma taxa de lucro inferior à média para os setores que realizam uma taxa de lucro superior à média. Como as vantagens tecnológicas (e situações de monopólio tecnológico) facilitam os superlucros, a doutrina oficial afirma que o modelo de investimentos setoriais geralmente promove a eficiência e a racionalidade da economia global. Na prática, como vimos, os investimentos estrategicamente decisivos das grandes empresas desviaram-se cada vez mais dessas normas de alocação. Condi-

[53] O livro de Galbraith, *Affluent Society*, bem como os esforços do círculo de Nader, nos Estados Unidos, exerceram grande influência nessa questão.

[54] Esse argumento apenas revela o absurdo da ideologia econômica "ortodoxa" burguesa. Será que realmente podemos acreditar que as pessoas tomam "cada vez mais" remédios e ficam "cada vez mais tempo" no hospital apenas porque essas mercadorias e serviços são distribuídos gratuitamente com base nas necessidades? Esse excesso de consumo não prejudicaria a saúde? Seu caráter irracional não poderia ser inculcado nas massas através da educação em larga escala? Não é exatamente a lógica da maximização do lucro e da economia de mercado, com seu sistema de propaganda e comunicação (para não falar de escapismo inconsciente), que cria a própria noção desse excesso de consumo do capitalismo?

ções monopolistas e oligopolistas de mercado há muito acabaram com a aproximação relativa entre o sucesso de mercado e a produtividade do trabalho. A subvenção estatal, a garantia de lucros monopolistas concedida pelo Estado e a inflação permanente exercem uma influência direta sobre as decisões de investimento das grandes empresas, com muita freqüência em sentido diretamente contrário à racionalidade econômica. A lógica da "concorrência monopolista" e do "jogo concorrencial" tem muito pouco a ver com a redução sistemática dos custos de produção de hoje. Nessas circunstâncias, as grandes massas assalariadas consideram cada vez mais inaceitável que as decisões de investimentos, tomadas por um punhado minúsculo de diretores das grandes empresas, determinem o emprego, a renda e mesmo o domicílio de centenas de milhares de famílias. A socialização das decisões de investimento — e a apresentação pública das prioridades sociais subjacentes a essas decisões — logo se tornará uma exigência proletária tendendo a demolir as relações de produção capitalistas.

3) Denúncia popular da contradição entre a reiterada dependência das grandes empresas relativamente a subvenções, contratos e ajuda do Estado em períodos de recessão, e a ciosa preservação do sigilo bancário e comercial dessas empresas.[55] A exigência da abolição do sigilo bancário, de publicação das contas, do controle operário sobre a produção na oficina, na fábrica e na sociedade como um todo, está hoje ganhando força. Essas exigências também ameaçam diretamente as relações de produção capitalistas, pondo radicalmente em questão a propriedade privada, a concorrência e o controle do capital sobre a força de trabalho e os meios de produção. Ao mesmo tempo, a tendência à integração dos sindicatos com o aparelho estatal do capitalismo tardio, e a restrição ou abolição da liberdade de negociar os salários, determinada pelo custo das empresas, pelos projetos de investimentos e pelo planejamento econômico para o capital total, defronta-se com uma resistência cada vez maior.

Finalmente, a crise contemporânea do Estado nacional burguês não pode ser separada da crise das relações de produção capitalistas. A crescente internacionalização das forças produtivas, as necessidades enormes e insatisfeitas das massas semicoloniais e a difusão global da ameaça ao meio ambiente tornam imperativo um planejamento consciente dos recursos econômicos em escala mundial. E não se pode separar a sobrevivência do Estado nacional da concorrência imperialista e produção capitalista de mercadorias. Não pode subsistir na estrutura do modo de produção capitalista, da mesma forma que não podem subsistir a manufatura de mercadorias inúteis ou perniciosas, a ociosidade de recursos financeiros gigantescos, a recorrência do desemprego ou a subutilização sistemática de máquinas e outros meios de produção.

Todos esses terríveis problemas continuarão insolúveis enquanto o controle das forças produtivas não for arrancado das mãos do capital. A apropriação dos meios de produção pelos produtores associados, sua aplicação planejada a prioridades democraticamente determinadas pela massa dos trabalhadores, a redução radical do tempo de trabalho como um pré-requisito da auto-administração ativa da economia e da sociedade, e o fim da produção mercantil e das relações monetárias são passos indispensáveis para sua solução. A abolição final das relações de produção capitalistas será o objetivo central do movimento revolucionário das massas proletárias internacionais que se avizinha.

[55] Ver, por exemplo, a indignação popular na França depois da desvalorização do franco em 1969: a proposta de círculos *burgueses*, de que os especuladores que transferiram seu capital para o exterior antes da desvalorização deveriam ser processados, foi rejeitada por pequena maioria parlamentar.

Glossário

ACUMULAÇÃO DE CAPITAL. Aumento do valor do capital pela transformação de parte da mais-valia em capital adicional. A parcela de mais-valia que não é acumulada será improdutivamente consumida pelos capitalistas ou por seus dependentes.

AUMENTO DA MAIS-VALIA ABSOLUTA. Aumento obtido pelo prolongamento do dia (ou semana) de trabalho sem um aumento proporcional dos salários dos produtores diretos.

AUMENTO DA MAIS-VALIA RELATIVA. Aumento obtido por uma redução da parte do dia (ou semana) de trabalho durante a qual o trabalhador reproduz o equivalente a seu salário sem uma redução global do dia (ou semana) de trabalho, o que se consegue através de um aumento da produtividade do trabalho na agricultura e nos ramos da indústria que produzem bens de consumo para a classe operária.

BURGUESIA COMPRADORA. Setor da classe dirigente dos países coloniais e semicoloniais que, embora possuindo e acumulando capital, está intimamente ligada ao imperialismo estrangeiro, especialmente por meio das funções intermediárias do capital comercial (importações e exportações), e que não costuma dedicar-se ao investimento industrial.

CAPACIDADE COLETIVA DE TRABALHO. Soma de todo o trabalho manual e intelectual indispensável numa fábrica capitalista moderna para que ocorra o processo de produção física. Por extensão: a capacidade social coletiva de trabalho é a soma do trabalho manual e intelectual à disposição da sociedade como um todo para a organização de sua vida econômica. A produção mercantil e a vigência da lei do valor surgem da fragmentação dessa capacidade social coletiva em trabalhos privados executados independentemente uns dos outros. Sob um sistema de produção de valor de uso (o comunismo primitivo, ou o comunismo futuro, por exemplo), os produtores associados dividem conscientemente essa capacidade social coletiva de trabalho entre as diferentes esferas de produção e atividades comunais.

CAPITAL. Valor de troca que procura aumentar ainda mais de valor. O capital surge primeiro numa sociedade de pequenos produtores de mercadorias sob a forma de proprietários de dinheiro (comerciantes ou usurários) que intervêm no mercado com o objetivo de comprar mercadorias a fim de revendê-las com lucro.

CAPITAL CIRCULANTE. Parte do capital constante usada para comprar matérias-primas, energia e produtos auxiliares, mais o capital necessário para comprar força de trabalho.

CAPITAL CONSTANTE. Parte do capital usada para comprar prédios, maquinaria, matérias-primas ou energia, e cujo valor permanece constante porque se incorpora ao valor das mercadorias finais e se conserva por meio da atividade da força de trabalho.

CAPITAL FIXO. Parte do capital constante usada para comprar prédios e maquinaria.

CAPITAL PRODUTIVO. Parte do capital social investida em setores onde se produz mais-valia diretamente. O capital improdutivo, assim como o capital comercial ou bancário, pode adquirir parte da mais-valia social total porque isso ajuda a reduzir o tempo de rotação do capital, ou a ampliar o alcance da produção por meio do crédito para além dos limites operantes do próprio capital produtivo, e assim contribui indiretamente para o aumento de mais-valia.

CAPITAL VARIÁVEL. Parte do capital usada para comprar força de trabalho (para empregar os trabalhadores) e cujo valor provém da mais-valia extraída dessa força de trabalho pelos proprietários de capital.

CAPITALISMO MONOPOLISTA (IMPERIALISMO). Fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista em que um aumento qualitativo da concentração e centralização do capital leva à eliminação da concorrência dos preços de toda uma série de setores-chave da indústria, em que são feitos acordos monopolistas, nos quais umas poucas empresas dominam completamente um mercado após outro, onde o capital bancário se funde cada vez mais com o capital industrial, formando o capital financeiro, onde uns poucos e grandes grupos financeiros dominam a economia de cada país capitalista; esses monopólios gigantescos dividem entre si os mercados mundiais de mercadorias-chave e as potências imperialistas dividem o mundo em impérios coloniais ou áreas de influência semicoloniais. Uma tendência a "regular" (isto é, limitar) os investimentos e a produção nos setores monopolizados vigora a partir daí, a despeito do surgimento dos superlucros monopolistas, de maneira que o excesso de acumulação leva a uma busca frenética de novos mercados para o investimento de capital, e daí ao crescimento das exportações de capital.

CENTRALIZAÇÃO DE CAPITAL. Fusão de diversos capitais sob um único controle comum.

COMPOSIÇÃO ORGÂNICA DO CAPITAL. Relação técnica ou física entre o conjunto das máquinas, matérias-primas e trabalho necessário para produzir mercadorias com determinado nível de produtividade, e a relação de *valor* entre capital constante e capital variável determinada por essas proporções físicas.

CONCENTRAÇÃO DE CAPITAL. Aumento de valor do capital em toda empresa capitalista importante em conseqüência da acumulação e da concorrência (eliminação de empresas menores e mais fracas).

CRISES DE SUPERPRODUÇÃO. Interrupções periódicas do processo de reprodução ampliada, ocorrendo classicamente a cada 7 ou 10 anos, ocasionadas por uma queda da taxa de lucro, o que determina uma baixa nos investimentos e no nível de emprego: durante essa crise, o capital empregado na produção de mercadorias não pode ser inteiramente recuperado, porque parte dessas mercadorias já não será vendida, ou só pode ser vendida com prejuízo. As crises de superprodução são uma fase necessária no padrão normal da produção capitalista, que passa sucessivamente por ascensão, *boom*, superaquecimento, crise e depressão industriais.

DEPARTAMENTO I. Ramos da produção capitalista que fabricam meios de produção (matérias-primas, energia, máquinas e ferramentas, prédios).

DEPARTAMENTO II. Ramos da produção capitalista que fabricam meios de consumo (bens de consumo), que reconstituem a força de trabalho dos produtores diretos e contribuem para a manutenção dos capitalistas e de seus dependentes.

DEPARTAMENTO III. Ramos da produção capitalista que não entram no processo de reprodução — isto é, não renovam nem o capital constante nem o capital variável, como, por exemplo, a produção de artigos de luxo consumidos exclusivamente pelos capitalistas, ou a produção de armamentos.

DESVALORIZAÇÃO *(ENTWERTUNG).* Processo pelo qual o capital perde parte de seu valor, e que assume duas formas principais durante uma crise capitalista. Primeira: em decorrência da queda do valor (preço de produção) das mercadorias, especialmente dos meios de produção, o capital investido nessas mercadorias se desvaloriza. Segunda: em conseqüência de falências comerciais e do fechamento de empresas, grande parte do valor de seu capital é destruída. Esse capital fazia parte do capital social total, que assim perde uma fração de seu valor agregado.

DINHEIRO. Mercadoria cujo valor de troca expressa o valor da troca de todas as outras mercadorias. O dinheiro é o equivalente geral do valor de todas as outras mercadorias.

INTERPENETRAÇÃO INTERNACIONAL DE CAPITAL. Centralização de capital em escala internacional.

LEI DO VALOR. Mecanismo econômico de uma sociedade de produtores privados que distribui a força de trabalho total à disposição da sociedade (e assim todos os recursos materiais necessários à produção) entre os vários ramos de produção, pela mediação da troca de todas as mercadorias por seu valor (por seus preços de produção, no modo de produção capitalista). Sob o capitalismo, essa lei determina o padrão de investimento — isto é, a entrada e saída de capital dos diversos ramos de produção, segundo desvio de sua taxa de lucro específica relativamente à taxa média de lucro.

LUCRO. Parte da mais-valia social que é apropriada por todo capital particular (toda empresa capitalista).

MAIS-VALIA. Forma monetária assumida pelo sobreproduto social numa sociedade de produção mercantil. Numa sociedade capitalista, a mais-valia é produzida pelos trabalhadores assalariados e apropriada pelos capitalistas: em outras palavras, é a diferença entre o novo valor criado pelo processo de produção e o custo de reprodução da força de trabalho (ou valor da força de trabalho). Em última análise, representa trabalho não pago apropriado pela classe capitalista.

MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA. Produção mercantil generalizada, onde os produtores diretos foram desapropriados de seus meios de produção e, por conseguinte, têm de vender sua força de trabalho (a única mercadoria que ainda possuem) àqueles que dispõem dos meios de produção. Tanto a força de trabalho quanto os meios de produção transformaram-se em mercadorias. Os meios de produção, por sua vez, transformam-se em capital — aumentando o valor de troca com a mais-valia criada pelos produtores diretos e apropriada pelos donos do capital. Uma sociedade dominada pelo modo de produção capitalista divide-se basicamente em duas classes: a classe capitalista, que monopoliza os meios de produção, e o proletariado, que é obrigado economicamente a vender sua força de trabalho.

PAÍSES SEMICOLONIAIS. Nações capitalistas que são politicamente (formalmente) independentes, mas cujas economias continuam dominadas pelo capital imperialista internacional.

PREÇO (PREÇO DE MERCADO). Expressão monetária do valor de troca de uma mercadoria, que oscila em torno desse valor segundo as leis da oferta e da procura.

PREÇOS DE PRODUÇÃO. Transformação do valor das mercadorias por meio da concorrência entre os capitais, que tende a nivelar a taxa de lucro de todo capital. O resultado desse processo de nivelamento é que determinado capital não se apropria do volume total de mais-valia produzida por "seus" trabalhadores, mas sim de parte da mais-valia social total proporcional à fração do capital social total que representa. A soma de todos os preços de produção é igual à soma de todos os valores, porque no processo de concorrência e nivelamento da taxa de lucro não é possível criar mais-valia adicional, nem é possível destruir nenhuma parcela da mais-valia socialmente produzida.

PRODUÇÃO SIMPLES DE MERCADORIAS. Sistema econômico em que os produtores vendem os produtos de seu traba-

lho no mercado, mas continuam sendo proprietários, ou tendo acesso direto a seus meios de produção e manutenção (basicamente pequenos agricultores e artesãos independentes). O propósito geral desses proprietários de mercadorias é vender seus próprios produtos a fim de comprar os bens necessários ao seu sustento que eles mesmos não fabricam por causa da divisão social do trabalho.

PRODUTIVIDADE SOCIAL MÉDIA DO TRABALHO. Nível de produtividade do trabalho com o qual se produz a mercadoria média em todo ramo de produção importante. Uma pequena quantidade de bens será produzida abaixo dessa média por firmas "atrasadas", e uma pequena quantidade será produzida com um nível superior de produtividade por firmas "avançadas".

REALIZAÇÃO DA MAIS-VALIA. Mais-valia produzida pelos trabalhadores no processo de produção e portanto contida nas mercadorias assim que essa produção se completa, só podendo ser apropriada pelos capitalistas sob a forma de dinheiro — em outras palavras, depois que as mercadorias em questão foram vendidas. Assim, a realização da mais-valia envolve a venda de mercadorias a um preço tal de mercado que parte ou toda a mais-valia que contêm possa ser apropriada por seus possuidores.

RECESSÃO. Crise de superprodução abreviada e mitigada pela intervenção deliberada do Estado sob a forma de expansão do crédito, inflação, obras públicas etc.

RENDA ABSOLUTA DA TERRA. Uma forma específica de superlucro, originada do monopólio da posse da terra exercido por uma classe especial de proprietários agrícolas que impede a redistribuição do volume total de mais-valia produzida na agricultura entre todos os capitalistas, apropriando-se de parte dessa mais-valia como condição prévia de acesso à terra que possuem.

RENDA DIFERENCIAL DA TERRA. Forma específica de mais-valia originada do diferencial de produtividade das terras destinadas especificamente à agricultura ou à mineração (ou os sucessivos investimentos nessas terras), à medida que o valor e o preço de mercado dos produtos agrícolas ou minerais em questão sejam regulados pela terra menos produtiva.

RENDAS TECNOLÓGICAS. Superlucros monopolistas originados dos avanços técnicos favorecidos pelas práticas monopolistas.

REPRODUÇÃO. Processo pelo qual, após a produção e a venda das mercadorias, determinado capital empreende um novo ciclo de produção. Reprodução simples significa que o capital começa um novo ciclo com o mesmo valor com que iniciou o ciclo anterior (a acumulação é igual a zero: toda mais-valia foi consumida improdutivamente). Reprodução ampliada significa que o capital começa um novo ciclo com um aumento de valor em relação ao ciclo anterior (a acumulação é positiva: parte da mais-valia foi produtivamente investida). Reprodução reduzida significa que o capital começa um novo ciclo com um valor menor que o do ciclo anterior (não só toda a mais-valia foi consumida improdutivamente, mas também a venda das mercadorias não reconstituiu o valor total do capital inicialmente empregado em sua produção).

SALÁRIO. Preço da mercadoria força de trabalho, ou expressão monetária de seu valor de troca, que oscila em torno do valor da força de trabalho por meio da lei da oferta e da procura e, em especial, pela regulamentação do exército industrial de reserva, ou nível de desemprego.

SOBREPRODUTO SOCIAL. Aquela parte do produto anual de qualquer sociedade que não é consumida pelos produtores diretos nem usada para a reprodução do estoque dos meios de produção disponíveis no começo do ano. Numa sociedade dividida em classes, o sobreproduto social sempre é apropriado pela classe dirigente.

SOCIALIZAÇÃO OBJETIVA DA PRODUÇÃO. Aumento da coordenação técnica, da interdependência e da integração da produção, pelo qual o capitalismo gera

cada vez mais a negação do trabalho privado e da produção privada dos quais nasceu — primeiro dentro de fábricas isoladas, depois dentro de muitas unidades de produção e ramos da indústria, e finalmente entre os países.

SUPERACUMULAÇÃO. Situação em que há um volume significativo de excesso de capital na economia, o qual não pode ser investido à taxa média de lucro normalmente esperada pelos donos do capital.

SUPERLUCROS. Todos os lucros superiores à taxa de lucro social média.

SUPERLUCROS MONOPOLISTAS. Formas específicas de mais-valia originadas pelos obstáculos à entrada em determinados setores da produção.

TAXA DE ACUMULAÇÃO. Relação entre a parcela acumulada de mais-valia e o valor do capital que essa mais-valia aumenta.

TAXA DE JUROS. Em primeira instância, juro é aquela parcela da mais-valia que os capitalistas produtivos pagam aos proprietários de capital monetário a fim de aumentar o alcance de suas operações produtivas para além dos limites do capital que eles próprios possuem. A taxa de juros, por conseguinte, em condições normais e a longo prazo, permanece inferior à taxa média de lucro. Numa sociedade capitalista, qualquer soma de dinheiro pode obter a taxa média de juros ao ser depositada no sistema bancário, que centraliza as poupanças disponíveis e as transforma em capital monetário.

TAXA DE LUCRO. Relação entre a mais-valia e o volume total de capital constante e variável empregado na produção dessa mais-valia.

TAXA DE LUCRO SOCIAL MÉDIA. Relação entre o volume total de mais-valia produzida em determinada sociedade capitalista e o volume de capital.

TAXA DE MAIS-VALIA. Relação entre a mais-valia produzida pelo capital variável e o capital variável que a produziu: também chamada de taxa de exploração do trabalho assalariado.

TEMPO DE ROTAÇÃO DO CAPITAL. Tempo durante o qual o valor de um capital se reconstitui. Normalmente, um ciclo de produção e circulação (venda de mercadorias) reconstitui o capital circulante, enquanto o capital fixo só se reconstitui após vários ciclos de produção e circulação de mercadorias.

TRABALHO IMPRODUTIVO. Todas as formas de trabalho assalariado que não aumentam o volume de mais-valia social, mas que ajudam grupos específicos de capitalistas a se apropriarem de parte dessa mais-valia, ou que aumentam indiretamente a mais-valia — por exemplo: trabalho assalariado no comércio, nos bancos ou na administração.

TRABALHO PRODUTIVO. Numa sociedade capitalista, é apenas o trabalho que produz mais-valia diretamente. Essa concepção nada tem a ver com a de trabalho socialmente útil, em uma sociedade socialista.

VALOR DA FORÇA DE TRABALHO. Soma dos valores de troca de todas as mercadorias necessárias para reproduzir a força de trabalho do produtor direto e de sua família. Contém um elemento puramente fisiológico e um elemento moral-histórico. Este último é uma função daquelas necessidades dos trabalhadores constituídas por um nível específico de civilização e determinada relação de forças entre as classes sociais, que passaram a ser reconhecidos como parte integrante de um padrão de vida normal.

VALOR DA FORÇA DE TRABALHO QUALIFICADA. Um múltiplo do valor da força de trabalho simples, incorporando em si os custos de produção da qualificação em questão.

VALOR DE TROCA. Valor pelo qual um artigo é trocado no mercado. Segundo a teoria do valor-trabalho de Marx (aperfeiçoada), o valor de troca de uma mercadoria é determinado pela quantidade socialmente necessária de trabalho não qualificado indispensável para sua reprodução

com determinada produtividade média social do trabalho, e medido pelo tempo de trabalho (horas ou dias) necessário para sua produção.

VALOR DE USO. Utilidade de uma mercadoria para a satisfação de uma necessidade específica de seu comprador. Artigos que não têm valor de uso para ninguém não podem ser trocados ou vendidos. Por extensão, a produção pura e simples de valores de uso, ao contrário da produção de mercadorias, é produção de bens para o consumo de seus produtores diretos, ou unidades coletivas desses produtores.

VALORIZAÇÃO *(VERWERTUNG).* Processo pelo qual o capital aumenta o seu próprio valor mediante produção de mais-valia. Marx apresenta o processo de produção de mercadorias como uma unidade de dois processos distintos — o processo de trabalho através do qual a força de trabalho produz valores de uso, e o processo de valorização através do qual a força de trabalho produz um valor adicional superior ao seu próprio valor. Essa mais-valia, embora criada durante o processo de produção, deve primeiro ser realizada pela venda das mercadorias, antes que o capital possa apropriar-se dela e assim aumentar efetivamente o seu próprio valor. A tradução tradicional dessa palavra *(Verwertung)* no *Capital* como "auto-expansão" do capital é enganosa, porque abstrai o processo de trabalho que cria o valor materialmente, assim como o processo de realização necessário para o capital conseguir sua "expansão": por isso não a usamos no *Capitalismo Tardio.*

Índice

Apresentação de Paulo Singer VII

O CAPITALISMO TARDIO

Introdução 3
Cap. 1 — As Leis do Movimento e a História do Capital 7
Cap. 2 — A Estrutura do Mercado Mundial Capitalista 29
Cap. 3 — As Três Fontes Principais de Superlucro no Desenvolvimento do Capitalismo Moderno 51
Cap. 4 — "Ondas Longas" na História do Capitalismo 75
Cap. 5 — Valorização do Capital, Luta de Classes e a Taxa de Mais-Valia no Capitalismo Tardio 103
Cap. 6 — A Natureza Específica da Terceira Revolução Tecnológica 129
Cap. 7 — A Redução do Tempo de Rotação do Capital Fixo e a Pressão no Sentido do Planejamento da Empresa e da Programação Econômica 157
Cap. 8 — A Aceleração da Inovação Tecnológica 175
Cap. 9 — A Economia Armamentista Permanente e o Capitalismo Tardio 193
I. A produção de armamentos e as dificuldades de realização 195
II. A produção de armas e a tendência ao declínio da taxa de lucros 199
III. A produção de armamentos e as dificuldades de valorização do capital 206
IV. A economia armamentista e as possibilidades de crescimento a longo prazo no capitalismo tardio 212
Cap. 10 — A Concentração e Centralização Internacional do Capital 219
Cap. 11 — O Neocolonialismo e a Troca Desigual 243
Cap. 12 — A Expansão do Setor de Serviços, a "Sociedade de Consumo" e a Realização da Mais-Valia 265
Cap. 13 — A Inflação Permanente 287
Cap. 14 — O Ciclo Industrial no Capitalismo Tardio 309
Cap. 15 — O Estado na Fase do Capitalismo Tardio 333
Cap. 16 — A Ideologia na Fase do Capitalismo Tardio 351
Cap. 17 — O Capitalismo Tardio como um Todo 367
Cap. 18 — A Crise das Relações de Produção Capitalistas 393
Glossário 411

Composto e impresso nas oficinas da
Abril S.A. Cultural e Industrial.
Acabamento: Círculo do Livro S.A.
São Paulo — Capital